Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Ciências Socais Aplicadas
Departamento de Ciências Administrativas
Programa de Pós-Graduação em Administração - PROPAD

Francisco Ricardo Bezerra Fonsêca

A Prática de Importar Teorias Estrangeiras no Domínio da Teoria Organizacional: um Novo *Framework* Epistemológico para Apropriação de *Radical Traveling Theories* Normativas

Recife, 2021

Francisco Ricardo Bezerra Fonsêca

A Prática de Importar Teorias Estrangeiras no Domínio da Teoria Organizacional: um Novo *Framework* Epistemológico para Apropriação de *Radical Traveling Theories* Normativas

.

Orientadora: Dra. Débora Coutinho Paschoal Dourado

Tese apresentada como requisito complementar para obtenção do grau de Doutor em Administração, área de concentração em Gestão Organizacional, do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco

Recife, 2021

Catalogação na Fonte
Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

F676p Fonsêca, Francisco Ricardo Bezerra
A prática de importar teorias estrangeiras no domínio da teoria organizacional: um novo *Framework* epistemológico para apropriação de radical *traveling theories* normativas / Francisco Ricardo Bezerra Fonsêca. – 2021.
536 folhas: il. 30 cm.

Orientadora: Prof. ª Dra. Débora Coutinho Paschoal Dourado.
Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Pernambuco, CCSA, 2021.
Inclui referências e apêndices.

1. Investimentos estrangeiros. 2. Teoria organizacional. 3. Matrizes epistêmicas. I. Dourado, Débora Coutinho Paschoal (Orientadora). II. Título.

658 CDD (22. ed.) UFPE (CSA 2023 – 056)

Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Ciências Socais Aplicadas
Departamento de Ciências Administrativas
Programa de Pós-Graduação em Administração - PROPAD

A Prática de Importar Teorias Estrangeiras no Domínio da Teoria Organizacional: um Novo *Framework* Epistemológico para Apropriação de *Radical Traveling Theories* Normativas

Francisco Ricardo Bezerra Fonsêca

Tese submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco e aprovada em 30 de novembro de 2021.

Banca Examinadora:

Débora Coutinho Paschoal Dourado, Dra, UFPE.....	Orientadora
Guilherme Lima Moura, Dr., UFPE.....	Examinador Externo
Renata Ovenhausen Albernaz, Dra., UFRGS.....	Examinadora Externo
Rodrigo Gameiro Guimarães, Dr., UFAL.....	Examinador Externo
José Ricardo Costa de Mendonça, Dr., UFPE.....	Examinador Interno

Dedico esta tese aos amores de minha vida,
Minha esposa, Juliana
Minhas filhas, Julia e Rafaela
Sem o apoio delas, tudo teria sido impossível.

Agradecimentos

Prezados familiares, amigos, professores, colegas de trabalho, discentes, e demais pessoas que, de alguma forma, me ajudaram na árdua caminhada do meu doutoramento. Manifesto aqui minha mais sincera gratidão pela dedicação, incentivo e apoio de todos(as) vocês para o alcance desse projeto de vida.

Aos meus pais, Roosevelt e Vanda, pela incansável dedicação ao cuidado com meus estudos. Sempre acreditaram que educação é o único valor capaz de transformar o mundo. Nunca mediram esforços para que eu tivesse sempre a melhor educação, dentro de suas possibilidades. Por isso, muito obrigado.

À minha esposa Juliana Viana, que me apoiou incondicionalmente nesse doutorado. Jamais deixou de acreditar em mim, ou quiçá me incentivar. Tenho convicção de que essa tese não seria possível sem sua presença na minha vida.

Às minhas filhas Julia e Rafaela. Vocês foram os faróis que me iluminaram nos momentos mais difíceis desse doutorado. Meus portos seguros. As verdadeiras razões da minha vida.

Aos meus irmãos, Berg, Marcos e Rodrigo, minhas noras, e sobrinho, pelas palavras de suporte e/ou pela descontração. Isso ajudou-me a diminuir a pressão do doutorado em vários momentos.

Aos meus amigos e minhas amigas, em especial, a Frederico Moriel, Henrique Moriel, e Patrícia. Vocês sabem, exatamente, os obstáculos que enfrentei, e nunca desmereceram meu esforço e minhas limitações. Estendo meus agradecimento às suas respectivas famílias, que sempre me trataram como um filho, primo ou sobrinho.

Expresso minha gratidão aos amigos Artur Muniz e Francisco Machado que me acompanharam em toda a trajetória desse doutorado. Escutaram-me quando ninguém mais parecia me entender.

Agradeço também à minha irmã de consideração Adriana Cordeiro. Sempre manifestou palavras de afeto, encorajamento e compreensão para mim.

Agradeço, também, aos colegas da minha turma de doutoramento e tantos outros que cursaram disciplinas comigo e que, de alguma forma, contribuíram com esta tese ou com minha vivência no PROPAD. Primordialmente, aos amigos Humberto, Henrique e Rosa pelas conversas, trocas de experiência, parcerias, e paciência nas horas difíceis.

Um agradecimento especial a minha orientadora, Profa. Dra. Débora Coutinho Paschoal Dourado, que conduziu com maestria o desenvolvimento desta tese. Ela soube como me deixar a vontade para produzir esse trabalho. Além disso, é uma das pessoas mais humanas que conheci na academia. O fruto de nossas interações ultrapassaram as fronteiras da tese e culminaram em uma amizade para a vida.

Aos membros do grupos de pesquisa Observatório da Realidade Organizacional da UFPE, com as contribuições acadêmicas, sugestões e reflexões, em especial à Angélica Soares, Mariana Larissa, Mykaelly Moura, Manoel Filho e Newton Claizoni. Vocês foram muito presentes na distância imposta na Pandemia da Covid-19. Não tenho palavras para agradecê-los.

Aos membros da banca examinadora desta tese de doutorado, a professora Dra. Renata Ovenhausen Albernaz e aos professores D.rs Guilherme Lima Moura, Rodrigo Gameiro Guimarães e José Ricardo Costa de Mendonça, meu irrestrito reconhecimento e respeito pelas suas contribuições para aprimorar a qualidade do argumento da tese. Estendo minha gratidão à professora Dra. Sueli Maria Goulart da Silva e ao Professor Dr. Denis Silva da Silveira que, apesar de não comporem a banca examinadora final, colaboraram com o enriquecimento da tese na fase de qualificação.

Agradeço a contribuição de cada professor(a) e técnico(a) do PROPAD, todos foram fundamentais no caminhar do meu doutoramento. Uma menção singular é conferida à professora Dra. Jackeline Amantino de Andrade e ao professor PhD Sérgio Benício Carvalho de Mello. A ideia central desta tese surgiu durante as discussões da disciplina de doutorado ministrada pela professora Jackeline no PROPAD/UFPE. Se, hoje, tornei-me doutor, devo muito dessa realização ao professor Sérgio. Ele acreditou e me incentivou no início de minha carreira acadêmica. Fomos parceiros durante anos e nunca me faltou seu apoio. Ele foi o principal catalisado da minha decisão de ingressar no doutorado. Além disso, é um amigo que sempre se preocupou comigo. Apesar de nosso

distanciamento, por questões meramente acadêmicas, meu afeto, admiração e respeito por ele nunca esmaeceu. Ao contrário, nutro esses sentimentos até hoje. Tenho plena convicção de que nossos caminhos irão se cruzar novamente, e quando isso ocorrer será mais um dos vários momentos inesquecíveis de felicidade em minha vida.

Minha gratidão também é estendida ao professor Dr. José Batista, do Centro de Educação da UFPE. Ele foi responsável pelo meu reencontro com minha prática docente. Suas alunas e modos de interação e diálogo com os alunos são uma inspiração para mim. Ele tornou-se minha bússola em como ser um docente.

Por fim, agradeço à Deus por suas bênçãos, por me dar a força necessária para enfrentar e superar os obstáculos impostos pela vida, ter iluminado meu caminho, e, acima de tudo, pelo privilégio ter conhecido e vivido com todos e todas vocês.

Everybody is a genius.
But if you judge a fish by its ability to climb a tree,
it will live its whole life believing that it is stupid.
(Matthew Kelly)

No fim tudo dá certo,
e se não deu certo é porque ainda não chegou ao fim.
(Fernando Sabino)

RESUMO

A importação de *radical traveling theories* é um método legítimo e prevalente de teorização no domínio disciplinar da Teoria Organizacional. Nas últimas duas décadas, a temática referente à importação de teorias, oriundas de outras disciplinas, recebeu atenção considerável de uma parcela significativa da comunidade acadêmica de teóricos organizacionais. Enquanto alguns evidenciaram os benefícios associados à aplicação desse método na construção de conhecimento e teorias organizacionais; outros expuseram críticas severas ao uso indiscriminado e imprudente de teorias estrangeira, especialmente as chamadas *radical traveling theories*, para alcançar esse fim. A despeito das divergências acerca desse método de teorização, ele é reconhecido entre os teóricos organizacionais como uma faceta integral do desenvolvimento epistêmico da Teoria Organizacional. As críticas e ressalvas direcionadas a esse método de teorização não invalidam sua função e finalidade em si; mas sim, desvelam o modo descuidado e inconsequente de seu uso pelos teóricos organizacionais. Apesar dos avanços nas discussões sobre a importação de teorias, conclamo à necessidade de introjetar um maior rigor e sistematicidade aos processos desse método de teorização no domínio da Teoria Organizacional. Em particular, sustento a necessidade de elaborar um novo *framework* epistemológico para compreender o *modus operandi* de importação e domesticação de *radical traveling theories* normativas na Teoria das Organizações. O fundamento da minha proposta de tese encontra respaldo na constatação empírica de que os *frameworks* prévios de importação de teorias são insuficientes para explicar essa prática de teorização na Teoria Organizacional. Como proponho aqui, esses frameworks não oferecem uma abordagem de justificação epistêmica capaz de garantir e sustentar reivindicações coerentes de conhecimento. Tal constatação é eliciada pela síntese da revisão sistemática da literatura, empreendida nesta tese. Desenvolvi minha própria versão de revisão sistemática configurativa, alicerçada nos princípios da hermenêutica filosófica da Hans-George Gadamer. Os procedimentos analíticos de interpretação do *corpus* de pesquisa da revisão foram pautados nas diretrizes da hermenêutica gadameriana e da análise temática reflexiva. O arsenal epistêmico do *framework* de importação, que ofereço aqui, foi criado com base na articulação do círculo das matrizes epistêmicas de Ana Paula Paes de Paula, aliado às suas costuras teóricas com os sistemas de produção de conhecimento Michael Hill e à teoria dos interesses cognitivos de Jürgen Habermas. Em consonância com isso, incorporei a lógica da Integração Conceitual e a Rede dos Espaços Mentais de Gilles Fauconnier e Mark Turner. Por fim, adotei a teoria coerentista de justificação epistêmica de Paul Thagard com a finalidade de estabelecer critérios de coerência que possibilitem explicar e justificar o *modus operandi* do *framework* de importação de *radical traveling theories* normativas na Teoria Organizacional.

Palavras-chave: Importação de teorias estrangeiras; *Radical Traveling Theories*; Teoria Organizacional; Matrizes Epistêmicas; Jürgen Habermas.

ABSTRACT

Borrowing radical travelling theories is a legitimate and prevalent theorizing method in Organizational Theory. The topic of borrowing theories from other disciplines has received significant attention from the academic community of organizational theorists in the past two decades. While some have highlighted the benefits associated with applying this method in knowledge construction and the development of organizational theories, others have strongly criticized the indiscriminate and reckless use of foreigner theories, especially radical travelling theories, to achieve these ends. Despite the diverging opinions on this method of theorizing, it is reckoned amongst organizational theorists as an integral facet of the epistemic development of Organizational Theory. The criticisms and reservations directed at this method do not invalidate its purpose and function *per se*; rather, they reveal the careless and inconsequential manner in which some organizational theorists have employed. Notwithstanding the progress in discussions regarding borrowing theory, there is a need to instill greater rigor and systematicity in the processes of this method within the domain of Organizational Theory. Specifically, I argue for the necessity of creating a novel epistemological framework to comprehend the *modus operandi* of borrowing and domesticating radical normative travelling theories in the Organizational Theory. The foundation of my thesis proposal is supported by the empirical observation that existing frameworks for borrowing theory are inadequate in explaining this theorizing practice in such a disciplinary domain. As I propose here, these frameworks do not offer an epistemic justification approach that can guarante and support coherent knowledge claims. This finding stemmed from the synthesis of a systematic literature review conducted in this thesis. I have developed my version of a configurative systematic review, drawing on the principles of Hans-George Gadamer's philosophical hermeneutics. The analytical procedures for interpreting the research *corpus* of the review were guided by the directives of Gadamerian hermeneutics and reflective thematic analysis. The epistemic of the borrowing framework that I present here is constructed based on the integration of Ana Paula Paes de Paula's circle of epistemic matrices, Michael Hill's knowledge production systems, and Jurgen Habermas' cognitive interests theory. In addition, I have incorporated Gilles Fauconnier and Mark Turner's Conceptual Integration and the Network of Mental Spaces. Finally, I adopted Paul Thagard's coherentist theory of epistemic justification to establish coherence criteria that can explain and justify the *modus operandi* of the borrowing framework of radical travelling normative theories in Organizational Theory.

Keywords: Borrowing theories; Radical Traveling Theories; Organizational Theory; Epistemic Matrices; Jürgen Habermas.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 (3)	Etapas da Revisão Sistemática de Literatura	109
Figura 2 (3)	Círculos Hermenêuticos	111
Figura 3 (3)	Conexão das Etapas da RSL e do CAI com as fases da ATR	116
Figura 4 (3)	Circulo hermenêutico e a fusão de horizontes na ATR	122
Figura 5 (3)	Mapa de temas e subtemas provisório do framework de importação de Whetten, Felin e King (2009)	181
Figura 6 (3)	Mapa final de temas e subtemas dos *frameworks* de importação	195
Figura 7 (4)	Círculo das Matrizes Epistêmicas	279
Figura 8 (4)	Círculo das matrizes epistêmicas e a relação com as abordagens sociológicas, teorias e metodologias	283
Figura 9(4)	Abordagem sociológicas puras e híbridas	284
Figura 10 (4)	O círculo das matrizes epistêmicas direcionado a prática de importar e domesticar radical traveling theories normativas	291
Figura 11 (4)	Relações entre os elementos constituintes dos sistemas de produção de conhecimento	299
Figura 12 (4)	As mudanças e desvios ontológicos da teoria	308
Figura 13 (4)	Modelo dos quatro espaços	342
Figura 14 (4)	Modelo de Stephen E. Toulmin para argumentos	380
Figura 15 (4)	Usos de analogias no modelo de Toulmin	383
Figura 16 (5)	Reconhecimento da incompletude cognitiva na Teoria Organizacional	422
Figura 17 (5)	Processo de escolha e conhecimento preliminar da teoria estrangeira a ser importada para Teoria Organizacional	426
Figura 18 (5)	Identidade da Teoria α	428
Figura 19 (5)	Processo unidirecional de importação e domesticação da Teoria α	429

Figura 20 (5)	Espaços de Entrada e constituição do Espaço Genérico	431
Figura 21 (5)	Projeção Seletiva e a Composição do Integrado	433
Figura 22 (5)	Estrutura Emergente de Significados	435
Figura 23 (5)	A Rede de Espaço e o *Modus Operandi* de Importação	436
Figura 24 (5)	Dinâmica da Coerência das Matrizes Epistêmicas da Radical Traveling Theory	438

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 (2)	Formas de teorização na Teoria Organizacional	88
Quadro 2 (3)	Resultado do processo de classificação das publicações primárias na Etapa 1	130
Quadro 3 (3)	Componentes e aplicação do modelo PICOC	134
Quadro 4 (3)	*String* completa de Busca	136
Quadro 5 (3)	*String* reduzida de Busca	137
Quadro 6 (3)	Aplicação das *strings* de busca nas bibliotecas digitais da UFPE	139
Quadro 7 (3)	Critérios QA para estudos teóricos	150
Quadro 8 (3)	Dimensões de mapeamento e classificação dos segmentos de dados significativos nos estudos primários	160
Quadro 9 (3)	Segmento significativo e suas dimensões de mapeamento e classificação	161
Quadro 10 (3)	Codificação semântica dos segmentos significativos nos estudos primários	162
Quadro 11 (3)	Codificação semântica dos segmentos significativos nos estudos primários	164
Quadro 12 (3)	Construção de unidade de sentido WFK1 do artigo de Whetten, Felin e King (2009)	168
Quadro 13 (3)	Primeiro momento: análise nomotética e ideográfica da unidade de sentido WFKI do texto de Whetten, Felin e King (2009)	170
Quadro 14 (3)	Segundo momento: análise nomotética e ideográfica das unidades de sentido WFKI, WFK2, WFK3 e WFK4 do texto de Whetten, Felin e King (2009)	174
Quadro 15 (3)	Segundo momento: Fusão de Horizontes, WFKI, WFK2, WFK3 e WFK4 do texto de Whetten, Felin e King (2009)	178
Quadro 16 (4)	Conhecimento, interesses e racionalidade de Habermas	208

Quadro 17 (4)	Protocolo de perguntas do alinhamento epistêmico-ontológico	312
Quadro 18 (4)	Características e correspondências das Relações Vitais	348
Quadro 19 (4)	Estrutura de avaliação metodológica para analogias	393
Quadro 20 (4)	Tipos de coerências e suas restrições	414
Quadro 21 (5)	Critérios de escolha de uma teoria estrangeira de Suddaby (2010)	423
Quadro 23 (5)	Os sete testes de qualidade de teorias importadas	425

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 (3)	Distribuição de frequência dos estudos primários recuperadas nas bibliotecas digitais	140
Tabela 2 (3)	Publicações primárias extraídas pelo procedimento de bola de neve	141
Tabela 3 (3)	Distribuição de frequência dos critérios de inclusão e exclusão	144

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AT	Análise Temática
ATR	Análise Temática Reflexixa
CAI	Círculo de Análise e Interpretação
CBA	Círculo de Busca e Aquisição
CH	Círculo Hermenêutico
CDA	Campo/Domínio Disciplinar A
EE	Espaço de Entrada
EE1	Espaço de Entrada 1
EE2	Espaço de Entrada 2
EES	Estrutura Emergente de Significado
EG	Espaço Genérico
EI	Espaço Integrado
EO	Estudos Organizacionais
HG	Hermenêutica Gadameriana/Hermenêutica Filosófica de Gadamer
IC	Integração Conceitual
KHI	*Knowledge and Human Interests*
MPD	Método de Pesquisa Documental
PD	Pesquisa Documental
MEC	Mapeamento do Espaço Cruzado
M1	Primeiro *Momentum*
M2	Segundo *Momentum*
M3	Terceiro *Momentum*
M4	Quarto *Momentum*
M5	Quinto *Momentum*
RC	Revisão Configurativa
RICQEM	Rede de Integração Conceitual dos Quatro Espaços Mentais
RSL	Revisão Sistemática de Literatura

RTT	*Radical Traveling Theory*
SM1	Reconhecimento dos Espaços de Entrada & Construção do Espaço Genérico
SM2	Projeção seletiva e Composição do Integrado
SPC	Sistema de Produção de Conhecimento
TCE	Teoria da Coerência Explicativa
TCJ	Teoria Coerentista da Justificação
TIC	Teoria dos Interesses Cognitivos/ Teoria dos Interesses Constitutivos do Conhecimento
TO	Teoria Organizacional/Teoria das Organizações
TM	Teoria Madura
TSC	Teoria Social Crítica
TCV	Teoria Coerentista da Verdade
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco

Sumário

1 INTRODUÇÃO ____ 1

1.1 Objetivos da tese ____ 53

1.1.1 Objetivo geral ____ 53

1.1.2 Objetivos específicos ____ 53

2 PROLEGÔMENOS À TEORIZAÇÃO, TEORIAS, TEORIAS NORMATIVAS E RADICAL TRAVELING THEORIES ____ 54

2.1 Teorização: do contexto da justificação ao contexto da descoberta ____ 55

2.2 Sobre a noção de teoria na literatura de Teoria Organizacional ____ 58

2.2.1 As condições de clareza dos conceitos de uma teoria na literatura de Teoria Organizacional ____ 62

2.3 Teoria: elemento dos sistemas de produção de conhecimento ____ 70

2.4 A importância e os fundamentos da teoria normativa na Teoria Organizacional ____ 77

2.5 A noção de *radical traveling theory* na Teoria Organizacional ____ 86

3 METODOLOGIA ____ 94

3.1 Os contornos da revisão sistemática de literatura ____ 94

3.2 A hermenêutica filosófica de Hans-George Gadamer: método dos princípios analíticos da revisão sistemática de literatura ____ 97

3.3 A análise temática reflexiva ____ 106

3.4 Minha proposta metodológica de revisão sistemática de literatura ____ 108

3.5 Execução da revisão sistemática de literatura ____ 127

3.5.1 Etapa 1 – mapeamento de campo ____ 127

3.5.1.1 *Revisão de escopo* ____ 128

3.5.1.2 *Formulação da pergunta de pesquisa: modelo PICOC* ____ 132

3.5.1.3 *Definição das strings de busca* 134
3.5.2 Etapa 2 – pesquisa abrangente 137
3.5.2.1 *Seleção das fontes de pesquisa* 137
3.5.2.2 *Descrição e execução dos métodos de busca* 138
3.5.2.3 *Critérios de inclusão e exclusão* 141
3.5.3 Etapa 3 – Avaliação da qualidade dos estudos primários 146
3.5.4 Etapa 4 – Extração de dados 158
3.5.5 Etapa 5 – Síntese 183
4 FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS DO *FRAMEWORK* DE IMPORTAÇÃO DE *RADICAL TRAVELING THEORIES* NORMATIVAS 196
4.1 Um esboço da teoria dos interesses constitutivos do conhecimento em *Knowledge and Human Interests* 196
4.2 Um mergulho nos interesses cognitivos habermasianos 209
4.2.1 Positivismo, ciências empírico-analíticas e interesse técnico 209
4.2.2 As ciências hermenêuticas e o interesse prático 230
4.2.3 As ciências críticas e o interesse emancipatório 250
4.2.4 Um esboço dos alicerces que unem a teoria habermasiana dos interesses cognitivos com o *framework* de importação de *radical traveling theories* normativas na Teoria Organizacional 262
4.3 O círculo das matrizes epistêmicas: caminho alternativo para teorizar sobre a prática de importar *radical traveling theories* na Teoria Organizacional 271
4.3.1 Marcadores ônticos, epistêmicos, axiológicos e ideológicos de importação e domesticação das abordagens sociológicas das *radical traveling theories* normativas na Teoria Organizacional 298
4.4 Os quatro espaços mentais e as redes de integração conceitual de Gilles Fauconnier e Mark Turner 341

4.5 Racionalidade analógica na prática de importar *radical traveling theories* na Teoria Organizacional ____ 364

4.5.1 A noção de analogia e os tipos de racionalidade analógica ____ 366

4.5.2 Raciocínio contrafactual na Teoria Organizacional ____ 373

4.5.3 O modelo de análise de analogias ressonantes e dissonantes na importação de *radical traveling theories* no domínio da Teoria Organizacional ____ 378

4.6 Teoria coerentista de justificação epistêmica ____ 396

4.6.1 A teoria da coerência explicativa de Paul Thagard ____ 404

5 O *MODUS OPERANDI* DO *FRAMEWORK* EPISTEMOLÓGICO DE IMPORTAÇÃO DE *RADICAL TRAVELING THEORIES* NORMATIVAS NO DOMÍNIO DA TEORIA ORGANIZACIONAL ____ 420

REFERENCIAS ____ 439

APÊNDICE A – DISTINÇÃO ENTRE TEORIAS ADMINISTRATIVAS, TEORIA ORGANIZACIONAL E ESTUDOS ORGANIZACIONAIS ____ 492

APÊNDICE B – DISCRIMINAÇÃO DOS ESTUDOS POR CRITÉRIO DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO ____ 496

APÊNDICE C – APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE QUALIDADE QA NAS PUBLICAÇÕES PRIMÁRIA ____ 497

APÊNDICE D – ILUSTRAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DO MEU HORIZONTE ____ 498

APÊNDICE E – FUSÃO DOS HORIZONTES DA ANÁLISE HERMENÊUTICA ____ 501

1 INTRODUÇÃO

A importação de teorias é um método legítimo, prevalente e profícuo de teorização[1] no domínio disciplinar[2] da Teoria Organizacional[3] — i.e., TO (SHEPHERD; SUDDABY, 2017). O termo teorização remete aos processos de construção de teorias ou de conhecimento na TO (WEICK, 1995b; FOLGER; TURILLO, 1999; REED, 2006; FELDMAN; ORLIKOWSKI, 2011; HANSEN; MADSEN, 2019). Esse método envolve a transposição unidirecional ou bidirecional de conceitos, teorias, e ideias produzidas em outras disciplinas, para serem, *a posteriori*, aplicadas na Teoria das Organizações[4] (OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011; DAVIES; MANNING; SÖDERLUND, 2018). Aos olhos de muitos teóricos das organizações, o processo de importar teorias é responsável pela inserção e integralização de novas perspectivas teóricas, abordagens onto-epistêmicas, ideologias, e métodos direcionados à explicação dos fenômenos organizacionais (FLOYD, 2009; WHETTEN, 2009; SUDDABY; HARDY; HUY, 2011; BERKOVICH, IZHAK 2020).

Esse método de teorização é, como afirmam Oswick; Fleming e Hanlon (2011, p. 318, tradução nossa), uma faceta integral do desenvolvimento teórico da Teoria Organizacional, pois "[...] sempre existem antecedentes fundamentais, [oriundos de outros domínios disciplinares,] que prefiguram e moldam a formulação de uma teoria

[1] É mister ressaltar que os teóricos organizacionais têm à sua disposição uma pluralidade de métodos — complementares e rivais entre si — para conjecturar acerca das questões e dos fenômenos referentes às organizações (LOUNSBURY; BECKMAN, 2015; SHEPHERD; SUDDABY, 2017). Dentre os métodos de teorização existentes na literatura de Teoria Organizacional, destacam-se os seguintes: a) metáforas (MORGAN, 1980; CORNELISSEN, 2005; BOXENBAUM; ROULEAU, 2011), B) PARADOXOS (POOLE; VAN DE VEN, 1989; SMITH; LEWIS, 2011), c) problematização (ALVESSON; KÄRREMAN, 2007; SANDBERG; ALVESSON, 2011; SHEPHERD; SUTLIFFE, 2011), d) lógica e mecanismos baseados na prática (DAVIS; MARQUIS, 2005; FELDMAN; ORLIKOWSKI, 2011), e) ocorrências cotidianas ou absurdas (WEICK, 1974), f) *sensemaking* (WEICK, 2007), g) combinação — i.e., *blending* — e importação — i.e., *borrowing* — de teorias (OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011), h) *bricolage* (BOXENBAUM; ROULEAU, 2011), i) analogias (KETOKIVI; MANTERE; CORNELISSEN, 2017) e, por fim, i) tipologias (FISS, 2011). De acordo com Shepherd e Suddaby (2017), os diferentes métodos de teorização oferecem diferentes rotas e *insights* para pensar o processo de construção de teorias na TO.

[2] Os termos disciplina, campo disciplinar, domínio disciplinar e domínio científico são utilizados de forma intercambiável. Um domínio é definido como um campo de estudo marcado topicamente, epistemologicamente e institucionalmente, por um conjunto específico de questões de pesquisa. Esse campo é mantido por uma comunidade afiliada de acadêmicos, que compartilham métodos e abordagens paradigmáticas e teóricas (DAVIES; MANNING; SÖDERLUND, 2018). Barros (2011, p. 252) ratificam esse entendimento ao afirmar que: um domínio é composto por "[...] determinados objetos de interesse, certas singularidades, uma confluência específica de teoria, método e modelos discursivos, relações interdisciplinares, subdivisões intradisciplinares, entre outros aspectos".

[3] No Apêndice A, forneço uma descrição sucinta do termo Teoria Organizacional e sua distinção dos Estudos Organizacionais e das Teorias Administrativas.

[4] Utilizo a expressão Teoria das Organizações como sinônimo de Teoria Organizacional.

[organizacional] específica". A constituição epistemológica da TO está, inexoravelmente, alicerçada em processos de apropriação de teorias provenientes de outras disciplinas, como, por exemplo, psicologia, biologia, filosofia, sociologia e economia (AGARWAL; HOETKER, 2007; WHETTEN; FELIN; KING, 2009; SUDDABY; HARDY; HUY, 2011; ACCARD, 2020).

Um levantamento sobre a amplitude do uso da importação de teorias na TO conduzido por Oswick, Fleming e Hanlon (2011), revelou que os esforços empreendidos na construção de conhecimento não são apenas dependentes, mas também, marcados por uma predominância significativa de teorias estrangeiras prévias. De acordo com esses autores, quase dois terços das pesquisas organizacionais são impulsionadas pela apropriação de teorias, originalmente, produzidas fora dos limites da Teoria das Organizações. O termo teoria estrangeira remete, dessa forma, às teorias cujas concepções estão, eminentemente, circunscrita em domínios epistemológicos distintos e externos àquele da TO (OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011; ACCARD, 2020).

Engana-se quem reduz a importação a um simples ato técnico de transferir uma teoria de seu domínio fonte para um domínio de destino. Enquanto método de teorização "[...] de fora para dentro [...]" (TSUI, 2006, p. 3 , tradução nossa), o ato de importar teorias encapsula uma prática[5], fundamentalmente, epistemológica (SLEE, 1997; BERKOVICH, IZHAK 2020) na Teoria Organizacional (OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011). A transposição de uma teoria, de seu contexto de referência, não se esgota no seu uso para compreender um fenômeno de interesse em um contexto alvo. O importar transcende essa "função" para contemplar como a Teoria Organizacional adquire e justifica seu corpo de conhecimento. A apropriação de uma teoria estrangeira exige esforços mentais de ordem epistêmica para adequar e justificar estrutura[6] da teoria às demandas do domínio da TO. Esse esforço é denominado de domesticação de uma teoria. A domesticação remete ao procedimento de racionalizar, remodelar e/ou refinar sua concepção original de uma teoria, de modo a torná-la consumível para a audiência de teóricos organizacionais e útil aos fins da Teoria

[5] Nesta tese, a palavra prática, quando utilizada para se referir a importação teorias, é um sinônimo de *modus operandi*.

[6] Percebo a necessidade de explicar o que entendo por estrutura de uma teoria. A teoria corporifica conceitos, ideias, hipóteses, pressupostos ontológicos, axiológicos e epistemológicos, métodos, e interesses cognitivo-sociais, que racionalizam sua produção e uso em determinado campo de conhecimento (HATCH; CUNLIFFE, 2012; PAES DE PAULA, 2016; BERKOVICH, IZHAK 2020).

Organizacional (FLOYD, 2009; WHETTEN; FELIN; KING, 2009; ZAHRA; NEWEY, 2009; BERKOVICH, IZHAK 2020).

Os esforços de importação de uma teoria resultam, comumente, em recombinações na sua estrutura ou, em casos mais extremos, na criação de um novo sistema de conhecimento no campo da Teoria das Organizações (OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011; BERKOVICH, IZHAK 2020). Em última instância, o processo de importar uma teoria permite explicar "[...] por que e como o conhecimento é definido enquanto 'crença verdadeira e justificada'" em determinado domínio disciplinar (SCHERER; DOES; MARTI, 2016, p. 33, tradução nossa). A importação de teorias estrangeiras propicia aos teóricos organizacionais construírem conhecimentos genuínos, isto é, baseados em evidências e razões que os justifiquem. Tal método de teorização é, como sustentam Nord *et al.* (2006), um dos pilares de sustentação do repertório de recursos intelectuais e contribuições epistêmicas da produção de conhecimento na TO.

Nas últimas duas décadas, a prática de importar teorias estrangeiras recebeu atenção considerável de uma parcela da comunidade de teóricos organizacionais[7]. Alguns estudiosos objetivaram delimitar os contornos do processo de importação (FLOYD, 2009; WHETTEN, 2009; SHEPHERD; SUDDABY, 2017; ACCARD, 2020). Outros visaram identificar as categorias de teoria importadas na Teoria Organizacional (OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011). Também houve aqueles que exploraram os benefícios associados à aplicação desse método para fins de teorização na TO (WHETTEN; FELIN; KING, 2009; ZAHRA; NEWEY, 2009; BERKOVICH, IZHAK 2020). Um número expressivo de acadêmicos expôs críticas ao uso de teorias estrangeiras

[7] Nesta tese, abordo a importação de teorias estrangeiras sob uma perspectiva epistemológica. Entretanto, é preciso reconhecer que alguns estudiosos têm preocupações ontológicas em relação à importação de teorias, agora sim referida a formações sociais particulares. Aqui, destaco dois autores da academia brasileira de Administração: Guerreiro Ramos e Maurício Tragtenberg. Com a ideia de redução sociológica, Guerreiro Ramos (1996) propõe um método que modificaria o modo pelo qual a teoria das organizações se apropria de conceitos vindos de outras áreas de conhecimento. A redução é, claramente, posicionada na disputa geopolítica da produção do conhecimento, o que denota uma preocupação com questões ontológicas dessa produção (RAMOS, 1989; RAMOS, 1996). Para Tragtenberg (1979), a domesticação não é fruto do "consumo" de ideias e conceitos de outras áreas, mas de um amansamento do que se produz a partir de ideias e conceitos produzidos em outros contextos histórico-sociais, criando o que ele denominou de delinquência acadêmica. A preocupação de Tragtenberg (1980) passa para o caráter ideológico da própria teoria administrativa que, como exposto em Motta (2001) tem, de fato, origem estrangeira, no sentido geográfico. Para esses autores, o que importa primordialmente não é a produção de conhecimento em teoria das organizações, de modo genérico e abstrato, mas o aporte desta teoria, ontogeneticamente produzida externamente, e seu potencial explicativo e compreensivo na realidade nacional. Nesse sentido, não me parece adequado trabalhar com essa abordagem ontológica da importação de teorias estrangeiras no domínio da Teoria das Organizações.

para o progresso teórico da TO (SOUZA, 2001; MISOCZKY, 2003; MISOCZKY; AMANTINO-DE-ANDRADE, 2005). Em meio a uma multiplicidade de questões e de problemáticas associadas a esse método de teorização, esta tese aborda o *modus operandi* de importação de teorias estrangeiras e, em particular, *radical traveling theories*[8] — abreviadas como RTTs — normativas para o seio da Teoria das Organizações.

Um panorama na literatura relevante sobre o assunto revela que não é inédita a tentativa de prover um entendimento de como as teorias estrangeiras e, em particular, as RTTs são importadas no campo da TO. Ao longo dos anos, alguns teóricos organizacionais propuseram diferentes *frameworks*[9] de importação dessas teorias — sendo alguns rivais e outros complementares entre si — para explicar os possíveis modos de proceder com esse método na Teoria das Organizações (ver, por exemplo, WHETTEN, 2009; WHETTEN; FELIN; KING, 2009; ZAHRA; NEWEY, 2009; OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011; ACCARD, 2020). Em termos conceituais, as RTTs são um tipo de teoria estrangeira importada na Teoria Organizacional (ACCARD, 2020). Como Oswick, Fleming e Hanlon (2011, p. 327, tradução nossa) sugerem, as *radical traveling theories* constituem "[...] o grupo de teorias importadas mais prevalente e, amplamente, consumido" no domínio da TO. As RTTs são, regularmente, qualificadas como teorias maduras, ou seja, teorias de referência que se mantêm bem estabelecidas em seus respectivos domínios de origem (EDMONDSON; MCMANUS, 2007).

As *radical traveling theories* são teorias gerais, universais que possuem elevado nível de abstração e considerável latitude conceitual (OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011; ACCARD, 2020). Essas teorias possuem níveis interdisciplinares de aceitação e de aplicabilidade significativos para explicar os fenômenos organizacionais (OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011). A importação de RTTs é, primordialmente, valorizada devido ao seu potencial de contribuir para o

[8] Perdoe-me leitor, mas optei por não traduzir o termo *radical traveling theory*. O motivo para isso é simples: a tradução desse termo para o Português seria teoria de transposição/viagem radical. No entanto, isso não expressa a ideia central contida no termo em questão.

[9] Os termos *framework* e modelo são utilizados de forma intercambiável nesta tese. Um *framework* teórico ou conceitual, como sugerem Miles, Huberman e Saldaña (2014, p. 20, tradução nossa), "[...] explica, graficamente ou em forma de narrativa, as coisas principais a serem estudadas — os principais fatores, variáveis ou conceitos — e as relações presumidas entre eles. Os *frameworks* podem ser simples ou elaborados, baseados no senso comum ou em teorias, [sejam elas] descritivas ou causais". Um *framework* é, dessa forma, um argumento, ou seja, uma série de proposições lógicas sequenciadas, cujo objetivo é fundamentar o estudo de um fenômeno de maneira coerente e rigorosa (RAVITCH; RIGGAN, 2017).

desenvolvimento de teorias organizacionais (OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011; ACCARD, 2020). Por agregarem múltiplas abordagens onto-epistêmicas à Teoria Organizacional, as RTTs auxiliam na compreensão dos fenômenos e das teorias de cunho organizacional (WHETTEN; FELIN; KING, 2009; OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011; ACCARD, 2020; BERKOVICH, IZHAK 2020).

Em face de um amplo espectro de diferentes tipos de *radical traveling theories*, o enfoque desta tese está nas RTTs normativas. Na literatura de Teoria das Organizações, vários estudiosos direcionaram seus esforços para demonstrar a importância das teorias normativas quanto à construção de conhecimento na TO (JENSEN, 1983; HERMAN, 1991; WEAVER; TREVINO, 1994; HASNAS, 1998; TOENJES, 2002; SCHERER, 2003; MORIARTY, 2005;2008; HSIEH, 2009; SMITH, 2009; HEUGENS; SCHERER, 2010; HATCH; CUNLIFFE, 2012; MARENS, 2014; SUDDABY, 2014b). Uma teoria normativa oferece idealizações e abstrações acerca de como os fenômenos deveriam ser, e não apenas como são (BUCKLER, 2010; BAIASU, 2014). Uma *radical traveling theory* é normativa quando fornece um conjunto de suposições ideais para prescrever e, em alguns casos, desafiar os padrões comuns, que regulam como um determinado fenômeno organizacional deveria se manifestar (PARKER, 2003; GERRING; YESNOWITZ, 2006; SMITH, 2009; HATCH; CUNLIFFE, 2012; PIETRZYK-REEVES, 2017).

Como pretendo demonstrar mais adiante[10], os *frameworks* de importação de teorias estrangeiras, sugeridos pelos teóricos organizacionais, em termos de fins, buscam elucidar dois questionamentos basilares: como justificar a apropriação de teorias, oriundas de outros domínios disciplinares, na Teoria Organizacional? Como fundamentar a construção de conhecimento organizacional a partir desse método de teorização? Sem desmerecer os empenhos realizados para compreender esse processo de teorização, é preciso trazer à tona uma ressalva importante sobre os *frameworks* existentes de importação no domínio da Teoria das Organizações. Alvidro que os *frameworks* são *per se* insuficientes para explicar e justificar o *modus operandi* desse método de teorização na TO. Essa insuficiência, como pretendo argumentar mais adiante, está presente tanto no nível processual quanto no epistêmico dos modelos de importação.

[10] Essa demonstração é realizada na seção de síntese do Capitulo 3, referente à metodologia.

Apresento duas alegações complementares que amparam meu pleito acerca dos *frameworks* de importação. Sustento que lhes falta um conjunto integrado de diretrizes, marcadores[11] e racionalidades capaz de fundamentar as explicações dos procedimentos envoltos na importação desse tipo de teoria na TO. Em consonância com isso, os modelos falham em oferecer uma abordagem de justificação, em termos de coerência epistêmica, para as reivindicações de conhecimento produzidas por intermédio desse método de teorização. A identificação desses pontos, motivaram-me, nesta tese, a realizar um empreendimento teórico-empírico para elaborar um *framework* epistemológico alternativo voltado à compreensão do *modus operandi* da prática de importar *radical traveling theories* normativas para o domínio da Teoria Organizacional.

Na literatura de Teoria das Organizações, existe uma série argumentos favoráveis à adoção desse método de teorização, enquanto "caminho" para desenvolver e justificar novos *insights*, teorias e conhecimentos organizacionais. Os teóricos organizacionais recorrem a importação de teorias estrangeiras e, em especial, *radical traveling theories* para conferir credibilidade, legitimidade e rigor científico ao domínio da TO (FLOYD, 2009; WHETTEN; FELIN; KING, 2009; ZAHRA; NEWEY, 2009; OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011; ACCARD, 2020). Aqui, destaco seis benefícios de ordem epistêmica referentes à prática de importar teorias para o campo da Teoria Organizacional. A importação impulsiona processos de *cross-fertilization* entre a TO e outros domínios disciplinares. Esse método integra novas lentes epistêmicas para explicar os fenômenos organizacionais. A apropriação de teorias estrangeiras evita a estagnação na produção de conhecimento da TO. Além disso, aprimora o poder explicativo da teoria importada. A transposição de uma teoria enseja a oportunidade de desafiar o *status quo* das suposições estabelecidas na TO. Por fim, a importação também contribui para construção de teorias endógenas no referido domínio disciplinar.

A importação de *radical traveling theories* estimula processos de *cross-fertilization* entre domínios distintos do conhecimento, promovendo, assim, teorizações de caráter multidisciplinar (CORLEY; BOARDMAN; BOZEMAN, 2006; DAVIES; MANNING; SÖDERLUND, 2018). Esses processos fomentam intercâmbios de natureza ontológica, teórico-epistemológica, conceitual, axiológica e metodológica

[11] Os marcadores podem ser de ordem epistêmica, ôntica, metodológica, conceitual, axiológica, ou ideológica, por exemplo.

entre a Teoria Organizacional e outros campos disciplinares (WHETTEN; FELIN; KING, 2009; OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011). A incorporação de RTTs enseja trocas interdisciplinares e intercontextuais de aprendizado com outras disciplinas, as quais inserem novos conhecimentos e "perspectivas paradigmáticas" ao arcabouço teórico da TO (DAVIES; MANNING; SÖDERLUND, 2018). A prática de importa teorias só favorece a *cross-fertilization* se, e somente se, estabelecer a integração de uma rede semântica capaz de induzir diálogos e debates significativos entre a TO e disciplinas (CORLEY; BOARDMAN; BOZEMAN, 2006; OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011; DAVIES; MANNING; SÖDERLUND, 2018).

O *cross-fertilization* amplia o prisma epistêmico e o escopo de investigação da Teoria das Organizações. Isso ocorre sem, necessariamente, prejudicar a originalidade e a distinção de agenda de pesquisa da TO (ZAHRA; NEWEY, 2009; CORNELISSEN; DURAND, 2014; DAVIES; MANNING; SÖDERLUND, 2018). Ao invés de dirimir o valor central e a identidade da TO, esse método de teorização reafirma ou fortalece as fronteiras que distinguem esse domínio de outras disciplinas das Humanidades e das Ciências Sociais (TELL *et al.*, 2017). Não obstante o *status quo* inter- e multidisciplinar, heterogêneo e fragmentado da Teoria Organizacional (REED, 2006; REED; BURRELL, 2019), os processos de *cross-fertilization* auxiliam esse campo a erigir um corpo de conhecimento científico sobre os fenômenos organizacionais (OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011).

A ideia de que uma disciplina agrega um conjunto de conhecimentos únicos, não coberto por outras disciplinas, é o que torna a importação de teorias uma prática epistêmica valorizada na Teoria das Organizações (DOHERTY, 2013). Enquanto método de produção de conhecimento, a importação expande o vocabulário teórico da TO (WHETTEN; FELIN; KING, 2009; CORBETT *et al.*, 2014), por meio da integração de novas lentes de cunho epistemológico (DAVIES; MANNING; SÖDERLUND, 2018). O ato de importar envolve fluxos cíclicos de apropriação e, por conseguinte, adaptação de teorias estrangeiras no domínio da Teoria Organizacional (OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011). Em cada esforço de teorização para introduzir uma *radical traveling theory* à base epistêmica da TO, muitas das suposições de uma teoria são absorvidas e incorporadas à *doxa* — i.e., crenças e entendimentos comumente aceitos — dessa disciplina (ACCARD, 2020).

A justaposição de diferentes abordagens epistêmicas motiva teorizações abrangentes e impactantes na Teoria Organizacional, resultantes da síntese ou

combinação criativa das proposições centrais das teorias importadas, seja "abraçando" seus paradoxos ou suas zonas de interseção (GIOIA; PITRE, 1990; HASSARD, 1991; SCHULTZ; HATCH, 1996). O processo de importação impulsiona assimilações epistêmicas que despertam a necessidade de desenvolver visões mais totalizantes sobre os fenômenos organizacionais (cf. ZAHRA; NEWEY, 2009). Uma das contribuições desse método de teorização é prover aparatos teóricos/conceituais — que coerem, complementam e concebem perspectivas epistêmicas distintas — direcionadas à abordar e, assim, compreender a complexidade e o predicado mutável dos fenômenos da TO (OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011; ALVESSON; SANDBERG, 2013; ALVESSON; SANDBERG, 2014; DAVIS, 2015b; BERKOVICH, IZHAK 2020). O processo de incorporar teorias estrangeiras é, portanto, visto como uma oportunidade de obter *insights* profundos sobre tais fenômenos (HALL, 2003).

A importação de teorias estrangeiras contribui com a sofisticação epistêmica da Teoria Organizacional e, dessa forma, evita a estagnação de sua produção de conhecimento (MATTHEWS; WAYNE; MCKERSIE, 2016). Esse método incentiva o surgimento de ideias originais, novas combinações e usos inéditos de teorias capazes de revitalizar os processos de teorização na TO, comentam Oswick, Fleming e Hanlon (2011) e Zahra e Newey (2009). A apropriação de *radical traveling theories* fomenta interpretações renovadas dessas teorias, inserções de novos conceitos em suas estruturas, e expansões de seus escopos teóricos e das condições de suas aplicações tanto na TO, quanto no seu domínio de origem (SUDDABY; HARDY; HUY, 2011; ACCARD, 2020).

O ato de transpor *radical traveling theories*, entre diferentes contextos e níveis de análise, pode resultar no aperfeiçoamento de seus pressupostos e fundamentos, quando aplicadas na Teoria das Organizações (WHETTEN; FELIN; KING, 2009). As domesticações na estrutura da teoria tendem a aprimorar e aprofundar seu poder explicativo, à medida que delineiam seus limites de atuação ou oferecem novas maneiras de teorizar os fenômenos organizacionais na TO (HAMBRICK, 2007; WHETTEN, 2009; BERKOVICH, IZHAK 2020). Um aspecto valioso da importação de RTTs reside na qualidade metamórfica de seu processo cuja característica principal é adaptar a estrutura dessas teorias para atender às demandas do campo da TO, evitando, assim, suas meras replicações (WHETTEN; FELIN; KING, 2009). A prática de importar RTTs faculta maneiras não ortodoxa de teorizar os fenômenos que desafiam, reformulam, ou redefinem as questões/problemas centrais relativos à Teoria

Organizacional (ZAHRA; NEWEY, 2009). Esse método encoraja os teóricos organizacionais a repensarem/questionarem as suposições, os pressupostos e as tradições instituídas, que fundamentam esse domínio, através de ponderações sobre a coerência das explicações e das justificativas das teorias importadas (OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011; MATTHEWS; WAYNE; MCKERSIE, 2016).

Como a maior parte das teorias organizacionais "[...] está enraizada em teorias importadas de outras disciplinas [...]" (SUDDABY; HARDY; HUY, 2011, p. 236, tradução nossa), o método de importação estimula a geração de teorias endógenas ou indígenas no campo da Teoria das Organizações (OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011; KENWORTHY; VERBEKE, 2015). O termo teoria organizacional endógena remete as teorias desenvolvidas, internamente, para atender às demandas ou responder às questões inerentes ao domínio da TO (SUDDABY, 2014a). As estruturas das teorias indígenas são construídas a partir de combinações de fragmentos ou de suposições de teorias estrangeiras (TRANFIELD; STARKEY, 1998; CORBETT *et al.*, 2014). A noção de teorização endógena pura é, assim, um anátema na concepção das teorias organizacionais (HASSARD; WOLFRAM COX; ROWLINSON, 2013). Em termos epistêmicos, os teóricos organizacionais não devem se ater na busca de uma "pureza teórica" em suas teorizações nesse campo disciplinar (FERRARO; PFEFFER; SUTTON, 2005).

A despeito dos benefícios epistêmicos inerentes à prática de importar de teorias estrangeiras, esse método de teorização tem sido alvo de críticas severas quanto a legitimidade de seu *modus operandi* hegemônico de produção conhecimento no domínio da Teoria Organizacional. Antes de discorrer sobre as acusações contra esse *modus operandi*, é mister descrever suas características. Similar aos demais manifestações de teorias estrangeiras, o *modus operandi* predominante de importação de *radical traveling theories* é unidirecional, parcial, analógico e domesticado (OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011; SHEPHERD; SUDDABY, 2017; ACCARD, 2020). Esse método de teorização compreende a transferência de RTTs de seus domínios de referência para serem aplicadas na Teoria Organizacional, enquanto domínio de destino. A produção de conhecimento é realizada por mapeamentos e apropriações unilaterais de RTTs, de seu domínio fonte para um domínio de destino, ao invés de intercâmbios bidirecionais entre domínios (OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011; ACCARD, 2020). Esse padrão de importação não

favorece um fluxo interdisciplinar de teorização do domínio-alvo para o campo de referência da teoria importada (OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011).

Na racionalidade unidirecional, as alterações na estrutura das *radical traveling theories*, suas possíveis novas interpretações e aplicações, derivadas de sua domesticação, ficam restritas ao domínio da Teoria Organizacional (OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011). As mudanças e os aprimoramentos realizados no conteúdo da RTT não são transpostos para seu domínio de origem. Não há, de fato, uma "troca epistêmica" entre domínios, e sim uma assimilação exclusiva da RTT por parte da TO (OSWICK; KEENOY; GRANT, 2002; OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011).

Alicerçado nesse *modus operandi* dominante, as RTTs são importadas quando satisfazem, pelo menos, uma das condições a seguir. Os teóricos organizacionais possuem um elevado nível de familiaridade com a RTT. Isso ocorre, principalmente, devido à vasta aplicação prévia da teoria no campo da TO para investigar diferentes fenômenos organizacionais (OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011). Em outros casos, importam-se RTTs, amplamente, reconhecidas como teorias de referência em seus campos de origem e bastante utilizadas em outros domínios disciplinares (ACCARD, 2020). Os usos anteriores de uma RTT tornam possível mapear seu escopo, seus limites, e os desafios para sua veracidade na TO (ACCARD, 2020). A importação também depende da identificação de semelhanças estruturais entre o fenômeno de interesse da RTT em seu domínio de produção e o fenômeno a ser investigado na TO (WHETTEN; FELIN; KING, 2009). Por fim, sugiro que os acadêmicos se apropriam de uma RTT por uma mera questão de conveniência, isto é, de heurística na melhor das hipóteses. A escolha da teoria é, fortemente, baseada nas crenças pessoais do estudioso de que a RTT dispõe do "ferramental necessário" para explicar um determinado fenômeno organizacional na Teoria das Organizações. Não há uma justificativa epistêmica do porquê importar a teoria A em detrimento de outras teorias. A arbitrariedade é o fundamento da escolha de importar uma *radical traveling theory*.

A premissa básica comum das condições supramencionadas reside na adequação da *radical traveling theory* ao fenômeno organizacional. No processo de importação de *radical traveling theories*, os teóricos das organizações lançam mão de raciocínio analógico, enquanto recurso epistêmico, para justificar a transferência de uma RTT de seu domínio de origem e, assim, sua acomodação na Teoria Organizacional (CORNELISSEN, 2005; CORNELISSEN; KAFOUROS, 2008;

CORNELISSEN *et al.*, 2008; BOXENBAUM; ROULEAU, 2011; OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011; KETOKIVI; MANTERE; CORNELISSEN, 2017). O raciocínio analógico é, genericamente, concebido como qualquer pensamento fundamentado em analogia (MORGAN, 1980; OSWICK; KEENOY; GRANT, 2002; KETOKIVI; MANTERE; CORNELISSEN, 2017). Em termos simples, uma analogia é uma comparação entre dois objetos, ou sistemas de objetos, que considera apenas os seus aspectos semelhantes (GENTNER, 1999; OSWICK; KEENOY; GRANT, 2002).

O raciocínio analógico é, segundo Oswick, Fleming e Hanlon (2011), consistente com a importação de *radical traveling theories*. Nesse método de teorização, as características e propriedades de uma RTT são transportadas, de maneira análoga, do seu domínio originário para Teoria Organizacional (OSWICK; KEENOY; GRANT, 2002). A prática de importar RTTs, como observam Accard (2020) e Oswick, Fleming e Hanlon (2011), demanda o estabelecimento de analogias entre essas teorias e os seus respectivos fenômenos de interesse na TO. A compreensão do papel das analogias na prática de importar "[...] enseja um melhor entendimento de quais são, essencialmente, os argumentos teóricos e como as teorias progridem" no domínio da TO (KETOKIVI; MANTERE; CORNELISSEN, 2017, p. 638, tradução nossa). A analogia possibilita aos teóricos organizacionais focarem no estabelecimento de similaridades entre teoria e fenômeno, permitindo-lhes abstraírem e, por vezes, suprimirem as discrepâncias desconsideradas no processo de importação (cf. OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011; KETOKIVI; MANTERE; CORNELISSEN, 2017).

Amparada na racionalidade analógica, o ato de importar *radical traveling theories*, consoante Accard (2020), Berkovich (2020), Jiang *et al.* (2016) e Oswick, Fleming e Hanlon (2011), pode envolver a aplicação "literal" da teoria no domínio da Teoria Organizacional. A RTT seria utilizada de maneira idêntica ao modo como foi, intencionalmente, produzida no seu domínio fonte. Nesse caso, não haveria necessidade de realizar modificações em sua estrutura. Os autores sugerem que essa situação é, entretanto, deveras remota. Na minha opinião, há dois motivos principais que explicam o porquê da apropriação *ipsis litteris* de uma *radical traveling theory* — fruto de sua transferência para Teoria Organizacional — parecer ser improvável.

Os teóricos organizacionais, raramente, importam o "pacote completo" de uma teoria. Na maioria dos casos, eles realizam recortes arbitrários e intencionais nas estruturas das teorias estrangeiras, importando apenas alguns de seus componentes

(WHETTEN; FELIN; KING, 2009; JIANG *et al.*, 2016). Por serem produzidas “fora” dos limites do domínio da TO, as RTTs não são, especificamente, concebidas para apreender a multiplicidade de horizontes dos fenômenos organizacionais (OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011). Essas teorias não são, propositadamente, pensadas, ou quiçá projetadas, para atender às demandas ou responder às questões inerentes dos domínios que as importam (ACCARD, 2020). As RTTs permanece situada em um conjunto distinto de circunstâncias intelectuais, que pode não ser suscetível de tradução direta no novo campo disciplinar (TRUEX; HOLMSTRÖM; KEIL, 2006). Isso, geralmente, ocorre devido a teoria importada nem sempre, por um lado, fornecer explicações sobre o fenômeno de interesse da TO; ou, por outro lado, apenas oferecer uma aproximação geral, tangencial dele (HONG *et al.*, 2014; CROSSLER *et al.*, 2018).

A importação das *radical traveling theories* demanda, impreterivelmente, que as teorias sejam submetidas a processos de domesticação, os quais alteram, mesmo que, minimamente suas estruturas, de modo a adequá-las a agenda de pesquisa, aos questionamentos/problemas inerentes, ou as tarefas conceituais da Teoria Organizacional (OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011; LI; SEYREK, 2016; ACCARD, 2020). Em um nível mais expressivo, o ato de domesticar alude as contextualizações e as reformulações da estrutura de uma RRT e, consequentemente, nos pressupostos, fundamentos e significados de seus componentes ônticos, epistêmicos, conceituais, metódicos e axiológicos, para que explique os fenômenos organizacionais (OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011).

Nem todos os componentes da estrutura de uma RTT são domesticados na Teoria Organizacional. Enquanto alguns são modificados para se adaptarem às demandas do domínio-alvo, outros são negligenciados por, supostamente, não contribuírem com o entendimento dos fenômenos organizacionais (MARKÓCZY; DEEDS, 2009). Sob a égide do raciocínio análogo, os teóricos das organizações tendem a rejeitar as partes da estrutura da teoria que não lhes permitem estabelecer equivalências entre ela e o fenômeno em questão (ACCARD, 2020). Existe um motivo razoável para elucidar por que as dissimilaridades são, geralmente, “deixadas de lado” no processo de importação. Uma RTT domesticada deve funcionar de maneira similar, consistente, e coerente ao *modus operandi* de sua concepção original no seu domínio de produção (OSWICK; KEENOY; GRANT, 2002; WHETTEN, 2009; OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011). Não obstante as modificações incorridas em sua estrutura, uma teoria estrangeira deve manter sua capacidade preditiva ou explicativa

ao ser transferida e, por conseguinte, apropriada no campo da Teoria Organizacional (WHETTEN; FELIN; KING, 2009).

Recorro aos critérios externos de cientificidade evidenciados por Demo (1995), a fim de esmiuçar um entendimento preliminar dos termos coerente e consistente, particularmente, no tocante à importação de teorias das *radical traveling theories*. Ao fazê-lo, apresento também a distinção entre eles. Consoante Demo (1995, p. 45), a coerência corresponde a:

> propriedade lógica [de um argumento]; falta de contradição; argumentação bem estruturada; corpo sistemática e bem deduzido de enunciados; desdobramento do tema de modo progressivo e disciplinado, com começo, meio e fim; dedução lógica de conclusões.

A importação de uma RTT é, *in verbis*, coerente quando, estabelecido seu ponto de partida da domesticação da estrutura lógica da teoria, as modificações nos argumentos da teoria domesticada evoluem sem entrar em contradição com aquelas da variante original da teoria, "[...] tanto no sentido de não partir de premissas conflitantes como no de ter um corpo intermédio concatenado, e também no de chegar a conclusões congruentes entre si e com as premissas inicias" (DEMO, 1995, p. 45).

Já a consistência "[...] significa a capacidade de resistir a argumentações contrárias; difere da coerência por que esta é estritamente lógica, enquanto a consistência se liga também a atualidade da argumentação" (DEMO, 1995, p. 45). A domesticação da teoria estrangeira deve produzir ajustes resistentes de argumentação, tanto em sentido lógico, quanto em sentido de atualidade.

As críticas endereçadas ao *modus operandi* em questão são, como pretendo demonstrar aqui, agrupadas em três grandes argumentos inter-relacionados, a saber: a) entendimentos distorcidos das teorias; b) desradicalização de suas estruturas; c) efeitos negativos à produção social de conhecimento na TO. Em todos esses casos, sugiro não haver uma preocupação dos ajuizadores em ponderar — ou, até mesmo, em justificar — como a proposta, o escopo e a estrutura teórica original de uma *radical traveling theory* importada devem ser aplicados para compreender os fenômenos de interesse da Teoria Organizacional.

Uma das principais acusações direcionadas a esse método de teorização está relacionada às compreensões distorcidas da teoria importada (BERKOVICH, IZHAK 2020). Os teóricos organizacionais constroem, *en passant*, interpretações imprecisas

e descuidadas das suposições fundamentais de uma teoria estrangeira, quando a domesticam no domínio da Teoria Organizacional (OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011; SUDDABY; HARDY; HUY, 2011). As deturpações na estrutura de uma teoria, fruto de suas assimilações imprudentes e inconsequentes, promovem incoerências na sua aplicação quanto ao entendimento de um determinado fenômeno organizacional.

No tocante as interpretações equivocadas de uma teoria estrangeira, a importação é acusada de ignorar as diferenças existentes entre os contextos de produção e aplicação das teorias importadas, bem como de negligenciar as distinções entre os seus níveis de análise, no desenvolvimento de conhecimento na Teoria Organizacional (WHETTEN; FELIN; KING, 2009). A dessensibilização com as características distintivas dos contextos e dos níveis de análise decorre, excepcionalmente, da incorporação da racionalidade analógica à prática de importar teorias estrangeiras conduzida pelos teóricos organizacionais (WHETTEN, 2009; OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011; ACCARD, 2020). Esse tipo de racionalidade, como sugiro aqui, direciona os estudiosos a assumirem uma postura de manutenção da estrutura da teoria importada, quando a domesticam no campo da Teoria das Organizações. Essa postura é caracterizada, primordialmente, pelo "[...] distanciamento deliberada e supervisão descuidada [...]" desse processo de teorização na TO (WHETTEN, 2009, p. 31, tradução nossa).

Considero que um agir rígido e inflexível, quanto à preservação imaculada da estrutura das teorias, tende a inviabilizar a operacionalização desse método de teorização. Essa postura de rigidez sinaliza que os teóricos organizacionais só devem importar e aplicar teorias estrangeiras cujas estruturas teóricas se encaixem[12], como uma luva, nos fenômenos que pretendem explicar. Convenhamos que um "encaixe perfeito" entre uma teoria estrangeira e um fenômeno de interesse da TO é, raramente, estabelecido. Longe de negar isso, creio que a situação de encaixe mais comum é a imperfeita. Em geral, as teorias estrangeiras precisam ser domesticadas, ou seja, ajustadas para consumo na TO. As modificações nos seus propósitos, escopos e estruturas teóricas indicam que essas teorias são, dificilmente, aplicadas na TO, como originalmente concebidas em seus domínios de referência.

Na importação analógica, o "contexto social organizacional" não é concebido como um domínio relevante, único e distinto dos contextos de produção das teorias

[12] O encaixe refere-se ao potencial de uma teoria estrangeira em explicar os fatos de um fenômeno (TRUEX; HOLMSTRÖM; KEIL, 2006).

estrangeiras importadas (WHETTEN; FELIN; KING, 2009). O contexto da TO é reduzido a um “campo de teste” para por à prova a capacidade explicativa das teorias estrangeiras. A esse respeito, Suddaby, Hardy e Huy (2011, p. 237, tradução nossa) esclarecem que:

> [A Teoria Organizacional] [...] importou teorias, questões de pesquisa e métodos de forma um tanto estranha, de disciplinas estrangeiras sem adaptá-los totalmente ao novo contexto. Em vez de tratar as organizações como um objeto de investigação por direito próprio, os teóricos da gestão parecem ter tratado as organizações meramente como novos locais empíricos para testar, provar e ajustar velhas teorias.

Os teóricos organizacionais desconsideram — seja de maneira intencional ou acidental — as dissimilaridades existentes entre contextos com base em duas crenças equivocadas. As teorizações desvinculadas de contexto possuem mérito científico superior quando comparadas à produção contextualizada de conhecimento (WHETTEN; FELIN; KING, 2009). Não obstante seu domínio originário de produção, os pressupostos principais da teoria estrangeira funcionam, necessariamente, de forma equivalente em todos os contextos (TRUEX; HOLMSTRÖM; KEIL, 2006). No ato de importar de teorias, o raciocínio analógico naturaliza, imprecisamente, a seguinte suposição: a episteme que rege a teoria importada em seu contexto de origem será similar em seu contexto de aplicação (cf. SOUZA, 2001). Ao assumirem isso, os teóricos organizacionais acreditaram estarem dispensados de apresentar quaisquer explicações sobre as razões pelas quais devemos aceitar a plausibilidade do pensamento análogo no processo de importação de teorias estrangeiras (cf. SOUZA, 2001).

Inexiste uma reflexão genuína sobre se ou como o contexto e a estrutura da teoria estrangeira podem ser entendidas a partir da lente epistêmica da TO (cf. SOUZA, 2001). Na transferência de uma teoria estrangeira de seu domínio de referência para TO, os teóricos organizacionais negligenciam ponderações acerca do contexto sócio histórico da teoria estrangeira, do seu escopo teórico e/ou empírico, dos seus fundamentos onto-epistêmicos e axiológicos, e de suas aplicações prévias em outros domínios (WHETTEN; FELIN; KING, 2009). Sob essas condições, o processo de domesticação assume apenas a função técnica de alterar, minimamente, a estrutura de uma teoria estrangeira para ajustá-la as mudanças no contexto de sua

aplicação e, assim, utilizá-la para compreender os fenômenos na Teoria Organizacional.

Um raciocínio similar é aplicável a desatenção referente às diferenciações nos níveis de análise de uma teoria estrangeira, quando importada para explicar um fenômeno organizacional (WHETTEN, 2009). Os teóricos organizacionais apropriam-se de uma teoria plotada em um determinado nível de abstração e, reiteradamente, modificam seu nível para adequá-la às demandas da Teoria Organizacional. É comum, como apontam Whetten, Felin e King (2009), aplicar teorias de nível macro[13] para compreender determinadas nuances de nível micro na TO, sem atentar para as possíveis distorções na produção de conhecimento ocasionadas pelas mudanças na estrutura da teoria nesse domínio.

No processo de importação de *radical traveling theories*, os acadêmicos organizacionais amparam-se na racionalidade analógica para justificar a redução dos níveis de abstração das teorias, a fim de encaixá-las, empiricamente, nas pesquisas organizacionais (ACCARD, 2020). Essa manobra só é considerada válida, pois o processo de domesticação de RTTs é guiado pela premissa equivocada de que existem semelhanças estruturais entre os diferentes níveis de análise (ACCARD, 2020). Excetuando a remodelagem no grau de abstração de uma RTT, a estrutura da teoria tende a permanecer, praticamente, inalterada na sua aplicação na TO (ACCARD, 2020). A crítica reside no caráter arbitrário dessa redução. Os teóricos organizacionais são acusados de falharem em prover explicações, suficientemente, convincentes sobre a coerência e o porquê da redução da abstração da RTT quando domesticada na TO (WHETTEN; FELIN; KING, 2009; ACCARD, 2020).

A falta de sensibilidade com os contextos e níveis de análise das *radical traveling theories* reflete a presença de um extremismo epistêmico na utilização do raciocínio analógico na prática de importar na Teoria Organizacional (SOUZA, 2001; OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011). Os teóricos organizacionais negligenciam a eventualidade das RTTs — como, originalmente, produzidas em seus domínios de

[13] As teorias de nível macro são teorias tentam explicar as relações em grande escala sobre a sociedade ou imensos grupos de pessoas (SCOTT; DAVIS, 2007). Já teorias de nível micro examinam relações muito específicas entre indivíduos ou pequenos grupos de pessoas(SCOTT; DAVIS, 2007). Enquanto as primeiras são teorias estruturais, as últimas são teorias da ação (SCOTT; DAVIS, 2007). Conforme Mckinley e Mone (2005), as escolas de pensamento da Teoria Organizacional podem ser classificadas em dois níveis de análise, a saber: níveis micro e macro. As escolas de nível micro captam a maneira como as organizações modificam suas estruturas, considerando as contingências originadas em seus ambientes de tarefas individuais. As escolas de nível macro enfocam a evolução dos agregados das organizações e as características das coletividades organizacionais.

referência — serem inadequadas aos fins da TO (OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011). Assume-se de forma irrefletida a universalidade da teoria ao negligenciar a factualidade de que sua estrutura, como consta no seu contexto original de teorização, pode não ser aplicada de forma coerente no novo contexto de aplicação (FLOYD, 2009).

Não há uma reflexão cuidadosa sobre a utilização das RTTs, em sua forma nativa, enquanto teorias organizacionais (WHETTEN; FELIN; KING, 2009). Há, dessa maneira, uma ameaça de validade representada pela teoria estrangeira, traduzida na suposição de que seu poder explicativo opera de forma similar no domínio organizacional (WHETTEN; FELIN; KING, 2009). Essa suposição desconsidera as dessemelhanças contextuais e de conteúdo abstrato da *radical traveling theory* (ACCARD, 2020). Apropriações insensíveis de uma RTT deixam escapar a oportunidade de avaliar, sistematicamente, como ajustar sua sensibilidade contextual e de abstração ao domínio da TO (TSUI; NIFADKAR; OU, 2007; ACCARD, 2020).

A importação parcial da estrutura das teorias estrangeiras também contribui para possíveis distorções em suas interpretações e apropriações no campo da Teoria Organizacional. Truex, Holmström e Keil (2006, p. 799, tradução nossa) argumentam que o desenvolvimento teórico de um campo é dificultado por "[...] importações desinformadas [...]". Elas direcionam à "[...] tentação de usar [apenas] os pedaços de uma teoria que parecem ser aplicáveis à tarefa em mãos, sem [, com isso,] compreender e considerar os limites e os problemas, que também podem estar associados [ao uso] dessa teoria" (TRUEX; HOLMSTRÖM; KEIL, 2006, p. 799, tradução nossa). Os teóricos organizacionais não importam, por norma, a estrutura completa de uma teoria, mas sim frações descontextualizadas da mesma. Isso remete a uma apropriação isolada e atomizada de fragmentos da teoria, que não fazem sentido algum quando aplicados para explicar um determinado fenômeno organizacional.

Os teóricos organizacionais realizam recortes arbitrários e intencionais nas estruturas das teorias, importando apenas os componentes que, supostamente, poderão ser úteis para elucidar um fenômeno (JIANG *et al.*, 2016). Desconsidera-se, portanto, as conexões existentes entre os componentes da teoria, assim como entre eles e sua estrutura. O sentido conferido aos componentes é, muitas das vezes, interpretado e empregado de maneira isolada e, não coerente com a totalidade significante de sua estrutura ou, quiçá, do intento e do escopo original da teoria. Isso,

comumente, implica em domesticações deturpadas da *radical traveling theory* (OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011; ACCARD, 2020), assim como na impressão ludibriadora de que a introdução de um novo conceito, proveniente de uma teoria estrangeira, constitui *per se* uma contribuição teórica no campo da TO (WHETTEN; FELIN; KING, 2009).

Sob uma perspectiva teórico-epistemológica, as apropriações inadvertidas, parciais e descuidadas de *radical traveling theories* revelam também a predominância e a ênfase na desradicalização de seus conteúdos (OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011). A postura de desradicalização envolve esforços de simplificação, estabilização e normalização das significações de componentes isolados ou da própria estrutura de uma RTT, com intenção de acomodá-la no arcabouço teórico da TO (SOUZA, 2001; OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011). A prática de importar estimula desapropriações, em um tom reducionista e forçado, da RTT, que descaracterizam a "nuance original" da teoria ao aplicá-la no domínio da Teoria Organizacional (MISOCZKY, 2003; MISOCZKY; AMANTINO-DE-ANDRADE, 2005; OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011). No processo de domesticação, alguns conceitos e propriedades prototípicas da RTT são sacrificados e, em alguns casos, distorcidos, a ponto de deturpar seu propósito original e/ou reduzir sua complexidade (SOUZA, 2001; MISOCZKY; AMANTINO-DE-ANDRADE, 2005).

As posturas de manutenção e de desradicalização das teorias estrangeiras e, em particular, *radical traveling theories*, resulta em dois efeitos colaterais na teorização no campo da Teoria Organizacional, a saber: a) reforçam os fluxos unidirecionais de importação; b) ratificam o uso reificado das teorias importadas. A adoção do raciocínio analógico inerente à manutenção, aliado a desradicalização, da teoria estrangeira promove práticas unilaterais de importação, cujas teorizações não contemplam contribuições para RTT no seu domínio de referência. O desenvolvimento do conhecimento, fruto da domesticação da RTT, fica retida na TO, como mencionado anteriormente (OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011).

Na esfera desse método de teorização, Lane, Koka e Pathak (2006) e Zahra e Newey (2009) alertam sobre os problemas inerentes do uso reificado das teorias estrangeiras no domínio da Teoria Organizacional. A prática de importar propende a reificar uma teoria estrangeira quando os teóricos organizacionais desatentam para: a) a compreensão da estrutura epistêmica, ôntica e axiológica da teoria em seu domínio de origem, b) o vocabulário e os pressupostos subjacentes à teoria; c) os

usos anteriores dela no seu campo de origem e contextos de aplicação; d) os desafios à sua veracidade (cf. BERKOVICH, IZHAK 2020). O principal demérito da reificação está, portanto, na redução do valor teórico de uma teoria importada (MARKÓCZY; DEEDS, 2009). Tal fato prejudica os fluxos de produção de conhecimento ao tornar suspeitas, mal especificadas ou, até mesmo, enganosas as contribuições da versão reificada da teoria estrangeira, derivadas de seu processo de domesticação na TO (MARKÓCZY; DEEDS, 2009).

O uso indiscriminado da importação de teorias estrangeiras alicerça-se na presunção questionável de que a teoria importada explicará melhor os fenômenos organizacionais do que as teorias pré-existentes no domínio da TO (WHETTEN, 2009). Essa utilização exacerbada de *radical traveling theories* possui um efeito negativo sobre as condições sociais de produção de conhecimento na Teoria Organizacional (WHETTEN; FELIN; KING, 2009; BERKOVICH, IZHAK 2020). A dependência excessiva nesse método de teorização, como aponta Oswick, Fleming e Hanlon (2011) ergue barreiras para um desenvolvimento teórico de predicado original, inovador e, cientificamente, válido na TO. A sujeição exagerada às teorias importadas pode resultar em caminhos que "[...] nos tornam cegos para o que realmente acontece [...]" no mundo dos fenômenos organizacionais (GROVER; LYYTINEN, 2015, p. 273, tradução nossa).

A prática de importar teorias é, frequentemente, criticada por ignorar a singularidade dos fenômenos organizacionais (WHETTEN; FELIN; KING, 2009; ZAHRA; NEWEY, 2009). As teorias estrangeiras não foram intencionalmente projetadas para atender aos interesses, tampouco para explicar os fenômenos, da Teoria Organizacional (MARKÓCZY; DEEDS, 2009). Essas teorias possuem modos de teorização, objetos próprios de interesse, e conjuntos de pressupostos, conceitos e argumentos que podem ser, potencialmente, incompatíveis tanto para o arcabouço teórico preexistente da TO, quanto para as formas instituídas de compreensão dos fenômenos (KENWORTHY; VERBEKE, 2015). Como Slee (1997) afirma, o processo de importar teorias tende a impor lógicas externas que, normalmente, entram em conflito com ideais, pressupostos e argumentos estabelecidos em uma determinada disciplina. A importação de teorias acarreta, portanto, no desafio de conciliar fundamentos conceituais, epistêmicos, ônticos e axiológicos díspares e rivais (ZAHRA; NEWEY, 2009). Esse método de teorização é acusado de não viabilizar integrações teóricas, mas sim de forçar encaixes deturpados das proposições centrais

de uma teoria, os quais comprometem a produção de conhecimento e a compreensão dos fenômenos organizacionais (ZAHRA; NEWEY, 2009).

A importação desmedida de teorias estrangeiras estabelece empecilhos para o desenvolvimento de teorias organizacionais endógenas na TO (OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011; SUDDABY; HARDY; HUY, 2011; SUDDABY, 2014a). Em particular, a apropriação de teorias importadas não tem auxiliado no cultivo de *radical traveling theory* indígenas, com vias a reverter o fluxo de importação unidirecional na TO (OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011; ACCARD, 2020). As teorizações derivadas da importação não possibilitam o emergir de um espaço intelectual dedicado ao desenvolvimento de RTTs originais, inovadoras e domésticas para consumo na TO e, em simultâneo, que possam viajar para outros domínios disciplinares (OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011).

Em seu nível mais elementar e prático, a acusação contra esse método de teorização denúncia os esforços frustrados da Teoria Organizacional em produzir ou nutrir uma base própria de conhecimento (ZAHRA; NEWEY, 2009; CORBETT *et al.*, 2014). De modo geral, isso afeta o *status* e a importância científica da TO frente às demais disciplinas (BIRKINSHAW *et al.*, 2014; CORNELISSEN; DURAND, 2014). A ênfase desmedida dos teóricos organizacionais em importar e domesticar teorias estrangeiras enseja dúvidas quanto a credibilidade da Teoria das Organizações, enquanto domínio acadêmico distinto e legítimo (MARKÓCZY; DEEDS, 2009; CORBETT *et al.*, 2014; NARASIMHAN, 2014). Esse método de teorização é acusado de: a) produzir *insights* de pouca relevância acadêmica tanto para si, quanto para outras campos disciplinares (OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011); b) oferecer avanços teórico-epistêmicos considerados incipientes e pífios às teorias estrangeiras importadas (KENWORTHY; VERBEKE, 2015); e, c) não gerar descobertas, capazes de corroborar ou alterar os limites das teorias estrangerias, ou de suas proposições básicas (MARKÓCZY; DEEDS, 2009; ZAHRA; NEWEY, 2009).

O ponto central das acusações supramencionadas, como observa Hoy (1982, p. 3, tradução nossa), reside na “[...] importação acrítica de conceitos e modelos [...]” de teorias estrangeiras no campo da Teoria Organizacional. Essa prática de teorizar conduz a interpretações ambíguas da teoria importada, má formação de seus conceitos e, igualmente, em sua apropriação incoerente na TO (cf. OSIGWEH, 1989). Essa ambiguidade pode ser, até certo ponto, valiosa, pois permite que os teóricos organizacionais tenham flexibilidade para transpor e adaptar uma teoria em

determinada situação específica, de modo a manter o significado do conteúdo de sua estrutura. Todavia, o uso versátil ou o emprego ajustável de uma teoria a um contexto organizacional não implica, necessariamente, em aceitar as incoerências derivadas de sua importação. Compreensões vagas e usos imprecisos das teorias estrangeiras e, em especial, das *radical traveling theories*, remetem à dificuldade de avaliar a consistência, plausibilidade, coerência e, assim, veracidade de suas domesticações na Teoria das Organizações (OSIGWEH, 1989; ACCARD, 2020). O efeito colateral do processo de importação só é percebido *a posterior*. As inapropriações e as incoerências acometidas numa teoria são propensas a obscuridade, até que tenha sido transposta e domesticada no domínio de destino. A importação irrefletida de RTTs direciona os teóricos organizacionais a “becos sem saída” — sobretudo, quanto à construção de novos conhecimentos — e a uma explosão de ideias incongruentes na TO (OSIGWEH, 1989; ACCARD, 2020).

Em diversos volumes de anais e periódicos acadêmicos relacionados à Teoria Organizacional, é visível que os estudiosos organizacionais se apropriam, acriticamente, de RTTs, como se fossem meras ferramentas para resolver quebra-cabeças conceituais (CORBETT *et al.*, 2014; ACCARD, 2020). Há uma ausência de critérios de avaliação que encorajem uma reflexão crítica sobre quais teorias devem ser importadas e como devem ser interpretadas no campo da TO (OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011; ACCARD, 2020). Eles, raramente, ponderam sobre: a) por que certas RTTs devem ser importadas para seu campo de pesquisa? (ACCARD, 2020); ou b) como os procedimentos de importação devem ser realizados? (DOHERTY, 2013); ou c) de que modo essas teorias devem ser aplicadas? (OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011). Em termos das consequências processuais desse método de teorização, Anderson e Venkatesan (1987) sugerem que a importação descuidada de teorias estrangeiras é similar ao “jogo infantil do telefone sem fio”. Como eles expõem,

> [...] a primeira pessoa declara a mensagem e, quando ela é supostamente repetida por várias crianças, a mensagem original se perde para sempre. Cada criança tentou repetir a mensagem conforme a ‘entendia’ e, embora algumas modificações tenham sido feitas para ‘fins de clareza’, no momento em que a mensagem foi devolvida ao originador, ela estava, praticamente, irreconhecível (ANDERSON; VENKATESAN, 1987, p. 276, tradução nossa).

Consideremos a primeira vez que uma *radical traveling theory* é transposta de seu domínio fonte. Hipoteticamente, ela tende a ser interpretada de uma forma distinta de sua concepção original, quando domesticada no domínio-alvo. As suas sucessivas importações e domesticações refletem modificações sutis ou substanciais em sua estrutura, de modo a aprimorar seu encaixe no campo de destino. Semelhante ao "telefone sem fio", os esforços empreendidos nesse método de teorização propendem a descaracterizar, seja de forma intencional ou acidental, a teoria importada, de tal maneira que se torne irreconhecível em relação a sua concepção original.

Em contraste com essa brincadeira, os teóricos organizacionais têm acesso à fonte original "da mensagem" da teoria estrangeira, como, por exemplo, seu domínio de produção, o fenômeno de interesse, seus textos canônicos iniciais. Por suposição, eles conseguiriam reconstruir a trajetória de apropriação e, assim, de domesticação de uma teoria estrangeira, mapeando as divergências e as convergências com sua proposta inicial. Essas comparações permitiriam estabelecer se as alterações na estrutura da teoria e, por conseguinte, na sua aplicação em diversos contextos, foram coerentes ou incoerentes, em cada uma de suas importações no campo da Teoria Organizacional.

Apesar de reconhecer a plausibilidade e a chance de ocorrência desse evento, parece-me que a prática de importação de teorias estrangeira na Teoria Organizacional está mais alinhada com a situação descrita do "telefone sem fio". Por estarem, previamente, "infectados" por interpretações construídas em importações anteriores, há a chance de os teóricos organizacionais adotarem e perpetuarem um olhar "enviesado" da teoria estrangeira. Fundamentado nas críticas endereçadas a esse método de teorização, sugiro que, na melhor das hipóteses, eles adotam uma postura ingênua ou oportunista para importar, indiscriminadamente e acriticamente, teorias estrangeiras para o domínio da TO. Como observam, Oswick, Fleming e Hanlon (2011), Shepherd e Suddaby (2017) e Accard (2020), o processo de importação de uma *radical traveling theory* tem sido, muitas vezes, conduzido de maneira aleatória pelos estudiosos organizacionais e com base nas suas conveniências.

Excetuando os casos em que a importação é fundamentada no raciocínio analógico, falta aos teóricos organizacionais uma articulação de argumentos capazes de justificar o porquê da escolha algumas teorias serem passíveis de transposição para e, assim, de domesticação no domínio da TO, enquanto outras não são. Uma

lógica correlata pode ser aplicada a escolha de alguns componentes da estrutura da teoria, em detrimento dos demais Parte da explicação para isso decorre da não compreensão ou da negligência do escopo, da estrutura epistêmica e das raízes sócio históricas da teoria importada. Por assumirem que, somente, as similaridades devem ser importadas, eles cessam as explanações sobre como as dissimilaridades da teoria estrangeira podem influenciar na construção de conhecimento. De acordo com Suddaby, Hardy e Huy (2011), os processos de importação não exibem um entendimento claro acerca das necessidades, bem como das contribuições e das limitações, de apropriar-se de uma determinada teoria estrangeira, para fins de compreensão dos fenômenos organizacionais. Essa postura tem o potencial de induzir equívocos, inapropriações e inadequações na interpretação e uso da teoria importada no campo da Teoria Organizacional (SUDDABY, 2010).

Na pior das hipóteses, os teóricos organizacionais têm conduzido, de maneira intencional e inconsequente, uma série de amansamentos nas teorias estrangeiras, isto é, do que se produz a partir de ideias e conceitos desenvolvidos em outros contextos histórico-sociais, no ímpeto de desenvolver conhecimento no domínio da TO (MISOCZKY; AMANTINO-DE-ANDRADE, 2005; WHETTEN; FELIN; KING, 2009; ZAHRA; NEWEY, 2009; OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011). Em muitos casos, eles negligenciam os problemas relativos à má especificação e ao uso indevido de uma *radical traveling theory*, resultantes da falta de rigor, coerência e corretude quanto a apropriação das RTTs nessa disciplina (ACCARD, 2020). No decorrer do processo de importação de uma RTT, os acadêmicos organizacionais forçam o encaixe do escopo e do poder explicativo dessas teorias, através de remendos, mutilações ou extensões em sua estrutura, para fins de entendimento dos fenômenos organizacionais. Isso ocorre, muitas das vezes, ignorando que talvez essa teoria não seja a melhor opção para explicar os fenômenos do domínio em questão.

Alicerçado nas críticas direcionadas à importação irrefletida e desinformada de teorias estrangeiras, deduzo que esse método de teorização *per se* não compromete a construção de teoria e de conhecimento no domínio da Teoria Organizacional. Não me interprete de forma equivocada. Não intento tornar irrelevante as ressalvas feitas pelos questionadores da transposição de teorias produzida em outras disciplinas. Corroboro a importância, a legitimidade e a veracidade de boa parte dos juízos e das análises, realizadas por eles, quanto às inadequações e a inapropriações no método de importar teorias na TO. Contudo, como sugiro, as apreciações acusatórias não

invalidam, nulificam, por completo, a prática de importar teorias e, em particular, *radical traveling theories*, nesse domínio disciplinar. As contestações levantam algumas ressalvas acerca de como a postura negligente dos teóricos organizações tem estimulado e, portanto, colaborado com o exercício acrítico do *modus operandi* desse método de teorização na TO.

As acusações trazidas à baila corroboram a opinião de que "[...] o problema não está nas teorias desenvolvidas [por via de importação], mas na maneira como os pesquisadores organizacionais usam essas teorias, muitas vezes violando seus limites e suas suposições" (ZAHRA; NEWEY, 2009, p. 1071). A postura acrítica dos teóricos organizacionais é responsável por banalizar o uso desse método de teorização e, assim, "[...] a aplicação da teoria [estrangeira] a um pequeno e até óbvio conjunto de questões [...]" na Teoria Organizacional (ZAHRA; NEWEY, 2009, p. 1071). As distorções no *modus operandi* desse método devem ser o alvo das controvérsias, visto que "[...] a maneira como conceitos e teorias são, normalmente, importados é problemática [...]" nesse domínio (WHETTEN; FELIN; KING, 2009, p. 538, tradução nossa). Sob a égide desse horizonte argumentativo, o enfoque das discussões sobre a importação e, subsequente, domesticação de *radical traveling theories* na TO deve ser direcionado às suas questões processuais, e não nas tentativas de desmerecer sua legitimidade ou seu valor epistêmico.

É premente que os teóricos organizacionais engajem em uma série de esforços voltados ao esclarecimento de alguns dos aspectos referentes ao *modus operandi* de importação de teorias estrangeiras na Teoria das Organizações. Sobre essa matéria, Oswick, Fleming e Hanlon (2011, p. 319, tradução nossa) são enfáticos ao afirmar que:

> [...] não está claro o que é importado (ou seja, quais tipos de teoria), de onde é importado (ou seja, as disciplinas das quais é importado) e, como as teorias importadas são usadas (ou seja, as formas em que teorias estrangeiras são consumidas [na Teoria Organizacional].

Nas considerações processuais da transposição de teorias estrangeiras, Oswick, Fleming e Hanlon (2011) alertam sobre a necessidade de uma compreensão transparente da natureza das teorias importadas, de seus contextos de produção, e de como elas são domesticadas e aplicadas para entender os fenômenos organizacionais. A reflexão sobre esses pontos, conforme os autores, tonaria mais compreensível, cientificamente rigorosa, válida e coerente a prática de importar *radical*

traveling theories na comunidade de teóricos organizacionais. Esses estudiosos chamam atenção para necessidade basilar de estabelecer critérios que auxiliem, de maneira sistemática, na avaliação da contribuição desse método de teorização e, dessa forma, das teorias estrangeiras, na incorporação de novas lentes epistêmicas à tradição cumulativa do domínio da Teoria das Organizações. Só assim, como alego aqui, seria concebível assimilar, sob que aspectos, a importação indiscriminada e acrítica dessas teorias tem, realmente, favorecido a construção incoerente e injustificável de teorias/conhecimentos no campo TO.

Em adição as ponderações supramencionadas, a ausência de critérios avaliativos referentes à importação e domesticação de teorias estrangeira dificulta o entendimento dos argumentos e das justificativas que substanciam as acusações endereçadas a esse método de teorização. Permita-me ilustrar esse ponto com a crítica ao caráter reducionista da transposição de teorias estrangeiras para Teoria Organizacional. Se não há critérios de referência para examinar o *modus operandi* desse método, então, como é possível afirmar que a apropriação de uma *radical traveling theory* incorreu, necessariamente, em seu reducionismo? Com base em que fundamentos se poderia atestar que a importação parcial da estrutura da teoria estrangeira trouxe prejuízos para seu poder de explicativo? Ademais, o reducionismo da RTT é observável no nível epistêmico, ontológico, metodológico ou teleológico?

A resposta para essas questões e outras semelhantes é, na minha opinião, crucial para legitimar as denúncias levantadas contra essa maneira de teorizar. No processo de domesticação de uma teoria na TO, por exemplo, os teóricos organizacionais podem ter preservado intacto o aspecto metodológico da teoria, enquanto incorreram em uma postura reducionista de sua epistemologia. Ademais, a subtração de um ou mais componentes da estrutura da teoria não implica *per se* na simplificação exagerada de uma teoria, a ponto de descaracterizar seu intento ou de reduzir sua amplitude explicativa. Isso pode ocorrer caso sejam extraídos componentes da estrutura da teoria que não afetem seus pressupostos essenciais.

Em face dos argumentos expostos, acredito que a condução acrítica e insatisfatória do *modus operandi* de importação de teorias estrangeiras não deve obscurecer seus méritos em desenvolver conhecimento pertinente, legítimo e coerente sobre os fenômenos de interesse da Teoria Organizacional. A resposta às críticas direcionadas ao processo de importar teorias estrangeiras na TO não está, simplesmente, na diminuição do número de teorias importadas ou, até mesmo, no

completo abandono desse método de teorização, como sugerem Markóczy, Lívia e Deeds (2009). De acordo com Zahra e Newey (2009), Oswick, Fleming e Hanlon (2011) e Accard (2020), os teóricos organizacionais deveriam canalizar seus esforços de teorização na construção de *frameworks* capazes de orientar uma prática prudente e coerente de importação e, assim, de domesticação de *radical traveling theories* nesse domínio disciplinar.

Os modelos de importação de teorias estrangeiras possuem a "função" de estabelecer um conjunto integrado e consistente de diretrizes epistêmicas, com finalidade de explicar e justificar o *modus operandi* desse método de teorização na Teoria Organizacional (OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011; CROSSLER *et al.*, 2018; ACCARD, 2020). Os *frameworks* oferecem, desse modo, um arsenal analítico composto por questões-chave, critérios/marcadores, racionalidades, e premissas lógico-processuais, que auxiliam na análise e, destarte, na compreensão da prática de importar *radical traveling theories* no campo da TO (ACCARD, 2020).

Os *frameworks* fornecem orientações, de ordem epistêmica e processual, sobre como os teóricos organizacionais deveriam — de maneira consciente, coerente e fundamentada — importar *radical traveling theories* de seu domínio de origem para domesticá-las na Teoria Organizacional, de modo a incrementar suas estruturas, sem, necessariamente, descaracterizá-las. Os modelos de importação indicariam rotas para avaliar a coesão argumentativa da construção de conhecimento na Teoria das Organizações, por intermédio desse método de teorização. Como os *frameworks* ensejam reflexões críticas sobre o processo de importar RTTs na TO (ACCARD, 2020), eles possuem o potencial de iluminar uma série de considerações relevantes sobre esse método, tais como: é válido, ou até mesmo recomendável, importar toda e qualquer *radical traveling theory* para explicar os fenômenos da TO? Com base em que critérios/marcadores se pode avaliar e justificar a importação de uma RTT de seu contexto de referência e, por conseguinte, sua aplicação para desenvolver conhecimentos e teorias organizacionais? Que tipos de racionalidade fundamentam a transferência e a domesticação dessas teorias para o domínio da TO? É, realmente, necessário submeter uma RTT ao processo de domesticação para torná-la consumível no campo de destino? Se a importação de uma RTT pudesse ser representada como uma função matemática, qual seria o ponto de inflexão da domesticação do conteúdo de sua estrutura teórica, a fim de tornar aceitável e coerente sua aplicação para compreender os fenômenos organizacionais? Que

interesses estão envolvidos na transposição de uma determinada RTT para o campo da TO?

Arrisco-me em afirmar que esses questionamentos e outros tantos nortearam as proposições de *frameworks* de importação de teorias estrangeiras e, em particular, de *radical traveling theories*, na Teoria Organizacional. Ao longo dos anos, alguns teóricos organizacionais (e.g., WHETTEN, 2009; WHETTEN; FELIN; KING, 2009; ZAHRA; NEWEY, 2009; OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011; ACCARD, 2020) desenvolveram diferentes *frameworks* — sendo alguns rivais e outros complementares entre si — para explicar o *modus operandi* desse método de teorização no domínio da TO. Em comparação com o vasto corpo de estudos sobre a prática de importar teorias estrangeiras, publicado nos último vinte anos, Accard (2020, p. 357, tradução nossa) enfatiza que "[...] existem poucas indicações pragmáticas [...]" de "[...] procedimentos concretos voltados a realização de [...] importação de *radical traveling theories* [...]" na Teoria das Organizações.

O tom ácido da crítica de Accard (2020) não se fundamenta na ingênua constatação da presença diminuta dos *frameworks* de importação de *radical traveling theories* na Teoria das Organizações. A simples corroboração de que existem poucos modelos de importação não é *per se* um obstáculo à compreensão do processo de transpor e domesticar RTTs na TO. Não considero que esse seja um argumento satisfatório para fundamentar acusações ao processo de importação ou, até mesmo, justificar a premência de criar *frameworks* para explicar esse método de teorização no referido domínio disciplinar. Em tese, há a possibilidade de os *frameworks* preexistentes terem capturado a natureza processual e epistêmica desse método de teorização na TO. Contudo, isso não condiz com a realidade das estruturas normativas dos modelos de importação vigentes TO, alerta Accard (2020). Ele acusa os modelos prévios de falharem na identificação dos aspectos e das conjunturas fundamentais do *modus operandi* da prática de importar teorias estrangeiras na TO. Na sua opinião, os *frameworks* fracassaram em oferecer um conjunto de diretrizes integradas capazes de auxiliar os teóricos organizacionais na compreensão do processo de importação de *radical traveling theories* para Teoria Organizacional. Essa é a principal alegação, utilizada pelo autor para respaldar a necessidade de desenvolver novos modelo de importação no domínio da TO.

É interessante ressaltar que o texto de Accard (2020) representa, justamente, um dos esforços para produzir um *framework*, particularmente, direcionado à

compreensão da prática de importar *radical traveling theories* na Teoria Organizacional. De fato, Oswick, Fleming e Hanlon (2011) desenvolvem um modelo de importação e domesticação de teorias estrangeiras e, notadamente, RTTs no domínio da TO. Um olhar panorâmico na literatura de Teoria das Organizações revela que Accard (2020) não foi o único a denunciar as controvérsias, supostamente, inerentes dos *frameworks* de importação de teorias estrangeiras. Os textos de Markóczy, Lívia e Deeds (2009), Whetten (2009) e Oswick, Fleming e Hanlon (2011)[14], por exemplo, apresentam ponderações e ressalvas sobre algum dos modelos existentes na Teoria Organizacional, as quais ratificam os juízos depreciativos endereçados por Accard (2020).

Em sua revisão do *framework* unidirecional de importação desenvolvido por Whetten, Felin e King (2009), Whetten (2009) afirma que a contribuição para teoria estrangeira só ocorreria se o processo de importação viabilizassem trocas bidirecionais entre os domínios disciplinares envolvidos. Já Oswick, Fleming e Hanlon (2011, p. 319, tradução nossa) acusam o modelo de Whetten, Felin e King (2009) de não retratar "[...] a verdadeira natureza e extensão do processo de importação". Respaldados nas descrições kuhniana e de Burrell e Morgan (1979) sobre o que é um paradigma[15], Markóczy, Lívia e Deeds (2009) apresentam algumas ressalvas a proposta de Zahra e Newey (2009). Aqui, destaco as seguintes: a) o incentivo a

[14] Excetuando o artigo de Markóczy, Lívia e Deeds (2009), as publicações de Oswick, Fleming e Hanlon (2011) e Whetten (2009) desenvolvem modelos autorais de importação de teorias oriundas de outras disciplinas para a Teoria Organizacional.

[15] Em *The Strucutre of Scientific Revolutions*, Thomas Kuhn (2012) apresenta sua concepção de paradigma. O estilo quase poético de escrita de Kuhn, observa Masterman (1970), torna a elucidação do termo paradigma, genuinamente, difícil nessa obra. Na contagem desse autor, Kuhn utiliza esse termo em, pelo menos, vinte e um sentidos distintas. Os diferentes sentidos de paradigma, como sugere Masterman (1970), enquadram-se em três grupos principais, a saber: a) paradigmas metafísicos, ou metaparadigmas; b) paradigmas sociológicos; c) paradigmas de artefatos, ou paradigmas de construção. Devido ao texto de Markóczy, Lívia e Deeds (2009) remeter a compreensão sociológica de paradigma, irei discorrer apenas sobre esse sentido de paradigma. Visto sociologicamente, um paradigma é um conjunto de hábitos científicos, direcionados a resolução de problemas, sejam eles intelectuais, verbais, comportamentais, mecânicos, e tecnológicos, por exemplo (MASTERMAN, 1970). Um paradigma é, portanto, "[...] realizações científicas universalmente reconhecidas que por um tempo fornecem modelos de problemas e soluções para uma comunidade de profissionais" (KUHN, 2012, p. x, tradução nossa). Ao qualificar, sociologicamente, um paradigma como uma realização científica concreta, Kuhn afirma que eles são anteriores à teoria (MASTERMAN, 1970). Kuhn atribui aos paradigmas um lugar central na realização concreta da ciência normal, e não a uma teoria abstrata (MASTERMAN, 1970). A esse respeito, o paradigma é "[...] um lócus de compromisso profissional, anterior aos vários conceitos, leis, teorias e pontos de vista que podem ser abstraídos dele" (KUHN, 2012, p. 11, tradução nossa). Inspirados na descrição kuhniana de paradigma, Burrell e Morgan (1979, p. 54, tradução nossa) usam o termo como uma "[...] comunalidade de perspectiva que une o trabalho de um grupo de teóricos". Em ambos os casos, um paradigma remete a um conjunto de instituições políticas em que decisões, de caráter judicial, devem ser realizadas e aceitas para propor soluções aos problemas científicos.

pesquisa interdisciplinar promovido pela importação de teorias afasta a Teoria Organizacional da possibilidade de instituir um paradigma capaz de estabelecer um consenso sobre teorias, métodos e fenômenos organizacionais; b) em nome da maximização do impacto teórico e paradigmático, tanto no campo de pesquisa quanto na sociedade, a prática de importar condena o domínio da Teoria das Organizações a uma condição permanente de subserviência às disciplinas provedoras de teorias estrangeiras; c) é, praticamente, impossível determinar *a priori* as implicações dos modos de pesquisa interdisciplinar, descritos por Zahra e Newey (2009); d) esses modos falham em fornecer orientações específicas sobre como os pesquisadores devem conduzir os processos de importação, no intuito de maximizar os efeitos do conhecimento produzido na TO.

Em princípio, essas críticas parecem ser razoáveis para endossar a proposição de um novo modelo para explicar o *modus operandi* do método de teorização em questão. No entanto, é preciso ponderar com parcimônia esses comentários endereçados aos *frameworks* de importação e domesticação de teorias estrangerias na Teoria Organizacional. Como sugiro aqui, as evidências apresentadas por Whetten (2009), Markóczy, Lívia e Deeds (2009), Oswick, Fleming e Hanlon (2011) e Accard (2020) não são suficientes para substanciar a veracidade de suas afirmações. No caso específico do texto de Accard (2020), as garantias de seus argumentos são insuficientes para sustentar suas generalizações. Isso compromete a plausibilidade de suas críticas, bem como quaisquer argumentos que, porventura, possam ser utilizados para justificar a criação de um novo modelo de importação de teoria na TO.

A análise do *framework* de Whetten, Felin e King (2009) está expressa em apenas quatro linhas, contidas na página 319, do texto de Oswick, Fleming e Hanlon (2011). Os autores não oferecem nenhum argumento ou explicação que ateste a razoabilidade ou, quiçá, a veracidade de sua crítica a esse modelo de importação. Apesar disso, consigo extrair uma possível explicação para a assertiva de que Whetten, Felin e King (2009) não conseguiram elaborar um *framework* capaz de refletir a factual natureza e amplitude desse método de teorização. O modelo de Oswick, Fleming e Hanlon (2011) favorece o intercâmbio bidirecional e a inserção da racionalidade dissonante na prática de importar *radical traveling theories*. Isso representa uma crítica severa ao padrão de importação unidirecional e analógico advogado por Whetten, Felin e King (2009). Como a proposta de Whetten, Felin e King (2009) é, justamente, aprimorar esse padrão, isso poderia servir de explicação para a

acusação de Oswick, Fleming e Hanlon (2011). Se minha interpretação estiver correta, então a crítica de Oswick, Fleming e Hanlon (2011) é ainda mais infundada, posto que, o *framework* de Whetten, Felin e King (2009) captura, parcialmente, o *modus operandi* desse método de teorização. Logo, não há nada de inconsistente ou incongruente em criar um *framework* para mapear e explicar o processo unilateral e analógico da importação de teorias estrangeiras na Teoria Organizacional, como sugerem Oswick, Fleming e Hanlon (2011).

O artigo de Whetten (2009) é um aprimoramento do *framework* de transposição de teoria estrangeira desenvolvido por Whetten, Felin e King (2009). O autor adiciona a lógica bidirecional de importação ao seu modelo. Ao fazê-lo, ele afirma que as contribuições para teoria estrangeira só ocorrem se as modificações realizadas na sua estrutura retornarem ao seu domínio de origem e forem postas ao crivo de sua comunidade acadêmica. Todavia, em ambos os modelos, é perceptível que os autores não se preocuparam em, explicitamente, apresentar critérios operacionais de como proceder com uma importação apropriada e coerente.

Sob a égide da leitura kuhniana de paradigma, não há como negar a razoabilidade das acusações realizadas por Markóczy, Lívia e Deeds (2009) ao *framework* de Zahra e Newey (2009). A construção interdisciplinar de conhecimento inclina-se a não privilegiar um desenvolvimento paradigmático fundamentado em um consenso acerca das teorias, métodos e fenômenos (MARKÓCZY; DEEDS, 2009). Algumas ressalvas devem ser apontadas, entretanto. O texto de Markóczy, Lívia e Deeds (2009) representa uma defesa da produção endógena de teorias e de conhecimento na Teoria Organizacional. Ao adotarem essa postura, Markóczy, Lívia e Deeds (2009) assumem a incumbência de apresentar críticas a prática de importar teorias estrangeiras cujo objetivo é, principalmente, desmerecê-la, enquanto método de teorização. Essa intenção é evidente na seguinte passagem:

> Assim, ao contrário da sugestão de Zahra e Newey, acreditamos que, o que a disciplina de [Teoria Organizacional] precisa não é mais desenvolvimento de teoria na [interdisciplinaridade] de teorias importadas (MARKÓCZY; DEEDS, 2009, p. 1082, tradução nossa).

Parece-me que Markóczy, Lívia e Deeds (2009) desconsideraram o fato de que, aos olhos de muitos teóricos organizacionais, a TO é um domínio multidisciplinar,

multiparadigmático e controverso[16] (REED, 1999; MARKÓCZY; DEEDS, 2009; OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011; PAES DE PAULA, 2016; REED; BURRELL, 2019; ACCARD, 2020), cujos esforços de teorização oportunizaram a construção de uma flora diversificada de teorias, complementares e rivais entre si, relativas aos fenômenos organizacionais (WEICK, 1974; BACHARACH, 1989; POOLE; VAN DE VEN, 1989; WEICK, 1995b; FOLGER; TURILLO, 1999; ALVESSON; KÄRREMAN, 2007; HAMBRICK, 2007; WEICK, 2007; SUDDABY; HARDY; HUY, 2011; SUDDABY, 2014a; SHEPHERD; SUDDABY, 2017; CORNELISSEN, 2019; HANSEN; MADSEN, 2019; REED; BURRELL, 2019).

Em face da diversidade intelectual e da fragmentação que definem o *status quo* da TO (SCHULTZ; HATCH, 1996; DAVIS, 2015a; REED; BURRELL, 2019), este campo tornou-se, historicamente, um "terreno contestado" permeado por várias visões de mundo metacientíficas, comumente contraditórias e conflitantes entre si (REED, 1999; PAES DE PAULA, 2016). Cornelissen (2019) observa que, cada uma dessas visões propôs uma maneira distinta de desenvolver conhecimento, com bases próprias de legitimação, na TO. Na ausência de parâmetros de adjudicação e reconciliação entre diferentes visões rivais (REED, 1999; STARBUCK, 2003), a TO tornou-se um domínio composto por diversas formas legítimas de teorizar (SHEPHERD; SUDDABY, 2017). Considero válido o pleito e os esforços de Markóczy, Lívia e Deeds (2009) em prol da construção de teorias indígenas na TO. Essa é uma forma válida de desenvolvimento de conhecimento nesse campo. No entanto, eles estão equivocados quanto a necessidade de descartar uma forma de teorização — neste caso, a importação de teorias estrangeiras — em detrimento das teorias endógenas. Dado esse predicado do domínio da TO, considero procedente advogar a favor da coexistência desses dois métodos de teorização. Eles não precisam ser, necessariamente, rivais, mas sim, em alguns casos, complementares. Como mencionado anteriormente, a importação de teorias estrangeiras possui o potencial de nutrir a criação de novas teorias indígenas na TO.

Além disso, concordo com o argumento proposto por Markóczy, Lívia e Deeds (2009) de que o impacto de uma teoria só pode ser avaliado *a posteriori*, ou seja, após ter sido aplicada em um determinado domínio. No entanto, creio que eles se precipitaram quanto a análise dos três modos de construção de teoria, por intermédio

[16] O Apêndice A apresenta uma discussão acerca do caráter plural e controverso do domínio da Teoria Organizacional.

do processo de importação e domesticação de teorias estrangeiras, de Zahra e Newey (2009). Em resumo, esses modos representam diferentes gradações da apropriação de teorias através de processos de importação. O Modo 1 consiste na transferência e replicação da teoria estrangeira para um domínio-alvo. No Modo 2, a teoria importada tem sua estrutura domesticada no domínio de destino. A aplicação da teoria domesticada visa ampliar o escopo explicativo de uma ou mais teorias pertencentes ao campo destino e, assim, estender as compreensões dos fenômenos desse campo. As modificações realizadas na estrutura da teoria estrangeira, derivadas dos processos do Modo 2, são comunicadas para seu campo de referência, com o objetivo de expandir as ideias originais subjacentes da teoria.

O Modo 3 acumula os desenvolvimentos do Modo 2. Esse último modo redefine os pressupostos e premissas básicas de uma disciplina, seja refinando uma teoria existente ou um campo de conhecimento. Assim, Os processos de importação desse modo demandam não apenas a construção de teoria, mas também comunicação de conhecimento entre campos. Em tese, o Modo 3 possui o potencial de produzir impactos mais relevantes e significativos para produção de conhecimento nas diversas disciplinas, quando comparado com os Modos 1 e 2.

Embora Zahra e Newey (2009) ilustrem a razoabilidade de seus argumentos com exemplos concretos na literatura, Markóczy, Lívia e Deeds (2009) ignoram essa parte do texto. Não obstante os pontos levantados, considero que Markóczy, Lívia e Deeds (2009) foram cirúrgicos quanto a ressalva do item d), descrito alguns parágrafos acima. O *framework* de Zahra e Newey (2009) propõe como diferentes modos de importação podem gerar diferentes níveis de impacto. Contudo, não há, realmente, uma preocupação de Zahra e Newey (2009) em apresentar como operacionalizar esses modos ou que critérios poderiam ser aplicados para identificar e explicar os diferentes impactos da importação e domesticação de teorias na Teoria Organizacional.

Como sugiro aqui, Accard (2020) é vítima das mesmas acusações que ele direciona aos demais *frameworks* presentes na literatura de Teoria das Organizações. Exponho quatro razões inter-relacionadas que sinalizam lacunas nos argumentos desse autor. Em particular, detenho-me em sua denúncia de que os modelos de importação não fornecem um conjunto integralizado de orientações processuais e marcadores epistêmicos para explicar o *modus operandi* desse método de teorização. Ele não apresenta um levantamento dos *frameworks* de importação de teoria

estrangeira e, em especial, de *radical traveling theories*, desenvolvidos pelos teóricos organizacionais. Apesar de citar os textos de Whetten, Felin e King (2009) e Zahra e Newey (2009) no corpo do texto de seu artigo, ele não menciona esses modelos de importação, sequer os analisa. A proposta do *framework* de Accard (2020) é, exclusivamente, alicerçada em um contraponto ao modelo de importação de RTTs de Oswick, Fleming e Hanlon (2011).

Excetuando o *framework* de Oswick, Fleming e Hanlon (2011), Accard (2020) não descreve nem mesmo analisa as estruturas epistêmicas, teóricas, lógicas, processuais dos modelos prévios de importação de teorias. A ausência de comparação entre os *frameworks* impossibilitou quaisquer tentativas de estabelecer como e sob que aspectos as estruturas dos modelos existentes são complementares ou divergentes entre si. A questão que se coloca é: como Accard (2020) gerou conclusões de caráter universal sobre os *frameworks* de importação de RTTs, se ele falhou em demonstrar a inexistência de quaisquer outros modelos dessa natureza na literatura de Teoria Organizacional? O texto de Accard (2020) não oferece — seja por verificacionismo, falsificacionismo, ou qualquer outra tentativa de conferir sentido ao conhecimento — nenhum caminho argumentativo razoável, a partir do qual ele possa afirmar que os modelos, realmente, capturam, de maneira insatisfatória, o *modus operandi* dessa prática de teorização na TO. Em vista do exposto, podemos questionar, até que ponto os argumentos utilizados por Accard (2020) provêm subsídios válidos e coerentes para suas críticas aos *frameworks* de importação de teorias estrangeiras na Teoria das Organizações?

Accard (2020) comete uma série de inconsistência em sua análise do *framework* de Oswick, Fleming e Hanlon (2011). As contradições nos argumentos de Accard (2020) afetam as justificativas utilizadas para sustentar sua proposta de mapeamento rígido do raciocínio analógico transformativo em *radical traveling theories* na Teoria Organizacional. A defesa do modelo de importação Accard (2020) é assente na rejeição de apenas um único aspecto do modelo elaborado por Oswick, Fleming e Hanlon (2011), a saber: a noção de integração conceitual, enquanto racionalidade analógica. Ao negligenciar a totalidade do *framework* de Oswick, Fleming e Hanlon (2011), a análise de Accard (2020) assume um tom reducionista que, de maneira imprudente, estripa essa noção de seu contexto de teorização, com vias a favorecer o argumento em prol do modo transformativo de racionalidade analógica. Accard (2020) não comenta como Oswick, Fleming e Hanlon (2011) se

apropriam da teoria de integração conceitual, desenvolvida por Fauconnier e Turner (2002), para respaldar o processo de importação e domesticação de RTTs na TO. Essa teoria oferece uma estrutura teórica em rede de quatro espaços mentais, visando compreender a atividade cognitiva de integração conceitual (FAUCONNIER; TURNER, 1998). Accard (2020) isenta-se de discutir, por exemplo, se essa teoria foi importada e aplicada de forma coerente por Oswick, Fleming e Hanlon (2011), ou se ela é a melhor opção para entender o *modus operandi* de importação de RTTs no domínio disciplinar em questão. O recorte analítico, de cunho parcial, compromete a razoabilidade das comparações realizadas por Accard (2020) entre esses dois modos de raciocínio analógico, demonstrando a fragilidade das premissas de seu modelo de importação e de suas críticas ao texto de Oswick, Fleming e Hanlon (2011).

Essa razoabilidade elucidada em meus argumentos direcionou-me a uma situação binária e irreconciliável, particularmente, quanto à factualidade de desenvolver novos *frameworks* de importação de teorias estrangerias na Teoria Organizacional. Por um lado, as críticas endereçadas aos modelos de importação expuseram as fragilidades e as incompletudes das propostas de alguns estudiosos, induzindo, assim, a urgência de melhor compreender esse processo de teorização. Em alternativa, minhas reflexões sugerem que as alegações utilizadas, pelos teóricos organizacionais, para corroborar suas acusações são incoerentes e problemáticas em muitos aspectos. Se endosso as críticas aos *frameworks* organizacionais da prática de importar teorias, negligenciando minhas elucubrações, então incorro no risco de justificar o argumento dessa tese em fundamentos duvidosos e falaciosos, os quais podem ser, prontamente, questionados e refutados. Concomitantemente, as ponderações apontadas por mim são insuficientes para emitir qualquer juízo categórico acerca da qualidade de todos *frameworks* existentes, seus componentes, suas propriedades, e, portanto, seus potenciais para explicar, de forma coerente, o *modus operandi* de importação teorias estrangeiras no campo da TO.

O reconhecimento de que os raciocínios, em ambos os casos, são inconclusivos, para respaldar a proposta desse doutorado, motivaram-me a investigar com mais propriedade os *frameworks* de importação presentes na literatura de Teoria Organizacional. Conduzi uma Revisão Sistemática de Literatura[17] — i.e., RSL. A revisão foi planejada, primeiramente, como uma pesquisa exploratória, anterior e

[17] Os procedimentos metodológicos e a análise dos dados referentes à Revisão Sistemática de Literatura estão localizados no Capítulo 3.

desvinculada dos objetivos desta tese. Sua intenção inicial era apenas mapear estudos primários, publicados por teóricos organizacionais, que elaboraram *frameworks* de importação de teorias estrangeiras e, em especial, *radical traveling theories*. Foi possível descrever os modelos de importação existentes, suas etapas, seus elementos constituintes, as relações entre eles, e suas contribuições para o domínio da TO. Além disso, identifiquei possíveis lacunas de conhecimento, as quais precisariam ser preenchidas, acerca do fenômeno sob investigação.

Ao invés de apresentar a RSL como um apêndice[18], decidi incorporá-la como parte integrante do corpo da tese. À primeira vista, parece inortodoxo, ou quiçá incoerente, apresentar os resultados da análise dos *frameworks* como fundamento da problemática da tese. Contudo, como devo advertir, essa é uma tese de cunho hermenêutico. Os movimentos de idas e vindas direcionados à constituição e consecução do problema de pesquisa são comuns, aceitos e legítimos nos manuais de pesquisa qualitativa (CRESWELL, 2007; DENZIN; LINCOLN, 2018), bem como na literatura especializada sobre o tema (MCAULEY, 1985; FERRARA, 1995; PATTERSON; WILLIAMS, 2002; MCCAFFREY; RAFFIN-BOUCHAL; MOULES, 2012).

A RSL corroborou e legitimou a razoabilidade de desenvolver um novo *framework* epistêmico para compreender os processos de importação e domesticação de *radical traveling theories* normativas na Teoria Organizacional. Com base nos resultados da revisão, afirmo que os modelos analisados são permeados de inconsistências, incoerências e indeterminações referentes à prática de importar teorias estrangeiras e, em especial, RTTs na TO. A seguir, apresento seis conclusões inter-relacionadas, extraídas da RSL, que ratificam minha afirmação.

Os *frameworks* possuem um caráter universal no que diz respeito ao *modus operandi* de importação de teorias estrangeiras — logo *radical traveling theories* — no domínio epistêmico da Teoria Organizacional. Na literatura de Teoria Organizacional, existem diferentes propostas de classificação das teorias das organizações. De acordo com Tsoukas e Knudsen (2005), as teorias podem ser rotuladas de positivistas, interpretativistas ou críticas. Já Hatch e Cunliffe (2012) categorizam as teorias como modernas, simbólicas e pós-modernas. Essas duas tipologias possuem semelhanças estruturais e epistêmicas entre as categorias de teorias, a saber: as

[18] Esta sugestão foi ventilada pelo professor Dr. Denis Silva da Silveira na fase de qualificação do projeto de doutorado.

teorias modernas correspondem as positivistas, as simbólicas equivalem as interpretativistas e, por fim, as pós-modernas remetem às críticas. Em consonância com essas tipologias, Burrell (1994), Paes de Paula (2016) e Willmott (2005) sugerem a adoção da teoria dos interesses cognitivos[19] — i.e., TIC — de Jürgen Habermas, enquanto lente epistêmica para compreender as formas distintas de construção de conhecimento na TO. Um paralelo dessa teoria habermasiana com as tipologias Tsoukas e Knudsen (2005) e Hatch e Cunliffe (2012) sugere que as teorias positivistas, interpretativistas e críticas representam, respectivamente, os interesses técnico, prático e emancipatório (WILLMOTT, 2005).

Para Habermas (1971a), todos os procedimentos fundamentais da investigação científica estão alicerçados em algum dos interesses cognitivos. Em outros termos, esses interesses foram responsáveis pela formação de modos distintos de conhecimento nas diferentes ciências. As ciências naturais, enquanto empírico-analíticas, inseriram o interesse técnico na construção de conhecimento (HABERMAS, 1971a). Já as ciências do espírito, na qualidade de ciência hermenêutica, trouxeram o interesse prático para fundamentar a geração de conhecimento por via de interações e compreensões intersubjetivas (REHG, 2018). Finalmente, as ciências críticas sustentam o interesse emancipatório, ou seja, um ato de reflexão sobre o processo formativo do conhecimento (HABERMAS, 1973a). O trecho em destaque abaixo ratifica esse pensamento:

> [...] se as ciências naturais inseriram o interesse técnico, as ciências do espírito trouxeram o interesse prático, ou seja, a práxis que fundamenta as interações e possibilita a compreensão mútua. Logo, o conhecimento se desenvolve pela mobilização de interesses cognitivos: a ciência empírico-analítica (ciências naturais) pelo interesse técnico e a ciência hermenêutica (ciências do espírito) pelo interesse prático. Porém, as ciências necessitam refletir sobre o conhecimento que produzem, ou seja, as ciências também deveriam ser críticas, de modo que é fundamental recuperar o papel da filosofia no processo epistêmico, sustentando o interesse emancipatório (PAES DE PAULA, 2015, p. 81-82).

Os diferentes tipos de teorias (TSOUKAS; KNUDSEN, 2005; HATCH; CUNLIFFE, 2012), aliados aos seus respectivos interesses cognitivos (PAES DE PAULA, 2015), implicam distintos processos de inquirição e, assim,, formas

[19] A TIC é também denominada de teoria dos interesses constitutivos do conhecimento (MCCARTHY, 1981; OTHWAITE, 2009; FULTNER, 2011).

específicas de construção de conhecimento na TO (WILLMOTT, 2005). Na TIC, cada um dos interesses cognitivos desenvolve formas particulares de conhecimento, a partir de métodos próprios e racionalidades, internamente, coerentes (WILLMOTT, 2005; PAES DE PAULA, 2015). As teorias expressam processos razoáveis, legítimos e singulares direcionados à compreensão dos fenômenos. Como cada teoria é desenvolvida com base em um determinado interesse cognitivo (WILLMOTT, 2005), a ideia de sujeitar todas as formas de conhecimento humano a um único método ou racionalidade é, na visão habermasiana, inapropriada e pode invalidar diferentes maneiras de construir conhecimento (WILLMOTT, 2005).

O afã de propor um *framework* universal é ilusório e falacioso. A utopia de generalizar o *modus operandi* de importação lança dúvidas quanto à incontestabilidade dos modelos em captar e explicar as especificidades da transposição e da domesticação de teorias estrangeiras forjadas e circunscritas em interesses cognitivos distintos. Sendo isso verdadeiro, então submeter as diferentes teorias a um *modus operandi* uniforme de importação significa, necessariamente, mutilar suas particularidades epistêmicas. Isso representa a falácia do acidente, que "[...] consiste em aplicar uma regra geral a um caso particular, cujas circunstâncias 'acidentais' tornam a regra inaplicável" (COPI; COHEN; MCMAHON, 2014, p. 82, traudção nossa). Os modelos oferecem uma universalidade sobre os processos de importação de teorias estrangeiras que não pode ser verdadeira, sem limitações, pois as circunstâncias de cada tipo de teoria alteram os procedimentos de transposição e domesticação na Teoria Organizacional. Muitas das generalizações incorporadas nos *frameworks* são enunciadas sem considerar as restrições de seus escopos de teorização e aplicação. Os teóricos organizacionais fornecem *frameworks* genéricos que ignoram ou desconhecem as condições limitantes de suas aplicabilidades para compreender a prática de importar e adequar teorias estrangeiras e, em especial, RTTs no campo da TO.

Os *frameworks* não dispõem de um conjunto integrado, congruente e coerente de marcadores epistêmicos para analisar o *modus operandi* de importação e domesticação de teorias estrangeiras e, sobretudo, *radical traveling theories*, domínio da Teoria Organizacional. Em consonância com a crítica ao caráter universal dos *frameworks*, foi identificado a ausência de marcadores ajustados à apropriação de cada tipo de teoria estrangeira e, particularmente, *radical traveling theories* normativas. Sob a perspectiva habermasiana, conhecimento e interesses cognitivos

estão interligados. As diferentes formas de produção de conhecimento exigem, em tese, grupos distintos de diretrizes e marcadores de importação acomodados aos vários modos de teorias estrangeiras transpostas para TO.

Nenhum dos *frameworks* fornece marcadores contundentes para justificar a escolha de importar e domesticar uma determinada teoria no campo da Teoria das Organizações. Supostamente, existe uma infinidade de teorias — sejam rivais ou não —que, potencialmente, poderiam ser transpostas e aplicadas para explicar um mesmo fenômeno organizacional. Via de regra, sugerem Berkovich (2020) e Oswick, Fleming e Hanlon (2011), os teóricos organizacionais apoiam-se, exclusivamente, em dois critérios para racionalizar a importação e a aplicação de teorias estrangeiras na TO, a saber: a) é uma teoria de referência no seu campo de origem; e/ou, b) é bastante aplicada no campo de destino. Esses critérios, como proponho aqui, são insuficientes para fundamentar a seleção de uma teoria estrangeira. O fato de uma teoria anteder ao critério de ser referência não garante que seja "adequada" —, isto é, possua capacidade preditiva e explicativa — para fins de compreensão dos fenômenos organizacionais. Ademais, é frágil a constatação de que uma teoria estrangeira tem sido, amplamente, utilizada para teorizar sobre uma variedade de fenômenos no domínio da TO. Certamente, existe a possibilidade de a teoria ter sido domesticada de forma incoerente nesse domínio. Como resultados, os teóricos organizacionais têm alicerçado suas teorizações em suposições inválidas e deturpadas da teoria importada. Por fim, o fato de uma teoria estrangeira ser, amplamente, utilizada pelos acadêmicos organizacionais não implica, necessariamente, que ela é a melhor opção ou, até mesmo, a mais adequada para explicar os fenômenos de interesse da TO.

A ausência de outros marcadores de seleção de teoria dificulta a compreensão da razoabilidade e dos critérios utilizados para importar uma certa teoria, em detrimento de outras portadoras de estruturas e poderes explicativos similares, para teorizar sobre diversos fenômenos de cunho organizacional. Um raciocínio similar pode ser aplicado a importação de partes — i.e., componentes — da estrutura de uma teoria estrangeira. Os *frameworks* também não oferecem nenhuma diretiva operacional e/ou marcador epistemológico que fundamente o processo de importar partes específicas de uma teoria, ao invés da totalidade de sua estrutura. Não se apresenta quaisquer critérios para julgar a plausibilidade de transpor e aplicar partes de uma teoria, descontextualizadas de sua estrutura significante, para compreender um fenômeno no campo da TO.

A exiguidade de marcadores torna deficitária quaisquer elucubrações relativas à prudência de importar uma teoria estrangeira desenvolvida em um contexto, temporal e socialmente, desconexo do fenômeno organizacional que intenta explicar. Faltam recursos para justificar o encaixe e a apropriação de uma teoria estrangeira no campo da TO, visto que ela foi descaracterizada de seu escopo de aplicação e/ou da razão pela qual foi desenvolvida. Como legitimar o uso de uma teoria importada para investigar um fenômeno de interesse da TO, se os *frameworks* não contemplam marcadores que permitam examinar sua aderência onto-epistêmica, metódica e axiológica com os pressupostos de sua proposta original. Existe uma fragilidade nas ponderações sobre a coerência dos esforços de transposição e domesticação de uma teoria na TO, pois é negligenciada a base a partir da qual poderia ser possível julgar esse processo de teorização. Como assegurar que uma parte importada da teoria mantém seu sentido e intenção explicativa dos fenômenos, se ela foi descontextualizada de sua estrutura. Em termos instrumentais, considerando que seu sentido foi deturpado, essa parte da teoria ainda seria válida para explicar um fenômeno organizacional? Os modelos não disponibilizam subsídios para examinar de forma rigorosa e robusta a tradução de uma dada teoria importada para o domínio de destino. Não há a articulação de um conjunto de diretrizes capaz de avaliar, metodicamente, a tradução — mesmo que de partes — de uma teoria para o entendimento de determinado fenômeno na TO.

Aliado a ausência de critérios para explicar o porquê de importar uma teoria estrangeira — ou partes dela, os modelos não oferecem uma abordagem sistemática e deliberada para orientar e avaliar a domesticação de *radical traveling theories* no campo da Teoria Organizacional. Os *frameworks* de Whetten, Felin e King (2009) e Accard (2020) contemplam os possíveis ajustes nos níveis de abstração das teorias estrangeiras, quando importadas e domesticadas na Teoria das Organizações. Todavia, faltam-lhes indicadores para especificar de que forma se deve proceder com e avaliar a redução dos níveis de abstração de radical traveling theories. No que tange ao modelo de Oswick, Fleming e Hanlon (2011), os autores não estabelecem critérios para estabelecer como a teoria da integração conceitual e as redes cognitivas podem ser aplicadas com o intuito de compreender o *modus operandi* de importação de RTTs. Esses autores não descrevem, por exemplo, os possíveis elos das relações vitais que podem ser criados entre os espaços mentais em cada formato de rede. Esses elos poderiam ser usados como marcadores do processo de domesticação, posto que

sinalizam como um ou mais componentes de uma teoria podem ser significados de maneiras inovadoras. Oswick, Fleming e Hanlon (2011) sugerem a inserção de racionalidades dissonantes no processo de importação de RTTs, como, por exemplo, irônica, discrepante, e contra factual. Eles não propõem marcadores para avaliar o uso dessas racionalidades no método de teorização em questão.

Como os *frameworks* se concentram em importar teorias que estejam em sintonia com o fenômeno de interesse, isso sinaliza preocupações sobre a inclusão ou exclusão arbitrárias de componentes de uma teoria estrangeira, durante sua domesticação no domínio-alvo. A ausência de diretrizes capazes de garantir a tradução, metódica e sistemática, de teorias estrangeiras — de seus domínios de origem para TO — pode acarretar adição aleatória de novos elementos à teoria importada ou na subtração casual de elementos centrais pertencentes a ela, no intuito de forçar sua adaptação para consumo no domínio da TO. As modificações arbitrárias — realizadas sem quaisquer critérios ou método — podem deturpar o escopo e o intento original da teoria importada, devido a incapacidade de enxergar todas as nuances que a moldam. As dificuldades encontradas nos processos de importação e, particularmente, de domesticação de uma teoria dizem respeito a ausência de coerência entre as crenças importadas de determinada teoria estrangeira e, desse modo, seus possíveis encaixes no novo sistema de crenças.

Consoante os achados da RSL, os *frameworks* resumem-se a prover recomendações, sejam processuais ou epistêmicas, superficiais quanto ao *modus operandi* desse método de teorização na TO. Apesar dos modelos descrevem possíveis etapas e diretrizes processuais, racionalidades e formas de construção de conhecimento, falta-lhes aprofundar os critérios que, porventura, podem ser utilizados para analisar a coerência e razoabilidade da transposição e a adequação de RTTs no domínio da TO. Os *frameworks* existentes na literatura de TO não permitem entender e avaliar as maneiras pelas quais as teorias importadas se ajustam aos fenômenos em seus respectivos domínios e, assim, conectam-se com as teorias que as complementam ou as substituem. Isso prejudica, por exemplo, uma compreensão adequada da retenção de ontologias, epistemologias, axiologias e métodos das teorias, bem como do caráter cumulativo delas. Os modelos não proporcionam estratégias deliberadas passíveis de assegurar que as modificações conduzidas nas teorias importadas, realmente, possibilitem uma tradução coerente de suas estruturas, para fins de entendimento dos fenômenos organizacionais.

À luz dessa crítica, parece-me que os teóricos organizacionais adotam uma postura *laissez-faire* — ou seja, a difusão de uma prática de vale-tudo — na importação e domesticação de teorias estrangeiras na Teoria Organizacional. Essas teorias foram desenvolvidas em determinadas circunstâncias históricas, para um certo propósito, em um dado escopo, e sob o auspício de uma abordagem onto-epistêmica-axiológica. Não considero que seja prudente distorcer inadvertidamente as estruturas das teorias, somente, para atender aos caprichos ou as conveniências dos acadêmicos organizacionais. Ao adotarem essa postura, há o risco de eles cometerem possíveis abusos na interpretação e na apropriação da teoria importada, particularmente, por impelir um encaixe, desprovido de quaisquer tipos de rigor, com o fenômeno de interesse. Em casos mais extremos, um processo de domesticação promove deturpações radicais na estrutura de uma teoria estrangeira, a ponto de descaracterizá-la de seu escopo e sua proposta original.

Nas ocasiões em que excessos e arbitrariedades são cometidos nos esforços de transpor e domesticar teorias estrangeiras, questiono se o conhecimento construído com base em fundamentos e pressupostos distorcidos de uma dada teoria — ou seja, a partir daquilo que ela não é e, logo, não representa — ainda pode ser considerado válido. Isso direcionou-me a refletir sobre a plausibilidade do processo de importação dessas teorias na Teoria Organizacional, sob a égide da postura *laissez-faire*. Parece-me que essa postura tem erigido um corpo de conhecimento carente de razoabilidade, isto é, de um alicerce capaz de fundamentar a validade — seja parcial ou total — das interpretações e das modificações conduzidas nas teorias estrangeiras, com vias a explicar os fenômenos organizacionais. Essa postura, como sugiro, estimula uma condução, desprovida de rigor e de sistematicidade, do *modus operandi* deste método de teorização. Isso abre margem para levantar algumas suspeitas acerca da veracidade do conhecimento instituído na TO. Em particular, como confiar em uma forma de conhecimento assente em compreensões descompromissadas e infundadas das teorias estrangeiras? Como é possível confiar na construção de conhecimento, derivada deste método de teorização, quando este é realizado de uma maneira desprovida de rigor, seja científico ou lógico? Sendo assim, os descuidos e as imprudências cometidas durante a condução dos processos de importação e de domesticação de uma teoria estrangeira são suficientes para invalidar, total ou parcialmente, o conhecimento desenvolvido por meio deste método de teorização?

Os *frameworks* negligenciam algumas questões fundamentais quanto à domesticação de RTTs, tais como: que componentes da estrutura de uma teoria são passíveis de domesticação? Com base na literatura relevante sobre o tema, parece-me que todos os componentes constituintes da estrutura de uma teoria podem ser submetidos a ajustes com vias a torná-la consumível na Teoria das Organizações. Essa constatação direcionou-me a seguinte reflexão: caso a totalidade da estrutura de uma RTT seja domesticada, um dos possíveis resultado desse processo é a apropriação de uma versão distinta e/ou incoerente da original. Sendo isso verdadeiro, então porque não importar outra RTT ou criar uma teoria endógena, ao invés de amassar imprudentemente a teoria estrangeira para forçar seu encaixe na TO? Esse raciocínio pode ser estendido para domesticação das partes de uma RTT. Aliado a essas questões, os *frameworks* não propõem marcadores que sinalizem como o conteúdo dos componentes da estrutura de uma RTT deveriam sem domesticados. Isso inviabiliza quaisquer tentativas de demarcar o ponto de inflexão do processo de domesticação. Em outros termos, até onde é aceitável remodelar uma teoria ou alguns de seus componentes para justificar seu encaixe ao fenômeno de interesse? Na exiguidade de marcadores de domesticação, como é possível estabelecer se a descaracterização de uma teoria compromete sua aplicação para compreender os fenômenos organizacionais e, assim, sua capacidade de construir conhecimento válido e coerente?

Os *frameworks* apresentam apenas orientações gerais sobre o potencial desse método de teorização em contribuir para o desenvolvimento de conhecimento na Teoria Organizacional. Isso posto, a RSL expôs a ausência de diretrizes e marcadores que sinalizem como articular e avaliar as contribuições das *radical traveling theories*, tanto nos seus domínios-fonte quanto na TO. Apresento um possível efeito colateral referente à negligência dos *frameworks* em demarcarem condições e marcadores específicos para avaliar as contribuições de uma teoria importada, com base nas premissas usadas para domesticá-la, na Teoria Organizacional. Em tese, a replicação de uma teoria estrangeira em um novo contexto, a adição/remoção de conceitos em sua estrutura, e as alterações na sua abordagem onto-epistemológica contribuem diferentemente na produção de conhecimento em um domínio. Os modelos não subsidiam critérios para mapear e, assim, compreender os níveis e os escopos distintos de contribuição derivados das várias formas de apropriação de uma teoria importada. Inexistem marcadores para examinar se o impacto da contribuição ocorreu

no nível conceitual, epistemológico, metodológico, ou axiológico, por exemplo. Os modelos não sinalizam de que maneiras as contribuições, provenientes desse método de teorização, auxiliam na constituição de novas teorias, ou promovem novas inserções teórico-epistêmicas no corpo de teorias pré-existente ou, quem sabe, geram diferentes interpretações da teoria importada, tanto no seu campo de produção quanto de aplicação.

A Revisão Sistemática de Literatura desvelou uma série de fragilidades, inconsistências, incompletudes e incoerências, tanto de ordem processual quanto epistêmica, nos modelos de transferência e apropriação de teorias estrangeiras e, em especial, de *radical traveling theories*, na literatura de Teoria Organizacional. Isso direcionou-me a refletir que os esforços empreendidos para construir *frameworks* de importação foram, até então, insuficientes para explicar essa prática de teorização na TO. Os resultados da RSL substanciaram e ratificaram, portanto, minha suposição prévia acerca da necessidade de desenvolver um *framework* epistemológico para compreender o *modus operandi* de importação e domesticação de RTTs normativas na TO. Em vista disso, apresento e justifico um conjunto integrado de diretrizes, marcadores e racionalidades com a finalidade de conferir rigor e coerência aos processos de importar e de domesticar RTTs, de cunho normativo, no domínio da Teoria das Organizações.

Apesar dos argumentos favoráveis à construção de um novo *framework* epistêmico, vislumbro a indispensabilidade de esclarecer os porquês da decisão de conceber um modelo de importação específico para *radical traveling theories* normativas. É bastante difundida a importância das RTTs (OSIGWEH, 1989; OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011; ACCARD, 2020) e das teorias normativas (HASNAS, 1998; SMITH, 2009) na construção de conhecimento sobre os fenômenos organizacionais. Além disso, dada a qualidade universal dos *frameworks* de importação de teorias estrangeiras analisados, inexiste um modelo, particularmente, direcionado ao entendimento do processo de importar RTTs normativas no domínio epistêmico da Teoria Organizacional. Embora os achados da RSL endossarem tal constatação, essa razão é frágil e insuficiente para justificar o esforço de conceber um modelo específico para RTTs. A mera factualidade da ausência de algo não deve ser *per se* considerada um fundamento último para toda e qualquer argumentação a favor de sua presença. Podemos chegar à conclusão, por exemplo, de que a ausência é

benéfica, valorosa e imprescindível. Sendo assim, a presença torna-se algo insignificante, indiferente e, assim, desnecessária.

No tocante à discussão aqui endereçada, a ausência de tal modelo importação sinaliza uma possível lacuna de conhecimento que merece nossa atenção. Diferentes categorias de teorias — i.e., positivista, normativa, e crítica — demandam processos *sui generis* de teorização e, em particular, de importação, como mencionado anteriormente. O caráter genérico dos *frameworks* de importação desconsidera as singularidades das práticas de transpor e de domesticar teorias portadoras de diferentes interesses cognitivos do conhecimento. Essa linha de raciocínio parece-me ser suficientemente consistente para endossar o desenvolvimento de modelos direcionados à compreensão do *modus operandi* de importação de cada um desses tipos de teoria. Esse argumento não é apenas válido para as *radical traveling theories* normativas, mas também para as positivistas e as críticas. É mister, portanto, apresentar uma razão de ordem epistêmica para fundamentar o desenvolvimento de um modelo de importação para RTTs normativas. Para tal, recorro à ideia de unidade de conhecimento dos interesses constitutivos de Jürgen Habermas e sua defesa do interesse prático e das ciências hermenêuticas.

Nas considerações feitas por Habermas (1971a), no posfácio de sua obra *Knowledge and Human Interest*, o filósofo defende que os interesses cognitivos são universais[20] e zelam pela unidade do sistema social de ação e experiência. Os interesses são, consoante o autor, responsáveis pela dinâmica que gera o conhecimento. A dinâmica entre eles é, afirma Habermas (1971a), animada pela dialética. Acredito que a passagem em destaque esclarece o entrelaçamento entre esses interesses:

> [...] os interesses cognitivos do conhecimento zelam, frente ao discurso, pela unidade do respectivo sistema de ação e experiência [na vida social] [...]. Enquanto o interesse técnico e o interesse prático estão fundamentados em estruturas profundas de ação e experiência, entrelaçados enquanto elementos constituintes dos sistemas sociais, o *interesse emancipatório* possui um *status* derivado. Ele garante o elo do saber teórico com a práxis da vida, isto é, com uma 'área-de-objeto', a qual surge sob as condições de uma comunicação *sistematicamente*

[20] A universalidade dos interesses do conhecimento significa que as condições de reprodução da espécie ou da forma da vida sociocultural impõem-se, como tais, nas áreas de objeto. E trata-se de uma base de interesses porque as estratégias cognitivas da produção de um (verdadeiro) saber utilizável técnica, prática e emancipatoriamente se referem a classes gerais de problemas da reprodução da vida, postos de antemão com os elementos constituintes dos sistemas sociais (HABERMAS, 1971a).

> *deformada* e de uma repressão aparentemente legitimada (HABERMAS, 1971a, p. 344-345, tradução nossa, grifo do autor).

Nesse trecho, Habermas (1971a) não apenas sinaliza a indissociabilidade dos interesses cognitivos, mas também indica que o conhecimento se desenvolve pela mobilização conjunta desses interesses. Embora cada interesse aponte para um tipo específico de ciência, eles não devem ser articulados como mutuamente excludentes ou opostos, pois a produção de conhecimento e, assim, o funcionamento da vida social perpassa e está entrelaçado em todos eles (PAES DE PAULA, 2015). Em contraste, os interesses constituintes do conhecimento são complementares entre si. Apesar das ciências remeterem a domínios linguísticos distintos, "[...] uma vez que se manifestam de acordo com os predicados epistemológicos de seus objetos", elas não são a rigor incomunicáveis (PAES DE PAULA, 2015, p. 98). Habermas (1971a) e alguns comentadores de sua obra KHI (e.g., MILLER, 1975; OTTMANN, 1982; OTHWAITE, 2009; PAES DE PAULA, 2015) defendem a existência de processos de tradução que viabilizam a compatibilização de diferentes interesses cognitivos com as formas distintas de ciência (PAES DE PAULA, 2015). Inspirada no pensamento habermasiano, Paes de Paula (2015, p. 132) sugere que "[...] as ciências sociais e os estudos organizacionais deveriam ser capazes de desenvolver pesquisas que abarquem o interesse técnico, o interesse prático e o interesse emancipatório". Como Habermas (1971a) nos alerta, se tomarmos isoladamente os interesses, teremos um conhecimento cada vez mais incompleto e afastado das necessidades sociais.

Em face do exposto, apresento a razão por optar pelo desenvolvimento de um framework epistêmico para as *radical traveling theories* normativas. Essas teorias são produzidas pelas ciências hermenêuticas, sob a égide do interesse prático. Esse interesse orienta as ações intersubjetivas que explicam uma possível disponibilidade técnica, assim como fornecem as condições histórico-culturais do processo de autopreservação (HABERMAS, 1971a). Em outros termos, o processo de teorização das ciências positivistas e críticas é, em parte, fundamentado na normatividade estabelecida pelas ciências hermenêuticas. As teorias normativas são, como ilumina Willmott (2005), frutíferas para destacar a necessária articulação dos interesses, pois, promovem as condições de possibilidade de conhecimento das ciências de interesse prático, bem como nutrem tais condições nas ciências de interesses técnico e emancipatório. O *framework* de importação de *radical traveling theories* normativas

tem o propósito de fornece um referencial teórico-analítico e metodológico para compreender as reconstruções epistêmica orientadas pelo interesse prático, que seja tecnicamente aplicável e também guie a atividade emancipatória. Um dos pontos fundamentais desse *framework* é indicar como o interesse prático é apropriado na importação e domesticação de RTTs normativas na Teoria Organizacional.

Expostos os motivos que endossam e, à vista disso, justificam a proposta desta tese, apresento, resumidamente, o arsenal analítico empregado para desenvolver o *framework* de importação de *radical traveling theories* normativas no domínio da Teoria das Organizações. Esse *framework* incorporou vários elementos epistêmicos e processuais pertencentes aos modelos de importação de teorias estrangeiras selecionados e analisados na Revisão Sistemática de Literatura. Os modelos em questão foram desenvolvidos por Whetten (2009), Whetten, Felin e King (2009), Zahra e Newey (2009), Oswick, Fleming e Hanlon (2011) e Accard (2020). A RSL ratificou a alegação de Accard (2020) sobre a relativa integralização[21]. dos *frameworks* de importação de teorias estrangeiras na literatura de TO. A síntese da revisão possibilitou-me mapear as estruturas, os marcadores e as racionalizadas utilizados nesses cinco modelos de importação, assim como identificar as complementariedades e as divergências existentes entre eles. Isso tornou possível articular as conexões e as sobreposições entre os componentes similares e díspares dos modelos, com vias a desenvolver o *modus operandi* do *framework* epistemológico proposto nesta tese.

A título de ilustração, agreguei a lógica bidirecional dos processos de importação descritos nos *frameworks* de Whetten (2009), Whetten, Felin e King (2009), Zahra e Newey (2009), Oswick, Fleming e Hanlon (2011) e Accard (2020). Ademais, considerei as questões envoltas nas diferenças contextuais entres o domínio de referência da *radical traveling theory* normativa e o domínio da Teoria Organizacional, como evidenciado por Whetten (2009) e Whetten, Felin e King (2009). Incorporei as ponderações sobre os diferentes níveis de adaptação de uma teoria importada, contempladas nos modelos de Zahra e Newey (2009) e Accard (2020).

A teoria de integração conceitual, proposta por Fauconnier e Turner (2002), norteou a compreensão da racionalidade analógica e da semântica do *modus operandi* do *framework* de importação de RTTs normativas na TO. Além disso, sugiro que a integração conceitual fornece os caminhos para explicar como ocorrem as

[21] É importante ressaltar que, Accard (2020) não expõe nenhuma evidência corroborativa de sua afirmação quanto a complementariedade dos *frameworks*.

reconstruções epistêmicas. Em particular, utilizei a lógica e os componentes da rede de integração conceitual dos quatro espaços mentais — i.e., RCQEM — para explicar como operam as transposições de cunho unidericional e bidirecional no processo de importação dessas teorias estrangeiras na TO. Na literatura de Teoria das Organizações, a apropriação da analogia estrutural da RCQEM para compreender a prática de importar e domesticar teorias está legitimada, por exemplo, nos textos de, Osigweh (1989), Oswick, Fleming e Hanlon (2011) e Accard (2020).

Os textos de Habermas (1971a; 1973a), Hill (1984) e Paes de Paula (2015; 2016) também integraram o arsenal analítico do *framework* de importação de RTTs normativas desenvolvido nesta tese. Articulei Círculo das Matrizes Epistêmicas — i.e., CME — de Paes de Paula (2015; 2016) aliado as suas costuras teóricas com os sistemas de produção de conhecimento — i.e., SPC — de Hill (1984) e a teoria dos interesses cognitivos de Habermas (1971a) para construir o *modus operandi* da prática de importar e de domesticar esse tipo de teoria no domínio da Teoria Organizacional. Esses três textos fundamentaram os marcadores de ordem ontológica, epistêmica-metodológica e teleológica do *framework*. Alinhado com isso, resgato as teses da incompletude cognitiva e das reconstruções epistêmicas presentes no CME com intuito de justificar a lógica de construção de conhecimento que impera nesse método desse método de teorização.

É mister ressaltar que nenhum desses três autores direcionou suas teorizações, especificamente, para o estudo do método de importação de teorias estrangeiras nas ciências sociais e, em particular, na Teoria Organizacional. Sendo assim, acredito que é prudente explicar, em caráter preliminar, o porquê de aplicar o pensamento desses autores para conduzir à compreensão dos processos de importação e, consequente, de domesticação de *radical traveling theories* normativas no domínio da TO. Arrisco em propor que o CME é capaz de prover novos *insights* sobre o *modus operandi* deste método de teorização, os quais transcendem o modelo paradigmático de desenvolvimento científico descrito por Thomas Kuhn (2012). Em particular, Paes de Paula (2015; 2016) assegurou-me conjecturar que: a) a prática de importar teorias estrangeiras é motivados pelo reconhecimento de incompletudes cognitivas; e, b) a domesticação pode ensejar reconstruções epistêmicas na TO.

A teoria dos interesses cognitivos de Habermas (1971a; 1973a) é articulada enquanto um caminho razoável para compreender as reconstruções epistêmicas decorrentes da domesticação das *radical traveling theories* normativas no campo da

Teoria Organizacional. Além disso, essa teoria suscitou-me conferir marcadores de coerência para os processos de importação e domesticação de RTTs normativas no referido domínio disciplinar. Em termos pragmáticos, essa teoria habermesiana foi utilizada para relacionar o interesse cognitivo e o tipo de construção de conhecimento da teoria importada no seu domínio fonte com o interesse e o conhecimento associados a versão domesticada da teoria estrangeira na TO.

A teorização dos sistemas de produção de conhecimento de Hill (1984) foi estruturada com intuito de respaldar o argumento de que toda e qualquer teoria corporifica um SPC. Em razão disso, a importação de uma teoria estrangeira, ou de partes de sua estrutura, envolve, necessariamente, a apropriação do SPC que a encapsula. A domesticação de uma teoria estrangeira ou de suas partes remete a completa/parcial articulação dos elementos de seu sistema de produção de conhecimento no domínio da Teoria Organizacional. Devido a cada sistema ser, epistemologicamente, responsável por manter a consistência entre seus elementos de acordo com suas próprias regras de organização e lógica, sugiro que o SPC pode também ser utilizado como marcador de coerência do *framework* de importa de RRTs normativas na TO.

A respeito da teoria da coerência aplicada nos *frameworks* de importação de r*adical traveling theories* normativas na Teoria Organizacional, acredito seja necessário tecer algumas palavras sobre o Coerentismo[22]. A teoria coerentista da justificação foi aplicada para estabelecer um nível de adequação razoável entre as crenças do SPC da teoria estrangeiras domesticada na TO, quando comparadas com o conjunto de crenças da teoria em seu domínio original de produção. Nesta teoria, as crenças favorecem uma teoria da verdade por correspondência ou tomam a noção de verdade como certa, pelo menos para os propósitos de suas investigações epistemológicas. Devido a isso, a justificação da coerência de importação de uma teoria estrangeira é considerada uma indicação ou critério de verdade no framework de importação em questão. Em particular, aplico alguns dos pressupostos da teoria coerentista de justificação epistêmica promulgada por Paul Thagard, com vias a estabelecer critérios de coerência que promovam explicações e justificações do *modus operandi* do *framework* epistêmico de transposição e domesticação de RRTs normativas na TO.

[22] O Coerentismo é também denominado de teoria coerentista da justificação (COPI; COHEN; MCMAHON, 2014).

Em vista do exposto, qualifico o *framework* epistêmico, desenvolvido nesta tese, como alternativo, pois não se limita ou fica aprisionado no modelo de progresso científico hegemônico descrito por Thomas Kuhn (2012). Na literatura de Teoria das Organizações, como revelou a RSL, os *frameworks* de importação de teorias estrangeiras apropriam-se da noção "kuhniana" de construção de conhecimento para justificar epistemologicamente esse método de teorização. A articulação dos textos de Habermas (1971a; 1973a), Hill (1984) e Paes de Paula (2015; 2016) representa um esforço de prover um novo referencial teórico-analítico e metodológico para entender e, assim, avaliar o *modus operandi* de RTTs normativas na TO. Esse é um referencial divergente da tese kuhniana de incomensurabilidade paradigmática[23] promulgada pelos paradigmas sociológicos de Burrell e Morgan (1979). Sob a égide desse "novo referencial", o método de importar e domesticar teorias estrangeira contempla a multiplicidade epistemológica da TO. Ao fazer isso, esses processos podem contribuir com a reconstrução epistêmica da TO por intermédio da redefinição das teorias vigentes ou da constituição de um novo sistema de conhecimento no domínio.

A proposição desse *framework* epistêmico de importação de *radical traveling theories* normativas não visa impor uma camisa de força na construção de conhecimento organizacional. Não intento fornecer um conjunto rígido e absoluto de diretrizes, orientações e marcadores, que aprisione ou engesse a flexibilidade e a criatividade desse método de teorização na Teoria Organizacional. O *framework* não promulga a inviolabilidade da teoria estrangeira, ou quiçá seu purismo teórico, no decorrer de sua transposição e apropriação na TO. Isso diverge da natureza do *modus operandi* da prática de importar e domesticar. Esse método prevê a domesticação das teorias estrangeiras na TO, ou seja, modificações nos conteúdos de suas estruturas

[23] A tese da incomensurabilidade paradigmática remete a ausência de uma medida única, uma linguagem comum, a partir da qual os cientistas poderiam harmonizar paradigmas localizados em diferentes lados de uma revolução científica (KUHN, 2012). No modelo kuhniano de desenvolvimento científico, os paradigmas dominante e rivais têm padrões científicos e valores cognitivos incompatíveis e irreconciliáveis entre si, o que ocasiona desentendimentos e disputas na comunidade acadêmica (PAES DE PAULA, 2016). Essa tese reflete a inviabilidade de tradução completa entre o paradigma dominante e seus concorrentes. A incomensurabilidade denota que os confrontos entre paradigmas tendem a ser inconclusivos, devido a impossibilidade de reconciliação decorre da incapacidade de comunicação entre paradigmas concorrentes (KUHN, 2012). Os proponentes de um paradigma não conseguem, literalmente, entender a linguagem utilizada pelos seus rivais. Embora utilizem terminologias similares, paradigmas distintos tendem a significar seus elementos e ferramentas de uma maneira, fundamentalmente, divergente (KUHN, 1977). Isso promove desentendimentos e falhas na comunicação com relação à substância das teorias e aos padrões considerados apropriados para avaliação dos paradigmas (KUHN, 2012). Os diversos modo de fazer ciência em cada paradigma criam comunidades de linguagem distintas, o que dificulta o alcance de um entendimento conciliador (KUHN, 2012).

para atender às demandas da disciplina e, assim, explicar os fenômenos organizacionais.

Por favor, não interprete meu argumento incorretamente. Minha intenção não é deslegitimar todo o corpo de conhecimento, ou quiçá o progresso teórico, estabelecido, até a presente data, por intermédio deste método de teorização na Teoria Organizacional. Isso seria, no mínimo, leviano e imprudente de minha parte. Sou consciente da possibilidade de que: mesmo sem apresentar, de forma explícita, marcadores/critérios de importação ou elementos que denotem rigor e sistematicidade deste processo, isso não me permite afirmar, de maneira contundente, que toda e qualquer transposição e apropriação de uma determinada *radical traveling theory* normativa, por exemplo, foi conduzida de forma incoerente ou inapropriada. Há de se reconhecer, mesmo sob essa circunstância, a eventualidade do processo de importação ter sido realizado de maneira coerente.

A aceitação dessa factualidade não me impede de propor um *framework* que questione a produção de conhecimento erigida na Teoria Organizacional, a partir das práticas de importação e domesticação de teorias estrangerias e, em particular, *radical traveling theories* normativas. Como exposto, a ausência de um conjunto analítico de diretrizes integradas acerca dessas práticas dificulta o exame das decisões, dos processos e, dos esforços teóricos realizados pelos teóricos organizacionais quanto a transposição e a apropriação desse tipo de teoria estrangeira no domínio da TO. Aliado a isso, o exercício das posturas rígida e *laissez-faire* levantam a perspectiva do conhecimento produzido pelos teóricos organizacionais, por meio desse método de teorização, ser qualificado como insustentável ou injustificável. Por um lado, a rigidez requer uma situação de “encaixe perfeito” entre teoria e fenômeno. Quando isso não ocorre, é possível que esse encaixe seja, demasiadamente, forçado. Como resultado, a teoria pode ser radicalmente deturpada, para fins de explicação dos fenômenos organizacionais. Por outro lado, existe a chance de a teoria ser apropriada de forma livre, com base na conveniência de quem a importada e aplica. Em ambos os casos, verifica-se uma certa arbitrariedade que não explica ou justifica os porquês da escolha ou dos processos de importar e domesticar uma dada teoria estrangeria no domínio da Teoria das Organizações. Isso impossibilita, por exemplo, avaliar os motivos, as racionalidades, os procedimentos, os critérios e o rigor utilizados para compreender a teorização por meio da apropriação de teorias estrangeiras na TO.

Nesta tese, ofereço um *framework* epistêmico na qualidade de bússola. Sua função é guiar os esforços de teorização quanto ao empreendimento de desenvolver conhecimento, por intermédio da transferência e apropriação de *radical traveling theories* normativas no domínio da TO. Ao fazê-lo, esse *framework* objetiva auxiliar os teóricos organizacionais na compreensão do *modus operandi* das práticas importar e domesticar RTTs normativas na TO. Destaco três pontos-chave, potencialmente, endossadores da referida função epistêmica desse *framework*. Primeiro, oferece um conjunto de marcadores para compreender o *modus operandi* da importação e domesticação de *radical traveling theory* normativa na Teoria Organizacional. Esse *framework* possibilita o entendimento dos processos envolvidos na construção de conhecimento, por intermédio desse método. Segundo, permite-lhes examinar se os processos de apropriação de RTTs normativas foram realizados de maneira coerente. Assim, possíveis descuidos e imprudências podem, porventura, ser evitados durante a transposição, as modificações e, consequente, a aplicação de RTTs normativas na TO.

Terceiro, o *framework* oportuniza a avaliação das contribuições teóricas trazidas pelas práticas de importar e domesticar uma *radical traveling theory* normativa, a fim de explicar os fenômenos organizacionais. Esse modelo de importação permite aos teóricos organizacionais ponderarem de que maneiras a apropriação de RRTs favoreceu a inserção de novas lentes epistêmicas no domínio da Teoria das Organizações. Ademais, esse *framework* visa analisar se os ajustes conduzidos na domesticação de uma determinada RTT proporcionam o estabelecimento de um corpo de conhecimento legítimo e plausível sobre os fenômenos de interesse da TO.

O *framework* epistemológico enseja, dessa forma, a identificação e análise das publicações que cometeram ou não abusos na importação e na domesticação de uma *radical travel theory* normativa na Teoria das Organizações. Esse *framework* tem a pretensão de munir os teóricos organizacionais com um arsenal analítico, que os assegurem revisar criticamente o conhecimento estabelecido por esse método de teorização na TO. Apesar de estar ciente de que é algo ambicioso, a proposta do modelo desta tese também intenta evitar que futuras transposições e apropriações de RTTs sejam empreendidas e justificadas incoerentemente nos moldes das posturas rígida e *laissez-faire*.

A seguir, apresento os objetivos que direcionaram os esforços teóricos desta tese para compreender o *modus operandi* dos processos de importação e domesticação de *radical traveling theories* normativas na Teoria Organizacional.

1.1 OBJETIVOS DA TESE

1.1.1 Objetivo Geral

O objetivo desta tese é propor um *framework* epistemológico alternativo para compreender e, assim, avaliar o *modus operandi* de importação de *radical traveling theories* normativas no domínio da Teoria Organizacional.

1.1.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos desta tese são:

i. Especificar as etapas/momentos, e as relações entre elas, que integram o *modus operandi* do *framework* de importação de *radical traveling theories* normativas no domínio da Teoria Organizacional.

ii. Estabelecer marcadores, e as conexões entre eles, no *framework* epistemológico que ensejem o entendimento do processo de importação e domesticação de RTTs normativas no campo da TO.

iii. Elucidar, no *framework* em questão, o(s) tipo(s) de racionalidade analógica que caracterizam e, assim, justificam a produção de conhecimento na prática de importar RTTs normativas na Teoria das Organizações.

iv. Instituir as condições de justificação epistêmica da produção coerente de conhecimento nas práticas de importar e domesticar RRTs normativas no campo da TO.

2 PROLEGÔMENOS SOBRE TEORIZAÇÃO, TEORIAS, TEORIAS NORMATIVAS E RADICAL TRAVELING THEORIES

Neste capítulo, apresento a noção de teoria que norteia a construção do *framework* epistêmico de importação de *radical traveling theories* normativas no domínio da Teoria Organizacional. É importante ressaltar que minha intenção não é discutir a questão mais ampla sobre o que constitui uma “boa teoria” ou uma “teoria forte”. Esse tópico já recebeu atenção substancial de alguns teóricos organizacionais (WEICK, 1989; SUTTON; STAW, 1995; WEICK, 1995a; SUDDABY, 2014b; BOER *et al.*, 2015; ASHKANASY, 2016). Tal como, não embarquei na aventura de propor uma definição universalmente aceita sobre o que é, essencialmente, uma teoria. Qualquer tentativa de estabelecer uma definição unívoca e absoluta do termo teoria será alvo de contestação na comunidade de teóricos organizacionais (MIR; WILLMOTT; GREENWOOD, 2016), devido ao caráter multiparadigmático da Teoria das Organizações (REED; BURRELL, 2019).

Embora reconheça que os esforços de construção de teorias “boas/fortes” e universais possam, por hipótese, contribuir para um melhor entendimento e, assim, explicação dos fenômenos, meu objetivo aqui é mais modesto. Em termos pragmáticos, articulei algumas noções de teoria, dispostas na literatura de Teoria Organizacional, com uma tripla finalidade: a) esboçar os contornos da estrutura das teorias e, à vista disso, alguns de seus componentes, que podem ser incorporados, enquanto marcadores de avaliação da importação de *radical traveling theories*, no *framework* epistêmico dessa tese; b) argumentar que a noção de teoria é incompleta se não considerá-la um componente de Sistemas de Produção de Conhecimento — i.e., SPC; c) fundamentar a compreensão de teoria normativa e de *radical traveling theory*.

Esse capítulo é composto por quatro seções. Inicialmente, apresento a distinção entre os termos teorização e teoria. Em seguida, articulo algumas noções de teoria, destacando suas características e complementariedades, com o intuito de vinculá-las aos SPCs. Após isso, discorro sobre o entendimento de teoria normativa. Por fim, exponho o conceito de *radical traveling theory*, descrevendo suas particularidades.

2.1 TEORIZAÇÃO: DO CONTEXTO DA JUSTIFICAÇÃO AO CONTEXTO DA DESCOBERTA

Acredito que o primeiro passo para compreender o sentido da noção de teoria é distingui-la do termo teorização. A teorização é um método indispensável no desenvolvimento epistemológico na Teoria Organizacional (LI; SEYREK, 2016; SHEPHERD; SUDDABY, 2017; HANSEN; MADSEN, 2019). De acordo com Reed e Burrell (2019, p. 12, tradução nossa), a produção de conhecimento na TO é "[...] dependente de modos estabelecidos de teorização". Ao comentar sobre a importância da teorização, Lounsbury e Beckman (2015) sugerem que, este é, de fato, uma das práticas epistêmicas centrais para o avanço teórico desse campo[24]. A este respeito, o teorizar é considerado um *modus operandi* legítimo de construção de "[...] teorias organizacionais mais criativas e criteriosas" (SUDDABY; HARDY; HUY, 2011, p. 240, tradução nossa).

A teorização é um processo abstrato (JACCARD; JACOBY, 2010), frequentemente dissociativo (SWEDBERG, 2016), polimórfico (ALVESSON; GABRIEL, 2013), criativo (OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011), associativo (WEICK, 1995a), imaginativo (WEICK, 2007), e reflexivo (TRUEX; HOLMSTRÖM; KEIL, 2006) de construção de sentido (WEICK, 1989) de uma teoria. Este processo precede a formulação final de uma teoria (HANSEN; MADSEN, 2019), seja culminando na concepção de uma nova teoria (WEICK, 1995b) ou no aprimoramento de uma já existente (SWEDBERG, 2016). A expressão teorizar "[...] refere-se ao que se faz para produzir uma teoria e ao processo de pensamento envolvido antes de [...] considerá-la final" (SWEDBERG, 2014, p. 1, tradução nossa).

---

[24] No âmbito da literatura de Teoria das Organizações, a teorização é um processo, amplamente, documentado em vários periódicos (SHEPHERD; SUDDABY, 2017; HANSEN; MADSEN, 2019), com destaque para duas edições especiais do *Academy of Management Review*, publicadas em 1989 e 1999, e em uma edição do *Administrative Science Quarterly*, publicada em 1995. Essas edições encapsulam a base das discussões na TO sobre: a) o que é teoria (BACHARACH, 1989; VAN DE VEN, 1989; DIMAGGIO, 1995; SUTTON; STAW, 1995) e teorização (WEICK, 1995b; FOLGER; TURILLO, 1999); b) como construir teorias (WEICK, 1989; LEWIS; GRIMES, 1999); e, c) o que constitui uma contribuição teórica (WHETTEN, 1989). As discussões em torno do processo de teorização não se esgotaram nos textos publicados nas edições dos periódicos acima mencionados. É oportuno comentar que meu intuito não é o de remontar o debate sobre o progresso teórico na Teoria das Organizações, mas sim, reconhecer uma preocupação válida, entre os teóricos organizacionais, acerca do valor da teorização como uma alternativa para fomentar o desenvolvimento de conhecimento nesse domínio. Para esse fim, sugiro a leitura dos seguintes textos: Davis e Marquis (2005), Walsh; Meyer e Schoonhoven (2006), Alvesson e Kärreman (2007), Weick (2007), Edwards (2010), Mckinley (2010), Corley e Gioia (2011), Oswick, Fleming e Hanlon (2011), Suddaby, Hardy e Huy (2011), Cornelissen e Durand (2014), Suddaby (2014a), Davis (2015a), Lounsbury e Beckman (2015), Shepherd e Suddaby (2017), e Cornelissen (2019).

É um equívoco, entretanto, pensar que a teorização se encerra na publicação de uma dada teoria (HANSEN; MADSEN, 2019). Como afirma Swedberg (2014), esse é um processo contínuo realizado ao longo da vigência e, assim, relevância de uma teoria para determinada comunidade científica. Caracteriza-se, destarte, por oferecer uma compreensão de como uma teoria é criada e/ou modificada e, assim, de que maneira seus componentes são agrupados no ímpeto de dar-lhe sentido (SWEDBERG, 2016). No cerne desse processo estão contempladas as atividades de generalizar, relacionar, selecionar, explicar, sintetizar, idealizar e interpretar os significados e a singularidade dos fenômenos organizacionais (WEICK, 1974;1995b; 2007). Em consonância com isso, Swedberg (2016, p. 16, tradução nossa) escreve que, teorizar abrange observar, "[...] nomear, conceituar, construir tipologias, e prover explicações [...]" sobre os fenômenos de cunho social e organizacional. A teorização envolve "[...] diferentes formas de estimular a criação de uma nova teoria, diferentes maneiras de criar novas explicações dos fenômenos, e diferentes noções do que representa uma contribuição teórica" (SHEPHERD; SUDDABY, 2017, p. 60, tradução nossa). Nesse sentido, teorizar consiste em definir, sucessivamente, os limites de um fenômeno e de uma teoria, assim como, em justificar, continuamente, o que lhes foi recém-incluído e/ou excluído (WEICK, 2007).

É oportuno discorrer, brevemente, sobre o que diferencia a teorização da teoria. Esses dois termos pertencem a lados diferentes de uma mesma moeda e, dessa forma, complementam-se (SWEDBERG, 2014). Para Swedberg (2014, p. 1, tradução nossa), "[e]nquanto a teorização é primariamente um processo, a teoria é o produto final". Isso aponta para distinção entre o contexto da descoberta e o contexto da justificação[25]. Esses dois contextos são, frequentemente, associados aos trabalhos de Reichenbach (1938). O contexto da descoberta refere-se "[...] a forma em que [os processos de pensamento *de facto*] são subjetivamente realizados" (REICHENBACH, 1938, p. 6, tradução nossa). Já o contexto de justificação remete "[...] ao modo em que [a defesa *de jure* da correção dos] processos [desses pensamentos] são comunicados a outras pessoas" (REICHENBACH, 1938, p. 6, tradução nossa). Ao passo que o

[25]A distinção entre o contexto da descoberta e o contexto da justificação dominou e moldou as discussões sobre descoberta na filosofia da ciência do século XX. Estes dois termos são, frequentemente, associados aos trabalhos de Hans Reichenbach (SWEDBERG, 2014). Embora tal distinção ainda seja válida, ela tem sido criticada ao longo dos anos e, portanto, está longe de ser amplamente aceita (SWEDBERG, 2014). Deve-se ressaltar que, para efeitos desta tese, esses dois contextos não são opostos absolutos um do outro, mas sim existe uma linha conceitual nítida entre os dois.

contexto da descoberta está relacionado a geração de novas ideias ou hipóteses, o contexto da justificação representa a defesa, o teste ou a verificação de ideias e hipóteses (SCHICKORE; STEINLE, 2006).

A diferença entre contexto da descoberta e o contexto da justificação, como sugere Richardson (2006), é, comumente, interpretada como uma distinção entre o processo de concepção e de validação de uma teoria, respectivamente. Isso remete a determinação do suporte epistêmico da teoria. Essa distinção não é, necessariamente, interpretada como algo temporal, aponta o autor. Não é preciso assumir que uma teoria esteja, completamente, desenvolvida para depois ser validada. Como ele sugere, concepção e validação são dos tipos diferentes de suporte epistêmico da teoria. De um lado, existe um empenho de articular e desenvolver o potencial da teoria. Do outro lado, há o esforço de avaliar seu valor epistêmico (RICHARDSON, 2006). Em resumo, a teoria é algo terminado, apresentado como uma "verdade". É o produto da teorização, logo pertence ao contexto da justificação (SWEDBERG, 2016). Em contrapartida, a teorização é uma forma de criar, aprimorar uma teoria e, à vista disso, reside no contexto da descoberta (SWEDBERG, 2016).

Sandberg e Alvesson (2011) sugerem haver pelo menos duas maneiras de conduzir o processo de teorização na Teoria Organizacional. Ela pode ser conservadora ou disruptiva. No primeiro caso, as teorizações têm sido realizadas, sobretudo, a partir de aspirações e objetivos conservadores, quanto a geração de teorias (SANDBERG; ALVESSON, 2011). Esta postura conservadora é responsável por legitimar o avanço do conhecimento por identificação e construção de lacunas, que precisam ser preenchidas, nas teorias existentes nesse domínio (SANDBERG; ALVESSON, 2011; ALVESSON; SANDBERG, 2013). O preenchimento de lacunas é, frequentemente, considerado uma prática que reitera e estende a base de conhecimento prévio, em vez de desafiar, radicalmente, suas suposições (SANDBERG; ALVESSON, 2011; CORNELISSEN; DURAND, 2014).

No segundo caso, a teorização pode ser concebida como uma "ferramenta" para estimular criatividade e inovação teórica na Teoria das Organizações, através da radicalização de ideias e da subversão da sabedoria convencional (SUDDABY; HARDY; HUY, 2011; ALVESSON; SANDBERG, 2013). Alguns dos métodos de teorização, por exemplo, a problematização (SANDBERG; ALVESSON, 2011), permitem aos estudiosos organizacionais questionarem, principalmente, os modos conservadores de desenvolvimento de conhecimento — e.g., teorizações dedutivas

top-down e indutivas *bottom up*[26] — na TO (SUDDABY; HARDY; HUY, 2011; SHEPHERD; SUDDABY, 2017). A teorização equipa os acadêmicos organizacionais com os recursos para descobrirem e desenvolverem rotas disruptivas de construção de conhecimento, que desafiam o *status quo* do *mainstream* da TO (SANDBERG; ALVESSON, 2011; SUDDABY; HARDY; HUY, 2011).

No domínio da Teoria das Organizações, o teorizar reconhece a natureza emergente da história e das lutas interinas para o avanço do conhecimento organizacional (WEICK, 1989; LANGLEY, 1999; SHEPHERD; SUTLIFFE, 2011). A teorização não é um processo uniforme, monolítico e desprovido de contestações (cf. HANSEN; MADSEN, 2019). Como mencionado anteriormente, a TO é caracterizada por "[...] uma pluralidade de tradições intelectuais, marcos teóricos e estratégias metodológicas, que compartilham uma preocupação comum com a compreensão e explicação [...]" dos fenômenos organizacionais e da condição social contemporânea (REED; BURRELL, 2019, p. 12, tradução nossa). Como resultado, os diferentes esforços de teorização empreendidos nas pesquisas organizacionais resultaram na identificação e, posterior, adoção de ontologias, epistemologias, métodos, construtos, conceitos, e teorias distintas provenientes de outros ramos do conhecimento (SHEPHERD; SUDDABY, 2017). A incorporação desses novos elementos para o seio da TO contribui para o desenvolvimento teórico desse campo disciplinar, à medida que ofereceram abordagens inéditas para compreensão dos fenômenos organizacionais (ALVESSON; KÄRREMAN, 2007; DAVIS, 2015a; SHEPHERD; SUDDABY, 2017; REED; BURRELL, 2019).

2.2 SOBRE A NOÇÃO DE TEORIA NA LITERATURA DE TEORIA ORGANIZACIONAL

A noção de teoria, que norteia esta tese, foi, principalmente construída a partir da articulação dos textos de Sutton e Staw (1995), Schmenner *et al.* (2009), Whetten, Felin e King (2009), Zahra e Newey (2009), Mckinley (2010), Suddaby (2010), Corley e Gioia (2011), e Hatch e Cunliffe (2012). Introduzo meus esforços para descrever o

[26]De acordo com Shepherd e Sutliffe (2011), a teorização dedutiva *top-down* é uma das formas mais comuns de construir teoria na teoria organizacional. Essa visa descobrir um problema na literatura vigente (tais como, uma tensão, oposição ou contradição entre perspectivas divergentes) para, em seguida, propor uma solução. Alvesson e Sandberg (2011) referem-se a esse modo de teorização como identificação de lacunas. Já a teorização indutiva *bottom-up* tende a se limitar a riscas descrições de casos específicos, todavia sem produzir teorias substantivas.

que é uma teoria com um entendimento elusivo e parcimonioso desse termo. Uma teoria é um corpo de argumentos e explicações, logicamente, interconectados (SUTTON; STAW, 1995; MCKINLEY, 2010), cujas relações fornecem uma narrativa sobre como e/ou porque os fenômenos ocorrem da maneira como deveriam ocorrer (SCHMENNER *et al.*, 2009; CORLEY; GIOIA, 2011). A esse respeito, as teorias possuem qualidades proposicionais e paradigmáticas (WHETTEN; FELIN; KING, 2009).

As teorias proposicionais são constituídas por "[...] um ou mais argumentos proposicionais envolvendo o uso de um conceito para explicar outro conceito" (WHETTEN; FELIN; KING, 2009, p. 539, tradução nossa). Como os enunciados linguísticos que expressam proposições também expressam conceitos, essas teorias são analisadas e distinguidas umas das outras pelo apelo a várias ideias que envolvem conceitos e a compreensão deles (COPI; COHEN; MCMAHON, 2014). Os conceitos são, consoante Osigweh (1989), os alicerces do conhecimento sobre os quais as proposições se baseiam. Sob essa acepção de conceito, o conhecimento só existe quando as proposições são organizadas, logicamente ou sistematicamente, de modo que se possa perceber suas inter-relações (OSIGWEH, 1989). Uma teoria é, dessa forma, entendida como um "[...] sistema de conceitos [...] em que eles estão relacionados entre si por proposições" (BACHARACH, 1989, p. 489, tradução nossa).

A teoria, como sugiro aqui, é uma peça argumentativa, formulada como uma proposição, que visa favorecer a aceitabilidade de um ponto de vista sobre os fenômenos. Um argumento é, consoante Copi, Cohen e Mcmahon (2014), constituído por uma coleção de proposições, ou seja, sentenças ou orações declarativas portadoras de verdade. Enquanto afirmações sobre os fenômenos, as proposições podem verdadeiras ou falsas. Logo, elas possuem dois valores lógicos possíveis, a saber: verdade ou falsidade (COPI; COHEN; MCMAHON, 2014). Devido ao seu valor lógico, a proposição designa o significado de uma sentença ou oração declarativa (COPI; COHEN; MCMAHON, 2014). Na opinião dos autores, um grupo de proposições só é considerado um argumento se, e somente se, uma delas for derivada das outras, as quais são consideradas provas evidentes da verdade da primeira. É nesse sentido que as proposições são concebidas como "portadores da verdade primária" (COPI; COHEN; MCMAHON, 2014).

Um argumento não é um simples agrupamento de proposições, visto que tem uma estrutura composta por premissas e conclusões (COPI; COHEN; MCMAHON,

2014). As premissas, conforme os autores, são proposições enunciadas como prova ou razão para aceitar a conclusão de um argumento. Já a conclusão é, para eles, uma proposição que se afirma com base nas outras proposições de um argumento. Um argumento busca estabelecer a verdade de uma proposição X. Para tal, é preciso oferecer alguma evidência Y em suporte a veracidade de X.

Segundo Copi, Cohen e Mcmahon (2014), nenhuma proposição analisada isoladamente é uma premissa ou uma conclusão. Uma proposição só é considerada uma premissa quando ocorre como pressuposição num argumento, afirmam os autores. Uma proposição é uma conclusão quando decorrer das proposições pressupostas em determinado argumento. Na estrutura dos argumentos, uma das proposições é designada como a conclusão e as demais são intituladas de premissas, independentemente, de as premissas serem oferecidas como razões para acreditar na conclusão. Convém notar que premissa e conclusão são termos relativos, uma única proposição pode ser premissa num argumento e conclusão em outro (COPI; COHEN; MCMAHON, 2014).

Nas teorias proposicionais, os conceitos fazem parte da estrutura do argumento da teoria. Eles podem ser concebidos como premissas que suportam determinadas conclusões de uma teoria, ou as conclusões de uma proposição. Nesse caso, há duas possíveis interpretações para essa assertiva. O conceito A pode ser uma premissa que suporta o conceito B, enquanto conclusão; ou, um desses conceitos — seja A ou B — pode ser a conclusão de uma outra proposição, cujas premissas são declaradas pelas afirmações de outros elementos ou explicações da teoria.

Uma teoria não é composta apenas de proposições, mas também de explicações. A teoria não precisa ser, estritamente, verdadeira ou falsa (TOSI, 2009), mas deve gerar explicações que permitam compreender um fenômeno (HAMBRICK, 2007). A teoria pode, simplesmente, ser descrita como uma explicação, isto é, uma resposta à questão do porquê (WHETTEN, 1989; SUTTON; STAW, 1995; WHETTEN; FELIN; KING, 2009). As teorias paradigmáticas, consoante Whetten, Felin e King (2009), possuem perspectivas teóricas amplas, sendo formas aceitas de explicação compartilhadas em uma comunidade científica. Essas teorias são, normalmente, utilizadas para explicar fenômenos específicos e apropriados à teoria (WHETTEN, 2009).

Uma explicação, afirmam Copi; Cohen e Mcmahon (2014, p. 599, tradução nossa), fornece “[...] um relato, um conjunto de afirmações, a partir das quais o fato a

ser explicado pode ser inferido logicamente. [...]. Tal relato compreenderá um conjunto coerente de verdades gerais [...]". Uma boa explicação deve oferece verdades relevantes para o fato explicado. Ao contrário de um argumento, a explicação não requer a necessidade de atribuir quaisquer razões para apoiar o valor lógico de uma proposição (COPI; COHEN; MCMAHON, 2014). Algo expressa uma explicação quando, diante do fato de X, o raciocínio afasta-se desse fato para descobrir as circunstâncias que o levaram a isso (COPI; COHEN; MCMAHON, 2014). Suponha que X, por exemplo, seja conhecido como verdadeiro, busca-se então a explicação do por que X é verdade.

Como Weick (1995a), Van Knippenberg (2011) e Doherty (2013) observam, uma teoria não apenas descreve, mas também explica como os fenômenos funcionam e, por que se manifestam de determinada maneira. Na qualidade de "[...] esfera do conhecimento abstrato [...]" (HATCH; CUNLIFFE, 2012, p. 3, tradução nossa), uma teoria consiste em um sistema de ideias e declarações que explica algo. Sendo mais formal, a teoria "[...] é um conjunto de conceitos, cujas relações propostas oferecem explicação, compreensão ou apreciação de um fenômeno de interesse" (HATCH; CUNLIFFE, 2012, p. 5, tradução nossa). Uma teoria é, dessa forma, composta por um conjunto sistemático e inter-relacionado de conceitos capazes de interpretar e explicar um determinado fenômeno (ASHKANASY, 2016).

Os conceitos são o fundamento de uma teoria (SUDDABY, 2010). Segundo Hatch e Cunliffe (2012, p. 5, tradução nossa), sendo "[o]s blocos básicos de construção da teoria [...]". Embora sejam essenciais para o processo de teorização, os conceitos não substituem uma teoria (SUTTON; STAW, 1995; SUDDABY, 2010). Eles são uma condição necessária, porém insuficiente para desenvolver uma teoria, comentam Sutton e Staw (1995). São abstrações conceituais de fenômenos que não podem ser observados diretamente (cf. SUDDABY, 2010). Os conceitos não são, destarte, redutíveis a observações específicas, mas, em vez disso, são afirmações abstratas de categorias observáveis (PRIEM; BUTLER, 2001). Eles são, espontaneamente, abstrações intimamente relacionadas, ou mesmo identificadas, com os significados dos fenômenos (HATCH; CUNLIFFE, 2012).

A criação de teorias está relacionada à capacidade dos teóricos organizacionais de abstrair os fenômenos empíricos em generalizações conceituais robustas (SUDDABY, 2010). Isso requer a habilidade de traduzir conceitos abstratos em construções teóricas bem definidas (SUDDABY, 2010). A abstração corresponde a

“[...] um processo que envolve separar mentalmente uma ideia sobre algo de suas instâncias particulares” (HATCH; CUNLIFFE, 2012, p. 5, tradução nossa). Uma abstração é, como sugerem as autoras, produzida quando os detalhes exclusivos e específicos de algo são removidos. Esse processo possibilita o agrupamento abundante de ideias e conhecimentos em um único conceito (HATCH; CUNLIFFE, 2012). O processo de abstração destila os aspectos comuns de um conjunto de categorias para lhes conferir um lugar na estrutura de conhecimento. Tal esforço produz uma ideia abstrata única que pode ser relacionada a todas as categorias atuais, assim como a demais categorias semelhantes, possivelmente, encontradas em um futuro próximo (HATCH; CUNLIFFE, 2012).

Embora estejam associados a exemplos específicos de algo, Hatch e Cunliffe (2012) afirmam que os conceitos não são uma mera agregação de todas as informações adquiridas sobre eles. A construção de um conceito implica em começar a ignorar o que é único, singular nos exemplos específicos, para se concentrar apenas no que é comum a todos eles (HATCH; CUNLIFFE, 2012). O conceito de algo se concretiza, por assim dizer, quando uma ideia é extraída de suas instâncias particulares para formar um conjunto de características e entendimentos semelhantes — i.e., categorias — sobre esse algo. Os conceitos representam categorias robustas capazes de caracterizar fenômenos em distinções nítidas, as quais são compreensíveis para uma comunidade de pesquisadores (SUDDABY, 2010).

Os conceitos fornecem “[...] categorias mentais [, a partir das quais podemos] classificar, organizar e armazenar ideias na memória” (HATCH; CUNLIFFE, 2012, p. 5, tradução nossa). Eles são, consequentemente, cruciais para os processos psicológicos de categorização, inferência, memória, e aprendizagem, por exemplo. A capacidade epistêmica de produzir conhecimento sobre os fenômenos está, intrinsecamente, envolve conceitos e a compreensão deles. O entendimento de algo, enquanto membro de uma determinada categoria, deve-se, pelo menos em parte, à compreensão de conceitos, assim como de atos de categorização.

2.2.1 As condições de clareza dos conceitos de uma teoria na literatura de Teoria Organizacional

De acordo com Suddaby (2010), uma teoria deve possuir clareza em seus conceitos, isto é, devem ser compreensíveis, precisos e definidos com rigor. Ao

comentar sobre a “clareza dos conceitos[27]”, o autor sugere que essa condição pode ser satisfeita no momento em que são atendidos os quatro componentes básicos que a constituem, a saber: a) definições; b) condições escopo; c) relações semânticas entre os conceitos; d) coerência ou consistência lógica. O entendimento de um conceito ou, quiçá, de uma teoria, requer a articulação de cada uma desses componentes (SUDDABY, 2010). Por serem interdependentes, um reforça mutuamente os demais. Por exemplo, é difícil demonstrar as condições do escopo desvinculadas de definições claras e sólidas (SUDDABY, 2010). De forma similar, a coerência está, intimamente, relacionada às condições de escopo (SUDDABY, 2010). Sendo assim, como as teorias são construídas a partir de conceitos, afirmo que esses componentes também podem se utilizados como critérios para avaliar a razoabilidade da importação de uma teoria estrangeira no domínio da Teoria Organizacional.

Os conceitos são constituídos por definições (SUDDABY, 2010). Elas são declarações de significado de um termo, uma palavra, ou uma ideia (COPI; COHEN; MCMAHON, 2014). Só existem definições de termos, e não de objetos. Somente os termos possuem os significados que as definições podem explicar (COPI; COHEN; MCMAHON, 2014). Elas permitem estabelecer concordâncias sobre esses significados, que remetem aos objetos (COPI; COHEN; MCMAHON, 2014). Uma definição possui a “função” de evitar que um termo se torne ambíguo[28] ou vago[29]. Com isso, é possível conhecer as delimitações de significado dos termos. A construção de uma definição, aponta Suddaby (2010), “[...] envolve o uso habilidoso da linguagem para criar, persuasivamente, distinções categóricas precisas e parcimoniosas entre conceitos”.

Uma “boa definição”, consoante Suddaby (2010), apresenta três qualidades interdependentes: a) efetiva; b) inteligível; c) parcimoniosa (SUDDABY, 2010). Uma definição deve capturar efetivamente as propriedades e características essenciais do conceito ou fenômeno em consideração (SUDDABY, 2010). Quanto a inteligibilidade, as definições devem evitar tautologia ou circularidade. Isso ocorre, geralmente, em duas situações. Primeiro, quando se utiliza elementos do termo a ser definido na sua

[27] A expressão original, em língua inglesa, utilizada pelos autores é *construct clarity*.
[28] Um termo é ambíguo quando tem mais de um significado distinto em um determinado contexto, assim como o contexto, em que está inserido, não deixa claro qual o significado pretendido para o termo (COPI; COHEN; MCMAHON, 2014).
[29] Um termo é vago quando há casos limítrofes aos quais ele pode ou não se aplicar, como sugerem os autores (COPI; COHEN; MCMAHON, 2014).

própria definição, isto é, os termos que compõem o conceito são usados para explicar sua definição. Segundo, quando se incorpora, como parte da definição, variáveis antecedentes — i.e., contextos complexos e dinâmicos — que, provavelmente, estão relacionadas de maneira causal ao conceito a ser definido. No tocante à parcimônia, a definição deve captar de maneira concisa as características essenciais de um fenômeno ou conceito. O desafio aqui é duplo. Por um lado, ela deve evidenciar o significado do termo de maneira restrita. Por outro lado, existe o perigo de oferecer uma definição tão estreita que ela carece de relevância, dificultando, assim, sua generalização.

As três qualidades de uma “boa definição”, explica Suddaby (2010), auxiliam na fixação do significado dos termos teóricos. Os significados, entretanto, são difíceis de especificar por uma variedade de razões. Um dos motivos é que os significados das palavras nunca são fixos ou permanentes, explica o autor. Quando diferentes teóricos organizacionais aplicam um conceito existente a um novo contexto empírico, eles frequentemente mudam o significado do termo, ainda que ligeiramente. Isso remete ao processo de domesticação de uma teoria estrangeira. Ao longo do tempo ou de várias aplicações empíricas, a definição de um conceito tende a se desviar, ou seja, adquire um significado excedente substancial ou um significado além dos parâmetros de sua definição original pretendida (SUDDABY, 2010). Essa é uma das principais críticas ao processo de importar teorias estrangeiras para Teoria das Organizações. No ímpeto de garantir a qualidade de uma teoria, cabe ao teórico organizacional demonstrar os usos anteriores do termo e, em seguida, ilustrar, tão exaustivamente quanto possível, as variações anteriores de como o termo foi usado.

De acordo com Bacharach (1989), as condições de escopo de um conceito/teoria podem ser tipificadas em três categorias gerais, a saber: espaço, tempo e valores. As restrições de espaço remetem a factualidade de como os conceitos podem ser aplicados, de formas distintas, em contextos diferentes, ou em diferentes níveis de análise, ou sob diferentes condições culturais, por exemplo. Nenhum conceito é imparcial ou desprovido de circunstâncias espaciais/contextuais (SUDDABY, 2010). Os conceitos, as teorias e os fenômenos tendem a ser temporais, comenta Suddaby (2010). Eles são produto de um pensamento de determinado período histórico, logo possuem historicidade. Como a natureza e as definições dos conceitos e dos fenômenos são, inerentemente, subjetivas e mutáveis ao longo do tempo, a compreensão deles não deve ser restringida pela lente de um tempo padrão

(SUDDABY, 2010). Teorias e conceitos estão sujeitos a variações de sentido à proporção que são aplicados para compreender fenômenos em diferentes escalas de tempo. Como o tempo pode afetar a expressão, a compreensão e a aplicação de qualquer conceito, teoria e fenômeno, não se deve ignorar seus limites temporais tampouco assumir suas invariações ao longo do tempo. A negligência das restrições temporais pode, por exemplo, direcionar a aplicações de teorias, cujo escopo não enseja a explicação de fenômenos de diferentes temporalidades (SUDDABY, 2010).

As condições de valor referem-se às condições de construção teórica que surgem como resultado das suposições, crenças, ideias e valores utilizados no desenvolvimento de um conceito/teoria (SUDDABY, 2010). Devido aos conceitos serem sujeitos essas condições, é preciso realizar esforços para explicar as suposições ocultas contidas no processo teorização de uma teoria. É recomendado que teóricos organizacionais adotem uma posição contínua de reflexividade crítica sobre a visão de mundo, as suposições e a biografia disciplinar inerentes a construção de um conceito/teoria. Esses elementos permitem conhecer as preconcepções, os preconceitos e as distorções atribuídos a um conceito/teoria. Isso permite acessa como o conceito/teoria foi teorizado e abstraído para compreender a realidade e os fenômenos (SUDDABY, 2010).

As condições de escopo dos conceitos também revelam alguns dos componentes associados a uma teoria, bem como auxiliam, diretamente, na avaliação de suas contribuições teóricas para o campo da Teoria Organizacional (SUDDABY, 2010). Whetten (1989) e Whetten, Felin e King (2009) sugerem que as teorias devem abordar quatro perguntas-chaves: o quê, como, por que, e quem/quando/onde. O quê remete aos conceitos, definições e proposições de uma teoria (WHETTEN; FELIN; KING, 2009), os quais devem capturar as características essenciais de uma fenômeno de maneira compreensiva, e/ou parcimoniosa, e/ou generalista (SUDDABY, 2010). O como refere-se às configurações e aos processos de teorização de uma teoria, isto é, as conexões entre os conceitos, os modos e etapas para compreender um fenômeno, e as contingências da teoria. Uma teoria tem de descrever quais são seus elementos relevantes e prudentes, e delinear como eles estão relacionados entre si. O quê e como das teorias são, frequentemente, representados em afirmações, declarações descritivas. Logo, remente ao domínio da descrição. Esses dois componentes *per se* não são condições suficientes para constituir uma teoria, aponta (SUTTON; STAW, 1995).

O por que fornece as explicações de uma teoria, ou seja, as racionalidade subjacentes que estabelecem sua coerência teórica (SUDDABY, 2010). O por que revela o propósito da teoria, explica as inter-relações de seus conceitos, definições e proposições e, por fim, expõe as razões pelas quais ações, acontecimentos, estruturas e pensamentos ocorrem. Essa “pergunta” remente ao domínio da explicação (WHETTEN; FELIN; KING, 2009). Por fim, quem, onde e quando representa as condições contextuais e temporais, que limitam uma teoria. Esse componente indica quando ou onde as relações entre os conceitos, definições e proposições são relevantes e para quem são significantes (WHETTEN, 1989). A quem os conceitos se aplicam, onde e quando são aplicáveis (SUDDABY, 2010). Essa última pergunta sinaliza, portanto, a amplitude de generalização de uma teoria.

Os conceitos de uma teoria, aponta Suddaby (2010) estabelecem seus sentidos em relacionamentos referenciais, explícitos ou implícitos, com outros conceitos e com os fenômenos que eles foram projetados para representar. Uma abstração, uma palavra, ou um termo, tomados por si só, não são suficientes para explicar algo (HATCH; CUNLIFFE, 2012). Em consonância com o conhecimento dos significados dos termos, deve-se saber como e por que eles se relacionam. Um teoria “[...] manipula grandes blocos de conhecimento destilados pela abstração em conceitos” (HATCH; CUNLIFFE, 2012, p. 6, tradução nossa). Ela também encapsula os relacionamentos entre os conceitos (MCKINLEY, 2010).

Os conceitos, como observa Suddaby (2010, p. 350, tradução nossa) “[...] são, geralmente, o resultado da construção criativa sobre conceitos preexistentes, que se referem a outros conceitos existentes, em uma rede contínua de relacionamentos referenciais”. A esse respeito, esse autor sugere que os conceitos podem estabelecer duas formas distintas de relacionamentos entre eles. Os conceitos podem estar relacionados com outros conceitos prévios e derivados de outras teorias. Eles também estabelecem relações com conceitos construídos a partir dos resultados dos processos de teorizações, sejam empíricas ou teóricas.

No ímpeto de mapear e avaliar as relações existentes entre os conceitos de uma teoria, Suddaby (2010) recomenda que sejam observadas as seguintes categorias: a) história do conceito; b) complexidade/multidimensionalidade; c) unidades teóricas; d) conexões lógicas. A análise da história, comenta esse estudioso, permite descrever as relações históricas entre o conceito proposto/analisado e os conceitos historicamente preestabelecidos sobre os quais aquele foi construído. Além de

demonstrar a linhagem histórica de um conceito, essa categoria viabiliza o acesso ao(s) posicionamento(s) no(s) horizonte(s) dos conceitos previamente relacionados (SUDDABY, 2010). As considerações sobre a multidimensionalidade dos conceitos ensejam a compreensão de como diferentes suposições epistemológicas produzem padrões distintos de construção de conceitos (SUDDABY, 2010). Devido a complexidade da “natureza” dos conceitos, eles devem ser divididos em unidades teóricas mais concisas com intuito de estruturar e entender as proposições que os compõem (SUDDABY, 2010). Por fim, é necessário especificar as conexões lógicas entre um conceito e outros preexistentes por intermédio de suas de proposições.

O subcomponente final da noção de conceito e, assim, teoria é a coerência. O conceito, sua definição, suas condições de escopo, sua linhagem histórica e sua relação com outros conceitos devem ser coerentes (SUDDABY, 2010). A coerência, como explica (SUDDABY, 2010), remete a articulação dos conceitos e teorias para criar argumentos logicamente consistentes e teoricamente integrados. Para o autor, a busca pela coerência “[...] revela a relação recursiva ou dialética que existe entre os conceitos e a teoria” (SUDDABY, 2010, p. 352, tradução nossa).

A coerência pode ser estabelecida tanto internamente, quanto externamente (SUDDABY, 2010). Uma teoria é internamente coerente quando as proposições que a sustentam são logicamente consistentes entre si. Um raciocínio similar é extensível aos conceitos. A coerência externa de um conceito é definida em relação aos outros conceitos da teoria que o encapsula. A aplicação de conceito é coerente quando suas proposições são logicamente consistentes com o sentido de sua versão original ou de suas versões modificadas e, legitimamente, validadas. Isso é também aplicável as teorias. A coerência externa de teorias ou conceitos é também verificada quando se mantém consistentes ao serem articulados com diferentes teorias ou conceitos de outras teorias para explicar os fenômenos organizacionais (SUDDABY, 2010).

Em parte, a necessidade de coerência deriva da natureza, inerentemente, multidimensional dos métodos de teorização e, em particular, dos processos de importação de teorias estrangeiras, na Teoria Organizacional (SHEPHERD; SUDDABY, 2017). A maioria dos conceitos e, portanto, das teorias importadas são, altamente, sensíveis ao contexto, comentam Whetten, Felin e King (2009). Os conceitos e as teorias transpostas para ou desenvolvidas na TO tendem a incorporar uma série de atributos ou dimensões inter-relacionados, que podem variar dependendo de como são teorizadas/domesticadas no seus contextos de aplicação

(FLOYD, 2009). Em vista disso, conceitos e teorias tornam-se, frequentemente, multidimensionais, isto é, “[...] descrevem conceitos abstratos que são compostos por múltiplos atributos” (SUDDABY, 2010, p. 351, tradução nossa). A coerência sinaliza se o uso de um conceito ou teoria em determinado contexto foi capaz de capturar significativamente o sentido abrangente do conteúdo desse conceito ou dessa teoria (SUDDABY, 2010), ao invés de gerar esquemas complexos ou diagramas de fluxo de processo e/ou explicações incoerentes sobre os fenômenos (SUTTON; STAW, 1995).

A coerência corresponde também a uma maneira de avaliar se os vários atributos de um fenômeno podem ser, razoavelmente, representados pelos conceitos. Inspirado nas elucubrações de Weick (1989), a coerência permiti-nos responder satisfatoriamente, por exemplo, as seguintes perguntas: os atributos de um fenômeno estão articulados de uma maneira lógica e empiricamente convincente nos processos de teorização e, em especial, na importação de teorias estrangeiras? Dada a experiência de sua aplicação em contextos semelhantes, o uso do conceito é plausível? As relações descritas ou implícitas pelos conceitos ou pela teoria são plausíveis? A apropriação aliada as modificações dos conceitos e da teoria fazem sentido quando comparadas com suas versões originais?

A teoria é, destarte, composta por uma coleção de declarações, propositivas ou explicativas, que a) identifica seus conceitos, definições e proposições constituintes; b) delineia seu escopo de aplicação e teorização; c) especifica como e por que estão inter-relacionados; d) indica as condições sobre as quais devem ser coerentemente associados ou não. Ao declarar as inter-relações entre conceitos, definições e proposições, potencialmente, generalizáveis, uma teoria fornece não apenas descrições e explicações, mas também previsões acerca dos fenômenos (SUTTON; STAW, 1995; WEICK, 1995b; WHETTEN; FELIN; KING, 2009). Como Weick (1995a) observa, as explicações podem gerar previsões sobre as manifestações de um determinado fenômeno, mas não necessariamente isso se sucede. Nem todas as explicações de uma teoria destinam-se a prover previsões acerca de como os fenômenos irão se ocorrer ou deveriam ocorrer (SUTTON; STAW, 1995). A capacidade de uma teoria prevê os desvelamentos futuros de um fenômeno, seja em contextos semelhantes ou distintos, contribui para sua generalidade empírica e teórica (WEICK, 2007; WHETTEN, 2009).

Para explicar os fenômenos, as teorias combinam conceitos abstratos em generalizações coerentes, que indicam as relações existentes entre dois ou mais

conceitos. Uma generalização é uma declaração ou proposição que vincula conceitos de maneira significativa (HATCH; CUNLIFFE, 2012). Uma teoria é, observa Whetten (1989), oferece um corpo de generalizações consistentes e inter-relacionadas de conceitos que explicam os fenômenos. A esse respeito, Hatch e Cunliffe (2012, p. 6, tradução nossa) escrevem que,

> Quando os conceitos sobre os quais uma teoria é construída são definidos nos níveis mais altos de abstração, a teoria pode alcançar universalidade, o que significa que se aplica a muitas situações [ou fenômenos] com poucas condições limitantes [...].

É mister ressaltar que nem todas as teorias e, por conseguinte, seus conceitos, são passíveis de generalização (cf. SUDDABY, 2010). As teorias tendem a ser, altamente, sensíveis e contingentes às condições contextuais de sua aplicação (FLOYD, 2009). Como conceitos e teorias podem carecer de universalidade, é importante especificar as suas condições de escopo, isto é, delinear as condições contextuais sob as quais os construtos se aplicarão ou não. De acordo com Osigweh (1989), os níveis de abstração dos conceitos de uma teoria refletem sua generalização, ou seja, a possibilidade de estender sua amplitude de aplicação em diferentes situações empíricas ou teóricas. A “viagem de uma teoria”, nos termos postos pelo próprio autor, ocorre quando seus conceitos possuem altos níveis de abstração e suas definições são precisas o suficiente, para que possam ser aplicados em situações diferentes.

A teoria é uma maneira de impor ordem conceitual à complexidade factual do mundo fenomenal (SUDDABY, 2014b). As teorias estabelecem uma lente epistêmica para conferir sentido aos fenômenos (WEICK, 2007). Elas organizam nossos pensamentos, sintetizando as percepções obtidas das observações e as imaginações sobre o mundo fenomenal (HANSEN; MADSEN, 2019). O papel da teoria é prover explicações coerentes sobre os fenômenos, com o intuito de aprimorar a capacidade de suas compreensões (HAMBRICK, 2007; EDWARDS, 2010; HANSEN; MADSEN, 2019). Uma teoria é “[...] uma declaração das relações entre conceitos [...]”, definições e proposições, que descreve, explica e prevê um fenômeno, “[...] dentro de um conjunto delimitado de suposições e restrições” (BACHARACH, 1989, p. 496, tradução nossa).

No tocante às restrições, uma teoria fornece uma perspectiva única que afeta o que vemos e o que não vemos (WEICK, 1995a). As teorias atuam como lentes

objetivas de câmeras fotográficas que focam e ampliam certos horizontes de um fenômeno, enquanto filtram e limitam outros horizontes, com base nos domínios de interesse em que foram desenvolvidas (WILLMOTT, 2005). As teorias, observa Whetten (2009), são constituídas, restritas e dependentes de suposições, implicitamente e/ou explicitamente, declaradas. Uma suposição é uma declaração tida como certa ou aceita como verdadeira, sugerem Copi, Cohen e Mcmahon (2014). As suposições aceitas sem prova são, frequentemente, concebidas, mas não necessariamente, auto evidentes (COPI; COHEN; MCMAHON, 2014). As declarações, afirmações de uma teoria podem ser circunscritas em dois tipos de suposições, a saber: a) contextuais; b) conceituais (WHETTEN; FELIN; KING, 2009). As suposições contextuais envolvem as circunstâncias sócio-históricas-culturais de criação e de uso de uma teoria, bem como do fenômeno que explica (WHETTEN; FELIN; KING, 2009). As suposições de ordem conceitual remete aos valores e interesses subjacentes a teoria, bem como sua abordagem paradigmática[30] (WHETTEN; FELIN; KING, 2009)

As teorias, destarte, não se resumem a um conjunto de conceitos, definições, proposições e suposições imparciais e descontextualizadas, mas sim são construídas, dentro dos auspícios de perspectivas paradigmáticas, para atender fins particulares em contextos sociais, históricos e científicos específicos (WILLMOTT, 2005). Alguns teóricos organizacionais referem-se às teorias em termos de estruturas conceituais, as quais refletem as circunstâncias em que foram criadas e os propósitos a que servem. A esse respeito, invoco a noção de teoria promulgada por Michael Hill em seu texto *Epistemology, Axiology, and Ideology in Sociology*. Para Hill (1984) , as teorias representam um elemento dos sistemas de produção de conhecimento — i.e., SPC.

2.3 TEORIA: ELEMENTO DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

Antes de apresentar a definição de teoria proposta por Hill (1984), parece-me prudente expor seu entendimento de sistema de produção de conhecimento. O conceito de SPC remete a um *framework* analítico para compreender as várias perspectivas filosóficas, metodológicas e teóricas da sociologia (HILL, 1984). Esse

[30] O uso do termo paradigma está relacionado ao sentido sociológico. Esse está descrito na nota de rodapé 11.

termo é utilizado “[...] para identificar todas as perspectivas, pontos de vista, ou paradigmas na ciência social” (HILL, 1984, p. 59, tradução nossa). Os SPCs são concebidos para conceituar às questões epistêmicas, vinculando-as as responsabilidades axiológicas e ideológicas, na prática das ciências sociais (HILL, 1984).

Ratifico a leitura de Paes de Paula (2015) sobre a teorização dos sistemas de produção de conhecimento, endereçada por Hill (1984). Para efeitos das ciências sociais, o autor utiliza os SPCs, enquanto referencial epistêmico, para escapar das armadilhas da lógica paradigmática kuhniana. As elaborações de Hill (1984) acerca dos SPCs revelam um distanciamento da descrição kuhniana do progresso científico e, por conseguinte, da tese da incomensurabilidade paradigmática. Os SPCs não coadunam com a instauração de um único paradigma, na fase de ciência normal, cuja vigência e centralidade fornecem um padrão[31], consensualmente, aceito por determinada comunidade científica, para as resoluções de certos problemas pertinentes à sua esfera de análise (PAES DE PAULA, 2015). Em decorrência disso, os sistemas de produção de conhecimento rejeitam a impossibilidade de comunicação e de reconciliação entre paradigmas rivais (PAES DE PAULA, 2015).

Não obstante sua apropriação do termo paradigma em seu texto, Hill (1984) sugere que as ciências sociais são regidas por uma diversidade de sistemas de produção de conhecimento válidos e, frequentemente, concorrentes entre si. Como ele afirma, “[n]ão há limite para o número de sistemas de produção de conhecimento que podem ser inventados ou propostos [nas ciências sociais]” (HILL, 1984, p. 60, tradução nossa). Em termos epistêmicos, essa afirmação denota as múltiplas possibilidades de construção de novos sistemas nessas ciências. Não há *a priori* um limite no número de sistemas de produção de conhecimento que podem ser construídos e introduzidos, para fins de teorização, nas ciências em questão. Essa elucubração de Hill (1984) é provocativa, pois nos direciona a abandonar a perspectiva kuhniana de que apenas uma conceituação epistemológica é legítima, enquanto todas as outras são ilegítimas, durante a hegemonia de um paradigma. Na opinião de Paes de Paula (2015, p. 113), a proposta dos SPCs leva-nos a “[...] exercitar nossa criatividade epistemológica e criar novos caminhos para o

[31] Esse padrão remete aos modelos e “ferramentais” metafísicos, epistemológicos e metodológicos de um paradigma , os quais impõem um consenso entre os membros de uma comunidade científica acerca dos fundamentos e práticas de construção de conhecimento (KUHN, 2012).

desenvolvimento do conhecimento [na Teoria Organizacional]", ao invés de insistirmos na descrição kuhniana de progresso científico.

Segundo Hill (1984), cada sistema de produção de conhecimento é composto, primordialmente, por três elementos básico, a saber: a) cosmovisões ou visões de mundo metacientíficas; b) metodologias; c) teorias. As cosmovisões metacientíficas fornecem "[....] o contexto ou a tradição em que teorias e metodologias específicas são desenvolvidas e avaliadas". (HILL, 1984, p. 62, tradução nossa). Cada visão "[i]nclui o plano básico filosófico, crenças, tradições, valores, lógica e critérios de avaliação de uma determinada perspectiva [sociológica]" (HILL, 1984, p. 62, tradução nossa). Nesse sentido, uma visão de mundo metacientíficas compreende um conjunto de tradições filosóficas e, assim, de pressupostos ontológicos, epistemológicos, axiológicos e ideológicos, os quais guiam a produção de conhecimento e a prática metodológica em determinada disciplina.

A definição de cosmovisão meta-científica, consoante Hill (1984) , assemelha-se, em muitos aspectos, ao uso sociológico do termo paradigma promulgada por Thomas Kuhn. Sugiro que o entendimento de visão de mundo meta-científica é também próximo a noção de paradigma contida no diagrama de paradigmas de Burrell e Morgan (1979). Similar a noção sociológica de paradigma, as cosmovisões representam uma "[...] constelação de crenças, valores, técnicas, e assim por diante, compartilhados pelos membros de uma dada comunidade" (KUHN, 2012, p. 175, tradução nossa). O *framework* analítico dos sistemas de construção de conhecimento, conforme Hill (1984) , não conflita com o sentido sociológico da definição kuhniana de paradigma. Em consonância com essa definição, os SPCs incluem afirmações de conhecimento específicas sob o termo teoria e técnicas de coleta de dados sob o termo metodologia.

A metodologia envolve as "[...] regras processuais que orientam os pesquisadores na exploração ativa de dimensões selecionadas de comportamento e experiência social" (HILL, 1984, p. 63, tradução nossa). Essas regras, conforme o autor, estão enraizadas e são compatíveis com a visão de mundo meta-científica do pesquisador. As descobertas, os relatórios, ou os achados resultantes da aplicação das metodologias formam o objeto da organização teórica (HILL, 1984). Sob essa perspectiva, é prudente afirmar que a noção de metodologia avançada pelo autor aproxima-se do entendimento desse termo proposto por Somekh e Lewin (2005), Walter (2006) e Duberley e Johnson (2016). A definição de metodologia envolve "[...]

a coleção de métodos ou regras pelas quais uma determinada parte da pesquisa é realizada", bem como os "[...] princípios, teorias e valores que sustentam uma abordagem específica de pesquisa" (SOMEKH; LEWIN, 2005, p. 346, tradução nossa). Alinhado com essa definição, a metodologia é compreendida como uma estrutura de referência da pesquisa influenciada pelo "[...] paradigma no qual nossa perspectiva teórica é situada ou desenvolvida" (WALTER, 2006, p. 35, tradução nossa).

As metodologias não podem ser divorciadas de seus SPCs, tampouco desvinculadas dos referenciais teóricos em uso. Nas palavras de Duberley e Johnson (2016, p. 66, tradução nossa), "[...] qualquer processo de engajamento metodológico, inevitavelmente, articula, e é constituído por, um apego a compromissos filosóficos [e teóricos] particulares". A metodologia não se resume aos modos e procedimentos sistemáticos, bem como as ferramentas, usados para a coleta e a análise de diversas informações acerca dos fenômenos (DUBERLEY; JOHNSON, 2016). A noção de metodologia, desastre, é equivalente a definição de paradigma proferida por Lincoln e Guba (1985), ou seja, "[...] um conjunto sistemático de crenças aliado aos métodos que as acompanham" As metodologias também fornecem os princípios orientadores sobre os quais as práticas de pesquisa se baseiam, constituindo parte de suposições adquiridas (DUBERLEY; JOHNSON, 2016).

Além da relação tradicional da metodologia com o sentido científico de método, assumo que o sentido filosófico do termo método pode ser incorporado a compreensão mais abrangente de metodologia. Método envolve o procedimento racional a partir do qual um processo lógico e ordenado consegue produzir algo, nesse caso, conhecimento (CHAUI, 2000). O método é, assim, um meio racional para adquirir, demonstrar ou verificar conhecimentos, expõe a autora. Tem por finalidade formular e tentar afirmações, explicações e previsões, com o intuito de descobrir a verdade, contrapondo-se ao erro (CHAUI, 2000). Para essa estudiosa, as principais finalidades do método são: a) conduzir à descoberta de uma verdade até então desconhecida; b) permitir demonstrar e provar uma verdade já conhecida; c) verificar os conhecimentos para saber se são legítimos e verdadeiros.

Os SPCs são, por fim, compostos por teorias. Elas tornam possível apresentar uma compreensão ou conhecimento dos fenômenos (HILL, 1984). As teorias são "[...] estruturas conceituais orientadas para o conteúdo, formuladas sob os auspícios de determinadas visões de mundo metacientíficas" (HILL, 1984, p. 63, tradução nossa).

As teorias são concebidas como dispositivos organizadores do conhecimento que revelam ou afirmam as dimensões dos fenômenos e como elas estão relacionadas de maneiras particulares (HILL, 1984). Para ele, “[a] lógica organizacional das teorias e as dimensões [...] [dos fenômenos] selecionadas para tratamento teórico são influenciadas pela visão de mundo meta-científica [adotada por] um determinado construtor de teorias [...]” (HILL, 1984, p. 63, tradução nossa).

Na descrição dos sistemas de produção de conhecimento, Hill (1984) é enfático ao afirmar que os elementos de cada SPC são interdependentes de uma maneira logicamente consistente. Nos sistemas de produção de conhecimento, a abordagem filosófica embutida na cosmovisão meta-científica influencia a lógica meta-científica, a construção da teoria e a atividade metodológica (HILL, 1984). Como os sistemas são epistemologicamente responsáveis pelas suas próprias regras de organização e lógica, cada um deles tenta manter consistência entre seus elementos de acordo com tais regras (HILL, 1984). Devido aos sistemas definirem, internamente, a natureza da consistência e da lógica entre seus elementos, cada um deles possui critérios próprios com finalidade de produzir ou aprimorar conhecimento. Em decorrência dessas características, a lógica de cada sistema “[...] não pode ser julgada, proveitosamente, em bases epistemológicas externas” (HILL, 1984, p. 65, tradução nossa).

Na visão de HILL (1984) , o SPC precisa articular seus três elementos de modo a constituir a consistência e a independência epistemológica que o singularize (PAES DE PAULA, 2015). Como observar o autor, a inserção de componentes ou a modificação na estrutura de qualquer um desses elemento tem o potencial de afetar os outros elementos do sistema. Se, por um lado, componentes logicamente consistentes são acomodados sem produzir tensão dentro do SPC; por outro lado, a tensão na consistência interna de um sistema pode ser introduzida pelas contradições existentes entre qualquer um de seus elementos (HILL, 1984).

Não obstante os sistemas possam incorporar várias contradições internas, HILL (1984) observa que eles se esforçam em direção à consistência lógica. As incompatibilidades referentes à consistência lógica de um sistema, comenta o autor, podem ser superadas de suas maneiras distintas. Primeiro, as incompatibilidades decorrentes das inserções de componentes nos três elementos devem ser rejeitadas para que a consistência lógica do sistema possa ser mantida (HILL, 1984). As explicações não passíveis de organização teórica, dada a lógica incoerente da cosmovisão meta-científica, devem ser rotuladas como “não relevantes” ou “erros”

(HILL, 1984). Segundo, as inserções ou modificações nos elementos podem ser aceitas e, assim, produzir tensão dentro do sistema, em situações extraordinariamente convincentes. Isso tende a ocorre acontecer "[...] quando 'erros' e 'anomalias[32]' persistem e se tornam problemáticos" para a consistência de um determinado sistema (HILL, 1984). Em termos estruturais, um SPC similar ao paradigma, na descrição kuhniana, pode também entrar em períodos de "crise[33]" (HILL, 1984). Na situação de crise, a aceitação da tensão dentro do sistema pode resultar em um reordenamento de redução das incoerências de todo o sistema. Os "reparos" no sistema objetivam restabelecer sua consistência por meio de mudanças em cada um de seus elementos básico (HILL, 1984).

A coerência epistemológica do sistema de produção de conhecimento, consoante Hill (1984, p. 65, tradução nossa) requer que as seguintes condições seja satisfeitas: "a) completa articulação de seus elementos"; "b) proposição de soluções para inconsistências quando descobertas"; "c) clara identificação [...] de quaisquer inconsistências que resistam às soluções propostas". A responsabilidade epistêmica demanda a articulação dos elementos do sistema, a explicação regras da lógica do sistema, a demonstração de como os elementos estão encaixados com essas regras.

De acordo com Hill (1984, p. 66, tradução nossa), "[a] investigação epistemológica pode, frequentemente, exigir a escavação e reconstrução de 'elementos ausentes' em sistemas de produção de conhecimento". A reconstrução de um sistema deve obedecer aos princípios a seguir: a) a cosmovisão meta-científica reconstruída deve ser, logicamente, consistente com os elementos teóricos e metodológicos do sistema; b) o sistema lógico deve ser inferido a partir das perspectivas das cosmovisões científicas utilizadas para construir as metodologias e as teorias (HILL, 1984).

---

[32] No decorrer do período de ciência normal, Kuhn (2012) aponta que emergência de anomalias no seio do paradigma. O termo anomalia é utilizado para se referir as descobertas que diferem das expectativas do paradigma dominante, na linguagem de Kuhn (2012), ou de um sistema de produção de conhecimento, consoante Hill (1984) .

[33] De acordo com Kuhn (2012), uma crise possui o potencial de instaurar uma revolução científica na ciência normal devido a incapacidade do paradigma vigente em explicar ou superar as anomalias. No período de ciência normal, um paradigma é desafiado pelo surgimento de anomalias, comenta Kuhn (2012). As anomalias são, via de regra, descartadas ou deixadas como problemas para pesquisas futuras. Na descrição kuhniana, a crise paradigmática é instituída à proporção que as anomalias se acumulam e todos os esforços realizados para assimilá-las ao paradigma dominante se frustram. Um paradigma entra em um estado de crise quando a ciência normal fracassa em prover respostas satisfatórias para as anomalias. Perde-se a confiança na capacidade do paradigma em propor soluções ou, até mesmo, resolver os quebra-cabeças (KUHN, 2012).

Em complemento aos argumentos epistemológicos, Hill (1984) discute as questões axiológicas e a responsabilidade ideológica dos SPCs. De acordo com o autor, os valores são incorporados como suposições nos argumentos filosóficos fundantes das cosmovisões científicas, das metodologias e das teorias. Não existem sistemas de produção de conhecimento desprovidos de valores e, portanto, ideologicamente neutros.

Em um sentido estrito do termo, os valores são coisas com as quais nos preocupamos ou que valem a pena (LAUDAN, 1984). Valores são, descreve Williams (2005), crenças básicas e fundamentais que orientam ou motivam atitudes ou ações. Eles são o motivo por trás da ação intencional. Os valores são os fins para os quais agimos e viemos em muitas formas. Eles fornecem as diretrizes gerais de conduta, enfatiza Williams (2005). Os valores ajudam-nos a determinar o que é importante para nós, fundamentando fundamentam nossos julgamentos sobre o que é bom ou mau, desejável ou indesejável. Os valores descrevem: a) as qualidades pessoais que escolhemos incorporar para guiar nossas ações; b) o tipo de pessoa que queremos ser; c) a maneira como tratamos a nós mesmos e aos outros; d) nossa interação com o mundo ao nosso redor (WILLIAMS, 2005). O valor especifica, dessa maneira, um relacionamento entre uma pessoa e um fim. É relacional no sentido de que aquilo que uma pessoa valoriza pode não ser o que outra pessoa valoriza, mesmo estando na mesma situação (WILLIAMS, 2005).

No tocante aos valores, nem todos os sistemas de produção de conhecimento são adequados e aplicáveis a todo e qualquer projeto científico (HILL, 1984). Um paralelo da TIC habermasiana com a proposta do SPC revela que diferentes SPCs incorporam conjuntos distintos de valores, alicerçados em interesses cognitivos do conhecimento. Alicerçado nesses interesses, nenhum sistema de produção de conhecimento é adequado para, ou pode ser aplicado a, todo e qualquer projeto científico.

Na linguagem habermesiana, um SPC fenomenológico seria incoerente para fins do interesse técnico, assim como um SPC positivista seria impróprio para o alcance dos fins do interesse emancipatório. A plausibilidade desse raciocínio está ilustrado na seguinte passagem do texto de Hill (1984, p. 67, tradução nossa): “[s]eria difícil encontrar um fenomenólogo, por exemplo, que argumentasse que a fenomenologia está bem equipada para a busca de ‘predição’, ‘controle’ e ‘eficiência’. A compreensão dos valores embutidos nas visões de mundo científicas possibilita a articulação de

projetos científicos alinhados com os interesses cognitivos dos SPCs selecionados para investigação dos fenômenos sociais.

A explicação epistemológica e o esclarecimento axiológico são, conforme Hill (1984), definidos em ambientes ideológicos. As discussões sobre epistemologia e valores não ocorrem em um isolamento abstrato, desprovido de ideologia. Os sistemas estão circunscritos em sociedades reais, em instituições específicas e em circunstâncias históricas particulares. As sociedades, instituições e as temporalidades são permeadas de interesses e legitimações. Isso denota a arena ideológica de cada sistema.

Em vista do argumento de Hill (1984) sobre os SPCs, é imprudente pensar, ou quiçá, conceber as teorias desvinculadas da cosmovisão meta-científica em que estão circunscritas, bem como das atividades metodológicas orientadas pelas teorias. Esse mesmo raciocínio pode ser aplicado aos demais elementos dos SPCs. A compreensão de uma teoria, enquanto elemento básico de um SPC, deve também contemplar o conjunto de valores e abordagens ideológicas que a constitui. Negligenciar essas inter-relações implica na construção de uma noção simplista e limitada sobre o que é uma teoria.

Na próxima seção, descrevo os contornos e as qualidades da teoria normativa na Teoria das Organizações.

2.4 A IMPORTÂNCIA E OS FUNDAMENTOS DA TEORIA NORMATIVA NA TEORIA ORGANIZACIONAL

No cerne das Ciências Sociais e da Teoria Organizacional, os contornos da noção de teoria normativa estão estabelecidos em argumentos avaliativos ou prescritivos formulados para justificar valores e padrões (PIETRZYK-REEVES, 2017). Esses argumentos fundamentam os alicerces ônticos, epistêmicos, lógicos e metodológicos desse tipo de teoria. Uma teoria normativa realiza um conjunto de reinvindicações avaliativas[34], baseada em valores, sobre as condições de como um fenômeno deveria ser (HATCH; CUNLIFFE, 2012; BAIASU, 2014; SUDDABY, 2014b), e não apenas como ele é (BUCKLER, 2010). Essas teorias visam, primordialmente, estabelecer padrões ideais — de raciocínio, ou de moralidade, ou de estética —

[34] As reinvindicações avaliativas também são chamadas de reivindicações normativas ou prescritivas (BAIASU, 2014).

capazes de prescrever, nortear avaliar e fazer julgamentos sobre nossas ações e condutas, bem como os resultados advindos delas, nas mais diversas situações do cotidiano (HERVEY, 1982; BAIASU, 2014). Essa noção de teoria normativa é corroborada por Urban (1930, p. 9, tradução nossa, grifo do autor):

> Por [teoria] normativa, [...], entende-se [...], a valorização sistematizada. Ao descobrir os valores das coisas, especialmente os valores relativos das coisas, também descobrimos o que *deveriam* ser, e não apenas o que *são.* [...]. As formas de conduta ou de comportamento que têm esse caráter de *dever* são chamadas de padrões ou normas.

A esse respeito, Hatch e Cunliffe (2012, p. 8, tradução nossa) afirmam que, "[...] ser normativo implica avaliar um fenômeno com base em um ideal, um padrão ou um modelo de como as coisas deveriam ser". Essas teorias não são apenas descritivas, mas também justificativas (SMITH, 2009). Elas concebem prescrições de padrões, normas, regras, valores ou ideais, que regulam e explicam como um dado fenômeno deveria se manifestar (MORIARTY, 2008; HSIEH, 2009; TOHIDIAN; RAHIMIAN, 2019). O caráter ideal da teoria normativa permite-lhe desafiar os significados e os limites referentes aos arranjos convencionais dos fenômenos (SUDDABY, 2014b). A normatividade enseja uma abstração dos padrões, dos princípios e das normas atuais (SMITH, 2009), com vias a questionar razoavelmente as compreensões internalizadas que regem os fenômenos organizacionais (HASNAS, 1998). Isso promove a articulação de outras suposições ideais capazes de prescreverem como as estruturas dos fenômenos deveriam ser organizados (MORIARTY, 2005). As teorias normativas proporcionam o emergir de rotas alternativas ideais de teorização sobre os fenômenos, as quais culminam no estabelecimento de novos conhecimentos na Teoria Organizacional (MORIARTY, 2005; SUDDABY, 2014b).

Rydenfelt (2011) comenta que as teorias normativas se diferenciam dos demais tipos de teorias em, pelos menos, três aspectos. Em termos de objeto, a normatividade lida com valores, e não fatos como algo objetivo. O princípio de unidade das teorias de cunho normativo são as normas, e não as leis. Por fim, o *status* de realidade dos princípios normativos é ideal, em contraste com o factual[35]. As teorias normativas

[35] Nas teorias empírico-descritivas, o factual é considerado aquilo que é independente da experiência humana (JENKINS, 1948). Esse remete ao mundo dos fatos existentes, dos particulares enredados no espaço e no tempo (JENKINS, 1948; GERRING; YESNOWITZ, 2006). O factual é reino da matéria, do movimento, da ordem e da conexão, que residem no mundo. É de caráter físico e limitado em extensão.

expõem as conjecturas necessárias para seu objeto, isto é, a normatividade (SHORT, 2012; LISBKA, 2014). Ela indica que ações, atitudes ou quaisquer tipos de estados mentais sejam justificados por padrões de conduta ou de comportamento aceitos, em termos de julgamento dos valores (PIETRZYK-REEVES, 2017). A teoria normativa é, assim, uma teoria dos valores (URBAN, 1930; JENKINS, 1948; RYDENFELT, 2011), pois é mais avaliativa do que factual. O princípio básico das teorias factuais é descrever como as coisas são (BAIASU, 2014), logo são fundamentadas em suposições alegadamente puras sobre fatos (STARBUCK, 2003; HATCH; YANOW, 2005; PIETRZYK-REEVES, 2017). Em contraste, as teorias de cunho normativo são teleológicas, pois seu interesse está, fundamentalmente, firmado "[...] na realização de [...] valores apropriados" (DEWEY, 1902, p. 182, tradução nossa).

Os valores, então, são criados, e não descobertos (PARKER, 2003). Uma declaração de valor é um julgamento normativo, com referência ao que deveria ser. As declarações normativas são, dessa forma, relatos de preferência pessoal (JENKINS, 1948). Em oposição a noção de fatos enquanto entidades pertencentes à ordem objetiva, os valores dependem em grande parte da experiência humana, como aponta Jenkins (1948). Diante disso, pertencem à ordem da subjetividade. Conforme esse autor, a existência e o caráter dos valores são condicionados pela perspectiva humana. Os homens conferem valor aos fenômenos, com base em seus interesses. Por serem subjetivamente fundamentados, os valores são, inteiramente, dependentes e relevantes apenas para aqueles que os enunciam (GERRING; YESNOWITZ, 2006).

Disso decorre que o alcance de validade dos valores é limitado a um acordo de caráter espontâneo, longe de ser completo. Essa validade é, muitas vezes, contraditória e, está além do alcance da prova ou persuasão (JENKINS, 1948). Os valores são subjetivos, arbitrários, privados e relativos. Eles dependem da maré instável da resposta interna e, por isso, são a expressão de opiniões pessoais, as quais só podem falar por si só. Na visão de Jenkins (1948), qualquer declaração sobre valores deve, necessariamente, enquadrar-se em um dos dois tipos a seguir: a) ou é uma declaração sobre aquilo que deveria, mas na verdade não existe; b) ou é uma afirmação de que algumas coisas factuais têm direito de existir, enquanto outras não.

As entidades pertencentes a esse reino são governadas pela necessidade (JENKINS, 1948; GERRING; YESNOWITZ, 2006). Os fatos são objetivos, ou seja, existem como um sistema externo a subjetividade humana. Logo, eles mantêm sua existência e caráter inerentes mesmo em face das mais diversas atitudes subjetivas em relação a eles (JENKINS, 1948).

Em ambos os casos, parece haver um apelo necessário para além do âmbito da existência do factual.

A construção da estrutura lógica e epistêmica das teorias normativas é alicerçada em uma orientação de cunho normativo para os valores. Baiasu (2014) expõe que os conceitos possuem uma dimensão normativa. Como Castañeda (1988, p. 16, tradução nossa) sugere: “[t]odos os nossos conceitos têm dimensão normativa [...] quando olhamos o mundo como agentes, não somo capazes de alcançar um núcleo puro não-normativo; isso faz parte da unidade completa do mundo criado [...]”. As teorias normativas não só descrevem a realidade e os fenômenos, mas também fornecem significado ao mundo social dos fatos (TAYLOR, 1994).

Os fatos são, portanto, embebidos por valores, comenta Parker (2003). Nas teorias normativas, “[...] os fatos são interpretados com referência ao seu significado, ou valor [...]”(DEWEY, 1902, p. 182, tradução nossa), ou seja, com base na “[...] importância [dos fatos] a partir da posição ocupada, ou parte desempenhada, por eles na composição total da experiência” (DEWEY, 1902, p. 182, tradução nossa). A estrutura dos fatos é imbuída de determinadas noções de bem e de conjuntos de valores não eliminâveis, embora substituíveis, para explicar como os fenômenos devem funcionar (TAYLOR, 1994). Os fatos têm consequências normativas expressas em suas declarações sobre o que é bom ou, até mesmo, desejável em uma sociedade, observa Parker (2003). A impossibilidade da separar fatos dos valores, como sugerido por Taylor (1994), reivindica que o conhecimento do mundo não pode ser, completamente, desvinculado das estruturas normativas. Para além dos argumentos descritivos derivados das teorias empírico-factuais, existem também argumentos avaliativos ou prescritivos formulados para justificar valores e padrões (PIETRZYK-REEVES, 2017).

As proposições de uma teoria normativa são, dessa maneira, alicerçadas em padrões ou normas fundamentais que representam seu princípio de unidade (RYDENFELT, 2011). As normas referem-se a padrões ideais e, por conseguinte, são afirmações localizadas no plano do deveria ser (RYDENFELT, 2011). Elas são construções legislativas, cuja relação com o fato é teleológica, e não apenas descritiva (BAIASU, 2014). Ao contrário das leis[36], as normas não se restringem a relatar o que

[36] Uma lei é considerada uma generalização, pois cria preditividade acerca da coerência do fato. Ela declara as condições que estabelecem como as relações entre fatos existentes e fatos observáveis são

algo é no domínio do fato (JENKINS, 1948; PARKER, 2003). As normas não se limitam a descrever os acontecimentos e as condições factuais (SHORT, 2012). As afirmações normativas e, por conseguinte, as normas são se restringem a fornecer um relato verdadeiro sobre o fato, mas sim sinalizam como ele deveria ser (JENKINS, 1948; BUCKLER, 2010).

As normas são, consoante Urban (1930), um tipo particular de descrição que expressa o delineamento do ideal. As teorias normativas estão, nesse sentido, localizadas no reino do ideal, e não do factual (JENKINS, 1948; GERRING; YESNOWITZ, 2006). O ideal representa aquilo que o factual deveria ser, mas não é. É um domínio de caráter infinito. Isso não impede que possa ser descrito e explicado. Representa um tipo pensamento puro, que exibe liberdade. É o reino dos valores, ou seja, é o Fim para o qual tudo é direcionado (JENKINS, 1948; GERRING; YESNOWITZ, 2006). Essa descrição das normas no domínio das teorias normativas está resumida no trecho em destaque abaixo:

> Um padrão ou norma de conduta também é, em certo sentido, uma descrição – uma descrição do moralmente bom ou do humanamente valioso. Como tal, pretende nos dar um relato *verdadeiro* da questão de fato - do que *são* os direitos humanos, quais são nossos deveres reais e o que realmente constitui o homem bom ou virtuoso. Mas, uma norma ou padrão é uma descrição de um tipo particular ou, melhor expressado, é algo mais do que uma mera descrição da questão de fato da vida moral; é ao mesmo tempo o delineamento de um ideal. Um padrão é um padrão precisamente porque é um ideal que deve ser realizado ou executado em conduta. Uma norma é uma norma apenas porque nos diz o que deveria ser e não apenas o que [algo] sempre realmente é (URBAN, 1930, p. 353-354, tradução nossa, grifo do autor)

O intuito da teoria normativa é prescrever um padrão ideal sobre como o mundo social deveria ser/funcionar (BUCKLER, 2010; BAIASU, 2014). Uma teoria social de caráter normativo possui como conceito fundamental o “deveria”, com interesse particular: a) na relação entre o indivíduo e a coletividade; b) no propósito dos padrões de coexistência; c) nos valores ou princípios específicos, os quais devem ser considerados na formulação de padrões sócio-políticos (BAIASU, 2014). Como a teoria normativa lida com o deveria, ela permite fazer julgamentos de valor a respeito da conduta deliberada (PEIRCE, 1932a). O deveria ser implica ideais, fins, e

---

mantidas. As leis remetem ao domínio do “o que é”, uma vez que descrevem os modos factuais de existência das coisas (JENKINS, 1948).

propósitos que atraem e orientam tal conduta (PEIRCE, 1932b; TAYLOR, 1994). Como sociedade funciona com base em certos padrões compartilhados por seus membros, uma teoria normativa informa quais padrões devem, mas não precisam, ser seguidos, aspirados, ou desejados por eles (GERRING; YESNOWITZ, 2006). Alguns padrões não precisam ser, necessariamente, realizados em sua plenitude, mas sim podem ser, em um dado momento, ideais não-alcançáveis que norteiam a conduta deliberada em sociedade (BAIASU, 2014). Assim, o deveria exclui a compulsão incontrolável e o determinismo rígido, uma vez que é sempre possível agir de maneira contrária do padrão ideal (PEIRCE, 1932b).

As afirmações normativas envolvem, dessa forma, padrões ideais estabelecidos *a priori*, no ímpeto de guiar os julgamentos das pessoas (PIETRZYK-REEVES, 2017). A normatividade, dessa forma, permite questionar e julgar os padrões morais que regem uma sociedade. Além de identificar os padrões aceitos, mantidos e cumpridos ou não pelos membros de uma sociedade, a normatividade possibilita erigir uma crítica acerca da necessidade, da vigência e da validade de determinados padrões, para fins da vida em conjunto (BAIASU, 2014).

Os padrões remetem a um conjunto de regras, normas, valores últimos, cuja natureza inquestionável possibilita coordenar as ações dos membros díspares de uma determinada sociedade (BUCKLER, 2010; BAIASU, 2014). Os padrões comuns, à vista disso, tornam possível o estabelecimento dos alicerces da convivência mutuamente benéfica entre as pessoas (BAIASU, 2014). É sabido que elas não estão juntas de maneira contingente no cotidiano social. Devido a isso, suas relações e seus acordos de coexistência são estabelecidos com base em certos padrões compartilhados, os quais não precisam ser, explicitamente, formulados e endossados como tal (BAIASU, 2014).

Os padrões devem fornecer uma base não negociável de julgamento, caso pretendam ser persuasivos aos membros da sociedade (BAIASU, 2014). No ímpeto de resolverem conflitos e dilemas de ordem moral, as pessoas devem racionalmente apelar para certos padrões que prescrevem as condutas moralmente aceitas. O pensamento normativo visa prover padrões referentes a como as pessoas devem conduzir e organizar a vida em sociedade, isto é, maneiras apropriadas de agir, pensar e julgar individualmente e coletivamente (BUCKLER, 2010). É nesse sentido que a teoria normativa é concebida “[c]omo uma tentativa sistemática de responder à

questão dos padrões, que devem regular a organização das [sociedades]" (BAIASU, 2014, p. 2583, tradução nossa).

Similar a quaisquer outros tipos de teoria, a teoria normativa precisa validar seu conhecimento em uma investigação científica (PARKER, 2003). Uma vez que essa teoria não se refere ao que realmente existe, mas ao que deveria existir, Pietrzyk-Reeves (2017) sugere que sua validação ocorre por referência a dois aspectos: b) algumas suposições ontológicas e epistemológicas sobre o mundo social e político, como, por exemplo, certos padrões objetivos descobertos pela razão, como direitos naturais; c) padrões normativos objetivos que não precisam, necessariamente, ser verificados empiricamente.

Faz-se necessário discorrer sobre a objetividade do julgamento normativo dos padrões. Embora essa objetividade seja sempre contingente, ela pertence à própria estrutura de um argumento normativo. Os julgamentos extrapolam os fenômenos empíricos para formular afirmações orientadas aos valores sobre à estrutura desejável deles, assim como as justificativas e as avaliações dos fenômenos em relação a um certo padrão ideal (PIETRZYK-REEVES, 2017). A respeito da objetividade da teoria normativa, Benhabib (1986, p. 5, tradução nossa) comenta que, esse tipo de teoria "[...] preserva as intenções da filosofia prática de articular racionalmente uma forma mais adequada da existência humana e de esclarecê-las em sua realização". O termo normativo, para esse autor, não é relacionado apenas a algo que deveria ser, mas remete aos padrões e a centralidade deles em determinando domínio de estudo. Nessa acepção, a teoria normativa permite não apenas estabelecer uma base e um entendimento firmes das normas existentes, mas também uma crítica a determinadas normas e suas origens (BENHABIB, 1986). A objetividade normativa, deste jeito, fornece uma avaliação crítica dos pressupostos e fundamentos filosóficos da ação humana. À luz da teoria normativa, é possível refletir sobre os fundamentos da ciência, enxergando-os como, basicamente, contextuais ou contingentes, e não absolutos (BENHABIB, 1986).

Em termos abstratos, a teoria normativa preocupa-se com princípios normativos encapsulados em padrões ideais (BAIASU, 2014). Nas palavras de Cohen (2003, p. 211, tradução nossa), um princípio é normativo quando oferece "[...] uma diretiva geral que informa aos agentes o que eles deveriam ou não deveriam fazer". Os princípios são, frequentemente, concebidos como algo compartilhado, que possui validade para os membros de uma sociedade (PIETRZYK-REEVES, 2017). Ao

contrário dos princípios, “um fato é, ou corresponde a, qualquer verdade, [...] que alguém possa, razoavelmente, pensar [para] apoia[r] um princípio” (COHEN, 2003, p. 211, tradução nossa). Embora seja distinto dos fatos, os princípios de ordem normativa podem ser, em certa medida, afirmados e fundamentados em fatos. Como o autor afirmar, “[...] todas as verdades, incluindo, portanto, princípios verdadeiros (se houver algum), representam fatos” (COHEN, 2003, p. 211, tradução nossa).

É mister ressaltar que, embora preconizem o reino do ideal, as afirmações normativas são, em parte, fundamentadas na experiência (SHORT, 2012; LISBKA, 2014). Não obstante essas teorias resistam às suposições epistêmicas do empirismo, não há como desvincular a normatividade, totalmente, da ideia de que o conhecimento normativo também advém da experiência (TAYLOR, 1994; DRYZEK; HONIG; ANNE, 2011). Uma teoria de caráter normativo é construída a partir da perspectiva de um ser humano. Assim, uma teoria, por mais ideal que possa parecer, é também fruto das reflexões e das experiências vividas de seu criador. Em vista disso, Peirce (1932b) descreve a teoria normativa como aquela que trata dos fatos em sua Secundidade[37]. A teoria normativa lida com o fato, enquanto categoria de Secundidade, isto é, as apreciações próprias e peculiares dos fatos relacionam-se com a conformidade dos fenômenos com os Fins. Esse tipo de teoria permite deliberadamente aprovar ou desaprovar certas linhas de conduta.

Com base no exposto, Pietrzyk-Reeves (2017) afirma que uma teoria normativa pode assumir um duplo caráter epistêmico. Ela pode ser “[...] prescritiva (referente à modalidade deôntica) ou descritiva (referente à circunstância real dessa modalidade)” (PIETRZYK-REEVES, 2017, p. 179, tradução nossa). No contexto social, as normas podem ser entendidas de maneira descritiva ou prescritiva. No primeiro caso, as normas remetem aos padrões de comportamento da ação social. Embora sejam expressas de maneira descritiva, as normas assumem um caráter normativo. No segundo caso, as normas são as razões que determinam a escolha de um certo curso de ação (BAIASU, 2014). Por estabelecerem o valor dos fenômenos sociais, as normas são consideradas o principal ponto de referência, a partir do qual as possam

[37] A Secundidade consiste, geralmente, em uma coisa agindo sobre outra, de tal maneira que, em virtude da própria interação, ambas as coisas adquirem um *status* — e são apreendidas como tendo esse *status* — além de suas meras qualidades ou aparências (PEIRCE, 1932b). Em termos da relação de uma coisa com a outras, essas coisas não são o que seriam se existissem isoladamente — i.e., *sui generis*. Pode-se dizer que, para efeitos de secundidade, os fenômenos são caracterizados pelo fato de que eles agem, sobre uma única outra coisa, em uma capacidade específica (HERVEY, 1982).

julgar se um determinado fenômeno é, por exemplo, moralmente desejável ou indesejável (PIETRZYK-REEVES, 2017).

Esse duplo caráter da teoria normativa possibilita que seja aplicada para abordar a) questões práticas específicas referentes às normas, como também b) a maneira pela qual elas existem, funcionam e evoluem (PIETRZYK-REEVES, 2017). As controvérsias sobre a objetividade da teoria normativa motivaram uma série de indagações sobre sua praticabilidade (WEINBERG, 2013). Os debates acerca da vocação da teoria normativa, por assim falar, derivam da conflituosa "[...] relação entre fatos e valores, e a questão 'é-deve' [...]" (COHEN, 2003, p. 212, tradução nossa). Stears (2005, p. 325, tradução nossa) sugere que muita atenção foi devotada a discussão em torno do "[...] lugar [próprio] da investigação empírica dentro do repertório [da teoria normativa]". O que está em jogo aqui, consoante Stears (2005), é a questão da sensibilidade aos fatos frente a normatividade.

Em seu texto *Facts and Principles*, Cohen (2003) apresenta duas possibilidades, bastantes contraditórias entre si, de pensar a relação entre fatos e princípios morais, a saber: a) sensível ao fato; b) insensível ao fato[38]. De maneira sucinta, Cohen (2003) refuta a ideia de que todos princípios de ordem moral devem ser sensíveis aos fatos, devido a sua normatividade inerente. Nas suas palavras, "[...] a visão de que todos os princípios são sensíveis aos fatos parece razoável, mas acredito que seja comprovadamente equivocada" (COHEN, 2003, p. 214, tradução nossa). Os princípios normativos fundamentais são insensíveis à factualidade, pois não podem ser justificados pelos fatos. Como ele afirma,

> Acredito que não é verdadeiro [afirmar que] *todos* os princípios [...] sejam sensíveis a fatos, e que isso seja verdade [apenas] para *alguns* princípios só por que é falso para outros princípios, *in*sensíveis aos fatos, que explicam por que determinados fatos fundamentam princípios sensíveis aos fatos (COHEN, 2003, p. 214, tradução nossa, grifo nosso).

Nessa passagem, Cohen (2003) ilustra sua tese de que parte dos princípios normativos não pode ter nenhuma referência óbvia aos fenômenos empíricos, pois tais princípios fundamentam outros princípios. Conforme o autor, "[...] um princípio pode refletir ou responder a um fato se, e somente se, for também uma resposta a um

[38] No texto de Cohen (2003), os termos na língua inglesa remetem à *fact-sensitive* e *fact-insensitive*, respectivamente.

princípio que não é uma resposta a um fato" (COHEN, 2003, p. 214, tradução nossa). Em outros termos, "[...] os princípios que refletem os fatos devem, para refletir os fatos, refletir princípios que não refletem os fatos" (COHEN, 2003, p. 214, tradução nossa).

Exposta a noção de teoria normativa que norteia essa tese, direciono meus esforços para discorrer sobre a compreensão da *radical traveling theory* na literatura de Teoria das Organizações.

2.5 A NOÇÃO DE *RADICAL TRAVELING THEORY* NA TEORIA ORGANIZACIONAL

A *radical traveling theory* é um dos quatro tipos de teoria constituintes da tipologia de teorização, proposta por Oswick, Fleming e Hanlon (2011), na Teoria Organizacional. Antes de realizar quaisquer esforços no sentido de oferecer um entendimento sobre o que é uma RTT, é prudente apresentar, brevemente, as dimensões e as teorias integrantes dessa tipologia. Ela classifica as diferentes formas de teorização e suas respectivas contribuições teóricas para TO, com base na amplitude relativa da teoria e no aspecto de sua produção e consumo. As formas de teorização dessa tipologia são categorizadas a partir de duas dimensões, a saber: enfoque teórico da contribuição e consumo da teoria. A partir dessas dimensões, Oswick, Fleming e Hanlon (2011) propõem uma matriz 2x2 referente à construção de conhecimento na TO. Em cada um de seus quadrantes está circunscrito um tipo diferente de teoria, a saber: a) teoria ortodoxa doméstica; b) teoria inovadora doméstica; c) nova teoria itinerante; d) *radical traveling theory*. O Quadro 01 exibe as formas de teorização na TO, com suas respectivas dimensões e teorias.

Permita-me iniciar a explicação do referido quadro com a descrição de suas dimensões. O enfoque teórico da contribuição está relacionado à amplitude da cobertura da teoria aliada ao seu tipo de conteúdo. De acordo com Oswick, Fleming e Hanlon (2011), as teorias variam entre aquelas que possuem aplicabilidade estreita e conteúdo relativamente concreto; e as com aplicabilidade ampla e conteúdo relativamente abstrato. As teorias podem oferecer contribuições mais abrangentes e abstratas as teorias organizacionais, ou ter uma aplicação mais específica e concerta dentro das subáreas da Teoria Organizacional.

A outra dimensão contempla o consumo da teoria em relação ao seu domínio inicial de produção. A este respeito, Oswick, Fleming e Hanlon (2011) dividem as

teorias em dois tipos básicos: domésticas e itinerantes[39] As teorias domésticas são produzidas e, predominantemente, consumidas nos seus domínios de referência. Na literatura de Teoria Organizacional, a teoria de *sensemaking* nas organizações de Karl Weick é considerada um exemplo de teoria doméstica (ACCARD, 2020). As teorias itinerantes são consumidas em domínios disciplinares distintos daqueles em que foram originalmente produzidas. Essas últimas referem-se às teorias que são importadas de seus campos de referência, para serem consumidas em diversos domínios alvo. O consumo em outras disciplinas ocorre devido as teorias itinerantes possuírem um nível interdisciplinar de aceitação significativo entre domínios distintos.

Cada um dos quatro tipos de teoria representa uma combinação das dimensões e seus elementos constituintes. Em termos de contribuição teórica, a teoria ortodoxa doméstica possui um enfoque de aplicabilidade estreita, sendo seu conteúdo relativamente concreto. Ela é, em grande parte, consumida dentro de seu próprio domínio de produção. Conforme Oswick, Fleming e Hanlon (2011, p. 325, tradução nossa), "[...] essas teorias fornecem extensão, revisão ou refinamento incremental de um corpo de teoria existente dentro de uma subárea" de seu domínio de referência. A teoria inovadora doméstica possui uma aplicabilidade mais ampla e seu conteúdo é, consideravelmente, mais abstrato, quando comparada com a teoria ortodoxa. O consumo da teoria inovadora também ocorre dentro dos limites de seu domínio fonte de produção. Em contraste com a teoria ortodoxa, a teoria inovadora "[...] introduz novos *insights* [...]" que "[...], significativamente, desafiam o conhecimento existente e as formas de pensar [...]" dentro do seu campo de produção (OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011, p. 325, tradução nossa).

A nova teoria itinerante tem um foco de aplicação estreito em termos de sua contribuição teórica. Ela é consumida além dos limites do domínio da disciplina em que foi produzida. Em termos de conteúdo, essas teorias são, geralmente, mais prescritas e concretas quanto a teorização dos fenômenos de interesse (OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011). No domínio da Teoria Organizacional, elas tendem a aplicar, de maneira estreita, um dado constructo da teoria à teorização organizacional, ou concentram-se em utilizá-lo de forma restrita em uma única subárea de investigação organizacional. Na minha opinião, a intenção deste tipo de teoria não é criar universais generalizáveis, mas sim desenvolver conceitos ou categorias

[39] A *radical traveling theory* é um dos tipos de teorias itinerantes na tipologia de Oswick, Fleming e Hanlon (2011).

ajustadas apenas a realidade dos fenômenos organizacionais. As novas teorias itinerantes, então, “[...] oferecem *insights* peculiares, em vez de *insights* abrangentes e profundamente desafiadores [...]”, pois “[...] reforçam, constroem ou ressoam um conhecimento prévio, em vez de oferecer uma alternativa mais orientada para a crítica” organizacional (OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011, p. 324, tradução nossa).

Quadro 1 (2) – Formas de teorização na Teoria Organizacional

		ENFOQUE TEÓRICO DA CONTRIBUIÇÃO	
		Aplicabilidade estreita e conteúdo relativamente concreto	Aplicabilidade ampla e conteúdo relativamente abstrato
CONSUMO DA TEORIA	Dentro do domínio de produção	Teoria Ortodoxa Doméstica	Teoria Inovadora Doméstica
	Fora do domínio de produção	Nova Teoria Itinerante	*Radical Traveling Theory*

Fonte: Oswick, Fleming e Hanlon (2011, p. 323, tradução nossa).

A partir deste ponto do texto, atento para as características delimitadoras dos contornos da noção de *radical traveling theory*. Em termos de contribuição teórica, Oswick, Fleming e Hanlon (2011) comentam que, esse tipo de teoria possui um escopo de aplicabilidade amplo aliado a um conteúdo mais abstrato, quando contraposta com a nova teoria itinerante. Nas palavras de Oswick, Fleming e Hanlon (2011, p. 324, tradução nossa, grifo nosso), as novas teorias itinerantes são “[...] muito menos amplas em escopo e muito menos abstratas do que as *radical traveling theories*”. O consumo de RTTs ocorre em domínios disciplinares distintos de seu local original de produção (CORLEY; GIOIA, 2011; ACCARD, 2020). Nas palavras de Oswick, Fleming e Hanlon (2011, p. 322, traudção nossa), as RTTs são teorias que:

> [...] representam um desafio significativo e um afastamento dos *insights* pré-existentes contemporâneos e convencionais em uma disciplina particular. [...]. Sua adoção e aplicação dentro da teoria

> organizacional dependem do fato de que são teorias gerais e têm considerável latitude conceitual.

As *radical traveling theories* são um caso particular de teoria estrangeira. Elas são teorias, amplamente, aceitas, difundidas e utilizadas na Teoria Organizacional, por realizarem contribuições expressivas nos seus campos de origem (OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011). As RTTs são, por definição, teorias gerais e altamente abstratas, que são importadas de seu domínio fonte para serem aplicadas em diversos domínios alvo (ACCARD, 2020). Uma teoria é abstrata quando é composta de conceitos que são mais fortemente definidos por suas relações lógicas circunscritas nos limites da sua estrutura, do que por referência a fenômenos observáveis.(OSIGWEH, 1989; TSOUKAS, 1993). As RTTs são produzidas fora dos limites disciplinares da TO e, como tal, não são, especificamente, projetadas para atender às demandas epistêmicas desse campo (OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011). A apropriação de uma RTT, pelos teóricos organizacionais, é contingente à sua considerável latitude conceitual (OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011). Devido a isso, essas teorias possuem um nível interdisciplinar de aceitação significativo para explicar os fenômenos organizacionais (ACCARD, 2020). A ampla cobertura conceitual e o alto nível de abstração de uma dada RTT possibilita sua aplicação e, por conseguinte, consumo no domínio da Teoria das Organizações (OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011).

Apresento alguns exemplos de *radical traveling theories* transpostas para o domínio da Teoria Organizacional. As filosofias pós-modernas de Jacques Derrida e Jean Francois Lyotard (ACCARD, 2020). A teoria geral dos sistemas de Ludwig von Bertalanffy (REED, 1999). A teoria psicanalítica de Sigmund Freud (ARNAUD, 2012). A teoria da estruturação de Anthony Giddens (OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011). A teoria do discurso de Michel Foucault (REED, 2006). A teoria ator-rede de Bruno Latour (ALCADIPANI; TURETA, 2009). O evolucionismo de Charles Darwin (ABATECOLA *et al.*, 2016). A teoria de justiça como equidade de John Rawls (RHODES, 2011; 2016).

A importação e o consumo de *radical traveling theories* tendem a estimular “[...] novas maneiras atraentes e sedutoras de explorar os fenômenos organizacionais”(OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011, p. 323, tradução nossa). Na opinião dos autores, isso implica na produção de ideias e de abordagens inovadoras,

as quais contribuem, consideravelmente, na construção de novos conhecimentos e no progresso teórico da Teoria Organizacional. As RTTs, destarte, possibilitam que os teóricos organizacionais desafiem as teorizações convencionais e pré-existentes na TO (OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011; ACCARD, 2020).

Acredito que seja necessário discorrer um pouco mais as propriedades das *radical traveling theories*. O que significa dizer que são gerais, abstratas e com ampla latitude conceitual? Para tal, recorro ao texto de Osigweh (1989) no ímpeto de abordar em detalhes tais propriedades. De acordo com sua reflexão sobre a formação de conceitos na Teoria Organizacional, arrisco em sugerir que a estrutura lógico-epistêmica das RTTs inclui conceitos teóricos ou universais, os quais são, primordialmente, abstratos. Esses conceitos "[...] não são totalmente definidos por referência as coisas observáveis e suas características" (OSIGWEH, 1989, p. 583, tradução nossa). Tais conceitos "[...] são definidos por seu significado sistêmico, no sentido de que cada significado deriva da parte que o conceito desempenha na teoria" (OSIGWEH, 1989, p. 583, tradução nossa).

A latitude conceitual das *radical traveling theories* remente, então, ao fato de incorporarem conceitos abertos e categorias universais em sua estrutura (OSIGWEH, 1989). Isso possibilita a importação e, consequente, aplicação — de partes — desse tipo de teoria em diferentes contextos epistêmicos e empíricos na Teoria Organizacional. No que se refere às RTTs, o autor endossa "[...] a necessidade de [essas teorias corporificarem] categorias ou conceitos universais, que possam ser compreendidos, simultaneamente, em qualquer tempo e espaço [...]" (OSIGWEH, 1989, p. 581-582, tradução nossa). A presença de universais[40] possibilita que as categorias e os conceitos dessas teorias sejam "[...] [aplicados] de forma válida em uma ampla gama de situações" (OSIGWEH, 1989, p. 582, tradução nossa). Em contraste com as novas teorias itinerantes, acredito que, as RTTs almejam desenvolver universais generalizáveis e, por isso, seus conceitos ou suas categorias são passíveis de serem importados para e adaptados em outros domínios disciplinares.

A latitude conceitual aliada ao nível de abstração de uma *radical traveling theory* são qualidades que ensejam a flexibilidade de adaptar e de estender sua estrutura lógica-epistêmica a uma variedade de aplicações diferentes (OSIGWEH, 1989). Essa

[40] Para Osigweh (1989), o termo universal remete aos conceitos ou as categorias que se encaixam, precisamente, a uma variedade de aplicações.

flexibilidade, conforme minha interpretação das ideias de Osigweh (1989), possibilita a um teórico organizacional estender a aplicação de uma RTT, para fins de compreensão dos fenômenos organizacionais, de modo que não comprometa a coerência de sua estrutura. Os conceitos e as categorias desse tipo de teoria, aponta Osigweh (1989, p. 581, tradução nossa), "[...] devem ter definições, suficientemente, precisas para [possibilitar sua transposição à] inúmeras [...] circunstâncias que caracterizam [o campo da Teoria Organizacional]". A apropriação de uma RTT, na visão do autor, remete a seguinte conjuntura: os conceitos e as categorias de uma teoria precisam ser precisos o suficiente para permitir que sejam definidos da maneira como foram originalmente concebidos, no ímpeto de poderem ser aplicados e testados em uma ampla gama de situações organizacionais. Esse seria o caráter universal de uma RTT, para efeitos da literatura de TO.

Essa possibilidade de teorização contempla, apenas, minha elucubração acerca da postura de "encaixe perfeito" entre uma RTT e o fenômeno organizacional de interesse. Apesar da plausibilidade de sua ocorrência, essa postura rígida de importação de RTT dificilmente se materializa na Teoria Organizacional, como postulado no capítulo de Introdução. Ademais, tal postura não é a única forma de conduzir esse método de teorização de forma válida. O caráter universal da RTT oportuniza que sua estrutura lógico-epistêmica — e, por conseguinte, seus conceitos e suas categorias — seja transposta e adaptada, para fins de consumo na TO. Para tal, as modificações empreendidas nessa estrutura não devem comprometer sua consistência e coerência, a ponto de descaracterizá-la.

A maneira como Osigweh (1989) e Oswick, Fleming e Hanlon (2011) descrevem as características definidoras das *radical traveling theories*, que são importadas para o domínio da Teoria Organizacional, possibilitou-me qualificá-las como teorias maduras em seus campos de produção. As teorias maduras — i.e., TM — são teorias de referência, bem-estabelecidas em seus respectivos domínios de origem (EDMONDSON; MCMANUS, 2007). Essas teorias possuem elevados níveis de abstração, de aplicabilidade, de poder de explicação dos fenômenos e, por conseguinte, de citação por parte dos acadêmicos (ROHRLICH; HARDIN, 1983; EDMONDSON; MCMANUS, 2007).

Uma TM é composta por um corpo coeso e coerente de conhecimento, justificado e validado por uma extensa articulação de seus conceitos, proposições, princípios e métodos em uma ampla variedade de fenômenos, contextos empíricos e

domínios disciplinares (ROHRLICH; HARDIN, 1983). Em razão da estrutura das TMs ser submetida a diversas modificações e aprimoramentos ao longo do tempo, o alcance da validade e os limites de explicação, entre fenômenos e entre campos do conhecimento, desse tipo de teoria passa a ser conhecido pela comunidade acadêmica (EDMONDSON; MCMANUS, 2007). As teorias maduras são, portanto, "um ativo permanente" do arcabouço epistêmico de determinado domínio disciplinar, e não apenas uma parte de sua história (ROHRLICH; HARDIN, 1983).

De acordo com Nagel (1979), uma teoria madura possui seis idiossincrasias que as caracterizam. As TMs apresentam um conjunto, logicamente, consistente de afirmações, conceitos, proposições e crenças. Nesse tipo de teoria, os conceitos e as afirmações generalizadas são formalizados de maneira abstrata. Essas teorias fornecem explicações sobre o porquê de suas afirmações, proposições e crenças serem válidas/verdadeiras. As teorias maduras procurar delimitar as fronteiras dentro das quais afirmações, conceitos proposições e crenças se sustentam. Além disso, não há ambiguidade na linguagem usada, por essas teorias, para especificar seus conceitos e proposições. Por fim, os argumentos e crenças das teorias maduras são, persistentemente, testadas contra as evidências disponíveis.

Um critério fundamental e identificador da teoria madura remete à sua coerência. Consoante Rohrlich e Hardin (1983), uma TM possui coerência horizontal e/ou vertical. Na coerência horizontal, "[...] diferentes teorias maduras — provenientes, às vezes, de campos distintos do conhecimento — tem uma relação com o mesmo problema" (ROHRLICH; HARDIN, 1983, p. 604, tradução nossa). As teorias não devem apenas ser consistentes umas com as outras, mas também necessitam fundamentar umas às outras. A coerência vertical "[...] é aplicável apenas se a teoria madura substitui outra teoria que também é uma teoria madura, e se, como normalmente é o caso, essa última teoria não é eliminada, mas apenas restrita em seu domínio de aplicabilidade" (ROHRLICH; HARDIN, 1983, p. 604, tradução nossa). Esse último tipo de coerência requer que a nova teoria madura seja, de maneira assíntota, coerente com a teoria antecessor. Assim, existe um processo de limitação adequado pelo qual o domínio de validade da nova teoria é restrito ao da outra teoria (ROHRLICH; HARDIN, 1983).

As teorias maduras não apenas se ajustam aos fenômenos em seus respectivos domínios, mas também se conectam com as teorias que as substituem (ROHRLICH; HARDIN, 1983). Com isso, é possível obter uma compreensão da

retenção de ontologias, do caráter cumulativo da teoria, e do sentido em que suas explicações podem ser consideradas verdadeiras (ROHRLICH; HARDIN, 1983). A maturidade desse tipo de teoria estimula seus refinamentos dentro de um corpo crescente de teorias inter-relacionadas, comentam Edmondson e Mcmanus (2007). Os refinamentos permitem elaborar, esclarecer ou desafiar aspectos específicos da teoria madura. Em razão disso, é possível não só identificar seus limites explicativos e de aplicação, bem como entender seu escopo ao testá-la para compreender novos fenômenos em diversos contextos empíricos (ROHRLICH; HARDIN, 1983).

3 METODOLOGIA

Este capítulo descreve o desenho metodológico da revisão sistemática de literatura — i.e., RSL — conduzida nesta tese. A abordagem adotada possui um caráter qualitativo-interpretativista de cunho hermenêutico. Dentre as diversas versões de RSLs, optei pela revisão configurativa — i.e., RC. Os princípios da hermenêutica filosófica da Hans-George Gadamer — i.e., HG, sobretudo, como descritos em sua obra *Truth and Method*, fundamentaram os procedimentos metodológicos da RC.

Fundamentado em Boell e Cecez-Kecmanovic (2014), estabeleci uma ponte entre a abordagem hermenêutica e as etapas de realização de uma RSL. Apresento uma proposta de localizar essas etapas nos dois círculos hermenêuticos desenvolvidos por esses autores, a saber: o círculo de busca e aquisição — i.e., CBA — e o círculo de análise e interpretação — i.e., CAI. A abordagem hermenêutica demandou a construção de um sistema de organização dos dados, para fins de realização da análise textual (BYRNE, 2001; PATTERSON; WILLIAMS, 2002). Os procedimentos analíticos de interpretação do *corpus* de pesquisa dessa RSL seguiram as orientações e diretrizes da análise hermenêutica de Patterson e Williams (2002) e da análise temática reflexiva — i.e., ATR — elaborada por Braun e Clarke (2006a; (2012), Braun *et al.* (2017) e Clarke *et al.* (2019). A proposta de alinhamento entre as fases da ATR e as atividades do CAI, favoreceram a condução sistemática dos princípios gadamerianos do círculo hermenêutico e da fusão de horizontes epistêmicos.

3.1 OS CONTORNOS DA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA

A revisão sistemática de literatura corresponde a um dos métodos de pesquisa documental, consoante Tight (2019). A RSL é compreendida como:

> [...] um método [rigoroso] para identificar, avaliar e interpretar toda a pesquisa disponível relevante para uma questão de pesquisa específica, área de tópico ou fenômeno de interesse. Os estudos individuais que contribuem para uma revisão sistemática são chamados estudos *primários*; uma revisão sistemática é uma forma de estudo *secundário* (KITCHENHAM; CHARTERS, 2007, p. 3, tradução nossa, grifo do autor).

A RSL é criteriosa e sistemática quanto às diretrizes metodológicas que devem ser realizadas para conferir rigor aos seus procedimentos de uma investigação científica. Esse método possui "[...] um objetivo declarado, uma pergunta, uma abordagem de pesquisa definida, [que indica] critérios de inclusão e exclusão, [e produzem] uma avaliação qualitativa dos [documentos]" (JESSON; MATHESON; LACEY, 2011, p. 12, tradução nossa). Em termos processuais, as revisões sistemáticas "[...] enfatizam protocolos [de pesquisa] *a priori*, formas de busca abrangente, [mecanismos de] transparência [...] e, o envolvimento das partes interessadas no processo de revisão" (SURI; CLARKE, 2009, p. 397, tradução nossa). A RSL objetiva identificar, revisar e sintetizar, sistematicamente, as evidências disponíveis em relação a um determinado tema, tópico ou fenômeno (BUNN *et al.*, 2015; TIGHT, 2019).

A revisão sistemática de literatura envolve, portanto, uma série de procedimentos científicos para compreender um determinado fenômeno, a partir da apreciação exclusiva de documentos (PAYNE; PAYNE, 2004; TIGHT, 2019). Um documento é entendido aqui como "[...] um texto escrito" (SCOTT, 1990, p. 12, tradução nossa), publicado em formato impresso e/ou eletrônico (FITZGERALD, 2007; BOWEN, 2009). Os documentos são "[...] utilizado[s] para fornecer informações ou evidências[41]" (DOLOWITZ; BURCKLER; SWEENEY, 2008, p. 39, tradução nossa) capazes de substanciar a análise e compreensão de um fenômeno (TIGHT, 2019). A RSL desta tese foi, particularmente, projetada para abordar, avaliar e compreender o *modus operandi* dos modelos existentes de importação de teorias estrangeiras na literatura de Teoria Organizacional, com suporte, tão somente, de textos acadêmicos publicados nas bibliotecas digitais da UFPE.

A revisão sistemática de literatura deste doutorado está encapsulada na tradição de pesquisa qualitativa-interpretativa. Em meio a uma multiplicidade de projetos de RSL passíveis de serem aplicados nos estudos científicos sociais (TIGHT, 2019), conduzir uma revisão configurativa — i.e., RC. De acordo com Oliver e Tripney (2017), a RC assume uma postura idealista aliada a crença de que existe um mundo, cujos entendimentos são compartilhados coletivamente. Essa revisão está, fortemente, associada aos métodos interpretativistas, cujos enfoques estão na teorização (GOUGH; THOMAS; OLIVER, 2012; GOUGH; OLIVER; THOMAS, 2017).

[41] Entende-se que as evidências são encontradas e extraídas dos documentos (TIGHT, 2019).

A revisão configurativa adota abordagens interativas de pesquisa para compreender e, assim, endereçar questões especificas sobre os horizontes de significado dos documentos, com a finalidade de explorar e/ou teorizar sobre um fenômeno (GOUGH; THOMAS; OLIVER, 2012). Oliver e Tripney (2017) sugerem que a RC é indicada para identificar e explorar padrões, sentidos e valores fornecidos pela heterogeneidade dos materiais, sem, necessariamente, tentar ser exaustivo na coleta e análise dos documentos. A cientificidade desse tipo de revisão não demanda a inclusão ou análise da totalidade de evidências publicados sobre um determinado assunto/fenômeno (TIGHT, 2019). Essa delimitação do escopo da revisão foi relevante para o encaminhamento dos procedimentos de construção do *corpus* de pesquisa.

A RC, explicam Gough; Thomas e Oliver (2012), contempla a investigação das variações conceituais e da complexidade do fenômeno investigado, ao invés de intentar uma resposta única e correta para o mesmo. Para efeitos desta tese, a revisão configurativa proporcionou a análise das manifestações dos modelos de importação de teorias estrangeiras existentes na Teoria Organizacional, sem a preocupação de informar, instrumentalmente, as declarações empíricas (GOUGH; OLIVER; THOMAS, 2017). Como resultado, essa RC permitiu a identificação de lacunas no conhecimento a respeito dos modelos de importação de teoria estrangeira na literatura de TO. Essas lacunas nutriram minhas elucubrações sobre o desenvolvimento de marcadores, interpretações e significações para compreender esse método de teorização.

Essa revisão possuiu uma lógica configurativa apoiada no raciocínio indutivo (GOUGH; THOMAS; OLIVER, 2012; GOUGH, 2015; OLIVER; TRIPNEY, 2017; TIGHT, 2019). No tocante ao lugar da teoria, sugiro que a revisão configurativa possui um caráter parcialmente indutivo (LEÃO; MELLO; PAIVA JR., 2016). A teoria foi utilizada como meio de prover o contexto, a lente para interpretação do fenômeno e identificação de suas categorias empíricas, sem essas terem sido, totalmente, estabelecidas *a priori* (LEÃO; MELLO; VIEIRA, 2009). As teorias e as interpretações sobre o fenômeno de interesse foram alteradas à luz de evidências emergentes, provenientes do progresso da pesquisa (GOUGH; THOMAS; OLIVER, 2012).

Como o sentido construído de um documento envolve, inevitavelmente, a compreensão de seu contexto (ROWLANDS, 2005), a incorporação do raciocínio indutivo às RCs demandou uma aproximação com um arcabouço teórico prévio, referente ao fenômeno de interesse (BOWEN, 2009). Nessa RC, a literatura existente

sobre a importação de teorias estrangeiras na Teoria Organizacional foi utilizada como ponto de referência para guiar minha pesquisa inicial e, dessa forma, conduzir a análise do fenômeno em questão. O ponto de partida de minhas ponderações sobre os *frameworks* de importação foi "localizado" nas evidências extraídas dos documentos, e não conceitos ou teorias preexistentes (BRAUN *et al.*, 2017).

Expostos os delineamentos da revisão sistemática-configurativa de literatura, revelo os princípios da hermenêutica filosófica de Hans-George Gadamer que guiaram a construção do conhecimento e minha postura na interpretação dos documentos constituintes do *corpus* desta pesquisa. A minha intenção não é a de revisar todos os aspectos do método hermenêutico gadameriano, mas sim alinhavar alguns de seus elementos específicos aplicados, enquanto princípios analíticos, para compreender o fenômeno de interesse.

3.2 A HERMENÊUTICA FILOSÓFICA DE HANS-GEORGE GADAMER: MÉTODO DOS PRINCÍPIOS ANALÍTICOS DA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA

Nas pesquisas organizacionais, a hermenêutica tem sido teorizada e aplicada tanto como uma abordagem filosófica, quanto um método específico de pesquisa qualitativa (MYERS, 2016). Seu principal propósito é a compreensão de textos escritos[42], a partir de seus contextos de produção (FERRARA, 1995; BYRNE, 2001; MCCAFFREY; RAFFIN-BOUCHAL; MOULES, 2012; VANLEEUWEN; GUO-BRENNAN; WEEKS, 2017; TOMKINS; EATOUGH, 2018). Enquanto abordagem filosófica para a compreensão humana, a hermenêutica fornece uma das bases filosóficas para o interpretativismo (MYERS, 2016). Sem desconsiderar os princípios que fundamentam seu sistema filosófico, aproximo-me da hermenêutica na qualidade método.

O termo método é, particularmente, utilizado aqui como lógica de justificação, e não apenas como uma técnica. Enquanto lógica de justificação, conforme Smith e Heshusius (1986), o método envolve pressupostos filosóficos básicos, os quais

[42] É importante ressaltar que, a palavra texto é interpretada metaforicamente na hermenêutica e, assim, não se restringe apenas ao seu sentido literal (MYERS, 2016). O foco da hermenêutica contemporânea, comenta Myers (2016) está no texto e nos análogos do texto. Em outros termos, a hermenêutica envolve a interpretação textual de documentos escritos, falas, imagens, e quaisquer outros modos de comunicação humana, sejam verbais ou não-verbais (MASON; MAY, 2020). Qualquer coisa pode ser concebida como um texto; logo, pode ser compreendida e interpretada de maneira similar a um texto escrito (MYERS, 2016).

direcionam a concepção de método como técnica. Essa última concepção de método é, frequentemente, associada à pesquisa científica empírica. A junção destes dois entendimentos de método possibilita a hermenêutica oferecer uma perspectiva metodológica congruente com a pesquisa interpretativa (PATERSON; HIGGS, 2005). Nas palavras Mason e May (2020, p. n.p.), a hermenêutica, "[...] no seu sentido mais fundamental [...]", "[...] está associada ao interpretativismo". A tarefa da hermenêutica é esclarecer as condições interpretativas em que a compreensão de um determinado fenômeno ocorre (GADAMER, 2004). É um desvelar dos horizontes de sentido dos fenômenos, considerando seus contextos linguísticos, sociais, culturais e históricos, no ímpeto de melhor compreender o mundo e as experiências humanas (CROTTY, 1998).

Existe uma multiplicidade de abordagens hermenêuticas[43], muitas vezes rivais entre si (MYERS, 2016). Nesta tese, ancorei-me na hermenêutica filosófica de Hans-George Gadamer. Os princípios da hermenêutica gadameriana, sobretudo os descritos em sua obra *Truth and Method*, fundamentaram os procedimentos metodológicos dessa RSL. Minha intenção nesta seção não é oferecer uma descrição detalhada e enriquecida do sistema filosófico-hermenêutico desse pensador, mas sim é informar alguns dos conceitos fundamentais de sua hermenêutica incorporados às diretrizes metodológicas da revisão sistemática de literatura.

A hermenêutica de Hans-George Gadamer adota um ponto de vista interpretativista, ao invés de uma perspectiva objetivista. A interpretação de um texto "[...] não está simplesmente posta lá fora esperando [ser percebida ou] [...] descoberta [pelo intérprete], [mas] é construída no processo de leitura" (CONNOLLY; KEUTNER, 1988, p. 17, tradução nossa). Gadamer (2004) não supõe a existência de uma única compreensão correta ou definitiva que possa ser alcançada, e sim está interessado no processo contínuo de desenvolvimento da interpretação do texto. O compromisso autêntico com a leitura requer consciência da natureza intersubjetiva do entendimento, de modo a promover um compromisso reflexivo com o texto (GADAMER, 2005).

[43] A hermenêutica é uma corrente filosófica permeada de contradições internas (CROTTY, 1998; BARRETT; POWLEY; PEARCE, 2011; MCCAFFREY; RAFFIN-BOUCHAL; MOULES, 2012; MUGANGA, 2015; VANLEEUWEN; GUO-BRENNAN; WEEKS, 2017; MASON; MAY, 2020). Para um esclarecimento das demais tradições de pesquisa hermenêuticas, sugiro a leitura dos seguintes textos: a) o capítulo 3 — intitulado de *Hermeneutic Paradigm* — de Patterson e Williams (2002); b) o artigo de Vanleeuwen; Guo-Brennan e Weeks (2017), especificamente, a seção denominada *Hermeneutic Principles Guiding International Research*; c) a seção intitulada *Types of hermeneutics* do capítulo *Hermeneutics and organization studies* de Myers (2016).

Apesar de a hermenêutica gadameriana estar enraizada na tradição interpretativa, ela oferece uma perspectiva metodológica capaz de transcender a polaridade entre as abordagens positivista e humanista (VLĂDUŢESCU, 2018). Gadamer (2004) argumenta que a compreensão de um texto envolve a fusão dos esquemas conceituais do texto e do intérprete. Ele rejeita o princípio central da ciência social interpretativa — i.e., a primazia epistemológica do sujeito conhecedor —, ao passo que nega, definitivamente, a injunção dos positivistas de ignorar o sentido dos sujeitos[44] (VLĂDUŢESCU, 2018).

O Anti-fundacionalismo de Gadamer oferece uma compreensão nova do projeto das ciências sociais, que define um tipo totalmente diferente de análise científica social (VLĂDUŢESCU, 2018). Em *Truth and Method*, abordagem da HG, comenta Hekman (1984), altera os termos nos quais o debate positivista-interpretativo foi fundado. Gadamer recusa a suposição de que nossa análise deve ser fundamentada em algum elemento indubitável da realidade social. Em consonância com isso, ele rechaça a suposição de que a verdade é a correspondência entre teoria e realidade. Em contraste, Gadamer argumenta que o preconceito e os julgamentos prévios informam todas as compreensões (HEKMAN, 1984).

A compreensão de um texto por meio do esquema interpretativo da HG permite que: as pesquisas organizacionais contornem um dos principais problemas das ciências sociais interpretativas (MYERS, 2016), ou seja, restringir a explicação de um texto as interpretações arbitradas pelo seu intérprete (HEKMAN, 1984). Ao rejeitar esse princípio básico das ciências sociais interpretativas, Gadamer fornece, precisamente, uma legitimação da integração dos conceitos dos textos com o esquema conceitual do intérprete (MYERS, 2016). A separação dualística entre o intérprete, enquanto sujeito conhecedor, e o objeto é inconsistente com os comprometimentos ontológicos — i.e., co-constituição da realidade — e epistemológicos — i.e., fusão de horizontes — da hermenêutica gadameriana (PATTERSON; WILLIAMS, 2002).

Em *Truth and Method*, Gadamer (2004) afirma que, a hermenêutica não é um método *per se*, mas um conjunto fluido de princípios orientadores que auxiliam a busca

[44] Para Gadamer (2004), os positivistas erram ao negar o papel do sujeito na constituição da ação. Já os cientistas sociais interpretativos falham em oferecer uma justificação convincente para a imposição do esquema conceitual do intérprete. A sua posição tem a vantagem de mostrar que, os horizontes do texto e do intérprete estão fundidos no processo de interpretação.

humana pela verdade no esquecimento oculto da linguagem. Esse filósofo concebe a linguagem como um *status* de pré-interpretação abrangente do mundo. Dá-se, portanto, que, ela é um elemento-chave para compreender a noção de interpretação contida em sua abordagem hermenêutica. A linguagem é um elemento que não pode ser substituído por nada, visto que a compreensão é sempre baseada nela (GADAMER, 2004). A experiência do ser humano no mundo dá-se a partir da linguagem. Como o mundo não é dado diretamente, é necessário, antes, interpretá-lo (BATISTA, 2012). À vista disso, a linguagem, "[...] não é apenas uma das posses do homem no mundo; pois depende do fato de que o homem tenha um mundo" (GADAMER, 1975, p. 401, tradução nossa). Na sua visão, a linguagem media a relação entre a natureza histórica finita da humanidade e do mundo. Ela é o mecanismo mediante o qual as pessoas podem entender a si mesmas e sua relação com os outros. Como "[...] a linguagem fala seu próprio ser; é uma estrutura ontológica universal" (GADAMER, 1975, p. 431, tradução nossa), a verdade dos objetos desvela-se na atividade da linguagem. Ela é, assim, a condição possível da verdade (GADAMER, 2004).

Na perspectiva gadameriana, a interpretação surge depois que o idioma é aprendido (MENDELSON, 1979; HELD, 2004). A interpretação[45] é uma condição fundamental dessa hermenêutica (VLĂDUŢESCU, 2018). Essa atividade inicia-se quando uma "[...] coisa se dirige a nós" (GADAMER, 2004, p. 298, tradução nossa). O ato de compreender envolve o processo de ser interpelado por algo. Para compreender o significado de uma coisa, enquanto texto, Gadamer (2004) sugere que devemos nos apropriar de seu significado. Elaboramos nosso próprio texto, baseado em nossas próprias interpretações das coisas. A esse respeito, uma das principais críticas à HG está relacionada ao seu caráter, excessivamente, subjetivista e relativista (MYERS, 2016). Dada nossa subjetividade na interpretação de textos, como evitar a possibilidade de sermos puramente relativistas?

Gadamer discorda dos fundamentos dessa crítica (SIMMS, 2015). Em resposta, uma das preocupações de seu sistema hermenêutico reside na justificação da veracidade da interpretação (OUTHWAITE, 1985). Ele rejeita a ideia de que o significado de um texto esteja, exclusivamente, contido nos sentimentos e julgamentos subjetivos do intérprete ou nas intenções do autor (GADAMER, 2005). A interpretação

[45] Para efeitos desta tese, os termos interpretação, entendimento e compreensão são utilizados de maneira intercambiável.

não é restrita a algo, simplesmente, reproduzido por um intérprete ao se deparar com o mundo na tentativa de compreendê-lo (BATISTA, 2012). O compreender não se restringe aos significados arbitrados pelo intérprete ao texto. Isso ocorre, em parte, devido à impossibilidade de acessar o significado pleno de um texto como foi, originalmente, pretendido pelo autor. O texto não possui um único horizonte de verdade, mas sim, a abertura para novos horizontes de interpretação. Na hermenêutica gadameriana, Palmer (1980, p. 216, tradução nossa) ressalta que, "[a]s chaves para interpretação não são a manipulação e o controle, mas sim a participação e a abertura, não é o conhecimento, mas sim a experiência, não é a metodologia, mas sim a dialética".

A interpretação, afirma Gadamer (2005), emerge do diálogo entre o intérprete e o texto em uma fusão de horizontes. A noção gadameriana de horizonte corresponde a uma metáfora de como percebemos e interpretamos a realidade (SIMMS, 2015), ou seja, denota "[...] o alcance da visão, que inclui tudo o que pode ser visto de um ponto de vista particular" (GADAMER, 2004, p. 301, tradução nossa). O horizonte tem, dessa maneira, uma conotação epistêmica (PALMER, 1980; OUTHWAITE, 1985; SIMMS, 2015). Essa noção sugere os limites que tornam uma perspectiva possível. O horizonte epistêmico alvitra a natureza situada em perspectiva do conhecimento, ao passo que enfatiza a abertura e dinamicidade dos horizontes do intérprete e do texto (GADAMER, 2004).

A importância do diálogo reside em seu poder dialético da questão e da resposta[46] entre esses dois horizontes (GADAMER, 2004). A dialética gadameriana de pergunta e resposta manifesta-se em uma espécie de uma interpelação mútua do intérprete com o texto (MASON; MAY, 2020). O dialogo promove uma experiência[47] que não é o resíduo de momentos isolados, mas sim um processo integrativo em curso em que o texto possui o potencial de amplificar nosso horizonte (GADAMER, 2004). A ampliação do horizonte próprio do intérprete só é possível se ele estiver preparado para dialogar com o texto, afirma Gadamer (2004).

[46] A dialética da pergunta e resposta "[...] permite que a relação da compreensão se manifeste como uma relação recíproca, semelhante à de uma conversação. É verdade que um texto não nos fala, como faria um tu. Somos nós, os que o compreendemos, os que temos de trazê-lo à fala, a partir de nós" (GADAMER, 2004, p. 370, tradução nossa).

[47] Gadamer utiliza o termo experiência para se referir "[...] a uma acumulação de compreensão que muitas vezes [é chamada de] sabedoria" (BATISTA, 2012, p. 108). Ao invés de ser um fluxo de percepções, o processo de conhecimento é um acontecimento derivado da experiência (PALMER, 1980).

A ideia principal do diálogo é que o intérprete permita que seus horizontes próprios sejam desafiados à medida que se envolve com o texto (GADAMER, 2005). O intérprete questiona o texto, sendo por este questionado com seu silêncio ou sua resposta. O horizonte do intérprete pode ser, inicialmente, estreito, permitindo uma compreensão muito limitada do horizonte do texto. No entanto, o envolvimento dele com um texto pode ampliar e, potencialmente, desafiar o seu horizonte inicial, assim como desvelar novos horizontes (SIMMS, 2015). O intérprete estende e projeta seu horizonte em direção ao texto, participando com seu próprio contexto e horizonte histórico. A fusão de horizontes proporciona uma abertura para mudar, inverter uma perspectiva que o intérprete possui do texto (REGAN, 2012). Essa fusão possibilita que a hermenêutica gadameriana legitime o esquema conceitual do intérprete, sem negar o papel constitutivo do texto (VLĂDUŢESCU, 2018).

Segundo Gadamer (2004), a verdadeira compreensão deriva da fusão de horizontes. É importante ressaltar que, para ele, a verdade é sempre provisional e dependente de um horizonte. O diálogo propicia o emergir de uma verdade, ao invés de a verdade, visto que se sobrepõe a qualquer método (REGAN, 2012). A esse respeito, Lawn (2010, p. 13, tradução nossa) escreve que:

> Para Gadamer, a verdade não é um método, mas simplesmente aquilo que acontece com no diálogo. Atos de interpretação são dialógicos, uma conversação constante, na tradição. O intérprete projeta o significado provisional, mas estes são desarranjados e redefinidos quando os próprios preconceitos do intérprete são questionados pelo horizonte do texto ou pelo parceiro no diálogo.

No contexto do diálogo entre o texto e o intérprete, Gadamer (2004) afirma que qualquer interpretação deve reconhecer a tradição, a historicidade, e os preconceitos do intérprete e do texto. Se toda interpretação pode ser expressa em texto — e, tal expressão refere-se à experiência —, então o conhecimento obtido dela pode ser verificável (GADAMER, 2004). As proposições verdadeiras, para Gadamer (2004), são aquelas obtidas por meio da interpretação de proposições conhecidas com certeza e, identificadas pelo princípio da consciência historicamente efetuada. Essa consciência define as condições de compreensão, pois envolve a exigência do reconhecimento da autoridade da tradição (TATIEVSKAYA, 2012).

A interpretação é uma cognição da verdade e deve ser correta, comenta Gadamer (2005). Um padrão de correção da interpretação é a tradição (GADAMER,

2004). Na hermenêutica gadameriana, a tradição remete a cultura e aos costumes que nos foram ensinados, geralmente, com a marca de alguma forma de autoridade (REGAN, 2012). É impossível interpretar algo desprovido da tradição. Ela transmite os interesses, os preconceitos, as questões e os problemas que condicionam as interpretações e, assim, estimulam o conhecimento (OUTHWAITE, 1985; TATIEVSKAYA, 2012). A tradição é o ponto de partida para compreensão (TATIEVSKAYA, 2012). Gadamer (2004) não endossa uma abordagem conservadora da noção de tradição. Não se deve afirmar cegamente sua totalidade. Apesar de reconhecer a impossibilidade de interpretar o mundo desvinculado dela; ele afirma que não devemos adotar uma postura acrítica em relação à tradição. A tradição fornece os subsídios para sua própria crítica, questionamento e mudança (PALMER, 1980).

Tradição e historicidade formam o alicerce e a condição do conhecimento (GADAMER, 2004). Na perspectiva gadameriana, “[...] o que somos e o modo como compreendemos o mundo dependem, fundamentalmente, das nossas tradições” e da nossa historicidade (BATISTA, 2012, p. 108). A resposta para questão da veracidade também reside nas considerações sobre a historicidade. Esse é um dos conceitos mais fundamentais da filosofia hermenêutica gadameriana (SIMMS, 2015). A historicidade implica que, como seres humanos, somos a nossa história (GADAMER, 2004). O conceito de historicidade implica que nossa compreensão de nós mesmos e dos outros ocorre em um contexto histórico, em que nosso próprio contexto e experiência informam nossa interpretação de qualquer tópico, assunto ou fenômeno (GADAMER, 2005; SIMMS, 2015). Na qualidade de método de pesquisa, essa abordagem hermenêutica é, particularmente, adequada para desenvolver novas interpretações, assim como desafiar as compreensões vigentes, sobre os fenômenos, enquanto “coisas” historicamente e temporalmente fundamentadas (HEKMAN, 1984; REGAN, 2012; MYERS, 2016).

A tradição representa uma “consciência histórica efetiva” constituída por uma comunidade linguística (GADAMER, 1975, p. 267, tradução nossa) A interpretação torna um determinado assunto inteligível em relação ao horizonte atual de entendimento. Uma interpretação bem-sucedida, no entanto, não apenas torna um assunto compreensível, mas também preserva o seu significado único (HELD, 2004). É neste sentido que, “[...] sempre ocorre uma fusão real de horizontes [...]” no processo de entendimento (GADAMER, 1975, p. 273, tradução nossa). O entendimento envolve

a interpretação do passado, aliado a "[...] algo como a aplicação do texto a ser entendida na situação atual do intérprete" (GADAMER, 1975, p. 274, tradução nossa). Em função da tradição mediar como o significado é criado e transmitido ao longo do tempo, as ações e expressões de uma pessoa só podem ser captadas, adequadamente, dentro de seus respectivos contextos (GADAMER, 2004).

A interpretação, explica Gadamer (2004), sempre envolve algum conhecimento prévio ou expectativa do que o texto aborda. Na hermenêutica gadameriana, o *praejudicium* é condição *sine qua non* de nossas tentativas de compreender um texto (REGAN, 2012; SIMMS, 2015; VLĂDUŢESCU, 2018). É, na opinião dele, um elemento universal da compreensão que, mesmo depois da reflexão do intérprete sobre um texto, continua sendo um preconceito. O termo *praejudicium* refere-se aos julgamentos prévios, pré-suposições, vieses, e preconceitos de tradições, sejam eles positivos ou negativos (GADAMER, 2004). Os preconceitos não se fundamentam, simplesmente, nas preferências pessoais de um intérprete, mas sim são, muitas vezes, alicerçados na tradição e na historicidade (LAWN, 2010).

Os *praejudicium* são, para Gadamer (2004), antecipações da abertura do Ser humano para o mundo, que possibilitam a interpretação do texto. Ele argumenta que a tarefa crítica da hermenêutica reside na distinção dos "[...] preconceitos verdadeiros, [que somos capazes de entender] [...], dos falsos que entendemos de maneira equivocada" (GADAMER, 2004, p. 298, tradução nossa). A suspensão do *praejudicium* é, enfatiza o filósofo, necessária para compreender um texto. Isso não significa "colocar entre parênteses" nossos preconceitos e julgamentos prévios, mas sim estar ciente de nossa própria historicidade (GADAMER, 2004). O intérprete desempenha um papel ativo na compreensão do texto, isto é, na produção de sentido durante processo de análise do texto (NICHOLSON, 1984). Ele deve ser cognoscente de suas próprias visões e preconceitos, com vias a entender como afetam à maneira que ele interpreta um texto ou dá sentido ao mundo (REGAN, 2012). Isso remete a duas condições restritivas na interpretação de um texto: a) impossibilidade de abordar um texto e extrair dele uma leitura, totalmente, inocente e neutra; b) impraticabilidade de apreender a totalidade da perspectiva de seu horizonte (PATTERSON; WILLIAMS, 2002). Ao reconhecer esses limitantes, o intérprete deve submeter seu *praejudicium* a um escrutínio crítico, comenta Gadamer (2004). É preciso haver um diálogo, um engajamento crítico do intérprete com o texto, para que qualquer interpretação aconteça (MYERS, 2016).

Consoante a hermenêutica gadameriana, “[...] todo texto precisa ser interpretado dentro de um contexto mais amplo, e que o processo de compreensão de um texto é circular, indo e voltando entre as partes e o todo” (BARRETT; POWLEY; PEARCE, 2011, p. 184, tradução nossa). Uma das doutrinas fundamentais da hermenêutica filosófica de Gadamer é o círculo hermenêutico (VANLEEUWEN; GUO-BRENNAN; WEEKS, 2017). Ele remete aos elementos da estrutura ontológica da compreensão (SIMMS, 2015), uma das condições básicas de interpretação de um texto (GRONDIN, 2016).

A metáfora heiddegeriana do círculo hermenêutico é utilizada “[...] para descrever a experiência de se mover dialeticamente entre as partes e o todo” (KOCH, 1996, p. 176, tradução nossa). A ideia do círculo, observa Gadamer (1988), refere-se à dialética entre a compreensão do texto em sua totalidade e a interpretação de suas partes, em que as descrições são guiadas por explicações antecipadas. O círculo remete a um processo colaborativo, cíclico e interpretativo em que o intérprete e o texto alcançam uma fusão de horizontes e, assim, o primeiro adquire uma compreensão mais profunda do segundo (PATTERSON; WILLIAMS, 2002). Como ele escreve, “[é] uma relação circular [...]. A antecipação de sentido em que o todo é vislumbrado torna-se compreensão explícita de que as partes, determinadas pelo todo, também o determinam” (GADAMER, 2004, p. 291, tradução nossa).

No círculo hermenêutico, o movimento de compreensão é, constantemente, do todo para a parte e de volta para o todo (GADAMER, 1988). Só podemos entender as partes de um texto, ou qualquer corpo de sentido, a partir de uma ideia geral de seu todo. Assim como, só é possível obter o conhecimento do todo por meio da apreensão de suas partes. Como Crotty (1998, p. 92, tradução nossa) afirma, a compreensão do “[...] todo [é obtida] pela compreensão de suas partes e, [portanto] a compreensão do sentido das partes predizem o todo”. As reivindicações de conhecimento sobre o sentido do todo de um texto são apoiadas por evidências fornecidas pelo conhecimento dos sentidos de suas partes. Os elementos individuais de um texto são apoiados e justificados em termos do conhecimento do sentido da estrutura do todo (CROTTY, 1998).

De acordo com a lógica desse círculo, toda interpretação envolve um movimento de vai-e-vem entre uma compreensão projetada do significado do texto como um todo e uma interpretação mais específica de uma passagem ou sequência de ação isolada (GADAMER, 1970). A dialética parte-e-todo — ou a adequação de

interpretações individuais a antecipações mais gerais — é, para Gadamer e Habermas, central para o processo de comunicação. O investigador social, sustenta esse autor Gadamer (1975), deve realizar uma interpretação inicial do significado de um texto, por exemplo, como um todo. Por meio de reflexão, a interpretação conjecturada pode ser revisada e desenvolvida. O processo hermenêutico envolve, continuamente, a compreensão das partes em termos de um sentido conjecturado do todo, com vias alterar o todo à luz do melhor conhecimento das partes (GADAMER, 1975). Uma unidade de sentido pode ser alcançada se, e somente se, o conhecimento detalhado das partes puder ser integrado, sem ser reduzido pelo objeto/assunto em questão (GADAMER, 1975).

A seguir, evidencio a noção de análise temática reflexiva e seu alinhamento com a revisão sistemática de literatura, de cunho hermenêutico.

3.3 A ANÁLISE TEMÁTICA REFLEXIVA

Na qualidade de método analítico-qualitativo, a Análise Temática Reflexiva foi direcionada à identificação, organização e interpretação de padrões dominantes de significado, em um *corpus* de estudo, sobre um fenômeno particular, a partir de análise textual de documentos (BRAUN; CLARKE, 2006b; BRAUN; CLARKE, 2019). A ATR é caracterizada por dois aspectos complementares: a) flexibilidade teórica; b) independência de quaisquer estruturas paradigmáticas relacionadas às abordagens qualitativas de pesquisa (TERRY *et al.*, 2017). Esses aspectos possibilitam a aplicação desse método em uma variedade de estruturas teóricas e questões de pesquisa, que se relacionam às diversas perspectivas ontológicas, epistemológicas, metodológicas e axiológicas (TERRY *et al.*, 2017) (BRAUN *et al.*, 2019).

A maleabilidade da ATR não implica que seja desprovida de procedimentos metódicos para garantir um envolvimento rigoroso com os documentos (TERRY *et al.*, 2017) e, assim, produzir compreensões significativas sobre os fenômenos (NOWELL *et al.*, 2017). As orientações e práticas da ATR ajustam-se as especificidades das suposições paradigmáticas, subjacentes à produção de conhecimento, do *design* das pesquisas (BRAUN; CLARKE, 2019). A plasticidade da análise temática reflexiva facultou sua articulação com a RSL em conjunto com a abordagem hermenêutica. Os pressupostos onto-epistemológicos e axiológicos pertencentes à revisão configurativa e a hermenêutica gadameriana moldaram os procedimentos da ATR nesta tese.

A conformidade da ATR com a revisão configurativa, como sugiro aqui, está alicerçada na possibilidade de conduzir processos de representação e análise de um conjunto de dados textuais (TERRY *et al.*, 2017) em pesquisas de caráter qualitativo-interpretativista (BRAUN; CLARKE, 2013), cuja orientação seja, parcialmente, indutiva (BRAUN; CLARKE, 2006b). Similar a RC, os procedimentos da ATR fornecem uma descrição rica, detalhada e complexa de temas predominantes ou importantes sobre um fenômeno, que emergem da análise textual do conteúdo dos documentos pertencentes a um *corpus* de pesquisa (BRAUN; CLARKE, 2012; BRAUN *et al.*, 2019). Os padrões de significado compartilhado fornecem os subsídios para o desenvolvimento de temas, referentes ao fenômeno investigado. Os temas são entidades ou ideias abstratas, organizadas em torno de um conceito ou noção central (BRAUN; CLARKE; RANCE, 2014; BRAUN *et al.*, 2019).

Outro ponto de convergência entre a ATR e a RC reside na orientação *data-driven* de seus processos analíticos. A análise é, inicialmente, fundamentada nos dados contidos nos documentos, operando de “baixo para cima”, para identificar e construir o significado de um texto (TERRY, *et al.* 2017). Em ambos os casos, o conteúdo dos documentos correspondem ao ponto de partida para reconhecer e, assim, interpretar os agrupamentos potenciais de significado padronizado, ao invés de conceitos e teorias existentes (BRAUN; CLARKE, 2019; BRAUN *et al.*, 2019).

A ATR é, como argumento aqui, alinhada aos pressupostos da hermenêutica gadameriana no que se refere: a) a centralidade na subjetividade do pesquisador e seu papel ativo no processo de construção do conhecimento, b) ao reconhecimento de realidades múltiplas, c) aos processos analíticos de caráter orgânico e recursivo, d) a importância da reflexão profunda, e) a abertura para novidade e, f) ao fato do significado ser contextualizado e situado (BRAUN; CLARKE, 2006b; 2013; BRAUN *et al.*, 2019).

Apliquei as diretrizes e as fases da ATR para construir um sistema de organização de dados, para fins de análise textual das publicações constituintes do *corpus* de pesquisa desta RSL. O propósito desse sistema foi o de estruturar os procedimentos de interpretação dos conteúdos das publicações, com vias a promover uma compreensão holística do *modus operandi* de importação de teorias estrangeiras no domínio da Teoria das Organizações.

Na próxima seção, explico minha proposta de articulação das etapas da revisão configurativa com os princípios da hermenêutica gadameriana e, assim, seus entrelaçamentos com as fases da análise temática reflexiva.

3.4 MINHA PROPOSTA METODOLÓGICA DE REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA

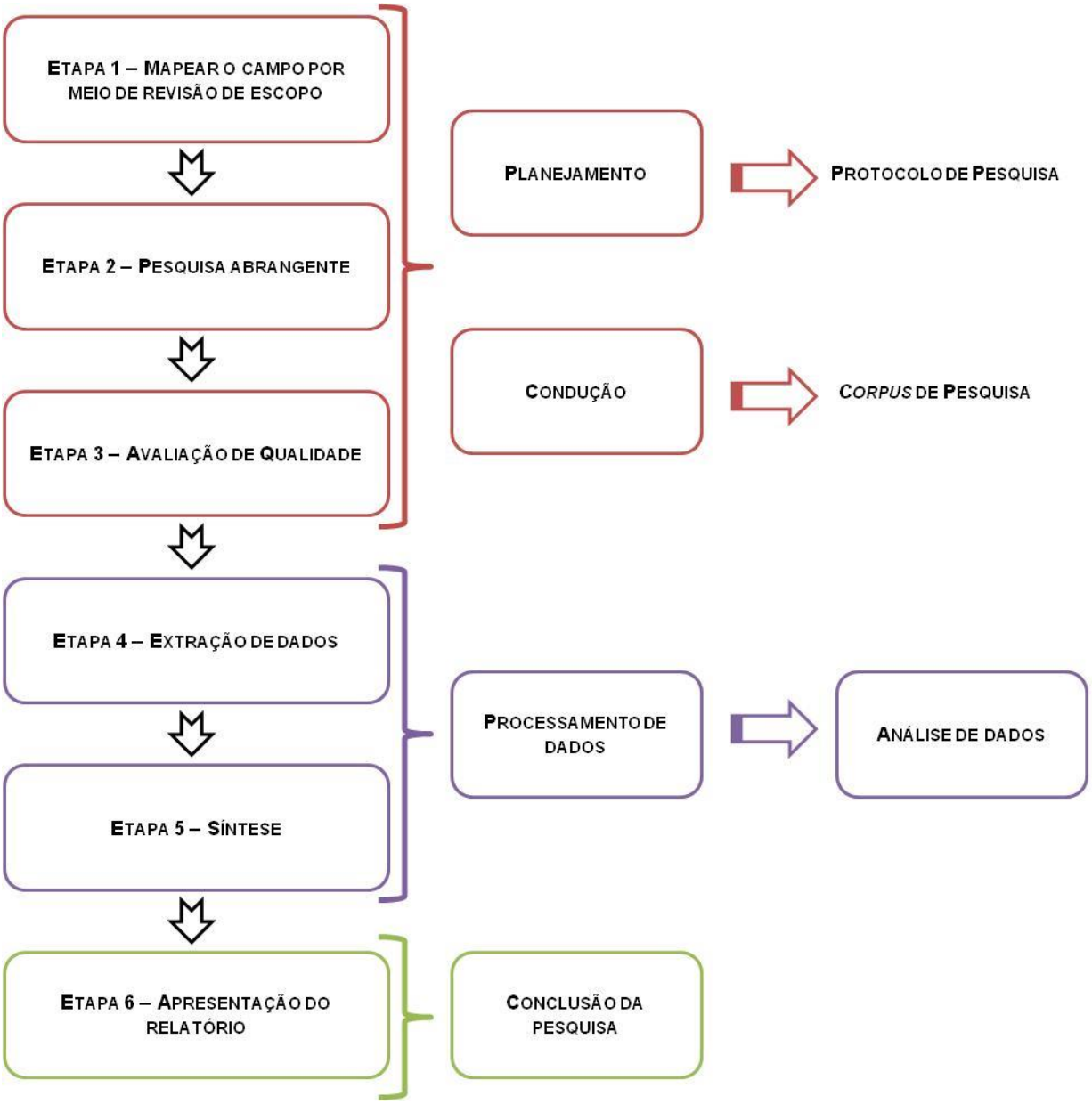
Os procedimentos metodológicos desta RSL foram inspirados nas etapas propostas de Jesson, Matheson e Lacey (2011) e Kitchenham e Charters (2007). A execução desta revisão compreendeu 06 etapas: Etapa 1 — Mapear o campo por meio de revisão de escopo; Etapa 2 — Pesquisa abrangente; c) Etapa 3 — Avaliação de qualidade; Etapa 4 — Extração dos dados; Etapa 5 — Síntese; Etapa 6 — Conclusão. A Figura 1 exibe as etapas da revisão sistemática de literatura de Jesson, Matheson e Lacey (2011) e seus correlatos na proposição de Kitchenham e Charters (2007).

Como pode ser observado na Figura 1, as Etapas 1, 2 e 3 corresponderam ao planejamento e condução da RSL. O planejamento objetivou configurar o protocolo de pesquisa desta revisão. Esse foi composto pelas questões de pesquisa, as *strings* de busca, os métodos de busca, as fontes de pesquisa, os critérios de inclusão e exclusão de documentos, e os critérios de avaliação da qualidade das publicações. A condução envolveu a: a) execução das *strings* de busca nas bibliotecas digitais selecionadas, com vias a recuperar estudos primários para a revisão; b) aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, com vias a selecionar os estudos relevantes a serem incorporados na revisão, consoante os propósitos da pesquisa; e, por fim, c) avaliação da qualidade das publicações, no ímpeto de determinar quais delas compuseram o conjunto final de publicação a ser analisado nas Etapas 4 e 5.

A condução, como sugiro aqui, referiu-se aos procedimentos de construção de um *corpus* de pesquisa. A noção de *corpus* remete a um conjunto finito de materiais selecionados, de maneira arbitrária, acerca de um fenômeno, para atender determinados fins (SARDINHA, 2000; BAUER; AARTS, 2008). É importante ressaltar que essas etapas, consoante os desenhos originais de Jesson, Matheson e Lacey

(2011) e Kitchenham e Charters (2007), não contemplam a constituição dos *corpora*[48] nas RSLs.

Figura 1 (3) — Etapas da Revisão Sistemática de Literatura



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos textos de Jesson, Matheson e Lacey (2011) e Kitchenham e Charters (2007).

[48] Na opinião de Bauer e Aarts (2008) e Hasko (2013), o *corpus* é um princípio norteador da pesquisa qualitativa, particularmente, por conferir rigor e credibilidade ao seu procedimento de coleta de documentos, a composição dos materiais a serem analisados e, por fim, aos achados de uma investigação. Inspirado nas recomendações de Bauer e Aarts (2008), Minayo (1998), Sardinha (2000) e Sinclair (1991), incorporei as diretrizes de elaboração de um *corpus* no desenho da RSL, a saber: a) representatividade; b) extensividade; c) relevância. As noções desses três critérios e suas respectivas aplicações na RSL estão descritas ao longo das seções deste capítulo.

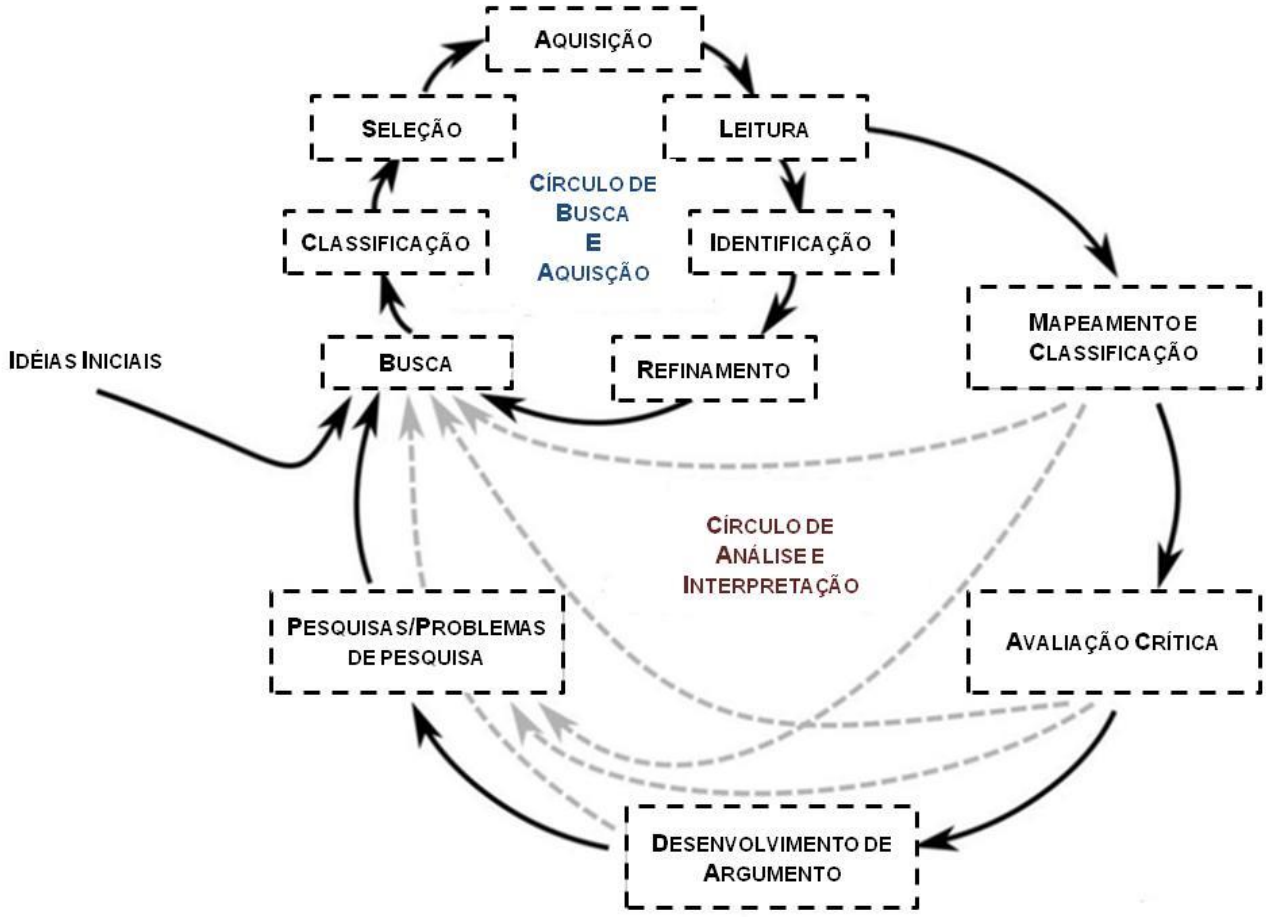
As Etapas 4 e 5 remeteram ao processamento e análise do *corpus* de pesquisa, respectivamente. Os estudos selecionados, enquanto informações brutas, precisaram ser processados — i.e., extração de informações, para fins de análise — i.e., produção de síntese, no ímpeto de responder às perguntas da revisão. Por fim, a Etapa 6 referiu-se à divulgação dos resultados, ou seja, a conclusão do estudo.

Sob a égide dos princípios da hermenêutica gadameriana, a racionalidade aplicada sobre as etapas dessa revisão foi de ordem não-linear, logo circular. Em termos operacionais, incorporei a estrutura hermenêutica para revisões de literatura, sugerida por Boell e Cecez-Kecmanovic (2010; 2014), nas 06 etapas da RSL, consoante Figura 1. Em seu formato original, essa estrutura é composta por círculos hermenêuticos, a saber: a) o círculo de busca e aquisição — i.e., CBA; b) o círculo de análise e interpretação — i.e., CAI (BOELL; CECEZ-KECMANOVIC, 2014). Esses círculos estão, para os autores, mutuamente interligados. A Figura 2 exibe os círculos, suas respectivas atividades, e a dinâmica entre elas. A circularidade do processo hermenêutico do CBA e do CAI é representada por setas tracejadas que correspondem aos movimentos de idas e vindas entre as atividades de cada círculo. Como afirmam Boell e Cecez-Kecmanovic (2014), a compreensão de um documento é alcançada através de várias iterações nesses círculos. No ímpeto de tornar possível essa articulação, precisei adaptar tal estrutura hermenêutica para contemplar as referidas etapas na lógica dos círculos.

Sugiro que, as Etapas 1 e 2 da RSL estão localizadas no círculo de busca e apreensão — i.e., CBA. Essas duas etapas demandaram, necessariamente, a consecução de todas as atividades desse círculo. Isso correspondeu a voltas completas no CBA. A Etapa 1 inicia-se com a atividade de ideias iniciais, as quais me possibilitaram adentrar no CBA. Subsequentemente, foram executadas as atividades de busca[49], classificação, seleção, aquisição, leitura, identificação e refinamento. A lógica não-linear da estrutura hermenêutica favoreceu a ocorrência frequente de atalhos entre as atividades dos CBA, durante o processo de revisão sistemática da literatura. Na Etapa 1, a realização das atividades do CBA teve um caráter preliminar, objetivando viabilizar o mapeamento de escopo da temática/fenômeno investigado.

[49] Em seu artigo, Boell e Cecez-Kecmanovic (2014) utilizam o termo *Search*. Na língua portuguesa, este pode ser traduzido como busca ou pesquisa. Para efeitos desta tese, optei por utilizar a palavra busca. Este componente *Search* refere-se ao processo de encontrar — nas fontes de pesquisa — estudos que, potencialmente, pode compor o *corpus* desta RSL.

Figura 2 (3) - Círculos hermenêuticos



Fonte: Adaptado de Boell e Cecez-Kecmanovic (2014).

No CBA, a leitura de orientação ou orientativa[50] norteou meus esforços de compreensão dos conteúdos das publicações primárias eliciadas do processo de busca na Etapa 1. Conforme as recomendações Boell e Cecez-Kecmanovic (2014), o intuito dessa leitura é obter uma compreensão inicial e abrangente do fenômeno de interesse. A leitura orientativa dos estudos primários nessa etapa revelou a necessidade de conduzir uma nova busca, a qual promoveu iterações subsequentes no CBA. Isso permitiu-me localizar publicações adicionais que, inicialmente, não foram contempladas no processo de busca. Essa etapa possuiu um caráter estruturante dos parâmetros do protocolo de execução da RSL. Com base nas informações extraídas das publicações analisadas, de maneira preliminar, nessa etapa, elaborei a pergunta

[50] A leitura é, conforme Boell e Cecez-Kecmanovic (2014), a atividade-chave para desenvolver uma compreensão do texto. Para eles, existem dois tipos diferentes, porém complementares, de leitura, a saber: orientativa e analítica.

de pesquisa da revisão e as *strings* de buscas. A Etapa 1 nutriu e direcionou à condução da Etapa 2.

Em termos processuais e lógicos do CBA, a Etapa 2 percorreu as mesmas atividades da Etapa 1, com exceção das ideias iniciais. A Etapa 2 distinguiu-se da Etapa 1 em quatro aspectos: a) ponto de partida; b) propósito; c) níveis de profundidade e de análise empregados; d) ordem de realização das atividades. A Etapa 2 teve início com o processo de busca. Esse correspondeu a aplicação das *strings* de busca, construídas na Etapa 1, nas fontes de pesquisa selecionadas. Em seguida, procedi com a extração — i.e., aquisição — das publicações, que emergiram dos métodos de busca. Todas as publicações recuperadas foram lidas e, concomitantemente, classificadas. Nessa etapa, a classificação individual dos estudos ocorreu por meio dos critérios de inclusão e exclusão. A princípio, esses critérios foram aplicados durante a leitura orientativa de cada estudo. No tocante a leitura orientativa, alguns elementos textuais — como, por exemplo, título, *abstract*, introdução e conclusão — possibilitaram a inclusão ou a exclusão de estudos. Nos casos em que a leitura desses elementos textuais não foi suficiente para classificar as publicações, fez-se necessário incorrer em uma leitura do conteúdo completo dos estudos remanescentes.

Similar a Etapa 1, a Etapa 2 também promoveu a identificação de novos estudos, termos, conceitos, fontes de informação, autores, e publicações relevantes para compreensão do fenômeno investigado nesta tese. Isso auxiliou no refinamento de informações a serem acopladas nas estratégias de busca. A leitura das publicações serviu para aprimorar os métodos de busca. Cada nova incursão de busca viabilizou uma melhor identificação das publicações relevantes para esta revisão. Foram conduzidos dois processos de busca, aquisição, leitura, classificação e seleção de publicações nessa etapa. A necessidade de conduzir novas buscas foi revelada durante a leitura e o refinamento das publicações. A construção do *corpus* de pesquisa não foi, dessa maneira, um empreendimento estático, mas sim, uma totalidade em marcha, que sofreu modificações a cada novo encontro com publicações relevantes. Na Etapa 2, o processo de classificação, por vias desses critérios, ensejou a seleção de um pequeno conjunto de publicações primárias, potencialmente, pertinentes para os fins desta RSL. Isso representou um refinamento da totalidade de estudos recuperados no processo de busca nas fontes de pesquisa. Esse conjunto foi analisado *a posteriori* na Etapa3.

A Etapa 3 foi conduzida após a finalização da Etapa 2. A terceira etapa está inserida no CBA. Em contraste com às duas etapas anteriores, a Etapa 3 não requer, necessariamente, uma “volta completa” no círculo. Seu início está vinculado à atividade de leitura, que remete às atividades de classificação e seleção. Nessa etapa, os estudos primários, previamente, selecionados do conjunto de publicações na Etapa 2, foram classificadas, individualmente, com base nos critérios de qualidade estabelecidos. Para aplicar esses critérios, precisei conduzir uma rodada de leitura analítica em cada uma dessas publicações. De acordo com Boell e Cecez-Kecmanovic (2014), essa leitura visa interpretar e compreender, em profundidade, o conteúdo dos estudos identificados em uma RSL. Tal leitura oportunizou a obtenção de um entendimento holístico de cada publicação, seu foco e objetivos, questões de pesquisa abordadas, abordagem e metodologia adotada, conceitos e teorias usados, evidências oferecidas, principais afirmações de conhecimento, e contribuições do estudo. O produto da Etapa 3 foi o estabelecimento de um segundo conjunto de publicações relevantes, selecionadas para análise na Etapa 4. Esse conjunto de publicações constituiu o *corpus* de pesquisa desta RSL. A Etapa 3 correspondeu a “porta de entrada” do círculo de análise e interpretação.

As Etapas 4, 5 e 6 estão situadas no CAI. Similar as atividades do CBA, a influência da lógica não-linear na estrutura hermenêutica do CAI possibilitou a existência de atalhos processuais entre suas atividades. A atividade de mapeamento e classificação dos estudos primários na Etapa 4 teve início com a leitura analítica da lista final de publicações primárias selecionadas na Etapa 3. Na quarta etapa, os estudos foram, a princípio, lidos individualmente e, em seguida, seus conteúdos foram, gradualmente, comprados e contrastados entre si. Essa leitura demandou uma imersão com as publicações, visando apreender entendimentos mais profundos dos textos dos estudos constituintes do *corpus* de pesquisa.

A leitura na Etapa 4 foi acompanhada pela atividade de avaliação crítica dos estudos primários. Enquanto a leitura analítica corresponde a uma leitura crítica de cada publicação e suas relações umas com as outras, a avaliação crítica analisou o estado do conhecimento relacionado ao problema/fenômeno/tópico estudado (BOELL; CECEZ-KECMANOVIC, 2014). A avaliação crítica do *corpus* de pesquisa desta RSL objetivou demonstrar a) a existência de lacunas na literatura referente a temática/fenômeno em questão; b) a negligência de certos aspectos dos fenômenos; c) inconclusões e contradições nas publicações; d) inadequações do conhecimento

relacionado ao problema em questão (ALVESSON; SANDBERG, 2011). Essa atividade não apenas revelou os significados inerentes ao ou construído sobre o conteúdo das publicações, mas também estabeleceu e avaliou criticamente esse conteúdo. Isso facilitou o emergir de novas compreensões capazes de ampliar o horizonte do corpo de conhecimento existente, como também desafiar os possíveis significados desse horizonte (BOELL; CECEZ-KECMANOVIC, 2014).

As atividades de mapeamento e classificação e de avaliação crítica foram pautadas pelo meu *praejudicium* que me auxiliou a conferir sentido às publicações, a ponto de desafiar seus sentidos prévios. Essas duas atividades favoreceram a fusão de horizontes, isto é, o estabelecimento de um diálogo entre meu horizonte e o horizonte dos estudos primários. Isso propiciou à ampliação do meu horizonte, assim como forneceu a base para desenvolver novas perspectivas sobre o *corpus* de pesquisa (BOELL; CECEZ-KECMANOVIC, 2014). O resultado da extração de informações na Etapa 4 direcionou a continuidade da avaliação crítica das publicações na Etapa 5. Essa atividade correspondeu a síntese dos estudos primários da RSL. Essa avaliação promoveu uma análise mais ampla do que é conhecido, de como o conhecimento é adquirido e produzido, da utilidade de seus diferentes modos para compreender e explicar o problema de interesse da tese, e dos limites existentes nos conhecimentos contidos nos argumentos dos documentos.

A finalização da avaliação crítica — i.e., síntese — das publicações foi seguida pela atividade de desenvolvimento do argumento (BOELL; CECEZ-KECMANOVIC, 2014). Essa atividade correspondeu a Etapa 6 da RSL, localizada no CAI. O propósito dessa atividade foi apresentar o desfecho de minhas reflexões sobre o atual estado de conhecimento relativo ao *modus operandi* de importação de teorias estrangeiras na literatura de Teoria Organizacional. Essa atividade direcionou-me a indagar a razoabilidade das suposições, dos argumentos e das justificativas utilizados nos estudos primários. Isso permitiu-me identificar e problematizar as lacunas existentes na literatura de TO acerca do fenômeno em questão. A esse respeito, elucido minhas alegações pertinentes à importância de preencher as lacunas detectadas, com a finalidade de desenvolver conhecimentos inéditos sobre o fenômeno e o problema de pesquisa investigados nesta revisão.

Os procedimentos da análise temática reflexiva — i.e., ATR — foram conduzidos nas atividades de mapeamento e classificação e de avaliação crítica, realizadas nas Etapas 4 e 5 da RSL. Utilizei o processo de seis fases da ATR para

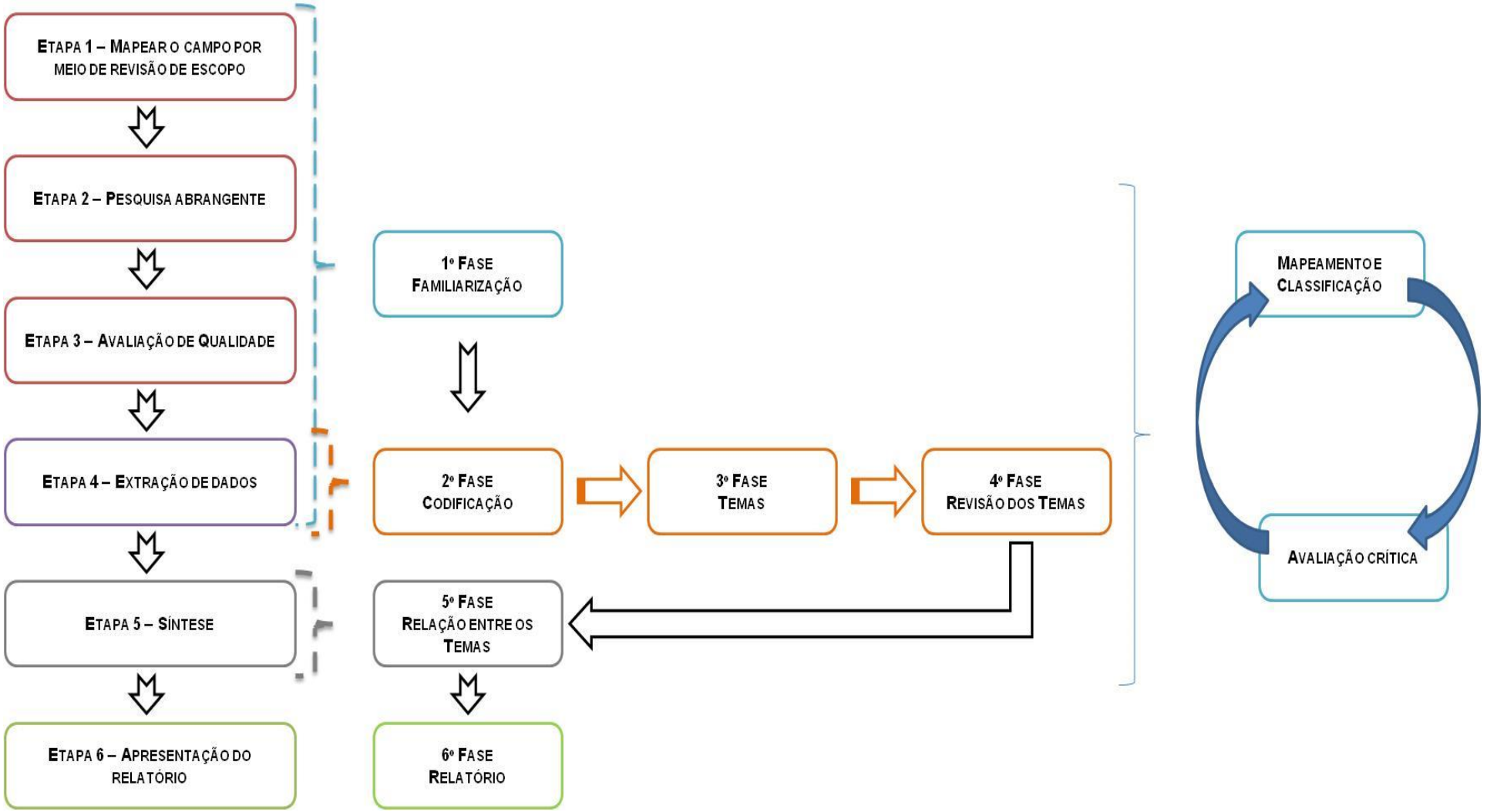
analisar o corpus de pesquisa: a) familiarização; b) codificação[51]; c) construção, revisão e definição dos temas; d) produção do relatório. Consoante as recomendações de Braun e Clarke (2006a; 2012), Braun *et al.* (2017) e Clarke *et al.* (2019), o processo analítico da ATR deve ser executado de maneira interativa, reflexiva e recursiva. Similar a circularidade requerida na análise hermenêutica, foi preciso realizar movimentos de idas e vindas entre essas fases. A Figura 3 ilustra como as orientações e diretrizes da Análise Temática Reflexiva foram incorporadas as etapas da RSL e aos procedimentos analíticos da estrutura dos círculos hermenêuticos.

A primeira fase da ATR correspondeu ao processo de familiarização com o conteúdo das publicações primárias recuperadas e selecionadas para leitura na RSL, durante incurso no CBA. Essa fase teve início na leitura de orientação conduzida nas Etapas 1 e 2, na leitura analítica realizada na Etapa 3, e estendeu-se até a Etapa 4, conforme Figura 3. A familiarização, consoante Terry *et al.* (2017), é o ponto de entrada para análise e interpretação dos documentos de um *corpus*. Correspondeu ao processo de imersão inicial dos estudos primários para obter *insights* acerca de seus conteúdos, fornecendo uma base sólida para interrogar e, assim, "conhecer" os horizontes do fenômeno investigado. Seguindo as recomendações de Braun e Clarke (2006a), não visei rótulos formais aos conteúdos das publicações primárias, mas sim sondar o que havia de interessante nelas, desvelando suas possibilidades de compreensão e conexões, sobre os *frameworks* de importação de teorias estrangeiras na Teoria Organizacional.

Adotei três estratégias, recomendadas por Braun e Clarke (2019), para conectar-me e, assim, engajar com os textos: a) li repetidas vezes os seus conteúdos; b) fiz anotações casuais de ideias iniciais sobre itens de dados individuais e de todo o conjunto de dados; c) atentei para o novo e o inédito nas publicações; d) elaborei questões amplas sobre a intencionalidade encapsulada neles. O intuito dessa fase foi explorar e, dessarte, conferir sentido incipientes às ideias que surgiriam de minhas interações com os estudos primários.

[51] As expressões codificação e rotulação são utilizados de forma intercambiável nesta tese. De maneira análoga, os termos códigos e rótulos são usados como sinônimos.

Figura 3 (3) — Conexão das Etapas da RSL e do CAI com as fases da ATR



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

A segunda fase remeteu ao processo de codificação de cada um dos estudos selecionados para compor o *corpus* de pesquisa. Essa fase tese início na Etapa 4 da RSL e consistiu em atribuir, de maneira sistemática, sucinta, rigorosa e abrangente, rótulos — i.e., códigos — aos segmentos significativos de todo o conjunto de estudos primários do *corpus* dessa RSL (BRAUN *et al.*, 2017; TERRY *et al.*, 2017). Um segmento significativo corresponde aos fragmentos/trechos, compreensíveis por si só, de um documento, que detém informações relevantes para compreender certas facetas do fenômeno de interesse (PATTERSON; WILLIAMS, 2002; BRAUN *et al.*, 2019).

O processo de codificar objetivou estabelecer rótulos claros e concisos capazes de capturar e conferir sentido a cada um desses segmentos — enquanto partes individualizadas — identificados nos documentos (BRAUN; CLARKE, 2012). Na codificação, conforme as diretrizes de Braun e Clarke (2006a), os segmentos foram organizados em torno de significados semelhantes e seus conteúdos reduzidos em pedaços agrupados de texto, que auxiliaram a estrutura-los em torno de padrões de significado, desenvolvidos em fases posteriores. No tocante as atividades do CAI, o ato de codificar foi incorporado as atividades de mapeamento e classificação e de avaliação crítica da Etapa 4 da RSL.

Alinhado com o desenho metodológico e a abordagem hermenêutica desta RSL, adotei uma orientação, parcialmente, indutiva à codificação (TERRY *et al.*, 2017). Com base nos cânones da hermenêutica, o processo de codificação foi conduzido com base na estrutura conceitual[52] do meu horizonte. Esse horizonte foi composto pelo *praejudicium*, tradição e situação histórica. Esse horizonte esteve presente na seleção e, assim, composição dos segmentos significativos das publicações. Na Etapa 4, utilizei dois processos de codificação, recomendados por Terry *et al.* (2017), para mapear, classificar e avaliar criticamente as publicações primárias: a) semântica ou descritiva; b) latente ou interpretativa.

O caráter da codificação semântica é aberto e provisório (BRAUN; CLARKE, 2012). Enquanto processo orgânico, interativo e flexível, esse processo de rotulação demandou uma imersão e envolvimento contínuo com o conteúdo dos documentos (TERRY *et al.*, 2017). Os rótulos descritivos refletiram o sentido explícito dos

[52] Essa estrutura corresponde aos conceitos, teorias, métodos, epistemes, ontologias e valores, por exemplo, que orientam a busca do pesquisador pelo entendimento do fenômeno de interesse (PATTERSON; WILLIAMS, 2002).

segmentos significativos formulados a partir do corpo do texto dos estudos primários (BRAUN; CLARKE, 2012; TERRY *et al.*, 2017; BRAUN *et al.*, 2019). Esses códigos oportunizaram interpretações superficiais do sentido denotativo do conteúdo dos documentos analisados (BRAUN *et al.*, 2019). Não houve, portanto, uma preocupação de estabelecer as relações e/ou os padrões existentes entre os segmentos significados de uma publicação em particular, ou entre os estudos primários. O objetivo foi oferecer um resumo descritivo construído em torno do que foi dito em cada um dos segmentos, refletindo seus significados. Esse é o nível do dito, comenta Patterson e Williams (2002).

Com a finalização do processo de codificação semântica dos estudos primários integrantes do *corpus* de pesquisa, iniciei a codificação latente das unidades de sentido. No processo de codificação latente, os códigos captaram um nível de significado mais profundo, implícito ou conceitual — como, por exemplo, ideias, conceitos, ou suposições —, que não estava, explicitamente, declarado no conteúdo dos dados. Na atividade de mapeamento e classificação, a leitura analítica favoreceu o nível de imersão requerido para codificação interpretativa. A unidade diz respeito a um grupo de sentenças que expressa uma ideia completa e, suficientemente, coerente de parte do fenômeno. Essas unidades correspondem a uma concepção específica e focada de algo ou a uma posição mais abrangente composta de muitas alegações relacionadas entre si (PATTERSON; WILLIAMS, 2002). Uma alegação é uma asserção proferida com “[...] a intenção de dizer algo que é ou verdadeira, ou falsa [...]” (BONJOUR; BAKER, 2010, p. 24). Nesta RSL, considerei que as unidades de sentido carregam consigo “verdades”, promulgadas pelo horizonte do texto, sobre um fenômeno. Com isso, foi possível analisar o valor verdade das proposições dessas unidades.

Após a codificação de todas as unidade de sentido, foi gerada uma lista compilada de códigos, como sugerem Clarke *et al.* (2019). Essa lista permitiu-me identificar, adequadamente, tanto a padronização, quanto a diversidade de significados relevantes presentes nas unidades. Similar ao procedimento conduzido nos segmentos significativos, as unidades foram organizadas conforme seus códigos latentes. Em distinção aos segmentos, as unidades individuais de diferentes estudos puderam ser agrupadas em rótulos temáticos. Essa foi a última incumbência da segunda fase.

A terceira fase correspondeu a construção de temas e subtemas potenciais respaldados na análise das unidades de sentido codificadas na fase anterior. Essa fase ainda está relacionada a Etapa 4 da RSL, consoante Figura 3. O desenvolvimento de temas objetivou de construir e identificar padrões nos estudos primários analisados, consoante os direcionamentos de Braun e Clarke (2006a). Para tal, combinei os códigos foram combinados, agrupados ou excluídos para formar temas potenciais. Os temas — ou rótulos temáticos — correspondem aos padrões de significado evidenciados de forma explícita ou conceitual nas unidades (TERRY *et al.*, 2017). Os temas são, frequentemente entidades ou ideias abstratas, que capturam significados implícitos — e, por vezes, significados explícito e concretos — nas unidades de significado (BRAUN *et al.*, 2019).

Similar aos códigos, a construção de temas é um processo subjetivo e interpretativo (TERRY *et al.*, 2017). Os temas são flexíveis e abertos à mudanças (BRAUN *et al.*, 2019). Devido a tais propriedades dos rótulos temáticos, a compreensão das unidades, geralmente, oferece novos horizontes e interpretações de um fenômeno (CLARKE *et al.*, 2019). Esse aspecto da ATR alinha-se com o pressuposto da HG de que, em busca do sentido do documento, o horizonte do intérprete precisa estar aberto para possíveis novidades do texto, as quais emergem da fusão de horizontes. Em termos hermenêuticos, a reflexividade[53] esteve presente nos processos de codificação e de elaboração dos temas.

Os temas resultaram de um trabalho analítico considerável mediante a exploração e construção de compreensões de significado padronizado em todo o conjunto de unidades (BRAUN; CLARKE, 2012; TERRY *et al.*, 2017; BRAUN *et al.*,

[53] A reflexividade é um conceito e um processo, que remete à atenção analítica do papel do pesquisador na pesquisa qualitativa (DOWLING, 2006). Enquanto conceito, refere-se a um certo nível de consciência. A reflexividade envolve autoconsciência, o que significa estar ativamente envolvido no processo de pesquisa (DENZIN; LINCOLN, 2018). É, portanto, o reconhecimento de que, o pesquisador faz parte do mundo social que estuda (SHAFFIR; STEBBINS, 1990). A reflexividade, como um processo, é a introspecção sobre o papel da subjetividade no processo de pesquisa. É um processo contínuo de reflexão dos pesquisadores sobre seus valores (CRESWELL, 2007) e de reconhecer, examinar e compreender como sua "[...] origem social, localização e suposições afetam sua prática de pesquisa" (HESSE-BIBER; PIATELLI, 2007, p. 17, tradução nossa). A chave para a reflexividade é, conforme afirma Bowen (2009), tornar explícita a relação e a influência do pesquisador e dos documentos no fazer da pesquisa. Esse processo determina os filtros através dos quais os pesquisadores estão trabalhando (LATHER, 2004), incluindo as "[...] maneiras específicas pelas quais nossa própria agenda afeta a pesquisa em todos os pontos do processo de pesquisa" (HESSE-BIBER; PIATELLI, 2007, p. 17, tradução nossa). A posicionalidade do pesquisador não existe independentemente do processo de pesquisa, nem determina completamente o último. Em vez disso, deve ser visto como um diálogo, cuja qualidade principal é desafiar as perspectivas e os pressupostos sobre o mundo social e do próprio pesquisador. Isso enriquece o processo de pesquisa e seus resultados (DENZIN; LINCOLN, 2018).

2019). Os rótulos temáticos serviram para explicar grandes porções de um conjunto de dados e, assim, revelar o que as unidades diziam sobre o fenômeno investigado. Eles uniram unidades de sentido díspares ou significados existentes em contextos múltiplos e variados (DESANTIS; UGARRIZA, 2000). Isso possibilitou comparar de todas as unidades codificadas nos temas identificados, de modo a encontrar os padrões de significado.

Nessa fase, seguindo as orientações de Terry *et al.* (2017), mapas temáticos provisórios foram desenvolvidos, enquanto ferramentas visuais, para representar temas potenciais/candidatos, bem como identificar os conceitos de organização central[54] compartilhados por toda a gama de códigos. Além de trazer à tona temas e subtemas candidatos, o objetivo desse mapa foi compreender as conexões entre eles e com o conjunto de estudos primários, para fornecer uma interpretação coerente e convincente desses estudos, fundamentada nos temas/subtemas (BRAUN; CLARKE, 2012). O mapa serviu para evitar repetição, sobreposição e incoerência dos temas (BRAUN; CLARKE, 2006a).. Essa fase foi finalizada com uma lista de temas potenciais ou candidatos, ou provisórios que continha uma ideia de organização central do padrão significativo do fenômeno, bem como das diferentes manifestações desse padrão (BRAUN; CLARKE, 2012; TERRY *et al.*, 2017; BRAUN *et al.*, 2019).

A quarta fase envolveu a revisão dos temas e subtemas provisórios/candidatos. Esses foram reformulados, clarificados ou, até mesmo rejeitados. Baseado nas recomendações de BRAUN *et al.* (2017), conduzi essa fase como um exercício de controle de qualidade dos temas, para assegurar que eles refletiam os segmentos codificados e o conjunto total de dados. Essa fase foi executada na Etapa 4 da RSL, veja Figura 3. A atividade de avaliação crítica dos estudos primários foi, primordial, para conduzir e, assim, interpretar os temas provisórios. Em alguns casos, a revisão dos temas confirmou o uso e adequação dos temas candidatos, pois contavam uma história distinta, coerente e significativa que respondia à pergunta da pesquisa. Em outros casos, o processo de revisão direcionou a ajustes nos temas candidatos. Similar a fase de construção de temas, mapas temáticos auxiliaram na organização e revisão dos temas.

O processo de revisão dos temas deu início a definição dos temas, quinta fase da ATR. Diferente das fases anteriores, essa última fase foi realizada na Etapa 5 da

[54] Isso remete a ideia central ou conceito que sustenta um tema (TERRY et al., 2017).

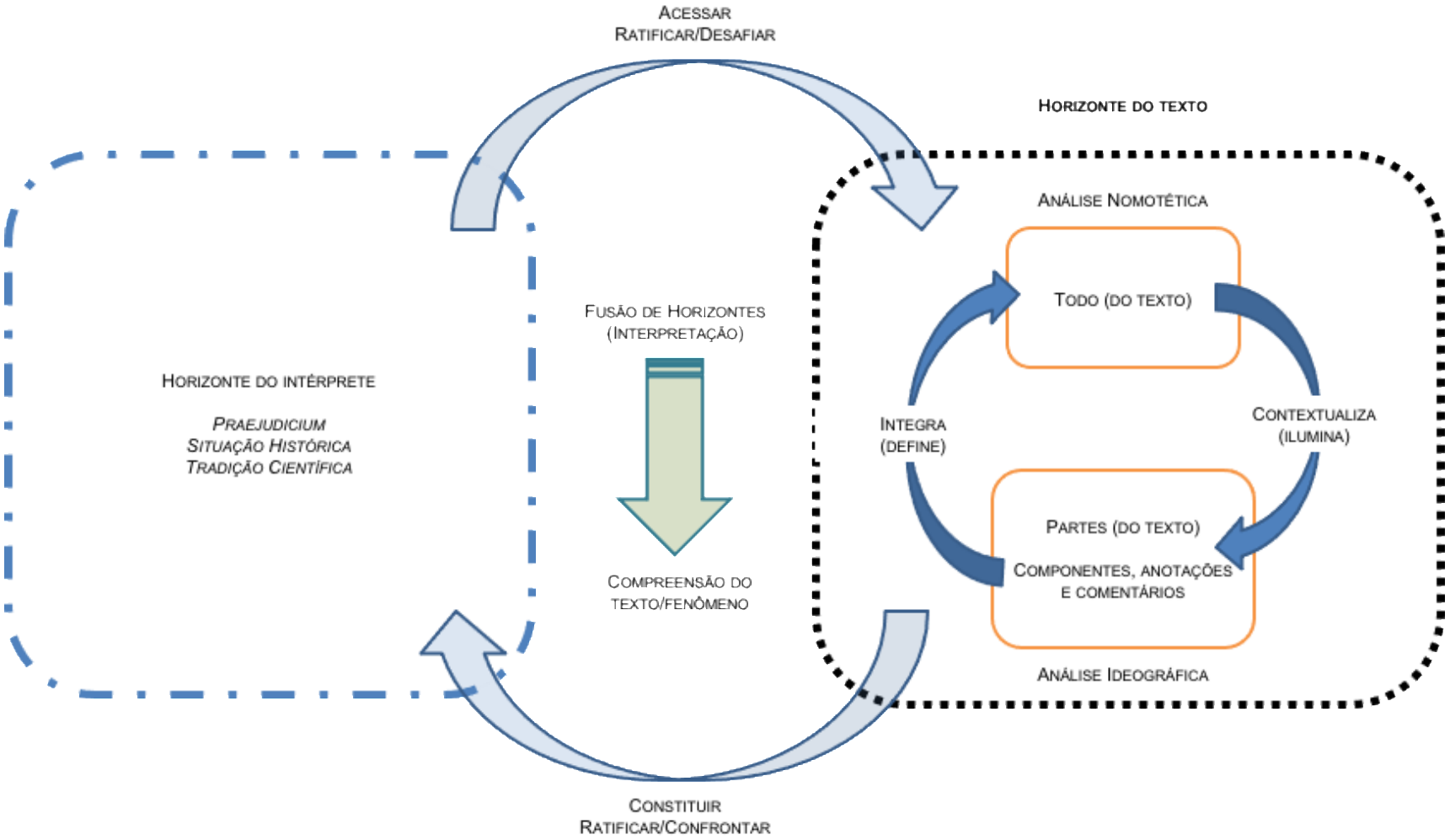
RSL. Aqui, teve início o processo de síntese da revisão sistemática. As fases de revisão e definição buscaram garantir que os temas candidatos capturassem de forma clara, abrangente e concisa o que há de significativo nas unidades de significados. Os temas que se mantiveram após a conclusão dessa fase foram qualificados como temas permanentes (BRAUN *et al.*, 2019). Nessa fase, intentei assegurar a coesão, precisão e qualidade do escopo, conteúdo e núcleo de significado de cada tema (TERRY *et al.*, 2017). Ao invés de empregar uma orientação somativa[55], adotei uma abordagem interpretativa em consonância com a hermenêutica. Construí uma uma narrativa analítica sobre os temas, baseado nos extratos dos segmentos selecionados, capaz de conferir sentido à padronização e à diversidade de significados (BRAUN; CLARKE, 2006a).

A sexta fase da ATR, denominada de relatório, correspondeu a Etapa 6 da RSL. A produção do relatório serviu como um teste final de quão bem os temas funcionam, individual e coletivamente, em relação ao conjunto de unidades de significado. O relatório deve "contar a história" geral dos dados extraídos, em relação ao fenômeno de interesse, das publicações do *corpus* de pesquisa (BRAUN *et al.*, 2019). Essa fase representou o fechamento da síntese interpretativa do *corpus* com a literatura acadêmica, disponibilizando interpretações sobre os temas que respondem suas perguntas de pesquisa Relatório

Minha proposta de articular as fases da ATR com as atividades do CAI, favoreceram a condução sistemática dos princípios gadamerianos do círculo hermenêutico — i.e., CH — e da fusão de horizontes epistêmicos. Durante a condução da ATR, efetuei interpelações na relação parte-todo dos estudos primários, desvelei o horizonte dos documentos e, por fim, ratifiquei ou confrontei meu horizonte com o dos textos. Além disso, incorporei minha visão de mundo, suposições prévias e lentes teóricas sobre o fenômeno investigado no processo de compreensão das publicações primárias selecionadas, no decorrer das fases da ATR. A operacionalização do CH e da fusão de horizontes — para fins de análise de dados — foi conduzida conforme as recomendações de Patterson e Williams (2002) e Paterson e Higgs (2005). A Figura 4 ilustra como estruturei esses dois procedimentos hermenêuticos às etapas da RSL e as fases da ATR.

[55] Essa orientação considera os temas como listas de códigos e dados agrupados (TERRY *et al*., 2017)

Figura 4 (3) —Círculo hermeneutico e fusão de horizontes na ATR



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Como pode ser observado na Figura 4, existem dois horizontes que se confrontam no círculo hermenêutico: a) o horizonte do intérprete — i.e., meu horizonte, composto pelo meu *praejudicium*, minha situação histórica e tradição científica; b) o horizonte do texto — i.e., estudos primários, que denotam sua tradição científica e situação histórica do documento, bem como o argumento endereçado pelo seu autor acerca do fenômeno. Os horizontes foram representados por caixas, cujas linhas são tracejadas. Isto expressa que, os domínios de cada um deles não são, hermeticamente, fechados e absolutos, mas sim abertos e fluidos. No círculo hermenêutico, a fusão de horizontes indica que esses horizontes desenvolvem uma relação de co-constituição do sentido do texto.

O CH ensejou o encontro dialógico entre meu *praejudicium* do horizonte do intérprete, por um lado, e a perspectiva do fenômeno interpretada pelo horizonte do texto, por outro. A adoção do método hermenêutico exigiu a descrição das facetas desse *praejudicium*, isto é, das estruturas anteriores de compreensão[56] e conceitual do intérprete. Essas duas estruturas instituíram meu horizonte enquanto pesquisador-intérprete dos estudos primários. Elas moldaram minhas preconcepções, pré-julgamentos, suposições prévias, predisposições teóricas, preferências onto-epistemológicas sobre o fenômeno a ser investigado. Isso posto, tais estruturas nortearam minha análise e síntese das publicações primárias integrantes do *corpus* dessa RSL.

A estrutura anterior de entendimento aliada a minha situação histórica e meu *praejudicium*, constituíram, inicialmente, minha consciência historicamente efetuada sobre o fenômeno estudado. No tocante a minha situação histórica, não negligenciei a historicidade do *Daisen*, ou seja, a totalidade de meu vivido em seus múltiplos aspectos, sejam culturais, sociais, políticos e morais. Reconheci a influência de minha historicidade em meu olhar e compreensão do fenômeno aqui estudado. No entanto, para efeitos desta tese, refiro-me a minha situação enquanto pesquisador, especificamente, ao período de vigência do doutorado. A consciência da imposição do *praejudicium* ensejou minha auto-reflexão e auto-compreensão das interpretações geradas dos estudos primários analisados nessa RSL.

A estrutura conceitual foi desenvolvida ao longo de meu engajamento com a tradição hermenêutica-interpretativa, a lente epistêmica dos Capítulos 1, 2 e 4, e as

[56] Os termos estrutura anterior de compreensão, estrutura de compreensão e estrutura de entendimento são utilizados de forma intercambiável nesta tese.

publicações primárias lidas nas Etapas 1, 2 e 3 dessa revisão sistemática. Em um sentido amplo, minha apreciação do texto de Oswick, Fleming e Hanlon (2011) — realizada durante a disciplina de doutorado ministrada pela Profa. Dra. Jackeline Adamantino em 2018 — pode ser considerada o marco inaugural da composição dessa estrutura. Tal estrutura possibilitou-me desenvolver determinadas perspectivas prévias — assente em *insights* da literatura sobre a temática de interesse da tese — acerca do fenômeno investigado; no mesmo momento em que permaneci aberto tanto para as singularidades e novidades — i.e., manifestações específicas e inéditas — do fenômeno quanto para o horizonte epistêmico dos textos.

Munido dessas estruturas, meu horizonte sensibilizou-me para certas questões — ao passo que obscureceu outras — acerca da importação de teorias estrangeiras e, em especial, *radical traveling theories* no domínio da Teoria Organizacional. Isso oportunizou uma compreensão potencializada do horizonte dos textos, isto é, como os estudos primários significaram o fenômeno investigado à luz das estruturas supramencionadas. Não há uma pré-determinação rígida das minhas compreensões a respeito dos sentidos do fenômeno. Ao contrário, na abordagem hermenêutica, o horizonte dos textos nunca é, plenamente, estabelecido ou corretamente interpretado. Sendo assim, o horizonte dos textos é entendido mediante o horizonte, em constante mudança, do intérprete. Considerando a circularidade hermenêutica, minhas interpretações e, logo, compreensões do fenômeno, foram modificadas e/ou reforçadas no movimento de idas e vindas — proporcionadas pela relação parte-todo — com o horizonte dos textos. A auto-reflexão foi responsável pelas mudanças de meu horizonte ao longo do processo desta pesquisa.

Como existem múltiplas interpretações de um dado fenômeno, o estabelecimento do meu horizonte foi uma delimitação pragmática para situar meus esforços de desvelar uma verdade, a partir das compreensões dos textos. A incapacidade de capturar todas as facetas do fenômeno sob investigação, dessa maneira, direcionou-me a reconhecer a natureza situada e, em perspectiva do conhecimento possível. Isso não incorreu, necessariamente, a um reducionismo do meu horizonte, mas sim a constatação do seu limite e de sua qualificação, para fins de minhas incursões e interpelações com o horizonte dos estudos primários. Esses dois horizontes, historicamente, localizados conceberem o lugar de compreensão desta RSL. Esse lugar foi circunscrito no âmbito dos *frameworks* de importação de teorias estrangeiras e, notadamente, RTTs no domínio da Teoria das Organizações.

Os princípios hermenêuticos da tradição gadameriana moldaram a maneira como concebi a realidade e a produção de conhecimento, bem como minhas suposições prévias e pré-julgamentos, sobre o fenômeno investigado. Isso fomentou meu distanciamento de um olhar objetivista, referente à constituição de meu horizonte epistêmico e do horizonte dos textos. Internalizei o pressuposto gadameriano de que a compreensão da realidade e, dessa forma, o estabelecimento de uma verdade sobre um fenômeno são construídos por intermédio da fusão de horizontes. O processo de fusão teve início quando meu horizonte acessou — no intuito de ratificar ou desafiar — o conteúdo dos estudos primários, por meio do processo de leitura. O movimento do meu horizonte em direção ao horizonte do texto implicou em trazer à tona meu *praejudicium* sobre o fenômeno, durante a leitura das publicações primárias, para potencialmente questionar seus conteúdos e, assim, vislumbrar novas possibilidades de interpretar seus argumentos e pressupostos.

A interpretação dos estudos primários não foi construída pela imposição de minha subjetividade sobre os textos. Ao contrário, a verdade das publicações desafiaram minhas compreensões, moldaram meu horizonte e, logo, estiveram em contante interpelação comigo. Neste sentido, minha interpretação dos documentos não foi obra de um solipsismo *per se*, mas sim foi construída em conjunto com o Outro do texto. Apesar de meu horizonte tentar impor sua estrutura de compreensão sobre o horizonte do texto, este último possui sua própria estrutura de entendimento — isto é, tradição científica, sua situação histórica localizada no passado e, seus argumentos e suas interpretações próprias sobre o fenômeno investigado —, que resiste as minhas determinações. Assim, não há como apreender o horizonte do texto desvinculado de meu horizonte, bem como não é possível instituir minha verdade sobre ele. O intuito da execução do CH não foi, somente, obter o dito pelo autor dos estudos primários *per se*, mas também desvelar a verdade afirmada por ele, circunscrita no horizonte desta RSL.

O processo de análise do CH foi caracterizado por uma exploração rigorosa e prolongada da relação parte-todo no conteúdo dos estudos primários selecionados. A dinâmica dessa relação está representada na caixa do domínio do horizonte do texto. O entendimento desse horizonte e da compreensão do fenômeno foram obtidos por intermédio de análise parte-todo. Nesta RSL, conduzi dois momentos complementares, circulares da análise parte-todo. O primeiro momento considera que, cada publicação encapsula uma totalidade *per se.* Nesse caso, o fenômeno de

compreensão, presente no corpo do texto de uma dada publicação, representa um todo individualizado. Os segmentos de significado e as unidades de sentido referentes aos aspectos do fenômeno, identificadas e construídas a partir da leitura do conteúdo de uma dada publicação, são as partes.

No segundo momento, o *corpus* de pesquisa corresponde a totalidade, que contém o fenômeno de compreensão assimilado como o todo. Logo, cada publicação é considerada uma parte, que caracteriza aspectos do fenômeno, pertencente à totalidade representada pelo *corpus*. Conforme a ilustração da relação parte-todo na Figura 4, a análise foi realizada por movimentos cíclicos de idas e vindas entre as partes e o todo, para obter uma compreensão crescente do fenômeno. Em ambos os níveis descritos acima, o fenômeno de compreensão corresponde ao todo. As unidades de sentido — de cada estudo ou de todos eles — são as partes, que integram e definem o todo. Ao mesmo tempo, o todo contextualiza cada uma das partes, buscando iluminar o fenômeno dentro de seu contexto. O processo analítico envolveu um exame das partes, definindo e compreendendo cada componente —i.e., unidade de sentido — antes de reintegrá-lo ao todo.

Em concordância com as recomendações de Patterson e Williams (2002), assumi que a lógica e operacionalização da relação parte-todo é equivalente às análises ideográfica e nomotética. A análise ideográfica — i.e., nível individual — remente a análise da parte. Já a análise nomotética — i.e., nível agregado — refere-se a análise do todo. Essa última é uma extensão do nível ideográfico de forma que, captura a gama de perspectivas individuais para construir uma compreensão global do fenômeno, ao invés de uma individual.

Em termos processuais, a análise parte-todo visou, em primeiro lugar, obter uma compreensão individual das partes, independentemente, de haver ou não um padrão entre elas. Em seguida, foi conduzida a análise nomotética, que visou identificar padrões — i.e., temas — entre as partes. A análise de nível nomotético foi conduzida, somente, após a conclusão da análise de nível ideográfico. Devido à circularidade da relação parte-todo, a compreensão agregada do fenômeno — decorrente da análise nomotética — foi, então, usada como base para um exame subsequente e mais detalhado das partes separadas. A determinação mais próxima do significado das partes — enquanto dados individuais — mudou o entendimento, originalmente, antecipado pelo meu horizonte da totalidade, e novamente isso influenciou o significado das partes. O objetivo final da análise parte-todo foi obter uma

compreensão nomotética do fenômeno, que encapsulou, mas não se limitou ao entendimento ideográfico das partes separadas.

É mister apontar que a lógica processual da análise parte-todo esteve embebida na consecução de todas as fases da Análise Temática Reflexiva, guiando seus procedimentos. Nessa RSL, a leitura analítica das publicações foi conduzida tendo em mente a racionalidade hermenêutica existente na relação entre os níveis de análise ideográfica e nomotética. A leitura individual das publicações — aliada a consequente interpretação de seus conteúdos — tornou possível compreender as verdades, sobre o fenômeno aqui estudado, encapsuladas em cada um dos estudos primários. A atividade de avaliação crítica dos estudos primários foi, primordial, para interpretar seus conteúdos nesta RSL. Essa atividade ensejou a interpretação das publicações à luz da relação parte-todo do círculo hermenêutico, por intermédio de análise ideográfica e nomotética. Na abordagem hermenêutica, essas unidades só puderam ser, totalmente, compreendidas, quando inseridas em seus contextos. Embora seja possível compreender um texto a partir de suas partes, é preciso considerar as relações entre elas e seus nexos com o todo constituinte dos textos.

O processo de leitura também tornou possível avaliar as verdades dos estudos individuais entre si, relacionando-as umas com as outras. Uma compreensão mais ampla do conjunto de estudos, possibilitou-me reinterpretar as publicações individuais — enquanto partes — e suas importâncias dentro de um todo. Assim, foi necessário entender não só os conteúdos presentes nas publicações individuais, mas também as relações entre eles. Isso possibilitou identificar a contribuição de cada estudo dentro de um contexto mais amplo de conhecimento, assim como construir um entendimento holístico do fenômeno.

Nas próximas seções, detenho-me em apresentar a execução de cada uma das 06 etapas desta RSL, em consonância com as atividades referentes ao CBA e CAI e as fases da ATR, sob a égide da hermenêutica gadameriana.

3.5 EXECUÇÃO DA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA

3.5.1 Etapa 1 – Mapeamento do Campo

A Etapa 1 visou estabelecer os parâmetros do protocolo desta revisão sistemática de literatura. Essa etapa, consoante Jesson, Matheson e Lacey (2011),

compreendeu a revisão de escopo, formulação da questão de pesquisa e, por fim, definição e compilação das *strings* de busca.

3.5.1.1 Revisão de escopo

Na minha proposta de junção das 06 etapas da RSL com os círculos hermenêuticos, a Etapa 1 teve início com algumas ideias, inquietações e questionamentos iniciais sobre a importação de teorias estrangeiras na literatura Teoria Organizacional. Isso correspondeu a revisão de escopo da revisão sistemática. As ideias iniciais sobre essa temática emergiram durante a leitura dos textos de Whetten, Felin e King (2009) e Oswick, Fleming e Hanlon (2011). Algumas das questões que sugiram durante a leitura desses textos foram: em que consiste o processo de importação de teorias de estrangeiras na Teoria das Organizações? por que é necessário transpor tais teorias para esse campo disciplinar? quais são os modelos de importação de teoria existentes na TO? que os benefícios de transpor essas teorias? quais são os propósitos/resultados de importa teorias? como o conhecimento em TO é construído a partir da transposição de teorias estrangeiras? Esses dois textos possibilitaram minha aproximação preliminar com a temática de importação de teorias estrangeiras nas referidas literaturas. Tais publicações e os questionamentos derivados delas serviram como porta de entrada no círculo hermenêutico de busca e aquisição.

Inicialmente, realizei um mapeamento — i.e., uma busca[57] — de caráter exploratório no *Google Scholar* para delinear o escopo do fenômeno de importação de teorias estrangeiras na Teoria Organizacional. Na estrutura na hermenêutica de Boell e Cecez-Kecmanovic (2014), a busca é uma parte integrante da realização de uma RSL. A busca foi conduzida no *search engine* do *Google Scholar* com a aplicação dos termos *borrowed theory* e *organizational theory*, extraídos dos artigos de Whetten, Felin e King (2009) e Oswick, Fleming e Hanlon (2011).

A busca recuperou 52 publicações, sendo 28 estudo primários. Ela foi realizada em fevereiro de 2020. Esse processo favoreceu minha aproximação com um conjunto particular de publicações, possivelmente, relevante para esta RSL. Esse conjunto

[57] Em seu artigo, Boell e Cecez-Kecmanovic (2014) utilizam o termo *Search*. Para efeitos desta tese, optei por utilizar a palavra busca, enquanto tradução desse termo. Esse componente *Search* refere-se ao processo de encontrar — nas fontes de pesquisa — estudos que, potencialmente, podem compor o *corpus* desta RSL.

permitiu-me extrair e mapear informações pertinentes relacionadas ao fenômeno investigado, tais como: a) nomes de autores que publicaram sobre a temática; b) algumas publicações importantes na literatura de TO; c) periódicos e conferências onde os estudos foram publicados; por fim, d) alguns termos e conceitos específicos sobre o fenômeno investigado.

Conforme as recomendações de Boell e Cecez-Kecmanovic (2014), as 28 publicações primárias, recuperadas no processo de busca no *Google Scholar*, foram, individualmente, classificadas. O Quadro 2 exibe o resultado do processo de classificação dos estudos primários da Etapa 1. Esses estudos foram categorizados em uma matriz 2x2, cujas dimensões foram: a) origem disciplinar; b) temática abordada. As publicações foram catalogadas em apenas um dos quatro quadrantes da matriz. É importante ressaltar que, somente, as publicações pertencentes ao primeiro quadrante — i.e., estudos de TO x estudos que abordam a temática de importação de teorias — foram selecionadas para aquisição e, posterior, leitura.

Utilizei três critérios para classificar os estudos primários nessa etapa. No primeiro critério, verifiquei quais publicações pertenciam à literatura de Teoria Organizacional. Para qualificar uma publicação enquanto um estudo de TO, considerei dois requisitos inter-relacionados, a saber: a) o conteúdo da publicação deveria enquadrar-se na noção de TO, disponibilizada no Apêndice A; e, b) ter sido um estudo publicado em um periódico, ou conferência, ou livro, de cunho acadêmico, do campo da TO. Por exemplo, o artigo de Oswick, Fleming e Hanlon (2011) é um texto típico de Teoria Organizacional. Esse artigo foi publicado no *The Academy of Management Review*. Em contraste, o artigo de Vargo e Lusch (2017) é um texto de *Marketing*, publicado no *International Journal of Research in Marketing*. Enquanto o primeiro texto atende a ambos os requisitos, o segundo estudo não se enquadra como uma publicação de TO. Com a aplicação desse primeiro critério, foram excluídas 07 das 28 publicações primárias, a saber: Maria (2012),Doherty (2013), Metzger e Meyer (2013), Tandberg e Griffith (2013), Dowling e Lucey (2017), Howard-Grenville, Vargo e Lusch (2017), e Zhang e Xiao (2017).

O segundo critério examinou se os 21 estudos primários restantes abordavam o fenômeno da importação de teoria estrangeiras no domínio da TO. A classificação de cada publicações foi pautada nas informações contidas nos seus títulos, *abstracts*, palavras-chave e introduções. Essas informações foram extraídas através da leitura desses elementos textuais das publicações. Em particular, mapeei a presença dos

termos utilizados no processo de busca e alguns de seus correlatos — i.e., *borrowed theory*, *borrowing*, *theory borrowing*, *organizational theory* — nos referidos elementos textuais dos estudos. Como resultado da execução desse critério, 02 estudos foram categorizadas e selecionadas para leitura de seus textos completos, a saber: Oswick, Fleming e Hanlon (2011) e Kenworthy e Verbeke (2015). A partir da leitura desses elementos de texto, 04 publicações foram rejeitadas, a saber: Lichtenthal (1991), e Sanders, Fugate e Zacharia (2016), Gale *et al.* (2017), e Flynn; Pagell e Fugate (2020).

Quadro 2 (3) - Resultado do processo de classificação das publicações primárias na Etapa 1

	ESTUDOS DE TO	**ESTUDOS DE OUTRAS DISCIPLINAS**
ESTUDOS QUE ABORDAM A TEMÁTICA DE IMPORTAÇÃO DE TEORIAS	Ferris *et al.* (2004); Suddaby (2010); Oswick, Fleming e Hanlon (2011);Suddaby, Hardy e Huy (2011); Haugh (2012); Fulmer e Ployhart (2014); Kenworthy e Verbeke (2015); Kenworthy e Balakrishnan (2016); Quain *et al.* (2016); Davies; Manning e Söderlund (2018).	Doherty (2013); Jiang *et al.* (2016)
ESTUDOS QUE ABORDAM OUTRAS TEMÁTICAS	Lichtenthal (1991); Locke e Golden-Biddle (1997); Hill (2000); Greenwood e Bernardi (2013); Narasimhan (2014); Sanders; Fugate e Zacharia (2016); Gale *et al.* (2017); Wenzel e Koch (2018); Flynn; Pagell e Fugate (2020); Gordon e Cleland (2020).	Howard-Grenville; Maria (2012); Metzger e Meyer (2013); Tandberg e Griffith (2013); Dowling e Lucey (2017); Vargo e Lusch (2017); Zhang e Xiao (2017).

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

O terceiro critério foi aplicado nas 14 publicações primárias, sem classificação, remanescentes. Em alguns casos as informações dos elementos textuais supramencionados não foram suficientes para selecionar ou rejeitar os estudos. Sendo assim, procedi da seguinte maneira: realizei uma busca aleatória dos termos *borrowed theory*, *borrowing* e *theory borrowing* no corpo do texto desses estudos, por intermédio da ferramenta *Search* do *software* de leitura de PDFs utilizado nesta RSL. Os trechos das publicações, que continham algum desses termos, foram lidos para especificar se elas abordavam ou não o fenômeno de interesse da revisão. Como resultado, 07 publicações foram selecionadas para leitura, entre elas: Suddaby (2010), Suddaby, Hardy e Huy (2011), Haugh (2012), Fulmer e Ployhart (2014), Kenworthy e Balakrishnan (2016), Quain *et al.* (2016), e Davies; Manning e Söderlund (2018).

Com base na aplicação do terceiro critério, 06 estudos foram rejeitados por não contribuírem para o entendimento do fenômeno investigado, a saber: Locke e Golden-Biddle (1997), Hill (2000), Greenwood e Bernardi (2013), Narasimhan (2014), Wenzel e Koch (2018), e Gordon e Cleland (2020). Por fim, não obtive acesso[58] ao artigo de Ferris *et al.* (2004). Ele estava indisponível para *download* nos arquivos abertos do *Google Scholar*, *ResearchGate*[59] e no *Academia*[60], bem como nas bibliotecas digitais da UFPE. Além disso, não obtive retorno do *e-mail* enviado para os autores, solicitando o envio dessa publicação. Decidi por excluir essa publicação da revisão de escopo da RSL.

O processo de classificação culminou na composição de um conjunto de 09 publicações primárias relevantes, utilizadas para efetuar a revisão de escopo desta revisão sistemática. Procedi com a leitura individual desses estudos, cujos textos foram completamente lidos. Os estudos selecionados para leitura foram: Suddaby (2010), e Suddaby, Hardy e Huy (2011), Oswick, Fleming e Hanlon (2011), Haugh (2012), Fulmer e Ployhart (2014), Kenworthy e Verbeke (2015), Kenworthy e Balakrishnan (2016), Quain *et al.* (2016), e Davies, Manning e Söderlund (2018), como constam no primeiro quadrante do Quadro 2.

Antes de iniciar a leitura, realizei o *download* — isto é, a aquisição — de todos os estudos selecionados. Para efeitos da Etapa 1, conduzi apenas a leitura de orientação ou orientativa das publicações primárias selecionadas e adquiridas. A leitura das publicações escolhidas foi conduzida de forma estruturada e organizada. O processo de leitura teve início com o texto de Oswick, Fleming e Hanlon (2011). Subsequentemente, adotei um critério cronológico para estabelecer a ordem crescente de leitura individual dos demais textos. O ordenamento de leitura foi o seguinte: Suddaby (2010), Suddaby, Hardy e Huy (2011), Haugh (2012), Fulmer e Ployhart (2014), Kenworthy e Verbeke (2015), Kenworthy e Balakrishnan (2016), Quain *et al.* (2016) e Davies; Manning e Söderlund (2018).

---

[58] Em alguns casos, explicam Boell e Cecez-Kecmanovic (2014), pode ser difícil obter alguns estudos. Contudo, o acesso limitado não deve ser uma desculpa para excluir publicações consideradas importantes. O pesquisador não deve apenas se concentrar nas publicações, cujo acesso e obtenção sejam fáceis. Isso pode direcioná-lo a uma eventual perda de estudos e descobertas significantes para sua RSL. Existem algumas estratégias para lidar com o difícil acesso à literatura, tais como: a) entrar em contato diretamente com os autores, e b) acessar os arquivos abertos de publicações (BOELL; CECEZ-KECMANOVIC, 2010).

[59] https://www.researchgate.net/

[60] https://www.academia.edu/

A leitura orientativa dos textos selecionados nesse mapeamento exploratório produziu 07 resultados distintos, porém mutuamente relacionados ao processo de identificação. Primeiro, especificou algumas informações bibliográficas relevantes, tais como: o nome dos principais autores que abordam a temática em questão, os principais periódicos/conferências em que esses estudos foram publicados e, por fim, as bibliotecas digitais onde esses estudos foram publicados. Segundo, estabeleceu um panorama prévio do conhecimento construído acerca da importação de teorias estrangeiras nas literaturas de Teoria Organizacional. Terceiro, proporcionou a aproximação com alguns termos e conceitos relativos à transposição dessas teorias no campo da TO, como, por exemplo: *alien theory*, *borrowing*, *borrowed theory*, *context sensitivity*, *context specificity*, *domestication*, h*orizontal borrowing*, *levels of theoretical abstraction*, *one-way borrowing*, *radical traveling theory*, *two-way borrowing* e, *vertical borrowing*.

Quarto, desvelou a existência de diferentes proposições de *framework* para avaliar a importação de teorias estrangeiras no domínio da TO. Quinto, possibilitou a obtenção de uma impressão geral do horizonte dos textos. Lembrando que, esse horizonte foi circunscrito no âmbito do fenômeno da importação de teorias estrangeiras na TO. Sexto, sinalizou a necessidade de investigar, em profundidade, os *frameworks* de teorias estrangeiras, propostos pelos acadêmicos organizacionais, utilizados para avaliar a transposição dessas teorias no referido domínio disciplinar. Sétimo, refinou as estratégias de busca, para aprimorar a precisão do processo de recuperação de publicações relevantes na Etapa 2.

Os próximos passos da Etapa 1 corresponderam a formulação da questão de pesquisa e, em seguida, definição e compilação das *strings* de busca.

3.5.1.2 Formulação da pergunta de pesquisa: modelo PICOC

As perguntas de pesquisa desta revisão sistemática de literatura foram formuladas com base no modelo PICOC. Esse modelo é, amplamente, reconhecido por sua validade e eficiência para conduzir RSLs nas ciências sociais (PETTICREW; ROBERTS, 2006; JESSON; MATHESON; LACEY, 2011). Consoante Finfgeld-Connett (2013) e Tight (2019), a estrutura do PICOC é bastante utilizada para elaborar questões de pesquisas qualitativas, que mantêm conexão com as sínteses das evidências analisadas em uma revisão. Eriksen e Frandsen (2018) afirmam que a estrutura lógica do mecanismo de busca do PICOC possui elevada sensibilidade,

quando comparada com as dos demais modelos[61] disponíveis na literatura de RSL. O PICOC, consoante Methley *et al.* (2014), demonstrou uma maior capacidade de identificar e, assim, extrair estudos relevantes das bibliotecas digitais em RSLs de cunho qualitativo. A utilização desse modelo é, fortemente, indicada quando a abrangência de documentos é um fator-chave no *design* metodológico de uma revisão sistemática (METHLEY *et al.*, 2014; ERIKSEN; FRANDSEN, 2018).

A estrutura do modelo PICOC é constituída por cinco componentes: **P**opulação, **I**ntervenção, **C**omparação, **R**esultados e **C**ontexto[62] (KITCHENHAM; CHARTERS, 2007). A construção das perguntas de pesquisa de uma revisão sistemática de literatura envolve a articulação de todos esses componentes (PETTICREW; ROBERTS, 2006). O Quadro 3 apresenta os componentes com suas respectivas descrições e aplicações. A articulação desses componentes auxiliou-me na elaboração das perguntas de pesquisa orientadoras dos esforços de investigação desta RSL.

. Com base nas informações extraída da articulação do modelo PICOC no Quadro 3, a redação da pergunta principal da revisão foi a seguinte:

- ✓ Como os *frameworks* de teoria importada, desenvolvidos pelos teóricos organizacionais, explicam o *modus operandi* de importação de teorias estrangeiras no domínio da TO?

No tocante as perguntas secundárias, elas foram formuladas como segue abaixo:

- ✓ Que *frameworks* de teoria importada foram propostos pelos teóricos organizacionais para compreender o processo de importação de teorias estrangeiras na Teoria Organizacional?
- ✓ Que conexões foram estabelecidas entre os marcadores e os critérios utilizados nesses *frameworks* para compreender o processo de importação de teorias estrangeiras nos estudos de TO?
- ✓ Quais são as contribuições/ os limites desses *frameworks* para a construção de conhecimento na literatura de TO?

[61] Os modelos em questão são: PICO, ECLIPSE, SPICE e SPIDER (ERIKSEN; FRANDSEN, 2018).
[62] Os correlatos dos componentes do modelo PICOC na língua inglesa são: **P**opulation, **I**ntervention, **C**omparison, **O**utcomes e **C**ontext (PETTICREW; ROBERTS, 2006).

- ✓ Como os *frameworks* foram justificados para fins de compreensão do processo de importação de teorias estrangeiras nos estudos de TO?

Quadro 3 (3) — Componentes e aplicação do modelo PICOC

COMPONENTE	DESCRIÇÃO	APLICAÇÃO
População	Remete a população de interesse da RSL sobre a qual as evidências são coletadas e analisadas para posterior aplicação dos achados. Nas RSL qualitativas, o *corpus* de pesquisa seria equivalente à população.	Estudos acadêmicos que propõem *frameworks* para compreender o processo de importação de teorias estrangeiras no campo da Teoria das Organizações.
Intervenção	Refere-se aos instrumentos/elementos — e.g., métodos, técnicas, conceitos, e procedimentos — utilizados para analisar as evidências, visando endereçar às questões de pesquisa e, assim, resolver o problema identificado na RSL.	Verificar como os marcadores e os critérios adotados nos *frameworks* de importação de teorias estrangeiras foram utilizados para examinar a transposição de teorias estrangeiras no domínio da TO.
Comparação	Indica os elementos adotados para estabelecer os parâmetros de comparação ou de contraste na intervenção.	Os *frameworks* — seus marcadores e critérios — foram comparados entre si, de modo a possibilitar uma análise crítica deles.
Resultado	Corresponde as formas de avaliação do conhecimento produzido e das lacunas identificadas nas publicações selecionadas para análise na RSL.	Síntese das temáticas relativa aos *modus operandi* dos *frameworks* de teorias estrangeiras na literatura de TO. Mapeamento das características, dos elementos e dos critérios utilizados nesse modelos de importação. Envolve também a identificação dos benefícios e das limitações de usar esses modelos, para fins de teorização no referido domínio.
Contexto	Relaciona-se ao contexto específico da população em que a intervenção e a comparação ocorrem.	Produção científica em TO que aborde o processo de importação de teorias estrangeiras no campo da TO.

Fonte: Elaborado pelo autor (2021) a partir dos textos de Kitchenham e Charters (2007) e Petticrew e Roberts (2006).

3.5.1.3 Definição das *strings* de busca

Esta fase objetivou delinear as *strings* — i.e., palavras-chave — da revisão sistemática de literatura. A *strings* corresponderam aos termos e as expressões *booleanas* aplicados nas bibliotecas digitais, com a finalidade de buscar publicações primárias relevantes. Os termos e as expressões derivaram das perguntas de

pesquisa da RSL, elaboradas a partir da aplicação do modelo PICOC. Conforme as recomendações de Jesson, Matheson e Lacey (2011), as *strings* foram utilizadas para garantir que: a) termos e expressões relevantes não fossem suprimidos, desde o início do processo de busca, da revisão; b) a busca de estudos relevantes fosse altamente sensível, sem comprometer sua precisão. A execução das *strings* de busca nas bibliotecas foi *per se* um processo de refinamento na busca de estudos primários, cuja análise possibilitou responder às perguntas de pesquisa.

Os termos *borrowing*, *organization theory* e *framework* direcionaram à construção das expressões das *strings* de busca. As expressões constituintes das *strings* foram: *borrowing theories*, *borrowed theory*, *borrowing theory*, *borrowed theories*, *framework*, *conceptual framework*, *theoretical framework*, *model, organization theory*, *organizational theory*, *organization studies* e *organizational studies*. A composição das expressões envolveu os termos e algumas de suas variações sinonímicas. Essas variações foram extraídas das publicações lidas no mapeamento exploratório e na construção do aporte teórico da tese. A utilização dessas expressões esteve, diretamente, relacionada aos critérios de sensibilidade e abrangência de documentos nesta RSL.

É importante ressaltar que o termo *borrowing* não foi contemplado como uma de suas expressões, pois sua presença e uso em publicações acadêmicas remetem a significados não correlatos a importação de teorias estrangeiras na Teoria Organizacional. O conceito *alien theory* — i.e., teoria estrangeira — não foi usado como uma das expressões do termo *borrowing*. A expressão *borrowed theory* encapsulou o significado desse conceito na literatura de TO. O termo *radical traveling theory* e suas expressões — e.g., *radical traveling theories* — não compuseram as *strings* de busca dessa RSL. Observei que alguns estudos utilizam as expressões pertencentes ao termo *borrowing* para se referir a esse tipo de teoria. Não utilizei o termo *domestication* e seus sinônimos — e.g., *theory domestication* — nas *strings* de busca, pois eles sempre estão relacionados ao termo *borrowing* e suas expressões.

Embora o contexto dessa revisão esteja localizado no domínio da Teoria das Organizações, optei por inserir as expressões *organization studies* e *organizational studies*. A racionalidade dessa decisão foi a seguinte: algumas publicações utilizam as definições *organizational theory* e *organization studies* de forma intercambiável. O texto de Tsoukas e Knudsen (2005) é um exemplo *par excellence* do uso dessas definições de maneira permutável. Como o autor expõe, “[a] Teoria Organizational é

concebida como o campo acadêmico especializado no estudo dos fenômenos organizacionais (tanto micro, quanto macro) e, por essa razão, a TO é aqui usada como sinônimo de Estudos Organizacionais" (TSOUKAS; KNUDSEN, 2005, p. 2, tradução nossa). Todas essas decisões foram tomadas com base nas informações extraídas do mapeamento da revisão de escopo — vide Etapa 1 — da RSL. Em todos esses casos, o intuito foi o de maximizar a abrangência dos estudos primários, potencialmente, relevantes, obtidos no processo de busca das bibliotecas digitais.

Nesta RSL, todos os termos e expressões utilizados nas *strings* foram, exclusivamente, escritos na língua inglesa. Minha intenção foi aumentar a sensibilidade da busca e, destarte, a abrangência de documentos relevantes. A maior parte das publicações sobre a temática investigada nesta revisão estão disponíveis em inglês. As demais publicações, cujo idioma de origem não é o inglês, possuem título e/ou *abstract* e/ou palavras-chave nessa língua.

O Quadro 4 ilustra os termos e as expressões que, quando conectados por intermédio dos operadores *booleanos* AND e OR, formaram a *strings* completa de busca.

Quadro 4 (3). — *String* completa de Busca

TERMOS	EXPRESSÕES
Borrowing	"*borrowing theories*" OR "*borrowed theory*" OR "*borrowing theory*" OR "*borrowed theories*"
	AND
Framework	"*framework*" OR "*conceptual framework*" OR "*theoretical framework*"
	AND
Organization Theory	"*organization theory*" OR "*organizational theory*" OR "*organization studies*" OR "*organizational studies*"

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

A não-linearidade na execução das atividades do CBA demandou ajustes nas *strings* de busca durante suas aplicações nas bibliotecas digitais. Existe uma restrição no número total de caracteres que podem ser inseridos nos campos das ferramentas *Search* de algumas bibliotecas. Por exemplo, *JSTOR* e *Science Direct* permitem, respectivamente, a inserção de até 200 e 250 caracteres com espaço no campo *Search*. Devido a isso, precisei refinar — i.e., reduzir a quantidade de expressões referentes — as *strings*, no ímpeto de operacionalizar o levantamento dos documentos contemplados nesta RSL. O Quadro 5 apresenta a versão reduzida das *strings* de busca.

Quadro 5 (3) — String reduzida de busca

TERMOS	EXPRESSÕES
Borrowing	"*borrowing theories*" OR "*borrowed theory*" OR "*borrowing theory*" OR "*borrowed theories*"
	AND
Framework	"*framework*" OR "*conceptual framework*" OR "*theoretical framework*"
	AND
Organization Theory	"*organization theory*" OR "*organization studies*"

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

A Etapa 1 forneceu os elementos e os marcadores que possibilitaram o direcionamento para execução das Etapas 2 e 3. A seguir, apresento os procedimentos realizados na Etapa 2.

3.5.2 Etapa 2 - Pesquisa Abrangente

A Etapa 2 envolveu as estratégias de identificação e busca dos documentos relevantes para consecução desta RSL. Essa etapa foi composta por três fases: a) indicar as bibliotecas digitais usadas na revisão; b) descrever e aplicar os métodos de busca; c) configurar e implementar os critérios de inclusão e exclusão dos estudos a serem selecionados. As fases a) e b) correspondem ao processo de busca no CBA. A fase c) englobou as atividades de classificação, seleção, aquisição e leitura nesse círculo.

3.5.2.1 Seleção das Fontes de Pesquisa

O objetivo da seleção das fontes de pesquisa foi apontar as bibliotecas digitais da UFPE acessadas para aplicação das *strings* de busca. As *strings* foram executadas em 11 bibliotecas, sem restrições de dados, a saber: *EBSCOhost*; *Emerald Insight*; *JSTOR*; *ProQuest*; *Science Direct*; *Scopus*; *SpringerLink*; *Taylor & Francis Online*; *Web of Science*; *SAGE*; *Wiley Online Library*. Essas bibliotecas cobriram os fóruns acadêmicos mais importantes sobre o conteúdo significante publicado acerca da importação de teoria estrangeira na literatura de Teoria Organizacional.

A *string* completa de busca, exibida no Quadro 4, foi aplicada em oito bibliotecas: *EBSCOhost*; *Emerald Insight*; *ProQuest; SpringerLink*; *Taylor & Francis Online*; *Web of Science*; *SAGE*; *Wiley Online Library*. A versão reduzida da *string* de busca, consoante Quadro 5, foi aplicada, somente, nas bibliotecas do *Science Direct* e *Scopus.* A biblioteca da *JSTOR* demandou uma adaptação da versão reduzida das

strings de busca. Ela possui 218 caracteres com espaço. Isso excedeu a quantidade máxima de caracteres permitidos pela *JSTOR*. No caso específico dessa biblioteca, foi retirada a expressão *borrowing theories* da *string* reduzida de busca.

3.5.2.2 Descrição e execução dos métodos de busca

Na abordagem hermenêutica aplicada às RSLs, consoante Boell e Cecez-Kecmanovic (2014, p. 269, tradução nossa), é preferível que, o processo de busca recupere "[...] pequenos conjuntos de publicações altamente relevantes [...]" do que "[...] grandes conjuntos de documentos, cuja relevância não pode ser suficientemente avaliada". Conforme as recomendações de Boell e Cecez-Kecmanovic (2010) e Zhang, Babar e Tell (2011), utilizei dois métodos complementares de busca para coletar estudos primários, potencialmente, relevantes para os propósitos desta RSL, a saber: a) automático; b) manual. No método automático, as publicações foram recuperadas através da execução das *strings* de busca no campo *Search* de cada uma das bibliotecas digitais acessadas. No método manual, os estudos primários foram identificados na leitura das publicações selecionadas no mapeamento de escopo e na busca automática. Em ambos os casos, foi realizada uma varredura nas referências das publicações. Os estudos detectados na busca manual foram coletados, individualmente, por meio da ferramenta *Search* das bibliotecas digitais da UFPE, do *Google Scholar*, do *ResearchGate* e, por fim, do *Academia*.

O uso desses métodos objetivou atender ao critério de exaustividade, referente a composição de um *corpus* de pesquisa. Esse critério remete ao cuidado de buscar o máximo possível de documentos que contemplem as diversas peculiaridades existentes acerca do fenômeno investigado (MINAYO, 1998; SARDINHA, 2000; BAUER; AARTS, 2008). A busca automática aliada à busca manual recuperaram uma multiplicidade de estudos primários, cujo conteúdo desvelou diferentes representações do processo de importação de teorias estrangeiras no domínio da Teoria Organizacional. Na Etapa 2, utilizei o StArt[63] para classificar e selecionar os estudos recuperados da execução dos métodos de busca. Esse *software* permitiu-me

[63] O *State of the Art through Systematic Review* — i.e., *StArt* — é *software* de gerenciamento de projetos de revisão sistemática de literatura, desenvolvido pelo Laboratório de Pesquisa em Engenharia de Software — i.e., LaPES — da Universidade Federal de São Carlos. Esta ferramenta computacional fornece suporte à aplicação de RSLs. Para mais informações, acesse o *site* do LaPES: http://lapes.dc.ufscar.br/tools/start_tool.

categorizar cada um dos estudos de acordo com: a) o método de busca; b) a biblioteca digital; c) os critérios de inclusão e exclusão; d) a ordem prioritária de leitura. Em decorrência disso, o StArt possibilitou-me selecionar as publicações que constituíram o *corpus* desta RSL.

O método automático foi operacionalizado através de busca booleana em todas as bibliotecas digitais acessadas. Inicialmente, inseri as *strings* de busca no campo *Search* das bases de dados. As *strings* foram vinculadas entre si pelos operadores booleanos AND e OR. Considerei as idiossincrasias das *interfaces* de busca de cada biblioteca. Cada *interface* possui sua própria sintaxe de pesquisa e um dicionário particular de sinônimos para indexação. Em seguida, refinei a busca utilizando as opções linguagem, período de busca, tipo de conteúdo e revisão disponíveis em algumas das bibliotecas digitais. Em linguagem, selecionei a opção "recuperar apenas estudos em inglês". O período de busca contemplou os estudos publicados desde a primeira edição digitalizada de cada biblioteca até março de 2021. No tocante ao tipo de conteúdo, optei pela extração de publicações nos seguintes formatos: a) artigos de periódicos e conferências; b) livros; c) capítulos de livros. Por fim, foi marcada a opção de considerar, somente, "publicações revisadas por pares". O Quadro 6 exibe como as *strings* de busca foram executadas nas bibliotecas digitais da UFPE.

Quadro 6 (3) — Aplicação das *strings* de busca nas bibliotecas digitais da UFPE

BIBLIOTECAS DIGITAIS	**STRINGS**
EBSCOhost[64]; *Emerald Insight*; *ProQuest; SpringerLink*; *Taylor & Francis Online*; *Web of Science*; *SAGE*; *Wiley Online Library*	(("borrowing theories" OR "*borrowed theory*" OR "*borrowing theory*" OR "*borrowed theories*") AND ("*framework*" OR "*conceptual framework*" OR "*theoretical framework*" OR "*model*") AND ("*organization theory*" OR "*organizational theory*" OR "*organizational studies*" OR "*organization studies*"))
Science Direct; *Scopus*	(("*borrowing theories*" OR "*borrowed theory*" OR "*borrowing theory*" OR "*borrowed theories*") AND ("*framework*" OR "*conceptual framework*" OR "*theoretical framework*") AND ("*organization theory*" OR "*organization studies*"))
JSTOR	(("*borrowed theory*" OR "*borrowing theory*" OR "*borrowed theories*") AND ("*framework*" OR "*conceptual framework*" OR "*theoretical framework*") AND ("*organization theory*" OR "*organization studies*"))

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

[64] No caso desta base de dados, a busca ficou restrita ao *SocINDEX with Full Text* (*EBSCO*).

A execução das *strings* de busca nas 11 bibliotecas digitais recuperou 385 publicações, potencialmente, relevantes para compor o *corpus* desta RSL. O intervalo temporal da busca automática nas bibliotecas digitais abrangeu os estudos publicados a partir da década de 1960 até 2021. No que se refere a esse método de busca, o período da coleta de dados teve início em abril de 2020, sendo encerrado em março de 2021. A Tabela 1 apresenta a distribuição de frequência das publicações recuperadas através da busca automática, por biblioteca digital. A maioria dos estudos foi extraída da *Emerald* (*f*i = 73; pi = 19%), seguida da *Scopus* (*f*i = 61; pi = 15,8%) *e da EBSCO host* (*f*i = 54; pi = 14%). A *Science Direct* contribui com 35 publicações (pi = 9,1%). As bases de dados *JSTOR*, *Proquest*, *Springer Link* e *SAGE* obtiveram a mesma frequência de recuperação de estudos primários (*f*i = 28; pi = 7,3%). Foram extraídas 24 publicações (pi = 6,2%) da *Wiley Online Library* e da *Taylor & Francis*. Em relação à *Web of Science*, emergiram apenas 02 (pi= 0,5%) estudos do processo de busca automática.

Tabela 1 (3) — Distribuição de frequência dos estudos primários recuperadas nas bibliotecas digitais

BIBLIOTECA DIGITAL	***f*i**	**pi (%)**
EBSCO Host	54	14
Emerald	73	19
JSTOR	28	7,3
Proquest	28	7,3
SAGE	28	7,3
Science Direct	35	9,1
Scopus	61	15,8
Springer Link	28	7,3
Taylor & Francis	24	6,2
Web of Science	02	0,5
Willey Online	24	6,2
TOTAL	**385**	**100**

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Considerando a circularidade hermenêutica do CBA, os estudos, eliciados na busca automática, forneceram o subsídio para conduzir a busca manual. Utilizei o procedimento de bola de neve para identificar publicações, eventualmente, relevantes, que poderiam constituir o *corpus* e auxiliar no esboço do escopo da temática de interesse desta RSL (WOHLIN, 2014). O período de condução da busca manual foi iniciado e finalizado em março de 2021. Em termos operacionais, a busca manual foi

realizada através de leitura das referências de cada um dos estudos primários que emergiram da aplicação das *strings* nas bibliotecas digitais.

Conforme as recomendações de Wohlin (2014), adotei três critérios de bola de neve para selecionar estudos primários dessas listas de referências. Primeiro, a ordem de leitura dessas listas obedeceu ao preceito cronológico decrescente do ano de publicação dos estudos recuperados na busca automática. Inicia a busca nas publicações mais recentes progredindo até as mais antigas, isto é, de 2021 até 1960. Segundo, leitura de triagem nos títulos de cada um dos estudos contemplados nessas listas, com as finalidades de: a) identificar estudos pertinentes ao fenômeno investigado; b) remover publicações, obviamente, irrelevantes, e não alinhadas com a temática de importação de teorias estrangeiras no campo da Teoria das Organizações. Terceiro, excluir estudos duplicados encontrados, anteriormente, nas interações de busca automática e/ou nas listas de referência lidas. A aplicação desses critérios serviu para refinar o processo de busca manual. O processo de busca manual resultou em um conjunto de 13 estudos primários que, possivelmente, seriam candidatas reais à inclusão no *corpus* desta RSL. A Tabela 2 exibe as publicações recuperadas pelo procedimento de bola de neve.

Tabela 2 (3)— Publicações primárias extraídas pelo procedimento de bola de neve

PUBLICAÇÕES PRIMÁRIAS	***f*i**
Robertson e Ward (1973); Murray e Evers (1989); Pinder e Bourgeois (1982);Thomas (1990); Pozzebon e Pinsonneault (2005); Truex, Holmström e Keil (2006); Tsui (2007); Floyd (2009); Tams (2010); Fulmer e Ployhart (2014); Quain *et al.* (2016); Crossler *et al.* (2018)	13

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Os métodos de busca identificaram 398 estudos, iminentemente, pertinentes ao fenômeno da importação de teoria estrangeira na literatura de Teoria Organizacional. Sendo, 385 publicações (pi = 97%) provenientes da busca automática e, 13 (pi = 3,0%) estudos derivados da busca manual. As publicações foram, individualmente, submetidas ao escrutínio dos critérios de inclusão e exclusão apresentados na próxima seção.

3.5.2.3 Critérios de inclusão e exclusão

O objetivo desta fase foi estabelecer um conjunto de critérios para filtrar estudos primários pertinentes e, assim, descartar aqueles desnecessários, para os fins da RSL (PETTICREW; ROBERTS, 2006; KITCHENHAM; CHARTERS, 2007).

Nessa revisão, elaborei os critérios de inclusão e exclusão consoante as diretrizes sugeridas por Kitchenham e Charters (2007), Jesson, Matheson e Lacey (2011) e Wohlin (2014). Utilizei dois critérios de inclusão e cinco de exclusão.

Os critérios de inclusão foram os seguintes: I1) artigos de periódicos e conferências, dissertações, teses, livros e capítulos de livros, revisados por pares, recuperados pela busca automática, que desenvolveram *frameworks* de importação de teorias estrangeiras no campo da TO; I2) artigos de periódicos e conferências, dissertações, teses, livros e capítulos de livros, revisados por pares, obtidos pelo procedimento de bola de neve, que propuseram *frameworks* de importação de teorias estrangeiras no campo da TO.

Quanto aos critérios de exclusão, foram removidas dessa RSL: E1) publicações não disponíveis para *download* nas bibliotecas digitais da UFPE, no *Google* ou *Google Scholar*, no *Academia* e no *ResearchGate*, ou inacessíveis por quaisquer outros meios; E2) publicações não revisadas por pares, estudos que disponibilizaram apenas seu resumo, resumos estendidos, literaturas informais[65], e estudos secundários[66] ou terciários[67]; E3) publicações duplicadas; E4) estudos primários que não respondem a questão de pesquisa; E5) estudos não escritos em inglês. Esses critérios não são mutuamente exclusivos e, à vista disso, a ordem de executá-los importa (KITCHENHAM; CHARTERS, 2007). Inspirado nas recomendações de Jamshidi *et al.* (2012), a ordem de prioridade de aplicação dos critérios foi: E3, E5, E2, E4, E1, I1, e I2. Essa sequência foi, particularmente, importante no caso desta revisão, pois um examinador externo auditou a aplicação desses critérios nos textos recuperados nessa RSL.

A execução dos critérios de inclusão e exclusão sucedeu-se após a aquisição das publicações recuperadas pelos métodos de busca. A aplicação dos critérios foi efetivada durante a leitura individual de cada estudo primário. Similar a Etapa 1, iniciei

[65] As literaturas informais são formas de publicações que não utilizam uma abordagem sistemática e/ou científica nas suas conduções, isto é, não possuem perguntas de pesquisa definida e procedimentos metodológicos estabelecidos (KITCHENHAM; CHARTERS, 2007). Logo, não é possível afirmar se as análises e conclusões derivadas destas publicações são credíveis e confiáveis.

[66] Um estudo secundário é, consoante Kitchenham e Charters (2007), aquele que realiza uma ampla revisão de publicações primárias relacionadas a uma questão de pesquisa ou tópico. Esses estudos contribuem para integrar e/ou sintetizar agrupamentos de evidências sobre um fenômeno, identificando lacunas em um determinado corpo de conhecimento, as quais podem revelar a necessidade de conduzir novos estudos primários.

[67] De acordo com Kitchenham *et al.* (2010), um estudo terciário consiste em uma revisão de revisões sistemáticas ou mapeamentos sistemáticos realizados sobre um determinado tópico. As publicações secundárias são consideradas insumos dos estudos terciários.

a classificação das publicações por meio da leitura de orientação de seus títulos, *abstracts*, palavras-chave, introdução e conclusão. Essa triagem permitiu-me remover os estudos, notoriamente irrelevantes, com base nos critérios de exclusão. Em alguns casos, as informações extraídas da leitura de orientação desses 05 elementos textuais não foram suficientes para substanciar a categorização das publicações. Quando isso aconteceu, realizei uma leitura orientativa no corpo completo das publicações remanescentes para localizar aquelas que, pelo menos: a) abordaram o fenômeno da importação de teorias estrangeiras na literatura de Teoria Organizacional; e/ou b) propuseram um *framework* para compreender e avaliar tal fenômeno.

Os critérios de inclusão e exclusão conferiram homogeneidade ao *corpus* desta RSL. A homogeneidade é um dos preceitos para construção de um *corpus* de pesquisa, conforme Minayo (1998), Sardinha (2000) e Bauer e Aarts (2008). Esse preceito consiste em estabelecer princípios claros e precisos que denotem a singularidade dos documentos, quanto a temática ou ao fenômeno escolhido (BAUER; AARTS, 2008). Ademais, esses dois critérios foram utilizados para atribuir credibilidade e qualidade ao procedimento metodológico desta RSL. Do conjunto total de 398 publicações, a aplicação de tais critérios auxiliou-me a identificar, selecionar e, assim, refinar os estudos consideradas aptas para avaliação na Etapa 3. Durante a execução dessa fase, utilizei o StArt para agrupar, classificar e selecionar as publicações resultantes dos diferentes métodos de buscas conduzidos na Etapa 2. Esse *software* permitiu-me classificar, individualmente, os estudos em Aceitos, Rejeitados e Duplicados, a partir dos critérios de inclusão e exclusão.

A Tabela 3 resume o resultado da aplicação dos critérios de inclusão e exclusão nas publicações recuperadas por intermédio dos processos de busca automática e manual. É apresentada a distribuição de frequência dos estudos por biblioteca digital e pelo procedimento de bola de neve com base nos critérios I1, I2, E1, E2, E3, E4 e E5. Das 398 publicações encontradas nos processos de buscas, 05 (pi = 1,25%) estudos primários foram categorizados no critério I1 e, portanto, selecionados para análise na Etapa 3. Assim, exclui 393 (pi = 98, 75%) estudos dessa revisão e, assim, não integraram a composição final do *corpus* desta RSL. Em relação aos estudos suprimidos dessa RSL, enquadrei 05 publicações (pi = 1,25%) no critério E1, 09 (pi = 2,3%) no E2, 89 (pi = 22,4%) no E3 e, por fim, 290 (pi = 72,8%) no E4. O Apêndice B discrimina os estudos conforme aplicação dos critérios de inclusão e exclusão.

A classificação das publicações nos critérios I1 e I2 foi pautada em dois aspectos: a) ser um estudo de Teoria Organizacional, conforme a descrição desse termo no Apêndice A desta tese; b) fornecer um *framework* para examinar a transposição de teorias estrangeiras no domínio da TO. No tocante ao critério I1, 05 estudos primários, provenientes da busca automática, atenderam esse preceito de inclusão, a saber: Accard (2020), Oswick, Fleming e Hanlon (2011), Whetten, Felin e King (2009), Whetten (2009) e Zahra e Newey (2009). Essas publicações foram, posteriormente, analisadas na Etapa 3. Nenhuma das publicações extraídas por intermédio do procedimento de bola de neve foi categorizada no critério I2.

Tabela 3 (3) — Distribuição de frequência dos critérios de inclusão e exclusão

	Science Direct	*Springer Link*	*Proquest*	*JSTOR*	*EBSCO Host*	*Taylor & Francis*	*Emerald*	*Scopus*	*SAGE*	*Willey Online*	*Web of Science*	Bola de Neve	*fi*	pi (%)
I1				01				02		02			05	1,25
I2														
E1			02	01				01				01	05	1,25
E2			01		02	02	02		01	01			09	2,3
E3	04	10	14	05	11	04	22	08	07	02	02		89	22,4
E4	31	18	11	21	41	18	49	50	20	19		11	290	72,8
E5														

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

No que se refere ao critério de exclusão E1, o fato de determinado estudo ter sido contemplado nas buscas automática e manual, não implicou, necessariamente, que obtive permissão para realizar seu *download* e/ou acesso para fazer sua leitura *online*. Inicialmente, 08 publicações estavam indisponíveis para *download* e/ou acesso para leitura nas suas bibliotecas digitais de origem. No ímpeto de tentar obtê-las — i.e., aquisição, utilizei 02 estratégias. Primeiro, verifiquei se as publicações estavam disponíveis para *download* e/ou leitura nos arquivos abertos do *Google Scholar*, *ResearchGate* e *Academia*. Por meio dessa estratégia adquiri 03 publicações, que estavam indisponíveis, a saber: Kezar (2006b), Virta e Widén (2011), e Kitzie (2017). Segundo, contatei os autores das 05 publicações restantes, solicitando o envio de seus estudos por *e-mail*[68]. É importante pontuar que nenhum dos autores contatados

[68] Nesta situação, apresentei-me como pesquisador e professor da UFPE. Explique, brevemente, o objetivo da revisão sistemática de literatura e, que esta se tratava de uma pesquisa de doutorado.

respondeu a minha requisição de envio. Até outubro de 2020, não obtive acesso a essas 05 publicações, sendo 02 teses, 02 artigos e 01 livro.

Com base no critério E2, rejeitei 09 publicações, sendo 02 mapeamentos sistemáticos, 01 estudo terciário, 01 entrevista, 01 introdução de um simpósio, 01 relatório, 01 chamada para submissão de artigos para uma edição especial de um periódico, 01 introdução da edição especial de um periódico e, por fim, 01 artigo de revisão de um livro. Com a aplicação do critério E3, eliminei 89 publicações primárias duplicadas. Vale salientar que alguns estudos primários foram contemplados em duas ou mais bibliotecas digitais. No método de busca automática, o artigo de Baskerville e Dulipovici (2006), por exemplo, emergiu das bibliotecas do *Proquest*, *Springer* e *Taylor & Francis*. Além disso, esse artigo foi publicado como um capítulo de livro — i.e., Baskerville e Dulipovici (2015) —, sendo recuperado na busca automática realizada na *Springer*. Ao todo, extraí 04 cópias desse artigo das bases de dados, das quais 03 foram enquadradas no critério E2, como duplicadas, e 01 no E4.

Em relação ao critério E4, exclui 290 estudos primários dessa RSL. Identifiquei 03 categorias diferentes de estudos. A primeira categoria envolveu publicações de TO, revisadas por pares, que não abordaram o fenômeno de importação de teorias estrangeiras; ou, não apresentaram nenhum *framework* para compreender esses fenômenos, apesar de versar sobre ele. A segundo compreendeu publicações primárias, revisadas por pares, que apenas comentaram, replicaram literalmente ou criticaram *frameworks* — previamente desenvolvidos por outros autores —para avaliar a transposição de teorias estrangeiras nos estudos de TO. Em outros termos, exclui os estudos que não ofereceram modificações ou aprimoramentos nos *frameworks* de importação de teorias, já existentes, na literatura investigada em questão.

A terceira categoria abrangeu publicações não pertencentes a literatura de Teoria Organizacional. Estudos advindos de outras áreas do conhecimento, cujo conteúdo não me permitiu classificá-los como uma publicação de TO, consoante o entendimento desse termo apresentado no Apêndice A. Recusei tais estudos, independentemente, de abordarem o fenômeno em questão e/ou de proporem um *framework* para explicá-lo. Durante a leitura e execução desse critério de exclusão nas publicações, recuperadas nos processos de busca, identifiquei estudos de enfermagem, *marketing*, educação, política, e sistemas de informação. No que se refere ao critério de exclusão E5, nenhuma publicação primária foi classificada nesse critério.

A próxima seção exibe o procedimento e os critérios para avaliar a qualidade dos 05 estudos primários selecionados na Etapa 2.

3.5.3 Etapa 3 - Avaliação da Qualidade dos Estudos Primários

Uma das considerações mais importante no manuseio e análise de documentos nas RSLs refere-se à qualidade dos textos, enquanto evidências do fenômeno sob investigação (SCOTT, 1990; TIGHT, 2019). É sabido que os cinco estudos primários selecionados na Etapa 2 foram produzidos para outros fins, distintos daquele estabelecido por esta RSL. Precisei estabelecer critérios capazes de assegurar a qualidade da evidência e da fundamentação dos argumentos disponíveis nas publicações, antes de extrair seus conteúdos com a finalidade de gerar a síntese da revisão (SCOTT, 2006; AHMED, 2010). Sendo assim, a Etapa 3 visou definir critérios objetivos para examinar a qualidade de cada estudo primário selecionado na Etapa 2.

O escopo de qualidade dos estudos primários avaliados nessa etapa foi delimitado pelo horizonte da estrutura conceitual das perguntas de pesquisa dessa RSL. Não há um consenso entre os acadêmicos sobre o que é um estudo de qualidade. Não obstante esse fato, Kitchenham e Charters (2007) e Jesson, Matheson e Lacey (2011) defendem que é preciso avaliar a qualidade dos estudos primários. Na opinião deles, isso é fundamental para a obtenção de resultados mais confiáveis em revisões sistemáticas. As publicações que não atenderam aos critérios de qualidade, descritos nessa etapa, foram excluídas do *corpus* de pesquisa desta revisão. Em consonância com os critérios de inclusão e exclusão da Etapa 2, os critérios de qualidade tiveram o papel de conferir credibilidade a análise das evidências contidas nas publicações primárias e aos resultados da pesquisa.

Conforme Tight (2019), vários critérios de qualidade podem ser adotados para examinar as fontes documentais em uma RSLs. Nesta revisão, utilizei três conjuntos complementares e congruentes de critérios para analisar a qualidade das publicações primárias. Inicialmente, a qualidade dos estudos primários foi fundamentada e respaldada nos princípios documentais de pertinência, adequação e relevância (SCOTT, 1990; MOGALAKWE, 2006; SCOTT, 2006; BOWEN, 2009). Em seguida, apliquei quatro critérios objetivos — i.e.., QA1, QA2, QA3 e QA4 — para julgar a qualidade das publicações selecionadas para análise nessa etapa. Esses critérios

objetivos foram construídos a partir das recomendações de Petticrew e Roberts (2006) Kitchenham e Charters (2007), Tong, Sainsbury e Craig (2007), Jamshidi *et al.* (2012) e Nice (2012).

O critério QA1 examinou o conteúdo das publicações. Os critérios QA2, QA3 e QA4 referiram-se às informações bibliométricas de impacto dos estudos. O QA2 classificou os estudos com base nos fóruns em que foram publicados. QA3 e QA4 avaliaram o impacto acadêmico de cada estudo com base no número de citações recebidas desde sua publicação (AKSNES, 2006; MOLLÉRI; PETERSEN; MENDES, 2018). É importante ressaltar que o QA4 relaxou os parâmetros do QA3. Por fim, esses quatro critérios foram alinhados com os critérios de autenticidade, credibilidade, representatividade e significado de um documento. Esses são considerados preceitos de avaliação de qualidade de textos em pesquisas documentais (SCOTT, 1990;2006; AHMED, 2010; TIGHT, 2019). A aplicação desses critérios de qualidade, culminou na seleção de cinco publicações para análise na Etapa 4. As publicações foram as seguintes: Whetten (2009), Whetten, Felin e King (2009), Zahra e Newey (2009), Oswick, Fleming e Hanlon (2011), e Accard (2020).

Em termos processuais, a aplicação dos critérios de qualidade ocorreu, concomitante, durante leitura analítica do conteúdo de cada um dos estudos primários analisados na Etapa 3. Essa leitura oportunizou-me a identificação e classificação dos elementos e do conteúdo das publicações, conforme esses critérios. O *software* StArt foi utilizado durante a execução dessa etapa, para auxiliar na execução de tais critérios. Ao invés de serem considerados momentos distintos na avaliação da qualidade das publicações, os critérios foram empregados de maneira interdependente, ou seja, não foi possível utilizar, adequadamente, qualquer um deles, em detrimento da exclusão dos demais (JAMSHIDI *et al.*, 2012). A ordem de leitura obedeceu a cronologia do ano de publicação dos estudos, desde o mais antigo até o mais recente. A sequência de leitura foi: Whetten (2009), Whetten, Felin e King (2009), Zahra e Newey (2009), Oswick, Fleming e Hanlon (2011) e Accard (2020).

Durante a condução da Etapa 3, a leitura analítica permitiu-me, gradualmente, obter uma compreensão individual dos seguintes aspectos das publicações primárias: a) seus focos e objetivos, b) suas questões de pesquisa, c) abordagens e metodologias adotadas, d) conceitos e teorias usados, e) categorias de evidências oferecidas, e f) principais afirmações de conhecimento e contribuições feitas. Essa leitura revelou como o argumento dos autores foi desenvolvido e como as

reivindicações de conhecimento e contribuições foram justificadas (BOELL; CECEZ-KECMANOVIC, 2014). Isso conferiu-me a capacidade de realizar suposições e elaborar interpretações, mesmo quando, as evidências fornecidas não estão, explicitamente, declaradas no texto (BOELL; CECEZ-KECMANOVIC, 2010).

No tocante a função dos critérios de qualidade no círculo hermenêutico, eles ensejaram a classificação e seleção dos estudos primários lidos na Etapa 4. Em outros termos, eles substanciaram a escolha das publicações relevantes, para fins da análise temática. A execução da Etapa 3 resultou na finalização da construção do *corpus* de pesquisa, analisado no círculo de análise e interpretação. A seguir, descrevo cada um dos critérios de qualidade utilizados e, como foram aplicados nos estudos primários.

Alinhado com o critério de inclusão I1, uma publicação foi considerada pertinente quando abordou a temática de importação de teorias estrangeiras na literatura de Teoria das Organizações. A adequação remeteu ao alinhamento do conteúdo do estudo às finalidades da pesquisa (SILVA *et al.*, 2009). Sendo assim, considerei adequado os estudos primários cujos conteúdos abrangeram a proposição de um *framework* para compreender o processo de importação de teorias estrangeiras na literatura de TO. Enquadrei as publicações consideradas inadequadas no critério de exclusão E4.

A relevância estabeleceu a importância dos documentos para com a pergunta de pesquisa, bem como as relações dos próprios documentos entre si (GOFFMAN, 1968). Inicialmente, cogitei se as publicações selecionadas na Etapa 2 continham informações/evidências relevantes que contribuíam para responder às perguntas dessa RSL. Em seguida, ponderei se os estudos oportunizaram estabelecer uma relação comparativa entre os argumentos e os *frameworks* das publicações, quando confrontados umas com as outros. Durante a leitura de orientação das publicações na Etapa 2, constatei, por exemplo, que: a) Oswick, Fleming e Hanlon (2011) acusaram Whetten, Felin e King (2009) de não fornecerem uma explicação sobre a verdadeira natureza e a extensão do processo de importação de teorias estrangeiras.; b) o *framework* de transposição de teoria estrangeira desenvolvido por Accard (2020)foi inspirado nos estudos de Whetten, Felin e King (2009) e Oswick, Fleming e Hanlon (2011).

A construção dos itens constituintes do critério QA1 foi fundamentada na proposta de Jamshidi *et al.* (2012). De acordo com esses autores, há dois critérios de qualidade para avaliar o conteúdo de uma publicação, a saber: a) itens gerais e b)

itens específicos. Os itens gerais são, uniformemente, aplicados a qualquer RSL. Já os específicos são desenvolvidos pelo pesquisador com base nas idiossincrasias de sua revisão. Nesta tese, os itens específicos encapsularam e a examinaram questões relacionadas aos *frameworks* de importação de teoria estrangeira no campo da Teoria Organização. O QA1 sinaliza a qualidade do alinhamento das contribuições de um estudo com o objetivo da RSL (JAMSHIDI *et al.*, 2012).

O protocolo de itens desenvolvido por Jamshidi *et al.* (2012) foi direcionado para avaliação do conteúdo de estudos empíricos, particularmente, de cunho positivista. Contudo, todas as publicações selecionadas para análise na Etapa 3 são teórico-conceituais. Isso demandou um esforço para construir um novo conjunto de categorias e perguntas-chave adequado a finalidade de avaliar a qualidade das publicações, consoante o critério QA1. Mantive algumas categorias e perguntas-chaves dos itens originais da proposta desses autores, tais como: a) propósito do estudo (i.e., ele é claro no que pretende fazer?); b) contexto; c) conclusão (i.e., as suas conclusões são apresentadas de maneira clara?).

Embora algumas categorias e perguntas-chaves sejam inspiradas na proposta de Jamshidi *et al.* (2012), incorporei e adaptei aos itens gerais do QA1 algumas das categorias e perguntas-chaves, sobre a qualidade de publicações, das listas de verificação dos 12 itens sugeridos pelo NICE (2012)[69] e dos 32 itens do COREQ 32[70] propostos por Tong, Sainsbury e Craig (2007). Além disso, utilizei as diretrizes para revisores do *Academy of Management Review*[71], com vias a construir outras categorias e perguntas-chave, as quais contemplassem e, conseguissem avaliar, a natureza conceitual e teórica desses estudos. Foram estabelecidos 15 itens para examinar QA1 dos estudos selecionados, sendo 11 itens gerais e 04 específicos. O Quadro 7 apresenta as categorias e as perguntas-chaves dos itens gerais e específicos direcionados a avaliação da qualidade de estudos conceituais/teóricos nessa RSL.

---

[69] O NICE — i.e., *National Institutide for Health and Care Excellence* — desenvolveu uma lista de verificação de metodologia para avaliar a qualidade de estudos qualitativos na área de saúde (NICE, 2012).

[70] A lista de verificação do COREQ32 — i.e., *The Consolidated Criteria for Reporting Qualitative Studies* — foi escrita como uma diretriz formal de relatórios para ajudar autores e revisores de periódicos a avaliarem a qualidade dos estudos qualitativos, com vias a melhorar a qualidade do trabalho submetido e publicado em periódicos médicos. Segundo Jesson, Matheson e Lacey (2011), as ideias e os itens do COREQ32 são transferíveis para outras disciplinas.

[71] https://aom.org/events/annual-meeting/reviewing/reviewer-guidelines

A legenda da escala de pontuação das perguntas-chaves itens do QA1 foi: a) valor máximo = 1.0; b) valor intermediário = 0.5; c) valor mínimo = 0.0 . Durante a leitura das publicações, as perguntas-chaves do QA1 foram, individualmente, pontuadas da seguinte forma: a) conferi pontuação máxima às perguntas-chave cujos itens foram, totalmente, contemplados e cumprido; b) atribui pontuação intermediária às perguntas cujos itens foram, parcialmente, abrangidos e satisfeitos; c) pontuei o mínimo às perguntas-chave cujos objetos de interesse não foram atendidos e realizados.

Quadro 7 (3) — Critérios QA para Estudos Teóricos

ITENS GERAIS		
Categoria	**Perguntas-chave**	**Pontuação**
Propósito do estudo	QA1_1. O estudo é claro no que pretende fazer?	(1.0) O propósito do estudo — i.e., definição do problema, objetivos/questão de pesquisa —, os valores, as premissas e a teoria que o sustentam, são claros. (0.5) O propósito do estudo, os valores, as premissas e a teoria que o sustentam não estão claros. (0.0) Este item é inadequadamente relatado no estudo.
Desenvolvimento Conceitual/Teórico	QA1_2. O estudo fornece uma explicação explícita do arcabouço conceitual/teórico utilizado?	(1.0) O arcabouço conceitual/teórico está explícito. (0.5) O arcabouço conceitual/teórico está implícito. (0.0) Este item é inadequadamente relatado no estudo.
	QA1_3. O arcabouço conceitual/teórico utilizado no estudo contém uma estrutura bem desenvolvida e articulada?	(1.0) O estudo possui uma estrutura conceitual/teórica bem desenvolvida e articulada. (0.5) O estudo não apresenta uma estrutura conceitual/teórica bem desenvolvida e articulada. (0.0) Este item é inadequadamente relatado no estudo.
	QA1_4. Os conceitos centrais do arcabouço conceitual/teórico estão definidos de forma coerente, concatenada, e de fácil compreensão?	(1.0) Os conceitos centrais são elucidados de maneira coerente, concatenada, de fácil compreensão. (0.5) Os conceitos centrais não são explicitados de modo coerente, concatenada, de fácil compreensão. (0.0) Este item é inadequadamente relatado no estudo.
	QA1_5. As proposições do estudo fluem logicamente da teoria?	(1.0) As proposições fluem logicamente. (0.5) As proposições não fluem logicamente. (0.0) Este item é inadequadamente relatado no estudo.

Fonte: Elaborado pelo Autor (2020).

Quadro 7 (3) — Critérios QA para Estudos Teóricos (Cont.)

ITENS GERAIS		
Categoria	**Perguntas-chave**	**Pontuação**
Contexto	QA1_6 O contexto de aplicação do arcabouço conceitual/teórico estudo é retratado de forma inteligível?	(1.0) O contexto é descrito de maneira compreensível. (0.5) O contexto não é apresentado de maneira entendível. (0.0) Este item é inadequadamente relatado no estudo.
Credibilidade	QA1_7. A literatura relevante é citada com precisão no estudo, ou faltam referências críticas?	(1.0) O estudo cita a literatura relevante com precisão e não faltam referências criticas. (0.5) O estudo não cita a literatura relevante com precisão e faltam referências críticas. (0.0) Este item não se aplica ao estudo.
Conclusão	QA1_8. As conclusões são pertinentes com a discussão endereçada no estudo?	(1.0) As conclusões são pertinentes. (0.5) As conclusões não são pertinente. (0.0) Este item é inadequadamente relatado no estudo.
Contribuição para o conhecimento	QA1_9. O estudo promove o desenvolvimento teórico de maneira significativa na literatura de Teoria Organizacional?	(1.0) O estudo contribui para avanço significativo do conhecimento (0.5) O estudo não contribui para avanço significativo do conhecimento. (0.0) Este item é inadequadamente relatado no estudo.
Implicações e Limites	QA1_10. Existe uma discussão satisfatória sobre os limites do estudo?	(1.0) Os limites são satisfatoriamente relatados. (0.5) Os limites não são satisfatoriamente relatados. (0.0) Não são apresentados os limites do estudo.
	QA1_11. As implicações para pesquisas futuras estão relatadas de forma razoável no estudo?	(1.0) As implicações são descritas de maneira razoável. (0.5) As implicações não são descritas de modo razoável. (0.0) Este item é inadequadamente relatado no estudo.

Fonte: Elaborado pelo Autor (2020).

Quadro 7 (3) — Critérios QA para Estudos Teóricos (Cont.)

ITENS ESPECÍFICOS		
Categoria	**Perguntas-chave**	**Pontuação**
Framework de importação de teoria	QA1_12. Como é descrita a aplicação dos elementos do *framework*, para fins de avaliação das teorias importadas?	(1.0) As descrições são amplamente detalhadas. (0.5) As descrições são relativamente detalhadas. (0.0) Este item é inadequadamente relatado no estudo.
	QA1_13. Os elementos e os fundamentos do *framework* são justificados no estudo?	(1.0) Há uma justificativa explícita e formal dos elementos e dos fundamentos. (0,5) Há uma justifica implícita e informal dos elementos e dos fundamentos. (0.0) Este item é inadequadamente relatado no estudo.
	QA1_14. Como ocorre a validação do *framework* no estudo?	(1.0) O *framework* é validado empiricamente no estudo. (0.5) O *framework* é validado teoricamente no estudo. (0.0) Este item é inadequadamente relatado no estudo.
	QA1_15. O escopo e os limites de aplicação do *framework* são especificados no estudo?	(1.0) O escopo e os limites são especificados explicitamente e formalmente. (0.5) O escopo e os limites são especificados implicitamente e informalmente (0.0) Este item é inadequadamente relatado no estudo.

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Para objetivar o critério QA1, Jamshidi *et al.* (2012) sugerem a adoção de um procedimento baseado em pontos para cada categoria e pergunta-chave dos itens, cujos valores são agregados e calculados através da Equação 1 do *QualityScore*.

Equação 1 (3) — QualityScore do QA1

$$Quality\ Score = \left[\frac{\sum_{G=1}^{11}}{11} + \left(\frac{\sum_{E=1}^{4}}{4} \times 3 \right) \right]$$

Fonte: Equação adaptada de Jamshidi *et al.* (2012).

O *QualityScore* do QA1, exibido na Equação 1, foi calculado por meio do somatório das 11 perguntas referentes aos itens gerais — i.e., G — com as 04 perguntas dos itens específicos — i.e., E. Cada uma das perguntas correspondentes aos itens de avaliação G e E possui pontuação máxima de 1. Essa equação calculou a média ponderada entre G e E, sendo que E pesa três vezes mais que G. De acordo com

Jamshidi *et al.* (2012), isso ocorre porque as contribuições específicas — i.e., E — de um estudo são mais importantes do que as contribuições gerais — i.e., G. O resultado do uso dessa equação foi uma quantificação numérica capaz de sinalizar a qualidade dos estudos primários avaliados. A interpretação do critério de qualidade QA1 foi a seguinte:

a) Estudos com pontuação >= 3,0 foram classificados como de “alta qualidade”;
b) Publicações com pontuação >= 1,5 e < 3,0 foram consideradas aceitáveis, ou seja, “qualidade média”;
c) Estudos com pontuação < 1,5 foram considerados de “baixa qualidade”, sendo excluídos da revisão.

No tocante ao critério QA2, utilizei o índice do *SCImago Journal Rank* — i.e., SJR[72] — para avaliar a qualidade dos periódicos das publicações. O SJR é um indicador acadêmico que mensura a influência científica de periódicos com base no número de citações ponderadas recebidas por um periódico e na importância/prestígio dos periódicos. Nesta RSL, o SRJ foi interpretado da seguinte forma:

a) Estudos publicados em periódicos com a classificação Q1 foram categorizados como de “alta qualidade”;
b) Estudos publicados em periódicos com a classificação Q2 foram rotulados na condição de “média qualidade”;
c) Estudos publicados em periódicos com a classificação igual ou inferior a Q3 ou sem classificação foram considerados como de “baixa qualidade”, sendo excluídos da revisão;
d) Estudos publicados em periódicos sem classificação no SRJ também foram considerados de baixa qualidade e, portanto, foram excluídos da revisão.

O critério de avaliação de qualidade QA3 classificou os estudos com base no número de citações recebidas desde sua data de publicação. O *Google Scholar*[73] foi usado como plataforma para extrair as informações sobre o ano de publicação dos estudos selecionados e o número citações recebidas de cada um deles. O número de vezes em que um estudo foi citado indicou sua relevância (AKSNES, 2006). Estudos

[72] https://www.scimagojr.com/journalrank.php
[73] https://scholar.google.com.br/

mais citados tendem a ser mais relevantes. As publicações mais atuais permitiram acesso aos desenvolvimentos mais recentes sobre uma determinada temática. Os resultados do *Google Scholar* foram lidos da maneira a seguir:

a) Estudos com mais de 05 citações tiveram alta relevância e, por isso, de alta qualidade;
b) Publicações com mais de 01 e menos de 05 citações foram classificadas como de média relevância e, assim, qualidade mediana.
c) Estudos sem citações foram qualificados como de baixa relevância e, dessa forma, foram excluídos da revisão.

Como QA3 pode ser injusto com publicações mais recentes, particularmente, por terem menos “tempo de vida” e, desse modo, oportunidades menores de terem sido citadas, o critério QA4 estabeleceu um relaxamento nos parâmetros instituídos pelo QA3. O Q4 foi aplicado, somente, nos estudos publicados nos últimos 05 anos. A maneira de interpretar a qualidade do critério Q4 foi:

a) Estudos citados pelo menos 01 vez possuem relevância, potencialmente, alta;
b) Publicações que não foram citados nenhuma vez têm, por conseguinte, relevância, possivelmente, média;
c) Estudos que não apareceram no resultado de busca do *Google Scholar* foram considerados de baixa relevância.

Com base nos critérios QA1, QA2, QA3 e QA4, a inclusão de uma publicação, para análise na Etapa 4, foi condicionada a satisfação da seguinte condição: um estudo possui qualidade se, e somente se, obter classificação média ou alta no QA1 e QA2, bem como no QA3 ou QA4. Uma publicação deve, no mínimo, obter QA1> = 1,5 e QA2 médio. Quanto aos demais critérios de impacto bibliográfico, um estudo precisa atender QA3 ou QA4 com uma classificação mínima média. O Apêndice C exibe a aplicação desses quatro critérios para avaliar a qualidade das publicações selecionadas.

O uso de recursos objetivos nesses critérios QA1, QA2, QA3 e QA4 — e.g., pontuação e número de citações — visou conferir objetivação a subjetividade de minha análise da qualidade dos estudos selecionados para leitura analítica na Etapa 3. Isso não implicou em assumir uma postura reducionista da perspectiva objetivista-

quantitativa na condução da leitura das publicações. Não atribui pontuações aleatórias as perguntas-chaves dos itens referentes à qualidade de um documento. Ao contrário, a leitura analítica foi norteada por um olhar hermenêutico. O ato de ler possibilitou-me estabelecer um dialogo com as publicações e, à vista disso, promoveu um encontro dialético entre meu horizonte e o horizonte dos textos. A fusão desses horizontes, norteada pelo meu *praejudicium*, direcionou-me a uma ampliação e maior compreensão dos conteúdos individuais dos estudos e, de suas relações uns com os outros.

Os recursos objetivos serviram, principalmente, para estabelecer um parâmetro de checagem, a partir do qual outros pesquisadores — e.g., *external and internal auditing*[74]— pudessem verificar meus julgamentos sobre a qualidade dos estudos analisados durante essa etapa. Enquanto técnica usada para estabelecer o princípio da credibilidade em pesquisas qualitativas, o *auditing* — i.e., auditoria — foi utilizado para avaliar a adequação entre o conteúdo dos textos e minhas compreensões deles, estabelecendo, assim, um critério de veracidade para os resultados e as descobertas desta RSL. O papel do *internal auditing* foi desempenhado pela professora orientadora desta tese. Dois professores doutores do curso de Administração do Centro Acadêmico do Agreste da UFPE atuaram como auditores externos desta revisão. Em ambos os casos, os recursos objetivos permitiram aos auditores acesso a minha análise da qualidade das publicações.

O procedimento de aplicação das marcações dos critérios QA1, QA2, QA3 e QA4 dos estudos primários, junto aos auditores, foi realizado da maneira a seguir. As publicações selecionadas para leitura foram pontuadas e classificadas, individualmente, com base nos parâmetros estabelecidos para cada um dos critérios

[74] O termo *auditing* refere-se a uma revisão sistemática dos processos envolvidos para conferir credibilidade aos procedimentos e aos resultados com base em padrões metodológicos aceitos. Na pesquisa qualitativa, a auditoria é uma ferramenta valiosa para demonstrar o rigor de uma investigação (GIVEN, 2008) O *auditing* pode ser conduzido em uma base interna — i.e., *internal auditing* — ou externa — i.e., *external auditing* (DENZIN; LINCOLN, 2018). Na *internal auditing*, os membros da equipe de uma pesquisa fornecem um sistema de verificações e ponderações uns para os outros. Este processo visa promover consistência no processo de pesquisa. Ademais, o *internal auditing* serve para identificar e, subsequentemente, diminuir o viés de qualquer um dos membros envolvido na pesquisa. Esse forma de auditoria envolve a revisão e exame, por parte de outros membros da equipe, de decisões e de processos analíticos associados à pesquisa (CRESWELL; POTH, 2017). A *external auditing* envolve uma revisão formal e sistemática realizada por pessoas que não possuem envolvimento direto na condução da pesquisa. Um auditor externo, normalmente, é um pesquisador com conhecimento dos processos de pesquisa qualitativa. Ele não necessita ter experiência na temática pesquisada. A auditoria externa tem o objetivo de ratificar ou contrariar decisões e processos analíticos associados à pesquisa (GIVEN, 2008; DENZIN; LINCOLN, 2018).

supramencionados. Fui o primeiro a ler e aplicar as pontuações e as marcações de qualidade em cada publicações. Após finalizar minha análise, solicitei que o auditor interno marcasse os mesmos textos. Subsequentemente, requisitei aos auditores externos que fizessem o mesmo. Após todos terem verificado as publicações em separado, foi preciso confrontar os resultados de nossas análises.

A concordância entre os analistas foi baseada na igualdade ou similaridade das pontuações e das marcações individuais desses critérios. Nos casos de discordância, foi preciso revisitar a(s) publicação(ões) com a finalidade de discutir as pontuações e as marcações dos critérios que apresentaram divergências entre os analistas. Cada analista teve que justificar “item a item” sua marcação para os demais até que um consenso fosse estabelecido. Ao final deste procedimento, foi gerada 01 tabela com as informações pertinentes a aplicação dos critérios QA1, QA2, QA3 e QA4 nas publicações que atenderam ao critério de Inclusão I1. Os resultados dessas tabelas objetivaram demonstrar a qualidade das publicações analisadas na Etapa 3. Os artigos de Whetten (2009), Whetten, Felin e King (2009), Zahra e Newey (2009), Oswick, Fleming e Hanlon (2011) e Accard (2020) atenderam a análise desses quatro critérios. O Apêndice C exibe essa tabela e o resultado da avaliação da qualidade das publicações com base nesses critérios.

Em adição aos princípios de pertinência, adequação e relevância e aos critérios QA1, QA2, QA3 e QA4, incorporei os preceitos da autenticidade, credibilidade, representatividade e significado, como descritos por Scott (1990), à análise da qualidade dos estudos primários nesta RSL. A autenticidade examinou se os documentos eram genuínos e provenientes de origens confiáveis (SCOTT, 1990). A genuinidade, integridade e origem inquestionável dos cinco estudos primários, analisados na Etapa3, foi assegurado da seguinte forma: essas publicações foram acessadas, diretamente, pelos *links* de *download* disponibilizados pelas bibliotecas digitais da UFPE. Esses *links* possibilitaram adquirir os documentos de suas fontes originais de publicação.

A credibilidade examina se os estudos não possuem erros ou distorções em seus conteúdos (SCOTT, 1990). Ela foi assegurada de três formas distintas, porém complementares, a saber: a) o critério de inclusão I1; b) os itens sobre credibilidade no critério de qualidade QA1; c) o critério de qualidade QA2. Esses três critérios permitiram-me considerar e avaliar a factualidade dos relatos/das descrições dos

conteúdos abarcados pelas publicações. Isso conferiu confiabilidade a veracidade factual daquilo que os documentos descreveram.

A representatividade avaliou se os documentos consultados eram representativos de todos aqueles relevantes que existem (SCOTT, 1990). Esse preceito foi certificado pelos critérios de qualidade QA3 e QA4. Um número expressivo de citações recebidas por um estudo tende a indicar que ele é pode ser representativo de todos aqueles relevantes acerca do fenômeno/temática sob investigação. Além disso, a representatividade está relacionada a especificidade, adequação e pertinência das publicações aos objetivos de uma pesquisa. Neste caso, a representatividade confere qualidade a construção do *corpus* de pesquisa (MINAYO, 1998; SARDINHA, 2000; GHADESSY; HENRY; ROSEBERRY, 2001; BARDIN, 2004). As cinco publicações selecionadas para extração de dados na Etapa 4 são específicas de uma certa variedade de documentos (LEECH, 1992), isto é, estudos Teoria Organizacional que propuseram um *framework* para examinar a importação de teorias estrangeiras. Por conseguinte, essas publicações estão alinhadas e são pertinentes aos objetivos desta RSL.

O significado verificou se as evidências contidas nos documentos eram claras e compreensíveis (SCOTT, 1990). O significado foi, inicialmente, apreendido pelas perguntas-chaves do critério QA1, cuja função foi questionar a clareza e compreensibilidade das evidências apresentadas pelo estudo. Em consonância com isso, apliquei dois níveis de análise quanto ao significado de um documento: a) valor nominal; b) interpretativo. O primeiro nível de significado — valor nominal — correspondeu a compreensão literal de um documento, com o qual se entendeu sua legibilidade nominal (PLATT, 1981; SCOTT, 1990). Após extrair o valor nominal das publicações primárias, procedi para segundo nível de análise, isto é, o significado interpretativo. Nesse segundo nível de significado, relacionei o significado literal aos contextos em que os documentos foram produzidos, com a finalidade de avaliar o significado dos textos na totalidade (SCOTT, 1990). Assim, enunciei algumas interpretações sobre o conteúdo dos estudos primários que foram além da verdade de suas afirmações factuais (PLATT, 1981). O significado de valor nominal dos documentos e o significado interpretativo foram estabelecidos por meio dos horizontes do texto e do intérprete, via análise hermenêutica. Os procedimentos aplicados para estabelecer esses dois significados nas publicações primárias estão descritos na Etapa 4.

A seguir descrevo o tipo de análise utilizada para extração de dados das publicações selecionadas para análise na Etapa 4.

3.5.4 Etapa 4 – Extração de Dados

A Etapa 4 apresenta os procedimentos analíticos da ATR para extrair informações e, assim, conduzir a análise crítica dos cinco estudos primários, pertencentes ao *corpus* de pesquisa desta RSL, selecionados na Etapa 3. A quarta etapa englobou as atividades de mapeamento sistemático e classificação e de avaliação crítica do CAI e as primeiras de familiarização, codificação, construção e revisão de temas da ATR. Nessa etapa, a atividade de mapeamento e classificação envolveu 05 processos complementares, a saber: a) formular segmentos significativos[75] a partir do conteúdo de cada estudo primário; b) codificação semântica dos segmentos; c) elaborar unidades de sentido; d) codificação latente das unidades; por fim, e) desenvolvimento dos temas. O registro de minhas anotações sobre os estudos primários analisados ocorreu em paralelo com os demais processos elencados acima. Em termos práticos, a operacionalização desses processos foi realizada no *software* MaxQDA, versão 2018.

A extração dos dados ensejou uma nova rodada de leitura e, assim, familiarização com as cinco publicações primárias do *corpus* de pesquisa. Destaco duas distinções entre a familiarização na Etapa 4 daquelas realizadas nas etapas anteriores: a) o foco da leitura analítica foi direcionado à compreensão dos *frameworks* de importação de cada um dos estudos primários e suas inter-relações; b) um envolvimento profundo com o conteúdo das publicações tanto ao nível ideográfico, quanto nomotético.

Em consonância com a dinâmica descrita da Figura 4, abordei essas publicações munido de meu *praejudicium* e das lentes conceituais e epistêmica apresentada nos Capítulos 1, 2 e 4. No Apêndice D, ilustro como concatenei as informações para formar meu horizonte sobre a temática e o fenômeno de interesse da tese. A estrutura conceitual do meu horizonte norteou os processos de leitura e compreensão desses documentos. Essa estrutura forneceu-me uma base para conhecer e/ou interrogar o horizonte dos textos. O *praejudicium* auxiliou-me a ratificar

[75] Os termos segmentos significativos ou segmentos e fragmentos significativos ou fragmentos são utilizados de maneira intercambiável nesta tese.

ou desafiar o horizonte das publicações — e, em particular, suas verdades sobre o fenômeno em questão — no decorrer do processo de análise do círculo hermenêutico e, assim, da fusão de horizontes. Novamente, a ordem de leitura dos estudos respeitou o critério o cronológico do ano de suas respectivas publicações, sendo da mais antiga até a mais recente. Os textos foram lidos na seguinte sequência: Whetten (2009), Whetten, Felin e King (2009), Zahra e Newey (2009), Oswick, Fleming e Hanlon (2011) e, por fim, Accard (2020).

A princípio, a leitura analítica intentou elaborar segmentos significativos em cada um dos estudos do *corpus* de pesquisa. Esses segmentos corresponderam a fragmentos do corpo do texto das publicações primárias, cujo conteúdo continham ideias, conceitos, argumentos, reivindicações onto-epistêmicas, justificativas, métodos, ou contribuições de conhecimento acerca do fenômeno sob investigação nesta tese. O processo de identificação dos segmentos foi guiado pelas perguntas secundárias de pesquisa desta RSL. Elas representam quatro dimensões distintas de inquirição: a) b) conteúdo; c) justificativa; d) contribuição; e) limites.

A dimensão Conteúdo englobou a identificação dos elementos que compuseram os *frameworks* de importação de teorias estrangeiras, particularmente, *radical traveling theories*, na Teoria Organizacional. Ademais, essa dimensão também envolveu a compreensão das relações estabelecidas entre os elementos de cada *framework*. O enfoque da Justificativa foi o de desvelar as explicações, as racionalidades e os métodos utilizados para fundamentar e sustentar os pressupostos e a adoção dos *frameworks*. A Contribuição abrangeu os argumentos em prol dos modelos de importação no tocante à construção de conhecimento na TO. Por fim, a dimensão Limites envolveu o reconhecimento do alcance máximo do potencial explicativo do *framework*. As dimensões, suas respectivas questões e seus intuitos estão apresentados e descritos no Quadro 8.

Essas quatro dimensões serviram, portanto, como um momento primo de categorização sistemática dos segmentos significativos circunscritos no corpo de texto dos estudos primários analisados na RSL. Em referência ao círculo hermenêutico, essa categorização foi responsável por demarcar, a princípio, as partes – isto é, os fragmentos textuais – constituintes do conteúdo de cada uma das publicações. Isso correspondeu a um dos momentos da análise de nível ideográfico. Ao todo, foram classificados 189 segmentos de significado, referentes ao fenômeno sob investigação, nos estudos integrantes do *corpus* de pesquisa dessa revisão.

Quadro 8 (3) — Dimensões de mapeamento e classificação dos segmentos de dados significativos nos estudos primários

		QUESTÕES	INTUITO
DIMENSÕES	**Conteúdo**	Quais são os elementos – i.e., marcadores e critérios – pertencentes aos *frameworks* de importação de teorias estrangeiras no domínio da Teoria das Organizações?	Mapear os segmentos de significativos denotativos dos elementos incorporados aos *frameworks* importação de teorias na TO. Ademais, elaborar os segmentos que contenham as descrições e explicações das relações estabelecidas entre os componentes dos *frameworks*.
		Que conexões são estabelecidas entre os elementos dos *frameworks* para descrever e explicar o processo de importação de teorias estrangeiras na Teoria Organizacional?	
	Justificativa	Como o *framework* é justificado para fins de compreensão do processo de importação de teorias estrangeiras no campo da Teoria Organizacional?	Apresentar os segmentos que fundamentam os pressupostos, o processo e a aplicação do *framework* de teorias importadas na TO.
	Contribuição	Quais são as contribuições dos *frameworks* para construção de conhecimento na disciplina de Teoria das Organizações?	Estabelecer os segmentos expressivos das contribuições – sejam teóricas, empíricas ou conceituais – desses *frameworks* para construção de conhecimento na TO.
	Limites	Quais são os limites explicativos dos *frameworks* para o desenvolvimento epistêmico da Teoria Organizacional?	Evidenciar os segmentos que representem os limites epistêmicos dos *frameworks* na TO.

Fonte: Elaborado pelo Autor (2020).

O Quadro 9 ilustra um segmento significativo, e suas respectivas dimensões, identificado no corpo do texto do artigos de Accard (2020). Quanto ao conteúdo, o trecho destaca os seguintes elementos do *framework* de importação: a) a racionalidade analógica — i.e., *abstract transformative analogical reasoning*; b) o tipo de teoria sob análise — *radical traveling theories*; c) método de transferência de teorias — i.e., *mapping* e *tight mapping*. As conexões entre esses elementos revelam o modo unidirecional de importação que, de maneira criativa e rigorosa, transfere e domestica as estruturas das radicais traveling theories, mediante redução de seus níveis de abstração. O *abstract transformative analogical reasoning* e o *tight mapping* justificam o *modus operandi* de importação dessas teorias no modelo de Accard (2020). Esse segmento sinaliza a contribuição desse modelo para compreensão e

aplicação dos processos de transposição e reestruturação epistêmica de tais teorias no domínio da Teoria Organizacional. O método *tight mapping* corresponde a um novo procedimento incorporado aos processos em questão.

Quadro 9 (3) — Segmento significativo e suas dimensões de mapeamento e classificação

TEXTO	SEGMENTO SIGNIFICATIVO	DIMENSÕES
Accard (2020, p. 358)	[...] we show that a specific type of **analogical reasoning** – **abstract transformative analogical reasoning** – is particularly appropriate for borrowing from **radical traveling theories**. It is based on a 'mapping' of transformation (Tsoukas, 1991, 1993). **Mapping** is a set of transformation principles that a theorist can apply to **a theory to transfer it to the domain of organization** and management. We suggest that a '**tight mapping**', that is, a mapping that is focused on **creative principles of transformation**, facilitates **borrowing** from **radical traveling theories** because it creatively and rigorously **reduces the abstraction** of these theories. We have developed a specific procedure to enable organization theorists to do this.	Conteúdo Justificativa Contribuição

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

A categorização das dimensões foi acompanhada pela atribuição sincrônica de códigos descritivos aos segmentos significativos, formulados durante a leitura analítica de cada uma das publicações primárias. Esse momento representou minha entrada formal do processo de codificação dos cinco estudos. A codificação semântica foi, destarte, realizada na atividade de mapeamento e classificação do CAI na Etapa 4. Rotulei semanticamente apenas os segmentos que contribuíram para compreensão do fenômeno investigado. Os estudos primários e seus respectivos fragmentos significativos foram codificados individualmente, ao passo que eram lidos. A princípio, codifiquei o texto de Whetten, Felin e King (2009). Após encerrar o processo de rotular os segmentos desse artigo, prossegui para o texto de Whetten (2009). Em seguida, rotulei o texto de Zahra e Newey (2009). Logo depois, o artigo de Oswick, Fleming e Hanlon (2011). Por fim, codifiquei o artigo de Accard (2020).

Os códigos semânticos foram construídos em torno das palavras-chave, termos, expressões ou frases extraídas dos textos dos estudos primários. Esses códigos refletiram os sentidos explicítos — i.e., superficiais — encontrados nos seus referidos fragmentos de significado. Em alguns casos, os segmentos foram associados a um código apenas. Em outras situações, precisei atribuir mais de um código a um mesmo fragmento. Segmentos distintos poderiam compartilhar rótulos

idênticos ou totalmente diferentes entre si. No tocante a esse processo de rotulação, minha preocupação foi a de abranger uma multiplicidade de rótulos que denotassem os diversos sentidos descritivos dos segmentos elaborados do corpo do texto das publicações analisadas. O Quadro 10 apresenta exemplos do processo de codificação semântica realizado textos de Whetten (2009) e Oswick, Fleming e Hanlon (2011).

Quadro 10 (3) — Codificação semântica dos segmentos significativos nos estudos primários

TEXTO	SEGMENTO SIGNIFICATIVO	CÓDIGOS SEMÂNTICOS
Whetten (2009, p. 35)	**Contributions of theory** involve the use of accepted theory to guide a scholarly investigation. The intent of **theory guided research** is to **alter the prevailing understanding** of a particular phenomenon by examining it from a **novel perspective**. This is done by applying a theoretical lens that is broadly accepted within a field of study but that has not previously been applied to the targeted phenomenon. In brief, contributions of theory generate what Davis (1971) famously referred to as '**interesting' results** – that is, **novel insights** into the subject of study.	*Contributions of theory;* *Theory guided research;* *Alter the prevailing understanding;* *Novel perspective;* *Interesting results;* *novel insights*
Oswick, Fleming e Hanlon (2011, p. 333)	1. **Disanalogous reasoning**, which involves focusing on the **dissimilarities between similar domains** (e.g., manager versus leader). This approach would focus on asking such questions as "In what ways is a leader not like a manager?" "How is managing different from leading?" Privileging points of discrepancy in cognate domains has the potential to tease out less obvious and previously unacknowledged attributes and, therefore, to develop **new insights.**	*Disanalogous reasoning;* *Dissimilarities between similar domains;* *New insights*

Fonte: Elaborado pelo Autor (2021).

A codificação dos estudos primários assumiu um caráter cumulativo. Prossegui com essa lógica até a leitura do último texto do *corpus* de pesquisa. Os códigos atribuídos aos segmentos significativos do artigo de Whetten, Felin e King (2009) foram utilizados como referência para rótular os segmentos do texto de Whetten (2009). Parte dos códigos desses dois artigos auxiliaram-me na codificação do texto do texto de Zahra e Newey (2009). Alguns dos rótulos previamente fixados na leitura das publicações primárias dos artigos de Zahra e Newey (2009) e Oswick, Fleming e Hanlon (2011), por exemplo, auxiliaram-me na codificação do texto de Accard (2020).

O processo de codificação semântica foi aberto e inclusivo, consoante as recomendações de Terry *et al.* (2017) e Clarke *et al.* (2019). Devido a isso, os rótulos assumiram um caráter provisório nos segmentos significativos e unidades de sentido. Os códigos foram revisados e, em alguns casos, refinados durante todo o processo de leitura analítica das publicações (BRAUN *et al.*, 2019), com a finalidade de esclarecer ou modificar uma interpretação específica, anteriormente, associada a um ou mais fragmentos (BRAUN; CLARKE, 2013). Esse momento permitiu-me adentrar na análise de nível nomotético do conteúdo dos cinco estudos pertencentes ao *corpus* desta RSL. Em virtude da circularidade hermenêutica adotada nessa revisão sistemática, os rótulos criados no texto de Accard (2020), por exemplo, permitiram-me reformular alguns dos códigos estabelecidos anteriormente nos textos anteriores. O Quadro 11 exibe como a codificação de dois segmentos do texto de Zahra e Newey (2009) foi, semanticamente, alterada após a leitura do artigo de Oswick, Fleming e Hanlon (2011).

Codifiquei o segmento significativo referente ao *Mode 1* do texto de Zahra e Newey (2009) com os seguintes rótulos: a) *borrowing*; b) *replicating*; c) *borrowing concepts and theories from within or across fields and disciplines*; d) *borrowing and applying theories from other fields and/or disciplines to understand IE phenomena*. Após leitura analítica e codificação do texto de Oswick, Fleming e Hanlon (2011), todos esses rótulos foram reformulados. O processo de importação de teoria estrangeira descrito por Zahra e Newey (2009) no *Mode 1* corresponde a importação unidirecional detalhada por Oswick, Fleming e Hanlon (2011). Sendo assim, os códigos “borrowing”, “*borrowing concepts and theories from within or across fields and disciplines*” e “*borrowing and applying theories from other fields and/or disciplines to understand IE phenomena*” foram modificados para o rótulo “*One-way borrowing*”. Percebi que o código "*replicating"* possui sentido semelhante ao rótulo “*analogical reasoning*”, proposto por Oswick, Fleming e Hanlon (2011).

Quadro 11 (3) — Codificação semântica dos segmentos significativos nos estudos primários

TEXTO	SEGMENTO SIGNIFICATIVO	CODIFICAÇÃO SEMÂNTICA	
		ANTES DA LEITURA Oswick, Fleming e Hanlon (2011).	**DEPOIS DA LEITURA** Oswick, Fleming e Hanlon (2011).
Zahra e Newey (2009, p. 1066)	Mode 1: **Borrowing** and **Replicating**. This mode centres on **borrowing concepts and theories from within or across fields and disciplines** to study phenomena at the intersection. For example, researchers studying international entrepreneurship (IE) have made use of theories that relate to organizational learning (Zahra *et al.*, 2000), liability of newness (Sapienza *et al.*, 2006), intra-organizational networks, and knowledge creation and exploitation. In all these studies, focus has centred on **borrowing and applying theories from other fields and/or disciplines to understand IE phenomena**.	*Borrowing;* *borrowing concepts and theories from within or across fields and disciplines;* *Borrowing and applying theories from other fields and/or disciplines to understand IE phenomena;*	One-way borrowing
		Replicating	Analogical resonance
Zahra e Newey (2009, p. 1067)	Mode 2: **Borrowing** and **Extending**. Here, **theories imported from parent fields/disciplines** are frequently used to spark research on a phenomenon at the intersection and **communicate the findings back to scholars in these original fields/discipline**s. Scholars in recipient fields might even **extend the original ideas underlying the theories imported** and then **communicate these to scholars elsewhere**. Perhaps more important, researchers identify some salient but unique research issues and questions at the intersection and proceed to study them, making use of imported theories. Thus, in Mode 2, scholarly discourse across disciplines/fields unfolds between two or more disciplines/fields and also at that unique point of intersection	Extending; Extend the original ideas underlying the theories imported.	Domestication
		Borrowing; Theories imported from parent fields/disciplines; Communicate the findings back to scholars in these original fields/disciplines.	Two-way borrowing

Fonte: Elaborado pelo Autor (2021).

O segmento correspondente ao *Mode 2* do artigo de Zahra e Newey (2009) recebeu os seguintes códigos: a) *borrowing*; b) *extending*; c) *theories imported from parent fields/disciplines*; d) *communicate the findings back to scholars in these original fields/disciplines*; e) *extend the original ideas underlying the theories imported*. A importação descrita no *Mode 2* é equivalente a noção de importação bidirecional, encontrada no texto de Oswick, Fleming e Hanlon (2011). Em relação ao entendimento de extensão encapsulado no *Mode 2* de importação, observei que reflete a ideia de domesticação apresentada por Oswick, Fleming e Hanlon (2011). Assim, os códigos semânticos "*borrowing*", "*theories imported from parent fields/disciplines*" e "*communicate the findings back to scholars in these original fields/disciplines*" foram substituídos por "*Two-way borrowing*". Remodelei os rótulos "*extending*" e "*extend the original ideas underlying the theories imported*" para "*domestication*".

Os códigos potenciais foram, constantemente, comparados a rótulos conferidos de maneira preliminar tanto nos estudos já lidos, quanto na publicação em análise. A criação de um novo código foi motivada pela constatação de inexistência de quaisquer rótulos preexistentes que, por hipótese, poderiam ser vinculados a um segmento significativo do texto. Consoante as orientações de Clarke *et al.* (2019), a atribuição de códigos inéditos — seja em diferentes segmentos de uma mesma publicação ou em fragmentos de estudos distintos — só ocorreu após esgotadas as tentativas de associar rótulos prévios ao fragmento de um documento. Novos códigos sugiram a cada nova incursão de leitura das publicações primária dessa RSL. Isso ocorreu no exemplo do código "*Two-way borrowing*", apresentado no Quadro 11. Ele não existia até a leitura do texto de Oswick, Fleming e Hanlon (2011) sendo incorporado *a posteriori* na codificação do texto de Zahra e Newey (2009).

A aparição de códigos inéditos em um documento específico demandou a revisão dos códigos atrbuídos aos trechos dos estudos anteriormente lidos. O sugirmento de um novo código na leitura da última publicação, dessarte, requereu uma verificação e possível reformulação na codificação de todos os textos anteriores. Quando aplicável, o novo código inserido mudou a semântica de um código preexistente nos fragmentos selecionados dos estudos primários. Esses movimentos de idas-e-vindas na codificação conferiram consistência aos sentidos dos códigos. Isso evitou possíveis sobreposições, duplicidades e incoerências entre rótulos. No

exemplo citado acima, as alterações nos códigos evitaram sobreposições de rótulos entre os referidos textos.

No tocante aos códigos já estabelecidos em leituras anteriores, realizei uma análise dos segmentos para verificar a consistência de aplicação dos rótulos ao longo das diversas publicações do *corpus* da RSL. A repetição de códigos foi evidente em vários segmentos dispostos nos cinco estudos primários. A título de exemplo, a duplicidade de códigos foi identificada nos textos de Whetten, Felin e King (2009) e Whetten (2009). Esses documentos compartilharam, *exempli gratia*, os seguintes códigos: *vertical borrowing*, *horizontal borrowing*, *theories in context*, *theories of context*, *context specificity*, e *context sensitivity*. Os artigos de Oswick, Fleming e Hanlon (2011) e Accard (2020) comungam dos rótulos semânticos *radical traveling theory*, *analogical reasoning*, *conceptual blending*, *the blend* e *analogical dissonances*. Os processos de revisão e refinamento dos códigos resultou em uma lista de 25 rótulos semânticos.

O próximo passo foi compor as unidades de sentido em cada um dos cinco estudos do *corpus* da RSL. Todas as unidades foram construídas com base no agrupamento de diferentes segmentos significativos, associados aos mesmos códigos semânticos, de uma mesma publicação primária. Esses códigos foram utilizados como pontos de referências para identificar e agrupar os fragmentos pertencentes a uma mesma unidade de sentido. Como expressam os padrões subjacentes, e não apenas os significados explícitos, no corpo do texto das publicações primárias, utilizei o processo de codificação latente para rotular as unidades. O desenvolvimento dos códigos das unidades foi guiado pela estrutura anterior de compreensão do meu horizonte, assim como em torno de conceituações encontradas na leitura analítica e na codificação semântica dos estudos em questão. Esses aspectos permitiram-me acessar e construir, juntamente com o horizonte dos textos, as ideias centrais e implícitas nas unidades.

Em termos operacionais, os procedimentos utilizados na codificação latente das unidades foram análogos aos adotados na rotulação semântica dos segmentos. Debutei a atividade de criar unidades de sentido com o texto de Whetten, Felin e King (2009). Em seguida, formulei as unidades dos textos de Whetten (2009), Zahra e Newey (2009), Oswick, Fleming e Hanlon (2011) e, por fim, Accard (2020). Os rótulos latentes também possuíram um caráter aberto, inclusivo e provisório. Em alguns

casos, necessitei alterá-los para melhor ajustar seus sentidos a totalidade das interpretações das demais unidades e dos conteúdos das publicações primárias.

O Quadro 12 ilustra a construção da unidade de sentido "*Horizontal Borrowing*" a partir de sentenças do texto de Whetten, Felin e King (2009). As unidades foram nomeadas da seguinte forma: a) a(s) primeira(s) letra(s) do nome(s) do(s) autor(es) denota(m) a publicação de onde a unidade foi extraída; b) o número atrelado a tais letras corresponde ao ordenamento da unidade no corpo do texto da publicação. A referência WFK1 remete a primeira unidade desenvolvida a partir dos segmentos significativos desse artigo. Como pode ser observado no quadro, a unidade WFK1 foi composta por 09 diferentes fragmentos dessa publicação. Os fragmentos encapsulam uma variedade de códigos semânticos, tais como: *horizontal borrowing*, *theories in organizations*, *context sensitivity*, *fit*, *internal homogeneity*, *contextual differences*, *same level of analysis*, *theory's explanatory power*, *theory's generalizability*, *functional similarities* e *structural dissimilarities*. A ideia central que une todos os segmentos e códigos semânticos dessa unidade remete ao padrão de importação de teoria estrangeiras circunscrito na noção de *horizontal borrowing*.

Com o avançar do desenvolvimento das unidades de sentido nas publicações posteriores, o código temático da unidade WFK1 foi alterado de "*Horizontal Borrowing*" para "*One-way Borrowing*", por exemplo. Algo similar também ocorreu com a unidade Z4 do texto Zahra e Newey (2009). Essa unidade teve seu código "Mode 1" modificado para "*One-way Borrowing*". Em ambos os casos, as mudanças ocorreram após a construção da unidade OFH1 pertencente ao artigo de Oswick, Fleming e Hanlon (2011). Essa última unidade foi denominada de "*One-way Borrowing*". Em resumo, as unidades WFK1, Z4 e OFH1, por exemplo, contemplaram o processo de importação unidirecional, com base em ressonância analógica, de teorias estrangeiras para o domínio da Teoria Organizacional. Nesse caso, a adoção do código "*One-way Borrowing*" mostrou-se imprescindível para captar a ideia central desse padrão de importação nas três unidades em questão. As descrições de Whetten, Felin e King (2009) e Zahra e Newey (2009) acerca do "*Horizontal Borrowing*" e do "*Mode 1*", respectivamente, remetem à concepção de *One-way Borrowing*" avançada por Oswick, Fleming e Hanlon (2011).

Quadro 12 (3) — Construção de unidade de sentido WFK1 do artigo de Whetten, Felin e King (2009)

REF.	SEGMENTOS SIGNIFICATIVOS	PÁGINAS	CÓD. SEGMENTOS	CÓDIGO INICIAL	CÓDIGO FINAL
WFK1	Sometimes this practice involves "**horizontal borrowing**," in the sense that organizational scholars use concepts that were developed for the study of phenomena in other types of **social contexts**.	537-538	Horizontal borrowing; Social contexts.	HORIZONTAL BORROWING	ONE-WAY BORROWING
	There are, broadly speaking, two types or kinds of theory borrowing observed in organizational studies—what we refer to as **vertical and horizontal borrowing**. [...] **horizontal borrowing** involves the use of concepts that were formulated in a different social context. Following Chen *et al.* (2005), we assume that horizontal borrowing occurs within the same level of analysis. In our examination of these practices, we further assume that **social contexts and levels of analysis** share a common property of **internal homogeneity**—that is, there is greater within than between context/level homogeneity […]. In other words, it is expected that the prototypic properties of one level or context are, in general, different from those of another level or context. In accordance with this assumption, the validity threat posed by both vertical and horizontal theory borrowing is that the borrowed explanation might operate differently within the "new" organizational setting […]. To reduce the complexity of our analysis, our examination of theory borrowing will be limited to [...] **horizontal borrowing-as-theories in organizations**.	540	Horizontal borrowing; Vertical borrowing; Theories in organization; Social contexts; Levels of analysis; Internal homogeneity; Horizontal borrowing-as-theories in organizations.		
	[...] the use of "organizational" to signify both a distinctive level (vertical borrowing-as-theories of organizations) and a distinctive context (**horizontal borrowing-as-theories in organizations**).	541	Horizontal borrowing-as-theories in organizations		
	In the case of **horizontal borrowing**, a lack of organizational **context sensitivity** leads borrowers to overlook organization context-specific questions, such as "To what extent is our understanding of subject X drawn from research conducted in organizational settings different from the general understanding of subject X within the disciplines of psychology, sociology, or economics?" or "To what extent can the results from this study conducted in a particular type of organization/organizational setting be generalized?" It seems reasonable to assume that disciplinary and practitioner readers interested in understanding organizational **context effects** would expect to find answers to these kinds of questions in the organizational studies literature.	542	Horizontal borrowing; Context sensitivity; Context effects.		
	[...] it is because organizations alone (within the realm of social entities) function as collective social actors that organizational signifies [...] social context, for purposes of **horizontal borrowing**. In other words, it is our contention that treating organizations as social actors is the key to [...] **context-sensitive** [...] and concept borrowing in organizational studies, because it specifies what is and isn't considered organizational in terms of a set of [...] horizontal (context) boundary conditions. [...] **horizontal context borrowing** can be modelled after the standard practices found in **cross-context research** [...]	544	Horizontal borrowing; Context-sensitive. Horizontal context borrowing; Cross-context research		
	[...] **horizontal theory borrowing** involves a parallel contextual difference between where a borrowed theory was developed and where it is applied. [...]uses of **horizontal borrowing** in conjunction with theories in organizations	545	Horizontal theory borrowing; Horizontal borrowing;		
	Horizontal theory borrowing involves taking a theory about one context and applying it to another context, while maintaining a consistent level of analysis. frame of reference, [...]. Scholars tend to borrow theories from other contexts when they see a **similar kind of phenomenon in both contexts** and when one context already has a theory that has been shown to explain that phenomenon in some way. Thus, **horizontal borrowing** is usually done because a theory or concept is seen as **functionally similar across contexts** (i.e., a theory can explain the same phenomenon in two contexts).	552-553	Horizontal theory borrowing; Horizontal borrowing; Similar kind of phenomenon in both contexts; Functionally similar across contexts.		
	[...] we maintain that effective **horizontal borrowing** not only identifies the **functional similarities** of a theory in both contexts but that it also seeks to explore how **contextual differences** may lead to **structural dissimilarities** in the theory. Failure to fully derive the **structural dissimilarities** of a theory may lead to incorrect diagnoses of the theory's functional utility. That is, importing theories to a new context without taking into account the contextual differences may lead to a misapplication of the theory, hollowing the **theory of its original explanatory power**. In contrast, **effective horizontal borrowing** includes identifying the **theory's limits to generalizability**. [...]. Understanding the contextual variation of a theory's concepts seems key to successful **horizontal borrowing**. [...] this means being able to conceptualize what is unique about the organizational setting as a context and thinking about how the distinctiveness of the context will affect a theory's logical structure. [...] **Contextual differences** may lead to important distinctions in the kinds of behaviours that movement actors may take in each setting. [...]. Another key practice for horizontal borrowing is **comparison across contexts**. Comparisons allow the researcher to identify context-specific mechanisms.	553	Horizontal borrowing; Functional similarities; Contextual differences; Structural dissimilarities; Theory of its original explanatory power; Effective horizontal borrowing; Contextual differences Generalizability; Comparison across contexts.		
	Failure to consider **contextual differences** in **horizontal borrowing** may lead to conceptualizations that **mischaracterize or fail to capture the richness of a theory**. On the flip side, theorizing contextual differences helps researchers **identify the limits of a theory's generalizability.** Both tendencies may plague current efforts at borrowing.	556	Contextual differences; Horizontal borrowing; Mischaracterize or fail to capture the richness of a theory; Identify the limits of a theory's generalizability.		

Fonte: Elaborado pelo Autor (2021).

No que se refere a relação parte-todo do círculo hermenêutico, as análises ideográficas e nomotéticas foram conduzidas em todas as unidades de sentido das cinco publicações pertencentes ao *corpus* dessa pesquisa. Exponho como atuei na consecução dessas duas análises. Por questões meramente didáticas, fragmentei as análises em três momentos distintos, porém inter-relacionados. Não há como desvincular ou realizar de forma estanque e linear esses momentos, devido a recursividade e reflexividade exigidas pela hermenêutica. Em cada um dos momentos, as unidades assumiram diferentes posições nas análises de nível ideográfico e nomotético.

É importante pontuar que os procedimentos analíticos desses três momentos foram interpelados pelo meu horizonte. Isso permitiu-me ratificar ou confrontar o horizonte do textos mediante acesso aos seus segmentos de significados, unidades de sentido e corpo das publicações primárias. A todo instante os textos e seus componentes foram interpretados pelo meu *praejudicium* e, simultaneamente, eles constituam meu horizonte. Para efeitos de descrição dessa análise, apenas formalizei a influência do meu horizonte nos momentos 2 e 3. Esse circuito de idas e vindas entre meu horizonte e o horizonte dos estudos primários propiciou as condições para efetuar a fusão de horizontes. Em termos práticos, a fusão teve início com a análise da primeira unidade de sentido e término com o desenvolvimento dos temas e das relações entre eles. Retornarei a esse ponto mais adiante. Agora, permita-me descrever cada uma desses momentos, ilustrando como os conduzi mediante da análise da unidade WFK1, enquanto ponto focal, do texto de Whetten, Felin e King (2009)

No primeiro momento, os segmentos de significado corresponderam as partes de cada unidade, enquanto elas refletiram um todo. Conduzi a análise ideográfica para interpretar as unidades de sentido — enquanto partes separadas — pertencentes ao conteúdo de uma publicação particular. A análise nomotética foi implementada para compreender a totalidade da unidade a partir da apreciação de suas partes constituintes, ou seja, seus segmentos. Munido de meu horizonte, as unidades foram, individualmente, compreendidas no nível latente, sem a preocupação inicial de estabelecer relações e/ou padrões existentes com as demais unidades de seu texto de origem ou com outras pertencentes às demais publicações do *corpus* da RSL. O Quadro 13 demonstra as análises ideográfica e nomotética da unidade WFK1 no primeiro momento.

Quadro 13 (3) - Primeiro momento: análise nomotética e ideográfica da unidade de sentido WFKI do texto de Whetten, Felin e King (2009)

UNIDADE DE SENTIDO	ANÁLISE IDEOGRAFICA	ANÁLISE NOMOTÉTICA
WFK1	O *horizontal borrowing* é uma prática que envolve a importação de conceitos, desenvolvidos para estudar um fenômeno, provenientes de outros contextos sociais.	No *framework* apresentado pelos autores, o *horizontal borrowing* é um método de teorização nos estudos organizacionais. Ela corresponde a uma das práticas de importação de teorias estrangeiras. O *vertical borrowing* é a outra. Em termos processuais, o h*orizontal borrowing* remete à transferência de uma teoria ou um conceito entre contextos distintos. A teoria/conceito é transposta de seu contexto social de referência para ser aplicada em um contexto de destino, com o objetivo de compreender um fenômeno nesse último contexto à luz da teoria importada. Na conceituação dos autores sobre *horizontal borrowing*, o contexto de destino da teoria/conceito é o contexto social organizacional. Isso direciona os esforços da teoria importada em prover explicações acerca dos fenômenos observados nas organizações — i.e., *horizontal borrowing-as-theories in organizations*. Sendo assim, a construção de conhecimento procede de maneira dedutiva. Devido as propriedades dos contextos sociais serem distintas entre si, uma das características do *horizontal borrowing* é sua sensibilidade para o contexto — i.e., *context sensitivity*. A observância dessa característica possibilita realizar um paralelo das diferenças contextuais entre o contexto em que a teoria/conceito importada foi desenvolvida e onde foi/será aplicada. Na busca de manter um nível consistente de análise da teoria/conceito, o contexto de destino apropria-se da teoria/conceito importada sem modificar seu nível de abstração. Algumas condições inter-relacionadas devem ser satisfeitas para justificar o uso desse modo de importar teorias estrangeiras. Tais condições sinalizam os limites de aplicação e teorização do *horizontal borrowing*. As condições são as seguintes: 1. Um contexto tem que deter uma teoria capaz de explicar um fenômeno em outro contexto; 2. Deve-se manter uma homogeneidade interna da teoria/conceito entre contextos diferentes; 3. Existe um tipo similar de fenômeno em ambos os contextos; 4. A teoria/conceito precisa funcionar ou explicar um fenômeno de maneira análoga em ambos os contextos; 5. A teoria/conceito explica um mesmo ou tipo similar de fenômeno tanto no contexto de referência, quanto no contexto alvo; 6. Atentar para as diferenças contextuais e, portanto, como as dissimilaridades estruturais impactam na importação e aplicação da teoria/conceito no contexto organizacional.
	Os autores reconhecem duas práticas de importação que operam no processo de teorização dos estudos organizacionais: *horizontal borrowing* e *vertical borrowing*. Nesse segmento, a noção da última prática é apresentada de forma tangencial, isto é, um tipo de importação entre níveis de análise. A compreensão de *horizontal borrowing* permanece consistente com àquela extraída do segmento anterior, sendo que os autores adicionam mais uma característica a essa prática: devido a propriedade de homogeneidade interna dos contextos sociais, as características prototípicas de um contexto são, em geral, diferentes daquelas encontradas outros contextos. Isso implica dizer que o conceito ou teoria importada tende a funcionar de maneira distinta quando transposto(a) para um novo contexto social. Nesse caso, o contexto organizacional. Essa mesmas característica pertence ao *vertical borrowing*. Para efeitos deste artigo, a análise da importação de teorias estrangeiras é limitada a "*horizontal borrowing-as-theories in organizations".* Não uma explicação do significado desse termo no referido segmento. *Vertical borrowing* e *horizontal borrowing-as-theories in organizations* correspondem às unidades WFK2 e WFK3.	
	Aqui, os autores indicam que o *horizontal borrowing* ocorre entre contextos distintos. Reafirmam que essa prática remete *ao horizontal borrowing-as-theories in organizations*. Nesse segmento, é demarcado que o termo organizacional se refere tanto a um nível distinto de análise, quanto a um contexto diferenciado. A prática de *vertical borrowing* limita-se a *vertical borrowing-as-theories of organizations*. Isso corresponde à unidade WFK4.	
	Outra característica do *horozintal borrowing* é a sensibilidade ao contexto. A negligência das especificidades do contexto organizacional tende fazer com que os teóricos organizacionais incorram em descaracterizações na importação horizontal de teorias ou conceitos. As desconsiderações sobre a sensibilidade contextual direcionam esses estudiosos a ignorarem questões especificas a respeito da transposição de teorias ou conceitos entre contextos distintos, como, por exemplo: a compreensão do fenômeno X pela teoria A em seu contexto de origem é similar ou diferente de seu entendimento no contexto organizacional? Quais são os limites de generalização dos resultados de aplicação da teoria A no contexto organizacional?	
	Os autores declaram uma condição de legitimidade da prática de *horizontal borrowing* nos estudos organizacionais. Eles argumentam que as organizações funcionam como atores sociais coletivos. Isso qualifica o organizacional enquanto contexto social distinto e próprio. Nesse modo de importar teorias ou conceitos deve-se estar atento a sensibilidade contextual, pois isso irá sinalizar as condições de fronteira horizontal entre os contextos. Essa prática estimula pesquisas e teorizações *cross-context*.	
	Há uma ratificação da sensibilidade ao contexto no *horizontal borrowing*. Essa prática envolve considerações sobre as diferenças contextuais entre o contexto originário da teoria importada e seu contexto de aplicação. Além disso, é afirmado que *horizontal borrowing* deve ser operacionalizada em conjunto com *theories in organizations*.	

Fonte: Elabora pelo Autor (2021).

Quadro 13 (3) - Primeiro momento: análise nomotética e ideográfica da unidade de sentido WFKI do texto de Whetten, Felin e King (2009)

UNIDADE DE SENTIDO	ANÁLISE IDEOGRAFICA	ANÁLISE NOMOTÉTICA
WFK1	Nesse segmento, os autores expandem o entendimento de *horizontal borrowing*. Essa prática envolve a transposição de uma teoria de um contexto para aplicá-la em outro contexto, enquanto mantém seu nível de análise consistente e sua estrutura de referência. Ademais, é apontada outra característica dessa prática: ela é, geralmente, adotada quando é verificado que uma teoria ou conceito funcionará de maneira similar entre contextos, como, por exemplo, a teoria ou conceito é capaz de explicar o mesmo fenômeno entre dois contextos. Segundo os autores, essa é a forma prevalente de importação nas teorizações dos estudos organizacionais. As teorias estrangeiras tendem a ser importadas de outros contextos em duas situações específicas: a) quando existe um tipo similar de fenômeno entre os contextos de origem e destino; b) quando o contexto de origem possui uma teoria que já se mostrou capaz de explicar esse fenômeno de alguma forma. A sensibilidade contextual do *horizontal borrowing* não se restringe a identificação das similaridades funcionais de uma teoria em ambos os contextos. De fato, outra característica dessa prática de importação é explorar como as diferenças contextuais podem, porventura, levar a dissimilaridades estruturais na teoria estrangeira. Essa prática envolve a identificação dos limites da teoria importada à generalização. Isso possibilita a comparação da teoria entre contextos. As comparações ensejam a identificação dos mecanismos específicos de ambos os contextos Assim, deve-se também considerar o impacto das diferenças contextuais nesse modo de teorização quando se decide transpor teorias estrangeiras para um novo contexto. A compreensão da variação da estrutura lógica de uma teoria – e.g., conceitos, ontologia, epistemologia – no *horizontal borrowing* permite conceituar o que é único sobre o contexto-alvo – i.e., contexto organizacional – e pensar sobre como a distinção entre contextos afetará essa estrutura. No ato de importar, os autores sinalizam para dois possíveis problemas em negligenciar as dissimilaridades estruturais de uma teoria estrangeira: a) diagnósticos equivocados quanto a funcionalidade da teoria, ou seja, aplicações inadvertidas da teoria entre contextos; b) esvaziamento de seu poder explicativo. Aqui, os autores sinalizam como as diferenças contextuais podem comprometer ou possibilitar a realização efetiva dos esforços de *horizontal borrowing*. Por um lado, ignorar essas diferenças pode levar a conceituações que descaracterizam ou não conseguem capturar a riqueza de uma teoria. Por outro lado, teorizar as diferenças contextuais potencializa a identificação dos limites de generalização de uma teoria estrangeiras entre diversos contextos.	A satisfação dessas condições possibilita identificar os limites de generalização da teoria importada para outros campos de conhecimento, particularmente, sua adoção no contexto organizacional. Alinhado a isso, a sensibilidade contextual torna possível conceituar as idiossincrasias acerca do contexto organizacional, enquanto contexto social. Com isso, pode-se pensar como as características distintivas do contexto afetam a domesticação da estrutura lógica da teoria importada. As diferenças contextuais promovem comparações entre os contextos de importação de teoria, permitindo a identificação dos mecanismos específicos de cada contexto. A não satisfação dessas seis condições trás consigo algumas consequências indesejáveis às teorizações decorrentes do *horizontal borrowing*. Isso representa conduções inapropriadas do *modus operandi* desse processo de importação: 1. Falta de compreensão das dissimilaridades estruturais de uma teoria entre contextos pode direcionar a diagnósticos inconsistentes ou, quiçá, incoerentes de sua funcionalidade; 2. Desconsiderar as diferenças contextuais implica em aplicações equivocadas da teoria importada no contexto alvo. Quando a importação é realizada dessa maneira, há um esvaziamento do poder explanatório original da teoria. São efetuadas conceptualizações que descaracterizam ou deixam de capturam a riqueza explicativa da teoria, na ocasião em que é aplicada no contexto organizacional.

Fonte: Elaborado pelo Autor (2021).

A análise dos níveis ideográficos e nomotéticos do primeiro momento da unidade WFK1 foi, por exemplo, analisada, de maneira isolada, tanto das unidades WFK2, WFK3 e WFK4 dessa publicação, quanto das unidades W1 de Whetten (2009), Z4 de Zahra e Newey (2009), OFH1 de Oswick, Fleming e Hanlon (2011) e A6 de Accard (2020). Ademais, não intencionei compreender a unidade WFK1 à luz da totalidade do corpo de sua publicação de origem, mas sim realizei um esforço de analítico de interpretar essa unidade a partir de seus segmentos de significado. Como pode ser observado no Quadro 13, a unidade WFK1 é composta por nove segmentos. Nesse quadro, a análise ideográfica consiste na interpretação isolada de cada um desses segmentos referentes ao *horizontal borrowing*. Já a análise nomotética corresponde a um entendimento holístico desse *modus operandi* de importação na unidade em questão, fundamentado, principalmente, nos segmentos considerados. Afirmo ser totalizante, pois não houve como desvincular a influência de meu horizonte e dos demais elementos/ corpo do texto da publicação na interpretação da unidade WFK1. Os procedimentos de análise ideográfica e nomotética foram conduzidos nos segmentos de significado identificados em todas as publicações pertencentes ao *corpus* desta RSL.

Por conterem aspectos da totalidade do fenômeno em questão, as compreensões das unidades foram utilizadas para definir e explicar o todo. No segundo momento, as unidades representaram as partes de seus próprios estudos primários, ao mesmo tempo que cada um deles refletiu um todo para suas respectivas unidades. Com a finalização da interpretação ideográfica e nomotética da primeira unidade de sentido de uma publicação primária, inicie a análise ideográfica entre as unidades, bem como a nomotética entre elas e a totalidade de suas respectivas publicações. Esse processo repetiu-se até a análise da última unidade de sentido de uma mesma publicação. Esse momento demandou uma nova leitura das unidades para estabelecer as possíveis relações entre as unidades de um mesmo estudo e, assim, compreender seus significados imanentes, por intermédio da contextualização de cada uma delas e suas conexões com o corpo do texto de sua publicação. Esse foi um nível mais profundo de análise em que busquei capturar os significados de ideias, conceitos e suposições, por exemplo, que não estavam declarados nas unidades *per se*. Além disso, confrontei o horizonte do texto com meu horizonte no segundo momento. O objetivo da fusão de horizontes foi construir uma interpretação verdadeira de cada estudo primário, com o mínimo de influência das verdades

contidas nas demais publicações pertencentes ao corpus dessa RSL. Esforcei-me para realizar a fusão, de maneira individualizada. Isso culminou com uma interpretação do todo da publicação.

Na medida do possível, empreendi em um esforço de aplicar esses dois momentos, de maneira individual e progressiva, em cada um dos estudos constituintes do *corpus* de pesquisa. Intencionei, a princípio, conduzir as análises ideográfica e nomotética nas unidades do texto de Whetten, Felin e King (2009). Em seguida, examinei as unidades dos artigos de Whetten (2009), Zahra e Newey (2009), Oswick, Fleming e Hanlon (2011) e, por fim, Accard (2020), nessa respectiva ordem de leitura e análise. Considerando a natureza da hermenêutica gadameriana, foi pragmaticamente impossível examinar as unidades adotando uma postura de purismo analítico em relação a elas. Em outros termos, como já havia lido esses cinco estudos anteriormente a essa fase da pesquisa, eles já haviam "contaminado" e formado meu horizonte sobre o fenômeno em questão. De certo modo, a análise das unidades nesses dois momentos esteve embebida por minha situação histórica, tradição científica, e *praejudicium* dos conteúdos de todos os artigos selecionados nessa RSL. Houve, mesmo que de forma não sistemática, uma preparação para análise parte-todo em que a totalidade é contexto provido pelas publicações primárias do referido *corpus*. Registrei isso mediante apontamentos e anotações que foram incorporadas, porventura, *a posteriori* no terceiro momento.

Para demonstrar o segundo momento, exponho a análise da unidade WFK1 em conjunto com as unidades WFK2, WFK3 e WFK4, por exemplo, e com o conteúdo total da publicação de Whetten, Felin e King (2009). O corpo do texto desse estudo primário e as demais unidades forneceram o contexto para compreender o *framework* de importação desses autores. Esse momento foi composto por duas fases, representadas nos Quadros 14 e 15. O Quadro 14 ilustra os procedimento analíticos da fase 1, ou seja, como procedi com as análises ideográfica e nomotética das unidades das publicações primárias para estabelecer o horizonte do texto. Esse horizonte correspondeu ao produto da análise nomotética das unidades. Essa maneira de conduzir a análise ideográfica-nomotética na fase 1 foi aplicada em todas as unidades dos demais estudos primários.

Quadro 14 (3) - Segundo momento: análise nomotética e ideográfica das unidades de sentido WFKI, WFK2, WFK3 e WFK4 do texto de Whetten, Felin e King (2009)

UNIDADE DE SENTIDO	ANÁLISE IDEOGRAFICA	ANÁLISE NOMOTÉTICA
WFK1	No *framework* apresentado pelos autores, o *horizontal borrowing* corresponde a um dos modos de importação de teorias estrangeiras. O *vertical borrowing* é o outro modo. *Horizontal borrowing* remete à transferência de uma teoria ou um conceito entre contextos distintos. A teoria/conceito é transposta de seu contexto de referência para ser aplicada em um contexto social de destino, com o objetivo de compreender um fenômeno nesse último contexto. No horizontal borrowing, o contexto de destino da teoria/conceito é o contexto social organizacional. Isso direciona os esforços da teoria importada em prover explicações de fenômenos observados nas organizações — i.e., *horizontal borrowing-as-theories in organizations*. Sendo assim, a construção de conhecimento procede de maneira dedutiva. Devido as propriedades dos contextos sociais serem diferentes, uma das qualidades do *horizontal borrowing* é sua sensibilidade para o contexto — i.e., *context sensitivity*. A observância dessa qualidade possibilita realizar um paralelo das diferenças contextuais entre o campo em que a teoria/conceito importada foi desenvolvida e onde foi aplicada. Outra particularidade desse modo de importação reside em seu processo de ajuste da teoria/conceito para atender às demandas do campo alvo. Esse busca manter um nível consistente de análise da teoria/conceito. O contexto de destino apropria-se da teoria/conceito importada sem domesticar seu nível de abstração. Algumas condições inter-relacionadas devem ser satisfeitas para justificar o uso desse modo de importar teorias estrangeiras. Tais condições sinalizam os limites de aplicação e teorização do *horizontal borrowing*. As condições são as seguintes: 1. Um contexto possui uma teoria capaz de explicar um fenômeno em outro contexto; 2. Há uma homogeneidade interna da teoria/conceito entre contextos diferentes; 3. Existe um tipo similar de fenômeno em ambos os contextos; 4. A teoria/conceito deve funcionar de maneira análoga em ambos os contextos; 5. A teoria/conceito explica um mesmo fenômeno tanto no contexto de referência, quanto no contexto alvo; 6. Atentar para as diferenças contextuais e, portanto, como as dissimilaridades estruturais impactam na importação e aplicação da teoria/conceito no contexto organizacional. A satisfação dessas condições possibilita identificar os limites de generalização da teoria importada para outros campos de conhecimento, particularmente, sua adoção no contexto organizacional. Alinhado a isso, a sensibilidade contextual torna possível conceituar as idiossincrasias acerca do contexto organizacional, enquanto contexto social ou, nas minhas palavras, domínio disciplinar. Com isso, pode-se pensar como as características distintivas do contexto afetam a domesticação da estrutura lógica da teoria importada. As diferenças contextuais promovem comparações entre os contextos de importação de teoria, permitindo a identificação de mecanismos específicos de cada contexto. A não satisfação dessas seis condições trás consigo algumas consequências indesejáveis às teorizações decorrentes do *horizontal borrowing*. Isso representa conduções inapropriadas do *modus operandi* desse processo de importação. A Falta de compreensão das dissimilaridades estruturais de uma teoria entre contextos pode direcionar a diagnósticos inconsistentes ou, quiçá, incoerentes de sua funcionalidade. Desconsiderar as diferenças contextuais implica em aplicações inapropriadas da teoria importada no contexto alvo. Quando a importação é realizada dessa maneira, há um esvaziamento do poder explanatório original da teoria. São efetuadas conceptualizações que descaracterizam ou deixam de capturam a riqueza explicativa da teoria, na ocasião em que é aplicada no contexto organizacional.	É imperativo clarificar que a intenção prima dos autores é legitimar a importação de teorias estrangeiras no domínio da Teoria Organizacional, apesar das severas críticas que esse método de teorização recebeu ao longo dos anos. Para tal, os autores desenvolvem um *framework* para sanar algumas negligências metodológicas e epistêmicas cometidas pelos estudiosos organizacionais, quando importam teorias estrangeiras para o contexto social organizacional. O *framework* dos autores é composto por dois *modus operandi* distintos, porém complementares, de importação de teorias estrangeiras: *horizontal borrowing* e *vertical borrowing*. Esses dois modos não revelam somente um conjunto de possibilidades distintas para importar teorias estrangeiras, mas também expõem uma relação condicional de teorização entre eles. Essa relação é estabelecida da seguinte maneira: o *horizontal borrowing* é uma condição necessária, porém não suficiente, para realização do *vertical borrowing*. A teoria precisa ser transposta e domesticada de seu contexto de origem para o de destino. Só assim, os processos do *vertical borrowing* podem ser conduzidos. Esse último modo de importação só pode ocorrer, caso haja a transferência horizontal da teoria estrangeira entre contextos. A condição de possibilidade de ocorrência do *vertical borrowing* é, em parte, dependente da satisfação do deslocamento da teoria entre contextos promovido pelo *horizontal borrowing*. Assim, o *vertical borrowing* não é uma condição necessária, nem suficiente para o processo do primeiro modo de importação. Em ambos os modos de importação, é notório que o enfoque de teorização do *framework* está na transposição e domesticação da (estrutura da) teoria estrangeira de seu contexto para aplicação no contexto organizacional, seja modificando ou não o nível de análise/abstração da teoria. Esse é o limite desse método de teorização, consoante o *framework* apresentado pelos autores. É ausente a preocupação de refletir sobre como as alterações na estrutura da teoria estrangeira, derivadas de sua importação para o contexto organizacional, podem contribuir para o avanço da teoria e suas teorizações no seu contexto de origem. As contribuições desses dois *modus operandi* de importação para construção de teoria e, assim, conhecimento ficam restritas ao domínio dos Estudos Organizacionais. As modificações na estruturas lógica da teoria e suas novas aplicações não dialogam, para fins de legitimação, com a comunidade acadêmica do campo de referência da teoria importada. Há um interesse em expandir o uso e poder explicativo da teoria estrangeira para compreender os fenômenos das organizações — i.e., *theories-in-organization*, bem como incorporá-la no arcabouço existente de teorias de organizações — i.e., *theories-of-organizations*. Isso denota o uso do pensamento dedutivo na construção de conhecimento desse método de teorização.

Fonte: Elaborado pelo Autor (2021).

Quadro 14 (3) - Segundo momento: análise nomotética e ideográfica das unidades de sentido WFKI, WFK2, WFK3 e WFK4 do texto de Whetten, Felin e King (2009) (Cont.).

UNIDADE DE SENTIDO	ANÁLISE IDEOGRAFICA	ANÁLISE NOMOTÉTICA
WFK2	Esse unidade explica o porquê do *horizontal borrowing* estar vinculado as teorizações do tipo *horizontal borrowing-as-theories in organizations*. No *horizontal borrowing*, a teoria importada deve cruzar as fronteiras do contexto onde foi desenvolvida e é aplicada para nutrir teorizações dentro dos contextos sociais organizacionais. Isso denota que o organizacional é um contexto distinto de teorização. O produto dessa prática é desenvolver teorias no contexto organizacional – i.e., *theories in organizations*. A teoria importada horizontalmente deve prover explicações acerca dos fenômenos observados dentro das organizações. Para isso, uma condição precisa ser satisfeita: é mister que a teoria importada funcione, ou explique um fenômeno, de maneira similar tanto no seu contexto de origem quanto no de destino. Nesse caso, a sensibilidade aos efeitos do contexto organizacional asseguram uma importação apropriada da teoria estrangeira. Uma das principais maneiras de aprimorar essa prática de teorização é torna-la mais sensível ao contexto organizacional. Na demarcação da importação *cross-context* de teoria, as diferenças de contexto propiciam duas formas distintas de contribuição para essa prática de teorização: a) contribuição da teoria; b) contribuição para a teoria. A contribuição da teoria remete a aplicação da teoria no contexto organizacional. O intuito é gerar uma nova explicação de um fenômeno nesse contexto. Aqui, as diferenças contextuais relevantes devem ser apreciadas para garantir o uso análogo da teoria entre contextos. A contribuição para a teoria refere-se ao aperfeiçoamento da teoria quando utilizada no contexto organizacional. O objetivo é avaliar e expandir o alcance contextual da teoria, observando como ela se “comporta” no referido contexto. Nesse caso, a sensibilidade contextual opera para: a) identificar que diferenças contextuais alteram as explicações da teoria importada sobre um fenômeno para, assim, adicioná-las à estrutura da teoria; b) compreender como tais diferenças modificam essas explicações.	As questões referentes à homologia da teoria estrangeira demandam um cuidado com a sensibilidade aos efeitos do contexto e nível de análise/abstração organizacional. Essa sensibilidade é primordial para uma importação e domesticação apropriada da estrutura da teoria estrangeira no contexto e nível de análise organizacional, de acordo com as condições de satisfação dos dois *modus operandi*, descritas no *framework*. Como as particularidades prototípicas do contexto e do nível de análise/abstração da teoria estrangeira são distintas daquelas do organizacional, a racionalidade analógica é o padrão de pensamento que o *horizontal borrowing* e *vertical borrowing*. Fundamentado nessa racionalidade, o processo de importação e domesticação deve assegurar que a teoria estrangeira funcione de maneira semelhante entres contextos e níveis de análise, quando aplicada para explicar os fenômenos organizacionais. É priorizada a importação dos elementos estruturais da teoria que mantêm similaridades funcionais entre os diferentes contextos e/ou níveis de aplicação.
WFK3	O *vertical borrowing* representa uma prática de teorização, exposta no *framework* dos autores dessa publicação, que envolve a importação de conceitos e teorias que foram formulados em níveis diferentes de análise, significando níveis distintos de abstração. A importação vertical abrange transposições e apropriações de teorias/conceitos circunscritas em níveis superiores e inferiores de análise, como, por exemplo, nível macro ou micro de abstração. A importação de teorias/conceitos de nível individual é, consoante os autores, o horizonte de análise do padrão de teorização do *vertical borrowing* nos estudos organizacionais. A justificativa apresentada no artigo é que a literatura sobre análise organizacional *cross-level* foca, fortemente, no surgimento de propriedades organizacionais coletivas mediante agregação dos níveis individual e de interação individual. Algumas condições inter-relacionadas fundamentam o uso do *vertical borrowing*. Tais condições sinalizam os limites de aplicação e teorização desse modo de importação. As condições são: 1. Enquanto o *horizontal borrowing* é uma prática *cross-context*, a perspectiva teórica do *vertical borrowing* é *cross-level*; 2. A teoria importada deve ser aplicada no contexto organizacional em um nível de análise distinto daquele em foi desenvolvida; 3. Além do termo organizacional remeter ao fato das organizações serem atores sociais coletivos, isto é, um contexto social particular, esse termo também significa um nível particular de análise; 4. A prática de importação vertical guia teorizações e pesquisas direcionadas ao nível de análise organizacional; 5. As teorias estrangeiras importadas são domesticadas como teorias de organizações que provêm explicações para os fenômenos de nível organizacional. 6. Deve-se atentar para às questões relacionadas a sensibilidade dos efeitos do nível de análise organizacional, quando uma teoria estrangeira é transposta e domesticada entre contextos. 7. O padrão de racionalidade que rege o modo de importação vertical é o analógico; Similar a importação horizontal, os diferentes níveis de análise no *vertical borrowing* compartilham a propriedade de homogeneidade interna. Como as características prototípicas de um nível de abstração são, em geral, diferentes daquelas encontradas em outros níveis, é importante adotar uma abordagem sensível ao nível de análise do conceito/teoria importado. O nível de análise/abstração de uma teoria demanda, muitas vezes, domesticações em sua estrutura para que ela seja aplicada no nível de análise/abstração organizacional. Ao significar o organizacional como um nível distinto de abstração, o autores limitam seu *framework* para examinar *vertical borrowing-as-theories-of-organizations*. Assim, é preciso atentar para as questões relacionadas aos efeitos da sensibilidade do nível organizacional durante o processo de importação e domesticação de uma teoria no modo vertical. Em particular, deve-se examinar a homologia das teorias importadas com o organizacional.	

Fonte: Elaborado pelo Auto (2021).

Quadro 14 (3) - Segundo momento: análise nomotética e ideográfica das unidades de sentido WFKI, WFK2, WFK3 e WFK4 do texto de Whetten, Felin e King (2009) (Cont.)

UNIDADE DE SENTIDO	ANÁLISE IDEOGRAFICA	ANÁLISE NOMOTÉTICA
WFK3	Os autores sugerem o uso de um *continuum* de teorias de homologia de nível cruzado para explicar a sensibilidade ao nível de análise em teorizações verticais. Esse *continuum* vai de teorias metafóricas às teorias idênticas. Quando as diferenças entre os níveis de análise e de abstração da teoria importada, para compreender um fenômeno organizacional, são considerados fundamentalmente incompatíveis, a importação vertical é limitada a aplicações metafóricas e análogas da teoria estrangeira no contexto social organizacional. A transposição de teorias metafóricas tende a utilizar artifícios de racionalidade analógica para estabelecer semelhanças entre o nível nativo de abstração da teoria estrangeira e seu novo nível de aplicação no campo de destino. Essas teorias não foram, originalmente, concebidas para teorizar sobre os fenômenos do contexto social organizacional. Logo, a importação de teorias metafóricas é marcada por uma teorização de "baixa precisão e previsão", cujo intuito está em explorar/construir teorias. Similar as teorias metafóricas, utiliza-se a racionalidade analógica no processo de importar teorias idênticas entre os diferentes níveis de análise. Os níveis de abstração dessas teorias permanecem consistentes ou mesmo idênticos em todos os níveis de análise utilizados para prever a magnitude e o padrão de relacionamentos manifestos nos fenômenos de interesses. Como a estrutura da teoria e seu nível de abstração tendem a permanecer inalterados, a importação dessas teorias é caracterizada por fornecer uma alta precisão de previsão dos fenômenos e testes (confirmatórios) da teoria. Em ambos os casos, uma das condições para justificar o *vertical borrowing* é a seguinte: as teorias estrangeiras, sejam metafóricas ou idênticas, devem funcionar de maneira semelhante em todo os níveis de aplicação. A racionalidade analógica é o padrão de teorização que rege o modo de importação vertical. A teoria estrangeira funciona de maneira, aproximadamente, equivalente tanto no novo contexto/nível quanto no seu contexto/nível de origem. No tocante a importação de teorias paradigmáticas, verifica-se as semelhanças na transposição de uma teoria particular entre contextos quando os *insights* distintos que a caracterizaram em seu nível ou contexto nativo são verdadeiros no novo contexto. De maneira semelhante, espera-se que, no caso da teoria proposicional, a utilidade preditiva ou explicativa de um conceito, em relação a outros conceitos, seja consistente entre contextos ou níveis distintos. Em outros termos, a rede nomológica de um conceito não deve ser alterada significativamente por uma mudança de contexto ou nível de análise. Uma das principais dificuldades teorizar por intermédio do *vertical borrowing* reside nas questões relacionadas a sensibilidade dos níveis de análise de uma teoria, quando transposta entre contextos. As importações verticais de teorias estrangeiras tem negligenciado as características distintivas associadas ao nível de análise organizacional, bem como ao contexto organizacional, quando importam teorias pertencentes a outros níveis de análise de contextos sociais distintos. Conforme os autores, é sintomática a tendência nos estudos organizacionais de ignorar a sensibilidade de nível no processo de importação de teorias estrangeiras. Isso implica em dois problemas graves na construção de conhecimento no contexto social organizacional: 1. a importação vertical de teoria tende a ser cega ao nível de abstração do contexto organizacional. Isso sugere que esse processo possivelmente seja motivado pela noção equivocada de que a introdução de um novo conceito/teoria nesse contexto *per se* constitui uma contribuição teórica. Em contraste, uma marca registrada da importação de teoria sensível ao nível é a presunção de que o que está sendo emprestado explicará algo melhor do que foi explicado até agora. Essa premissa equivocada também é válida para o *horizontal borrowing*. 2. Há uma preocupação de tratamento metodológico, ao invés de teórico na teorização vertical quanto a sensibilidade ao nível e ao contexto. Não se examina a história das perspectivas teóricas e conceituais das teorias estrangeiras para determinar se ela pode ser aplicada de maneiras ao nível e ao contexto de destino.	Isso não implica em desprezar as dissimilaridades estruturais de uma teoria no processo de importação horizontal ou vertical. A compreensão dessas dissimilaridades direcionam a um entendimento dos elementos da teoria que funcionam de forma dissonante entre contextos e níveis de análise. A observância disso na transposição e domesticação da teoria estrangeira tende a evitar: a) diagnósticos inconsistentes ou, quiçá, incoerentes de sua funcionalidade; b) aplicações inapropriadas dela no contexto social organizacional; c) conceptualizações que descaracterizam seu propósito; d) um esvaziamento de seu poder explanatório e explicativo.
WFK4	Esse unidade explica o porquê do *vertical borrowing* estar vinculado as teorizações do tipo *vertical borrowing-as-theories of organizations*. Nesse modo de importação, a teoria estrangeira deve cruzar as fronteiras do contexto onde foi desenvolvida, ter seu nível de abstração modificado, e, assim, ser aplicada para nutrir teorizações dentro do contexto social organizacional. O produto dessa prática é alterar o nível de abstração/análise de teorias estrangerias para que possam ser utilizadas como teorias de organizações no contexto em questão. A teoria importada verticalmente deve prover explicações sobre os fenômenos de nível organizacional. Uma condição precisa ser satisfeita para realizar importações no nível organizacional de análise: é preciso que a teoria importada funcione, ou explique um fenômeno, de maneira similar, em diferentes níveis de abstração, tanto no seu contexto de origem quanto no de destino. Nesse caso, a sensibilidade aos efeitos do nível organizacional asseguram uma importação apropriada da teoria estrangeira. Uma das principais maneiras de aprimorar essa prática de teorização é torna-la mais sensível ao nível de análise/abstração organizacional.	

Fonte: Elaborado pelo Autor (2021).

Na fase 1, converti o produto da análise nomotética de cada uma das referidas unidades, derivado do primeiro momento, nas suas análises ideográficas no segundo momento. Desse modo, pude interpretar as unidades, enquanto partes do todo, e, em seguida, estabelecer as relações entre elas, com o intuito de realizar a análise nomotética das unidades, culminando na construção do horizonte do texto em questão. Para além dos significados expressos nas unidades, objetivei identificar e conceber as semelhanças e os padrões subjacentes nelas à luz do todo. Por exemplo, com base no horizonte do texto de Whetten, Felin e King (2009), identifiquei que as seguintes condições precisam ser satisfeitas para justificar a teorização do *horizontal borrowing*:

1. Um contexto social tem que deter uma teoria capaz de explicar um fenômeno em outro contexto;
2. Deve-se manter uma homogeneidade interna da teoria/conceito entre contextos diferentes;
3. Existe um tipo similar de fenômeno em ambos os contextos;
4. A teoria/conceito precisa funcionar ou explicar um fenômeno de maneira análoga em ambos os contextos;
5. A teoria/conceito explica um mesmo ou tipo similar de fenômeno tanto no contexto de referência, quanto no contexto alvo;
6. Atentar para as diferenças contextuais e, portanto, como as dissimilaridades estruturais impactam na importação e aplicação da teoria/conceito no contexto organizacional.

Na fase 2 do segundo momento, procedi com a fusão de horizontes. O resultado da análise nomotética da fase 1 correspondeu ao horizonte do texto de Whetten, Felin e King (2009). Esse foi confrontado com meu horizonte, conforme ilustrado do Quadro 15. Conforme mencionado, estive consciente de que um "entendimento puro" desses estudos é uma impossibilidade. Os horizontes dos artigos de Oswick, Fleming e Hanlon (2011) e Whetten (2009), por exemplo, inspiraram as interpretações de Whetten, Felin e King (2009). A título de ilustração, observei que a demarcação do *modus operandi* de importação unidirecional de *radical traveling theories*, proposta por Oswick, Fleming e Hanlon (2011), possuía similaridades com a descrição do *horizontal borrowing* oferecida por Whetten, Felin e King (2009). Isso direcionou a afirmar, na fusão de horizontes, que o *horizontal borrowing* encapsula as qualidades da importação unidirecional. Nessa fase apreendi uma interpretação preliminar do todo, isto é, os padrões de significado existentes nas e entre as publicações acerca do fenômeno investigado nesta tese.

Quadro 15 (3)- Segundo momento: Fusão de Horizontes, WFKI, WFK2, WFK3 e WFK4 do texto de Whetten, Felin e King (2009)

HORIZONTE DO TEXTO	HORIZONTE DO PESQUISADOR	FUSÃO DE HORIZONTES
É imperativo clarificar que a intenção prima dos autores é legitimar a importação de teorias estrangeiras no domínio da Teoria Organizacional, apesar das severas críticas que esse método de teorização recebeu ao longo dos anos. Para tal, os autores desenvolvem um *framework* para sanar algumas negligências metodológicas e epistêmicas cometidas pelos estudiosos organizacionais, quando importam teorias estrangeiras para o contexto social organizacional. O *framework* dos autores é composto por dois *modus operandi* distintos, porém complementares, de importação de teorias estrangeiras: *horizontal borrowing* e *vertical borrowing*. Esses dois modos não revelam somente um conjunto de possibilidades distintas para importar teorias estrangeiras, mas também expõem uma relação condicional de teorização entre eles. Essa relação é estabelecida da seguinte maneira: o *horizontal borrowing* é uma condição necessária, porém não suficiente, para realização do *vertical borrowing*. A teoria precisa ser transposta e domesticada de seu contexto de origem para o de destino. Só assim, os processos do *vertical borrowing* podem ser conduzidos. Esse último modo de importação só pode ocorrer, caso haja a transferência horizontal da teoria estrangeira entre contextos. A condição de possibilidade de ocorrência do *vertical borrowing* é, em parte, dependente da satisfação do deslocamento da teoria entre contextos promovido pelo *horizontal borrowing*. Assim, o *vertical borrowing* não é uma condição necessária, nem suficiente para o processo do primeiro modo de importação. Em ambos os modos de importação, é notório que o enfoque de teorização do *framework* está na transposição e domesticação da (estrutura da) teoria estrangeira de seu contexto para aplicação no contexto organizacional, seja modificando ou não o nível de análise/abstração da teoria. Esse é o limite desse método de teorização, consoante o *framework* apresentado pelos autores. É ausente a preocupação de refletir sobre como as alterações na estrutura da teoria estrangeira, derivadas de sua importação para o contexto organizacional, podem contribuir para o avanço da teoria e suas teorizações no seu contexto de origem. As contribuições desses dois *modus operandi* de importação para construção de teoria e, assim, conhecimento ficam restritas ao domínio dos Estudos Organizacionais. As modificações na estruturas lógica da teoria e suas novas aplicações não dialogam, para fins de legitimação, com a comunidade acadêmica do campo de referência da teoria importada. Há um interesse em expandir o uso e poder explicativo da teoria estrangeira para compreender os fenômenos das organizações — i.e., *theories-in-organization*, bem como incorporá-la no arcabouço existente de teorias de organizações — i.e., *theories-of-organizations*. Isso denota o uso do pensamento dedutivo na construção de conhecimento desse método de teorização.	Ratifico a legitimidade da importação de teorias estrangeiras, enquanto método de teorização no domínio da Teoria Organizacional. Reconheço que o *modus operandi* desse método envolve, necessariamente, a transposição horizontal de teorias e, em alguns casos, a domesticação do nível análise/abstração delas. Apesar de estar ciente de que a compreensão desse método de teorização não se esgota aos *modus operandi* de *horizontal borrowing* e *vertical borrowing*, endosso que ambos são partes essenciais e constituintes da prática de importar e domesticar teorias estrangeiras no campo em questão. Uma nuance epistemológica dos *modus operandi* do *horizontal* e *vertical* borrowing reside nas condições de importação e, portanto, na relação condicional imposta entre eles. Em ambos os casos, o conhecimento só pode ser construído se a teoria for transposta de seu contexto de origem para o organizacional. A transferência horizontal da teoria entre contextos é uma condição necessária de teorização para esses dois modos de importação, porém não suficiente para o vertical. Esse último demanda também domesticações no nível de análise da teoria. A ocorrência do *vertical borrowing* é, em parte, dependente da satisfação do deslocamento da teoria entre contextos promovido pelo *horizontal borrowing*. Com base em leituras prévias da literatura relevante sobre essa temática e os artigos que compõem o *corpus* dessa revisão, o escopo e limite explicativo do *framework* dos autores reside no padrão unilateral de importação e domesticação de teorias oriundas de outros domínios disciplinares, fundamentado na racionalidade de ressonância analógica. Discordo da crítica de Oswick, Fleming e Hanlon (2011) endereçada ao modelo de Whetten, Felin e King (2009), isto é, o de não captar a verdadeira natureza do *modus operandi* desse método de teorização. Compreendo que o *modus operandi* da importação de teorias estrangeiras envolve também o processo bidirecional de teorização, justificado em racionalidade não analógica. Logo, acredito que a intenção de Whetten, Felin e King (2009) é demarcar o contorno analítico de seu *framework* de importação para explicar a relevância de observar as sensibilidades contextuais e de nível; e não afirmar que o *modus operandi* desse método se resume as importações unilaterais de racionalidade analógica. No *horizontal borrowing*, há uma clara indicação e defesa, no *framework* dos autores, do *modus operandi* unidirecional de importação de teorias estrangeiras. Não há uma sequer uma passagem no artigo que sinalize uma troca bidirecional de construção de conhecimento entre contextos. A teoria é transferida unilateralmente de seu domínio de referência para ser aplicada no contexto social organizacional. Um raciocínio similar é aplicado ao *vertical borrowing*. Os ajustes, refinamentos ou extensões na estrutura da teoria estrangeira, sejam ou não referentes às mudanças no seu nível de análise/abstração para entender os fenômenos organizacionais, restringem-se aos contornos do contexto supradito. Devido ao *modus operandi* unidirecional, as contribuições do *horizontal e vertical borrowing* para o conhecimento e, assim, aprimoramento da teoria estrangeira, ficam restritas ao domínio da Teoria Organizacional; logo, não retornam para seu contexto social de origem. Nesse modelo, esses *modus operandi* não intentam explicar a construção bidirecional de conhecimento entre contextos por intermédio do método de teorização em questão. Há um interesse em expandir a aplicação e/ou poder explicativo da teoria estrangeira para novos contextos e, assim, compreender os fenômenos das organizações. Isso denota uma ausência de preocupação em contribuir com o avanço da teoria estrangeira em seu campo de origem. As modificações na estruturas lógica da teoria e suas novas aplicações não dialogam, para fins de legitimação, com a comunidade acadêmica do campo de referência da teoria importada. A teorização desse método de importação é dedutiva. A teorização analógica, inerente aos modos horizontal e vertical de importação unilatera1, envolve a seleção de pontos de referência conceituais da estrutura da teoria, com base em semelhanças previsíveis e evidentes, para aplicá-los no contexto social organizacional. Além de sinalizar o que deve ou pode ser importado (ou domesticado na) da teoria, a inserção dessa racionalidade analógica nos procedimentos desse método de teorização implica em questões epistêmicas fundamentais quanto à construção de conhecimento ou teoria organizacional. Na importação unidirecional, tal construção é desenvolvida mediante artificio de comparação entre a versão original da teoria e a variante (dos elementos) de sua estrutura importada/domesticada.	A importação unidirecional de teorias estrangeiras é um método legítimo de teorização organizacional. Esse método é composto, pelo menos, de dois *modus operandi*: *horizontal e vertical borrowing*. Os processos desses *modus operandi* unilaterais são fundamentados na racionalidade dedutiva de ressonância analógica. Eles possuem caráter epistemológico, isto é, denotam duas maneiras inter-relacionadas de construir conhecimento organizacional e, assim, compreender os fenômenos relacionados às organizações ou o organizar. Esse é o limite e escopo do framework apresentado por Whetten, Felin e King (2009). Em termos de teorização, o objetivo da importação e domesticação unidirecional é expandir a aplicação e/ou poder explicativo da teoria estrangeira para novos contextos. Com isso, amplia-se o conhecimento organizacional sobre os fenômenos de interesse da Teoria Organizacional. O intuito não é contribuir com o avanço da teoria estrangeira em seu campo de origem A sensibilidade para o contexto e nível de análise asseguram a coerência da importação e domesticação da teoria no domínio disciplinar da Teoria Organizacional. Logo, devem ser concebidos como marcadores epistemológicos desse método de teorização. A teoria estrangeira deve funcionar de maneira similar entre contextos e níveis de abstração distintos, mesmo após sua domesticação. As dissimilaridades estruturais dos contextos e do nível de abstração da teoria também possuem uma função epistêmica de manter a coerência dos processos de importação e domesticação da teoria estrangeira. A observância das dissimilaridades evita que elementos dissonantes da teoria com o contexto da Teoria Organizacional e o nível de análise organizacional sejam utilizados para explicar os fenômenos organizacionais.

Fonte: Elaborado pelo Autor (2021).

Quadro 15 (3)- Segundo momento: Fusão de Horizontes, WFKI, WFK2, WFK3 e WFK4 do texto de Whetten, Felin e King (2009) (Cont.)

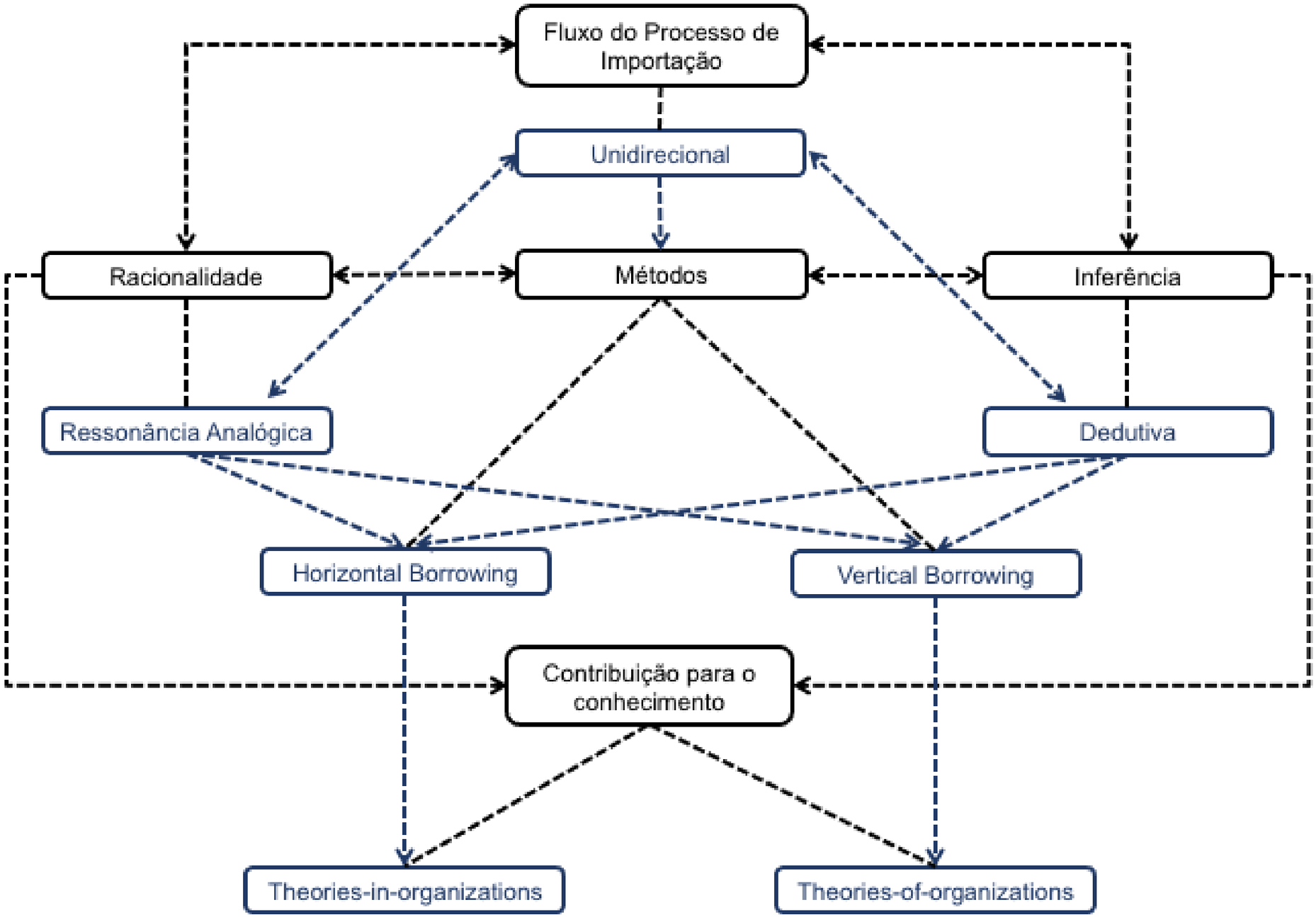
HORIZONTE DO TEXTO	HORIZONTE DO PESQUISADOR	FUSÃO DE HORIZONTES
As questões referentes à homologia da teoria estrangeira demandam um cuidado com a sensibilidade aos efeitos do contexto e nível de análise/abstração organizacional. Essa sensibilidade é primordial para uma importação e domesticação apropriada da estrutura da teoria estrangeira no contexto e nível de análise organizacional, de acordo com as condições de satisfação dos dois *modus operandi*, descritas no *framework*. Como as particularidades prototípicas do contexto e do nível de análise/abstração da teoria estrangeira são distintas daquelas do organizacional, a racionalidade analógica é o padrão de pensamento que o *horizontal borrowing* e *vertical borrowing*. Fundamentado nessa racionalidade, o processo de importação e domesticação deve assegurar que a teoria estrangeira funcione de maneira semelhante entres contextos e níveis de análise, quando aplicada para explicar os fenômenos organizacionais. É priorizada a importação dos elementos estruturais da teoria que mantêm similaridades funcionais entre os diferentes contextos e/ou níveis de aplicação. Isso não implica em desprezar as dissimilaridades estruturais de uma teoria no processo de importação horizontal ou vertical. A compreensão dessas dissimilaridades direcionam a um entendimento dos elementos da teoria que funcionam de forma dissonante entre contextos e níveis de análise. A observância disso na transposição e domesticação da teoria estrangeira tende a evitar: a) diagnósticos inconsistentes ou, quiçá, incoerentes de sua funcionalidade; b) aplicações inapropriadas dela no contexto social organizacional; c) conceptualizações que descaracterizam seu propósito; d) um esvaziamento de seu poder explanatório e explicativo.	O pensamento analógico-comparativo desse método fundamenta-se na premissa de que a teoria estrangeira deve funcionar no contexto e nível organizacional de maneira similar ao seu uso no contexto e nível de abstração originais. A comparação permite analisar se a teoria mantém sua funcionalidade entre contextos e níveis de análise díspares. Isso implica em encadeamentos epistêmicos na prática de domesticar teorias. A domesticação tende a realizar modificações mínimas na estrutura lógica da teoria, para ajustá-la às demandas do contexto e do nível de análise organizacional. As alterações incorridas na teoria não devem descaracterizar seu propósito e estrutura, a ponto de torna-la irreconhecível quando utilizada para compreender os fenômenos organizacionais. A sensibilidade para o contexto e o nível de análise, na minha interpretação, garantem a coerência desse método de teorização; e, portanto, não são apenas aspectos normativos relacionados as boas práticas de como se deve importar uma teoria de outro domínio disciplinar. Essas duas sensibilidades são marcadores de coerência desse método de teorização. A coerência dos processos de importação e domesticação de teorias estrangeiras, conforme esse *framework*, deriva da instituição de pontos de convergência entre domínios e níveis de análise, relativamente, díspares. O artificio de metáforas e analogias permitem estabelecer tais pontos e, assim, adaptar a estrutura da teoria estrangeira de tal forma que atenda às demandas do contexto social organizacional. Isso denota que o conhecimento é desenvolvido por meio de analogias e, em alguns casos metáforas, nesse método de teorização. Recomenda-se a condução desse método de teorização quando há similaridades evidentes entre contextos ou níveis de análise, ou quando eles compartilham o mesmo fenômeno. O reconhecimento das dissimilaridades estruturais entre contextos e níveis de abstração de aplicação da teoria estrangeira, no *framework* dos autores, não implica, entretanto, na inserção de contrafactualidades e do raciocínio dissonante no *modus operandi* de importação unidirecional. Ao contrário, a sensibilidade para o contexto e nível de análise possibilitam identificar as contrafactualidades e, dessa forma, determinar que elementos da teoria estrangeira devem ser importados e como devem ser domesticados, para que a teoria funcione no contexto organizacional de maneira análoga ao seu uso no campo de origem. As dissimilaridades estruturais indicam até que ponto o poder explicativo e a estrutura lógica da teoria pode ser reduzida, mantida ou estendida quando importada para compreender os fenômenos organizacionais. As contrafactualidades possuem a função excluir as dissimilaridades estruturais do processo de importação e domesticação de teorias estrangeiras. O uso diminuto da racionalidade dissonante na importação unidirecional possui, na minha opinião, algumas consequências epistêmicas graves para esse método de teorização. Primeiro, a importação ficaria restrita apenas àquelas teorias que se demonstrasse capazes de funcionar de forma análoga no contexto organizacional, com ou sem a necessidade de domesticá-las. Segundo, em decorrência disso, evitar-se-ia importar uma teoria cujas dissimilaridades não a possibilitasse funcionar no contexto organizacional de maneira semelhante ao original, mesmo após esforços de domesticá-la. Terceiro, a aplicação da teoria pode acarretar em amassamentos em sua estrutura, descaracterizando-a, parcialmente ou totalmente, para atender às necessidades do referido contexto. Força-se o encaixe da teoria no novo contexto e/ou nível de abstração, desconsiderando seu escopo e o limite de seu poder de explicação. Independentemente de se considerar as sensibilidades no processo de importação, acredito que, no caso das duas últimas consequências, há a chance de realizar importações incoerentes e aplicações inapropriadas da funcionalidade da teorias no novo contexto ou nível de análise, cujas conceptualizações descaracterizem seu propósito, esvaziando, assim, seu poder explanatório e explicativo. Há algumas observações adicionais sobre o *horizontal* e o *vertical borrowing*. O contexto social e o nível de análise podem servir como marcadores para avaliar as inconsistências e incoerências da importação e domesticação de teorias estrangeiras na Teoria Organizacional. Com exceção da história das perspectivas contextuais e conceituais da teoria importada, o *framework* dos autores não sinaliza como poderíamos avaliar esses marcadores. Em outras palavras, em que consiste uma análise do contexto social e das diferenças de abstração da teoria quando aplicada no domínio da Teoria Organizacional? Falta-lhe marcadores específicos para examinarmos e assim, compreendermos, como foi conduzida a importação de determinada teoria estrangeira. Apesar das sensibilidades para o contexto e o nível de análise assumirem a função de marcadores de coerência desse método de teorização, carecem de critérios típicos para conseguirmos realizar a avaliação da coerência da importação e da domesticação de uma teoria estrangeira.	Só seriam indicadas para importação e domesticação as teorias que a) funcionassem de forma semelhante em ambos os contextos, mantendo seus níveis de análise; ou, b) fossem utilizadas de modo similar em ambos os contextos e em diferentes níveis de análise; ou, c) pudessem ser domesticadas de tal maneira que atendessem a condição a) ou b). Na condição a), a teoria iria se encaixar, praticamente, como uma luva no novo contexto, demandando ajustes mínimos em sua estrutura para ser aplicada no domínio da Teoria Organizacional. Na condição b), força-se um pouco o encaixe da teoria para que se adeque ao novo nível de abstração requerido pelo domínio em questão. Na condição c), a domesticação tende a amassar a estrutura da teoria, distorcendo ou mutilando alguns de seus elementos ou aspectos para que atenda às demandas de teorização do referido domínio. Nas condições b) e c), a importação e domesticação horizontal e/ou vertical pode incorrer em teorizações incoerentes e inconsistentes das teorias estrangerias. Apesar da presença de alguns marcadores epistêmicos, como, por exemplo, importação unidirecional, racionalidade analógica, nível de abstração da teoria, e contexto, não sinalização de como operacionaliza-los, tampouco de critérios específicos, para compreender e analisar o *modus operandi* desse método de teorização.

Fonte: Elaborado pelo Autor (2021).

Essa interpretação preliminar viabilizou o desenvolvimento do mapa temático provisório da publicação de Whetten, Felin e King (2009), como exposto na Figura 5. Construí um mapa para cada um dos estudos primários do *corpus* da pesquisa. Consoante essa figura, os temas e subtemas que emergiram da fusão de horizontes foram os seguintes: fluxo do processo de importação — importação unidirecional; racionalidade — ressonância analógica; métodos — *horizontal borrowing/context sensitivity e vertical borrowing/level sensitivity*; inferência — dedutiva; contribuição para o conhecimento — *theories in organizations* e *theories-of-organizations*. Dito isso, é necessário explicar a inter-relação entre os elementos do mapa. Na Figura 5, as linhas tracejadas indicam as conexões existentes entre os elementos do *framework* do estudo em questão; já as setas exibem as influências entre eles. As caixas pretas denotam os temas. Logo, as azuis são os subtemas. As setas e linhas pretas expressam as relações entre os temas. As azuis remetem aos vínculos entre os subtemas.

O fluxo do processo de importação é unidirecional. Seu *modus operandi* pode ocorrer de maneira horizontal e/ou vertical. Se a importação da teoria estrangeira for vertical, o processo também envolve *modus operandi* horizontal. Caso seja somente horizontal, não há necessidade de procedimentos verticais. O fluxo denota a racionalidade, os métodos e o tipo de inferência adotados para transpor e, posteriormente, domesticar uma teoria estrangeira no domínio disciplinar da Teoria Organizacional. Racionalidade, métodos e inferência também sinalizam a “natureza” do fluxo de importação. A racionalidade da importação unidirecional fundamenta-se na ressonância analógica e a inferência de processo é dedutiva. Racionalidade e inferência ditam as teorizações dos *modus operandi* de importação e, assim, as suas formas de construção de conhecimento. Os *modus operandi* expressam preocupações distintas no que diz respeito às sensibilidades envoltas nas práticas unilaterais de importar e domesticar teorias estrangeiras no campo TO. Enquanto o *horizontal borrowing* se ocupa com a sensibilidade do contexto, o *vertical borrowing* remete a sensibilidade do nível de análise da teoria. Em decorrência disso, esses *modus operandi* expressam duas maneiras particulares de desenvolver conhecimento na Teoria Organizacional. A importação horizontal visa contribuir com a criação de teorias nas organizações. No tocante à importação vertical, seu enfoque está nas teorias das organizações.

Figura 5 (3) – Mapa de temas e subtemas provisório do *framework* de importação de Whetten, Felin e King (2009)



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Os padrões derivados da fusão de horizontes de cada publicação e de seus respectivos mapas temáticos provisórios, provenientes do segundo momento, fomentaram o terceiro momento. Isso permitiu-me vislumbrar as inter-relações temáticas possíveis entre os cinco estudos primários investigados. O terceiro momento correspondeu a análise entre unidades de estudos primários distintos, que compartilhavam padrões equivalentes de significado, e suas contextualizações com a totalidade do *corpus* da RSL. As unidades continuaram assumindo a posição de partes, sendo que do *corpus* de pesquisa; e não apenas de um dado estudo primário. O todo passou a ser a integralidade do contexto circunscrito pelas cinco publicações do *corpus*. Esse último momento formalizou a análise hermenêutica da relação parte-todo da completude do *corpus* de pesquisa.

Em termos processuais, o terceiro momento é similar ao segundo com algumas peculiaridades que os distinguem. Nesse último momento, o agrupamento de diferentes unidades, provenientes de estudos distintos, para fins de análise, respeitou o seguinte critério: foram ajuntadas aquelas que comungaram dos mesmos padrões de significado, manifestos nos temas e subtemas, construídos no segundo momento, oriundos das fusões de horizonte. Por exemplo, as unidades WFK1, W1, OFH1 e Z4 dos textos de Whetten, Felin e King (2009), Whetten (2009), Oswick, Fleming e Hanlon (2011) e Zahra e Newey (2009), respectivamente, compartilham os mesmos padrões de significado quanto ao *modus operandi*, racionalidade, tipo de inferência e formas de contribuição de conhecimento do método de importar teorias estrangeiras para o domínio da Teoria Organizacional.

Após a identificação e agrupamento das unidades que partilham de padrões semelhantes de significado, procedi com a compreensão hermenêutica. As análises nomotéticas das unidades aliada as descrições dos horizontes do texto e pesquisador do segundo momento constituíram a análise ideográfica do terceiro momento. À proporção que as unidades eram interpretadas entre si, interroguei suas relações com o *corpus* da pesquisa, apoiado nas anotações e apreciações realizadas no segundo momento. A apreciação de unidades oriundas de publicações distintas nutriu a análise nomotética do corpus, uma vez que me propiciou estabelecer padrões de significado, explícitos e latentes, acerca do fenômeno de interesse, que não se restringiram a perspectiva do horizonte de cada estudo primário. Esse processo foi similar àquele ilustrado no Quadro 14. Com relação às unidades WFK1, W1, OFH1 e Z4, elas remeteram ao processo unidirecional de importação de teorias estrangeiras,

fundamentado na ressonância analógica e na teorização dedutiva. Esse padrão de importação demanda que a teoria seja domesticada no campo da TO. Os ajustes realizados na estrutura da teoria, ou nos seus elementos, devem ser sutis. É imperativo que a teoria preserve sua funcionalidade após sua transposição para a TO. As contribuições para o conhecimento, a compreensão dos fenômenos, e o avanço da teoria ficam restritas ao domínio em questão. Esse foi, por exemplo, um dos padrões de significado construídos na análise nomotética do *corpus* da RSL.

De maneira análoga ao segundo momento, os produtos das análises nomotéticas do terceiro momento representam o horizonte do *corpus* de pesquisa, que foi confrontado com meu horizonte. Isso permitiu gerar a fusão de horizontes. Ela auxiliou-me na construção do mapa temático definitivo sobre o *modus operandi* de importação e domesticação de *radical traveling theories* no domínio da Teoria Organizacional. O procedimento da fusão no terceiro momento foi congênere ao esboçado no Quadro 15. O resultado da fusão e mapa são apresentados na seção de síntese dessa RSL.

3.5.5 Etapa 5 – Síntese

Nesta etapa, apresento a síntese do *modus operandi* de importação de teorias estrangeiras, notadamente das *radical traveling theories*, oriunda das análises hermenêutica e temática dos *frameworks* analisados na revisão sistemática de literatura. A síntese foi desenvolvida em quatro momentos distintos, porém complementares. Inicialmente, produzi sínteses dos modelos de importação através da fusão de horizontes. Cada *framework* correspondeu a um todo *per se*, constituído por suas próprias partes; ao passo que foi uma parte da totalidade do *corpus* de pesquisa. No momento 1, elaborei mapas temáticos provisórios e individuais para os modelos de importação[76].

No momento 2, construí a narrativa da síntese entre os *frameworks* de importação. A apreciação dos modelos não foi estática, tampouco linear; mas sim, “uma totalidade em marcha”. A síntese de um modelo foi associada às sínteses dos demais. A avaliação de um *framework* demonstrou as suas inter-relações estruturais com os outros. Isso permitiu-me estabelecer os padrões convergentes e divergentes de significado entre os modelos constituintes do *corpus* da RSL.

[76] Vide a Figura 5 como exemplo de um dos mapas provisórios de temas e subtemas.

É imprescindível ressaltar que a análise dos momentos 1 e 2[77] está descrita no Apêndice E. Eles nutriram a síntese do momento 3, culminando no desenvolvimento do mapa temático final do *modus operandi* de importação de *radical traveling theories* no domínio da Teoria Organizacional. A Figura 6 ilustra o mapa com seus temas, subtemas, e inter-relações entre elementos e padrões de significados dos *frameworks*. Esse mapa exibe os procedimentos, as racionalidades e os produtos inerentes a esse *modus operandi*. A narrativa analítica do mapa complementou o processo de síntese do processo de importação de teorias estrangeiras na TO. No momento 4, exponho criticamente as lacunas e deficiências identificadas nos *modus operandi* dos modelos investigados.

Introduzo a descrição da narrativa analítica da síntese do *modus operandi* da importação de *radical traveling theories*, conforme ilustrado na Figura 6[78]. Esse *modus operandi* desvela-se em dois métodos de teorização, ou seja, unidirecional ou bidirecional, na Teoria Organizacional. As linhas pontilhadas de azul e vermelho representam, respectivamente, as trilhas das importações unidirecional e bidirecional. Esses métodos compartilham diversos elementos, racionalidades e aspectos processuais, enquanto mantém suas idiossincrasias epistemológicas. Em ambos os casos, os métodos possuem abordagens *cross-context* de importação, caracterizadas por teorização intercontextual. Seus processos de importação de RTTs são norteados pelas racionalidades analógica e dedutiva.

Os métodos unidirecional e bidirecional incorporam o artifício epistêmico da sensibilidade epistêmica para assegurar a contextualização das teorizações das *radical traveling theories* nos seus domínios de referência e destino. Nesses *modi operandi*, compreende-se que teorizações consistentes e apropriadas de uma RTT necessitam ser sensíveis aos efeitos relevantes dos contextos e das reduções dos níveis de abstração da teoria. Isso envolve à compreensão das idiossincrasias dos campos fonte e alvo, do escopo da RTT, dos conceitos e das relações lógicas entre conceitos da teoria, a fim de contextualizá-la para atender às demandas de sua aplicação na TO e de construção de conhecimento em ambos os domínios. A sensibilidade epistêmica confere, nesses termos, coerência aos procedimentos de

[77] É mister ressaltar que parte das análises desenvolvidas nesses dois momentos foi apresentada na Introdução da tese, enquanto argumento para justificar a necessidade de propor um novo *framework* de importação de teorias. Não pretendo repetir o que fora dito no capítulo de Introdução na Etapa 5.
[78] Essa figura está exibida no final dessa seção.

importação e domesticação de uma RTT em seu campo de origem e na Teoria Organizacional. No tocante às contribuições dos processos de teorização desses métodos, eles possuem, em última instância, a ambição de desenvolver teorias organizacionais inéditas mediante a importação e domesticação de *radical traveling theories*, provenientes de outros domínios disciplinares. O esforço de criar teorias indígenas enseja novos *insights* e conhecimentos a serem incorporados à RTT, o corpo epistêmico dos campos de referência da teoria importada e/ou da TO, e o entendimento das manifestações dos fenômenos organizacionais.

Na importação unidirecional, a *radical traveling theory* é transposta de seu campo de referência para o domínio da Teoria das Organizações. A lógica processual desse método fundamenta-se na Integração Conceitual ou no *Tight Mapping*. Em termos de alicerce epistêmico, a racionalidade operante é o pensamento analógico de ressonância, cujas as inferências são construídas por raciocínio dedutivo. As teorizações e contribuições da transferência e domesticação da RTT, para compreender os fenômenos organizacionais, restringem-se ao domínio da TO. Nesse modo de teorização, a sensibilidade epistêmica dos efeitos relevantes dos contextos e da estrutura lógica das RTTs é fundamental para transposições e domesticações coerentes e consistentes da teoria no campo da TO. As dissimilaridades estruturais entre contextos e níveis de abstração da teoria também possuem uma função epistêmica de manter a coerência dos processos de importação e domesticação da RTT. A observância das dessemelhanças evita que elementos dissonantes da teoria para com o contexto da Teoria Organizacional e o nível de análise organizacional sejam utilizados para explicar os fenômenos das organizações.

Nesse *modus operandi*, importam-se unilateralmente apenas os conceitos, as relações lógicas entre conceitos, as propriedades, os valores e os pressupostos da estrutura da RTT que funcionam de maneira análoga nos domínios de referência e destino da teoria, mesmo após sua domesticação. As teorizações dos processos de transposição e domesticação da RTT restringem-se às convergências entre teoria e fenômeno organizacional. A domesticação onto-epistêmica, metodológica e axiológica da *radical traveling theory* tende a conservar sua funcionalidade, como inicialmente concebida, entre contextos e níveis de abstração distintos da teoria. Há um esforço epistêmico para conservar o poder explicativo e de previsão da RTT, sem descaracterizar seu propósito original, a fim de compreender os fenômenos no domínio da Teoria Organizacional. Na importação unidirecional, a sensibilidade

epistêmica é um comprometimento em manter a amplitude de escopo da *radical traveling theory*, mediante o ajuste do nível de abstração de seu conteúdo, visando estender sua utilidade, sem deturpar seu propósito original, no campo de Teoria Organizacional.

O emprego da racionalidade analógica na importação unilateral não implica em desconsiderar as dissimilaridades estruturais da *radical traveling theory* em sua transferência para o campo da Teoria das Organizações. As dissonâncias sinalizam as condições e consequências indesejáveis às teorizações do processo de importar RTTs na TO. A importação dos elementos dissimilares resulta em diagnósticos inconsistentes ou, quiçá, apropriações incoerentes da funcionalidade da teoria no contexto organizacional. O reconhecimento das dissimilitudes denota rigor da contextualização da RTT, tornado sua importação mais sensível ao domínio de destino. Nesse método de teorização, a utilidade de uma *radical traveling theory* é, em grande medida, uma função de sua sensibilidade contextual, ou seja, sua plausibilidade teórico e/ou empírica em outros contextos.

Na *modus operandi* unidirecional, as semelhanças e a conscientização das dissonâncias estruturais entre a *radical traveling theory* e o fenômeno/contexto organizacional delimitam as modificações empreendidas na estrutura lógica da teoria. Isso reflete no processo de domesticação da RTT na Teoria Organizacional. A decisão de reduzir, manter ou ajustar os elementos importados da estrutura da RTT e, consequentemente, de seus níveis de abstração, não deve alterar, fundamentalmente, a relação onto-epistêmica entre os contextos e a teoria. Na domesticação unilateral, os efeitos de contexto e do nível de abstração não são apenas articulados para contextualizar as RTTs no domínio da TO; mas também, serve para compreender a) as fronteiras de uso e justificação da RTT e b) os limites dos ajustes aceitáveis e possíveis na sua estrutura lógica. O ato de domesticar propicia a incorporação, de modo coerente, da teoria importada no arcabouço existente de teorias organizacionais.

O processo de domesticação propicia a revisão e reconfiguração da estrutura lógica da *radical traveling theory*, aspirando sempre a sensibilidade aos efeitos contextuais e de abstração da teoria. O *modus operandi* da importação unidirecional envolve a crença de que toda e qualquer RTT pode ser adaptada para explicar novos fenômenos ou ter sua função ajustada às demandas da Teoria Organizacional. O ato de domesticar não pode violar as suposições originais da RTT, tampouco ignorar as

condições de seu contexto nativo de teorização, quando for aplicada no domínio da TO. A transposição e domesticação da RTT favorecem o aperfeiçoamento e revisão das proposições de sua estrutura mediante sua aplicação para compreender os fenômenos de um determinado domínio-alvo. A importação unidirecional amplia o escopo e, assim, a robustez da teoria, conferindo-lhe novos usos epistêmicos em diferentes configurações contextuais. O enriquecimento do poder explicativo e preditivo da estrutura da teoria é restrito ao domínio da Teoria das Organizações.

No *modus operandi* unilateral, a importação de *radical traveling theories* encoraja dois tipos inter-relacionados de contribuições teóricas sensíveis aos efeitos de contexto: i) contribuições da teoria; contribuições na estrutura lógica da teoria. Isso representa o ponto de chegada, isto é, o produto desse processo de teorização. As contribuições da RTT restringem-se à sua aplicação no contexto organizacional. Essa contribuição envolve a apropriação de uma RTT, amplamente aceita e estabelecida em seu contexto de referência, para orientar e, dessa forma, alterar a compreensão predominante de um fenômeno particular em um contexto de destino. Embora conceba ajustes na sua estrutura lógica, a domesticação unidirecional da RTT centra-se em importar e aplicar, quase que literalmente, os conceitos da teoria e as suas relações lógicas para estudar/entender os fenômenos da Teoria Organizacional. Esse modo promove teorizações mediante a replicação domesticada da estrutura lógica das teorias estrangeiras em outros contextos. Na domesticação da RTT, há um esforço sútil em ajustar sua estrutura as idiossincrasias dos fenômenos e demandas de teorização do domínio da TO.

Nesse tipo de contribuição, a “teoria informa a observação”, ou seja, chama atenção para o que deve ser considerado no estudo do fenômeno observado. O processo de importação introduz uma nova lente teórica para examinar, sob uma perspectiva inédita, o fenômeno de interesse no contexto-alvo. Essa contribuição viabiliza o emergir de novos *insights* sobre os fenômenos organizacionais através da introdução de uma nova explicação para suas manifestações. Aqui, as diferenças contextuais relevantes devem ser apreciadas para garantir o uso análogo da teoria entre contextos. É notório que a racionalidade que impera nesse tipo de contribuição é a dedutiva.

As contribuições para a *radical traveling theory* evidenciam o aperfeiçoamento da teoria, através de seu uso no contexto organizacional. Isso contempla os aprimoramentos na estrutura lógica da RTT ou formulações de novas teorias

organizacionais, derivadas das teorizações da teoria importada, capazes de acrescentar explicações inéditas ao *corpus* de conhecimento da Teoria Organizacional. A domesticação da RTT propicia avaliar e expandir o alcance contextual e do nível de abstração da teoria, observando como ela se "comporta" no referido contexto. A sensibilidade contextual opera para: i) identificar que diferenças contextuais alteram as explicações da teoria importada sobre um fenômeno para, assim, adicioná-las à estrutura da teoria; ii) compreender como tais diferenças modificam essas explicações.

Nesse último tipo de contribuição, a "observação informa a teoria", isto é, as teorizações resultantes das novas aplicações da teoria, para compreender o fenômeno observado no contexto de destino, expandem seu poder explicativo e das teorias validadas no contexto de origem. A domesticação da teoria estrangeira objetiva propor "melhorias na lente teórica atual" ou "uma nova lente teórica"; e não apenas ofertar um olhar inédito sobre os fenômenos através de lentes recém-adquiridas. O produto das iniciativas da "contribuição para teoria" é a "teoria forte", ou seja, aproximações razoavelmente verossímeis/representações válidas da realidade. A construção de conhecimento dá-se por racionalidade dedutiva.

Em adição aos processos de transferir, modificar e estender a estrutura lógica da *radical traveling theory* para o domínio da Teoria Organizacional, o *modus operandi* bidirecional de importação de RTTs compreende a difundir e introduzir às contribuições decorrentes de suas novas aplicações e teorizações dos fenômenos organizacionais nos campos de referência das teorias. A prática de importar bidirecionalmente tende a ampliar as ideias originais subjacentes às RTTs para, em seguida, comunicá-las aos estudiosos de seus campos-fonte de conhecimento. A domesticação não refina apenas a estrutura da RTT na esperança de ajustá-la às demandas do domínio de destino, mas também tende a aprimorar a estrutura lógica da teoria estrangeira em seu contexto de origem. As domesticações da *radical traveling theory* na TO enriquecem as teorizações e o poder explicativo da teoria *per se* tanto no domínio de destino, quanto em seu domínio nativo.

O método de teorização bidirecional fundamenta-se na lógica processual da Integração Conceitual. Incorpora o raciocínio dissonante analógico e o pensamento contrafactual nas suas teorizações. Esse modo de importar teorias não abandona a racionalidade analógica; mas sim, a considera insatisfatória para desenvolver teorias organizacionais radicais. Aliada a tal racionalidade, a importação bidirecional

incorpora a síntese resultante da comparação e correspondência das similaridades e dessemelhanças entre a estrutura lógica da RTT e suas aplicações em diferentes domínios disciplinares. É um método dedutivista de produção de conhecimento.

Devido ao domínio de referência e estrutura epistêmica da RTT serem heterogêneos ao campo da Teorias das Organizações, existem elementos comuns e vários outros de ordem onto-epistêmica, metodológica e axiológica que a RTT e seu domínio de origem não compartilham com o corpo de conhecimento da TO. O processo de importação bidirecional consiste em um “embate” entre a teoria per se com o background epistêmico de seu campo fonte e o domínio-alvo. Isso motiva uma troca de teorização bidirecional dos elementos da RTT e seus sentidos convergentes e divergentes entre o domínio de referência e destino. Esse método intenta confrontar, criticar ou contraiar os pressupostos latentes da teoria importada nos seus campos fonte e de destino. A domesticação da teoria não apenas gera novos *insights* para interpretar os fenômenos organizacionais, mas também engendra a absorção das modificações imputadas nos elementos da teoria e seus sentidos em ambos os domínios. Busca-se articular os pontos de convergência e divergência da funcionalidade da teoria importada entre domínios.

O *modus operandi* bidirecional não objetiva somente importar e domesticar os elementos da estrutura da *radical traveling theory* que funcionam de maneira similar funcionam de maneira análoga nos domínios fonte e alvo da teoria. Esse método de teorização fomenta também conexões contra intuitivas, integrando as dissimilaridades e as dissonâncias estruturais dos conceitos da RTT e das relações lógicas entre seus conceitos para com o corpo de conhecimento da Teoria das Organizações. As interseções promovidas pela importação da teoria entre domínios disciplinares considera as questões únicas que são compartilhadas por eles; mas também, a teorização das diferenças que fundamentam as principais previsões e descobertas promovidas pelas teoria entre domínios distintos. O foco não está unicamente na teorização indígena; e sim, em promover aplicações e contribuições intercontextuais da e para RTT em ambos os domínios. Isso estimula teorizações e utilizações inéditas da teoria nos corpos de conhecimento desses domínios, com vias a seu alcance contextua da teoria e, subsequentemente, a aprimorar sua função explicativa.

A importação bidirecional de *radical traveling theories* à novos cenários, inesperadamente diferentes dos seus domínios de origem, ensejam a oportunidade de torná-la sensível ao contexto e seus efeitos. A teorização bidirecional abrange

procedimentos recíprocos de contextualizar o conhecimento geral no campo da Teoria Organizacional e generalizar o conhecimento contextual no domínio de referência da teoria estrangeira. A domesticação bidirecional contempla a sensibilidade aos efeitos do contexto e a redução do nível de abstração da teoria. Similar a importação unidirecional, a sensibilidade aos efeitos do contexto e nível de abstração da teoria confere coerência ao *modus operandi* bidirecional.

A contextualização da importação bidirecional de *radical traveling theories* não se resume ao ato de inseri-la em um novo contexto, tornando-a mais sensível ao mesmo. Não se trata de aplicar, quase que, literalmente à teoria ao contexto-alvo para interpretar os fenômenos de interesse. Nesse método de teorização, é pouco provável utilizar a RTT *ipsi litteris* entre contexto distintos, pois a teoria "sofre" ajustes, sutis ou radicais, em sua estrutura lógica para torná-la sensível ao contexto. Não se busca demarcar apenas as fronteiras de uso e os limites de explanação de uma teoria importada às condições contextuais relevantes do domínio da Teoria Organizacional.

O intuito desse método de importação é estabelecer a interpretação e aplicação da RTT dentro dos limites epistêmicos conhecidos do contexto de destino, bem como teorizar sobre os efeitos de contexto na domesticação da estrutura lógica da teoria. Isso prenuncia uma teorização mais abrangente da relação onto-epistêmica entre teoria e contexto. Esses efeitos são articulados para dois fins: a) contextualizar às teorias em ambos os domínios de importação; b) compreender como a domesticação da RTT alterou, fundamentalmente, a sua estrutura lógica, bem como reorientou ou redefiniu as teorias existentes, as teorizações e as epistêmicas de ambos os domínios envolvidos na importação. Novamente, pode-se afirmar que a utilidade ou validade de uma teoria é, em grande medida, uma função de sua sensibilidade contextual.

A teorização bidirecional é um processo sintético, interativo e recursivo de integração da *radical traveling theory* aos domínios de origem e de destino. Esse método envolve as convergências da função da teoria importada com os contextos e as dissonâncias de sua aplicação entre contextos. A importação da teoria oportuniza configurações inéditas à sua estrutura lógica em ambos os domínios. A transposição da RTT viabiliza a inserção de sua lente epitência à novas configurações contextuais e seu uso para compreender os fenômenos de interesse. Isso permite melhorar a compreensão dos limites, robustez da teoria mediate o aperfeiçoamento e revisão das proposições originais de sua estrutura. As integrações conceituais derivadas da importação bidirecional ensejam o desenvolvimento de *radical traveling theories*

indígenas na TO, sobretudo, por estimularem processos de construção de teorias mais criativos, inovadores e radicais.

A contribuição para o conhecimento não se circunscreve a teoria *per se*, particularmente, sua utilização domesticada nos referidos domínios. A transferência de *radical traveling theories*, em consonância à difusão de sua aplicação, ajustes e descobertas, tende a reformular às questões centrais dos domínios, desafiando suas normas e paradigmas estabelecidos, a fim de instaurar teorizações inéditas. Na importação bidirecional, a aplicação e ajuste da estrutura lógica da teoria estrangeira a redefinição de um domínio sucede com o desenvolvimento de novas teorias endógenas que modifiquem seu núcleo. Em outros termos, a apropriação da RTT, as alterações em sua estrutura, e as decobertas acerca dos fenômenos desafiam, informam, enquadram, revisam e redefinem as fronteiras e questões centrais do domínio de referência e de destino.

Debruço-me agora sobre às inconsistências, incompletudes e incoerências dos modi operandi de importação dos modelos analisados na revisão sistemática de literatura. Os *frameworks* possuem um caráter universal no que diz respeito ao *modus operandi* de importação de teorias estrangeiras — logo *radical traveling theories* — no domínio epistêmico da Teoria Organizacional. Todos os modelos analisados baseiam-se na premissa de que existe um conjunto de procedimentos genéricos de importação aplicável a todo e qualquer teoria estrangeira. Os textos de Whetten (2009), Whetten, Felin e King (2009) e Zahra e Newey (2009) desenvolveram modelos generalistas de importação para teorias estrangeiras na TO. Accard (2020) e Oswick, Fleming e Hanlon (2011) declararam, explicitamente, que seus *frameworks* eram direcionados a importação de RTTs. Essa qualidade universal dos modelos, como proponho aqui, negligencia as idiossincrasias entre a) diferentes “espécies” de teoria das organizações e, à vista disso, b) condições distintas de produção de conhecimento. Os teóricos organizacionais desconsideram, portanto, a contingência de que diversos gêneros de teorias estrangeiras possam demandar procedimentos distintos de importação e domesticação.

Os *frameworks* não dispõem de um conjunto integrado, congruente e coerente de marcadores epistêmicos para analisar o *modus operandi* de importação e domesticação de teorias estrangeiras e, sobretudo, *radical traveling theories*, domínio da Teoria Organizacional. Os modelos analisados na RSL fornecem apenas indicações gerais sobre alguns componentes, racionalidades e procedimentos

integrantes da prática importar teorias na TO. Todavia, falta-lhes estabelecer critérios, de ordem epistêmica e processual, específicos para: a) avaliar a totalidade do processo de transposição de uma teoria estrangeira, desde sua escolha até sua implementação para compreender um determinado fenômeno de interesse; b) examinar os componentes da estrutura da teoria importada; c) julgar a coerência das modificações realizadas nessa estrutura com intenção de adaptá-la as demandas do campo de destino. Devido a isso, nenhum dos *frameworks* fornece marcadores contundentes para justificar a escolha de importar e domesticar uma determinada teoria no campo da Teoria das Organizações.

Os *frameworks* também não possuem nenhuma diretiva operacional e/ou marcador epistemológico que fundamente o processo de importar partes específicas de uma teoria, ao invés da totalidade de sua estrutura. Não se apresenta quaisquer critérios para julgar a plausibilidade de transpor e aplicar partes de uma teoria, descontextualizadas de sua estrutura significante, para compreender um fenômeno no campo da TO.

Os modelos não fornecem possíveis marcadores para avaliar, tanto comparativamente quanto metodicamente, o rigor e a coerência da decisão de importar uma teoria, ou alguns de seus componentes, para consumo na TO. Os *frameworks* não dispõem de critérios, por exemplo, para analisar o propósito da teoria importada, seus pressupostos, seu contexto sócio histórico de produção, seu fenômeno de interesse, e a abordagem onto-epistêmica-axiológica que a circunscreve. O descuido em atentar para esses pontos implica, necessariamente, na escassez de argumentos plausíveis que propiciem examinar se a teoria estrangeira é/foi, coerentemente, importada e domesticada no domínio-alvo. Permita-me ilustrar com alguns exemplos.

Embora os *frameworks* de Whetten (2009) e Whetten, Felin e King (2009) sinalizem a importância de contemplar os contextos de produção e de aplicação das teorias estrangeiras, os analisados na RSL não ofereceram marcadores referentes às influências temporais e situacionais de teorização de uma teoria. Essas influências correspondem ao contexto histórico da teoria (TRUEX; HOLMSTRÖM; KEIL, 2006; CROSSLER *et al.*, 2018). Há também uma negligência quanto aos pressupostos das teorias importadas. Eles estabelecem a fundação e os limites de uma teoria (CROSSLER *et al.*, 2018). Quando explicitamente expressos, eles fornecem o alicerce para compreensão dos argumentos de uma teoria, de seu escopo e das possibilidades

de estender o poder explicativo de sua estrutura, com o intuito de entender novos fenômenos ou prover novas interpretações para um fenômeno previamente investigado, tanto no seu domínio de referência quanto no seu domínio de destino (TRUEX; HOLMSTRÖM; KEIL, 2006).

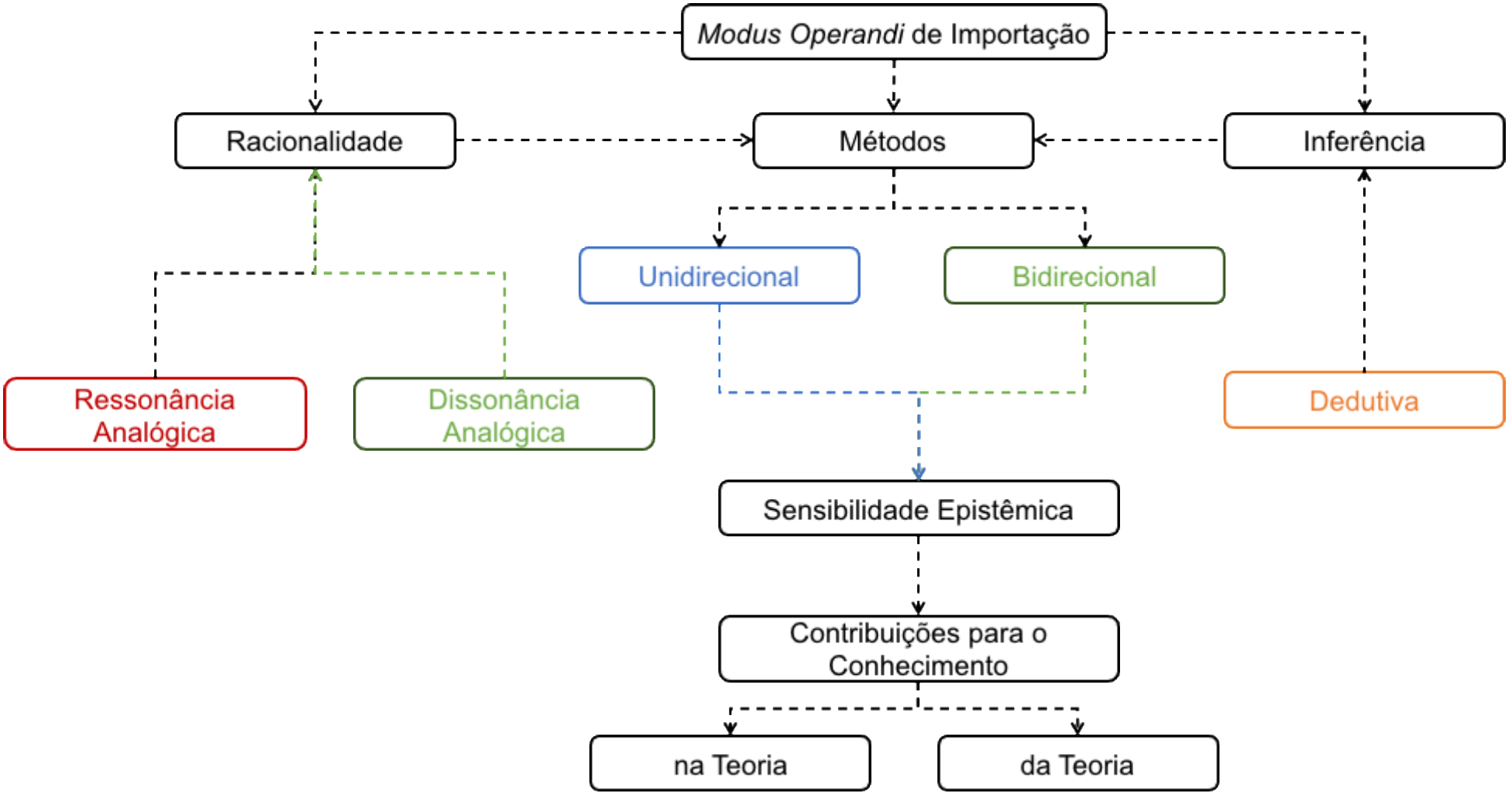
Os modelos não oferecem uma abordagem sistemática e deliberada para orientar e avaliar a domesticação de *radical traveling theories* no campo da Teoria Organizacional. Acredito que alguns exemplos são necessários para ilustrar essa crítica aos *frameworks* de importação. A RSL ratificou a crítica de Markóczy, Lívia e Deeds (2009) ao modelo de Zahra e Newey (2009). Esse *framework* não apresenta critérios para proceder e avaliar a domesticação de teorias estrangeiras na Teoria Organizacional. Apesar de todos os modelos analisados estarem alicerçados na racionalidade analógica, nenhum deles expõe quaisquer marcadores referentes as diferentes formas de analogia utilizados para amparar a importação e a domesticação de *radical traveling theories* no campo da TO. Novamente, as informações são insuficientes para avaliar a pertinência e a coerência das analogias nesses processos de teorização.

Os *frameworks* apresentam orientações gerais sobre o potencial dos processos de transpor e adaptar teorias estrangeiras em contribuir para construção de conhecimento e, dessa maneira, compreensão dos fenômenos que abordam. Os modelos examinam a contribuição da teoria com base em dois pilares, a saber: a) novidade relativa de sua contribuição; b) sua utilidade sob uma perspectiva científica. No primeiro caso, os modelos consideram como a importação e os ajustes na teoria trazem uma nova lente teórica para examinar os fenômenos organizacionais, assim como as modificações incorridas na teoria podem expandir sua compreensão e aplicabilidade no seu domínio de origem. No segundo caso, é avaliado o valor da teoria para o entendimento do fenômeno de interesse. A RSL expôs, entretanto, a ausência de diretrizes e marcadores que sinalizem como articular e avaliar a apropriação e essas contribuições das *radical traveling theories*, tanto nos seus domínios-fonte quanto na Teoria Organizacional.

O modelo de Zahra e Newey (2009) recomenda, por exemplo, três gradações distintas de maximizar o impacto da importação e domesticação de teorias entre o domínio de referência e a Teoria das Organizações. Os autores mapearam cinco categorias relativas ao escopo desse impacto, a saber: desenvolvimento da teoria, de um domínio, do pesquisador, do *stakeholder*, e da disciplina. Em cada dessas

categorias, eles sugerem alguns marcadores que, possivelmente, apontam “onde” os impactos poderiam ser observados. Contudo, os marcadores são vagos e difusos. Eles não auxiliam, *exempli gratia*, no entendimento de como a prática de importar e a domesticar uma teoria afeta sua capacidade explicativa e preditiva e, à vista disso, seu impacto em construir conhecimento nos seus campos de produção e aplicação. O modelo desenvolvido por Oswick, Fleming e Hanlon (2011) é outro exemplo *par excellence* de uma tentativa de justificar as contribuições das *radical traveling theories* na TO. Esse *framework* baseia-se no enfoque teórico da contribuição da RTT e no seu consumo nos domínios fonte e alvo. De forma análoga, esses estudiosos não sinalizam critérios próprios para julgar as contribuições e o consumo de uma RTT na TO.

Figura 6 (3) – Mapa final de temas e subtemas dos frameworks de importação



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

4 FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS DO FRAMEWORK DE IMPORTAÇÃO DE RADICAL TRAVELING THEORIES NORMATIVAS

Este capítulo articula os fundamentos epistemológicos que inspiraram minha compreensão do *modus operandi* do modelo de importação e domesticação de *radical traveling theories* normativas no domínio da Teoria Organizacional. Inicialmente, apresento os pressupostos da teoria dos interesses constitutivos do conhecimento de Jürgen Habermas. Essa teoria foi sistematizada por Ana Paula Paes de Paula como uma das partes constituintes de sua proposta de círculo das matrizes epistêmicas — i.e., CME. Aliado a isso, reviso o argumento utilizado por essa autora para aplicar o sistema de produção de conhecimento de Michael Hill, enquanto elemento integrante do referido círculo. Minha contribuição à teorização do CME apoia-se na inclusão de novos marcadores de ordem ontológica, epistemológica, metodológica e axiológica. Em consonância com esses marcadores, proponho critérios de racionalidade analógica para entender o processo de importar RTTs normativas na TO. Ademais, sugiro que as reconstruções epistêmicas podem ser operacionalizadas através de integrações conceituais. Para tal, resgato a noção de redes de integração conceitual dos trabalhos Gilles Fauconnier e Mark Turner. Por fim, debruço-me na teoria coerentista de Paul Thagard como fundamento dos marcadores de coerência para o *framework* em questão.

4.1 UM ESBOÇO DA TEORIA DOS INTERESSES CONSTITUTIVOS DO CONHECIMENTO EM *KNOWLEDGE AND HUMAN INTERESTS*

Nesta seção, reviso a teoria dos interesses constitutivos do conhecimento[79] — i.e., TICC — desenvolvida por Jürgen Habermas, particularmente, em sua obra *Knowledge and Human Interests* — i.e., KHI. Meu enfoque está em descrever os principais aspectos do argumento central dessa teoria e, em especial, a construção habermasiana da relação entre conhecimento e os interesses técnico, prático e emancipatório. Assim, espero que a compreensão dessa relação justifique o porquê da aplicação dos interesses cognitivos no modelo do Círculo das Matrizes Epistêmicas

[79] Para efeitos desta tese, os termos interesses constitutivos do conhecimento e interesses cognitivos do conhecimento são utilizados de forma intercambiável.

de Paes de Paula (2015) e, consequentemente, no *framework* epistemológico de importação de *radical traveling theories* normativas proposto nesta tese. Quando necessário, irei abordar, ao longo deste capítulo, outras obras desse pensador, desde que elas me auxiliem a prover um melhor entendimento da TICC.

Na opinião de alguns comentadores de Habermas, KHI é considerada sua obra filosófica mais importante na década de 1960 (HELD, 2004; OTHWAITE, 2009; FULTNER, 2011; REHG, 2018). Aqui, ele manifesta uma tentativa de fornecer uma nova estrutura sistemática para uma teoria social crítica interdisciplinar (WHITE, 1995). Em KHI, a abordagem utilizada por Jürgen Habermas é semelhante à tradição da antropologia filosófica[80] presente na teoria social alemã do início dos anos de 1900 (REHG, 2018). Ao longo de sua carreira filosófica, Habermas realizou uma série de modificações relevantes nas justificativas epistemológica e metodológica de seu projeto de teoria sócio-política crítica[81] (OTHWAITE, 2009; BAYNES, 2016). Minha reflexão sobre a filosofia de Habermas está localizada no período intitulado antropologia filosófica[82] (FULTNER, 2011), que se estende da década de 1950 até 1970. Esse momento é marcado por uma crítica da filosofia da consciência e do cientificismo (OTHWAITE, 2009). As principais obras habermasianas desse período são: *The Structural Transformation of the Public Sphere*, *Theory and Practice*, *On the Logic of the Social Sciences* e *Knowledge and Human Interests*.

Em KHI, Habermas (1971a) apresenta um modelo tríplice da espécie humana para explicar o modo como o conhecimento é revelado, constituído e posto em prática. Esse modelo é composto por: a) interesses — i.e., estratégias antropologicamente

[80] Essa tradição é histórica e reconstrutiva, pois interpreta as tentativas de pensadores anteriores como parte de uma trajetória que se deseja estender (OTHWAITE, 2009).

[81] Uma das metamorfoses mais visíveis no seu pensamento ocorreu após sua virada linguístico-pragmática, iniciada em 1970, que culminou nos dois volumes de seu livro *The Theory of Communicative Action* (REHG, 2018).

[82] Apesar de reconhecer as mutações existentes no pensamento de Habermas, minha intenção não é a de realizar um *grand-tour* na totalidade de seu desenvolvimento intelectual, tampouco pretendo revisar seu extenso *corpus* de publicações. Como expõe Fultner (2011, p. 2, tradução nossa), a obra de Habermas "[...] pode ser segmentada em, aproximadamente, quatro períodos distintos". O marco divisório dessas periodizações é arbitrário. Esses períodos representam mudanças de foco e ênfase na sua concepção de teoria crítica, ao passo que apontam as (des)continuidades em seus conceitos básicos (FULTNER, 2011). As "rupturas" no pensamento habermasiano possibilitam não apenas acessar suas características em cada um dos períodos, mas também traçar os fios de sua evolução.

enraizadas para interpretar a experiência de vida); b) modos de ação/práticas sociais[83] — i.e., meios de organização social); c) ciências. Os interesses desdobram-se em três modos de ação, a saber: a) trabalho, enquanto ação instrumental; b) interação, que ocorre na e pela linguagem; e c) poder/dominação, que expõe as relações assimétricas de restrição e dependência. Os interesses aliados aos modos de ação dão origem às condições de possibilidade as ciências empírico-analítica, histórica-hermenêutica, e crítica. Nessa relação tripla, uma das reivindicações centrais de Habermas (1971a) reside na crença de que as ciências sistematizam e formalizam os procedimentos necessários para o sucesso da atividade humana.

Na abordagem habermasiana, as ciências são orientadas por diferentes interesses constitutivos do conhecimento (FULTNER, 2011). Eles não podem ser desvinculados do conhecimento produzido por essas ciências (REHG, 2018). Os interesses cognitivos induzem diferentes modos de investigação e, assim, justificam o uso de métodos particulares (OTHWAITE, 2009). Na TIIC, os interesses constituem as condições necessárias e suficientes para satisfazer a existência de cada forma científica e, dessa maneira, de categorias distintas de conhecimento (REHG, 2018). Em outras palavras, os interesses humanos estão relacionados a múltiplas formas de conhecimento, as quais demandam várias metodologias científicas, enquanto processos de conhecimento, baseadas em padrões diferenciados, embora internamente coerentes, de racionalidade (HABERMAS, 1971a). Cada teoria e método científico possui um processo racional e válido para entender algo dentro de seu domínio de conhecimento, diz Habermas (1971a). Nesse sentido, sujeitar todas as formas de conhecimento humano a um único interesse, uma única metodologia ou forma de racionalidade é inapropriado, visto que invalidaria outras formas de conhecimento (HABERMAS, 1971a).

[83] Em *Towards a Rational Society*, Habermas (1971b) identifica dois modos distintos de prática social, a saber: trabalho e interação. O trabalho inclui modos de ação baseados na escolha racional de meios eficientes, isto é, formas de ação instrumental e estratégica. Este representa como os humanos interagem com a natureza no processo de produção. Já a interação envolve as formas de ação comunicativa em que os atores coordenam os comportamentos com base em normas consensuais. Esta possibilita a coordenação social. Para esse autor, ambas as práticas são necessárias, visto que, toda produção e existência é social. Cada categoria de prática social possui um tipo distinto de conhecimento associado a ela. A interação requer conhecimento de normas sociais apropriadas, enquanto o trabalho exige conhecimento proposicional (HABERMAS, 1971b). Em trabalhos posteriores, comenta Rehg (2018), Habermas adicionou uma terceira forma de ação básica denominada de poder ou dominação. Em KHI, Habermas (1971a) reformula a dicotomia trabalho-interação em termos dos interesses técnico e prático.

Em um tom histórico, KHI investiga a dissolução da epistemologia nos últimos dois séculos (OTHWAITE, 2009). Esse fato foi ocasionado, principalmente, pela ascensão do cientificismo. A crítica de Habermas ao cientismo concentra-se em sua relação com o positivismo, pois esse fornece a defesa mais sofisticada daquele. No nível da teoria do conhecimento, o positivismo é, na visão de Habermas, responsável por fazer com que a razão instrumental se torne dominante no pensamento moderno (REHG, 2018). Desde Kant, argumenta Habermas (1971a), a epistemologia como crítica do conhecimento tem sido, progressivamente, minada. Como resultado, a ciência deixou de ser compreendida pela filosofia, uma vez que não era mais entendida como uma categoria do conhecimento (HABERMAS, 1971a). A ascensão do cientismo resultou em uma ênfase irrelevante do que havia sido a preocupação tradicional da crítica do conhecimento, ou seja, investigar as condições do conhecimento possível, bem como de seu significado como tal.

A emergência do positivismo tornou a epistemologia mais restrita a um exame de questões internas à metodologia, perdendo, assim, a visão e a reflexão do sujeito em suas atividades[84] (HABERMAS, 1971a). Em decorrência disso, Habermas (1971a) sustenta que a probabilidade de a filosofia adotar uma abordagem crítica do conhecimento dissolveu-se. Do ponto de vista epistemológico, as tentativas de questionar o significado ou a função da ciência tornaram-se estéreis, pois não há uma fonte de conhecimento considerada independente dela, a partir da qual se poderia criticar seus resultados. Como ele afirma, “[...] o significado do conhecimento em si se torna irracional — em nome do conhecimento rigoroso” (HABERMAS, 1971a, p. 68-69, tradução nossa). Em vista disso, é essencial, pensa Habermas (1971a), desenvolver uma teoria social crítica — i.e., TSC — cujos fundamentos combatam a influência do cientificismo na filosofia e em outras esferas do pensamento.

No ímpeto de estabelecer seu projeto de TSC, enquanto forma respeitável e distinta de conhecimento e de teoria social (REHG, 2018), Habermas endereça uma condenação metodológica da filosofia positivista e da hermenêutica historicista (OTHWAITE, 2009). Isso demandou um empenho para abordar as ciências sociais e culturais como um problema de reflexão metodológica e epistemológica, isto é, uma

[84] De acordo com Habermas (1971a), duas tarefas tornaram-se importantes para a epistemologia após o cientismo. A primeira foi examinar os procedimentos metodológicos da ciência para entender como o conhecimento foi gerado pela ciência. A segunda foi analisar o próprio conhecimento científico para demonstrar como esse conhecimento foi construído a partir da experiência sensorial.

questão de crítica do conhecimento (REHG, 2018). Informado pela hermenêutica e pelo materialismo histórico em KHI, ele compromete-se com a tarefa de desenvolver uma concepção mais abrangente de razão, não redutível aos cálculos instrumentais, técnicos ou estratégicos de um sujeito individual, essencialmente, monádico (WHITE, 1995).

A TICC, consoante Habermas (1971a), pretende desafiar a ilusão do objetivismo da concepção de ciência positivista e a relação entre teoria e prática, com vias a desvelar outras condições de possibilidade do conhecimento. Sob a batuta do positivismo, os princípios objetivistas sinalizam como as teorias científicas se relacionam à prática, de modo a fazer previsões condicionais sobre os resultados prováveis de um possível curso de ação, observa esse pensador. O conhecimento deve descartar a ideia positivista de que "[...] o mundo aparece objetivamente como um universo de fatos, passivo de descrição, revelado pela conexão factual sujeita a leis" (HABERMAS, 1971a, p. 304, tradução nossa). Essa ilusão oculta os processos nos quais os fatos são constituídos e, assim, "[...] impede a consciência de interligar o conhecimento com os interesses do mundo da vida" (HABERMAS, 1971a, p. 305-306, tradução nossa). Na sua opinião, os fins ou valores que norteiam as ações/práticas sociais não são dados de forma independente, ou seja, não são implicados, tampouco pressupostos, pelo próprio conhecimento científico (HABERMAS, 1971a). As teorias científicas podem ser manipuladas de diferentes maneiras na prática, posto que, são guiadas por diferentes valores. A crítica normativa é apenas relevante para os usos do conhecimento, e não para a aceitação ou rejeição das afirmações teóricas da própria ciência (HABERMAS, 1971a).

Contra o cientismo, Habermas (1971a) sugere que, todo conhecimento tem uma intenção prática e serve uma dada prática social na reprodução das espécies. Como ele expõe, o conhecimento não deve ser equiparado a uma descrição pura ou desinteressada ou uma abordagem de como as coisas realmente são. Esse autor argumenta que os domínios-objeto das formas de conhecimento e seus critérios apropriados de validade são constituídos por certos interesses. Por conseguinte, as formas possíveis de aplicação prática do conhecimento científico são determinadas por uma certa constituição desses interesses. O conhecimento não é normativamente neutro, tampouco seus objetos pertencem a uma realidade independente.

Em consonância com sua investigação da decomposição da epistemologia e do avanço do positivismo, Habermas (1971a) examinou também como o sujeito

epistêmico — e, por conseguinte, sua capacidade de reflexão — foi, gradualmente, eclipsado. Habermas desenvolveu uma crítica ao sujeito transcendental[85], tanto no idealismo alemão[86] quanto na fenomenologia husserliana (FULTNER, 2011). Ele rejeita a filosofia da consciência como um ponto de partida viável para sua teoria social crítica, em favor de uma ênfase na emancipação social (WHITE, 1995) e na história humana (OTHWAITE, 2009; REHG, 2018). Embora Habermas aceite a necessidade de entender o conhecimento como resultado da atividade constituinte do sujeito cognitivo, ele rejeita a abordagem kantiana de localizar tal atividade em um sujeito transcendental a-histórico (REHG, 2018). Não há um sujeito transcendental a-histórico, que forneça as condições prévias para constituição de uma possível experiência (REHG, 2018). O sujeito da atividade constituinte é a espécie humana. Logo, as condições da construção do conhecimento são históricas e materiais (REHG, 2018).

Habermas adota um princípio essencial do materialismo histórico, isto é, a história, a realidade social e a natureza, como conhecidas, são todos produtos do trabalho constituinte da espécie humana (OTTMANN, 1982). As condições de constituição do conhecimento, que determinam a estrutura dos objetos possíveis da experiência e o desenvolvimento dessa espécie, são as condições materiais históricas (BAYNES, 2016). No ímpeto de que a proposta de emancipação da dominação, produzida pela teoria crítica, seja um projeto da humanidade, é preciso entender a atividade do sujeito conhecedor, com vias a reafirmar a necessidade de autorreflexão para atingir o auto entendimento (HABERMAS, 1971a). Em KHI, Habermas (1971a) propõe fazer isso através de uma investigação sistemática da natureza dos interesses cognitivos e dos conhecimentos humanos[87].

A ideia da TICC foi, originalmente, apresentada por Habermas em sua palestra inaugural[88] na Universidade de Frankfurt em junho de 1965 e, posteriormente, impressa como um apêndice na edição em língua Inglesa do livro *Knowledge and Human Interests* (MCCARTHY, 1981; OTHWAITE, 2009). Nessa obra, Habermas (1971a) defende um renascimento do projeto epistemológico de Immanuel Kant,

[85] O termo transcendental é utilizado "[...] em oposição a empírico, o u seja, transcendental é o que o ultrapassa a lógica e o formalismo da ciência" (PAES DE PAULA, 2015, p. 82).
[86] Em sua obra *Knowledge and Human Interests*, Habermas (1971a) expõe a influência do pensamento de Kant, Marx e Hegel ao seu projeto de teoria social crítica.
[87] Essa investigação assume a forma de uma crítica imanente a pensadores de várias tradições, como por exemplo, Kant, Hegel, Marx, Mach, Peirce e Freud.
[88] A palestra foi intitulada de *Knowledge and Human Interest: a General Perspective*.

fundamentado em um conceito de conhecimento que não pode ser equiparado ao puro cientificismo, nem ao conhecimento absoluto de Hegel. Na sua opinião, o reconhecimento kantiano da necessidade de refletir sobre os limites da validade do conhecimento humano permanece sendo um *insight* crucial para a filosofia moderna[89] (HABERMAS, 1971a).

Em KHI, Habermas (1971a) postula que os interesses constitutivos do conhecimento[90] estão enraizados na história natural da espécie humana, com a lógica de seu processo auto formativo, bem como nos imperativos da forma de vida sociocultural. É importante ressaltar que, para o autor, os interesses não são redutíveis a tais imperativos. A principal alegação da TICC pode ser descrita da seguinte maneira: o conhecimento do progresso científico e social é, tacitamente, guiado por três tipos de interesses cognitivos, que correspondem a três categorias de conhecimento e racionalidade. Esses interesses governam todas as ciências, ressalta Habermas (1973a). Na sua opinião, todos os procedimentos fundamentais da investigação científica estão alicerçados em algum desses interesses. Eles estabelecem relações entre si, sendo que cada um deles é expresso em uma abordagem metodológica distinta para construção de conhecimento (HABERMAS, 1971a). Como os interesses são antropologicamente constituídos, eles encapsulam um complexo distinto de atividades para a sobrevivência e o desenvolvimento da

[89] Em particular, Habermas (1971a) revisa as reformulações kantianas da síntese transcendental e da unidade transcendental de apercepção. Enquanto o primeiro Remete a atividade legislativa da forma que possibilita a experiência objetiva, o último consiste na unidade do sujeito que vivência essa experiência (HABERMAS, 1971a).

[90] Conforme Habermas (1973a), os interesses cognitivos são distintos dos particulares e generalizáveis. Habermas nega, conforme Lorenzo (2000), que todos os interesses sejam, meramente, particulares. Por definição, os interesses particulares são irremediáveis e subjetivos. Por isso, eles promovem, necessariamente, conflitos irreconciliáveis, quando grupos com interesses particulares divergentes precisam dominar o mesmo espaço social. Em contraste com os interesses puramente particulares, os interesses generalizáveis não são, simplesmente, encontrados empiricamente ou postulados por uma decisão; mas sim, são, até certo ponto, constituídos por processos consensuais de formação da vontade racional em discursos práticos (HABERMAS, 1973a). Por serem forjados e modelados nas discussões entre todas as pessoas envolvidas, esses interesses podem ser compartilhados comunicativamente. Eles refletem, dessa forma, um consenso não forçado sobre o que todos poderiam desejar. O objetivo da tomada de decisão discursiva consiste em obter um consenso sobre a generalização dos interesses propostos. Tais interesses são, portanto, objetos de conhecimento moral-prático. Diferente dos interesses generalizáveis, os interesses cognitivos não são suscetíveis de justificação em discursos práticos (HABERMAS, 1973a). Os interesses constituinte do conhecimento não podem ser reconhecidos como os generalizáveis através do mecanismo de tomada de decisão discursiva, mas sim, só podem ser encontrados como interesses gerais através de um processo de reconstrução racional das condições de como a experiência pode ser objetiva. A universalidade dos interesses cognitivos implica que a constituição dos domínios dos objetos é determinada pelas condições que governam a reprodução da espécie, isto é, pela forma sociocultural da vida como tal (HABERMAS, 1973a).

espécie humana. Na abordagem de Habermas (1971a), o conhecimento é construído em virtude dos interesses cognitivos e, dessa forma, só pode ser compreendido à luz deles.

No tocante ao *status* dos interesses cognitivos frente ao conhecimento, Habermas (1973b, p. 21, tradução nossa) enfatiza que "[...] desde que [...] sejam identificados e analisados, por meio de reflexão, na lógica da investigação que estrutura as ciências naturais e humanas, eles podem reivindicar um status 'transcendental'". Os interesses constitutivos do conhecimento são, nesse sentido, orientações fundamentais para o conhecimento e a ação que se enraízam nas condições subjacentes à evolução da espécie humana (OTHWAITE, 2009). Como são condições necessárias para tipos particulares de conhecimento, Habermas (1971a) concebe os interesses cognitivos e modos de conhecimento como logicamente exaustivas. Esta análise habermasiana é, consoante Baynes (2016), baseada em uma antropologia filosófica que relaciona os diferentes tipos de conhecimento à estrutura profunda da experiência humana. Interesses cognitivos referem-se ao vínculo entre origem, aplicação e validade do conhecimento (WHITE, 1995). Um vínculo provocado pela incorporação necessária do conhecimento na experiência e na ação (REHG, 2018).

A epistemologia da TICC não é, simplesmente, transcendental no sentido kantiano[91] (MCCARTHY, 1981; OTHWAITE, 2009). Habermas (1971a) explica que os interesses constitutivos do conhecimento não são apenas transcendentais, sequer somente empíricos. Eles não se encaixam na estrutura de uma divisão nítida entre a constituição transcendental, por um lado, e o empírico, conforme instituído, por outro lado (HELD, 2004). Embora os interesses "[...] possuam uma função transcendental

[91] Na filosofia medieval, os transcendentais caracterizam os atributos extracategoriais dos seres, como, por exemplo, unidade, verdade, bondade, beleza (e, em algumas classificações, coisas e algo). Para Kant, um vestígio desse uso sobrevive no seu emprego de transcendental enquanto uma forma de conhecimento, não dos próprios objetos, mas sim dos modos como somos capazes de conhecê-los, ou seja, as condições de experiência possível (CAYGILL, 2000). Esse filósofo intitula "[...]*transcendental* todo conhecimento que em geral se ocupe, não dos objetos, mas da maneira que temos de conhecê-los, tanto quanto possível '*a priori*'" (KANT, 2018, p. A 12, grifo do autor). O sistema de conceitos que constitui conhecimento *a priori* pode ser descrito como filosofia transcendental, para o que a crítica da razão pura é diversamente descrita como propedêutica, cânone ou arquitetônica (CAYGILL, 2000). O transcendental é distinguido do empírico e alinhado com um *a priori* na medida em que esse último envolve referência ao modo de conhecimento, isto é, "[...] a possibilidade ou emprego *a priori* de tal conhecimento" (KANT, 2018, p. A 56, grifo do autor). A distinção do transcendental e empírico envolve, pois, a metacrítica do conhecimento e suas fontes *a priori*. Kant considera a descrição psicológica do conhecimento um ramo do empírico e, portanto, distingue-o por seu turno do conhecimento transcendental (CAYGILL, 2000).

[...]", eles "[...] surgem de estruturas reais da vida humana" (HABERMAS, 1971a, p. 194, tradução nossa). Com o reconhecimento dessa tensão empírico-transcendental na justificativa dos interesses cognitivos, HABERMAS (1971a; 1973a) postula que eles são quase-transcendentais. Logo, os interesses são, pragmaticamente falando, fundamentos quase-transcendentais do conhecimento humano (HABERMAS, 1971a).

Habermas atribui aos interesses cognitivos o *status* de mediadores entre o empírico e o transcendental por suspeitar que "[...] um fundamento sistemático não pode se basear exclusivamente na vida ou no conhecimento" (OTTMANN, 1982, p. 82, tradução nossa). Apesar dos sistemas de regras que governam as atividades cognitivas da espécie humana possuírem uma função transcendental, eles provêm de estruturas de uma espécie que reproduz sua vida, tanto através de processos de aprendizagem do trabalho socialmente organizado, quanto de processos de entendimento mútuo em interações mediadas na linguagem ordinária (HABERMAS, 1971a). Entendidos dessa maneira, os interesses também "[...] assumem um *status* 'empírico' à medida em que são analisados como resultado da história natural, isto é, analisados em termos de antropologia cognitiva [...]" (HABERMAS, 1971a, p. 194, tradução nossa). Na opinião de Habermas, eles são empíricos por que derivam de propriedades emergentes da história humana. A estrutura da TICC não pode "[...] se despir totalmente da forma de uma reflexão sobre a pré-história da cultura que depende de uma compreensão prévia da forma de vida sociocultural" (HABERMAS, 1973b, p. 285, tradução nossa).

Os interesses exemplificam tanto a continuidade humana com a natureza, quanto o poder de dominação sobre ela. A natureza conhecida é o produto da atividade constituinte das pessoas. Como Habermas (1971a, p. 134, tradução nossa) escreve, "[...] os 'interesses' não podem ser classificados com os mecanismos de controle do comportamento animal que podemos chamar de instintos, nem totalmente separados do contexto objetivo de um processo da vida". O conhecimento humano não é, totalmente, instrumental em relação às estratégias adaptativas de um organismo em relação ao ambiente, tampouco é "[...] o ato de um ser puro racional removido do contexto da vida em contemplação" (HABERMAS, 1971a, p. 197, tradução nossa).

Os interesses constitutivos do conhecimento são, na perspectiva habermasiana, modos subjacentes através dos quais a realidade é revelada e posta em prática. Eles delineiam uma orientação geral que produz um ponto de vista, que

desvela como a realidade é constituída. Tais interesses são, neste sentido, interesses gerais, universais que os seres humanos encontram ao reconstruir, racionalmente, as condições possíveis de objetividade. Essas condições sustentam tipos fundamentais de problemas que todo sistema social deve resolver. Na abordagem de Habermas (1971a), a ciência reconstrutiva[92] é o modo de investigação adequado aos interesses constitutivos do conhecimento. Ele recorre a várias ciências reconstrutivas[93] para justificar a afirmação de que os interesses cognitivos agem como condições universais facilitadores da possibilidade de conhecimento e, que eles podem ser identificados e distinguidos entre si com base nas condições de validade dos tipos de conhecimento que possibilitam. Como esse autor sustenta, esses interesses não são redutíveis às características físicas da história natural da espécie humana, nem são idênticos às várias instituições que as incorporam. Como são requisitos necessários do conhecimento, os interesses motivam e sustentam os processos de investigação científica (HABERMAS, 1973a). Além disso, o significado da validade em qualquer ciência é estabelecido pelo interesse associado a determinada produção de conhecimento acadêmico (HABERMAS, 1971a).

Os interesses cognitivos representam, de acordo com Habermas (1971a), condições de organização do conhecimento da espécie humana, pois constituem o domínio objetivo da experiência possível. Os interesses compreendem o controle técnico possível do mundo, a compreensão dos outros e as formas de libertação da consciência das estruturas de poder hipostatizado. Existe, portanto, um interesse técnico, prático e emancipatório, respectivamente. O Quadro 16 apresenta, resumidamente, as relações entre os interesses, as categorias de conhecimento e os tipos de racionalidade.

[92] A ciência reconstrutiva é, comenta Alford (1985), uma tentativa ambiciosa de Habermas para criar uma categoria especial de ciência, que combina imunidade de falsificação pela ciência comum com acesso especial aos fundamentos empíricos da moralidade. Essas ciências objetivam tornar teoricamente explícito o know-how intuitivo e pré-teórico subjacente as competências humanas básicas, tais como: falar e entender, julgar e agir. Diferente da análise transcendental de Kant das condições da racionalidade, as ciências reconstrutivas produzem conhecimentos que não são necessários, mas hipotéticos, não são a priori, mas empíricos, não são certos, mas falíveis. No entanto, elas não são direcionadas a estruturas e condições invariantes, embora realizem reivindicações universais. Essas ciências promovem reivindicações defensáveis para uma abordagem de razão prática (ALFORD, 1985).

[93] Em particular, Habermas recorre a antropologia filosófica, historiografia e teoria psicanalítica (REHG, 2018).

Quadro 16 (4) — Conhecimento, interesses e racionalidade de Habermas

CONHECIMENTO	INTERESSE	RACIONALIDADE	EXEMPLOS
Crítico	Emancipatório	Por que conhecer	Ciências Críticas /Psicanalistas
Hermenêutico	Prático	Como conhecer (Normativo—nomológico) Interpretativo	Ciências sociais /Humanidades
Analítico	Empírico	O que conhecer (Descritivo—nomológico) Positivo—Instrumental	Ciências naturais

Fonte: adaptado de Terry (1997, p. 271, tradução nossa)

Os interesses técnico e prático são descritos como interesses antropológicos da espécie humana. Isso significa dizer que, para Habermas (1973b), eles não são atitudes ou posições que poderiam ser facilmente deixadas de lado. Ao contrário, são orientações que surgiram na história da espécie humana intimamente ligados aos requisitos de reprodução social (HABERMAS, 1971a). Esses interesses são estruturas de ação e comunicação racional-proposicionais que, embora sejam produtos de um processo evolutivo contingente, ainda assim desempenham papéis constitutivos do mundo (HABERMAS, 1971a).

Baynes (2016) esclarece que, sob o interesse técnico, o mundo aparece como objeto de intervenção e controle manipulativos. No esquema habermasiano, esse interesse governa as atividades intencionais que buscam dominar a natureza, guiando as pessoas em seus esforços por experiências coletivas de exercer opressão e domínio sobre as coisas do mundo (BAYNES, 2016). No tocante ao interesse prático, os objetos aparecem como objetos simbolicamente constituídos de interpretação, compreensão mútua e manutenção da unidade social (HELD, 2004). Esse interesse conduz, por meios não coercitivos, os empenhos de entendimento mútuo e de consenso entre os atores de uma estrutura social estabelecida (REHG, 2018), assim como a interpretação dos processos e das estruturas historicamente mediadas (HABERMAS, 1971a).

Ainda sobre os interesses técnico e prático, Habermas (1971a) expõe uma compreensão dos seres humanos enquanto animais capazes de fabricar ferramentas e usar a linguagem. Na sua abordagem, os seres humanos devem produzir da natureza o que é necessário para: a) a existência material através da manipulação e controle de objetos; b) comunicar-se com os outros através do uso de símbolos compreendidos intersubjetivamente no contexto de instituições governadas por

regras. Assim, para esse autor, a humanidade possui interesse na criação de conhecimento, que lhe permita controlar processos objetificados e manter a comunicação.

Aliado a esses dois interesses, há também um interesse na apropriação reflexiva da vida humana, sem a qual o caráter emancipatório do conhecimento não poderia ser apreendido. Esse é um interesse fundamentado na razão no sentido kantiano, isto é, na capacidade humana de ser auto reflexivo e autodeterminante, de agir racionalmente (HABERMAS, 1971a). O interesse emancipatório encapsula a atividade de auto compreensão em face dos mecanismos de reflexão promulgados pelas ciências críticas, como, por exemplo, a psicanálise (HABERMAS, 1971a). A base desse último interesse "[...] seria a autorreflexão capaz de nos libertar do dogmatismo [...]", "[...] que emerge com a dicotomização das ciências [...]" naturais e hermenêuticas (PAES DE PAULA, 2015, p. 98-99). Como resultado, é gerado conhecimento que proporciona a autonomia e a responsabilidade. O interesse emancipatório tem um *status* mais derivado (HABERMAS, 1973a). Esse interesse opera em formas de conhecimento que visam superar condições de opressão e dominação (BAYNES, 2016).

Na perspectiva habermasiana, os interesses constitutivos do conhecimento são animados pela dialética, comenta Paes de Paula (2016). Essa racionalidade não visa superar as contradições entre os interesses. Como alertado por Habermas (1971a), cada interesse possui seu próprio domínio epistêmico, cujos limites os impedem de serem absorvidos ou subordinados uns pelos outros. Não se busca a síntese, isto é, uma conclusão na articulação dos interesses, mas sim o reconhecimento do caráter parcial deles perante a compreensão da realidade social e da sua complexidade (PAES DE PAULA, 2016). O conhecimento, observa Habermas (1971a), orienta-se pela satisfação desses interesses que, apesar de serem contraditórios, estão entrelaçados constituindo a unidade do conhecimento. Segundo Paes de Paula (2015, p. 82), "[...] as oposições que ocorrem entre esses interesses, ainda que contraditórios, deveriam constituir a unidade do conhecimento". Os interesses são interdependentes, e não instâncias epistêmicas fragmentadas que poderiam, porventura, ser articuladas separadamente na produção do conhecimento das ciências sociais (HABERMAS, 1973a). Enquanto unidade, os interesses "[...] não deveriam ser tomados separadamente pelos pesquisadores, mas sim conjuntamente, caso contrário, teremos um conhecimento cada vez mais incompleto e afastado das

necessidades sociais" (PAES DE PAULA, 2015, p. 82), Devido aos fenômenos sociais manifestarem-se de acordo com as conjugações entre os interesses técnico, prático e emancipatório, não há como separá-los (PAES DE PAULA, 2016). Em resumo, "[...] os interesses cognitivos não deveriam ser compreendidos como concorrentes, mas complementares, pois o funcionamento da vida social depende de todos eles" (PAES DE PAULA, 2015, p. 115).

O interesse técnico implica mais do que o desejo de dominação ou a adequação de um organismo ao seu ambiente (OTTMANN, 1982). Se ampliarmos o entendimento da noção de controle para contemplar a criação de hipóteses explicativas de novos dados e fenômenos ainda não descobertos, como sugere Miller (1975), então o interesse técnico compartilha um objetivo que é tão comum e característico do interesse prático. O interesse técnico isolado converte-se, dessa forma, em simples instrumentalismo. Para evitar isso, tal interesse requer que sejam contempladas as necessidades sociais de compreensão e de emancipação, comenta Paes de Paula (2015). O interesse prático é elementar ao técnico, pois coloca o sucesso da atividade instrumental como algo complementar. Isso sugere que esses interesses deveriam caminhar junto (HABERMAS, 1971a).

Quando destacado dos demais interesses, o interesse prático tende a se transformar em pura compreensão e descrição (PAES DE PAULA, 2015). No ímpeto de ser capaz de interferir na realidade, esse interesse precisa dos interesses técnico e emancipatório. Além da adaptação às tradições e instituições temporariamente dominantes, o interesse prático também envolve o processo de autopreservação (OTTMANN, 1982). Esse processo, comenta Habermas (1971a), está inserido nas formas socioculturais do *Lebenswelt*, ou seja, no trabalho e na comunicação intersubjetiva. Assim, a autopreservação não pode ser definida sem uma compreensão culturalmente formada do *self* (HABERMAS, 1971a). Sob essa perspectiva, a aprendizagem cumulativa resultante do domínio progressivo sobre a natureza, bem como das interpretações das tradições do passado e do presente, pertencem ao processo de auto formação (HABERMAS, 1971a).

Enquanto os interesses técnico e prático estão vinculados aos elementos que compõem o sistema, o interesse emancipatório assegura o elo entre o saber teórico e a práxis de vida (PAES DE PAULA, 2016). Por encapsular o processo de auto formação de um ser livre para além da natureza, o interesse emancipatório é o único que oferece uma estrutura na qual o significado de autopreservação pode ser

compreendido (HABERMAS, 1971a). Enquanto unidade imediata da liberdade e da razão universal, esse último interesse atesta a possibilidade de um conhecimento da história e da natureza não distorcido por interesses demasiadamente relacionados à história ou à natureza (OTTMANN, 1982). Esse interesse é, destarte, estimulado por consequências decorrentes de ideias e ações orientadas tanto pelo interesse técnico quanto o prático, mas também vai além deles ao objetivar a busca pela reflexão (OTHWAITE, 2009). O interesse emancipatório sozinho torna-se crítica pela crítica, já que depende dos outros interesses para se concretizar em ações (PAES DE PAULA, 2015).

O caráter imanente dos interesses cognitivos revela que, em certa medida, cada um deles possui o potencial de fundamentar uma base sistemática para estabelecer o *status* dos demais e, portanto, as condições de possibilidade de conhecimento das ciências (OTTMANN, 1982). Isso não significa que um interesse pode ser assimilado pelo modelo epistêmico dos demais. Não obstante suas complementariedades, eles ensejam processos díspares de teorização em suas referidas ciências, bem como buscam fins distintos quanto aos tipos de conhecimento pretendidos. Os domínios epistemológicos dos interesses são intransponíveis, apesar de suas interdependências. Nas próximas seções, irei detalhar as características de cada um dos interesses cognitivos habermasianos.

4.2 UM MERGULHO NOS INTERESSES COGINITIVOS HABERMESIANOS

4.2.1 Positivismo, ciências empírico-analíticas e interesse técnico

Em sua obra KHI, Habermas (1971a) tece uma crítica histórica e sistemática, de caráter epistemológico e metodológico ao positivismo, enquanto teoria do conhecimento reinante na ciência da época. Ao refletir sobre a situação filosófica na década de 1960, ele lamenta o fato de que a epistemologia, no sentido kantiano de uma reflexão crítica sobre o conhecimento, foi suplantada por uma compreensão positivista das ciências naturais e sociais (HELD, 2004; OTHWAITE, 2009). Seu principal objetivo com essa crítica é resgatar “[..] uma dimensão do problema do conhecimento que o [positivismo] havia apagado[...]”, ou seja, a dimensão na qual se reconhece que os sujeitos conhecedores desempenham um papel ativo na constituição do mundo que conhecem (HABERMAS, 1973a, p. 158, tradução nossa).

Na visão de Habermas, a filosofia positivista é fundamentada “[...] na ideia de que a essência da ciência está na dedução de leis causais, que são, então, verificadas através de testes empíricos” (DRYZEK, 1995, p. 98, tradução nossa). De acordo com alguns comentadores dos trabalhos desse pensador, o positivismo é alicerçado em três afirmações: 1) o conhecimento consiste em explicações causais expressas em termos de leis ou princípios básicos, por exemplo, leis da natureza; 2) o conhecimento reflete, passivamente ou espelha, fatos naturais existentes de forma independente; e, 3) o conhecimento é positivo e descritivo (sobre o que é), e não normativo (sobre o que deveria ser). Estas afirmações são, respectivamente, denominadas de cientificismo, objetivismo e neutralidade de valor (HELD, 2004; OTHWAITE, 2009; FULTNER, 2011; REHG, 2018).

O trabalho de Habermas de meados e final da década de 1960, comenta Othwaite (2009), preocupa-se, centralmente, com as questões filosóficas e sociológicas levantadas pelo cientificismo, ao invés da ciência com tal. A concepção de ciência positivista forjada no cientificismo reduz “[...] todo conhecimento àquele fornecido pelas ciências empíricas, onde elas são concebidas como um reflexo da realidade” (OTHWAITE, 2009, p., 19, tradução nossa). O cientismo promove a visão de que apenas hipóteses causais e empiricamente verificáveis podem contar como conhecimento verdadeiro (HELD, 2004). Como resultado, Habermas (1971a) sugere que, há uma substituição da epistemologia em favor do conhecimento científico universal. Este é desprovido de pensamento filosófico. A filosofia cede seu *status* legítimo de teoria do conhecimento para a filosofia da ciência, assinala Habermas (1971a). A ascensão do positivismo, portanto, denota que o cientismo reduz a teoria do conhecimento — i.e., a epistemologia — à teoria da ciência — i.e., metodologia. Isso é ilustrado na seguinte passagem:

> A filosofia da ciência, que emergiu desde meados do século XIX como herdeira da teoria do conhecimento, é uma metodologia realizada por meio de uma auto compreensão científica. “Cientismo” significa a crença da ciência em si mesma: ou seja, a convicção de que não podemos mais entender a ciência como uma forma de conhecimento possível, mas sim identificar o conhecimento com a ciência (HABERMAS, 1971a, p., 4, tradução nossa).

A mudança no pensamento filosófico da epistemologia para a metodologia não pode ser, simplesmente, revertida, por intermédio do sistema das ciências, sustenta

Habermas (1971a). Como ele afirma, uma “[...] investigação sistemática da base [...] do conhecimento científico não pode abstratamente restaurar a epistemologia” (HABERMAS, 1971a, p. 5, tradução nossa). Na epistemologia positivista, observa esse autor, o conhecimento é fruto de procedimentos metodológicos que, simplesmente, estudam fatos estáticos e imutáveis, com vias a fornecer uma explicação plausível da relação dialética entre teoria — i.e., conhecimento — e prática — i.e., mundo (OTHWAITE, 2009).

Uma das consequências do cientismo, na visão habermasiana, é a exclusão das ideias de crítica e emancipação (OTHWAITE, 2009). A dissolução da epistemologia promulgada pelo positivismo direciona para um abandono da experiência de reflexão, sugere Habermas (1971a). A filosofia positivista, na sua opinião, nega a reflexão. Em contraste com o conhecimento absoluto da filosofia, o conhecimento científico positivo é estreito, alicerçado na auto compreensão do cientista, restringindo-se à regulação pseudoinformativa da pesquisa. É neste sentido que, “[a]s teorias do conhecimento não se limitaram à explicação do método científico — elas não se fundiram com a filosofia da ciência” (HABERMAS, 1971a). O argumento contido neste paragrafo é ilustrado na seguinte passagem de KHI:

> A ciência só pode ser compreendida epistemologicamente, o que significa como uma categoria de conhecimento possível, desde que o conhecimento não seja equiparado efusivamente ao conhecimento absoluto de uma grande filosofia ou cegamente à auto compreensão dos cientistas do negócio real da pesquisa. Ambas as equações encerram a dimensão em que um conceito epistemológico de ciência pode ser formado — no qual, portanto, a ciência pode ser compreensível no horizonte de possíveis conhecimentos e legitimada. Comparado com o “conhecimento absoluto”, o conhecimento científico parece necessariamente tacanho, e a única tarefa que resta é a dissolução crítica das fronteiras do conhecimento positivo. Por outro lado, onde um conceito de conhecimento que transcende as ciências predominantes é totalmente inexistente, a crítica do conhecimento se resigna à função de uma filosofia da ciência, que se restringe à regulação pseudo-normativa da pesquisa estabelecida (HABERMAS, 1971a, p. 4, grifo do autor).

Ao criticar o cientismo, Habermas (1971a) nega o objetivismo. Este é composto por dois elementos relacionados. Primeiro, existe a crença realista de que os objetos do conhecimento científico existem independentemente da estrutura epistemológica em que são investigados. Segundo, há a alegação de que esse conhecimento é isento de valor, no sentido de que a validação de suas alegações é independente da

aceitação de pontos de vista normativos. O objetivismo, consoante Habermas (1971a), naturaliza falsamente o mundo, ignorando como as experiências vividas, a subjetividade e os interesses humanos podem estruturar o domínio do objeto, que é identificado como relevante ou digno de estudo.

Habermas (1971a) rechaça, portanto, a noção de objetividade nas ciências em bases semelhantes à sua crítica à filosofia da consciência, a saber, sua a-historicidade, bem como seu fracasso em apreciar completamente o papel, ineliminável, que a cultura desempenha na determinação de nossa natureza (FULTNER, 2011). Para ele, o sujeito transcendental descorporificado e a concepção de cientista como alguém objetivo, imparcial e igualmente descorporificado devem ser substituídos por um sujeito humano, corporificado e historicamente situado. Esse sujeito é o produto da evolução, mediado por processos socioculturais (FULTNER, 2011). Portanto, as competências cognitivas de tal sujeito não estão inscritas em algum tipo de natureza imutável, mas são aprendidas (FULTNER, 2011). Para estar ciente das condições da objetividade e, de fato, da constituição dos objetos na base dos conceitos científicos, é necessário ir além do objetivismo, defende Habermas (FULTNER, 2011). O projeto de contabilizar essas competências e como elas são adquiridas é, no entendimento de Habermas (1971a), o que Karl-Otto Apel intitulou de *Erkenntnisanthropologie*, isto é, epistemologia antropológica. As ressalvas ao objetivismo remontam ao conhecimento e aos interesses humanos:

> Enquanto a filosofia permanece presa na ontologia, ela está sujeita a um objetivismo que disfarça a conexão de seu conhecimento com o interesse humano na autonomia e responsabilidade (*Mündigkeit*). Existe apenas uma maneira pela qual ela pode adquirir o poder que em vão reivindica por si mesma em virtude de sua aparente liberdade de pressupostos: reconhecendo sua dependência desse interesse e se voltando contra sua própria ilusão de teoria pura, a crítica que dirige ao objetivismo das ciências (HABERMAS, 1971a, p. 311, tradução nossa).

Habermas (1971a) rejeita, assim, a noção de objetividade imbricada nas ciências naturais e na hermenêutica historicista. Nas humanidades hermeneuticamente condicionadas — i.e., *Geisteswissenschaften*, ele condena a

dominação do historicismo[94], enquanto uma abordagem contemplativa ao estudo da história que nega o papel desempenhado pelo ponto de vista do intérprete na compreensão do passado (REHG, 2018). Ao comentar sobre o objetivismo neste tipo de hermenêutica, Habermas (1988, p. 155, tradução nossa) escreve que, ela "[...] oculta o complexo de influências históricas em que a própria consciência histórica se encontra".

Por fim, a neutralidade de valor, presente na filosofia positivista, direciona os cientistas a acreditarem que o papel do conhecimento é puramente descritivo e técnico. Valores ou preferências são vistos como elementos separados do conhecimento e, como tal, por serem inteiramente subjetivos, eles estão além da justificação racional. Por sua vez, o conhecimento é visto como uma ferramenta para controlar eficientemente o ambiente, a fim de realizar quaisquer valores que um agente detenha. Essa neutralidade do positivismo implica que, apenas, as ciências positivas podem prover conhecimento objetivo da sociedade e, que isso é superior aos pontos de vista subjetivos. Ironicamente, esse neutralidade desconsidera os compromissos de valor tácito já inscritos nesse paradigma de conhecimento (HABERMAS, 1971a).

Como explica Habermas (1971a), os positivistas e os hermenêuticos historicistas são incapazes de explicar, dentro de seus próprios termos de referência: a) a possibilidade e a natureza da linguagem comum; b) um acordo intersubjetivo em geral. Enquanto aderem ao programa de uma ciência unificada, os positivistas não conseguem, observa Habermas (1971a), reconhecer a existência de procedimentos metodológicos apropriados para entender a interação comunicativa e a intersubjetividade. Estes procedimentos diferem daqueles utilizados para obter conhecimento dos processos objetificados da natureza. A importância desses diferentes procedimentos, comenta esse pensador, decorre da relação fundamental entre um sujeito com um objeto. Nesta interação, o objeto pode também ser considerado um outro sujeito, e não somente um objeto. No primeiro caso, temos interação dialógica ou comunicativa. No último caso, atividade nomológica ou

[94] O historicismo adotou a compreensão de significado em que os fatos mentais devem ser dados em evidência direta e, enxertou nela a ilusão objetivista da teoria pura. Para Habermas, parece que o intérprete se transpõe para o horizonte do mundo ou idioma do qual um texto deriva seu significado. Os fatos, então, são primeiro constituídos em relação aos padrões, normas que os estabelecem. A auto compreensão positivista não leva, explicitamente, em conta a conexão entre as operações de medição e o controle de feedback, eliminando assim a pré-compreensão do intérprete (HABERMAS, 1971a).

instrumental. A este respeito, Habermas (1971a, p. 137, tradução nossa) esclarece que:

> Na medida em que o emprego de símbolos é constitutivo para o sistema comportamental de ação instrumental, o uso da linguagem envolvida é monológico. Contudo, a comunicação dos pesquisadores requer o uso de linguagem, que não se circunscreva aos limites do controle técnico sobre processos naturais objetivados. Essa surge da interação simbólica entre sujeitos da sociedade, que se conhecem e se reconhecem mutuamente como indivíduos inconfundíveis. Essa ação comunicativa é um sistema de referência que não pode ser reduzido ao quadro da ação instrumental.

Em KHI, Habermas (1971a) não oferece simplesmente uma avaliação negativa da filosofia positivista. Ele reconhece também que essa escola de pensamento teve uma intenção inicialmente libertadora. Esse pensador considera a crítica do positivismo como um prolegômeno necessário para o restabelecimento da filosofia como crítica. Na sua opinião, a preocupação inicial do positivismo em fornecer um critério para uma separação estrita entre ciência e metafísica foi motivada pelo desejo de dissipar todos os dogmas, ou seja, todos os modos de pensamento que se colocavam além do teste empírico e dos controles independentes relevantes (HELD, 2004). Para esse pensador, a preocupação exclusiva com a ciência e, em particular, a ciência natural, tinha uma certa plausibilidade nos séculos XVIII e XIX. Os resultados da atividade científica foram impressionantes, haja vista que ela parecia oferecer o caminho para a salvação. A justificativa instrumental da ciências positiva, aliada à sua habilidade preditiva, tornaram-na desejável por fornecer um conhecimento que, potencialmente, permitiria melhorar a sociedade.

No entanto, consoante Habermas, a preocupação positivista com a ciência, aliada a um exame de sua metodologia, prejudicou a compreensão do significado e do conhecimento (HELD, 2004). Conforme Habermas (1971a), o conhecimento científico, embora seja uma condição necessária, certamente, não é suficiente para a emancipação humana. As reivindicações positivistas de que o conhecimento deve ser reduzido a alegações de conhecimento científico, levaram a um profundo ceticismo sobre a força das afirmações normativas de conhecimento. O positivismo, na opinião de Habermas (1971a), falhou em questionar a legitimidade e os pressupostos da metodologia científica, pois assume uma postura metodológica objetiva e universal. Por essa razão, o positivismo “[...] sucumbe à mesma sentença de extravagância e

falta de sentido que uma vez transmitiu à metafísica" (HABERMAS, 1971a, p. 67, tradução nossa).

A tese positivista de uma ciência unificada[95] fracassa, na perspectiva de Habermas (1971a), por causa da relação íntima entre as ciências sociais e a história, e pelo fato de serem baseadas em "[...] um entendimento de significado específico da situação, que só pode ser explicado 'hermeneuticamente'" (HABERMAS, 1971a, p. 71, tradução nossa). Para ele, o acesso a uma realidade simbolicamente pré-estruturada não pode ser obtido apenas pela observação neutra. Habermas (1971a) condena, então, o naturalismo imbricado nas abordagens científicas positivas. Ele rejeita a suposição de que os pressupostos do naturalismo justificam uma redução ampla de todas reivindicações de conhecimento para reivindicações de conhecimento científico. Na sua opinião, as explicações dessas ciências não esgotam o que se pode conhecer sobre o mundo social compartilhado. Para ele, "[...] a realidade não se esgota pela totalidade das declarações científicas, que são verdadeiras de acordo com os atuais padrões científicos empíricos" (HABERMAS, 2008, p. 153, tradução nossa).

No ímpeto de localizar o positivismo, tanto seus avanços quanto suas limitações, Habermas (1971a) examina como esse modo de pensar se desenvolveu nos últimos cem anos. Na sua obra KHI, ele assume a tarefa de reconstruir as bases dessa epistemologia desde a "[...] pré-história do positivismo moderno [...]" (HABERMAS, 1971a, p. vii, tradução nossa). Ele revisa o positivismo de Ernst Mach, Charles Peirce e Karl Popper. A interpretação de Habermas dos pensamentos desses filósofos é de fundamental importância para explorar os pressupostos do interesse técnico-analítico. Sendo assim, apresento as descrições e críticas endereçadas por Habermas, de maneira concisa, aos sistemas filosóficos desses pensadores, objetivando contextualizar como o positivismo nutriu os alicerces desse interesse cognitivo.

As considerações de Habermas (1976b) acerca do positivismo popperiano é desenvolvida no contexto da disputa entre Karl Popper e Theodor Adorno sobre a lógica das ciências sociais. Curiosamente, como Habermas (1976a) aponta, esses dois pensadores afirmaram adotar uma abordagem crítica. No entanto, o racionalismo crítico de Popper restringiu a crítica à revisão das hipóteses científicas à luz dos testes

[95] Esta tese remete a crença de que assimila todas as ciências a um modelo científico-natural (REHG, 2018).

empíricos (HABERMAS, 1976b). Já a ciência social dialética de Adorno criticava seu objeto, a sociedade, na medida em que as relações sociais existentes, muitas vezes, escondiam contradições reais por trás de um véu de ideologia. Assim, uma teoria social dialética adequada ao seu objeto não poderia ser testada, simplesmente, por comparação com fatos sociais (HABERMAS, 1976a; b).

Como a maioria dos filósofos da ciência antes de Kuhn, Habermas (1976b) observa que, Popper entende a racionalidade da investigação científica em termos do método hipotético-dedutivo. As hipóteses — qualificadas com *status* de leis — são testadas, deduzindo-se, logicamente, as consequências observáveis, as quais se devem esperar sob condições experimentais controladas, se a hipótese for verdadeira. Caso essas consequências não sejam cumpridas, a hipótese é falsificada, exigindo sua revisão. Habermas (1971a), basicamente, aceita essa visão do teste de hipóteses nas ciências naturais e em algumas formas de pesquisa sócio-científica. Ele intitula essa visão de empírico-analítica, em reconhecimento a sua forte dependência em análises lógico-matemáticas e testes empíricos.

Enquanto crítico do positivismo, Habermas (1976a) aponta duas falhas severas ao racionalismo popperiano, ambas relacionadas à pragmática da pesquisa científica. Primeiro, Popper falha em perceber como as ciências empíricas-analíticas estão enraizadas em um interesse cognitivo técnico, isto é, um "[...] interesse cognitivo prático no domínio dos processos objetivos" (HABERMAS, 1976a, p. 157-158, tradução nossa). Habermas relaciona esse interesse ao trabalho social, ou seja, aos processos materiais pelos quais os seres humanos sustentam cooperativamente sua existência através do domínio tecnológico da natureza (HABERMAS, 1971a; 1976a). A noção de interesse aqui não se refere à motivação dos cientistas, mas sim a uma estrutura profunda de investigação empírico-analítica, onde a experimentação controlada se tornou uma condição constitutiva do conhecimento (HABERMAS, 1971a). No que se segue, os cientistas podem satisfazer sua curiosidade sobre a natureza apenas através do domínio do mundo externo, seja dentro do laboratório ou em pesquisa de campo. Consequentemente, conhecemos a natureza externa, trabalhando com sucesso nela, intervindo em seus processos (HABERMAS, 1971a). Este é um modo de envolvimento que caracteriza o trabalho social e a pesquisa empírico-analítica. Assim, o interesse cognitivo técnico é voltado para a ação instrumental monitorada por *feedback* bem-sucedido (HABERMAS, 1971a).

Segundo, Habermas (1976b) acusa Popper de adotar uma visão representacionalista ingênua de ilusão objetivista. Por não refletir sobre as condições pragmáticas da pesquisa científica, o pensamento popperiano sofre de “[...] um preconceito positivista profundo [...]”, cuja característica central é, ingenuamente, considera que as afirmações científicas sejam capazes de representar uma realidade independente da mente (HABERMAS, 1976b, p. 203, tradução nossa). O positivismo lógico de Popper, na opinião de Habermas (1976b), recusa refletir sobre as condições subjetivas do conhecimento. Similar a outras formas de positivismo, este representa uma ruptura decisiva com a filosofia em Kant e no idealismo alemão. Como resultado, o positivismo de Popper é também vítima do objetivismo e da visão ingênua da teoria da verdade que o acompanha (HABERMAS, 1971a).

Habermas (1971a) encontra uma forma positivista madura de objetivismo na doutrina fenomenalista de elementos de Ernst Mach. O fenomenalismo[96] de Mach foi inspirado na crença de que existe um objeto científico, se seu símbolo representa um conjunto de percepções particulares (HELD, 2004). As entidades científicas são descobertas em feixes ordenados de observações abstraídas do fluxo da experiência sensorial imediata. Essa noção de entidade, na concepção de Habermas, serviu para ajudar tanto na eliminação dos aspectos metafísicos[97] das teorias científicas, quanto para fornecer uma base para a unificação de várias ciências em uma ciência geral das experiências sensoriais (HELD, 2004). No entanto, o fenomenalismo teve várias outras consequências importantes, mas inexplicadas. Destas, a fusão entre aparência e realidade é central (HELD, 2004).

Para expurgar a distinção metafísica tradicional entre aparência e essência de sua filosofia da ciência, Mach recorreu a uma ontologia dos fatos, segundo a qual "[...] os fatos são tudo o que existe. Fatos no sentido enfático são sensações hipostatizadas como blocos de construção do mundo físico e da consciência" (HABERMAS, 1971a, p. 85, tradução nossa). Os fatos, consoante Mach, são dados na experiência sensorial. Como a ciência se limita a descrever e correlacionar esses fatos, ela torna-se objetivista, pois, presume-se que “[...] descreva adequadamente a realidade como ela é” (HABERMAS, 1971a, p. 89, tradução nossa). Entretanto, os fatos que constituem o mundo na visão machiana têm, segundo Habermas (1971a), um status

[96] Esta doutrina defende que, fenômenos, imediatamente percebidos, são os únicos objetos da ciência (HELD, 2004).
[97] Habermas refere-se aos aspectos inobserváveis das teorias científicas (HELD, 2004).

ambíguo. Por um lado, eles são subjetivos. Eles são concebidos pela experiência sensorial e expressos em termos de relatórios de observação individuais. Por outro lado, eles devem ser estabelecidos como intersubjetivamente válidos, para que a ciência seja vista como objetiva (HABERMAS, 1971a).

Conforme Held (2004), essa ambiguidade não foi resolvida por Mach. Se os aspectos objetivos e intersubjetivos da facticidade do mundo são enfatizados, o positivismo entra em círculo. Se a ciência descreve fatos e suas relações, e se usar esse critério para demarcar a ciência da metafísica, é preciso um critério de facticidade para saber se uma ciência é genuína. Uma maneira de evitar essa demanda é ontologizar fatos ou sensações[98] e, como Mach defende, torná-los dados na experiência. O subjetivismo é, então, descartado *a priori*. Em contraste, Habermas (1971a) argumenta que, se a ciência se distingue, principalmente, como um procedimento metodológico, que correlaciona conjuntos de fatos — como proposto por Mach —, então o *status* da ontologia dos fatos é problemático. Ele expressa esse problema da seguinte maneira:

> Quão [...] antes de toda ciência, a doutrina dos elementos [fatos] pode fazer declarações sobre o domínio objeto da ciência como tal, se obtivermos apenas informações sobre este domínio através da ciência? (HABERMAS, 1971a, p. 89, tradução nossa). [...] Para garantir a objetividade da ciência, Mach foi levado a assumir uma perspectiva objetivista e a postular uma ontologia dos fatos. Como essas suposições não podem ser justificadas (exceto circularmente), a própria ciência permanece infundada (HABERMAS, 1971a, p. 83, tradução nossa).

Para Habermas (1971a), a filosofia de Mach gera dificuldades que a tornam incapaz de entender a ciência. O mundo da intersubjetividade e da prática social permanece não tematizados, muito menos explicados. O fenomenalismo de Mach ainda opera "[...] com a imagem de um mundo autossubsistente de fatos estruturados de maneira semelhante à lei" (HABERMAS, 1971a, p. 69, tradução nossa). Mach assume que, o objetivo da ciência é, simplesmente, descrever esse mundo de fatos independentes da mente, desconsiderando que o sujeito humano constitui conhecimento dentro de uma estrutura de interesses cognitivos (HABERMAS, 1971a).

[98] Held (2004) afirma que, Mach não alegou, simplesmente, como Habermas às vezes sugere, que objetos científicos têm uma existência independente, desveladas pelos sentidos.

Além da crítica ao projeto positivista do fenomenalismo, Habermas (1971a) tece algumas ressalvas e apresenta algumas inadequações da posição fisicalista. Embora os relatórios de observação sejam elaborados de maneira objetivista, eles são intersubjetivamente acessíveis (HABERMAS, 1971a). A tese fisicalista tornou possível a doutrina da unidade da ciência, isto é, a possível redução de todo o conhecimento a uma única estrutura conceitual. Apesar dessa versão do positivismo evitar algumas das dificuldades enfrentadas por Mach, Habermas afirmar que ela também está aberta a várias objeções. Ao tentar estabelecer uma estrutura única para o conhecimento, os positivistas pressupõem, como não problemático, a disponibilidade de uma linguagem constituída intersubjetivamente, ou assumem, como Karl-Otto Apel expressa, uma posição de solipsismo metódico. Este equivale à "[...] suposição tácita de que o conhecimento objetivo deve ser possível sem a compreensão intersubjetiva pela pressuposição da comunicação" (APEL, 1972, p. 10, tradução nossa).

Para Habermas (1971a), Apel possui uma posição similar no tocante a crítica ao positivismo. Consoante Apel (1972, p. 26, tradução nossa), as deficiências fundamentais do positivismo surgem da falta de reflexão "[...] pelo fato de que toda cognição de objetos pressupõe a compreensão como um meio de comunicação intersubjetiva". A ciência, ele argumenta, é ininteligível como atividade humana, se alguém não é capaz de entender as convenções e regras implícitas e explícitas, ou de forma mais geral, a comunidade da comunicação ou o jogo de idiomas, que ela pressupõe. Em seu relato, Apel (1972, p. 7, tradução nossa) manifesta que: mesmo convenções tácitas sobre o uso de palavras, "[...] para não mencionar convenções explícitas sobre definições, marcos teóricos ou declarações de fatos na ciência empírica [...]", implicam "[...] um consenso intersubjetivo sobre significados situacionais e objetivos da vida prática". Nos seus termos, a ciência, na adoção de convenções processuais, vai além da:

> [...] racionalidade científica das operações sobre objetos que poderiam ser executados de maneira repetível por sujeitos humanos permutáveis e passa para o reino de uma racionalidade pré e metacientífica do discurso intersubjetivo mediada pela explicação de conceitos e interpretação de intenções (APEL, 1972, p. 26, tradução nossa, grifo do autor).

A dimensão adicional da racionalidade necessária para entender a ciência, como explica Habermas (1971a), implica o pressuposto do que Apel denomina, sob a inspiração da filosofia posterior de Wittgenstein, de o *a priori* da comunicação[99]. Esta é uma dimensão da comunicação que é, ao mesmo tempo, uma condição da possibilidade da ciência e uma base para a compreensão da ciência como um modo particular de atividade. Em vista disso, Habermas argumenta que o positivismo, como exposto por Mach e Popper, não consegue entender a ciência, tampouco a atividade científica. Ele acredita que os escritos de Charles Peirce, fundamentados na tradição pragmatista, podem fornecer uma concepção mais adequada da investigação científica, assim como uma base para descobrir as condições do conhecimento científico.

O interesse cognitivo técnico habermasiano é, explica Baynes (2016), desenvolvido em conexão com uma leitura do pragmatismo de Charles Peirce. Habermas (1971a) observa que, Peirce foi um dos primeiros filósofos a perceber a necessidade de refletir, sistematicamente, sobre a ciência e ir além de uma posição positivista limitada, a fim de entender a lógica da ciência e sua relação com a ação. O que separa Peirce, tanto do positivismo comteano quanto do moderno, é seu entendimento de que a tarefa da metodologia não é esclarecer a estrutura lógica das teorias científicas, mas a lógica do procedimento através do qual obtemos as teorias científicas. Como Baynes (2016, p. 34, tradução nossa) esclarece que, na visão de Habermas, o mérito de Peirce foi focar "[...] nas condições de possibilidade de investigação científica em si [...]", e não "[...] .nas condições de possibilidade de declarações científicas válidas [...]".

A investigação científica, na abordagem peirciana, corresponde a uma continuação mais reflexiva e organizada da tentativa de remover dúvidas sobre a vida cotidiana (HABERMAS, 1971a). Portanto, a ciência não deve ser entendida como uma tentativa de fornecer uma descrição precisa de como o mundo é, isto é, como um exercício de teoria pura, e sim como uma tentativa de superar obstáculos ou resolver problemas que, inicialmente, surgem no contexto da vida ordinária (HABERMAS,

[99] De acordo com Apel (1972), o principal pressuposto metafísico do positivismo que impede o reconhecimento do *a priori* da comunicação é o solipsismo metodológico. Qualquer filosofia que postule uma linguagem físico-comportamental para objetivar a intersubjetividade humana envolve esse tipo de solipsismo metódico. A função comunicativa da linguagem é ignorada, pela postulação de uma linguagem, que é considerada intersubjetiva *a priori* em virtude de sua possível aplicação universal. Esse autor sustenta que, o solipsismo metódico foi assumido pelo positivismo em seus estágios fenomenalista e fisicalista.

1971a). Na interpretação de Habermas (1971a), ciência e tecnologia não são neutras, mas sim intimamente ligadas a um interesse básico voltado a resolver problemas, os quais surgem nas tentativas humanas de utilizar e, assim, controlar a natureza e os outros para vários fins práticos. A ambição de uma teoria pura é, no máximo, uma abstração, um tanto quanto equivocada desse tipo de interesse (HABERMAS, 1971a).

O ponto central da interpretação habermasiana de Peirce é a ideia de que a ciência sistematiza e formaliza os procedimentos necessários para a conclusão bem-sucedida de certos tipos de atividades (HELD, 2004; REHG, 2018). O conhecimento produzido pelas ciências empírico-analíticas deve ser entendido como uma forma refletida dos processos de aprendizagem já postos no âmbito da ação instrumental, isto é, da atividade utilizada para o controle das condições externas de existência (HABERMAS, 1971a). A investigação científica, na abordagem peirciana, representa um refinamento da estrutura conceitual, segundo a qual a realidade é constituída em relação à ação racional-proposicional, monitorada por *feedback*. Conforme Habermas (1971a, p. 124, tradução nossa), o processo de investigação científica, na visão de Peirce, possui as seguintes características, a saber:

> [...] (1) isola o processo de aprendizagem do processo da vida. Portanto, o desempenho das operações é reduzido a controles de feedback seletivos. (2) Isso garante precisão e confiabilidade intersubjetiva. Portanto, a ação assume a forma abstrata do experimento mediada por procedimentos de medição. (3) Sistematiza a progressão do conhecimento. Portanto, o maior número possível de suposições universais é integrado em conexões teóricas tão simples quanto possível.

Em Peirce, Habermas (1971a) encontra um relato das ciências empírico-analíticas que vai além da atitude objetivista de Popper, em pelo menos dois pontos. Primeiro, a lógica da investigação de Peirce não se esgota na análise formal do teste de hipóteses, mas sim coloca o conhecimento científico no contexto de um processo comunitário contínuo de interpretação, argumento e revisão. A noção de progresso científico é, dessa forma, uma suposição básica do entendimento de Peirce sobre a investigação científica. Essa suposição relativa ao progresso denota que soluções para problemas podem (e serão) encontradas a longo prazo. O progresso é, nesses termos, entendido como a convergência dos cientistas na busca de soluções para os problemas que encontram, e não a obtenção de descrições acuradas da maneira como as coisas do mundo realmente são.

O pragmatismo de Peirce é transcendental, pois constituímos a realidade como fatos científicos estabelecidos no processo de investigação (HABERMAS, 1971a). A suposição de peirciana progresso, aliada à sua teoria consensual da verdade, fornece uma alternativa à ideia objetivista da verdade como correspondência, isto é, de uma realidade independente da mente. Na visão de Peirce, a verdade é o objetivo último do processo científico. Esta é o conteúdo de "[...] um consenso permanente e sem compasso [...]", ao qual os cientistas chegariam caso fossem capazes de levar a investigação até sua conclusão (HABERMAS, 1971a, p. 95, tradução nossa). Essa concepção não-realista de verdade e sua compreensão pragmatista sobre a natureza da investigação também proporcionaram a Peirce conceber a realidade como "[...] a soma dos estados de fatos sobre os quais podemos obter opiniões finais" (HABERMAS, 1971a, p. 95, tradução nossa). Assim, o mundo é o conjunto de objetos constituídos por esse interesse prático na previsão e no controle. Em outros termos, sob a égide do interesse cognitivo técnico, o mundo[100] é concebido como um conjunto de elementos e processos estabelecidos e objetivados sobre os quais os seres humanos procuram estabelecer e estender seu controle (HABERMAS, 1971a). Esse interesse é a totalidade do que é entendido a partir dessa orientação instrumental ou racional intencional e, portanto, não há necessidade de postular adicionalmente um mundo *per se*. Nesse sentido, a realidade tem um *status* semelhante a um correlato transcendental de investigação, embora sem invocar uma consciência transcendental no sentido de Kant (HABERMAS, 1971a).

Segundo, o relato de Peirce sobre o progresso científico vincula a ciência ao interesse cognitivo técnico, atesta Habermas (1971a). Para demonstrar isso, ele estabelece uma conexão entre o relato pragmático de crença de Peirce e sua análise de inferência. Do ponto de vista da ação humana, as crenças verdadeiras "[...] definem o domínio do comportamento futuro que o ator tem sob controle" (HABERMAS, 1971a, p. 120, tradução nossa). Como método mais bem-sucedido de fixar crenças, a ciência moderna baseia-se em modos de inferência, que vinculam conceitos empíricos a previsões condicionais de eventos observáveis. A validade das declarações e o conteúdo dos conceitos "[...] é determinado com referência a um possível controle técnico da conexão das variáveis empíricas" (HABERMAS, 1971a, p. 121, tradução

[100] A compreensão de mundo, descrita aqui, envolve a realidade natural e social (WILLMOTT, 2005).

nossa). Assim, consoante Habermas, o conhecimento científico, na abordagem de Peirce, está inerentemente ligado ao interesse humano de controlar a natureza.

O interesse técnico, comenta Fultner (2011), floresce na modernidade e, em particular, no seio do complexo ciência-tecnologia, com seus próprios critérios internos e específicos de interesse, ou seja, daquilo que é considerado conhecimento, verdade, sucesso e progresso. Esse interesse, como Habermas (1971a) sinaliza, estrutura os modos de investigação e a produção de conhecimento das ciências empírico-analíticas, isto é, das ciências naturais e sociais que almejam fornecer explicações universais testáveis sobre os fenômenos. Enquanto estrutura constitutiva do conhecimento, tal interesse é, especialmente, associado a previsão, manipulação e controle de processos objetificados, do ambiente natural e social (HABERMAS, 1973a). As reivindicações de conhecimento das ciências empíricas-analíticas, como Habermas (1971a, p. 195, tradução nossa) escreve, "[...] compreendem [instrumentalmente] a realidade com relação ao controle técnico que, sob condições especificadas, é possível em todos os lugares e em todos os momentos".

Afirmar que as ciências empírico-analíticas são governadas por um interesse técnico é, consoante Habermas (1971a, p. 309, tradução nossa, grifo do autor), reconhecer que "[...] os fatos relevantes para as ciências empíricas são primeiro constituídos por uma organização *a priori* da experiência no sistema comportamental de ação instrumental". Esse interesse, destarte, refere-se a uma maneira de abordar a natureza e a sociedade como objetos de possível conhecimento, sem interferência da subjetividade. O interesse técnico vincula a produção de conhecimento à observação e experimentação metódica, sob a batuta do modelo hipotético-dedutivo (OTHWAITE, 2009; REHG, 2018). As observações possibilitam acesso aos fatos. Esses são constituídos por estruturas particulares da experiência e ação. Nas ciências empírico-analíticas, os objetos constituídos como observáveis são: a) objetos cujo comportamento pode ser descrito em leis causais; e, b) objetos que são instrumentalmente manipuláveis (REHG, 2018). Observação ou declarações básicas, dessa maneira, "[...] não são simples representações do fato em si mesmas [...]", mas sim expressões do "[...] sucesso ou fracasso das operações [de quantificação das qualidade observáveis e externas dos objetos]" (HABERMAS, 1971a, p. 308, tradução nossa).

Essas ciências são governadas por regularidades previsíveis com *status* de lei, as quais permitem certos tipos de técnicas de investigação metodologicamente

controladas voltadas para o domínio do objeto, do mundo natural (HABERMAS, 1971a). A estrutura lógica das proposições admissíveis e as condições de sua corroboração sugerem que, dentro desse tipo de ciência, as teorias "[...] revelam a realidade sujeita ao interesse constitutivo na possível obtenção e expansão, por meio de informações, de ações monitoradas por *feedback*" (HABERMAS, 1971a, p. 309, tradução nossa). Existe uma relação sistemática entre a forma de reivindicações de conhecimento e os usos aos quais esse conhecimento pode ser aplicado. A ciência empírico-analítica, comenta Habermas (1971a), é o resultado necessário de distúrbios ou rupturas nas relações rotineiras com a natureza. Ela visa eliminar situações problemáticas, as quais emergem de expectativas decepcionadas. Como as conexões teóricas realizadas neste tipo de ciência têm a forma de sistemas hipotético-dedutivos, os fenômenos particulares são concebidos de forma a possibilitar sua subsunção a conceitos gerais hipoteticamente propostos. Com o uso de tais conceitos, gera-se um conhecimento que possibilita a duplicação de condições e a reprodutibilidade dos resultados (HELD, 2004).

O conhecimento empírico-analítico é, dessa maneira, um conhecimento preditivo (HELD, 2004; OTHWAITE, 2009). Nas ciências empírico-analíticas, o quadro de referência, que julga o significado de possíveis afirmações, estabelece regras tanto para a construção de teorias positivistas, quanto para seus testes. As teorias compreendem conexões hipotético-dedutivas entre suas proposições, em caráter de lei, com conteúdo empírico. Esse conteúdo pode ser interpretado como reinvindicações sobre "[...] a covariância de eventos observáveis; dado um conjunto de condições iniciais, elas tornam possíveis as previsões" (HABERMAS, 1971a, p. 308, tradução nossa). Assim, a teoria está ligada à ação por meio de certas operações e atividades, tais como: observação sistemática, experimentação e operações de mensuração[101]. As ações e a linguagem monológica necessária para expressar as teorias objetivam a realidade sob as condições de um "[...] modo restrito de experiência" (HABERMAS, 1971a, p. 191, tradução nossa).

O interesse técnico promove investigações empírico-analíticas que visam descrever, explicar e, acima de tudo, gerar previsões sobre o mundo material. Em sua

[101] Na opinião de Habermas (1971a), as operações mais importantes são aquelas referentes à mensuração. Nas suas palavras "[...] elas permitem a correlação reversivelmente unívoca de eventos determinados operativamente e sinais sistematicamente conectados [...]. Somente uma teoria de mensuração, portanto, pode elucidar as condições da objetividade do conhecimento possível para as ciências nomológicas" (HABERMAS, 1971a, p. 192, tradução nossa).

manifestação científica, esse interesse representa o mundo como um conjunto complexo de variáveis interdependentes (WILLMOTT, 2005). Na qualidade de variáveis, os elementos objetivados do mundo são apreendidos enquanto fenômenos independentes, que podem ser manipulados em um processo contínuo de *design*, intervenção e *feedback*, com vias a controlá-lo, prevê-lo e manipulá-lo (WILLMOTT, 2005).

As investigações empírico-analíticas são, assim, voltadas para um interesse no controle técnico sobre os processos objetivados. Elas formulam e testam hipóteses no ímpeto de identificar regularidades no mundo material (HABERMAS, 1971a). Com base nessas regularidades, este tipo de investigação procura desenvolver previsões sobre as condições futuras (HABERMAS, 1971a). O resultado é um tipo distinto de conhecimento cujas previsões são valiosas à proporção que, oferecem a possibilidade de expandir o controle sobre a realidade material (REHG, 2018). As previsões, consoante Habermas (1971a), fornecem informações que ampliam a capacidade humana de direcionar eventos, ou pelo menos de gerenciá-los. O significado das proposições preditivas é, dessa maneira, função de sua exploração técnica da realidade material (HABERMAS, 1971a). Sob a tutela do interesse técnico, as teorias positivistas objetivam construir um conhecimento preditivo sobre esta realidade (HABERMAS, 1971a).

Habermas (1971a) demonstra que a ciência natural é orientada para a produção de informações tecnicamente úteis. Apesar de não reduzir a ciência natural a um instrumentalismo simples ou bruto, ele afirma que ela é orientada para a produção de conhecimento a ser usado para a manipulação e controle do meio ambiente. No seu pensamento, nem todo estudo ou investigação nas ciências naturais (ou comportamentais) precisa produzir resultados tecnicamente utilizáveis ou ter como intenção consciente a produção desse conhecimento (BAYNES, 2016). Como ele argumenta,

> [...], com a estrutura das proposições (prognósticos restritos a respeito do comportamento observável) e com o tipo de condições de validação (imitação do controle dos resultados da ação...), uma decisão metódica foi tomada com antecedência sobre a utilidade técnica da informação [...]. Da mesma forma, o leque de experiências possíveis é preconceituoso, precisamente o leque ao qual as hipóteses se referem e sobre as quais elas podem fundar (HABERMAS, 1971a, p. 209)

O significado de tais previsões, que denotam a capacidade de exploração técnica, é estabelecido apenas pelas regras que aplicam as teorias à realidade. Segundo Habermas, esse interesse cognitivo remete ao controle técnico sobre processos objetificados (REHG, 2018). O interesse no conhecimento tecnicamente útil e a racionalidade que ele incorpora são valores implícitos na ciência, embora não sejam, frequentemente, reconhecidos como tal. Habermas (1971a) crítica a postura dos positivistas de justificar a racionalidade, apenas, com procedimentos instrumentais, racionais e objetivos. Os métodos qualificados pelo positivismo como científicos e, portanto, racionais são aqueles que permitem a coleta de conhecimento útil para operações de previsão e controle.

O conhecimento teórico e as questões da investigação científica positivista são, portanto, co-extensivos ao conhecimento tecnicamente útil (HABERMAS, 1971a). Como resultado, observa Habermas (1971a), as questões de razão prática são excluídas do âmbito da ciência, estando além da investigação racional. Essas questões tornam-se província do indivíduo e, em última análise, só podem ser justificadas apenas por referência a uma decisão ou um compromisso de crença ou fé. O efeito na consciência social é uma conceituação de problemas e soluções, que incentiva o desenvolvimento de uma racionalidade e mentalidade tecnocrática (HABERMAS, 1971a). O positivismo falha em compreender isso, na opinião desse pensador. Ele é enfático ao afirmar que, o positivismo é impedido por suas próprias pressuposições de uma interpretação adequada de seu próprio *status*.

É interessante notar que, apesar das críticas desferidas a Peirce, Habermas (1971a) está, fundamentalmente, de acordo com o espírito do projeto peirciano de descobrir as conexões entre conhecimento, investigação e ação, revelando, assim, os fundamentos da ciência na atividade prática dos seres humanos. Além disso, como aponta Baynes (2016, p. 35, tradução nossa), “Habermas não questiona a abordagem antirrealista de Peirce. Ao invés disso, ele defende Peirce ao desafiar interpretações mais realistas da investigação científica”. Apesar dessa convergências Habermas distancia-se da orientação peirciana de constituição do mundo. Ele não aceita que ela fornece o fundamento necessário e suficiente para compreender a prática da própria investigação científica (BAYNES, 2016). Em sua exposição do interesse cognitivo técnico, Habermas (1971a) argumenta que Peirce, em última instância, falhou em compreender que a base intersubjetiva das crenças científicas não podem ser entendidas somente nos termos de uma ciência cujos processos são objetificados.

Outro ponto de divergência de Habermas em relação à Peirce reside, portanto, em sua atitude objetivista (HELD, 2004; OTHWAITE, 2009; REHG, 2018). Na opinião de Habermas (1971a), Peirce não se apegou, consistentemente, à estrutura da lógica da investigação, mas importou elementos ontológicos do realismo e do positivismo, os quais direcionaram seu projeto ao objetivismo. Apesar de Peirce orientar sua atenção para a centralidade da investigação científica e introduzir uma teoria consensual da verdade, Habermas (1971a) conclui que, em última análise, Peirce também sucumbiu a um mal-entendido positivista. Isso levou Peirce a interpreta seu próprio projeto como contínuo com as ciências naturais.

Na literatura de Teoria Organizacional, as teorias de cunho positivista estão vinculadas ao interesse cognitivo técnico habermasiano (BURRELL, 1994; FILHO, 1998; WILLMOTT, 2005; PAES DE PAULA, 2015; 2016; INOCÊNCIO; FAVORETO, 2020). Esse interesse, quando articulado nas teorias das organizações, impulsiona a produção empírico-analítica-nomológica de conhecimento, com vias a aprimorar a eficiência e/ou eficácia dos meios que possibilitam a realização de fins específicos (WILLMOTT, 2005). Há, portanto, a vigência da racionalidade[102] instrumental nas teorias organizacionais regidas por tal interesse (FILHO, 1998).

Uma teoria positivista das organizações tem pretensões de explicar os fenômenos organizacionais por intermédio de uma lente com estatuto epistêmico e metodológico similar ao das ciências naturais (TSOUKAS; KNUDSEN, 2005). Conforme Donaldson (2005), as teorias de cunho positivista são teorias gerais que constroem conhecimento sobre as organizações e seus membros, de maneira reminiscente as leis universais e a causalidade encontradas nas ciências naturais. As teorias são positivas no sentido de explicarem como as organizações funcionam, principalmente, em termos de causas que determinam os efeitos nas suas estruturas, por exemplo (HASSARD, 1993a). Habermas (1971a) alega que a ciência social positivista visa aprimorar as perspectivas de controle do resultado social. A análise é voltada para a elaboração de previsões sobre as estruturas sociais, com vistas a melhorar o funcionamento dessas estruturas. Ao identificar as cadeias de causalidade, acredita-se ser possível antecipar o impacto de determinados cursos de ação e, portanto, perseguir os objetivos com maior eficiência (HABERMAS, 1971a). A orientação dos objetos de investigação — i.e., os fenômenos organizacionais — é

[102] Para Habermas (1971a), a racionalidade tem menos a ver com a posse de conhecimento per se do que com a forma como os atores sociais, falantes e atuantes, adquirem e usam o conhecimento.

racional e objetiva, na medida em que são observados de fora por um observador externo, que os descreve de forma imparcial (DONALDSON, 2005).

Sob a égide das teorias positivistas, os fenômenos organizacionais corporificam a qualidade de fatos sociais[103] (DONALDSON, 2005). Essas teorias promulgam uma postura explicativa neutra dos fatos sociais, "[...] contornando assim quaisquer referências aos estados [mentais] subjetivos [...]" (TSOUKAS; KNUDSEN, 2005, p. 16, tradução nossa). Estes estados são, explicitamente, redundantes nas teorias positivistas, posto que o imperativo situacional tende, eventualmente, a prevalecer, "[...] não importando o que os indivíduos pensem ou sintam [...]" (TSOUKAS; KNUDSEN, 2005, p. 16, tradução nossa).

As teorias positivistas são empiricamente validadas por meio de métodos científicos, particularmente, quantitativos (DONALDSON, 2005). O conhecimento analítico-empírico é construído de forma dedutiva-nomológica — i.e., a *posteriori* — em que as teorias se ajustam aos dados derivados da observação (HABERMAS, 1971a). A teorização é conduzida por meio de mensurações dos fenômenos sociais e, à visto disso, organizacionais (DONALDSON, 2005). Este tipo de conhecimento produz informações e, é estruturado em explicações. Aqui, a informação é qualificada como conhecimento tecnicamente utilizável, no sentido de que sua aplicação pode, em princípio, expandir os poderes humanos de controle e manipulação técnica (HABERMAS, 1971a). Essas teorias estão, dessa forma, ancoradas na ontologia realista em que o acesso a realidade é realizado de forma direta ao estudar os elementos do mundo. Assim, a descoberta de alguma realidade externa singular é um requisito deste tipo de teorias (DONALDSON, 2005). Na Teoria Organizacional, o interesse técnico é, por exemplo, evidenciado nas Teorias Administrativas (WILLMOTT, 2005) "[...] através das práticas de previsão e controle de variáveis associadas com o trabalho humano, com vistas ao aumento de produtividade" (FILHO, 1998, p. 171). A dimensão social associada a este tipo de interesse nas teorias organizações é o trabalho, particularmente, aspectos voltados para previsão e controle da estrutura organizacional e do comportamento humano dentro dela (FILHO, 1998).

[103] A noção de fato social utilizada por este autor deriva do sociólogo Émile Durkheim. Os fatos sociais são "[...] causas que se distanciam das pessoas e as constrangem, forçando-as a se comportarem de certas maneiras — mesmo que, às vezes, independentemente das ideias nas mentes das pessoas envolvidas" (DONALDSON, 2005, p. 40, tradução nossa).

Em sua análise do positivismo, das ciências empírico-analíticas e do interesse técnico, Habermas (1971a) conclui que a ciência não pode ser, totalmente, compreendida apenas como um sistema abstrato formal, mas sim deve ser entendida como um produto de atividade social concreta. Para ele, é preciso ir além dos limites das pressuposições positivistas, assim como da estrutura das ciências empírico-analíticas. A abordagem dessas ciências[104] é, na sua opinião, uma base insuficiente para compreender o próprio elemento de atividade científica que pressupõe, a saber, o domínio da interação e da linguagem humana. O fundamento em que essas ciências estão alicerçadas é, consoante o autor, inadequado para compreender esse domínio, sendo necessário uma forma diferente de conhecimento baseada em uma orientação diferente para a vida. Habermas (1971a) não é contrário ao estudo dos seres humanos com os métodos de uma ciência nomológica causal. Em alguns casos, ele defende que isso seja apropriado. Como ele sugere, quando as ações são causalmente produzidas como efeitos das forças sociais e naturais além do conhecimento e/ou controle dos atores, é possível considera-las de uma maneira objetivada (HABERMAS, 1971a). Assim, ele rejeita a seguinte alegação: uma ciência que se restringisse ao “procedimento positivista” seria, por si só, capaz de entender a realidade social.

Os aspectos hermenêuticos e dialógicos da investigação são escolhidos por Habermas (1971a) como caminho para enfraquecer a compreensão positivista da ciência e, assim, abrir espaço para as ciências culturais ou humanas, como, por exemplo, a sociologia interpretativa, a história e outras afins. A sua intenção é propor uma teoria social capaz de integrar os testes empíricos rigorosos com a sensibilidade hermenêutica e a crítica social (HELD, 2004; REHG, 2018). Essa teoria, ele acredita, direcionaria à crítica do conhecimento, isto é, um tipo de reflexão que envolve a "[...] dissolução crítica [...] do autoconhecimento objetivista das ciências" (HABERMAS, 1971a, p. 212, tradução nossa). Uma apreciação do conhecimento deve recuperar o movimento de reflexão articulando os demais interesses constitutivos do conhecimento, reprimidos pelos positivismo (HABERMAS, 1971a). Para tal, é necessário, então, uma reflexão sistemática sobre o processo de produção da ciência como uma atividade da vida humana (OTHWAITE, 2009; REHG, 2018). Devido a expansão desequilibrada do interesse técnico, Habermas (1971a) propõe aliviar essa

[104] Aqui, Habermas (1971a) refere-se aos conceitos, métodos e teorias das ciências empírico-analíticas.

distorção com uma reafirmação da racionalidade inerente aos interesses prático e emancipatório.

4.2.2 As ciências hermenêuticas e o interesse prático

Em sua investigação sobre as ciências hermenêuticas, Habermas (1971a) preocupa-se em divulgar suas estruturas metodológicas e seu respectivo interesse cognitivo constituinte. Ele não visa descrever uma esfera de objetos ontologicamente distinta. Ao contrário, delineia outro ponto de vista na qual a realidade é revelada. O argumento central que Habermas procura estabelecer em KHI é: a interpretação do significado simbólico, seja linguístico ou não, prossegue com base em uma lógica distinta daquela encontrada nas ciências naturais e comportamentais (BAYNES, 2016). Em contraste com as ciências empírico-analíticas, as reinvindicações de conhecimento nas ciências hermenêuticas "[...] apreendem interpretações da realidade em relação a possível intersubjetividade da compreensão mútua orientada para a ação, específica para um dado ponto de partida hermenêutico" (HABERMAS, 1971a, p. 195, tradução nossa). As ciências de cunho hermenêutico estão diretamente conectadas às habilidades envolvidas no aprendizado e na comunicação da linguagem natural. No caso delas, o objetivo último é alcançar o entendimento mútuo sobre algum aspecto ou característica do mundo em situações diversas de diálogo (HABERMAS, 1973a). Como os indivíduos agem dentro de uma matriz de significados intersubjetivos, isso exige acesso compartilhado ou comum ao significado que o mundo tem para os participantes envolvidos (HABERMAS, 2011). É necessário, portanto, uma apropriação controlada para que se compreenda os principais fenômenos do comportamento, a saber: motivos, propósitos e crenças sobre a ação (HABERMAS, 1988).

De acordo com Baynes (2016), Habermas defende duas reivindicações fortes acerca das ciências culturais ou humanas. Primeiro, a interpretação não pode ser, plenamente, substituída por uma descrição ou explicação objetiva derivada da perspectiva de um observador externo. A tentativa de fazê-lo incorre no risco de perder, completamente, de vista o objeto da investigação da hermenêutica, ou seja, o sentido do texto. Segundo, as explicações desenvolvidas nas próprias ciências naturais também pressupõem interpretação, pois a comunidade de pesquisadores científicos deve se envolver na comunicação sobre o significado de sua própria

pesquisa científica. Na abordagem de Habermas, isso significa que as tentativas das ciências empíricas-analíticas de introduzir uma linguagem formal artificial ou construída para eliminar as ambiguidades e confusões encontradas na linguagem ordinária podem não ter êxito. Por mais útil que seja a linguagem formal para os fins da ciência, a linguagem comum — enquanto meio de comunicação, interpretação e reprodução do significado simbólico — não pode ser totalmente eliminada ou substituída (BAYNES, 2016).

Para efeitos da constituição das qualidades do interesse cognitivo prático, Habermas recorre, em especial, aos escritos de Wilhelm Dilthey e Hans-Georg Gadamer (BAYNES, 2016). Esses dois filósofos estão diretamente envolvidos nos debates das ciências culturais ou humanas — i.e., *Geisteswissenschaften*[105], além de fornecerem declarações importantes sobre a hermenêutica (OTHWAITE, 2009). Em KHI, Habermas (1971a) concentra-se apenas na abordagem diltheyana sobre os fenômenos do comportamento. Sobre Dilthey, Habermas encontra uma importante maneira de revelar a base das ciências culturais, embora também descubra uma série de limitações cruciais. Em particular, algumas limitações referentes ao descritismo, objetivismo, relativismo e, consequentemente, à perda de uma perspectiva crítica[106]. Gadamer é citado de passagem nessa obra. Embora Habermas não engaje com a hermenêutica gadameriana em KHI, ela é trazida a baila nessa seção para caracterizar as ciências hermenêuticas e o interesse prático. Em seu livro *On the Logic of Social Sciences*, Habermas (1988) reconhece que tal abordagem hermenêutica possui uma consciência metodológica mais apurada do que as demais perspectivas interpretativas concorrentes da sociolinguística e da fenomenologia. Como ele sustenta, Gadamer compreende o caráter hermenêutico de toda interação simbolicamente mediada, situada em uma tradição histórica e aberta a horizontes plurais de significado (HABERMAS, 1988). No entanto, Gadamer subestima o potencial crítico da reflexão hermenêutica sobre as tradições recebidas, que sempre carregam tanto percepção quanto dominação (HABERMAS, 1988).

Com a tradição idealista alemã em xeque, Habermas (1971a) apoia-se no na teoria hermenêutica de Dilthey como uma rota válida para ir de encontro ao

[105] Esse termo significa humanidade (BAYNES, 2016).
[106] Em *On the Logic of Social Sciences*, Habermas (1988) avalia várias tentativas mais recentes de lançar as bases para uma abordagem interpretativa da vida social, incluindo várias escolas de análise fenomenológica, hermenêutica e linguística. Ele descobre limitações semelhantes nessas escolas.

objetivismo. Na perspectiva habermasiana, a noção de *Verstehen* e o conceito de vida em Dilthey desempenham um papel ímpar no pensamento das ciências hermenêuticas (HELD, 2004). Em suas considerações acerca das *Geisteswissenschaften*, Dilthey expõe que a vida é algo que se interpreta. No entendimento da abordagem diltheyana, Habermas (1971a) afirma que as ciências humanas são fundadas na experiência vivida, nas expressões dessas experiências, e nas suas compreensões. Esse fundamento é a pedra angular que oportunizou a Dilthey distinguir os pressupostos das *Geisteswissenschaften* daqueles das ciências naturais (HABERMAS, 1971a). A tarefa cognitiva das ciências naturais é a explanação, isto é, a busca de respostas para perguntas relacionada causa formal que privilegia o que e como funciona um fenômeno. Já o objetivo cognitivo das ciências culturais é o *Verstehen*, entendimento. Esse método tenta responder às perguntas relacionadas ao o que, como e porque dos sentidos intencionados sobre um fenômeno (HELD, 2004). Na visão de Dilthey, as categorias das ciências culturais deveriam ser suficientes para apreender a complexidade dos seres humanos, isto é, "[...] para analisar sua consciência como expressa e modelada em sistemas simbólicos" (HABERMAS, 1971a, p. 323, tradução nossa). No enfoque diltheyano, os respectivos domínios da *Geisteswissenschaften* e das ciências naturais sobrepõem-se apenas quando a natureza entra em interação social. Nesse caso, a natureza é concebida a partir de um ponto de vista diferente, ou seja, como socialmente significativa (HABERMAS, 1971a).

Em contraste com o psicologismo inerente em sua conceituação inicial de *Verstehen*[107], Dilthey argumenta que a tentativa de recuperar uma experiência anterior depende de nossa capacidade de reconstruir o mesmo objeto intencional ou simbólico (HABERMAS, 1971a). O cientista cultural deve, na sua opinião, recuperar o significado dos objetos sociais e das ações dos agentes. Como essas coisas são objetivas, no sentido de que possuem uma estrutura acessível ao público, é possível obter um conhecimento objetivo delas. A experiência não reflete "[...] estados orgânicos

[107] Inicialmente, Dilthey conceituou *Verstehen* em termos de empatia, isto é, a representação ou revivificação do estado psicológico do seu eu passado ou de outros. Por meio desse método, ele afirmou que, o mundo histórico poderia ser reconstruído. Ele percebeu que sua formulação inicial de *Verstehen* continha uma série de problemas fundamentais. Nos seus escritos posteriores, ele procurou abordá-los. Esse filósofo questionou-se sobre: como entender a ideia de reviver a experiência de outra pessoa? O problema de *Verstehen* pode ser reduzido à tentativa de reexperimentar estados psicológicos? Gradualmente, Dilthey voltou-se contra o psicologismo inerente a seus primeiros trabalhos. De sua posição revisada, ele argumentou que a tentativa de recuperar uma experiência anterior não dependia de ter que viver a mesma experiência (HABERMAS, 1971a).

fundamentais [...]", em vez disso, é formada por "[...] estruturas simbólicas estabelecidas publicamente [...]" pela linguagem (HABERMAS, 1971a, p. 147, tradução nossa). Na sua leitura de Dilthey, Habermas (1971a) argumenta que, o cientista deve penetrar na linguagem e no contexto social do objeto, no ímpeto de desenvolver conhecimento de um fenômeno sócio—cultural. Neste sentido, o conhecimento só pode ser construído a partir do estabelecimento de um entendimento intersubjetivo[108].

É válido mencionar que, segundo Habermas (1971a), Dilthey não postulou que os significados específicos das experiências e ações são, somente, determinados pela comunicação linguística. Isso é aparente no conceito diltheyano de comunidade de unidades de vida. Este conceito é traduzido por Habermas (1971a, p. 158, tradução nossa) da seguinte forma:

> É caracterizada por uma dupla dialética do todo e de suas partes. O primeiro é o nível horizontal de comunicação, marcado pela relação da totalidade de uma comunidade linguística com os indivíduos que, dentro dela, se identificam na mesma medida em que afirmam, simultaneamente, sua não—identidade. A segunda é a dimensão vertical do tempo, marcada pela relação da totalidade de uma história de vida com as experiências singulares e as relações de vida das quais é construída. Aqui, a identidade da unidade da vida é mantida na consciência da não—identidade das fases anteriores da vida.

Na visão de Habermas (1971a), a comunidade de unidades da vida é definida pelo processo de auto—formação e identidade do ego, por um lado, e uma relação dialógica entre sujeitos, por outro lado. Eles reconhecem—se reciprocamente como sujeitos intencionais que compartilham significados. Esta comunidade é compreendida por Dilthey como o *framework* objetivo das *Geisteswissenschaften* (HABERMAS, 1971a). De acordo com Habermas, essa comunidade é constituída por uma multidão de conexões estruturais sobrepostas, em que as duas dimensões se fundem, a saber: diacrônica e sincrônica. As histórias de vida individuais são constituídas nas experiências cumulativas dos indivíduos ao longo do tempo — i.e., dimensão diacrônica —, e na intersubjetividade da comunicação comum a diferentes

[108] Conforme Habermas (1971a), toda comunicação social, geralmente, pressupõe um entendimento intersubjetivo. Por conseguinte, “[o] entendimento hermenêutico é apenas uma forma metodicamente desenvolvida de reflexividade ou semi-transparência, com a qual a vida de homens que se comunicam pré-cientificamente e que interagem socialmente ocorre" (HABERMAS, 1971a, p. 148, tradução nossa) O *a priori* da comunicação implica que, cada indivíduo deve interpretar os seus próprios sentimentos, necessidades e intenções, de acordo com as estruturas disponíveis da intersubjetividade linguística.

sujeitos — i.e., dimensão sincrônica. Na abordagem habermasiana, as *Geisteswissenschaften* devem explicar essas conexões para entender o significado das práticas de vida (HABERMAS, 1971a).

Inspirado nos escritos de Dilthey, Habermas (1971a, p. 172, tradução nossa) afirma que, os cientistas sociais devem aprender a língua de sujeito/objeto investigado, pois "[...] precisam aprender a falar a língua que interpretam". Para tal, toda interpretação deve receber o *status* de hipóteses, no sentido de poderem ser testadas e alteradas à luz de mais informações. Como experiências, os atos linguísticos têm um significado que vai além de seu papel de portadores de significado nos sistemas de estruturas gramaticais. Como a linguagem ordinária está entrelaçada com a prática, os significados e experiências que uma interpretação tenta apreender podem ser vistos como parte do fluxo de vida[109] (HABERMAS, 1971a).

A análise linguística, portanto, revela "[...] o contexto empírico das experiências de vida comunicadas indiretamente" (HABERMAS, 1971a, p. 172, tradução nossa). Caso haja uma discrepância manifesta entre a interpretação postulada e seu objeto, ela será descoberta como um hiato entre as ações previstas e as ações resultantes reais. Uma interpretação é, dessa maneira, considerada falha quando há uma decepção de expectativas. Dentro de um determinado contexto social, uma decepção de expectativas assume a forma de uma perturbação de uma certa mutualidade ou consenso. Para Habermas, esse consenso é essencial para interação e integração da sociedade, comenta Held (2004). A este respeito, Habermas cita a seguinte passagem de Dilthey:

> [...] o entendimento primeiro surge no interesse da vida prática. Aqui, as pessoas dependem da relação entre si. Eles devem tornar—se compreensíveis um para o outro. É preciso saber o que o outro quer. Assim, surgem as formas elementares de entendimento (Dilthey apud HABERMAS, 1971a, p. 173-174, tradução nossa).

Na abordagem de Dilthey, consoante Habermas (1971a), o contexto da comunicação desempenha um papel central nas *Geisteswissenschaften*. Este apreende o aspecto comunitário da ciência. O entendimento ocorre, portanto, dentro de uma estrutura compartilhada de modos de vida e baseia-se nisso. Dilthey destaca uma forma de entendimento hermenêutico, cuja própria estrutura é projetada para “[...]

[109] Habermas (1971a) utiliza o conceito de jogo de linguagem de Wittgenstein como um refinamento dessa ideia.

garantir, dentro das tradições culturais, a possível auto compreensão orientada para a ação de indivíduos e grupos, bem como a compreensão recíproca entre diferentes indivíduos e grupos" (HABERMAS, 1971a, p. 176, tradução nossa). Similar as *Geisteswissenschaften*, as ciências naturais também dependem de processos comunicativos. Estas últimas, afirma Dilthey, envolvem competências hermenêuticas nas quais os membros confiam em tais processos, todavia, normalmente, não os articulam em suas práticas de investigação (HABERMAS, 1971a). A distinção entre esses dois tipos de ciências, na visão de Dilthey, reside no fato de que as ciências culturais assumem as competências comunicativas como seu domínio de objeto, enquanto que as ciências naturais não assumem isso. De uma maneira mais precisa, as ciências hermenêuticas fundamentam-se no uso cotidiano da linguagem ordinária para estabilizar a compreensão intersubjetiva (HABERMAS, 1971a).

A possibilidade de criar e manter uma interação mútua bem-sucedida entre dois ou mais indivíduos depende do estabelecimento da relação entre expectativas e habilidades linguísticas compartilhadas, assim como da possibilidade de entendimento. Sem esse pré-requisito, a probabilidade de conflito é elevada. Neste sentido, o conhecimento da linguagem e da ação — i.e., das estruturas de comunicação — está diretamente ligado ao interesse em ações sociais bem-sucedidas. Este é, conforme Habermas (1971a), denominado de interesse prático da humanidade.

Similar a crítica endereçada a Peirce, Habermas (1971a) sugere que, a abordagem hermenêutica de Dilthey é afetada por um objetivismo. Ele concebe a relação das ciências humanas com a vida cotidiana como uma ameaça ao caráter científico, revelando, assim, uma visão objetivista do conhecimento produzido por tais ciências (HABERMAS, 1971a). Dilthey preocupa-se em estabelecer a objetividade das ciências humanas como uma demanda permanente da autodisciplina dos pesquisadores. Eles, de acordo com Dilthey, devem estabelecer a objetividade de forma cada vez mais consciente e criticamente (HABERMAS, 1971a). Isso significa dizer que, o intérprete — i.e., pesquisador — deve se libertar de quaisquer interferências subjetivas na compreensão do interpretado (HELD, 2004).

Em visto disso, Habermas (1971a) aponta para uma ambuiguidade no *status* da hermenêutica diltheyana para com a atividade prática. Ao invés de conceber essa atividade como algo capaz de estabelecer as condições para a possibilidade do conhecimento, Dilthey enxergava seus perigos para o caráter científico da

hermenêutica. Em uma tentativa de manter o ideal de objetividade pura, Habermas acusa-o de retomar o objetivismo e a uma concepção de *Verstehen*, cuja articulação ainda mantém traços de seu psicologismo inicial. Como resultado, Habermas (1971a) conclui que, Dilthey adotou uma posição cujo compromisso restringiu as *Geisteswissenschaften* a uma função, meramente, descritiva. O vínculo entre ciência e vida, teoria e prática, bem como entre fato e valor, foi quebrado, comenta Habermas (1971a). Logo, uma abordagem crítica para um determinado objeto de estudo foi descartada. As categorias das *Geisteswissenschaften* tornaram-se aquelas das pessoas ou objetos sociais em estudo. Se tudo o que se exige é que as interpretações dos textos sejam descritivas, nada pode ser dito sobre o conteúdo da verdade ou a possível ideologia expressa pelo sujeito. A discussão é, Habermas (1971a) explica, restrita a questões relativas à consistência lógica e áreas problemáticas de interpretação.

Em consonância com isso, Habermas (1971a) também aponta que, Dilthey afirmou que o processo de interpretação do outro não tem efeitos necessários na auto compreensão e na prática do intérprete. Como a realidade não é afetada por uma intervenção interpretativa, o mesmo ocorre com o intérprete. A validade dessa posição depende, entre outras coisas, da possibilidade de um observador neutro e livre de contexto. Entretanto, essa noção contradiz a realização central da hermenêutica contemporânea, a saber: a não existência de um ponto de vista neutro fora da história sobre o qual, o cientista cultural possa se basear (HELD, 2004). Em oposição a Dilthey, Habermas (1971a) aponta para a impossibilidade do intérprete em não trazer seus próprios preconceitos ao processo de compreensão. Consequentemente, a interpretação também deve envolver um processo de reflexão que capte intérprete e interpretado em conjunto. As pessoas e as interpretações, como Gadamer (1975) argumenta, não podem escapar da linguagem, dos preconceitos incorporados nela, e dos contextos de vida.

A relação entre os cientistas sociais, sua linguagem e seus objetos-sujeito, bem como os efeitos de uma intervenção interpretativa sobre todos esses, foram insuficientemente explorados por Dilthey, observa (HABERMAS, 1971a). Claramente, comenta Held (2004), um tratamento satisfatório dessas questões foi crucial para o programa de Habermas em epistemologia e metodologia. A plausibilidade da teoria social crítica depende de uma explicação aceitável da relação entre linguagem, ação e história. Como as ciências humanas são orientadas a fornecer teorias gerais,

vinculadas ao entendimento de processos históricos específicos, Habermas (1971a) explica que, as tentativas de Dilthey de fundamentá-las em teorias irrealistas da vida não são convincentes. Nesse sentido, Habermas considera a hermenêutica de Gadamer um passo, particularmente, importante para a resolução desses problemas (HELD, 2004). O intuito desse movimento é aprofundar o exame do Inter travamento dos procedimentos empírico-analíticos com hermenêutica.

Em contraste com o enfoque de Dilthey, Gadamer (1975, p. 230, tradução nossa) concebe o entendimento como algo essencial "[...] para o caráter original do ser da própria vida humana". A compreensão é a própria condição da intersubjetividade humana. A linguagem é meio através do qual isso é realizado. A verdade dos objetos desvela-se na atividade da linguagem. O domínio da linguagem[110] é a pré-condição do método *Verstehen* (GADAMER, 2005). A tentativa de alcançar a compreensão de algo no diálogo é o princípio último desse método, afirma o autor. O processo de interpretação está, visceralmente, enraizado no *Verstehen*, pois envolve a tentativa do intérprete de articular em sua própria linguagem os significados constituídos em outro universo de discurso (MENDELSON, 1979; HELD, 2004).

Devido ao entendimento interpretativo possuir uma dimensão hipotética e circular[111], as compreensões são testadas no diálogo entre o intérprete e o texto (GADAMER, 1975). Na perspectiva gadameriana, não existem padrões de objetividade que possam ser reconhecidos, independentemente, da obtenção de um acordo contínuo e intersubjetivo, expresso através da satisfação mútua das expectativas de ambos os lados, no processo dialógico (MENDELSON, 1979; HELD, 2004). O ideal de um observador neutro e objetivo é uma ilusão, na opinião de Gadamer (1975). Para efeitos da interpretação, ele aceita como inevitável o envolvimento do intérprete em um contexto sócio histórico. Em uma situação de diálogo, as partes envolvidas trazem consigo seus horizontes de expectativas[112]. Esses são produtos da tradição. Na hermenêutica de Gadamer, o *Verstehen* realiza a mediação de tradições, possibilitando a fusão de horizontes e, assim, o estabelecimento do entendimento e de uma verdade (MENDELSON, 1979; TATIEVSKAYA, 2012).

---

[110] Para GADAMER, esse domínio enseja uma realização da vida — i.e., *Lebensvollzug* (HELD, 2004).
[111] Isso remete a noção de círculo hermenêutico no pensamento de Gadamer (BAYNES, 2016).
[112] Este horizonte reflete uma estrutura de conceitos, crenças e padrões (GADAMER, 1975).

Na concepção gadameriana, o *Verstehen* viabiliza, necessariamente, o acesso às reivindicações da verdade contidas nos textos. Essas reivindicações incorporam respostas às perguntas que os intérpretes sustentam e indagam nos textos. O entendimento, no enfoque gadameriano, relaciona o texto, por exemplo, com suas situações e os contextos de vida dos intérpretes (MENDELSON, 1979; HELD, 2004). A aplicação do texto, reivindica Gadamer (1975, p. 289, tradução nossa), " [...] co-determina, desde o início, a compreensão como um todo". No diálogo, a compreensão, a descrição e a avaliação estão, inevitavelmente, entrelaçados, como sugere Gadamer (MENDELSON, 1979; HELD, 2004).

A apreciação da natureza da compreensão relacionada à tradição, afirma Gadamer, implica que a hermenêutica: a) não pode ser restrita a um papel, puramente, descritivo, pois b) textos, experiências, e ações, por exemplo, devem ser entendidos em seus contextos históricos (HELD, 2004). A transcendência do nível de superfície do significado pretendido em um texto somente pode ocorrer com o estabelecimento da dimensão histórica do entendimento (MENDELSON, 1979; GADAMER, 2005). Segundo esse pensador, a tradição confere significado aos fenômenos (GADAMER, 1970). Em um dialogo, o significado de um texto está além ou em conflito com aquele subjetivamente intencionado por seus criadores (GADAMER, 2004). Em uma análise interpretativa, consoante GADAMER, é necessário examinar as discrepâncias entre o significado manifesto e o pretendido de algo. Tais discrepâncias podem tornar-se aparentes para o intérprete, mesmo nos casos em que o interpretado não estiver ciente disso (HELD, 2004). No trecho em destaque, Gadamer (1970, p. 87, tradução nossa) expressa esse ponto:

> Eu sustento que o problema hermenêutico é universal e básico para toda experiência inter-humana, tanto da história quanto do momento presente, justamente pelo fato de que o significado pode ser experimentado mesmo em que não é realmente pretendido.

Em vista do exposto, Held (2004) apresenta os quatro principais princípios que norteiam a perspectiva hermenêutica de Gadamer. Primeiro, a tradição e suas orientações, prejulgamentos ou preconceitos não são barreiras à compreensão, mas elementos integrais da mesma. Segundo, o entendimento não pode escapar da historicidade das tradições. O conhecimento é gerado dentro da estrutura das tradições e, por conseguinte, o discernimento da verdade tem uma estrutura temporal. Como consequência, não pode haver entendimento correto ou final de um fenômeno.

O significado de um texto, por exemplo, está sempre aberto a futuras interpretações, a partir de novas perspectivas. Terceiro, uma vez que somos constituídos por história e tradição, o processo de compreensão de aspectos do mundo contribui, simultaneamente, para nossa auto formação e auto entendimento. O *verstehen* tem, destarte, uma dimensão prática irredutível. Quarto, o processo de auto compreensão, como o processo de entender outras coisas, nunca pode ser completo. Nas palavras de Gadamer (1975, p. 245, tradução nossa), "[a] história não nos pertence, mas nós pertencemos a ela. A autoconsciência do indivíduo é apenas uma cintilação nos circuitos fechados da vida histórica". Quinto, o entendimento não é um ideal da experiência humana nem um método. Ao contrário, é " [...] a forma original de [...] estar no mundo" (GADAMER, 1975, p. 245, tradução nossa). Nesse sentido, a hermenêutica é, na abordagem de Gadamer, o princípio universal do pensamento humano (HELD, 2004).

Em seu texto *A Review of Gadamer's Truth and Method*, Habermas apresenta suas críticas e pontos de convergência com a perspectiva hermenêutica gadameriana. Em resumo, Habermas (1986) mantem que: a) o entendimento depende do contexto; b) a história é e continua sendo presente em toda compreensão da tradição; c) os analistas sociais estão, necessariamente, imersos em e envolvidos com seus contextos sócio históricos; d) um procedimento hermenêutico é necessário quando há uma discriminação de uma expectativa de ação; e, por fim, e) o entendimento interpretativo tem significado para a auto compreensão. Habermas (1986) rejeita, no entanto, alguns aspectos fundamentais da caracterização da ação comunicativa promulgada por Gadamer, assim como algumas condições e limites do entendimento interpretativo. Em particular, Habermas expressa sérias reservas quanto a análise gadameriana da discrepância entre o significado experimentado ou manifesto e o significado pretendido, bem como sobre a natureza da tradição[113].

Embora reconheça a importância da historicidade, comunicação e compreensão hermenêutica, Habermas (1986) rechaça as conclusões metodológicas de Gadamer. Para Gadamer, pensa Habermas, o fato de que a interpretação sempre pressupõe o consenso de uma tradição em andamento — isto é, uma estrutura de julgamentos ou preconceitos (*Vorurteilsstruktur*) — significa que não há base

[113] No debate entre Habermas e Gadamer, Mendelson (1979) e Held (2004) sugerem que, esses pontos de desacordo estão encapsulados na discussão sobre a autoridade da tradição.

independente para criticar a tradição. Habermas (1970, p. 125, tradução nossa) resume essa posição da seguinte forma:

> Qualquer tentativa de sugerir que esse consenso (certamente contingente) é uma consciência falsa é sem sentido, pois não podemos transcender a discussão em que estamos envolvidos. A partir disso, Gadamer deduz a prioridade ontológica da tradição linguística antes de toda crítica possível: a qualquer momento, podemos, assim, continuar a crítica apenas de tradições individuais, na medida em que pertencemos ao contexto compreensivo de tradição de uma linguagem.

O consenso subjacente deve ser tratado como um domínio autêntico e legítimo de consenso e autoridade, uma vez que, na opinião de Gadamer, não existe: a) uma forma de sair dele, b) um padrão para considerá-lo de outra forma e, c) uma linguagem disponível que nos permita ir além de seu limites, a fim de ver como a realidade, em última análise, é ou deve ser constituída (HABERMAS, 1970; 1986). Isso implica dizer que, quando uma discrepância é descoberta entre o significado pretendido e o manifestado, o significado pretendido deve ser interpretado dentro do sistema conceitual dado da tradição vigente. O consenso da tradição fornece, dessa forma, os padrões a partir dos quais o significado experienciado deve ser entendido. Certamente, do ponto de vista de Gadamer, questões teóricas e práticas apenas admitem a verdade dentro dos termos de referência da tradição (HABERMAS, 1970; 1986). Habermas (1970), desafia dessa posição, considerando como dogmática a aceitação acrítica do consenso subjacente da tradição. Como ele escreve,

> [...] todo consenso, no qual a compreensão do significado termina, permanece fundamentalmente sob suspeita de ser induzido pseud.—comunicativamente. [...] a estrutura pré-julgadora da compreensão do significado não garante a identificação de um consenso alcançado com um verdadeiro (HABERMAS, 1970, p. 125, tradução nossa).

Apesar de Habermas (1986) aceitar que o pressuposto de que o diálogo denota quem nós somos, ele é averso a noção de diálogo promulgada por Gadamer. Na interpretação de Habermas, o diálogo gadameriano revela uma relação de coerção e, por essa razão, não pode ser compreendido, em sentido algum, como um diálogo *per se*. Gadamer falha em reconhecer a oposição fundamental entre autoridade e razão, comenta Habermas (1970). Habermas contrasta seu ponto de vista crítico em relação à autoridade, considerada uma força legitimada, com a aceitação dogmática de

Gadamer da autoridade da tradição. Como ele expõe, “[a] razão, no sentido do princípio do discurso racional, é a rocha sobre a qual as autoridades factuais [...] são esmagadas, e não a rocha sobre a qual elas são fundamentadas” (HABERMAS, 1970, p. 127, tradução nossa).

Em objeção a Gadamer, Habermas (1986) acredita que uma hermenêutica profunda[114] é necessária para compreender a história da tradição e, assim, revelar as fontes de dominação e distorção na comunicação. Em sua opinião, falta essa profundidade na abordagem gadameriana ao *verstehen* e às *Geisteswissenschaften*. Habermas afirma que Gadamer falha em conceituar a dependência da tradição e cultura em outros processos sociais, visto que considera esses elementos como autossuficientes ou absolutas. Antes de prosseguir com essa linha de raciocínio, é mister apontar que, alinhado ao pensamento de Gadamer, Habermas (1986, p. 360, tradução nossa) sustenta que “[...] faz sentido conceber a linguagem como um tipo de meta-instituição a partir da qual todas as instituições sociais são dependentes”. De maneira similar, ele aceita a ideia de que “[...] a ação social é constituída na comunicação ordinária da linguagem” (HABERMAS, 1986, p. 360, tradução nossa). Contudo, em contraposição a Gadamer, Habermas considera que a linguagem pode ocultar e revelar as condições de dominação da vida social. O trecho em destaque abaixo denota essa elucubração de Habermas. Para ele,

---

[114] Em *Knowledge e Human Interests*, a noção de hermenêutica profunda é explorada por Habermas (1971a) em sua discussão acerca do interesse emancipatório. Os métodos e procedimentos psicanalíticos desenvolvidos por Sigmund Freud fundamenta o que Habermas (1971a) denomina de hermenêutica profunda. Freud desenvolveu uma estrutura interpretativa para o exame do processo auto formativo do indivíduo, particularmente, do indivíduo que precisa de “[...] autorreflexão terapeuticamente guiada” (HABERMAS, 1971a, p. 189, tradução nossa). À primeira vista, a psicanálise parece, segundo Habermas (1971a, p. 189, tradução nossa), um processo de interpretação metódica e, portanto, uma ciência hermenêutica, pois “[...] fornece perspectivas teóricas e regras técnicas para a interpretação de estruturas simbólicas”. No entanto, ao reconhecer a presença de sintomas neuróticos que perturbam os jogos de linguagem no nível da fala, ação e expressão não verbal, Habermas sugere que a psicanálise supera os procedimentos da hermenêutica tradicional. Ao ajudar o paciente a reconstruir sua história de vida, o analista tenta trazer à consciência o conteúdo latente da expressão simbólica, isto é, uma parte da história de vida que foi sistematicamente reprimida. A necessidade de a psicanálise penetrar no mundo dos significados e aparências superficiais, para, então, recuperar desejos e motivos inconscientes “[...] distingue a tarefa peculiar de uma hermenêutica que não pode ser confinada aos procedimentos da filologia, mas une a análise linguística à investigação psicológica de conexões causais” (HABERMAS, 1971a, p. 217, tradução nossa). No processo de hermenêutica profunda, expõe Habermas (1971a), a psicanálise de Freud não se preocupa apenas com a construção de interpretações. Como na hermenêutica gadameriana, o diálogo é o meio para obter acesso aos dados e testar interpretações conjecturadas. Todavia, diferentemente das interpretações das ciências hermenêuticas, as interpretações adequadas na psicanálise só podem ser desenvolvidas com, entre outras coisas, o auxílio de explicações envolvendo conexões causais. Tais explicações só podem ser desenvolvidas, por sua vez, com referência a uma teoria geral da neurose, por exemplo, como aquela fornecida por Freud (HABERMAS, 1971a).

> [a] meta-instituição da linguagem como tradição é evidentemente dependente, por sua vez, de processos sociais que não são redutíveis a relacionamentos normativos. A linguagem também é um meio de dominação e poder social; serve para legitimar relações de força organizada. Na medida em que as legitimações não articulam as relações de poder cuja institucionalização elas possibilitam, na medida em que essas relações se manifestam nas legitimações, a linguagem também é ideológica (HABERMAS, 1986, p. 360, tradução nossa).

Uma crítica sistemática da ideologia é, para Habermas (1986), inevitável para compreender as relações de poder incorporadas ao processo comunicativo e constituintes da relação de autoridade na tradição. Na sua visão, a tradição deve ser contextualizada, levando-se em consideração os limites e as condições empíricas sob as quais ela se desenvolve e modifica. Ao reduzir a realidade social ao mundo do "[...] significado intersubjetivo pretendido e simbolicamente transmitido [...]", Gadamer deixa de perceber o mundo como "parte de um complexo" que, embora seja mediado simbolicamente, também é moldado pela restrição das condições materiais (HABERMAS, 1986, p. 361, tradução nossa). Em outros termos, a realidade é moldada "[...] pela restrição da natureza externa, que entra em procedimentos para o domínio técnico e pela restrição da natureza interna refletida no caráter repressivo das relações de poder social" (HABERMAS, 1986, p. 361, tradução nossa). A ação social só pode ser, totalmente, compreendida, sustenta Habermas (1986, p. 273, tradução nossa), "[...] em uma estrutura objetiva, que é constituída conjuntamente por linguagem, trabalho e dominação". Para ele, uma sociologia puramente interpretativa não é capaz de entender isso. É primordial uma abordagem que,

> [por um lado,] [...] não suprima a mediação simbólica da ação social em favor de uma visão naturalista do comportamento, que é, meramente, controlada por sinais e excitada por estímulos [e, por outro lado,] [...] não sucumba a um idealismo da linguística (*Sprachlichkeit*) e processos sociais sublimados inteiramente à tradição cultural (HABERMAS, 1986, p. 361, tradução nossa, grifo do autor).

Na análise habermasiana, a tradição é assimilada em relação a outros aspectos da vida social. As condições e funções da tradição na totalidade social devem ser explicadas, para que seu conteúdo subjetivo pretendido e seu significado objetivo possam ser distinguidos (HABERMAS, 1988). O que está ausente na filosofia de

Gadamer é, conforme Habermas (1986), uma abordagem crítica da transição — i.e., uma crítica da ideologia —, bem como uma análise historicamente orientada dos sistemas sociais, que localiza a tradição no todo do tecido social.

Com base nos escritos de Habermas (1971a; 1973a; 1988), esboço as principais características identificadoras das ciências hermenêuticas e do interesse prático. Em contraste com as ciências empírico-analíticas, que almejam criar leis universais a partir de fatos particulares, as ciências hermenêuticas utilizam categorias gerais para entender o que é singular e único, seja o passado histórico, uma cultura, uma história de vida, ou textos. A compreensão da singularidade torna-se possível, Habermas (1971a) comenta, porque a linguagem ordinária é reflexiva, auto interpretativa e estruturada dialogicamente. Na comunicação cotidiana, os indivíduos possuem três dimensões elementares de entendimento à sua disposição, a saber: a) o que cada um deles diz; b) como se comportam; c) as expressões não-verbais que os acompanham. Cada dimensão fornece um contexto e uma verificação cruzada para a interpretação das outras duas. Quando as pessoas buscam um entendimento, elas engajam em um círculo hermenêutico autocorretivo em que os vários recursos expressivos se ajustam, significativamente, a um todo integrado (HABERMAS, 1971a). Um movimento circular caracteriza seus esforços de compreensão, pois elas procuram entender um texto integrando pistas textuais e relatos históricos disponíveis em uma interpretação coerente de todo o texto no seu contexto (HABERMAS, 1971a).

Similar as ciências empírico-analítica, as hermenêuticas também lidam com "[...] regras metodológicas para a organização de processos de investigação" (HABERMAS, 1971a, p. 194, tradução nossa), Essas regras, conforme o autor, são denominadas de regras quase-transcendentais. As ciências hermenêuticas instituem disciplina metódica às características da interação cotidiana e, nesse sentido, estão equiparadas às empírico-analíticas, que elevam a ação instrumental cotidiana ao método experimental (HABERMAS, 1971a). No entanto, as ciências hermenêuticas produzem conhecimento por intermédio de uma estrutura metodológica distinta daquela utilizada pelas empírico-analíticas (HELD, 2004). As *Geisteswissenschaften* são, consoante Habermas (1973a; 2011), governadas pelo interesse cognitivo prático[115] de auto compreensão mútua na conduta da vida. Na visão habermasiana,

[115] O termo prático é utilizado por Habermas (1971a) em um sentido mais restritivo. Esse termo é específico à interação humana, ao entendimento intersubjetivo (HABERMAS, 1973a).

esse interesse não constitui apenas os objetos de interesse, mas também molda a construção de construção de conhecimento, dessas ciências (HELD, 2004).

Regidas pelo interesse prático, o enfoque das ciências hermenêuticas está na interpretação dos processos e das estruturas historicamente mediadas do mundo social, ao invés da verificação dos fatos (HABERMAS, 1971a; FULTNER, 2011). Nessas ciências, o conhecimento não é constituído no quadro de referência do controle técnico, mas sim está alicerçado em seu valor cultural ou prático (REHG, 2018). Similar as ciências empírico-analíticas, o conhecimento produzido pelas *Geisteswissenschaften* adquire seu significado através de sua relação com a realidade material (HABERMAS, 1971a). Todavia, a construção de conhecimento dá-se pela compreensão de seus significados, mediados pela pré-compreensão do intérprete, e não pela simples observação dos fatos (FULTNER, 2011). Como Habermas (1971a, p. 309, tradução nossa) expõe, o "[...] conhecimento hermenêutico é sempre mediado por esse pré-entendimento, derivado da situação inicial do intérprete". Isso significa dizer que, "[...] o mundo do significado tradicional revela-se ao intérprete apenas na medida em que seu próprio mundo se torna, ao tempo, esclarecido [para ele]" (HABERMAS, 1971a, p. 309, tradução nossa). O sujeito da compreensão estabelece a comunicação entre esses dois mundos. Ele compreende o conteúdo substantivo da tradição aplicando a tradição a si próprio e à sua situação (HABERMAS, 1971a).

O conhecimento oriundo das ciências culturais não advém meramente de inferências lógicas dedutivas, tampouco a experiência é organizada em relação ao sucesso das operações de mensuração dos fatos (HABERMAS, 1971a). Esse conhecimento é obtido por meio de ciclo hermenêutico de interpretação em que a teorização advém de uma compreensão *a priori* do objeto de conhecimento (HABERMAS, 1971a). O objetivo dessa teorização é relacionar enunciados comuns e produtos sociais ao mundo da vida social em que são constituídos (MCCARTHY, 1981). O conhecimento hermenêutico é produto de interpretações, sendo estruturado em processos de compreensão[116] (HELD, 2004). As interpretações produzem conhecimentos praticamente relevantes que auxiliam o entendimento mútuo na condução da vida (HELD, 2004). A verificação de hipóteses nas ciências empíricas-analíticas tem como sua contrapartida a interpretação de textos nas

[116] Nas ciência hermenêuticas, segundo Habermas (1971a), o conhecimento e seus processos de compreensão são estabelecidos através do método *Verstehen*.

Geisteswissenschaften. Sendo assim, as regras da hermenêutica viabilizam um razoável significado de validade das afirmações das ciências sociais interpretativas (HABERMAS, 1971a).

Como as regras metodológicas das ciências hermenêuticas unem interpretação e aplicação da maneira descrita acima, sua investigação revela uma realidade sujeita a um interesse constitutivo na preservação e expansão da intersubjetividade de uma possível ação orientadora da compreensão mútua (HABERMAS, 1971a). A compreensão do significado é direcionada em sua própria estrutura para a obtenção de um consenso entre os atores no âmbito de um auto entendimento derivado da tradição. As *Geisteswissenschaften* pressupõem e articulam modos de entendimento interpessoal orientadores da ação, os quais operam dentro das formas socioculturais da vida e da gramática da linguagem ordinária. As sociedades humanas dependem dessa compreensão e das competências interpretativas que a acompanham, tanto quanto dependem do domínio do ambiente natural. A sobrevivência da espécie humana decorre de uma intervenção bem-sucedida na natureza, assim como "[...] a sobrevivência dos indivíduos da sociedade depende de uma compreensão mútua confiável" (HABERMAS, 1971a, p. 173, tradução nossa).

Enquanto a investigação empírico-analítica visa prever, a hermenêutica objetiva compreender as tradições que enquadram as interações humanas (OTHWAITE, 2009). Contra a preocupação premente de prever ou controlar a realidade objetiva, o interesse prático enseja o estabelecimento de entendimento mútuo e, portanto, de consenso entre os atores dentro de uma estrutura social estabelecida (REHG, 2018). A dimensão social do interesse prático é a interação, aponta Filho (1998). O conhecimento pautado por esse interesse é normativo, isto é, promove uma compreensão de como as coisas deveriam ser (HABERMAS, 1973a). No interesse cognitivo prático, o processo de conferir sentido ao mundo é entendido como uma pré-condição de qualquer ação social, incluindo previsão e controle de processos objetivados (MCCARTHY, 1981). A identificação e mensuração das variáveis, é, irremediavelmente, dependente do quadro de referência socialmente organizado anterior ao qual elas estão afixadas (HABERMAS, 1971a). É nesse sentido que, para Habermas, os níveis de linguagem formalizada e experiência objetificada no fazer das *Geisteswissenschaften* não estão dissociados (HELD, 2004). A verificação de hipóteses legiformes nas ciências empírico-analíticas possui como

contrapartida a interpretação de textos, comenta Habermas (1971a). Assim, as regras da hermenêutica determinam o possível significado da validade dos enunciados tanto das ciências histórico-hermenêuticas, quanto das empírico-analíticas (HABERMAS, 1971a; FULTNER, 2011).

Na domínio das publicações de Teoria das Organizações, as teorias interpretativistas são regidas pelo interesse cognitivo prático (BURRELL, 1994; WILLMOTT, 2005; INOCÊNCIO; FAVORETO, 2020). Essas teorias remetem às questões de significado, compreensão e interpretação do mundo social e, em particular, a realidade e os fenômenos de cunho organizacional[117] (HATCH; CUNLIFFE, 2012). Para as teorias organizacionais interpretativistas não existem fatos sociais, ao menos no sentido dignificado pelas ciências naturais (HATCH; YANOW, 2005). O que configura o mundo é o seu significado, realça Hatch e Yanow (2005). Logo, a tarefa epistêmica primária das teorias qualificadas como interpretativas é a compreensão (HATCH; CUNLIFFE, 2012). Sob essa perspectiva, todo conhecimento é interpretativo. Assim, a compreensão de atos, linguagem e objetos é o único método adequado para acessar e entender os significados do mundo humano e, por

[117] Na Teoria Organizacional, as teorias de abordagem interpretativa, sugerem Hatch e Yanow (2005), englobam três áreas sobrepostas de pesquisa sobre a realidade e os fenômenos organizacionais, a saber: a) estudos de cultura organizacional, simbolismo e estética, b) teorização baseada em processos sobre interpretação, e c) análise da escrita e oralidade das narrativa das realidades organizacionais. Os estudos da primeira área possuem interesse na dimensão simbólico-cultural das organizações. Eles exploram o papel cultural, simbólico e estético de artefatos linguísticos — e.g., histórias, mitos, heróis, metáforas, jargão e provérbios, atos — e.g., rituais, cerimônias, gestos e tabus, e objetos — produtos, logotipos, signos e arquitetura de matrizes — presentes na realidade organizacional (HATCH; CUNLIFFE, 2012). Estes estudos enfatizam os significados específicos do contexto — e.g., valores, crenças, sentimentos — mantidos pelos membros da organização, bem como outros públicos organizacionalmente relevantes, que fundamentam tais artefatos, atos e objetos, bem como as interpretações atribuídas pelos pesquisadores a esses significados (HATCH; YANOW, 2005). Ademais, há interesse nos modos não-verbais de comunicação de significado, nas subculturas e contraculturas organizacionais, no silêncio no discurso organizacional e, por fim, nas maneiras pelas quais os símbolos expressam significado tanto emocional quanto estético na realidade das organizações (HATCH; CUNLIFFE, 2012). Os estudos da segunda área derivam do papel crucial atribuído ao ato de dar sentido as teorias das organizações. Considerando que as pessoas constroem o significado de algo, então a maneira como elas conferem sentido aos fenômenos organizacionais é um importante objeto de estudo (HATCH; YANOW, 2005). Aqui, há um duplo interesse na construção de significado, a saber: o processo pelo qual os membros da organização dão sentido à realidade e, recursivamente, como os teóricos organizacionais conferem sentido à realidade que os membros da organização significam (HATCH; YANOW, 2005). Na Teoria Organizacionais, uma das teorias baseada em processos mais influentes é, por exemplo, a teoria do *sensemaking* desenvolvida por Karl E. Weick (1979). Os estudos pertencentes a terceira área possuem foco nas narrativas organizacionais, a partir de abordagens literárias, tanto no que se refere ao conteúdo — i.e., as próprias histórias organizacionais —, quanto em termos de processo — i.e., a performance de contar histórias, narrativas (HATCH; YANOW, 2005). Além disso, o interesse pela narrativa convida à reflexão sobre como os autores relacionam seus conhecimentos com o leitor, isto é, como eles constroem sua própria narrativa (TSOUKAS; KNUDSEN, 2005). Isso, por sua vez, implica no interesse pela teorização reflexiva e o caráter retórico da escrita científica organizacional (TSOUKAS; KNUDSEN, 2005).

consequência, das relações sociais (HATCH; YANOW, 2005). Essas teorias almejam compreender o significado dos valores, crenças e sentimentos da experiência vivida, bem como dos atos e dos artefatos humanos que incorporam o significado em questão. Estas teorias concentram-se não apenas no significado *per se*, mas também na sua construção em contextos situacionais específicos e, em processos de produção de sentido de uma forma mais ampla (HATCH; YANOW, 2005).

Para efeito das teorias organizacionais interpretativas, o processo de construção de conhecimento não é objetivo, nem prossegue apenas através de observações diretas, não mediadas (HATCH; CUNLIFFE, 2012). Essas teorias estão circunscritas em uma perspectiva ôntico-epistêmica vinculada ao realismo indireto, isto é, há sempre algo que intercede a relação entre a percepção baseada nos sentidos e os dados dos sentidos — isto é, a coisa que está sendo percebida (HATCH; YANOW, 2005). Os atos e outros artefatos são, conforme esses autores, projeções ou personificações do significado humano. Tais atos e artefatos não são, completamente, externos ao mundo de seus criadores ou dos outros que os envolvem. O significado é algo que deve ser compreendido ou interpretado, não podendo ser, meramente, apreendido no sentido de ser descoberto (HATCH; YANOW, 2005).

As realidades e os fenômenos organizacionais são, dessa maneira, construídos pelos atores, agindo em conjunto, em contextos situacionais. Esse agir só pode ser compreendido por meio de interpretação (HATCH; YANOW, 2005). No que se segue, conhecer e compreender são processos subjetivos, isto é, são entendidos a partir do ponto de vista dos sujeitos agindo e interagindo entre si na situação, com vias a interpretá-la. Esses processos não são objetivos, ou seja, entendidos de fora por meio da observação baseada nos sentidos (HATCH; YANOW, 2005). O conhecimento é situado, ou seja, é criado em uma situação e, remete a essa situação. A certeza do conhecimento sobre o mundo organizacional, que está sendo observado, não está dentro desse mundo *per se*. Aquilo que se reivindica como conhecimento do mundo provem “[...] da interpretação de nossas percepções sensoriais, e não de uma compreensão não interpretada delas” (HATCH; YANOW, 2005, p. 67, tradução nossa). Situado não indica um estado objetivo, mas sim uma localidade, contingência e

lançamento[118] no sentido heideggeriano. O significado é embutido ou projetado em atos e artefatos por seu criador. Por conseguinte, o significado só pode ser inferido indiretamente pelo estudo desses atos ou artefatos (HATCH; CUNLIFFE, 2012). A constatação de que o significado não pode ser percebido ou acessado diretamente tem a ver com o quanto se pode articular o que se sabe, e se se pode reivindicar o conhecimento de algo sem ser capaz de articulá-lo (HATCH; YANOW, 2005).

O conhecimento científico social proveniente das teorias interpretativas é, crucialmente, concebido de maneira mediada pela auto compreensão das comunidades acadêmicas sobre a realidade e os fenômenos referente às organizações (HATCH; CUNLIFFE, 2012). Os julgamentos sobre o conhecimento cabem à comunidade, que estabeleceu regras de procedimento para gerar interpretações sobre o conhecimento e o mundo organizacional. Não há uma autoridade externa, no sentido de um conjunto universal, objetivo e independente de regras e leis, à qual se possa apelar para verificação. Existe apenas "[...] uma construção coletiva de sentido da comunidade interpretativa observando, compreendendo, teorizando e relatando suas observações [da realidade] no estilo retórico desenvolvido e aceito por ela" (HATCH; YANOW, 2005, p. 69, tradução nossa). Na abordagem interpretativa, há o estabelecimento de uma racionalidade dialógica, comunicativa em que "[...] tanto o pesquisador quanto [os fenômenos organizacionais] são entidades situadas" em constante interação (HATCH; YANOW, 2005, p. 69, tradução nossa). Isso implica dizer que, o mundo organizacional pode ser interpretado de maneira diferente por pessoas diferentes e por formas distintas de acessá-lo. O mundo que habitamos e vivenciamos não é uma realidade externa, mas sim um mundo potencial composto por múltiplas realidades e interpretações (HATCH; YANOW, 2005).

As teorias de cunho interpretativista tendem a estabelecer conhecimento de maneira indutiva. A construção de significado é, portanto, contextualizada pelo

[118] Como Heidegger (1962) reconhece, nossa compreensão é, essencialmente, situada e limitada pelo contexto e tradição em que somos lançados ou arremessados. A noção de lançamento heideggeriano postula que somos obrigados a lidar com um conjunto particular de entidades, em uma vida particular, e em uma cultura ou tradição particular (WITHY, 2014). Esta noção transcende o simples caráter situado de nosso entendimento, observa Withy (2014). De acordo com Heidegger (1962), a criação de sentido tem uma estrutura unificada de duas partes, ou seja, uma projeção arremessada A projeção e o arremesso são, afirma Withy (2014, p. 1, tradução nossa) gêmeos siameses, haja vista que "[...] a projeção é sempre lançada e o arremesso é sempre projetivo". já estamos determinados e, o fato de que somos entregues as determinações como nossos pontos de partida (WITHY, 2014).

conhecimento a *priori*[119] e pela história e elementos circundantes — i.e., outros eventos e outras experiências (HATCH; YANOW, 2005). Em outros termos, a criação de sentido requer interpretação realizada no contexto do fenômeno ou experiência, informada por conhecimento *a priori* (HATCH; CUNLIFFE, 2012). O significado deste tipo de conhecimento a molda o que se apreende e aponta o caráter situado e socialmente construído de todo conhecimento humano. Além disso, a marca registrada das teorias interpretativas é tratar a realidade social como um texto, cujo significado precisa ser decifrado (HATCH; YANOW, 2005).

Como Baynes (2016, p. 36, tradução nossa) sustenta, a tentativa de Habermas de postular os dois primeiros interesses cognitivos suscitou uma questão importante: "se o tipo de conhecimento envolvido no esclarecimento desses dois interesses não é, por si só, um caso de controle técnico ou entendimento hermenêutico, como o conhecimento deve ser entendido?". Em resposta, Habermas (1971a) introduz um terceiro interesse cognitivo. O problema com o positivismo, observam Habermas (1971a), Vieira e Caldas (2006) e Willmott (2005), é que ele carece de uma apreciação das condições — referentes às relações de dominação e exploração social, que reprimem os indivíduos sem necessidade — em que o conhecimento é produzido. Conforme os autores, não há como o conhecimento científico ser objetivo e neutro, pois não existe neutralidade nos contextos sociais de produção e transmissão de conhecimento. Embora o interpretativismo esteja certo em destacar a importância do significado imbricado em artefatos, práticas e instituições, ele falha, de acordo com Willmott (2005), em lidar com relações de poder dentro das quais formas de entendimento são desenvolvidas e, assim, em desmascarar opressão desnecessária.

Além dos interesses técnico e prático e das formas de investigação associados a eles, os seres humanos também têm a capacidade de refletir sobre os processos de investigação. Essa é, precisamente, a experiência esquecida da reflexão[120] que, conforme esse autor, se perdeu com a ascensão do positivismo. A capacidade humana de reflexão sobre os processos de investigação, portanto, aponta para um

[119] A noção de conhecimento *a priori*, adotada por Hatch e Yanow (2005), provem das obras de Immanuel Kant. A inserção da ideia kantiana de conhecimento prévio na investigação científica tem a seguinte implicação: admitir a presença de uma fonte de conhecimento distinta daquela derivada de um dos cinco sentidos (HATCH; YANOW, 2005).

[120] A reflexão é uma parte importante do projeto original de Kant da crítica da razão (HABERMAS, 1971a).

terceiro interesse cognitivo que, inspirado em Kant, Habermas (1971a, p. 212, tradução nossa) denomina de “interesse da razão”.

4.2.3 As ciências críticas e o interesse emancipatório

Fundamentado no pensamento kantiano e pós-kantiano, Habermas invoca um terceiro tipo de conhecimento e, consequentemente, de interesse, os quais se baseiam na noção de autorreflexão, derivada do pragmatismo social (BAYNES, 2016). Além do interesse técnico e do interesse prático, os seres humanos têm, Habermas (1971a) argumenta, um terceiro interesse, denominado de interesse emancipatório. Esse último visa garantir a liberdade de forças e condições hipostatizadas de comunicação distorcida. Habermas (1971a, p. 197-198, tradução nossa) mantém que Peirce e Dilthey não localizaram os interesses técnico e prático “[...] dentro das concepções de uma história da espécie [humana], compreendida como um processo auto formativo”. O objetivismo remanescente na abordagem desses dois pensadores revela seus fracassos em desenvolver iniciativas direcionadas a autorreflexão das ciências. O objetivismo, observa Habermas (1971a), bloqueia o processo de autorreflexão. Nesse processo “[...]o intérprete reflete sobre o objeto e sobre si, ao mesmo tempo, como momentos da estrutura objetiva que os abrange e torna-os possível”(HABERMAS, 1971a, p. 181, tradução nossa).

O interesse emancipatório remete, Habermas (1971a) afirma, a necessidade de desenvolver uma reflexão metodológica, cujo propósito é superar o dogmatismo, a compulsão e a dominação. Na perspectiva habermasiana, esse interesse representa uma via para libertar a ciência de suas ilusões positivistas, objetivistas e puristas do conhecimento (OTHWAITE, 2009). Em outros termos, o interesse emancipatório visa emancipar a ciência de uma mera contemplação desinteressada de uma realidade independente da mente (REHG, 2018). Segundo Habermas (1971a), a autorreflexão do sujeito conhecedor[121] apreende o objeto do conhecimento científico, por via de análise filosófica crítica.

Por viabilizar um conhecimento que liberta as pessoas da falsa consciência, a autorreflexão filosófica realiza o interesse emancipatório da razão (REHG, 2018). Esse interesse está, Habermas (1971a) explica, enraizado na capacidade humana de agir

[121] Segundo Habermas, esse sujeito não é mais entendido como um ego transcendental ou uma mente absoluta, mas sim como a comunidade de pesquisadores cujos procedimentos são expressões cognitivas de interesses básicos no trabalho e na interação (OTHWAITE, 2009).

racionalmente, isto é, raciocinar conscientemente e tomar decisões à luz dos conhecimentos, regras e necessidades disponíveis. O processo auto formativo da espécie humana é, potencialmente, um processo no qual a história é feita com vontade e consciência (HABERMAS, 1971a). No entanto, uma vez reconhecido que a história incorpora dominação, repressão e enquadramento ideológico da ação, torna-se evidente que o auto entendimento é, muitas vezes, limitado por condições não reconhecidas (HABERMAS, 1973b). Para liberar as capacidades racionais dos seres humanos, é preciso que o conhecimento oriente a elucidação e abolição de tais condições. A forma de conhecimento mais apropriada para isso é o autoconhecimento gerado pela autorreflexão, assume Habermas (1973b). Como ele escreve em sua obra *Theory and Practice*,

> A autorreflexão traz à consciência os determinantes de um processo auto formativo de cultivo e auto formação (*Bildung*), que ideologicamente determinam uma prática contemporânea e uma concepção do mundo [...]. [Isso] leva à percepção devido ao fato de que aquilo que antes era inconsciente é tornado consciente de uma maneira rica em consequências: ideias analíticas intervêm na vida (HABERMAS, 1973b, p. 22-23, tradução nossa, grifo do autor).

Ao trazer à consciência os determinantes do processo auto formativo, Habermas (1971a) teoriza que as estruturas de distorção podem ser reveladas, isoladas e, sob condições apropriadas e específicas, erradicadas. O impulso do ser humano em alcançar uma auto compreensão e agir com consciência e autonomia é identificado com o interesse emancipatório no conhecimento (REHG, 2018). Afirmar que a razão fundamenta esse interesse, exige o reconhecimento das pessoas enquanto seres auto reflexivos e autodeterminantes (HABERMAS, 1971a). Na opinião desse pensador,

> Na autorreflexão, o conhecimento em prol do conhecimento coincide com o interesse em autonomia e responsabilidade (*Mündigkeit*). Pois, a busca da reflexão conhece a si mesmo como um momento de emancipação. A razão está ao mesmo tempo sujeita ao interesse na razão. Podemos dizer que, ela obedece a um interesse cognitivo emancipatório, que visa a busca da reflexão (HABERMAS, 1971a, p. 197-198, tradução nossa, grifo do autor).

De acordo com Baynes (2016), existem dois entendimentos complementares da noção de autorreflexão na obra *Knowledge and Human Interest*s. A autorreflexão

refere-se a uma investigação transcendental sobre as condições de conhecimento introduzidas por Kant. Essa compreensão possibilitou que Habermas estabelecesse afirmações sobre a estrutura transcendental dos interesses técnico e prático (BAYNES, 2016). Ao ponderar sobre a primazia da razão prática[122] de Johann Gottlieb Fichte, Habermas expôs que a capacidade humana de refletir sobre as condições de conhecimento pressupõe que as pessoas são livres (BAYNES, 2016). Além disso, Habermas também concebe a autorreflexão como um processo que faculta ao agente a chance de torna-se, explicitamente, consciente de seu agir autônomo (BAYNES, 2016). Com base no último entendimento da referida noção, o terceiro interesse cognitivo encapsula reflexão e autonomia (BAYNES, 2016). O interesse emancipatório, propõe Habermas (1971a), não é incidental à razão ou uma indicação de sua corrupção. Antes, a razão é inerente a capacidade de autorreflexão. Logo, liberdade e razão são reveladas no exercício dessa capacidade (BAYNES, 2016).

Nas considerações de Baynes (2016), Habermas não inova nos debates iniciais de Kant e seus sucessores sobre as conexões entre autorreflexão, razão e liberdade. O que é, especialmente, significativo no projeto de habermasiano, observa Baynes (2016), é a maneira pela qual Habermas estabelece o relacionamento e a distinção entre os três interesses cognitivos. Quando se refere às ciências sociais, Habermas (1971a) considera que os interesses técnico e prático estão, adequadamente, subordinados ao interesse emancipatório. Nos seus termos, esse último interesse "[...] visa realizar as condições (favoráveis) de interação simbólica e ação instrumental; e, nessa medida [...] assume a forma restrita dos interesses cognitivos prático e técnico" (HABERMAS, 1971a, p. 210, tradução nossa).

O que Habermas (1971a) atesta com isso é que os interesses técnico e prático — e também seus *status* de conhecedor-reconstituinte — só podem ser revelados na

[122] Fichte assume duas posições, manifestas em forma de teses, quanto a esse primado: uma tese metafísica e outra sobre a constituição da razão (BAYNES, 2016). Nesta nota, refiro-me a segunda tese, denominada de primado da razão prática. Existem várias maneiras de pensar que a razão prática — i.e., a faculdade ou poder da razão de ser prática — é primária. Por exemplo, pode-se pensar, como Kant, que a razão prática é primária na base de que pode permitir que o agente assente, legitimamente, as proposições sobre as quais a razão teórica deve permanecer agnóstica. No entanto, Fichte parece atacar algo bem distinto disso, isto é, algo que entra na natureza da arquitetura da autoconsciência, e não nos tipos de proposições em que podemos acreditar com razão porque possuímos tal poder de razão prática (BAYNES, 2016). Nesse sentido, a primazia do prático aponta para uma tese na filosofia da mente que versa sobre a estrutura da mente, ou a ordenação das faculdades mentais. É importante nos determos por um momento na concepção fichtechiana de uma faculdade mental (BAYNES, 2016). Elas não são — como em Kant — "instituições" separadas relacionadas umas com as outras, mas apenas diferentes aplicações do mesmo poder. Para Fichte, é muito importante que não reifiquemos ou objetivamos essas faculdades. Elas não são coisas, mas sim atos (BAYNES, 2016).

abordagem auto reflexiva oferecida pelo interesse emancipatório. Obtemos uma percepção das formas de investigação dos dois primeiros interesses através de um exercício de autorreflexão associada ao interesse de libertação. Os interesses técnico e prático também não são *per se* racionais, aponta Habermas (1971a). A experiência de reflexão associada ao interesse emancipatório legitima os outros interesses como fontes de conhecimento racional, ao invés de preferências arbitrárias ou particulares. Para esse pensador, a autorreflexão identificada com o terceiro interesse possui a função de estabelecer uma conexão entre a razão e todos os interesses constituintes do conhecimento.

A despeito dos interesses técnico e prático serem componentes legítimos da condição humana[123] e da teoria social, Habermas (1971a) enfatiza que eles falham em desvelar a consciência falsa ou ideológica. Na sua opinião, esses interesses são "cegos" quanto ao funcionamento das estruturas de poder e dominação. Ele sustenta que os interesses de controle técnico e compreensão interpretativa só são "inequivocamente compreendidos" como interesses cognitivos quando estão "[...] em conexão com o interesse cognitivo emancipatório da reflexão racional" (HABERMAS, 1971a, p. 198, tradução nossa). Assim sendo, Habermas (1971a, p. 310, tradução nossa) reconhece que a ciência social crítica deve ir além das perspectivas empírico-analítica e hermenêutica para:

> [...] determinar quando as afirmações teóricas compreendem regularidades invariantes da ação social como tal e, quando expressam relações de dependência ideologicamente cristalizadas, as quais podem, em princípio, ser transformadas.

Sob o abrigo do interesse emancipatório, a ciência social crítica possui três objetivos primordiais (DRYZEK, 1995). Inicialmente, deve entender a situação subjetiva ideologicamente distorcida pelos indivíduos. Em seguida, precisa explorar as forças hipostatizadas que causaram essa situação. Por fim, necessita demonstrar como essas forças podem ser superadas ao tornar conscientes os indivíduos oprimidos por elas (DRYZEK, 1995). Para Habermas, uma teoria crítica das ciências sociais não é verificada pelo teste experimentaldas relações manipulativas ou instrumentais com o objeto de interesse, ou pela plausibilidade interpretativa de

[123] Esses dois interesses são formas primárias de constituição cognitiva do mundo (HABERMAS, 1971a).

compreender modos de vida complexos e intersubjetivamente formados (DRYZEK, 1995). Esse tipo de ciência não se preocupa apenas com a elaboração descritiva da realidade ou de um ideal para respaldar argumentos normativos, mas também com a realização e viabilidade de libertação (FULTNER, 2011). Em vista disso, é compreensível a razão utilizada por Habermas (1971a) para desferir uma crítica severa aos modelos empírico-analítico e interpretativo-hermenêutico das ciências sociais. As ciências empírico-analíticas e as ciências sistemáticas da ação social[124] — quando governadas pelos interesses técnico e prático, respectivamente — têm o objetivo de produzir conhecimento nomológico. A ciência crítica, Habermas mantém, une o interesse pelo conhecimento nomológico e interpretativo com uma estrutura que visa facilitar o processo de autorreflexão.

Não obstante a investigação empírico-analítica esteja preocupada com a verificação e a investigação histórica com a interpretação, Habermas (1971a) considera que, investigação crítica está, centralmente, preocupada com a autorreflexão. Os métodos da teoria crítica direcionam à autorreflexão, ou seja, envolvem os atores sociais no processo de reflexão sobre sua própria situação (HABERMAS, 1971a). Isso implica considerar a possibilidade de que as estruturas sociais vigentes e as ideias dos indivíduos os tornem cúmplices da opressão, bem como coloquem à disposição deles as armas de resistência à opressão (WILLMOTT, 2005; PAES DE PAULA, 2008).

Para Habermas (1971a), a teoria social crítica — i.e., TSC — visa revelar como os padrões de comportamento e de significado estão embebidos em estruturas opressivas de dominação que, potencialmente, estão abertas a desafios e mudanças. A dimensão social da teoria crítica, aponta Filho (1998), está circunscrita nas relações de poder e autoridade. A TSC, consoante Habermas (1971a), não está apenas preocupada em prever, ou até mesmo em somente compreender. Ao contrário, ela pretende transformar. Em suas palavras, o objetivo desse tipo de teoria é “[...] determinar quando os enunciados teóricos compreendem regularidades invariáveis da ação social como tais e, quando expressam relações de dependência ideologicamente cristalizadas que podem, em princípio, ser transformadas” (HABERMAS, 1971a, p. 310, tradução nossa).

[124] Habermas refere-se a economia, sociologia e ciência política, por exemplo.

No pensamento habermasiano, a TSC visa restaurar a consciência da posição dos seres humanos enquanto sujeitos ativos, embora historicamente limitados (OTHWAITE, 2009). Na medida em que desvela quais formas de constrangimento à liberdade humana são necessárias e quais são historicamente específicas, a TSC oferece uma crítica da sociedade (REHG, 2018). Nessa crítica, as instituições são comparadas com as possibilidades objetivas de desenvolvimento humano, com o ideal de uma sociedade racional (FULTNER, 2011). Só assim, os atores sociais podem alcançar uma autonomia historicamente condicionada, direcionada à mudança social racional (BAYNES, 2016).

O conhecimento obtido por meio da investigação crítica tem um valor distinto comenta Willmott (2005). É um conhecimento crítico-dialético que, consoante Habermas (1973a), combina as outras duas formas de conhecer, reconhecendo suas limitações e a necessidade de conciliá-las em uma síntese superior. Este conhecimento vai além do nomológico promulgado pela abordagem analítico-empírica no momento que desvela: a) quando os enunciados compreendem regularidades invariáveis das ações sociais e b) quando expressam as relações de dependência, ideologicamente, institucionalizadas (REHG, 2018). O resultado é "[...] um conhecimento criticamente mediados das leis [...]" (HABERMAS, 1971a, p. 310, tradução nossa), que combina a compreensão dos significados pretendidos subjetivamente com mecanismos causais reais (MCCARTHY, 1981). À proporção que integra informação e interpretação, o conhecimento crítico é estruturado como uma compreensão explicativa (HABERMAS, 1973a). A esse respeito, Habermas (1976a, p. 140, tradução nossa) escreve que:

> [a]o relacionar o método de *Verstehen* dessa maneira aos procedimentos objetivadores da ciência analítico-causal e, ao permitir a realização de ambos por meio de uma crítica mutuamente transcendente, a abordagem dialética supera a separação entre teoria e história.

O conhecimento crítico, então, se dirige a um interesse cognitivo emancipatório (HABERMAS, 1971a). Para efeitos desse conhecimento, o sentido da autorreflexão não está em sua capacidade de gerar informação técnica, nem em seu papel prático como base para compreensão mútua e consenso generalizado. O que torna a autorreflexão significativa é seu potencial de mobilizar a ação emancipatória (HABERMAS, 1971a). A auto compreensão enseja um refletir sobre a situação do

indivíduo com respeito à opressão, a ponto de desafiar a cumplicidade e de fomentar a resistência . A teoria crítica abre, portanto, possibilidades para a auto realização humana ocluída nas condições atuais (HABERMAS, 1971a). Para cumprir esse propósito de transformação, a TSC fundamenta-se em uma racionalidade crítica (FILHO, 1998; MOZZATO; GRZYBOVSKI, 2013), que busca o entendimento das contradições da sociedade por meio da dialética, tendo em vista a emancipação do indivíduo. Nesta perspectiva, o indivíduo — enquanto ator — é dotado de reflexividade e criticidade, e não um sujeito ingênuo dos acontecimento sociais, que busca sair da posição de alienação (MOZZATO; GRZYBOVSKI, 2013).

A racionalidade crítica direciona ao desenvolvimento de instituições e relações sociais mais racionais (WILLMOTT, 2005). Habermas (1971a) aponta para a experiência de frustrações e sofrimentos desnecessários. Estes estimulam, mas também frustram, o desejo de romper as relações que reprimem os indivíduos sem necessidade. Na abordagem habermasiana, a TSC ressoa um desejo de afirmar a possibilidade de maior autonomia e responsabilidade em face de instituições e práticas, que parecem impedir de forma não necessária suas expressões e extensões contemporâneas (WILLMOTT, 2005). Em contraste com as ciências empírico-analíticas e histórico-hermenêuticas, que consideram as formações sociais existentes e os padrões de significado como objetos de predição e controle ou de interpretação, a TSC esforça-se para expor a base política irracional desses objetos (WILLMOTT, 2005).

Na sua interpretação de Habermas, Baynes (2016) sinaliza que o interesse cognitivo emancipatório também gera uma questão de outra ordem. Enquanto os dois primeiros interesses reivindicam, plausivelmente, instituições e práticas bem estabelecidas para a reprodução social, o interesse na emancipação, evidentemente, carece desse aspecto. Mais especificamente, a origem do terceiro interesse não se encontra nos requisitos necessários para essa reprodução, mas sim nas experiências de sofrimento e frustração, imbricadas nas relações de poder e dominação (HABERMAS, 1971a).

Habermas (1971a) sustenta que o *status* da relação entre conhecimento e interesse no interesse emancipatório é, destarte, definido de maneira distinta do técnico e prático. Para o terceiro interesse, o ato de conhecer não se relaciona imediatamente com a utilização do conhecimento, ou seja, com a satisfação das necessidades que deram origem a um interesse por esse conhecimento. Ao contrário,

teoria e prática estão, intimamente, associadas no processo de autorreflexão (HABERMAS, 1971a). O ato de refletir sobre o processo auto formador da espécie humana torna-nos conscientes da conexão entre conhecimento e interesse (HABERMAS, 1971a). A unidade entre esses dois termos é somente alcançada no interesse emancipatório, posto que, é "[...] na realização da autorreflexão que a razão se apreende como interessada" (HABERMAS, 1971a, p. 212, tradução nossa). O processo de autorreflexão oportuniza ao indivíduos tomarem consciência das forças hipostatizadas, até então não reconhecidas pelos mesmos, que exercem influência sobre eles. Nesse último interesse, o ato de conhecer coincide com a emancipação dessas forças (HABERMAS, 1971a).

O interesse emancipatório decorre das "[...] exigências da luta do homem pela autopreservação" (HABERMAS, 1971a, p. 211, tradução nossa). A forma histórica real que esse interesse assume é condicionada pelo estágio de desenvolvimento da atividade técnica e pelas condições da interação simbólica. Logo, o terceiro interesse depende dos interesses de uma possível orientação intersubjetiva e de um possível controle técnico. O interesse emancipatório tem, portanto, um status derivativo (HABERMAS, 1971a). Isso significa dizer que:

> Comparado com os interesses técnicos e práticos do conhecimento, ambos fundamentados em estruturas de ação e experiência [...] profundamente enraizadas — isto é, os elementos constituintes dos sistemas sociais — o interesse emancipatório no conhecimento tem um status derivado. Garante a conexão entre o conhecimento teórico e um 'domínio de objeto' da vida prática que surge como resultado de comunicação sistematicamente distorcida e repressão pouco legitimada. O tipo de ação e experiência correspondente ao domínio do objeto é, portanto, também derivado (HABERMAS, 1973a, p. 176, tradução nossa).

O interesse emancipatório encontra seu fundamento na tendência humana indelével de se revoltar contra as estruturas de dominação (HELD, 2004). Enquanto os interesses técnicos e práticos são concebidos como endêmicos à existência da condição humana, o interesse emancipatório é um derivado, isto é, um meta-interesse (HABERMAS, 1971a). É derivado no sentido de que está vinculado a tipos derivados de ação, como, por exemplo, exploração e comunicação sistematicamente distorcida. Esse interesse refere-se a situações em que os vários subsistemas de uma sociedade são estruturados de maneira que, não podem ser fundamentados racionalmente (HABERMAS, 1971a).

O interesse cognitivo emancipatório é, destarte, estimulado por consequências decorrentes de ideias e ações orientadas tanto pelo interesse técnico quanto o prático, mas também vai além deles ao objetivar a busca da reflexão (OTHWAITE, 2009). A TSC efetua essa determinação ao invocar uma estrutura metodológica, que orienta a investigação sobre a validade do significado das proposições críticas por meio do conceito de autorreflexão. Em um nível mais abstrato, o interesse emancipatório envolve libertar os homens de restrições, historicamente, contingentes por meio de um processo de autorreflexão, identificando-o com o autoconhecimento (HABERMAS, 1971a). As percepções obtidas por meio da autoconsciência crítica são emancipatórias no sentido de reconhecer as forças libidinais, institucionais ou ambientais limitadoras das opções e do controle racional sobre a vida, que são consideradas como algo fora do controle humano (HABERMAS, 1971a).

Por meio da racionalidade comunicativa, comenta Habermas (1971a), os atores sociais criam mudanças libertando-se das restrições dos papéis, interações, identidades, padrões interpretativos e normas atuais para construírem novos significados, os quais podem direcionar a sociedade a questionar tradições, solidariedades e identidades legitimadas que, anteriormente, fomentavam a integralidade social. O desenvolvimento do interesse emancipatório permite que os atores se libertem dos significados intersubjetivos ou comumente aceitos, que dominam suas compreensões do mundo atual e, assim, mudem suas práticas (HELD, 2004). Nesse interesse, o conhecimento é obtido pela auto emancipação. A reflexão leva a uma consciência transformada ou a uma transformação de perspectiva, que libera os atores da dependência de poderes hipostatizados. É por isso que, a autorreflexão, determinada por este interesse, reconhece a conexão do conhecimento com o interesse humano em autonomia e responsabilidade (HABERMAS, 1973a).

O interesse emancipatório é, conforme Habermas (1971a), o interesse norteador das ciências de orientação crítica e de toda reflexão sistemática, incluindo a filosofia. O objetivo das ciências críticas é facilitar o processo de autorreflexão metódica e dissolver barreiras ao desenvolvimento autoconsciente da vida. Uma compreensão adequada de todas as práticas sociais, incluindo a investigação científica, depende, em última análise, dessas ciências; pois revelando as deformações da comunicação, elas tentam restaurar para os indivíduos uma verdadeira consciência de sua posição na história (HABERMAS, 1971a). No que se segue, o interesse emancipatório não se baseia em um concepção de poder enquanto

uma capacidade de transformar o mundo natural e social, ou uma concepção nietzschiana de vida relativa a uma luta pelo poder (OTHWAITE, 2009). No pensamento habermasiano, tal interesse é direcionado contra o poder no sentido de dominação injustificada. Esse interesse, conforme Othwaite (2009, p. 27, tradução nossa), estabelece "[...] um tribunal diante do qual o poder deve se justificar, caso consiga". Isso não implica em aceitar que o interesse emancipatório é insubstancial. Em contraste, Habermas (1971a, p. 341, tradução nossa, grifo do autor) é enfático ao afirmar que:

> O interesse humano em autonomia e responsabilidade não é mera fantasia, pois pode ser apreendido *a priori*. O que nos tira da natureza é a única coisa cuja natureza podemos conhecer: a linguagem. Através de sua estrutura, autonomia e responsabilidade são postas para nós. Nossa primeira frase expressa inequivocamente a intenção de um consenso universal e irrestrito.

Devido a sua propriedade de autorreflexão, o interesse emancipatório assegura que as pessoas entendam a si mesmas e suas maneiras de pensar sobre o mundo (OTHWAITE, 2009). Para Habermas (1971a, p. 197-198, tradução nossa), "[n]a autorreflexão, o conhecimento em benefício do conhecimento passa a coexistir com o interesse em autonomia e responsabilidade [...]". A autonomia sobre os objetos do mundo, somente, é alcançada quando as pessoas são capazes de entender os outros que as rodeiam, bem como o que elas e os outros estão fazendo (HABERMAS, 1971a). Na sua abordagem, esse processo auto formativo enseja o emergir da autonomia e a possibilidade de entender, reflexivamente, a existência dos interesses cognitivos (OTHWAITE, 2009).

Em KHI, Habermas (1971a) sugere que a psicanálise desenvolvida por Sigmund Freud associada a teoria social marxista deve ser tomado como modelo de uma ciência crítica, mais adequado para a expressão científica do interesse emancipatório. Ele defende que a psicanálise freudiana é o único exemplo de uma forma, suspostamente, científica que incorpora a autorreflexão metódica (HELD, 2004; OTHWAITE, 2009; REHG, 2018). A psicanálise é, nas suas palavras, "[...] o único exemplo tangível de uma ciência que incorpora a autorreflexão metódica" (HABERMAS, 1971a, p. 214, tradução nossa). Enquanto método, a psicanálise revela, na visão de Habermas, a lógica de uma ciência reflexiva e diretrizes importantes para a construção de uma teoria social crítica (OTHWAITE, 2009). Em termos metodológicos, expõe Habermas (1971a), o modelo psicanalítico combina

entendimento hermenêutico com explicação causal. Nesse modelo, ele explica, a compreensão torna-se explicativa e também causalmente eficaz. A psicanálise é, assim, um exemplo de uma ciência crítica, que conecta diretamente conhecimento e interesse, explica Habermas (1971a). O arcabouço metodológico — que determina o significado da validade das proposições críticas das categorias metapsicológicas — é estabelecido pelo conceito de autorreflexão (HABERMAS, 1971a).

Em relação a teoria social marxista, Habermas tenta corrigir os déficits em Marx estendendo o modelo psicanalítico de ciência crítica ao nível de teoria social crítica (REHG, 2018). Inicialmente, Habermas (1971a) reconhece que a psicologia individual de Freud apontava para questões mais amplas da teoria social, pois a normalidade individual é medida pelos padrões convencionais das instituições sociais existentes. Com isso em vista, ele estabelece as aproximações e distanciamentos entre Freud e Marx. Na sua opinião, o relato de Freud converge com o de Marx no tocante a distinção entre trabalho e interação, enquanto dimensões do desenvolvimento humano (REHG, 2018). Ao contrário de Marx, no entanto, Freud não confere prioridade explicativa à organização do trabalho. Ao invés disso, Freud incorpora o processo de trabalho em formas institucionalizadas de interação, enraizadas na dinâmica familiar e estruturadas para a repressão[125] geral dos impulsos instintivos (HABERMAS, 1971a).

Não irei aprofundar os argumentos apresentados por Habermas (1971a) em prol da psicanálise e de uma versão da teoria social marxista, enquanto modelo ideal para uma ciência crítica. Em textos posteriores, ele abandona esse modelo como alicerce de seu projeto de teoria social crítica e, assim, de ciência emancipatória (OTHWAITE, 2009; BAYNES, 2016). As razões para essa rejeição são expostas na próxima seção deste capítulo. Por ora, é importante frisa que me afasto desse caminho epistêmico-metodológico, evidenciado por Habermas em KMI, para fundamentar o *framework* de importação de radical traveling theories normativas, desenvolvido nesta tese.

Além das positivistas e interpretativistas, Willmott (2005) reconhece outra manifestação de produção de conhecimento no campo da Teoria das Organizações: a teoria organizacional crítica. Essa teoria, consoante o autor, manifesta o interesse

[125] Ela é realizada não apenas por meio de normas sociais obrigatórias, mas também por racionalizações tradicionais da autoridade e por vários mecanismos psicológicos, como gratificações substitutas que redirecionam as necessidades instintivas (HABERMAS, 1971a).

emancipatório. A teoria crítica das organizações possui suas raízes fincadas na teoria crítica, particularmente, a versão desenvolvida pelos filósofos alemães da escola de Frankfurt. O rótulo teoria crítica tem sido bastante utilizada como lente epistêmica para fundamentar as pesquisas no domínio das teorias das organizações (WILLMOTT, 2005; VIEIRA; CALDAS, 2006; FARIA, 2009; MOZZATO; GRZYBOVSKI, 2013; PAES DE PAULA, 2016). A respeito da teoria crítica nas organizações, Cooper e Burrell (1988) e Paes de Paula (2008) argumentam que, o conhecimento científico é, inescapavelmente, produzido, transmitido e legitimado por meio de uma variedade de mecanismos de produção e de controle imbricados de poder, como, por exemplo, alocação de recursos e procedimentos de arbitragem. Para os autores, esses mecanismos não apenas condicionam o processo de pesquisa, mas também indicam o que deve contar como conhecimento válido na Teoria Organizacional.

O enfoque da teoria organizacional crítica recaí sobre “[...] o papel do poder em institucionalizar e manter formas desnecessárias de opressão, confusão e sofrimento” nas organizações (FILHO, 1998, p. 172). Sua principal característica reside na preocupação de expor e transformar as relações de poder — particularmente, manifestas nas formas de dominação e exploração — dentro das quais o conhecimento e as formas de compreensão se desenvolvem (MCCARTHY, 1981). Este tipo de teoria busca “[...] entender como as práticas e o gerenciamento das instituições são desenvolvidos e legitimados dentro das relações de poder e dominação [...]”, com vias a transformá-las (FILHO, 1998, p. 172).

É possível ver a manifestação dos pressupostos da teoria crítica no movimento denominado de *Critical Management Studies*. A CMS é agrupamento amplo de alternativas críticas, teoricamente informadas, à teoria geral da gestão com o objetivo de transformar radicalmente as práticas gerenciais. A CMS tem permeado o campo dos estudos de gestão, afirmando ser baseada na Escola de teoria crítica de Frankfurt (MISOCZKY; AMANTINO-DE-ANDRADE, 2005; ADLER; FORBES; WILLMOTT, 2007; KLIKAUER, 2015). Vale a pena ressaltar que, anteriormente, expus a crítica domesticada realizada por Misoczky e Amantino-de-Andrade (2005) ao CMS. Ademais, a teoria social crítica habermasiana tem contribuído para o avanço das teorizações no domínio da Teoria Organizacional (BURRELL, 1994; WILLMOTT, 2005; SCHERER, 2011; PAES DE PAULA, 2015).

4.2.4 Um esboço dos alicerces que unem a teoria habermasiana dos interesse cognitivos com o *framework* de importação de *radical traveling theories normativas* na Teoria Organizacional

Apresento alguns argumentos favoráveis à apropriação dos interesses cognitivos de Habermas, sem necessariamente trazer a reboque sua Teoria Social Crítica, como descrita em KHI, para desenvolver o *framework* epistêmico de importação de *radical traveling theories normativas* na Teoria Organizacional. Fundamento minhas justificativas nos textos de Burrell (1994), Willmott (2005), Scherer (2011), e Inocêncio e Favoreto (2020). Esses teóricos organizacionais atestam que esse interesses podem ser articulados para compreender os processos de produção e consumo de conhecimento na TO, como resultado da multiplicidade epistemológica desse domínio, sem, inevitavelmente, precisar se comprometer com os pressupostos da TSC, enunciados por Habermas (1971a). Outrossim, trago à baila razões complementares, extraídas de obras subsequentes de Habermas e de comentadores sociais de seu pensamento filosófico, que me afastaram do projeto habermasiano de TSC.

Uma das contribuições mais importantes de KHI foi revelar que o conhecimento e os interesses humanos introduzem a linguagem como "[...] a única coisa cuja natureza podemos conhecer" (HABERMAS, 1971a, p. 314, tradução nossa). Como Habermas (1971a, p. 284, tradução nossa) expõe, uma base racional para a vida coletiva seria alcançado, somente, quando as relações sociais fossem organizadas "[...] de acordo com o princípio de que a validade de toda norma de consequência política depende de um consenso alcançado em comunicação livre de dominação". Esse princípio tornou-se o fio condutor de sua crítica radical do conhecimento em KHI (OTHWAITE, 2009; FULTNER, 2011; BAYNES, 2016; REHG, 2018). Contudo, tal princípio possuí fragilidades epistêmicas que comprometem seu projeto de TSC, como ele reconhece em escritos posteriores.

Ao comentar sobre sua obra KHI, HABERMAS (1988; 1996; 2008; 2011) admite que o impacto da teoria dos interesses constitutivos do conhecimento, sobre a prática das ciências sociais, provou ser limitado. A estrutura epistemológica da TICC não lhe permitia avançar com seus objetivos de emancipação humana, principalmente, na forma de teoria social. As críticas endereçadas ao projeto epistêmico-metodológico de

KHI[126] motivaram Habermas a revisar a proposta da teoria dos interesses cognitivos e, em particular, sua adequação para os fins de sua versão de TSC (DRYZEK, 1995; BAYNES, 2016). A esse respeito, exponho abaixo uma de suas reflexões acerca das razões que justificaram o abandono dessa teoria e, portanto, de seu projeto de teoria social crítica em KHI:

> (f) *Conhecimento e interesse* não escrevi para criticar a investigação convencional das ciências sociais, pelo contrário, para evitar uma compreensão cientificista desta prática, segundo a qual, sobretudo abordagens interpretativas e críticas deveriam ser erradicadas de práticas científicas sérias. Porque tais batalhas metateóricas permanecem improdutivas, abandonei o projeto de justificar a teoria crítica social, primeiramente metodológica e epistemologicamente, e me dediquei às questões substantivas de uma teoria da ação comunicativa. O programa de conduzir a teoria do conhecimento ou a teoria da ciência como teoria social foi conduzido de outra maneira por Luhmann. Sob a premissa da unidade de sistemas auto poéticos ele renovou a reinvindicação totalizante auto reflexiva das ciências sociais das quais eu tinha desistido. Com o sistema pluralista da teoria da ação comunicativa, mudou também a minha percepção da divisão de trabalho entre a filosofia e a sociologia (HABERMAS, 2011, p. 335-336, tradução nossa, griifo do autor).

Habermas tece críticas severas a TIC e a psicanálise freudiana como um modelo para uma ciência emancipatória[127] social (MCCARTHY, 1981; DRYZEK, 1995). Em particular, essas críticas são direcionadas a impossibilidade de consecução de seu teoria social crítica (OTHWAITE, 2009; REHG, 2018). Não é à toa que Habermas abandona a proposta de uma ciência social emancipatória-psicanalítica desenvolvida em KHI para justificar, epistemologicamente, um outro projeto de TSC em *The Theory of Communicative Action* (MCCARTHY, 1981; OTHWAITE, 2009; BAYNES, 2016). Nos termos postos por Habermas (2011, p. 334-335, tradução nossa):

> (b) Dessa forma, deveria ter visto que a tentativa de aplicar o modelo freudiano de neurose da patogênese de indivíduos singulares na formação e evolução das instituições sociais estava destinada ao fracasso (p. 335: “As mesmas constelações que levam os indivíduos à neurose, movem a sociedade à edificação de instituições”).[7] Naquela época estava negativamente fixado ao forte institucionalismo, sobretudo à psicologia social de Arnold Gehlen[8]; também por esse

[126] No texto *A Postscript to Knowledge and Human Interests*, Habermas (1973a) resgata e responde algumas das críticas endereçadas à teoria dos interesses cognitivos.
[127] Esta noção envolve a demolição de obstáculos sistemáticos à compreensão (MCCARTHY, 1981).

> motivo me deixei seduzir por uma estratégia teórica abstrata contrária.
>
> [...] O que naquela época analisei sob o ponto de vista epistemológico como constituição de objetos de estudo, descrevo hoje sob o ponto de vista da teoria da linguagem como “insinuações pragmáticas de mundo”. As perspectivas de possíveis experiências restringidas pelos tipos de ação se sublimaram à uma visão de mundo objetivo, melhor dizendo, de um mundo social, onde os agentes de comunicação se propõem em suas práticas de interpretação diárias, a poder se referir em conjunto a coisas e eventos ou a pessoas e suas interações.

Apesar de ter levantado uma série de questões epistêmicas e metodológicas significantes da relação entre conhecimento e dos interesses humanos, KHI não forneceu um arcabouço teórico necessário e suficiente para: a) formular uma teoria, empiricamente, fundamentada da sociedade; b) incorporar uma análise crítica normativa da modernidade (HELD, 2004; OTHWAITE, 2009; FULTNER, 2011; BAYNES, 2016; REHG, 2018). No nível metodológico, a análise da comunicação intersubjetiva e a noção de emancipação demonstraram a fragilidade teórica da proposta habermasiana nessa obra (MCCARTHY, 1981). Ademais, Habermas teve dificuldade de representar, satisfatoriamente, sua versão de Teoria Crítica em termos da filosofia do sujeito (ASHKANASY, 2016). A racionalidade intersubjetiva, inscrita na comunicação cotidiana através da linguagem, não é possível de ser compreendida recorrendo à racionalidade solipsista dessa filosofia (ASHKANASY, 2016). A estrutura epistemológica de KHI foi, por si só, vulnerável as críticas quanto a sua incapacidade de fornecer e justificar os fundamentos para consecução da sua proposta de teoria crítica e concepção da emancipação (MCCARTHY, 1981).

Essas críticas não invalidam ou diminuem, por completo, o potencial explicativo da teoria dos interesses cognitivos, para fins de compreensão dos fenômenos sociais (DRYZEK, 1995) e, em especial, dos organizacionais no domínio da Teoria das Organizações (WILLMOTT, 2005). A esse respeito, Willmott (2005, p. 90, tradução nossa) enfatiza que:

> A teoria dos interesses constitutivos do conhecimento pode ser levada a sério, sem necessariamente aceitar que a Teoria Crítica em geral, ou a [Teoria Social Crítica do] pensamento de Habermas em particular, oferece a explicação mais plausível ou coerente da produção de conhecimento [na Teoria Organizacional].

A TICC fornece um *framework* epistemológico cujos pressupostos ensejam a compreensão de como diferentes modos de teorização desenvolvem formas distintas

de produção de conhecimento na Teoria das Organizações (BURRELL, 1994; WILLMOTT, 2005; INOCÊNCIO; FAVORETO, 2020). Ao refletir sobre os interesses cognitivos, Edmondson e Mcmanus (2007, p. 248, tradução nossa) argumentam que o teórico organizacional "[...] toma como ponto de partida algumas noções sobre o que é conhecimento e como é possível produzi-lo, com a intenção de contribuir com o avanço do pensamento científico [da TO]". A construção epistêmica-metodológica dos interesses cognitivos, consoante Burrell (1994), culminou em: a) um contexto para a interpretação de várias teorias sociais, políticas e organizacionais existentes; b) um quadro metateórico para as ciências sociais em geral e para TO em particular.

No domínio da Teoria Organizacional, Burrell (1994), Willmott (2005) e Paes de Paula (2015; 2016) apontam para a relevância da TICC para legitimar o conhecimento organizacional enquanto conhecimento científico (a), iluminar a fragmentação de perspectivas ontológicas, epistemológicas e metodológicas na TO (b), e demarcar escopo das contribuições teóricas distintas provenientes das relações entre conhecimento e interesses cognitivos (c). Em vista do exposto, pondero que elementos e *insights* da TICC são aplicáveis para compreender os processos de teorização e os fenômenos organizacionais. Arrisco-me em sugerir que a articulação dos interesses cognitivos pode favorecer o entendimento do *modus operandi* de teorias estrangeiras na TO. Com isso em mente, a incorporação dos interesses no *framework* de importação de *radical traveling theories* normativas foi mediada pelo arranjo teórico-analítico do Círculo das Matrizes Epistêmicas — i.e., CME — desenvolvido por Paes de Paula (2015; 2016). A proposta desse círculo alicerça-se na referida teoria habermasiana. Logo, o engajamento com essa teoria é uma forma prudente de manter consistência e coerência epistemológica entre o *framework* da tese e o CME.

A TICC aliada ao CME viabilizam um caminho alternativo — à exceção da lógica paradigmática kuhniana — para compreender as teorizações por artifício da importação de *radical traveling theories* normativas na Teoria das Organizações. O CME sustenta estrutura epistêmica distinta da mentalidade da "[...] teoria de desenvolvimento de conhecimento herdada por Thomas Kuhn [...]" e da perspectiva paradigmática de Gibson Burrell e Gareth Morgan, com o intuito de "[...] provocar o abandono da tese [kuhniana] da incomensurabilidade [...]" no domínio da TO (PAES DE PAULA, 2015, p. 47).

Antes de prosseguir com minha defesa e descrição da proposta do Círculo das Matrizes Epistêmicas de Paes de Paula (2015), reconheço a necessidade de explicar o porquê de seu distanciamento deliberado da lógica explicativa kuhniana presente no diagrama dos paradigmas sociológicos de Burrell e Morgan (1979). Em particular, Paes de Paula (2016, p. 27) rechaça a apropriação da tese da incomensurabilidade paradigmática "[...] trazida para os estudos organizacionais pelos paradigmas sociológicos introduzidos por Burrell e Morgan (1979)".

A crítica endereçada por Paes de Paula (2015, p. 65) à teoria kuhniana do desenvolvimento do conhecimento e ao modelo de Burrell e Morgan (1979) caracterizou-se por: a) um reconhecimento da inadequação da lógica kuhniana para explicar o avanço do conhecimento nas ciências sociais e nos estudos organizacionais; b) uma constatação de que qualquer proposta alternativa ao diagrama de Burrell e Morgan, "[...] baseada na concorrência entre polarizações que justifiquem incomensurabilidades [...], é incapaz de resolver nossos dilemas, pois na verdade só faz aprofundá-los"; c) "[...] não podemos dizer que os paradigmas sociológicos são kuhnianos e tampouco afirmar que são incomensuráveis"; d) "[...] as 'revoluções científicas' [e a referida tese] não explicam como o conhecimento evolui [na Teoria Organizacional]".

A observância dessas críticas motivaram Paes de Paula (2015, p. 65) a concluir que "[...] a insistência nos modelos [paradigmáticos] inspirados pela lógica explicativa kuhniana não parece ser frutífera para [a Teoria Organizacional]". Como ela enfatiza, "[...] é preciso abandonar o modelo paradigmático de Gibson Burrell e Gareth Morgan [e qualquer outro modelo], fundamentado na lógica explicativa kuhniana, se quisermos avançar [...]" as teorizações no campo da TO. Essa autora a necessidade de adotarmos uma outra noção de ciência, fundamentada na teoria dos interesses cognitivos habermasiana, para sustentar construções multiparadigmáticas de conhecimento que legitimem os objetivos da diversidade metateórica da Teoria das Organizações.

Respaldado nas apreciações de Paes de Paula (2015; 2016) à lógica explicativa kuhniana e ao diagrama dos paradigmas sociológicos de Burrell e Morgan (1979), subsidio minha justificativa acerca da inadequação desses pensamentos paradigmáticos para fins de compreensão dos *modus operandi* de importação e domesticação de *radical traveling theories* normativas na Teoria Organizacional. O esforço para desvencilhar-me da lógica e do vernáculo kuhninano não é um mero

capricho semântico. Meu afastamento atesta o reconhecimento de que os modelos de progresso científico e da tese da incomensurabilidade, promulgados por Kuhn (2012) e Burrell e Morgan (1979), são estruturas lógicas insuficientes para explicar a produção de conhecimento por vias desse método de teorização na TO. Como pretendo argumentar no restante dessa seção, os pressupostos do método de importar teorias estrangeiras não são compatíveis, tampouco coerentes, com os limites rígidos das propostas paradigmáticas dos autores supramencionados.

Inicio meu argumento afirmando que adotar a risca a lógica explicativa de Kuhn e sua tese de incomensurabilidade implica em reduzir o escopo e o consumo das *radical traveling theories* na Teoria Organizacional. Caso fosse estritamente kuhniano, a importação de uma determinada RTT no campo da TO só poderia ser legítima se ela fosse transposta de uma ciência madura[128], e não de ciências pré-paradigmáticas[129]. Embora isso possa ocorrer, por exemplo, no caso da transposição de teorias produzidas pelas ciências naturais, os teóricos organizacionais também importam várias teorias das ciências sociais, consideradas por Kuhn como pré-ciências. Além disso, é necessário que o campo de destino também possua um *status* de ciência madura para que esse processo de teorização possa ser explicado pelo modelo de progresso científico de Kuhn. Este não é o caso da Teoria das Organizações, particularmente, devido ao seu caráter multiparadigmático (REED, 2006; PAES DE PAULA, 2016; REED; BURRELL, 2019).

Nas ciências maduras, afirma Kuhn (2012), apenas um paradigma pode assumir o *status* de científico — logo, considerado o certo e mais próximo da verdade

[128] Uma ciência atinge maturidade com a consolidação de um paradigma, isto é, um conjunto de conceitos, teorias e métodos que orientam o modo de pensar e produzir conhecimento dessa comunidade (KUHN, 2012). Nesse período, a prática científica se normaliza em torno de um paradigma dominante.

[129] De acordo com a lógica explicativa kuhniana, as ciências sociais são pré-paradigmáticas, isto é, são constituídas por múltiplos programas de pesquisa válidos, legítimos e concorrentes. (SWEDBERG, 2014). Nessas ciências, existe uma pluralidade de diferentes paradigmas com profundos desacordos significativos em relação aos seus pressupostos gerais, objetivos e status científico, que coexistem temporal e geograficamente (SWEDBERG, 2014).

— durante os períodos de ciência normal, crise e revolução[130]. Os paradigmas rivais recebem, portanto, o *status* de pré-paradigmáticos. Isso, segundo ele, afastaria as críticas de que seu modelo é relativista[131]. A abordagem kuhniana não contempla a possibilidade de paralelismo de paradigmas, tampouco a existência de uma ciência multiparadigmática. No período de ciência normal, constitutivo da ciência madura enquanto ciência, só pode haver o domínio de um paradigma (KUHN, 2012).

A apropriação do modelo kuhniano de progresso científico e, em especial, da tese da incomensurabilidade, por Burrell e Morgan (1979), implica no reconhecimento de que a Teoria Organizacional só é capaz de promover uma ciência pré-paradigmática (PAES DE PAULA, 2016). Na linguagem kuhninana, a eventualidade

[130] Apesar de seu conservadorismo e dogmatismo, a ciência normal é um período necessário para firmar o padrão do progresso científico (KUHN, 2012). Durante esse período, as principais teorias, instrumentos, valores e premissas metafísicas, que compõem a matriz de um campo de estudo, são mantidas pelos cientistas, permitindo-lhes criar soluções de quebra-cabeças para situações específicas (KUHN, 2012). Nesse período, os pesquisadores procuram "[...] enquadrar os fenômenos dentro do limites preestabelecidos e, relativamente, inflexíveis de um paradigma, modelando soluções de acordo com 'problemas exemplares'" (PAES DE PAULA, 2015, p. 49-50). A função de um paradigma é servir de guia e, assim, fornecer ferramentas, para comunidade científica, empenhada em resolver os quebra-cabeças elencados em sua agenda de pesquisa (KUHN, 2012). Munido de um paradigma, o cientista não adentra em território completamente desconhecido, quando se defronta com um novo quebra-cabeça. A capacidade de um cientista em oferecer uma resposta aos quebra-cabeças dependerá, principalmente, de seu grau de familiaridade com resolvê-los e os métodos para saná-los. Como os quebra-cabeças são familiares, a ciência normal tende a acumular um estoque crescente de soluções para os problemas que se apresentam (KUHN, 2012). À proporção que "[...] a ciência normal fracassa na produção de resultados, emergem as anomalias e instaura-se a crise de um paradigma" (PAES DE PAULA, 2016, p. 27). As anomalias são descobertas que diferem das expectativas do paradigma dominante (KUHN, 2012). As anomalias são, normalmente, descartadas ou deixadas como problemas para pesquisas futuras. No entanto, quando as anomalias se acumulam e todos os esforços para assimilá-las ao paradigma dominante se frustram, é instaurada sua crise (KUHN, 2012). Um paradigma entra em um estado de crise quando a ciência normal fracassa em prover respostas satisfatórias para as anomalias. Perde-se a confiança na capacidade do paradigma em resolver os quebra-cabeças (KUHN, 2012). A crise abre margem para o início do período de revolução científica. A ciência normal é interrompida por revoluções científicas em que "[...] episódios extraordinários se apresentam a partir de anomalias e crises no paradigma dominante, culminando com sua ruptura" (PAES DE PAULA, 2015, p. 49). O período de revolução é caracterizado pela coexistência não pacífica entre os paradigmas, cada um com seus próprios advogados. O paradigma hegemônico compete com os rivais pela preferência da comunidade científica (KUHN, 2012).

[131] Essa é uma questão bastante controversa no modelo kuhniano de progresso científico. Como elucida Paes de Paula (2016, p. 32), "Thomas Kuhn foi acusado de relativismo, pois, de acordo com seus críticos, haveria um paralelismo na tese da incomensurabilidade, na medida em que se considera que os defensores de paradigmas diferentes pertencem a comunidades de linguagem e cultura distintas. Isso possibilitaria afirmar que os paradigmas rivais estão certos, de modo que não seria possível provar qual estaria mais próximo da verdade". No entanto, Kuhn (2012) rechaça essa possibilidade de sua teoria ser relativista. Como ele escreve, "[a]s teorias científicas mais recentes são melhores que as mais antigas, no que toca à resolução de quebra-cabeças nos contextos frequentemente diferentes aos quais são aplicadas. Essa não é uma posição relativista e revela em que sou um crente convicto do progresso científico. [...] Em geral uma teoria científica é considerada superior a suas predecessoras não apenas porque é um instrumento mais adequado para descobrir e resolver quebra-cabeças, mas também porque, de algum modo, apresenta uma visão mais exata do que realmente é a natureza. [...] Embora a tentação de descrever essa posição como relativista seja compreensível, a descrição parece-me equivocada" (KUHN, 2012, p. 248, tradução nossa).

de ciência social multiparadigmática é, praticamente, nula devido à sua incapacidade de estabelecer modelos exemplares para solução dos problemas científicos, os quais poderiam ser usados, plenamente, por uma determinada comunidade acadêmica. Sendo a Teoria das Organizações um domínio pré-paradigmático, então quaisquer tentativas de conceber os seus processos de teorização, sob a tutela da lógica paradigmática de Kuhn, seriam invalidas e inadequadas, comentam Paes de Paula (2015) e Ferraz, Chaves e Ferraz (2018). À luz dessa discussão, Paes de Paula (2015, p. 30) comenta que:

> [...] a lógica kuhniana não se adequa às ciências sociais e aos estudos organizacionais, uma vez que as "revoluções científicas" não explicam como o conhecimento se desenvolve em nossa área, de modo que é recomendável abandonar tal perspectiva, bem como o diagrama de paradigmas sociológicos de Gibson Burrell e Gareth Morgan.

Consoante Ferraz, Chaves e Ferraz (2018, p. 6), a explicação para o abandono da apropriação da lógica explicativa kuhniana e dos paradigmas sociológicos na Teoria Organizacional centra-se nos aspectos a seguir:

> [...] os parâmetros utilizados para as ciências da natureza não se aplicam às ciências sociais - o que invalida a ideia de paradigmas, posto que nas ciências sociais não são construídos modelos ou exemplos a serem aplicados à resolução de problemas; invalidada a noção de paradigma, invalida-se a incomensurabilidade entre eles, logo, a revolução científica apresentada por Kuhn (2007) como a responsável pelo avanço do conhecimento não seria o movimento das ciências sociais.

Enquanto a tese da incomensurabilidade estiver vigente na Teoria das Organizações, os modelos de construção de conhecimento multiparadigmáticos e os objetivos legítimos da diversidade metateórica serão atendidos de forma empobrecida (WEAVER; GIOIA, 1994). Os teóricos organizacionais deixam de aprofundar seus conhecimentos "[...] sobre o que realmente constitui essas controvérsias [paradigmáticas] e como elas fazem sentido para o campo [da TO]" (PAES DE PAULA, 2015, p. 38). Como o uso do conceito de paradigma e da lógica explicativa kuhniana parecem não fazer sentido para esse domínio, a abdicação dessa tese é, assim, uma "[...] tentativa de alcançar outro nível de entendimento para o desenvolvimento do conhecimento no campo das organizações", recomenda Paes de Paula (2015, p. 79).

A adoção do modelo paradigmático kuhniano, como exponho aqui, acarreta em conceber que a importação de *radical traveling theories* seria reduzida ao conjunto de

teorias, originalmente, desenvolvidas por ciências maduras. Isso *per se* restringiria não só a quantidade de RTTs importadas, mas também limitaria a lente epistêmica dos teóricos organizacionais. A compreensão dos fenômenos organizacionais estaria delimitada às visões de mundo, epistemes e métodos adotados por ciências como física, biologia, e matemática, por exemplo. Os conhecimentos provenientes da sociologia, antropologia e filosofia seriam descartados por não possuírem um *status* científico, nos moldes kuhnianos. Essa reflexão abre possibilidade para duas consequências graves relativas a esse método de teorização: a) mutilação de possíveis perspectivas que podem nos auxiliar a entender os fenômenos organizacionais; b) devemos desconsiderar todas as teorizações e os avanços de conhecimento derivados de teorias que foram importadas das ciências sociais, pois, na visão de Kuhn, não teriam legitimidade científica.

Em consonância com isso, há outro problema cabal com o uso da lógica kuhniana para efeitos da prática de importar RTTs para o domínio da Teoria Organizacional. O processo de domesticação de um teoria, como apontado anteriormente, implica em modificações na sua estrutura para que se adeque as demandas do campo de destino. Isso significa que, essa teoria é, raramente, consumida no domínio-alvo como foi produzida no seu campo de origem. Em alguns casos, como observado por Misoczky e Amantino-de-Andrade (2005), as alterações na teoria importada deturpam seu intento, suas características e seus pressupostos — sejam ontológicos, epistemológicos ou de método. Como resultado, há um reducionismo da teoria importada na melhor das hipóteses, ou uma descaracterização total dela na pior das hipóteses, quando importada e domesticada na TO.

Nos moldes de Kuhn, assim acredito, somente poderiam ser importadas e domesticadas teorias estrangeiras cuja perspectiva paradigmática fosse similar àquela do campo de destino. Por exemplo, teorias funcionalistas só poderiam ser importadas e consumidas dentro da perspectiva funcionalista do campo de destino. No entanto, as teorizações por intermédio de transposição e domesticação de teorias estrangeiras não se resumem a essa condição. Os textos de Misoczky (2003), Misoczky e Amantino-de-Andrade (2005), e Oswick, Fleming e Hanlon (2011) estão repletos de exemplos de teorias importadas e domesticadas na TO, que deturparam ou desconsideraram o alinhamento paradigmático da teoria estrangeira com seu campo de origem. Na perspectiva kuhniana, isso seria inaceitável, tornando,

novamente, inválida a construção de conhecimento via esse método de teorização na Teoria das Organizações.

Em vista do exposto, minha intenção não foi, sob a égide do modelo kuhniano de progresso científico, invalidar todo o acervo de conhecimento estabelecido por meio do método de teorização em questão no campo da Teoria Organizacional. Em contraste, coloco em questão a lógica explicativa de paradigmas herdada de Kuhn (2012) e Burrell e Morgan (1979) para apoiar o arranjo teórico-analítico de Paes de Paula (2015). Acredito que esse arranjo possibilita uma forma legítima de pensar e examinar os processos de importar e domesticar radical traveling theories normativas na TO.

Ao invés de incorporar a tese da incomensurabilidade no *framework* epistemológico, proponho que o *modus operandi* de importação de RTTs normativas procede através da identificação de incompletudes cognitivas, as quais engendram reconstruções epistêmicas na Teoria das Organizações. A integração do Círculo das Matrizes Epistêmicas com a teoria habermasiana dos interesses cognitivos no *framework* epistêmico da tese possibilitou-me conceber as abordagens sociológicas de forma mais flexível. O reconhecimento da incompletude cognitiva dessas abordagens promoveu sobreposições conceituais e teóricas em conjuntos de categorias metodológicas, que não são limitadas por um único paradigma ou, na linguagem de Hill (1984) , um sistema de produção de conhecimento. No processo de importação e domesticação dessas teorias, as matrizes epistêmicas oportunizaram a possível superação das incompletudes do conhecimento, oriundas das abordagens sociológicas, pois permitiram a realização de reconstruções epistêmicas, pautadas pelos interesses cognitivos do conhecimento, das estruturas das RTTs normativas.

4.3 O CÍRCULO DAS MATRIZES EPISTÊMICAS: CAMINHO ALTERNATIVO PARA TEORIZAR SOBRE A PRÁTICA DE IMPORTAR *RADICAL TRAVELING THEORIES* NORMATIVAS NA TEORIA ORGANIZACIONAL

Em seu livro, Repensando os estudos organizacionais: para uma nova teoria do conhecimento, Paes de Paula (2015) articula um novo arranjo teórico-analítico para justificar um referencial alternativo de construção de conhecimento na Teoria Organizacional: o Círculo das Matrizes Epistêmicas — i.e., CME. Respaldada nas

obras de Jürgen Habermas e nas considerações de Michael Hill, a autora apresenta o CME como um *framework* epistêmico fundamentado nas teses da incompletude cognitiva e das reconstruções epistêmica. O que está em jogo na concepção da orientação epistêmica desse círculo:

> Não é o fato de "vencer o adversário paradigmático" com uma nova revolução científica que faz o conhecimento avançar, e sim a busca por contemplar outros interesses cognitivos, trazendo novas explicações dos fenômenos e novas soluções para os problemas sociais (PAES DE PAULA, 2016, p. 38-39).

Antes de descrever a proposta de Paes de Paula (2015; 2016) acerca do Círculo das Matrizes Epistêmicas, é preciso ponderar cinco questões cruciais para incorporá-lo ao *framework* de importação da tese. Em contraste com a autora, não intento reproduzir sua defesa de que o CME possui potencial para apaziguar ou dirimir os conflitos decorrentes da guerra paradigmática[132] na Teoria Organizacional. Busco

[132] Um olhar histórico na literatura de Teoria Organizacional revela que, formalmente, é creditado ao livro *Sociological paradigms and organisational analysis*, de autoria de Gibson Burell e Gareth Morgan, a introdução do pensamento de abordagens paradigmáticas múltiplas nesse domínio disciplinar; mas também, o "aprisionamento" da análise organizacional nos moldes da tese kuhniana da incomensurabilidade entre paradigmas (BARBOSA *et al.*, 2013; PAES DE PAULA, 2015). Essa obra contribuiu para caracterizar a TO como um campo multiparadigmático e conflitivo (HASSARD, 1993B; NEWTON, 2010; REED; BURRELL, 2019), cujos paradigmas organizacionais são, frequentemente, teorizados como concorrentes e rivais entre si (PAES DE PAULA, 2016). Embora sinalize a pluralidade de paradigmas na TO, o diagrama de paradigmas sociológicos de Burrell e Morgan (1979) institucionalizou e legitimou polarizações irreconciliáveis entre os paradigmas, tornando-os incomensuráveis entre si (PAES DE PAULA, 2015). Ao invés de "[...] criar espaços, fomentar discussões e fortalecer as propostas alternativas de pesquisa que possibilitem conhecer a realidade social", esse diagrama reduzidiu a análise organizacional às escolhas partidárias, binarísticas, e excludentes de paradigmas (BARBOSA et al., 2013, p. 642). Apesar dessas acusações ao modelo paradigmático de Burrell e Morgan (1979), "[...] a lógica explicativa paradigmática kuhniana [, particularmente, sua tese da incomensurabilidade] se tornou uma referência fixa nos estudos organizacionais, da qual os pesquisadores do campo não conseguem se desvencilhar" (PAES DE PAULA, 2015, p. 32). Como resultado, "[...] a taxonomia criada por Burrell e Morgan (1979) ainda exerce sua influência no campo da [Teoria Organizacional] até os dias atuais" (BARBOSA et al., 2013, p. 642). Após uma extensa revisão das publicação das áreas de Estudos Organizacionais e Teoria Organizacional, Caldas (2005), Paes de Paula (2015) e Hansen e Madsen (2019) afirmam que a estrutura lógico-paradigmática desse diagrama e o modelo kuhniano de progresso científico consistem no padrão hegemônico de explicação do progresso epistêmico desses dois domínios disciplinares. Uma parcela expressiva de publicações organizacionais (JACKSON; CARTER, 1991;1993; WILLMOTT, 1993; WEAVER; GIOIA, 1994; PARKER, 2000A; NEWTON, 2010) apresenta uma defesa da tese da incomensurabilidade com o objetivo de enfatizar os contrastes que existem entre os paradigmas e, assim, explicar a construção de conhecimento nesses domínios. Recentemente, Reed e Burrell (2019) intentaram reascender essa tese ao afirmarem que a teoria institucional, e não o funcionalismo, deveria ser considerada a ciência normal na Teoria das Organizações. Esforços posteriores (e.g., HASSARD, 1988; DEETZ, 1996; SCHULTZ; HATCH, 1996; KELEMAN; HASSARD, 2003) para justificar a assimilação de perspectivas multiparadigmáticas na Teoria das Organizações falharam em se "[...] libertar da armadilha da lógica paradigmática kuhniana [...]" e, assim, em superar a tese da incomensurabilidade, trazidas pela ingerência da apropriação do diagrama de Burrell e Morgan, comenta Paes de Paula (2015, p. 58). Esses esforços continuam "[...] reféns das polarizações que sustentam incomensurabilidades" (PAES

na teorização do CME uma nova lógica de desenvolvimento de conhecimento que me possibilite explicar o *modus operandi* da transposição e domesticação de *radical traveling theories* normativas na Teoria Organizacional. Em seguida, como mencionado no Capítulo 2, concebo os sistemas de produção de conhecimento enquanto estruturas teóricas das RTTs normativas. A importação de uma teoria envolve a apropriação e ajuste dos SPCs, denominados por Paes de Paula (2015; 2016), de abordagens sociológicas. Essa aplicação da noção de SPC não contradiz as elucubrações de Hill (1984) .

Outro ponto de destaque remete ao escopo de atuação da rescontrução epistêmica. Segundo Paes de Paula (2015; 2016), essa reconstrução pode ocorrer no nível da abordagem sociológica, da teoria e da metodologia. Para efeitos desta tese, o *framework* de importação e domesticação delinea reconstruções teóricas e metodológicas de RTTs normativas, e assim as mudanças em suas abordagens sociológicas. Além disso, não almejo utilizar as abordagens sociológicas, identificadas por Paes de Paula (2015; 2016), como marcadores para meu modelo de importação

DE PAULA, 2015, p. 71). Qualquer proposta amparada em polarizações, que afirmem incomensurabilidades, reproduz os problemas de enquadramento enfrentados pelos modelo de Burrell e Morgan, enfatiza Paes de Paula (2015). As controvérsias paradigmáticas herdadas de Burrell e Morgan (1979) e Thomas Kuhn (2012) tem sido responsável por estabelecer embates irreconciliáveis entre as diversas visões paradigmáticas existentes na TO (PARKER, 2000B; NEWTON, 2010; PAES DE PAULA, 2015;2016). De acordo com Paes de Paula (2015, p. 38), a tese da incomensurabilidade reforçou "[...] a disputa entre paradigmas pela hegemonia [nesses] campo[s], sustenta[ndo] que o consenso não é possível e nem desejável, e [essa] posição [...] inevitavelmente acirrou a competição entre os 'paradigmas' nas últimas décadas". As discussões, debates e disputas entre posições paradigmáticas incomensuráveis ensejaram um estado de guerra paradigmática nos Estudos Organizacionais e na Teoria das Organizações (JACKSON; CARTER, 1993; CLEGG; HARDY, 1998; PAES DE PAULA, 2016; FERRAZ; CHAVES; FERRAZ, 2018). Essa guerra radicalizou o debate acadêmico nesses dois campos disciplinares, revelando convicções e propostas contraditórias e, destarte, conflitantes entre os pesquisadores organizacionais, as quais ocasionaram, até a presente data, embates paradigmáticos irreconciliáveis. A diversidade de abordagens paradigmáticas presentes nesses domínios denota os confrontos e, portanto, as controvérsias inconciliáveis entre diferentes fundamentos onto-epistemológicos, axiológicos e metodológicos que orientam a produção de conhecimento (PAES DE PAULA, 2016). A guerra paradigmática é apontado por Paes de Paula (2015) como um obstáculo ao desenvolvimento do conhecimento na Teoria Organizacional. Quando considerada ao extremo, essa guerra engendra disputas que impedem a possibilidade de comunicação efetiva entre abordagens diversas, com o objetivo de melhor compreender a complexidade dos fenômenos organizacionais (BARBOSA et al., 2013). Como consequência de tal guerra, os teóricos organizacionais têm reciclado em suas teorizações as batalhas paradigmáticas oriundas de outras disciplinas. Isso não apenas institucionalizou, mas também acirrou o paroquialismo paradigmático na TO. Os paradigmas, comentam Ferraz, Chaves e Ferraz (2018, p. 6), forneceram aos teóricos organizacionais a "[...] ideia de terreno a ser protegido contra os invasores [...]". Decorre disso, então, a constituição de feudos paradigmáticos responsáveis pela fragmentação de conhecimento e disputas políticas na Teoria das Organizações (REED, 2006; SIEGLER; BIAZZIN; FERNANDES, 2014). Devido a escolha de um lado nessa guerra ser de cunho político, os pesquisadores enclausuraram-se em seus próprios feudos, protegendo-os das críticas e ataques provenientes de fora dos domínios de seu paradigma.

de RTTs normativas. Caso fizesse isso, estaria excluindo a possibilidade de utilizar outras classificações dos paradigmas organizacionais. Como pretendo explicar *a posteriori*, as plotagens das abordagens sociológicas híbridas, realizadas pela autora, são, em alguns aspectos, deficientes e incoerentes com a proposta do CME. Por fim, abandono a abordagem freudo-frankfurtiana para entender a construção de conhecimento no *framework* de importação desta tese. Essa abordagem incorpora elementos epistêmicos da proposta habermasiana de Teoria Social Crítica, como disposta em *Knowledge and Human Interests*. Como discutido anteriormente neste capítulo, Habermas rejeita a solução de tal abordagem como fundamento seu projeto de TSC.

Inicialmente, Paes de Paula (2015; 2016) articula a teoria dos interesses coginitivos de Habermas (1971a) para justificar o fundamento epistêmico da proposição do Círculo das Matrizes Epistêmicas. Em contraste com Kuhn (2012) e Burrell e Morgan (1979), Paes de Paula (2015; 2016) apropria-se da TICC habermasiana para afirma que o conhecimento organizacional se desenvolve pela mobilização dos interesses técnico, prático e emancipatório. Ao adotar esse posicionamento, Paes de Paula (2015, p. 135) não advoga em prol de uma perspectiva multiparadigmática, cuja ideia central é "[....] tentar analisar um mesmo objeto empírico pela lente de cada um dos 'paradigmas'/'abordagens sociológicas'". Ao contrário, ela sustenta que, ao considerar um objeto empírico, devemos "[...] buscar estratégias cognitivas que produzam um saber utilizável de forma técnica, prática e emancipatória" (PAES DE PAULA, 2016, p. 38). Para tal, ela argumenta, os três interesses habermasianos que circundam o pesquisador devem ser levados em consideração, a partir de uma escolha consciente, que deixe claras as limitações cognitivas que a compreensão do objeto sofrerá (PAES DE PAULA, 2015). Mesmo nos casos em que haja esforços de integração de interesses, "[...] as preferências cognitivas irão se apresentar e o grau em que cada interesse será contemplado tenderá a ser diferente [...]" (PAES DE PAULA, 2016, p. 38). Isso reflete na separação das ciências da natureza, do espírito e críticas. Essa autora ratifica o pressuposto habermasiano de que a divisão do trabalho científico não faz sentido, se os interesses compõem a unidade do conhecimento.

A composição do Círculo das Matrizes Epistêmicas, sinaliza Paes de Paula (2015), é congruente com a teoria dos interesses constitutivos do conhecimento de Habermas (1971a). A autora alega que as premissas e os elementos da TICC

possuem propriedades equivalentes, quando incorporados, na estrutura do CME. Os interesses cognitivos e a noção habermasiana de unidade do conhecimento são viscerais na constituição do CME. Esse círculo "[...] é um todo que congrega o conhecimento, na medida em que representa a integração dos interesses cognitivos" (PAES DE PAULA, 2015, p. 136). Dito isso, os teóricos organizacionais "[...] deveriam ser capazes de desenvolver pesquisas que abarquem o interesse técnico, o interesse prático e o interesse emancipatório" (PAES DE PAULA, 2015, p. 132). Em última análise, o CME possibilita desenvolver conhecimento organizacional nos moldes dessa teoria habermasiana, afastando-se assim da lógica explicativa kuhniana.

O Círculo das Matrizes Epistêmicas é composto por três matrizes: a) matriz empírico-analítica; b) matriz hermenêutica; c) matriz crítica (PAES DE PAULA, 2015;2016). O termo matriz é utilizado "[...] no sentido de origem, de manancial, de lugar onde as coisas são geradas" (PAES DE PAULA, 2015, p. 115). As matrizes não devem, portanto, ser compreendidas como domínios de atuação científica, mas sim referências orientadoras do conhecimento (PAES DE PAULA, 2015). Cada matriz faz, consoante a autora, referência a uma noção específica de ciência em Habermas e guia-se por um dos interesses cognitivos. Em última análise, as matrizes incorporam as propriedades inerentes dos interesses constitutivos do conhecimento, como, por exemplo, serem fundamentadas na racionalidade dialética. Cada matriz aponta para um marco epistemológico, um interesse cognitivo, uma filosofia e uma lógica de pensamento particular, afirma Paes de Paula (2015). As matrizes também envolvem questões axiológicas e ideológicas, que sinalizam seu domínio político. De forma sintética, apresento as matrizes epistêmicas, seus conteúdos e suas especificidades, consoante Paes de Paula (2015; 2016) e Ferraz, Chaves e Ferraz (2018).

A matriz empírico-analítica corresponde as ciências da natureza ou empírico-analíticas, também denominadas de nomológicas. Essa matriz caracteriza-se pelo "[...] alinhamento com a filosofia positiva, o uso da lógica formal e a preferência pelo interesse técnico" (PAES DE PAULA, 2015, p. 118). Essa filosofia "[...] procura indagar o sentido das proposições", buscando "[...] o máximo de rigor no sentido das proposições, recorrendo para isso à lógica formal" (PAES DE PAULA, 2015, p. 118), "[...] conduzida por valores de conhecimento útil, controle e predição (interesse técnico)" (FERRAZ; CHAVES; FERRAZ, 2018, p. 10). A epistemologia dessa matriz deriva do movimento sociológico positivista. Esse "[...] é marcado pelo empirismo e pelo formalismo, enfatizando as explicações causais e [uma postura de] neutralidade

axiológica, o que abre espaço para o interesse técnico e para a instrumentalidade" (PAES DE PAULA, 2016, p. 36). Essa matriz assemelha-se ao paradigma funcionalista, considerado a abordagem hegemônica nos estudos organizacionais (PAES DE PAULA, 2015; FERRAZ; CHAVES; FERRAZ, 2018). De forma simplificada, essa abordagem promulga que

> [...] o mundo, objeto posto frente ao sujeito, é captado por nossos sentidos e organizado por nossa intelecção (razão). É por organizá-lo que ele se apresenta como existente, como real. Como os sentidos podem nos enganar, cabe a razão ser o vigia do que conhecemos e esta segue a lógica formal. O que conhecemos não é o ser do objeto, pois o objeto se oferece aos sentidos numa relação de efeitos (causalidades), cabendo a razão traçar o caminho que revela as causas, expressando-as em leis que possibilitam a previsão dos próprios fatos. Na filosofia positiva, só é ciência o que está posto dessa maneira (FERRAZ; CHAVES; FERRAZ, 2018, p. 10).

A matriz hermenêutica remete as ciências do espírito ou hermenêuticas. Ela é orientada pelo interesse prático, filosofia hermenêutica e lógica interpretativa (PAES DE PAULA, 2015). A sua epistemologia surge dos movimentos sociológicos de caráter hermenêutico e sua filosofia é mediada pela lógica interpretativa (PAES DE PAULA, 2016), "[...] cujas palavras e símbolos têm grande relevância para a explicação da realidade, mais do que isso, eles são a realidade" (FERRAZ; CHAVES; FERRAZ, 2018, p. 10). Essa matriz é guiada pelo interesse prático, principalmente, por um esforço da "[...] compreensão social por meio da comunicação e interpretação" (PAES DE PAULA, 2016, p. 34). Para tal, busca-se "[...] evitar uma ruptura da comunicação, preservando o conhecimento da autobiografia e da tradição coletiva, bem como a mediação entre os indivíduos e grupos" (PAES DE PAULA, 2016, p. 36). Enquanto a elucidação hermenêutica aborda "[...] a problemática da compreensão do sentido [...] ", o pensamento empírico-analítico atua com as "[...] proposições matemáticas ou teorias rigorosas [...]" (PAES DE PAULA, 2016, p. 36). Ao comentar sobre essa matriz, Ferraz, Chaves e Ferraz (2018, p. 10) descrevem suas propriedades da maneira a seguir:

> O que está posto, em última instância, não é o objeto existente independente do sujeito cognoscível, mas o objeto só é, porque é um significado, porque a ele, o sujeito cognoscível atribuiu um significado. O significado é um ato de ação e não simplesmente um ato mental, o interesse dessa matriz, portanto, não poderia ser outro se não a prática, mas especificamente, os sentidos da prática. Rejeita o

> objetivismo, visto que a compreensão é processo intersubjetivo. A metodologia deve refletir as regras da prática da pesquisa, buscando estabelecer conexões epistêmicas significativas ao invés de submeter-se a princípios abstratos válidos para deduções e linguagem formalizada.

A matriz crítica enseja as ciências críticas, "[...] voltando-se para a transformação social" (PAES DE PAULA, 2016, p. 35). Inspira-se na filosofia negativa, na lógica dialética e no interesse emancipatório (PAES DE PAULA, 2015). A filosofia negativa é o oposto da filosofia positiva. A filosofia dessa matriz "[...] não procura alcançar o máximo rigor no sentido das proposições recorrendo à lógica formal, mas atingir o conteúdo [e, assim, as contradições[133]] das proposições recorrendo à lógica dialética" (PAES DE PAULA, 2016, p. 35). A filosofia negativa não se atém "[...] ao que é dado ao conhecimento e ao certo [...]", mas sim "[...] se interessa pelo que não está evidente e insere a dúvida e a crítica dialética" (PAES DE PAULA, 2016, p. 35). Ao contrário dos positivistas, os dialéticos não compreendem que as contradições são anátemas. Elas representam oportunidades de "[...] reflexão para a superação da realidade, apontando para o interesse emancipatório" (PAES DE PAULA, 2016, p. 35). Nesse sentido, a crítica deve satisfazer duas condições fundamentais: a) "[...] não pode ser separada de seu sentido emancipatório[...]"; b) "[...] não pode prescindir da *práxis* [...]" (PAES DE PAULA, 2016, p. 35). Ao atender essas condições, a noção de emancipação supera sua face utópica, isto é, vai além da teoria para reconstruir a ação (PAES DE PAULA, 2015). Devido a matriz crítica não ter uma existência independente e está profundamente entrelaçada às demais, é capital reconstituir suas articulações com o interesse técnico e o interesse prático (PAES DE PAULA, 2015).

Similar as interesses cognitivos, as matrizes epistêmicas não são instâncias, estritamente, rivais, mas sim complementares, pois o entendimento dos fenômenos organizacionais depende de todas elas (PAES DE PAULA, 2015). Devido as matrizes constituírem um todo integrado do conhecimento, elas representam:

> [...] formas diversas de captar a realidade e explicá-la, contemplando outros interesses cognitivos. Na verdade, em cada uma das matrizes epistêmicas existe o reflexo da outra, pois a matriz empírico-analítica no limite busca o interesse prático, a matriz hermenêutica faz fronteira com o interesse emancipatório e a matriz crítica, em sua tentativa de

[133] De acordo com Ferraz, Chaves e Ferraz (2018, p. 10), "[c]abe destacar que a contradição, na concepção da dialética negativa adotada por Paes de Paula (2016), se dá no pensamento e que a emancipação é da ciência em relação ao dogmatismo, pois se trata de uma emancipação das ideias posto que elas têm a primazia sobre a materialidade".

> atingir a práxis, procura se reconciliar com o interesse técnico (PAES DE PAULA, 2015, p. 134).

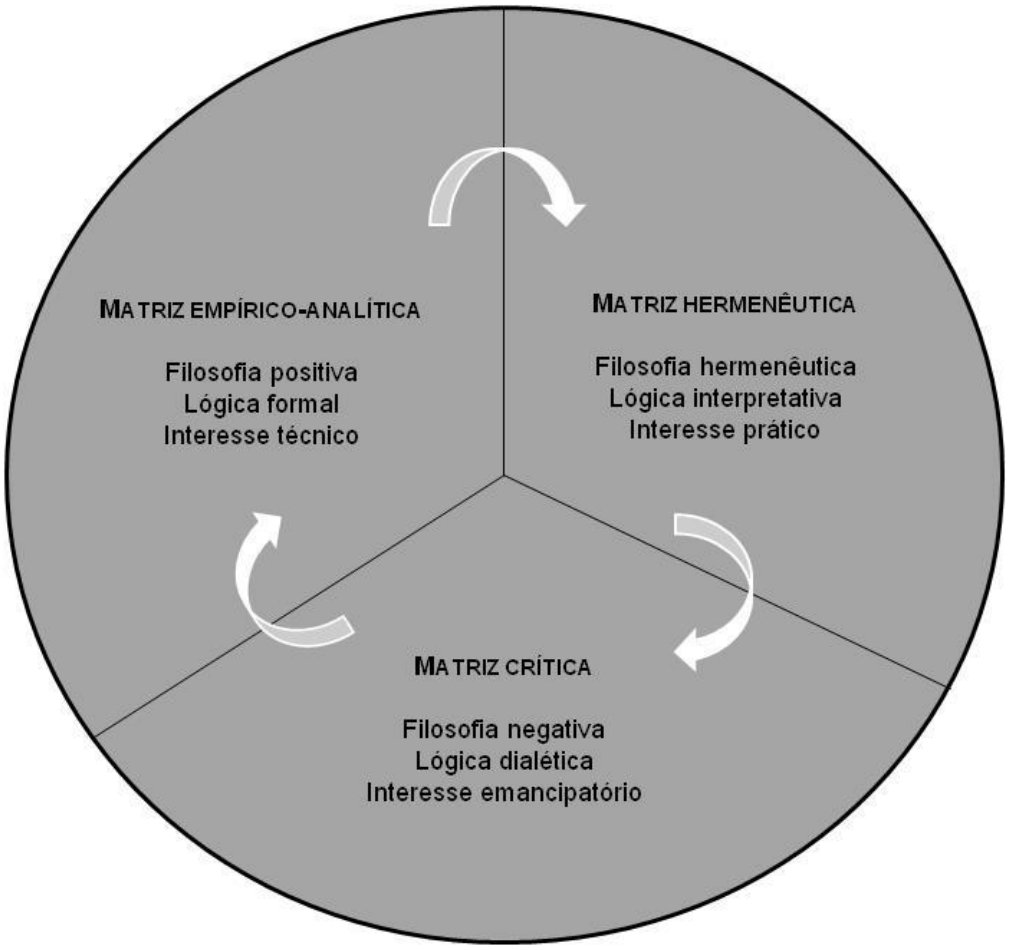
Em contraste com a tese da incomensurabilidade, as matrizes comunicam-se umas com as outras, a despeito de cada uma recorrer a uma linguagem específica (PAES DE PAULA, 2016). O que confere essa impressão de incompatibilidade e incomunicabilidade entre as matrizes são, reconhece Paes de Paula (2016), as limitações cognitivas dos teóricos organizacionais, que os impedem de vislumbrar a complexidade dos fenômenos organizacionais. A autora não adota uma posição radical de facultar aos pesquisadores o direito de escolher uma perspectiva cognitiva em detrimento das demais, mesmo que conscientes de suas insuficiências cognitivas. A crítica dessa estudiosa reside, então, em assumir perspectiva de uma matriz "[...] como se fosse a única verdade possível, pactuando com uma posição dogmática, que defende só um dos interesses cognitivos" (PAES DE PAULA, 2016, p. 37). Devemos evitar a tendência de tornar absoluto quaisquer um dos interesses e, por conseguinte, de optar por uma única matriz, de maneira inadvertida, para guiar a construção de conhecimento na Teoria Organizacional. O ideal seria a conciliação dos interesses cognitivos, clama Paes de Paula (2015; 2016). As matrizes epistêmicas são ilustradas na forma de uma círculo divido em três parte iguais e, em cada uma dessas partes, uma matriz, como exposto na Figura 7.

Na sua teorização do Círculo das Matrizes Epistêmicas, Paes de Paula (2015; 2016) também realiza uma costura analítica dos Sistemas de Produção de Conhecimento[134] — i.e., SPCs —de Hill (1984) com à TICC de Habermas[135]. Destaco duas razões que justificam o alinhamento e, assim, incorporação dos SPCs ao CME. Similar as teorizações de Habermas em KHI e de Paes de Paula no CME, Hill (1984) rejeita o modelo kuhniano de paradigmas e, por conseguinte, a tese da incomensurabilidade, para explicar as ciências sociais. Em consonância com isso, os SPCs oferecem uma estrutura referencial para discutir as questões epistêmicas nessas ciências, vinculando-as as responsabilidades axiológicas e ideológicas na prática científica. No tocante às ciências sociais, Hill (1984) propõe a adoção dos sistemas de produção de conhecimento para escapar das armadilhas da lógica explicativa kuhniana de revoluções científicas. Os SPCs são, para esse autor, "[...]

[134] A noção de sistema de produção de conhecimento foi apresentada no Capítulo 2.
[135] É importante ressaltar que Hill (1984) não faz qualquer menção as obras de Habermas e, em particular, a teoria dos interesse constitutivos do conhecimento, em seu texto.

uma estrutura analítica para pensar sobre as várias perspectivas sociológicas" (HILL, 1984, p. 59, tradução nossa). Isso permitiu a Paes de Paula (2015; 2016) relacionar, indiretamente, os SPCs aos interesses coginitivos habermesianos.

Figura 7 (4) — Círculo das Matrizes Epistêmicas



Fonte: adaptado de PAES DE PAULA (2015; 2016).

Conforme exposto no capítulo de Introdução da tese, cada SPC é composto por três elementos básicos interdependentes, a saber: a) cosmovisões metacientíficas; b) metodologias; c) teorias[136]. Consoante Hill (1984) , as propriedades epistêmicas[137] definitórias de um SPC são:

a) os sistemas são constituídos por diversas perspectivas filosóficas, metodológicas e teóricas;
b) não há limite para o número de sistemas de produção de conhecimento que podem ser inventados ou propostos. Essa propriedade endossa o argumento a

[136] Esses elementos estão, devidamente, explicados, no Capítulo 2.
[137] Os parâmetros epistêmicos foram discutidos e descritos na seção 2.3 do Capítulo 2.

favor das reconstruções epistêmicas das abordagens sociológicas, aponta o autor. Por conta das múltiplas possibilidades de construir SPCs, os parâmetros e elementos que estabelecem um novo sistema devem "[...] apresentar uma consistência e independência epistemológica que o singularize" (PAES DE PAULA, 2015, p. 113);

c) cada sistema deve manter a consistência entre seus elementos, de acordo com as próprias regras de organização e lógica;
d) um sistema de produção de conhecimento é, epistemologicamente, responsável pelas suas próprias regras de organização e lógica. Os SPC são, portanto, "[...] autônomos entre si e cada um deles é responsável pela manutenção de sua coerência interna [...]" (FERRAZ; CHAVES; FERRAZ, 2018, p. 8);
e) a fidelidade da responsabilidade epistemológica para com o SPC requer: i) a completa articulação dos elementos de seu sistema, ii) a proposição de soluções para inconsistências quando elas são descobertas, e, por fim, iii) a clara identificação e publicitação de quaisquer inconsistências que resistam às soluções propostas;
f) a investigação epistemológica demanda, frequentemente, a escavação e reconstrução de elementos ausentes em um SPC.

Além dessas propriedades epistemológicas, Hill (1984) enfatiza que os sistemas de produção de conhecimento também possuem responsabilidades axiológicas e ideológicas. Em relação às questões axiológicas, o autor afirma que os SPCs são embebidos por valores, os quais fundamentam tanto os sistemas quanto os projetos científicos. Ele prossegue esclarecendo que nem todos os SPCs são, igualmente, ajustados para todo e qualquer tipo de projeto de pesquisa. Ademais, Hill (1984) argumenta que "[n]em todos os projetos sociais incorporam os mais elevados princípios axiológicos de direitos humanos e dignidade" (HILL, 1984, p. 67, tradução nossa). Alguns desses projetos perseguem valores mais modestos, tais como: harmonia, empatia e humildade. Enquanto a vinculação entre um SPC com um projeto científico específico é, principalmente, um problema epistemológico, a decisão sobre quais projetos devemos perseguir é uma questão, fundamentalmente, axiológica. A fidelidade da responsabilidade axiológica a um projeto social, segundo Hill (1984) requer que seus apoiadores: a) demonstrem que o projeto incorpora, de preferência,

os valores mais elevados, seja por meio de pesquisa, estudo reflexivo e diálogo em grupo; b) busquem ou desenvolvam um sistema de produção de conhecimento axiologicamente compatível e, assim, coerente, para auxiliar na realização do projeto; c) abandonem o projeto se ele não mais atende aos princípios axiológicos mais elevados. Isso demanda decisões fundamentadas em valores, discussões razoáveis sobre os valores e diálogos que tornem explícitas as posições axiológicas (HILL, 1984).

As questões epistêmicas e axiológicas dos sistemas de produção de conhecimento são inseridas em ambientes ideológicos. Para Hill (1984) , uma ciência de cunho critico e emancipatório só encontra seus fundamentos em contextos ideológicos emancipatórios. Em suas palavras, "[a] investigação epistemológica responsável e as discussões axiológicas são, totalmente, possíveis apenas em contextos caracterizados por ideologias emancipatórias" (HILL, 1984, p. p. 70, tradução nossa). Não obstante os valores e as epistemologias sejam influenciadas pelos contextos ideológicos, alguns ambientes são mais emancipatórios do que outros. Se o contexto não é emancipatório, os debates dentro dele são estruturados e permeados pelas ideologias de interesses ante emancipatórios. Esses debates têm como objetivo reproduzir e ampliar os padrões institucionais que promovem os interesses institucionalizados em um campo disciplinar (HILL, 1984). Em ambientes ante emancipatórios, o resultado do diálogo epistemológico e axiológico é um debate ideológico cristalizador das estruturas sociais vigentes, ao invés de uma discussão emancipatória responsável. No que se segue, Hill (1984, p. 71, tradução nossa) alerta-nos que "[o]s debates epistemológicos/axiológicos [...] não são essencialmente emancipatórios, mas, em vez disso, servem aos interesses patriarcais e hierarquicamente estruturados na academia e na sociedade em geral".

O Círculos das Matrizes Epistêmicas é, consoante Paes de Paula (2015, p. 131-132, grifo da autora), "[...] um *lócus* a partir do qual [os SPCs, que ela denomina de] abordagens sociológicas se orientam e as matrizes epistêmicas representam [seus] pontos de referência". Essas abordagens são produzidas a partir dos elementos — i.e., matrizes epistêmicas e interesses cognitivos — que compõem o CME, endossa a autora. As abordagens sociológicas são equivalentes aos paradigmas organizacionais, como, por exemplo, funcionalismo, interpretativismo, realismo crítico, estruturalismo e pós-estruturalismo (PAES DE PAULA, 2016). De acordo com Paes de Paula (2015; 2016), as abordagens sociológicas herdam as características e

qualidades dos sistemas de produção de conhecimento. No CME transitam diversas abordagens sociológicas, constituídas por seus respectivos conjuntos teóricos-metodológicos. As abordagens percorrem o círculo em busca de suas identidades epistêmicas (PAES DE PAULA, 2015). Assim, "[...] não há limite para o número de abordagens sociológicas que [...] [podem ser criadas] no domínio da produção do conhecimento [...]" (PAES DE PAULA, 2015, p. 115). As abordagens não estão aprisionadas nas polarizações do diagrama paradigmático de Burrell e Morgan (1979) ou subjugadas a lógica de explicativa kuhniana e sua tese da incomensurabilidade, mas sim estão abertas para a dinâmica e o diálogo entre elas (PAES DE PAULA, 2016).

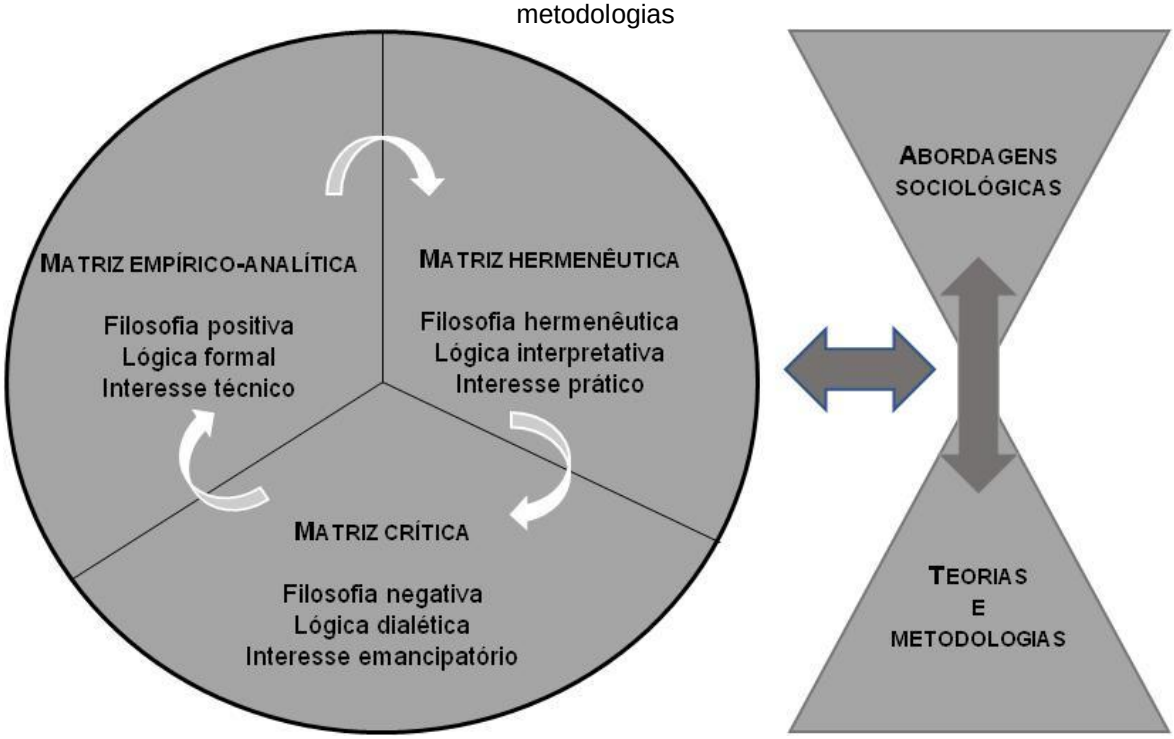
As matrizes epistêmicas são não instâncias que encarceram as abordagens sociológicas, atesta Paes de Paula (2015). Ao contrário, as matrizes devem ser interpretadas como guardadoras do lugar do conhecimento e também mediadoras da filosofia em relação à ciência, constituindo um todo integrado da produção de conhecimento, como sugeriria Habermas (PAES DE PAULA, 2015). No CME, as matrizes são, dessa maneira, uma referência para as abordagens sociológicas. Essas abordagens orientam-se pelas matrizes que as auxiliam na busca de suas identidades epistêmicas e na integração de suas teorias e metodologias. Como argumenta Paes de Paula (2015, p. 116, grifo da autora), as abordagens "[...] *produzem suas teorias e metodologias, e se orientam de acordo com três matrizes epistêmicas, que se inspiram em uma filosofia e lógica de pensamento particulares*". No círculo, consoante essa passagem, teorias e metodologias são construídas, sob o ponto de vista epistêmico das abordagens sociológicas. A Figura 8 ilustra a relação entre o CME, as abordagens, e as teorias e metodologias.

Fundamentada em suas ponderações sobre o CME e uma pesquisa realizada em sobre a produção da área de estudos organizacionais[138], Paes de Paula (2015; 2016) desenvolve uma tipologia de abordagens sociológicas. Existem abordagens puras e hibridas. As abordagens sociológicas puras situam-se, exclusivamente, em uma das matrizes, atesta a autora. Na sua visão, essas abordagens articulam tão somente a filosofia, a lógica e o interesse de uma das matrizes. É o caso da abordagem funcionalista, contida na matriz empírico-analítica; da interpretativista, plotada na matriz hermenêutica; e da humanista localizada na matriz crítica (PAES DE

[138] É importante mencionar que Paes de Paula não apresenta a citação dessa pesquisa em seu livro, tampouco no seu artigo publicado em 2016 sobre o círculo das matrizes epistêmicas.

PAULA, 2015). As abordagens puras tendem a permanecer estacionárias, pois se identificam com uma única matriz (PAES DE PAULA, 2015, p. 139). Particularmente, não considero incoerente ou problemática a relação, arbitrada pela autora, de cada matriz com uma dessas abordagens. O funcionalismo alicerça o positivismo e, ao mesmo tempo, aquele é justificado por esse. Um raciocínio similar pode ser aplicado entre o interpretativismo e a matriz hermenêutica, bem como a matriz crítica e a teoria crítica. Há uma simbiose, quase que perfeita, entre essas matrizes e essas abordagens. Não há como negar que o esforço teórico da autora é válido nesses casos.

Figura 8(4) – Círculo das matrizes epistêmicas e a relação com as abordagens sociológicas, teorias e metodologias

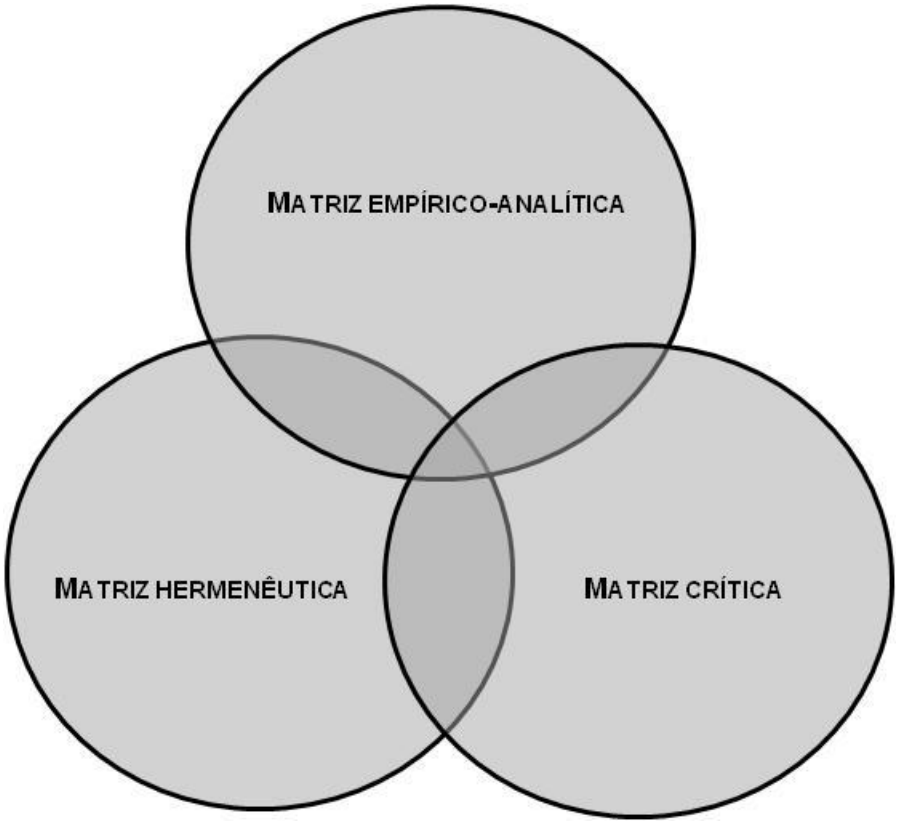


Fonte: adaptado de Paes de Paula (2015, p. 116).

As abordagens sociológicas híbridas transitam simultaneamente em mais de uma matriz epistêmica (PAES DE PAULA, 2016). Essas abordagens realizam “[...] interconexões entre as matrizes epistêmicas, contemplando mais de um interesse cognitivo” (PAES DE PAULA, 2016, p. 39). Essas abordagens buscam integrar interesses cognitivos através do estabelecimento de vínculos entre matrizes epistêmicas. As abordagens híbridas são produzidas pelas combinações e recombinações — i.e., reconstruções epistêmicas — de abordagens puras. As

híbridas estão localizadas nas interseções existentes entre as três matrizes epistêmicas do CME, conforme Figura 9. De acordo com Paes de Paula (2015; 2016), a abordagem estruturalista relacionada a matriz empírico-analítica e matriz hermenêutica; a pós-estruturalista compreende as matrizes hermenêutica e crítica; e, por fim, a realista crítica está na interseção entre as matrizes empírico-analítica, hermenêutica e crítica.

Figura 9(4) — Abordagem sociológicas puras e híbridas



Fonte: adaptado de Paes de Paula (2015; 2016)

Considero frágil o argumento que sustenta a plausibilidade das abordagens híbridas identificadas por Paes de Paula (2015; 2016), particularmente, a pós-estruturalista e a crítica. Para ela, o pensamento nietzschiano adotado pelos pós-estruturalistas sinaliza uma nova lógica de pensamento que “[...] poderia significar mais uma matriz epistêmica [...]”, além das três matrizes já existente e apresentadas (PAES DE PAULA, 2015, p. 166). Em completo a essa assertiva, ela declara que “[a]lguns pós-estruturalistas são reticentes em aceitar o interesse emancipatório, mas também não fica claro que novo interesse cognitivo poderia ser definido a ponto de

alicerçar uma nova matriz epistêmica" (PAES DE PAULA, 2015, p. 166-167). Se não está clara sua afiliação a matriz crítica, então por que a abordagem pós-estruturalista está na interseção entre as matrizes hermenêutica e crítica? Como uma abordagem formada por elementos da matriz crítica não é capaz de satisfazer, mesmo que de forma tangencial, o interesse emancipatório? Parece-me que a autora forçou o encaixe dessa abordagem para justificar a capacidade do CME em produzir abordagens híbridas. A descrição dessa abordagem possui incoerências e inconsistências internas graves. O argumento apresentado pela autora é confuso e não convence a plotagem dessa abordagem no CME.

Algo muito parecido ocorre com a abordagem realista crítica. Embora seja o produto da interseção entre as três matrizes, a autora não menciona, em momento algum, como essa abordagem é constituída pelo interesse emancipatório. Há uma confusão com a noção de crítica do realismo crítico. A crítica é, por exemplo, dirigida a crença do realismo ingênuo de que podemos acessar, diretamente, o real. Isso não compactua com a noção de emancipação habermasiana. No realismo crítico, não há uma intenção de nos libertar das opressões e dominações das estruturas sociais, por exemplo. É uma perspectiva ontológica de como acessamos, indiretamente, o real, por meio da realidade. Esse acesso indireto não nos permite compreender o real em si mesmo. A inconsistência no argumento de Paes de Paula (2015, p. 166-167, grifo da autora) agrava-se quando ela afirma que: "[o] realismo crítico se opõe ao realismo ingênuo e empírico do positivismo e aceita muitos *insights* dos construcionistas sociais e pós-estruturalistas, mas rejeita o antirrealismo destes últimos". Como o realismo indireto pode estabelecer relação com a matriz empírico-analítica se ele se opõe ao empírico do positivismo? Em que consistem essa oposição? A autora não explica isso. Sendo assim, parece-me razoável pontuar que, com base nas alegações da autora, essa abordagem não poderia transitar nas matrizes empírico-analíticas e crítica.

Não irei me alongar neste ponto porque meu objetivo não é o de analisar todas e quaisquer inconsistências existentes em cada uma das abordagens sociológicas, seja ela pura ou híbrida, concebidas por Paes de Paula (2015; 2016). Minha intenção foi a de problematizar como as possíveis incoerências encontradas nas abordagens híbridas põem em xeque a) a descrição e constituição de cada uma delas e, assim, b) as costuras de interseções de cada abordagem. As minhas poderações sobre as teorizações sobre o CME de Paes de Paula (2015; 2016) motivaram-me a não adotar as seis abordagens identificadas pela autora, para fins de análise do *modus operandi*

de importação de *radical traveling theories* normativas na Teoria Organizacional. Isso não significa que estou invalidando sua proposta de abordagens puras e híbridas. Acredito que essa tipologia é, hipoteticamente, uma teorização plausível, legítima e exequível para explicar a dinâmica e o entrelaçamentos entre as matrizes epistêmicas do CME. Essas possibilidades de combinação, como irei argumentar mais adiante, justificam as teses da incompletude e de reconstruções epistêmicas. O problema reside, conforme apontei, na ausência de argumentos convincentes utilizados pela autora para articular e plotar, principalmente, as abordagens híbridas no CME.

Se o conhecimento na Teoria Organizacional não se desenvolve devido a rivalidades paradigmáticas, incomensurabilidades e revoluções científicas, então que fundamento justifica a lógica explicativa do Círculo das Matrizes Epistêmicas? No ímpeto de esboçar uma resposta para essa pergunta, faz-se necessário elucidar qual é a dinâmica das abordagens sociológicas no CME. Essa dinâmica desvela o por quê das matrizes epistêmicas serem caracterizadas da maneira como foram apresentadas até então. De acordo com Paes de Paula (2015, p. 139, grifo da autora), "[a] *dinâmica das abordagens sociológicas no círculo das matrizes epistêmicas é animada pelas teses da incompletude cognitiva e das reconstruções epistêmicas*". Nas investigações dos fenômenos organizacionais, o conhecimento é construído pelo reconhecimento de incompletudes cognitivas (PAES DE PAULA, 2015). Essas incompletudes motivam os teóricos organizacionais a ultrapassarem as fronteiras demarcadas do conhecimento da TO, para buscarem outras abordagens sociológicas, teorias, metodologias, ou até mesmo outras matrizes epistêmicas, que podem ensejar reconstruções epistêmicas nesse domínio. Em contraste com a tese da incomensurabilidade, a autora oferece a tese da incompletude cognitiva. Ela sugere suplantar as revoluções científicas com a tese das reconstruções epistêmicas. Isso fica claro quando ela afirma que:

> Nas ciências sociais e nos estudos organizacionais, o que explica a evolução do conhecimento não é a incomensurabilidade, mas a incompletude cognitiva, porque, para contemplar os interesses técnicos, práticos, e emancipatórios, buscamos uma unidade do conhecimento. Logo novas teorias e metodologias, que sustentam abordagens sociológicas específicas, se desenvolvem não porque da "rivalidade" entre elas surge um "vencedor", mas porque na prática científica emergem incompletudes cognitivas que levam os pesquisadores a buscarem elementos de outras matrizes epistêmicas para explicarem os fenômenos sociais. O que imprime dinâmica a esse processo, no entanto, não são as "revoluções científicas e sim as

> reconstruções epistêmicas, pois nessa busca os pesquisadores escavam o passado e realizam, no presente, novas combinações, das quais nascem teorias e metodologias e mesmo abordagens sociológicas (PAES DE PAULA, 2015, p. 105-106).

Como as matrizes epistêmicas se desdobram em diversas abordagens sociológicas, a incompletude cognitiva atesta que as abordagens são imprecisas e possuem limites epistemológicos, que denotam nossas incompletudes cognitivas (PAES DE PAULA, 2016). Essas imprecisão justifica a incompletude das abordagens sociológicas, em termos epistemológicos e de seus interesses cognitivos. Ao comentar sobre isso, Paes de Paula (2015, p. 176, grifo da autora) enfatiza que:

> [...] [as abordagens] *não são precisas no que se refere a alcançar os interesses buscados por cada uma das matrizes epistêmicas*, pois na realidade fazem apenas aproximações desses interesses, o que sustenta a tese da incompletude cognitiva. Tomando como exemplo as *abordagens sociológicas puras* [...]:
>
> - a abordagem funcionalista transita no espaço da matriz empírico-analítica, mas suas teorias e metodologias não conseguem contemplar a totalidade do interesse técnico, pois na maior parte das vezes localizam especificidades, sem alcançar o todo;
> - A abordagem interpretativista circula no espaço da matriz hermenêutica, mas como vimos nem todas as teorias e metodologias geradas são capazes de alcançar a hermenêutica propriamente dita e o interesse prático;
> - A abordagem humanista está situada no espaço da matriz crítica, mas constatamos que, frequentemente, falha em alcançar na prática o interesse emancipatório.

As matrizes epistêmicas reforçam a tese da incompletude cognitiva, declara (PAES DE PAULA, 2016). Essa tese incorpora ao CME quatro pressupostos inter-relacionados:

a) a imprecisão das abordagens denota que elas são incapazes de atender um ou mais interesses em sua totalidade;
b) deve-se reconhecer que um interesse ou uma matriz epistêmica *per se* não é capaz compreender ou produzir a totalidade do conhecimento, enquanto unidade;
c) cada abordagem sociológica *per se* é incapaz de oferecer um explicação última da realidade e seus fenômenos e de "[...] atender a determinados interesses cognitivos, pois são apenas aproximações em relação a essa realidade e a esses interesses [...]" (PAES DE PAULA, 2015, P. 176);

d) a incompletude pode ocorrer “[...] tanto no âmbito de uma única matriz quanto em relação às outras matrizes [...]” (PAES DE PAULA, 2015, P. 176). Ela complementa “[...] quando permanecem em uma mesma matriz epistêmica, essas abordagens sociológicas deixam de contemplar os interesses das outras duas” (PAES DE PAULA, 2015, P. 176).

A tese da incompletude revela a impossibilidade das abordagens ou matrizes abrangerem todo o conhecimento, quando consideradas isoladamente. As incompletudes direcionam os esforços dos teóricos organizacionais em busca de uma unidade do conhecimento, na tentativa de integrar os interesses cognitivos habermasianos (PAES DE PAULA, 2015). Os estudiosos das organizações têm que se empenhar para superar as incompletudes, contemplando outros interesses cognitivos e, dessa forma, outras matrizes, no ímpeto de promover novos conhecimentos na Teoria Organizacional. Para transcender as limitações cognitivas das matrizes, Paes de Paula (2015; 2016) sugere que devemos engajar em reconstruções epistêmicas. As articulações entre os elementos que instruem as matrizes do CME — i.e., filosofia, lógica e interesses cognitivos — propiciam essas reconstruções. Eles não devem ser concebidos na qualidade de elementos imutáveis, mas sim como pontos de referência — i.e., marcadores — das abordagens sociológicas, cujas combinações e ajustes formulam e guiam as pelejas de reconstruções racionais e razoáveis no campo da Teoria das Organizações (PAES DE PAULA, 2015).

As reconstruções epistêmicas são, aponta Paes de Paula (2016), motivadas pelos indícios, encontrados pelos teóricos organizacionais, de articulações inconsistentes e/ou incoerentes, em alguns de seus elementos ou conteúdos, realizadas pelos fundadores ou pioneiros de uma abordagem sociológica. Como ela escreve, “[...] os fundadores e pioneiros nem sempre conseguem articular cuidadosamente todos os [...] elementos [e conteúdos de determinada abordagem]” (PAES DE PAULA, 2015, p. 137). A reconstrução também é ocasionada pelo reconhecimento de que elementos ou conteúdos das abordagens se perdem nos processos de teorização e aplicação de teorias ao longo do tempo. Isso irá requerer do teórico organizacional um “[...] trabalho de escavação para encontrá-los” (PAES DE PAULA, 2016, p. 39). As reconstruções são necessárias quando os pesquisadores identificam “[...] caminhos abandonados pelos fundadores ou por seus seguidores, [os

quais] podem ser retomados e outros olhares [serem] desenvolvidos" (PAES DE PAULA, 2016, p. 39). Por fim, as reconstruções derivam da incapacidade ou insuficiência das teorias ou metodologias de uma abordagem em explicar certos aspectos dos fenômenos ou, até mesmo, de uma realidade.

No ímpeto de superar as limitações cognitivas na Teoria Organizacional, as teorias e as metodologias das abordagens sociológicas precisam transitar entre as matrizes epistêmicas e, assim, ensejar reconstruções epistêmicas (PAES DE PAULA, 2016). O fruto dessas reconstruções, enfatiza Paes de Paula (2015), dão origem a novas teorias e metodologias de fronteira ou abordagens inéditas, as quais podem contemplar diferentes matrizes. O trecho em destaque abaixo ilustra argumento da autora:

> "[...] não há um limite quanto à criação de novas abordagens sociológicas; logo, novas combinações podem surgir e elas deveriam ser estimuladas, pois integram interesses cognitivos. [...] os pesquisadores constatam incompletudes cognitivas e realizam reconstruções epistêmicas, que geram novas teorias e metodologias e, por vezes, são capazes de abranger outras matrizes epistêmicas (PAES DE PAULA, 2015, p. 28-29).

A tese das reconstruções epistêmicas, promulgada por Paes de Paula (2015; 2016), evidencia que o conhecimento progride mediante reconstruções embrionárias ou avançadas. Antes de apresentar as definições desses dois modos de reconstrução, é importante ressaltar que nem sempre as reconstruções epistêmicas são bem-sucedidas. Isso ocorre quando elas não superam, totalmente, as incompletudes cognitivas (PAES DE PAULA, 2015). Nas abordagens sociológicas puras, "[...] as teorias e metodologias realizam reconstruções epistêmicas embrionárias e caminham para fronteira de outras matrizes epistêmicas puras" (PAES DE PAULA, 2015, p. 177). O intuito da reconstrução embrionária é elaborar ou aprimorar teorias e metodologias de fronteira, "[...] que se encontram nos limites de sua matriz epistêmica de origem" (PAES DE PAULA, 2015, p. 137). Essas reconstruções redefinem o conjunto teórico-metodológico de uma matriz, aproximando-se de outras matrizes, sem propiciar, propriamente, a combinação entre matrizes epistêmicas e, por conseguinte, a constituição de uma nova abordagem sociológica (PAES DE PAULA, 2016).

A trânsito de teorias e metodologias entre abordagens sociológicas pode, por vezes, acarretar em um processo de reelaboração de uma matriz, que extrapola seus limites cognitivos, ensejando reconstruções epistêmicas avançadas, as quais

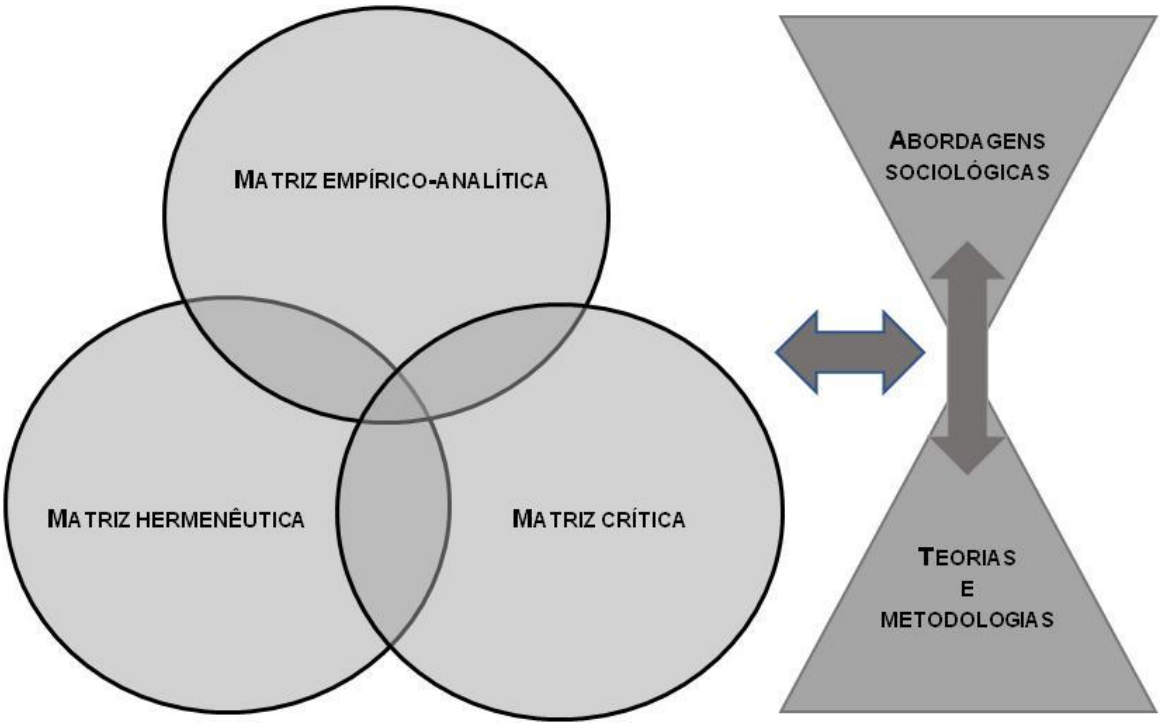
originam abordagens híbridas (PAES DE PAULA, 2016). Essas abordagens “[...] têm a propriedade de transitar entre as matrizes epistêmicas e combiná-las” (PAES DE PAULA, 2015, p. 178). Por esse ângulo, as reconstruções avançadas favorecem o surgimento de novos sistemas de produção de conhecimento, cujas propriedades são consistentes e independentes do ponto de vista epistemológico. Essas reconstruções “[...] buscam as origens epistemológicas das teorias que trabalham e descobrem caminhos para combinar as matrizes epistêmicas, criando uma nova abordagem sociológica” (PAES DE PAULA, 2016, p. 26). As reconstruções avançadas têm o potencial de conciliar interesses cognitivos distintos sustentados por diferentes matrizes epistêmicas, à proporção que promove interconexões entre elas (PAES DE PAULA, 2015).

A partir deste momento, apresento como articulei a lógica explicativa do Círculo das Matrizes Epistêmicas, desenvolvido por Paes de Paula (2015; 2016), para compreender o *modus operandi* de importação e domesticação de *radical traveling theories* normativas no domínio da Teoria Organizacional. Ao fazê-lo, resgato as teses da incompletude cognitiva e das reconstruções epistêmicas, presentes no CME, para justificar a racionalidade da construção de conhecimento que impera sobre esse método de teorização na TO. De antemão, ressalto que essa autora não direcionou, especificamente, a proposta do CME ao estudo da prática de importar teorias nas ciências sociais e, em particular, na Teoria das Organizações. Sendo assim, acredito ser prudente justificar, em caráter preliminar, o porquê da apropriação do *framework* epistemológico do CME e, assim, de suas teses, com a finalidade de elucidar os processos de transposição, adequação e aplicação de RTTs normativas na TO. Argumento que o CME, a teoria dos interesses cognitivos e os sistemas de produção de conhecimento imprimem dinâmica epistêmica ao método em questão. Devido a isso, o CME, a TICC e os SPCs fornecem marcadores/critérios de ordem ontológica, epistemológica, metodológica e teleológica a serem incorporados na constituição do *framework* de importação desenvolvido desta tese.

Não ensejo realizar uma replicação literal do CME nos procedimentos de importação e domesticação da *radical traveling theories* normativas na Teoria Organizacional. Os componentes e as teses do CME são utilizados com o objetivo de compreender a conservação e os ajustes das abordagens sociológicas das teorias estrangeiras, com referência as matrizes epistêmicas, quando transpostas para o

campo da TO. A Figura 10 ilustra a adaptação da proposta original do CME de PAES DE PAULA (2015; 2016) com o método de teorização em questão.

Figura 10(4) — O círculo das matrizes epistêmicas direcionado a prática de importar e domesticar radical traveling theories normativas



Fonte: adaptado de PAES DE PAULA (2015; 2016)

Evoco as seguintes razões para conferir plausibilidade a minha propositura de apropriação do CME:

a) o desenvolvimento de conhecimento na TO, por vias de importação e domesticação de RTTs normativas, “[...] não ocorre devido à rivalidade paradigmática, mas principalmente porque alguns pesquisadores ousam se aventurar em outros campos epistêmicos” (PAES DE PAULA, 2015, p. 114);
b) a importação dessas teorias é motivada pelo reconhecimento de incompletudes cognitivas no campo da TO;
c) a domesticação implica em processos de reconstrução epistêmica das RTTs normativas, cujo intuito é ajustar essa teoria para consumo no domínio da Teorias das Organizações;

d) os teóricos organizacionais não importam e domesticam, simplesmente, a RTT normativa *per se*, mas também a abordagem sociológica que a circunscreve;
e) as matrizes epistêmicas são pontos referenciais para demarcar i) a abordagem sociológica da RTT normativa importada, bem como ii) a abordagem dessa teoria após sua domesticação.

A importação de *radical traveling theories* normativas, de seu domínio de referência, é motivada pelo reconhecimento de incompletudes cognitivas nas teorias vigentes no campo da Teoria Organizacional. A identificação das incompletudes estimula os teóricos organizacionais a lançarem-se em outros campos disciplinares, no ímpeto de encontrar e importar RTTs que os possibilitem superar os limites explicativos e cognitivos das teorias existentes na TO. Munidos com novas lentes epistêmicas, eles poderiam, potencialmente, compreender os fenômenos organizacionais sob um novo prisma. Esse método de teorização estimula o engajamento dos estudiosos organizacionais com outros interesses cognitivos mediante movimentos teóricos, analíticos e metodológicos, que viabilizam combinações entre matrizes epistêmicas e, por conseguinte, abordagens sociológicas. Devido as RTTs normativas, ou quaisquer outras teorias estrangeiras, não serem produzidas num “vácuo teórico”, a prática de importa teorias implica, necessariamente, na transposição de suas abordagens sociológicas. Todos esses elementos do sistema de produção de conhecimento/abordagem sociológica estão relacionados aos interesses cognitivos de cada matriz ou da combinação entre matrizes.

A decisão de importar uma *radical traveling theory* normativa deve ser acompanhada por razões que fundamentem sua escolha em detrimentos das demais existentes. Os teóricos organizacionais devem, conscientemente, justificar: a) quais são as incompletudes cognitivas identificadas na Teoria Organizacional, a partir da análise das teorias presentes nesse domínio; b) como a importação de uma dada RTT normativa pode auxiliar na superação dessas incompletudes no campo da TO; c) qual é a abordagem sociológica dessa RTT; d) se a abordagem da teoria é pura ou híbrida; e) em qual(is) matriz(es) cognitiva(s) do CME estão alicerçados os pressupostos fundantes dessa teoria; e) em decorrência dos itens c) e d), qual(is) filosofia(s), lógica(s) e interesse(s) circunscrevem essa teoria.

No tocante aos itens d) e e), a teoria importada estaria localizada na “pureza” de uma das três matrizes ou nas interseções entre as matrizes do CME. A tentativa de demarcar a(s) matriz(es) constituinte(s) da(s) abordagem(ns) sociológica(s) da RTT normativa é relevante para estabelecer sua cosmovisão meta-científica — i.e., ontologia —, epistemologia, metodologia, axiologia e ideologia. A discussão do item f) é um pouco mais complexa. Por estarem encapsuladas em uma ou mais abordagens, as RTTs normativas não são precisas quanto ao alcance dos interesses buscados por cada uma das matrizes epistêmicas, realizando apenas aproximações com esses interesses. Isso denota que as teorias *per se* sustentam sua próprias incompletudes cognitivas.

Esses seis itens possibilitam ao teórico organizacional revelar uma radiografia da RTT normativa. A função desse raio-x é estabelecer um parâmetro de comparação entre a versão original da teoria, como teorizada no seu campo de origem, e sua versão domesticada no domínio da Teoria Organizacional. Com isso, podemos constatar se a teoria importada foi aplicada *ipsis litteris* ou se sua estrutura foi alterada e o quão foi distorcida de seu intento original, quando domesticada na TO. Além disso, seremos capazes de auditar se a apropriação dessa teoria, realmente, contribuiu para sobrepujar a(s) incompletude(s) identificada(s).

Os argumentos apresentados até então conduzem, naturalmente, a conclusão que a importação de *radical traveling theories* ocorre quando são constatadas incompletudes cognitivas na Teoria Organizacional. As incompletudes aliadas aos interesses cognitivos promovem o avanço do conhecimento nesse domínio recorrendo às reconstruções epistêmicas dessas teorias. A domesticação assume o papel de engendrar as reconstruções nos elementos e no conteúdo das abordagens sociológicas de uma RTT normativa — sendo que, em alguns casos, abrangendo e diferentes matrizes epistêmicas —, com vias a torná-la consumível na TO. O processo de domesticar uma teoria estrangeira não se resume ao simples ajuste de sua estrutura para aplica-la no campo de destino — i.e., Teoria das Organizações; mas também, fornece os meios para superar as limitações cognitivas da teoria e desse campo de destino para, assim, desenvolver o conhecimento na TO.

No caso das *radical traveling theories* normativas circunscritas em abordagens sociológicas puras, a domesticação tende a realizar reconstruções epistêmicas embrionárias no seus sistemas de produção de conhecimento. Quando a RTT normativa permanece em uma única matriz epistêmica, a domesticação possibilita-

nos conceber dois possíveis cenários conservadores. No primeiro, a teoria domesticada no domínio da Teoria Organizacional é, praticamente, um reflexo, com deformações irrisórias, de sua imagem no seu domínio de referência. A RTT sofre modificações mínimas na sua estrutura teórica, sendo aplicada, quase que *in verbis*, da maneira e com o propósito como foi, originalmente, concebida. No segundo cenário, a estrutura teórica da RTT é domesticada, significantemente, sem descaracterizá-la, mantendo-a em sua matriz epistêmica de origem. Em ambos os cenários, a construção de conhecimento, mediante superação das limitações cognitivas, direcionam o processo de domesticação a: a) ora ampliar, ora reduzir, o escopo ou nível de abstração da teoria; b) ora inserir, ora remover, elementos em sua estrutura; c) ora aumentar, ora diminuir o poder explicativo da teoria sobre os fenômenos organizacionais. Essas três condições seriam realizadas dentro dos limites de uma determinada abordagem sociológica. Em contraste com o primeiro cenário, as modificações na abordagem da RTT normativa, que ocorrem sob o baluarte do segundo cenário, tendem a torná-la uma teoria de fronteira. Na domesticação, a RTT caminha em direção à fronteira de outras matrizes epistêmicas.

Em distinção a proposta de Paes de Paula (2015; 2016), pondero um terceiro cenário. Aqui, o processo de domesticar uma *radical traveling theory* normativa, encapsulada em uma abordagem sociológica pura, tende a "[...] abarcar interesses cognitivos que extrapolam as fronteiras de um único percurso epistemológico" (EDMONDSON; MCMANUS, 2007, p. 250, tradução nossa). A domesticação estimula o trânsito de uma RTT, enraizada em uma abordagem sociológica pura, entre matrizes epistêmicas. Com isso, o ato de domesticar assegura a ocorrência de reconstruções epistêmicas híbridas na estrutura dessa teoria. Considere o exemplo hipotético de uma *radical traveling theory* normativa plotada na matriz hermenêutica. Na importação e domesticação da RTT para o domínio da Teoria Organizacional, existe, mesmo que de forma hipotética, a chance de as mudanças efetuadas na sua estrutura deslocarem essa teoria para outra abordagem sociológica e, destarte, uma matriz distinta. Considerando a plausibilidade desse raciocínio, um olhar mais conservador dir-nos-ia que a teoria foi deslocada para as interseções entre a matriz hermenêutica com a crítica ou a funcionalista, assumindo uma abordagem híbrida, quando domesticada no campo da TO. Em um tom mais radical, essa RTT pode ser totalmente posicionada na pureza da matriz crítica ou funcionalista. Em ambos os caso, é razoável cogitar que a domesticação possui o potencial de fazer com que a RTT transcenda as fronteiras

de sua abordagem pura e, consequentemente, de sua matriz de origem, por intermédio de reconstruções epistêmicas avançadas.

No processo de domesticação, a reconstrução avançada de uma *radical traveling theory* normativa delineia, com mais frequência, abordagens sociológicas híbridas. Essas reconstruções promovem o tráfego entre diferentes matrizes epistêmicas, contemplando outros interesses, mediante combinações de abordagens distintas. O método de importar teorias oportuniza o transcender das limitações cognitivas, com o intuito de aprimorar a base de epistêmica existente ou promover o surgimento de conhecimento inédito na Teoria Organizacional. Concebo três possíveis cenários para a importação e domesticação de RTTs normativas, demarcadas em abordagens híbridas, na TO. O primeiro cenário consiste na mudança das interconexões atuais da teoria, deslocando-a para uma nova interseção. Isso manteria o caráter avançado da reconstrução da RTT; ela manteria uma abordagem sociológica híbrida.

O segundo cenário é mais conservador. Similar ao cenário de espelhamento descrito acima, a domesticação das RTTs na TO pode envolve a manutenção das mesmas matrizes e da abordagem que elas possuíam em seus domínios de referência. Não haveria mudanças radicais na teoria, mas sim uma replicação, com mudanças irrisórias em sua estrutura, quanto transposta para o campo de destino. Isso pode remeter a uma reconstrução embrionária, ao invés de uma avançada. O terceiro cenário envolve tornar uma RTT pertencente a uma abordagem híbrida — e, portanto, a determinada interseção entre as matrizes — em uma teoria cuja abordagem é pura. Imagine a situação em que uma RTT localizada na interseção entre as matrizes hermenêutica e crítica. Durante seu processo de domesticação, decide-se por remodelar sua abordagem sociológica híbrida para contemplar apenas uma dessas matrizes, com o objetivo de ajustá-la para atender às demandas da TO. Isso representa uma reconstrução epistêmica avançada ao inverso. De acordo com Paes de Paula (2016), a reconstrução avançada tem um movimento do puro para o híbrido. No que tange a domesticação, aponto a possibilidade de ocorrer uma locomoção do híbrido para o puro.

No processo de domesticação, nem sempre é possível articular todos os elementos da(s) abordagem(ns) sociológica(s) e, dessa forma, da(s) matriz(s) da teoria importada. Alguns elementos perdem-se, enquanto outros são adicionados, no ajuste da teoria para adequá-la ao campo de destino. No ímpeto de superar as

incompletudes cognitivas, os teóricos organizacionais necessitam domesticar a RTT por vias de reconstruções epistêmicas, com a finalidade de recombinar alguns de seus elementos ou, em último caso, encontrar os que foram perdidos no sistema original da teoria.

Como as abordagens sociológicas das RTTs normativas reforçam a tese da incompletude cognitiva, essas teorias fornecem explicações sobre os fenômenos organizacionais e atendem determinados interesses cognitivos de forma aproximada, na medida em que também estão sujeitas à incompletude cognitiva. Similar as abordagens sociológicas, a incompletude das RTTs ocorre tanto no âmbito de uma única matriz, quanto em relação às outras matrizes, pois quando permanecem em uma mesma matriz epistêmica, essas teorias deixam de contemplar os outros interesses das demais matrizes.

A domesticação deve ser concebida como um processo permissivo do diálogo entre diferentes abordagens sociológicas e matrizes epistêmicas. Essa comunicação propicia reconstruções epistêmicas que culminam no desenvolvimento de conhecimento na Teoria Organizacional. Quando considerada na lógica explicativa do CME, podemos analisar se a domesticação de uma RTT normativa está contribuindo para superar ou estabelecer inconsistências cognitivas no domínio da TO. Ademais, é possível mapear mudanças na(s) abordagem(ns) sociológica(s) e na(s) matriz(es) epistêmica(s) que fundamenta(m) a teoria domesticada na TO. Isso pode ser feito através comparações entre a versão da teoria em domínio de origem e a sua versão no campo de destino. Por fim, importação e domesticação devem possuir uma responsabilidade epistêmica com as regras de organização e lógica do sistema da teoria importada, com vias a minimizar o reducionismo e as distorções inerentes desse método de teorização.

Em consonância com os sistemas de produção de conhecimento apresentados por Hill (1984) , sugiro que as responsabilidades axiológica e ideológica podem ser utilizadas como marcadores teleológicos do CME para compreender o propósito original e os valores da *radical traveling theory* normativa importada. Com isso, pode-se comparar o propósito e os valores dessa teoria com a orientação de sua domesticação e aplicação no domínio da Teoria Organizacional. O resultado dessa comparação tem o potencial de sinalizar possíveis adequações e/ou distorções impostas à teoria ao ser domesticada nesse campo.

Em todos os cenários descritos acima, os teóricos organizacionais devem manter as propriedades epistemológicas e, assim, respeitar as responsabilidades axiológicas e ideológicas, dos sistemas de produção de conhecimento, como descritos por Hill (1984) , quando importam e domesticam RTTs normativas, sejam conservando ou adulterando suas abordagens sociológicas e matrizes epistêmicas. Para tal, recomendo que seja conduzida uma análise comparativa entre a abordagem sociológica e os interesses cognitivos da RTT em seu campo de origem e a abordagem e os interesses da teoria, após sua domesticação, no domínio-alvo. O intuito dessa análise é examinar se a(s) abordagem(s) e a(s) matriz(es) epistêmica(s) da teoria domesticada na Teoria Organizacional mantêm ou não consistência e coerência tanto interna, quanto com as contrapartes da teoria em seu campo de referência. Caso haja inconsistências e incoerências, deve-se observar se a(s) abordagem(ns) sociológica(s) e a(s) matriz(es) epistêmica(s) da versão domesticada da teoria possui(em) consistência e coerência interna. Em ambos os casos, o importante é justificar se (e como) as reconstruções epistêmicas foram realizadas com sucesso, isto é, de que modo as reconstruções foram capazes de importar e domesticar, de maneira consistente e coerente, uma RTT normativa para o domínio da TO.

Após minha explanação e defesa da aplicação do CME para entender e, à vista disso, justificar o *modus operandi* de importação e domesticação de RTTs normativas na Teoria Organizacional, faz-se necessário mencionar quatro ponderações quanto ao ajuste da proposta de Paes de Paula (2015; 2016) a esse método de teorização. Em minhas reflexões sobre o uso do CME para efeitos da importação de RTTs normativas na TO, identifiquei que:

a) À exceção das matrizes epistêmicas, não há outros critérios/marcadores identificadores dos pressupostos ontológicos, epistemológicos, metodológicos, axiológicos e ideológicos da abordagem sociológica das RTTs normativas, para fins de análise do processo de importação e reconstrução epistêmica dessas teorias no campo da TO;
b) A autora não aclara como tornar exequível e, desse modo, escrutinar os procedimentos relativos às reconstruções epistêmicas. Falta ao CME um arranjo teórico-analítico especificamente direcionado ao examine do processo de domesticação de tais teorias no domínio da Teoria das Organizações. Sugiro incorporar a teoria de integração conceitual de Fauconnier e Turner

(2002) ao CME. Essa teoria, como argumento, possui uma lógica explica e o arranjo teórico-analítico necessários para explicar e avaliar a dinamicidade dos processos de importação e domesticação de teorias;

c) É ausente no CME critérios/marcadores direcionados a apreciação das racionalidades envoltas na prática de transpor e ajustar teorias estrangeiras na TO;

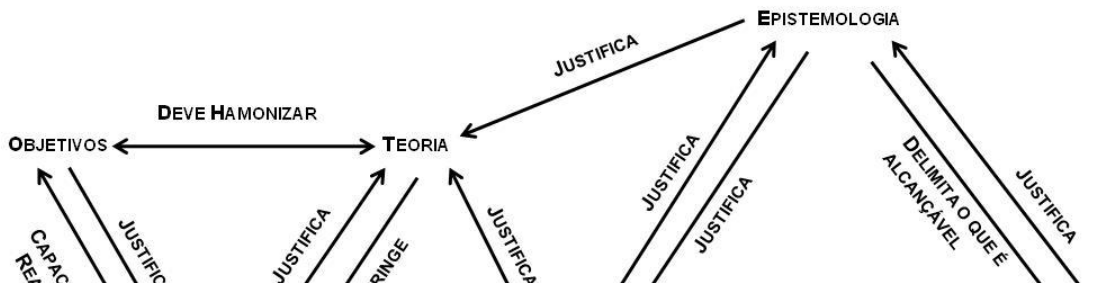
d) Não obstante a coerência seja um dos fundamentos que justificam as propriedades epistêmicas das abordagens sociológicas no CME, a autora não contempla de que modo as abordagens são coerentes em si mesmas ou entre si, considerando suas incompletudes cognitivas e reconstruções epistêmicas. Para julgar a coerência das abordagens das teorias nos processos de importação e domesticação de RTTs normativo, adoto o Coerentismo de Thagard (2000).

Cada uma dessas ponderações é endereçada, na ordem em que foram elencadas acima, nas seções a seguir. Ao apresentar e teorizar acerca de cada uma dessas considerações, minha intenção foi a tornar a lógica explicativa e os elementos constituintes do Círculo das Matrizes Epistêmica ajustáveis para o método de importar e domesticar teorias estrangeiras na Teoria Organizacional.

4.3.1 Marcadores ônticos, epistêmicos, axiológicos e ideológicos de importação e domesticação das abordagens sociológicos das radical traveling theories normativas na Teoria Organizacional

De acordo com Westwood e Clegg (2003, p. 26, tradução nossa) “[...] é, virtualmente impossível falar em epistemologia e metodologia, sem dar alguma consideração à ontologia”, axiologia e ideologia. A Figura 11 ilustra a relação entre os elementos constituintes dos sistemas de produção de conhecimento, ou seja, abordagens sociológicas, teoria, metodologias e objetivos da teoria.

Figura 11(4) — Relações entre os elementos constituintes dos sistemas de produção de conhecimento



Fonte: adaptado de Patterson e Williams (1998) e Laudan (1984).

A ontologia fundamenta os pressupostos e as proposições da epistemologia, da teoria e da metodologia. Além disso, a visão de mundo deve estar em harmonia com valores e delimitar as opções metodológicas. Nem sempre existe relação entre ontologia e ideologia, por isso é tracejada a seta indicativa de sua conexão. O vínculo entre ideologia e ontologia, quando existe, deve ser de delimitação. A ideologia pode estremar os comprometimentos ontológicos de uma teoria. Axiologia e epistemologia influenciam-se. Os valores justificam os pressupostos epistêmicos. Já a epistemologia estabelece que valores podem ser alcançados ou realizados. A epistemologia também explica a ontologia e a teoria. A teoria estabelece um vínculo de harmonias com seus objetivos, que denotam também os valores da teoria. A metodologia justifica as afirmações da teoria, sendo que essa última delimita as escolhas metodológicas. Por fim, a metodologia sinaliza a capacidade de realização dos objetivos da teoria. Esses justificam o uso da metodologia.

Os arcabouços teóricos desenvolvidos pelos estudiosos das organizações refletem, expressa Tsoukas e Chia (2011, p. 80, tradução nossa), profundos compromissos ontológicos sobre a natureza da realidade e o que uma teoria diz que existe. Similar as demais disciplinas científicas, a Teoria das Organizações assume certas categorias fundamentais que definem seus fenômenos de interesse e enquadram suas investigações (TSOUKAS; CHIA, 2011). De acordo com Tsoukas e Chia (2011), a pesquisa organizacional fica comprometida e fragilizada sem uma compreensão tácita das categorias constitutivas das propriedades salientes dos

fenômenos. A ontologia auxilia na demarcação de quais perguntas de pesquisa valem a pena ser feitas, quais métodos de investigação podem ser confiáveis e, quais são as implicações práticas da atividade dos teóricos organizacionais (AL-AMOUDI; O'MAHONEY, 2016).

O esclarecimento ontológico, consoante Al-Amoudi e O'mahoney (2016, p. 15, tradução nossa), "[...] não é um exercício acadêmico estéril, pois tem profundas implicações sobre como os pesquisadores abordam os fenômenos que pretendem estudar". Ao esculpir ontologicamente o mundo de maneiras particulares, os teóricos organizacionais revelam os elementos constitutivos dos fenômenos que exploram. Tsoukas e Chia (2011) observam que novas incursões e distinções ontológicas promovem avanços na TO, visto que inserem perspectivas inéditas para abordar os fenômenos organizacionais, contribuindo para o progresso do conhecimento nesse campo.

A Ontologia é uma disciplina filosófica e uma parte central da metafísica que estuda a natureza do Ser ou a existência (AL-AMOUDI; O'MAHONEY, 2016). Além de estar envolvida em resolver as questões sobre o que existe, a ontologia também se preocupa com o estudo das características e relações das entidades que existem nas formas metafísicas mais gerais (TSOUKAS; CHIA, 2011). O termo entidade [...] refere-se a qualquer coisa que é. [...], as entidades podem ser relacionais, dependentes do conceito e processuais" (AL-AMOUDI; O'MAHONEY, 2016, p. 30, tradução nossa). A ontologia filosófica ocupa-se em prover explicações metafísicas para problemas abrangentes e abstratos acerca da constituição do Ser, a partir de uma visão de mundo a respeito de tudo o que existe[139]. Essa noção de ontologia "[...] preocupa-se com coisas mais gerais ou fundamentais [sobre o Ser e a existência] do que os assuntos de interesse científico" (CHAKRAVARTTY, 2017, p. 4, tradução nossa). Respaldados pela ontologia filosófica, os teóricos organizacionais articulam uma concepção geral de ontologia nas pesquisas teórica e empírica, com o objetivo de

[139] Dentre os problemas ontológicos fundamentais de interesse dos filósofos, saliento os seguintes: O que é o Ser? O que é existência? A existência é um evento, fluxo, processo ou é algo estático, estável ou imutável? A existência é uma propriedade? O que significa dizer que algo existe ou não existe? Por que existe alguma coisa em vez de nada? O que são universais? O que são particulares? Como universais e particulares existem e se relacionam? De que a realidade é feita? Quais elementos fundamentam a natureza? Quantos tipos de elementos existem? Como eles se relacionam entre si? Quando um objeto deixa de existir, ao invés de mudar? Quais são as características essenciais, em oposição aos atributos meramente acidentais, de um determinado objeto? Esses questionamentos de cunho ontológico implicam em problemas metafísicos, no sentido de que tratam da existência ou não de uma determinada coisa, ou de uma entidade mais ampla.

teorizar sobre à existência das entidades organizacionais que essa concepção discerne (cf. AL-AMOUDI; O'MAHONEY, 2016). Embora esteja ciente do valor e da importância das discussões metafísicas, referentes às questões ônticas e ontológicas, para abordar os problemas, os fenômenos e a realidade das organizações, a noção filosófica de ontologia é, entretanto, muito ampla para ser usada em incursões substantivas da ciência (AL-AMOUDI; O'MAHONEY, 2016).

Para compreender a prática de importar e domesticar *radical traveling theories* normativa na Teoria Organizacional, afasto-me das discussões metafísicas referentes às questões ontológicas. Ancoro-me em uma definição mais restritiva de ontologia, denominada de ontologia científica (JACQUETTE, 2002; AL-AMOUDI; O'MAHONEY, 2016; PSILLOS, 2021). Ela concentra-se "[...] na elucidação das pressuposições ou suposições ontológicas de [...] uma teoria [...] (AL-AMOUDI; O'MAHONEY, 2016, p. 16, tradução nossa). Meu distanciamento da noção filosófica ou pura de ontologia é proposital e justifica-se na máxima de que ela envolve critérios de comprometimento ontológico que não são *per* se, essencialmente, constitutivos da teorização científica (CHAKRAVARTTY, 2017).

Reconheço que desvincular, totalmente, o compromisso filosófico do conhecimento científico é uma impossibilidade, como diria Habermas (2011). Estou ciente de que responder as indagações metafísicas, necessariamente, precede a investigação de quaisquer questões de ontologia científica. Logo, deveríamos buscar as respostas metafísicas antes de proceder de forma inteligível com as questões ontológicas levantadas pela ciência (JACQUETTE, 2002). No entanto, não defendo a necessidade de "escavar" na *radical traveling theory* normativa às respostas endereçadas às questões ontológicas metafísicas para demarcar a posição ontológica dessa teoria. Nos cânones da ontologia científica, é suficiente identificar os pressupostos e as suposições ontológicas articulados nas proposições da RTT normativa a fim de "encontrar" sua visão de mundo. Aliás, nem sempre a teoria importada demonstra uma preocupação em endereçar soluções para questões ontológicas de cunho filosófico, mas, simplesmente, adotada, seja de maneira inadvertida ou implícita, compromissos ontológicos para fundamentar suas afirmações acerca de um fenômeno ou realidade organizacional.

No ímpeto de prover marcadores de comprometimento ontológico para o processo de importação e domesticação de RTTs normativas na Teoria Organizacional, engajo com as noções de comprometimento ontológico avançadas

por Peacock (2011). Para o autor, a avaliação de uma teoria exige a compreensão de seus comprometimentos ontológicos, sejam explícitos ou implícitos. O compromisso explícito está relacionado às questões sobre "[...] o que uma teoria diz que existe [...]", isto é, o que ela afirma existir na sua proposta (PEACOCK, 2011, p. 80, tradução nossa). Avalia-se esse compromisso através das sentenças expressivas das afirmações ou das crenças ontológicas da teoria. As sentenças, denotativas desse tipo de compromisso ontológico, estão acessíveis, de maneira direta, no “nível” do dito da linguagem da teoria (PEACOCK, 2011). Nesse sentido, é preciso entender “[...] quais sentenças na linguagem de uma teoria podem ser usadas de maneira ontologicamente compromissada [...]” (PEACOCK, 2011, p. 79, tradução nossa). Caso contrário, dificilmente, saberemos se a teoria *sub judice* encapsula o significado ontológico que pretende afirmar ou se endossa algum significado ontológico (PEACOCK, 2011).

Na concepção de Peacock (2011), não devemos restringir os compromissos ontológicos de uma teoria às entidades, explicitamente, alegadas nas suas afirmações ou crenças. A investigação acerca do compromisso ontológico “[...] não é realizada, meramente, para esclarecer quais afirmações ontológicas são parte do conteúdo da teoria [...]” (PEACOCK, 2011, p. 81, tradução nossa). O comprometimento explícito, salienta o autor, falha em fazer justiça à ideia de que um procedimento para avaliar o compromisso ontológico de uma teoria deve resultar da compreensão do seu custo ontológico ou de suas pré-condições de verdade. Isso remete ao comprometimento implícito da teoria (PEACOCK, 2011). A ideia central da noção de custo ontológico da teoria reside em perguntar a) o que existe, dado que é verdade e, b) que entidades são “pré-condições ônticas” para estabelecer “a” verdade de uma teoria (PEACOCK, 2011). O compromisso implícito sugestiona que algumas entidades são necessários para, ou são pré-condições da, verdade da teoria. Isso implica dizer que a teoria só pode ser verdadeira se, e somente se, essas entidades existirem nas suas sentenças (PEACOCK, 2011).

Os principais propósitos do compromisso implícito, argumenta Peacock (2011), são: a) permitir que diferentes custos ontológicos de teorias rivais possam ser comparados, mediante avaliações de seus pontos fortes e fracos relativos; b) revelar que ontologia devemos adotar, com base na teoria aceita como verdadeira. Em ambos os casos, o autor ressalta a necessidade de conhecer o custo ontológico da(s) teoria(s) em consideração. Esse custo não é apenas avaliado através das sentenças

ontológicas explícitas incorporadas nas afirmações e crenças da teoria. Segundo Peacock (2011, p. 83, tradução nossa), existem muitas circunstâncias em que “[...] o que o custo ontológico de uma teoria [...] vai muito além daquilo ‘que ela diz que existe’ [...]”. Nem sempre uma teoria inclui afirmações ontológicas explícitas sobre uma entidade, embora tal entidade seja uma pré-condição de verdade para a teoria.

O comprometimento explícito só pode ser usado como uma medida do custo ontológico, após investigarmos quais elementos estão implicitamente comprometidos na teoria (PEACOCK, 2011). Isso permite identificar os elementos que introduzem pré-condições ônticas para o estabelecimento da verdade de uma teoria, pondera Peacock (2011). Sem isso, faltam fundamentos para afirmarmos, de maneira contundente, qual é o compromisso ontológico de uma teoria. Não há como chegar a uma decisão final sobre os compromissos ontológicos das teorias, sem antes proferir uma conclusão sobre a veracidade de uma teoria ou qual teoria é verdadeira. As escolhas entre teorias só poderiam ser realizadas, explica Peacock (2011), com base nos compromissos que podem ser reconhecidos, caso a teoria seja considerada verdadeira.

Ao refletir sobre as ponderações de Peacock (2011), trago à baila o seguinte questionamento: de que modo os comprometimentos ontológicos explícito e implícito podem auxiliar no entendimento dos processos de importação e domesticação de *radical traveling theories* normativas na Teoria Organizacional? Acredito que seja necessário prover uma solução para essa questão. Na minha opinião, o comprometimento explícito pode ser articulado, em um primeiro momento, para mapear as proposições da teoria que contêm afirmações, pressupostos, suposições e crenças ontológicas. Isso deve ser feito tanto na RTTs normativa importada quanto na sua variante domesticada. O intuito é traçar a identidade da abordagem ontológica de ambas as versões da teorias. Sugiro que as filosofias, as lógica e os interesse das matrizes epistêmicas do Círculo das Matrizes Epistêmicas sejam utilizados como referenciais para delinear a abordagem ontológica das teorias. Aplica-se esses três elementos do CME na análise das proposições da teoria, com o intuito de desvelar seu comprometimento ontológico. Assumo que o emprego do comprometido explícito seja uma condição necessária e, em muitos casos, suficientes para definir o posicionamento ontológico da “versão original” da RTT. As RTTs são teoria maduras; logo, assume-se que são *a priori* verdadeiras. O uso do comprometimento implícito só

seria recomendado caso houvesse quaisquer suspeitas quanto a veracidade das proposições ontológicas da RTT.

No que se refere a versão domesticada da *radical traveling theory*, é imperativo considerar tanto o compromisso explícito, quanto o implícito. O comprometimento implícito serviria para verificar se as sentenças de cunho ontológico que fazem referência a RTT original continuam verdadeiras na sua variante transposta para Teoria Organizacional. Devido as reconstruções epistêmicas sofridas pela RTT, é preciso ter ciência se as modificações efetuadas na abordagem ontológica da teoria ainda atribuem coerência a sua versão domesticada. Vislumbro quatro possíveis cenários:

i. a teoria domesticada manteve a mesma abordagem ontológica da teoria original, mas a reconstrução epistêmica a tornou incoerente e, portanto, falsa, quando aplicada ao domínio da Teoria Organizacional;
ii. a teoria domesticada reteve a mesma abordagem ontológica da teoria original, sendo que a reconstrução epistêmica conservou sua coerência, tornando-a verdadeira, quando acomodada no campo da TO;
iii. a teoria domesticada não possui a mesma abordagem ontológica da teoria original, e a reconstrução epistêmica não conservou a coerência da teoria, tornando-a falsa, em seu uso na TO;
iv. a teoria domesticada não manteve a mesma abordagem ontológica da teoria original, porém a reconstrução epistêmica conservou a coerência da teoria, tornando-a verdadeira, no domínio da TO;

Os cenários i e iii são inadmissíveis, consoante o Coerentismo de Thagard (2000). Como veremos mais adiante, um sistemas de crenças precisa ser coerente para ser verdadeiro. Para Thagard (2007), não existe a possibilidade de um sistema ser coerente e falso ao mesmo tempo. Não importa a coerência aparente que as crenças de um sistema possuam entre si. Se o sistema for falso, então é incoerente (THAGARD, 2000).

O cenário ii representa uma situação de domesticação quase que literal da *radical traveling theory* no domínio da Teoria das Organizações. A reconstrução epistêmica realizou modificações mínimas na abordagem sociológica da teoria, com o objetivo de ajustá-la para atender às demandas desse domínio. As mudanças incorridas na RTT não afetaram sua coerência e, por conseguinte, sua veracidade,

quando aplicada para compreender os fenômenos organizacionais. Em relação ao cenário iv, a teoria domesticada possui uma abordagem ontológica distinta da *radical traveling theory* importada. Isso ocorre, provavelmente, devido ao trânsito da RTT entre matrizes epistêmicas, motivado pela sua reconstrução epistêmica. Apesar das abordagens ontológicas serem diferentes e, talvez, divergentes, os teóricos organizacionais vislumbram novas maneiras de arranjar o sistema de crenças da RTT de modo que sua variante domesticada permaneça coerente. Em ambos os cenários, a versão domesticada da RTT não precisa compartilhar explicitamente todas as sentenças ontológicas da RTT importada, para que possuam um custo ontológico equivalente.

No que tange aos cenários ii e iv, devemos evitar cair na armadilha de confiar no comprometimento explícito enquanto único caminho para julgar os compromissos ontológicos da *radical traveling theory* e sua variante domesticada. Caso o compromisso ontológico seja apenas interpretado mediante tal comprometimento, então a ausência de parte das sentenças ontológicas explícitas da RTT original em sua variante domesticada implica, necessariamente, na anuências que as duas versões da teoria diferem em seus compromissos ontológicos. De acordo com o argumento de Peacock (2011), é leviano afirmar isso, pois o custo ontológico das teorias pode ser o mesmo. O fato de substituir ou suprimir algumas crenças de uma RTT não significa que, em termos de compromisso ontológico, sua variante é implicitamente distinta da versão original.

Embora reconheça valor nos direcionamentos conferidos pelos comprometimentos explícito e implícito de Peacock (2011), faltam-lhes marcadores mais objetivos para identificar e avaliar as possíveis modificações, decorrentes de reconstruções epistêmicas, na ênfase ontológica da *radical traveling theory* normativa na Teoria Organizacional. Aliado ao Círculo das Matrizes Epistêmicas, sugiro a adoção do modelo de mudança e desvio ontológico, desenvolvido por Thompson (2011). Esse modelo é utilizado para compreender as possíveis modificações no compromisso explícito das RTTs, resultantes de suas importações e domesticações para o domínio da Teoria Organizacional. Os critérios direcionados para o compromisso ontológico implícito estão fundamentados na teoria da coerência explicativa de Thagard (1989; 1992; 2000; 2007), conforme apresentada na Seção 4.7.1. deste capítulo. Aliado ao entendimento do compromisso explícito das *radical traveling theories* normativas, aproprio-me desse *framework* para explicar como a

importação e domesticação de RTTs estrangeiras envolve alterações nas suas ênfases ontológicas, seja entitativa ou do processo, exigindo atenção nas reconstruções epistêmicas para garantir um alinhamento entre epistemologia e ontologia.

Thompson (2011) alicerça sua análise da mudança na ênfase ontológica das teorias no debate entre entidade e processo. Apesar alguns filósofos especularem que o processo é uma entidade (AL-AMOUDI; O'MAHONEY, 2016), Thompson (2011) apropria-se do termo entidade para se referir às coisas estáveis, sólidas, limitadas e controláveis. Já os processos são instáveis, fluídos, emergentes e elusivos. Na literatura de Teoria Organizacional, as teorias tendem a adotar uma perspectiva entitativa ou orientada ao processo para produzir conhecimento organizacional (THOMPSON, 2011). Ora os conceitos das teorias organizacionais destacam os aspectos entitativos dos fenômenos, ora aspectos situados, contingentes e emergentes.

Para os adeptos da perspectiva entitativa, as entidades são primárias aos processos, portanto, são elas que se transfiguram (THOMPSON, 2011). Nessa perspectiva, as teorias são construídas em torno do princípio da classificação de semelhanças e diferenças entre os fenômenos organizacionais. Na abordagem processual, as entidades, aparentemente estáveis, são, de fato, processos em constante desenvolvimento (THOMPSON, 2011). Os teóricos organizacionais defensores dessa abordagem tendem a construir teorias sobre o que acontece — i.e., os processos — com os fenômenos, enquanto entidades. Ambas as perspectivas trazem à baila atributos valiosos para o entendimento de diferentes aspectos ontológicos acerca dos fenômenos de cunho organizacional, observa Thompson (2011).

No percurso histórico das teorizações no domínio da Teoria das Organizações, Thompson (2011) ressalta os *trade-offs* ocorridos nas mudanças da ênfase ontológica das teorias organizacionais entre as perspectivas entitativa e do processo. Os câmbios ontológicos promoveram modificações no enfoque das teorias em que uma perspectiva era enfatizada em detrimento da outra (THOMPSON, 2011). Essas permutas, consoante o autor, foram primordiais para o desenvolvimento teórico desse campo disciplinar, pois, por exemplo, ensejaram novos *insights* conceituais e destacaram outras dimensões dos fenômenos.

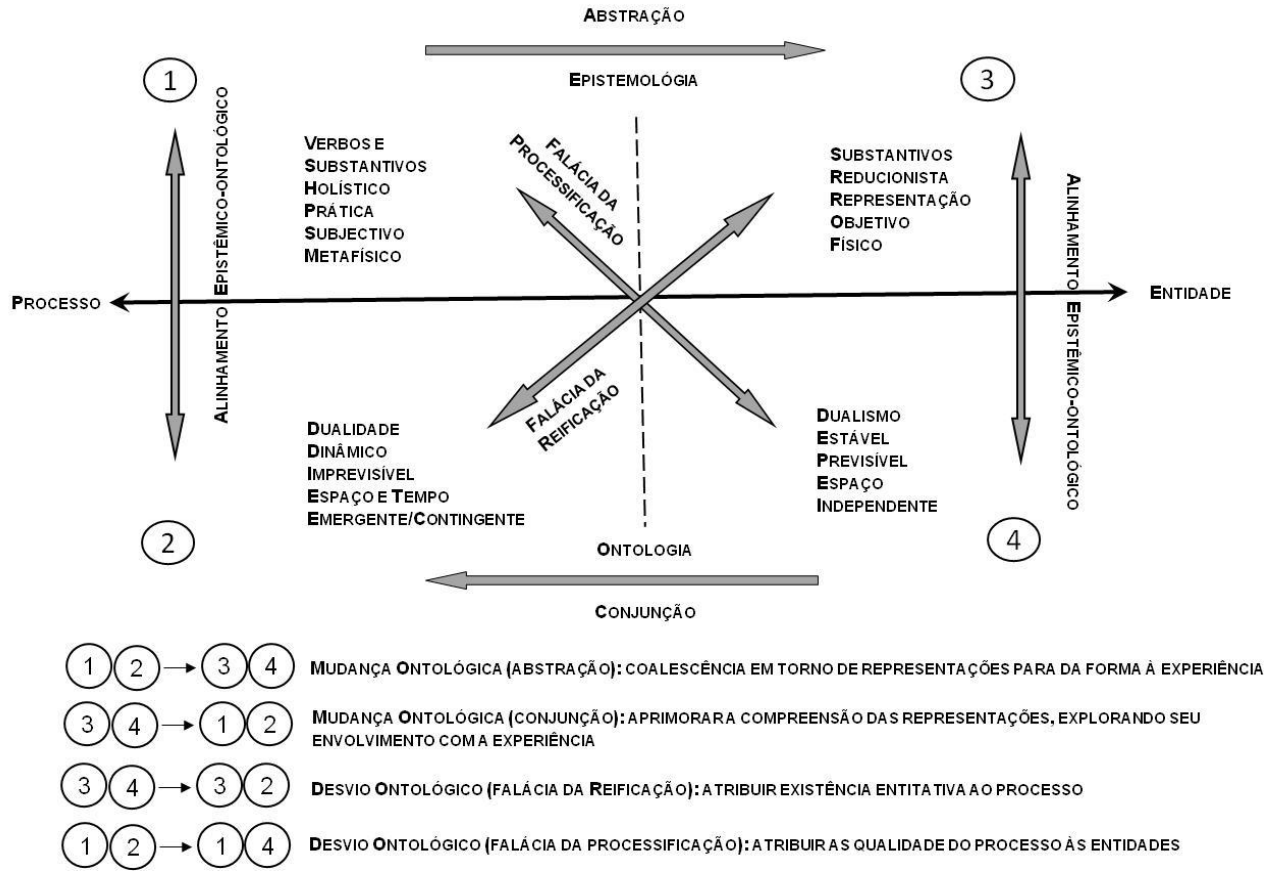
O modelo de mudança e desvio ontológico de Thompson (2011) fornece uma explicação sobre como os câmbios ontológicos de perspectiva ocorrem, e as consequências derivadas deles. Os deslocamentos de visão de mundo das teorias, afirma o autor, requerem ajustes correspondentes e consistentes nas suas estruturas ontológica e epistemológica. Quando as perspectivas da entidade e do processo mantêm alinhamento epistêmico-ontológico, os conceitos de uma teoria tendem a manter sua clareza e coerência. O autor utiliza o termo mudança ontológica para descreve as modificações incorridas "[...] na ênfase ontológica de uma teoria que mantêm o alinhamento epistêmico-ontológico [...]" (THOMPSON, 2011, p. 775, tradução nossa). Esse tipo de mudança é benéfico para a construção de conhecimento na Teoria Organizacional, pois mantém a integridade dos conceitos de uma teoria (THOMPSON, 2011). Em vista do exposto, acredito que é prudente afirmar que a mudança ontológica encapsula os cenários ii e iv.

Thompson (2011) destaca também a situação de desvio ontológico entre as perspectivas entitativa e do processo. No desvio, as modificações na ênfase ontológica de uma teoria não preservam seu alinhamento onto-epistemológico. Esse desalinhamento advém, normalmente, das circunstâncias em que as "[...] entidades são discutidas como se fossem processos e os processos discutidos como se fossem entidades" (THOMPSON, 2011, p. 775, tradução nossa). Essa situação, comenta o autor, tende a acarretar em efeitos negativos na clareza e consistência dos conceitos de uma teoria, posto que compromete sua integridade e coerência. O desvio ontológico está relacionado, conforme descrito, aos cenários i e iii.

A Figura 12 exibe o *framework* de mudança e desvio ontológico propostos por Thompson (2011). Esse modelo representa em um *continuum* as características identificadoras e diferenciadoras entre as perspectivas entitativa e do processo. O domínio da epistemologia e abstração localiza-se na metade superior da figura. O reino da ontologia e conjunção está na metade inferior da figura. Segundo o autor, existem quatro movimentos peculiares de ordem onto-epistêmica: a) abstração; b) conjunção; c) reificação; d) "processificação". Enquanto abstração e conjunção constituem instâncias de mudanças ontológicas; reificação e processificação estão no âmbito dos desvios ontológicos. Deixe-me explicar a dinâmica desses movimentos e as suas relações com as características das perspectivas, enquanto esclareço como esse modelo pode ser aplicado para fins da compreensão do *modus operandi* de

importação e domesticação de *radical traveling theories* normativas na Teoria Organizacional.

Figura 12(4) — As mudanças e desvios ontológicos da teoria



Fonte: Thompson (2011, p. 758, tradução nossa).

Consoante a Figura 12, os pares dos quadrantes 1—2 e 3—4 representam os alinhamentos epistêmico-ontológicos de uma teoria. Para efeitos desta tese, esses quadrantes correspondem aos alinhamentos onto-epistêmicos da prática de importar e domesticar *radical traveling theories* normativas no campo da Teoria das Organizações. Uma ontologia do processo cuja visão de mundo confere ênfase ao movimento das entidades, representada no Quadrante 2, requer uma epistemologia contingente mais holística, Quadrante 1, capaz de facultar dinamicidade a tal visão. De forma similar, uma ontologia entitativa constituída por estruturas independentes mais estáveis, referente ao Quadrante 4, requer uma epistemologia correspondente as representações mais objetivas da visão de mundo, Quadrante 3. Sugiro que esses pares de quadrantes podem ser utilizados como marcadores de referência do

alinhamento epistemológico-ontológico da *radical traveling theory*, assim como de sua versão domesticada. O mapeamento do alinhamento da RTT e sua variante promove o estabelecimento de pontos de comparação entre essas versões da teoria. Isso favorece a identificação da ocorrência de mudança ou desvio ontológico da RTT, quando submetida ao processo de reconstrução epistêmica.

Essa figura postula quatro categorias de movimento onto-epistêmico. Esses movimentos são indicativos dos processos de mudança ou desvio ontológico de uma teoria. O primeiro movimento é denominado de abstração. Aqui, "[...] uma representação é literalmente 'abstraída' de um processo para dar forma ao fluxo da experiência organizacional", tornando-o uma entidade (THOMPSON, 2011, p. 757, tradução nossa). Na abstração, a teoria move-se da esquerda para direta do *continuum* do modelo de Thompson (2011), ou seja, do par de quadrantes 1—2 para o 3—4.

Na Figura 12, o segundo movimento é intitulado de conjunção. Ela "[...] envolve uma mudança igualmente consciente de uma visão de mundo puramente entitativa para conscientemente explorar as dimensões mais processuais e conjuntas de um conceito" da teoria (THOMPSON, 2011, p. 757, tradução nossa). A conjunção é o inverso da abstração, logo a teoria se desloca da direita para esquerda do *continuum* do modelo, isto é, do par de quadrantes 3—4 para o 1—2. Os movimentos de abstração e conjunção rementem a situação de mudança da ênfase ontológica de uma teoria. Para Thompson (2011, p. 760, tradução nossa), "[a]bstração e conjunção constituem instâncias de mudança ontológica, amiúde, ricamente teoricamente generativa e rica, em que tal alinhamento [i.e., epistêmico-ontológico] é mantido".

No que diz respeito à importação e domesticação de *radical traveling theories* normativas, as reconstruções epistêmicas ensejam mudanças ontológicas na estrutura da RTT quando propiciam movimentos ora de abstração ora de conjunção. Esses dois movimentos mantêm o alinhamento epistemológico-ontológico da RTT, conferindo coerência ao seu processo de domesticação. Inspirado em Thompson (2011), quando a abstração do processo é realizada mediante uma mudança ontológica consciente, a intenção da reconstrução epistêmica é simplificar a complexidade do processo da RTT em uma entidade isolável, cujas propriedades simplificadas podem então ser usadas para explicar um fenômeno organizacional. A reconstrução de uma RTT por intermédio de conjunção consciente "[...] não tenta, inapropriadamente, suplantar uma entidade com uma visão de mundo do processo"

(THOMPSON, 2011, p. 758, tradução nossa). A finalidade é enriquecer o potencial de teorização do método de importação através da reformulação de conceitos, anteriormente, entitativos, por meio de uma mudança conjuntiva na ênfase ontológica da RTT, à medida que a teoria é domesticada na perspectiva do processo.

A reificação é o terceiro movimento ilustrado na Figura 12. Esse movimento dá origem a falácia da reificação. Essa falácia descreve "[...] a atribuição de existência entitativa a processos [...] ou transformar um constructo social [...] em algo com existência ontológica inquestionável e separável" (THOMPSON, 2011, p. 759, tradução nossa). O direcionamento da teoria é do par de quadrantes 3—4 para o 3—2.. No processo de reconstrução epistêmica de uma *radical traveling theory* normativa, isso poderia ocorre, por exemplo, quando se tenta aplicar uma epistemologia entitativa excessivamente estática, referente ao Quadrante 3, para compreender a continuidade de um processo, Quadrante 2, resultando em desvio epistémico-ontológico. As tentativas conscientes de evitar a reificação involuntária de uma RTT implica no cuidado de atribuir existência ontológica autônoma a entidades e de inserir qualidades entitativas em processos, quando da transposição e ajuste dessa teoria para o domínio da Teoria Organizacional.

O quarto movimento é a processificação. Corresponde ao oposto da reificação, sendo o segundo tipo de desvio ontológico. Esse desvio também denota uma falácia denominada de falácia da processificação. Ela "[...] descreve a atribuição de qualidades de processo a entidades [...]" (THOMPSON, 2011, p. 759, tradução nossa). A teoria desloca-se do par de 1—2 para o par 1—4. Na domesticação de *radical traveling theories*, essa falácia pode direcionar a ajustes incoerentes na estrutura da teoria ao representar suas entidades usando termos de processo. Estaríamos tentados a acreditar que as entidades da teoria estão mais incorporadas ou combinadas com processos do que o que realmente são. Reificação e processificação constituem movimentos de deriva ontológica mais, em que epistemologia e ontologia tornam-se "desalinhadas", uma da outra, resultando em um efeito negativo correspondente na clareza e coerência da teoria. As suas falácias, comenta Thompson (2011), são responsáveis por fazer com que as afirmações ontológicas da teoria não possuam alinhamento com sua lente epistemológica.

Em seu *framework*, Thompson (2011) vinculou a noção de clareza de conceitos de Suddaby (2010)[140] com os processos de alinhamento e desvio epistêmico-ontológico de teorias no campo da Teoria Organizacional. Em termos operacionais, Thompson (2011) oferece um protocolo de perguntas, construído a partir das categorias — i.e., definição, contexto, relações semânticas e coerência — de Suddaby (2010), para examinar as mudanças e os desvios ontológicos de uma teoria. Uma adaptação desse protocolo está disposta no Quadro 18. Aproprio-me dessa costura conceitual de Thompson (2011) e, sobretudo, de tal protocolo, enquanto marcadores, para compreender se e como a reconstrução epistêmica de uma *radical traveling theories* normativas promove mudanças ou desvios epistêmico-ontológicos em sua estrutura, quando transpostas para o domínio da TO. As definições da RTT podem auxiliar a identificar se suas afirmações ontológicas desvelam uma perspectiva de entidade, de processo, ou ambas. O contexto da RTT oferece pistas corroborativas sobre o *status* ontológico da teoria. As relações semânticas entre os conceitos da RTT é um indicador do alinhamento ou desvio da epistemologia com as reivindicações ontológicas da teoria. A coerência dos conceitos da RTT denota uma ontologia robusta, uma epistemologia consistente e um alinhamento onto-epistêmico consistente.

A epistemologia é o ramo da filosofia que estuda a origem, a natureza e os limites do conhecimento humano (SCHERER; DOES; MARTI, 2016). Enquanto teoria do conhecimento, a epistemologia é repleta de debates sobre as possibilidades do conhecimento. Sobretudo, os epistemólogos buscam entender como sabemos o que sabemos, o que justifica a crença daquilo que acreditamos, e quais padrões de evidência utilizamos para estabelecer verdades sobre o mundo e a experiência humana (AUDI, 2010). Nesse sentido, eles não desejam apenas saber o que é o conhecimento, mas também como ele surge e qual sua extensão (AUDI, 2010). Isso é, em parte, motivado pela suposição de que uma investigação sobre as origens do conhecimento pode esclarecer sua natureza (SCHERER; DOES; MARTI, 2016). Origem e natureza correspondem a dois debates clássicos e fundantes da epistemologia. Irei abordá-los na seguinte ordem. Primeiro, esboçarei as questões relacionadas à natureza do conhecimento. Em seguida, abordarei sua origem.

[140] Essa noção foi descrita no Capítulo2, particularmente, da página 67 até a 74.

Quadro 17 (4) — Protocolo de perguntas do alinhamento epistêmico-ontológico

	CENÁRIO		
TIPO DE QUESTÃO	**MUDANÇA ONTOLOGICA**	**DESVIO ONTOLÓGICO**	**IMPLEMENTAÇÃO DE IDEIAS**
Definição	Em que quadrante da Figura CC, a versão original da *radical traveling theory* pode ser localizada? A reconstrução epistêmica da RTT incorreu na mudança ontológica de sua abordagem sociológica? Se sim, o reenquadramento ontológico "transportou" a versão domesticada da RTT para que quadrante dessa figura? O reenquadramento ontológico da RTT oportunizou o desenvolvimento de novas perspectivas teóricas tanto para o corpo de conhecimento do campo de destino, quanto para a teoria domesticada? Em termos de teorização, quais foram os benefícios e os limites dos processos de abstração/conjunção incorporados à domesticação da RTT?	Qual é a natureza do fenômeno de interesse da *radical traveling theory*? No nível ontológico, quais são afirmações realizadas sobre o fenômeno de estudo da RTT? Em que sentido pode ser dito que ele existe? As definições dos conceitos da versão RTT domesticada são consistentes com seus usos anteriores?	O fenômeno de interesse da RTT é uma entidade ou um processo? Qual é extensão de interligação ou dependência do fenômeno de interesse da RTT com outros fenômenos? Onde reside o fundamento da existência do fenômeno da RTT existe — e.g., mente, linguagem, físico ou concreto?
Contexto	O contexto da *radical traveling theory* fundamenta uma reorientação ontológica plausível de sua variante domesticada?	As definições dos conceitos da RTT são admissíveis de serem aplicadas no contexto do domínio-alvo da versão domesticada da teoria?	As possíveis mudanças contexto da RTT, particularmente, aquelas referentes aos níveis de abstração e implementação dos conceito da teoria, foram sub ou superestimados?
Relações Semânticas	Que tipos de conceitos, *frameworks* teóricos e linguagens fundamentam epistemicamente a *radical traveling theory*? Com sua mudança ontológica, é necessário recorrer a novos fundamentos para justificar a reconstrução epistêmica da RTT?	Os conceitos, *frameworks* teóricos e estruturas de linguagem da versão original da RTT são lentes epistêmicas plausíveis para explicar o fenômeno de interesse da variante domesticada dessa teoria? A reestruturação epistêmica da *radical traveling theory* propicia a falácia da reificação ou processificação?	Há algum viés entitativo ou processual presente na seleção dos conceitos da RTT que serão domesticados? Os termos entitativos da RTT estão sendo usados para descrever processos — i.e., falácia da reificação — na variante domesticada da teoria? Ou, os termos de processo da RTT estão sendo utilizados para descrever entidades — i.e., falácia da processificação — na versão domesticada da teoria?
Coerência	Existe alguma inconsistência residual persistente entre o foco ontológico, o contexto, os termos e os conceitos associados a versão original da radical traveling *theory* e aqueles relacionados a variante domesticada dessa teoria? Há alguma inconsistência residual persistente entre o foco ontológico, o contexto, os termos e os conceitos da RTT domesticada quando usados para descrever ou discutir seu fenômeno de interesse?		

Fonte: adaptado de Thompson (2011, p. 768, tradução nossa)

Uma das questões básicas da epistemologia diz respeito à natureza do conhecimento. Ela pode ser posta da seguinte maneira: o que significa dizer que alguém sabe, ou deixa de saber, algo? Essa pergunta denota os debates sobre o que é o conhecimento. Em última instância, os filósofos propõem caminhos para sabermos como distinguir os casos em que se conhece algo, daqueles em que não se conhece (AUDI, 2010). Eles abordam à natureza do conhecimento enquanto problema conceitual, isto é, como uma investigação sobre o conceito[141] de conhecimento (AUDI, 2010). Isso levanta uma questão metodológica desconcertante: como se faz para inquirir conceitos? Consoante Audi (2010), tal investigação deve começar com um estudo dos usos do conhecimento e das expressões cognatas — e.g., conhecê-los, saber algo, saber fazer[142], saber onde, saber por quê, e saber se — na linguagem cotidiana.

Para efeitos do *framework* de importação de *radical traveling theories* normativas limitarei minha discussão somente a expressão "saber algo[143]". O conhecimento derivado desse tipo de saber é referido como conhecimento proposicional (MOSER; MULDER; TROUT, 2009). Embora reconheça que a epistemologia considere outras formas de conhecimento, considerei apenas seu foco no conhecimento propositivo. Como Moser, Mulder e Trout (2009, p. 17) expõem, "[o] conteúdo do conhecimento propositivo pode ser expresso por uma proposição, ou seja, pelo significado de uma oração declarativa". Recapitulando, uma proposição é algo que pode ser expresso por uma sentença declarativa e que pretende descrever um fato ou estado de coisas. Ressalto que uma proposição pode ser verdadeira ou falsa; ou seja, não precisa, realmente, expressar um fato. O conhecimento proposicional, esclarece Audi (2010), abrange o conhecimento sobre uma ampla gama de assuntos, tais como, conhecimento científico, conhecimento geográfico,

[141] Embora os conceitos não sejam o mesmo que palavras, elas são o meio no qual eles são exibidos O exame de como as palavras são usadas pode fornecer *insights* sobre a natureza dos conceitos associados a elas (AUDI, 2010).

[142] Essa expressão é, normalmente, usada para se referir a um tipo de habilidade ou habilidades, como, por exemplo, saber nadar, cantar, dançar. Pode-se ter tal conhecimento sem ser capaz de explicar a outras pessoas, o que se sabe em tal caso, ou seja, sem ser capaz de transmitir a habilidade (AUDI, 2010).

[143] A expressão saber algo é semelhante a saber fazer na medida em que se pode conhecer algo ao saber fazê-lo. Contudo, existe uma diferença importante entre as expressões saber algo e saber fazer, aponta Audi (2010). Ao contrário de saber fazer, saber algo parece denotar a posse de informações específicas sobre um objeto ou ação, por exemplo. A pessoa que possui tal conhecimento pode, geralmente, transmiti-lo a outras pessoas. Em alguns casos, saber fazer não pode ser reduzido a conhecer algo. De maneira similar, saber algo não implica necessariamente em saber fazê-lo. Logo, os tipos de conhecimento expressos por esses dois saberes são independentes um do outro.

conhecimento matemático, autoconhecimento, e conhecimento sobre qualquer campo de estudo. Qualquer verdade pode ser, em princípio, cognoscível; embora possam haver verdades incognoscíveis. Um objetivo da epistemologia é determinar os critérios de conhecimento propositivo que nos possibilitem saber o que pode ou não ser conhecido (AUDI, 2010).

Devido o escopo do conhecimento propositivo ser amplo, precisamos de uma caracterização que seja aplicável a todo e qualquer tipo de proposição. É necessário qualificar esse conhecimento, ou seja, explicar por que e como ele é definido como uma crença verdadeira e justificada (MOSER; MULDER; TROUT, 2009; SCHERER; DOES; MARTI, 2016). Ao fazê-lo, indico as condições, as fontes e a medida dessa categoria de conhecimento. Na tradição da filosofia ocidental, a epistemologia propõe que "[...] o conhecimento propositivo é, por definição, a crença verdadeira e justificada" (MOSER; MULDER; TROUT, 2009, p. 17). Sendo assim, a análise desse conhecimento é alicerçada em três componentes essenciais: a) crença; b) justificação; c) verdade. Somente quando considerados juntos, esses três componentes constituem as condições necessárias e suficientes para o conhecimento (MOSER; MULDER; TROUT, 2009). O conhecimento é, destarte, "[...] uma espécie de *crença* que também tem como pré-requisitos a *verdade* e alguma espécie de *justificativa*" (MOSER; MULDER; TROUT, 2009, p. 68, grifo do autor).

É mister ressaltar que a epistemologia possui duas tarefas distintas: descrição[144] e justificação. Elas não são inconsistentes entre si e, de fato, muitas vezes, estão intimamente conectadas nos escritos filosóficos contemporâneos. Apesar de reconhecer isso, aproprio-me apenas da segunda tarefa da epistemologia, justificadora ou normativa, para fins de compreender a importação de *radical traveling theories* normativas no domínio da Teoria das Organizações. De acordo com Moser, Mulder e Trout (2009), os filósofos preocupados com essa segunda tarefa perguntam-se que tipos de crença, se houver, podem ser justificadas racionalmente. Isso possui uma importância normativa, com efeito no que se deve idealmente acreditar. A abordagem normativa leva-nos aos domínios centrais da epistemologia, permitindo-nos questionar, por exemplo, como o conhecimento é idêntico à crença verdadeira

[144] Em sua tarefa descritiva, a epistemologia visa descrever com precisão certas características do mundo, incluindo os conteúdos da mente humana, e determinar que tipos de conteúdo mental, se houver, devem contar como conhecimento (MOSER; MULDER; TROUT, 2009).

justificada?, se a diferença entre conhecimento e crença é meramente uma questão de probabilidade?, e o que é justificação?

Na analise tripartite do conhecimento propositivo desenvolvida por Moser, Mulder e Trout (2009), o conhecimento é uma espécie de crença. Embora nem todas as crenças constituam conhecimento, ele requer crenças (AUDI, 2010). Para demonstrar a diferença entre meras crenças e o conhecimento sobre algo, é relevante discorrer acerca de como uma crença se transforma em conhecimento. Apesar das diferentes posições filosóficas fornecerem respostas distintas sobre como e por que as crenças se tornam conhecimento, parece haver um consenso generalizado entre os filósofos de que: as crenças precisam ser verdadeiras e justificadas para serem chamadas de conhecimento (MOSER; MULDER; TROUT, 2009; AUDI, 2010; SCHERER; DOES; MARTI, 2016).

A crença é, como informa Moser, Mulder e Trout (2009), o primeiro requisito para o conhecimento propositivo. Crer é uma condição, logicamente, necessária para o saber. Estranha-se quando alguém sabe de algo, mas se nega a crer naquilo que supostamente se sabe. Em termos mais formais, a crença é definida como um tipo de atitude proposicional[145]. Como seu nome indica, essas atitudes remetem as relações cognitivas que alguém mantém com as proposições (GRAHAM, 2021). O componente atitudinal não está no conteúdo da proposição *per se*, mas sim na forma como ela é julgada (GRAHAM, 2021). Considere, por exemplo, a proposição “vai chover”. Você pode acreditar ou não que irá chover, do mesmo modo que você pode ter medo, esperança, dúvida ou desejo que chova (LEMOS, 2007). O conteúdo da proposição é o mesmo, o que muda é nossa atitude frente à proposição, ou seja, a forma como é julgada.

Consoante Moser, Mulder e Trout (2009) a crença *per se* é uma condição necessária, porém não suficiente para se obter o conhecimento. Existem várias crenças que não representam conhecimento algum, pois são falsas. A crença precisa ser correta para se ter conhecimento verdadeiro, isto é, para se saber algo (MOSER; MULDER; TROUT, 2009). A segunda condição do conhecimento proposicional é a verdade. A verdade, sustenta Scherer; Does e Marti (2016), é a condição que uma

[145] O termo atitude proposicional foi criado por Bertrand Russell. Esse termo deriva do fato de que podemos pensar no conteúdo de uma atitude como a proposição para a qual a atitude se dirige. Além das crenças, as atitudes proposicionais, comumente, discutidas são: desejo, intenção, esperança, medo, e arrependimento (GRAHAM, 2021).

crença precisa cumprir para ser denominada de conhecimento. O conhecimento, aponta Moser, Mulder e Trout (2009, p. 18), "[...] não é somente uma crença, mas uma crença verdadeira". Escolas filosóficas distintas apresentam respostas divergentes quanto ao que é a verdade ou ao que é verdadeiro. A despeito disso, quando indagamos sobre a verdade do conhecimento, "[...] nosso interesse específico é o de descobrir a quais condições uma frase, afirmação ou crença tem de atender para que seja verdadeira" (MOSER; MULDER; TROUT, 2009, p. 68). Estamos desejosos para saber como as crenças podem ser verdadeiras.

O conhecimento proposítivo não possui como suas únicas condições as crenças e a verdade e a crença. A justificação[146], consoante Moser, Mulder e Trout (2009), é a terceira condição essencial desse conhecimento. O conhecimento, enquanto crença verdadeira, necessita ser justificado. Como os autores afirmam, "[a] crença verdadeira não é em si mesma suficiente para o conhecimento", embora seja uma condição necessária (MOSER; MULDER; TROUT, 2009, p. 68). Uma crença necessita apresentar razões — i.e., justificação, garantia ou prova — que corroborem sua veracidade, para que seja considerada conhecimento. Uma crença sem qualquer justificativa é cega, ou pelo menos irracional (AUDI, 2010). Um dos principais valores da justificação é que ela relaciona a crença a algum fim relevante em vista. Quando o fim é a verdade, e somente a verdade, a justificação legitima a crença na qualidade de conhecimento (AUDI, 2010). A justificação estabelece "[...] uma relação apropriada entre a satisfação da condição da crença e a satisfação da condição de verdade [....]" (MOSER; MULDER; TROUT, 2009, p. 68).

Diz-se que a crença verdadeira é justificada se for obtida da maneira correta, ou seja, se for baseada em evidências e raciocínio (AUDI, 2010). O conhecimento tem de ser fundamentado em prova, ou seja, em razões que o justifiquem (MOSER; MULDER; TROUT, 2009). Uma crença verdadeira fundamenta-se em razões sólidas e possui bons motivos para corroborar sua verdade. Logo, o conhecimento é genuíno

[146] A justificação, como uma condição adicional que uma crença precisa cumprir para ser chamada de conhecimento, torna-se relevante de maneiras diversas, também dependendo de sua posição filosófica. Existem, basicamente, três teorias da verdade que denotam diferentes relações com a justificação na investigação epistemológica (SCHERER; DOES; MARTI, 2016). Na teoria da correspondência, os filósofos concebem a justificação como uma propriedade de uma crença, que existe independentemente da verdade. A justificação transforma as crenças, que já são verdadeiras, em conhecimento (SCHERER; DOES; MARTI, 2016). Nas teorias da coerência e do consenso, a justificação é constitutiva tanto da verdade quanto do conhecimento. Nesse caso, a justificação transforma uma crença tanto em crença verdadeira quanto conhecimento (SCHERER; DOES; MARTI, 2016).

(AUDI, 2010). Nesse sentido, a epistemologia é normativa, e não somente descritiva, pois oferece padrões pelos quais crenças particulares podem ser avaliadas. Dessa avaliação, algumas crenças são aceitas como casos de conhecimento verdadeiro e outras são excluídas dessa categoria (MOSER; MULDER; TROUT, 2009). Segundo Moser, Mulder e Trout (2009, p. 68) "[d]izer que P é epistemicamente justificável é o mesmo que dizer que aceitar P é epistemicamente admissível — pelo menos na medida em que a aceitação de P é coerente com um determinado conjunto de regras ou requisitos epistêmicos". Para tal, afirmam os autores, deve-se apresentar os indícios suficientes da verdade das crenças. Esses indícios são provas de que uma proposição é verdadeira. Eles justificam as crenças verdadeiras de maneira coerente, tornando-as conhecimento (MOSER; MULDER; TROUT, 2009).

Para que crenças verdadeiras sejam consideradas conhecimento, suas justificações devem possuir origens, cujas fontes sejam confiáveis (BONJOUR, 2021). Na filosofia, essas fontes são a percepção, a introspecção, a memória, a razão e o testemunho (MOSER; MULDER; TROUT, 2009). Nesta tese, como analiso teorias, considerarei apenas a razão. O problema da origem do conhecimento centra-se, primordialmente, no debate entre racionalismo e empirismo (AUDI, 2010). Essas duas correntes de pensamento exibem padrões divergentes quanto a concepção do conhecimento. Os racionalistas defendem o conhecimento *a priori*. Os empirista, o conhecimento *a posteriori*. A justificação e o conhecimento podem, no sentido lógico, ser anteriores ou posteriores à experiência (AUDI, 2010).

A priori e *a posteriori* referem-se, principalmente, a como, ou em que base, uma proposição pode ser conhecida. Esses termos são aplicados as maneiras de saber algo, isto é, denotam os fundamentos sobre os quais uma proposição ou um argumento é conhecido. Em termos gerais, uma proposição é cognoscível *a priori* se for compreensível independentemente da experiência, enquanto uma proposição cognoscível *a posteriori* é inteligível com base na experiência (LEMOS, 2007). A diferenciação entre esse dois tipos de conhecimento é epistemológica e imediatamente se relaciona com a justificativa da função da experiência sensível para tornar cognoscível as proposições (MOSER; MULDER; TROUT, 2009).

O componente do conhecimento para o qual a diferença *a priori*/*a posteriori* é incontinenti relevante é o da justificação ou garantia[147] (LEMOS, 2007). Afirmar que

[147] É importante ressaltar que esses termos se referem ao componente principal do conhecimento, além da crença verdadeira (LEMOS, 2007).

uma pessoa conhece uma determinada proposição *a priori* é dizer que sua justificativa para acreditar nessa proposição é independente da experiência. De acordo com a visão tradicional de justificação, ser justificado em acreditar em algo é ter uma razão epistêmica para apoiá-lo, uma razão para pensar que é verdade (LEMOS, 2007). Assim, estar justificado *a priori* é ter uma razão para pensar que a proposição é verdadeira. Essa verdade não emerge ou deriva da experiência. A descrição dessa justificação como justificação independente da experiência é inteiramente negativa, pois nada sobre a base positiva ou real de tal justificação é revelada (AUDI, 2010). A justificação *a priori* possui uma caracterização mais positiva, se emergir do pensamento ou razão pura[148]. Podemos, assim, refinar a caracterização dessa justificação da seguinte forma: está justificado *a priori* é ter, com base no pensamento puro, uma razão para cogitar que a proposição é verdadeira. Em contraste, ser justificado *a posteriori* é possui uma razão para ponderar que uma dada proposição é verdadeira, pois emerge ou deriva da experiência (LEMOS, 2007).

Essas considerações iniciais sobre a justificação *a priori* ou *a posteriori* sugerem uma série de *insights* importantes sobre o modus operandi de importação de *radical traveling theories* normativas na Teoria das Organizações. Por exemplo, as proposições da RTT são justificadas *a priori* ou *a posteriori*? Sobre que tipo de experiência depende a justificação *a posteriori* da teoria? Em que sentido a justificação *a priori* da teoria é independente da experiência? A RTT disponibiliza uma explicação epistemicamente esclarecedora do caráter positivo da justificação *a priori* de suas proposições? Um explicação que justifique como a razão pura pode gerar razões epistêmicas para as proposições dessa teoria? Após sua reestruturação epistêmica, houve mudança na natureza da justificação de suas proposições? A reorientação de justificação da versão domesticada da RTT manteve consistência com a justificação da RTT importada? A justificação das proposições da RTT domesticada é coerente com àquelas da sua versão original? Quais foram as implicações epistêmicas da reestruturação da teoria importada?

De acordo com os racionalistas, a faculdade da razão é a fonte última do conhecimento humano (BONJOUR, 2021). Apesar de a natureza da razão ser controversa, supõe-se geralmente que seja uma característica ou faculdade única da mente através da qual as verdades sobre a realidade podem ser compreendidas

[148] Na abordagem kantiana, a razão pura é a faculdade que abrange as formas *a priori* de conhecimento, sendo a fonte de ideias transcendentais (CAYGILL, 2000).

(MOSER; MULDER; TROUT, 2009). Essa tese sobre a razão sustenta, por um lado, que a realidade é, em princípio, cognoscível e, por outro, que existe uma faculdade — ou conjunto de faculdades — humana(s) capaz(s) de conhecê-la (BONJOUR; BAKER, 2010). Assim, pode-se definir o racionalismo como a teoria que estabelece um isomorfismo entre razão e realidade, tornando possível que a primeira apreenda a última tal como ela é (BONJOUR, 2021). Os racionalistas afirmam que a ausência de tal correspondência tornaria impossível para os seres humanos entenderem o mundo (MOSER; MULDER; TROUT, 2009).

Segundo os filósofos racionalistas, o conhecimento não empírico ou *a priori* é possível independentemente de, ou antes de, qualquer experiência dos sentidos, e requer apenas o uso da faculdade da razão para justificá-lo (AUDI, 2010). Esse conhecimento é qualificado como *a priori* no sentido de que não é necessário engajar em nenhuma investigação factual ou empírica para obtê-lo. Quando as crenças são justificadas a despeito da experiência, a justificação é *a priori* (MOSER; MULDER; TROUT, 2009). Ser um racionalista, entretanto, não exige necessariamente afirmar que todo e qualquer conhecimento é adquirido a despeito de qualquer experiência (AUDI, 2010). Há casos em que o conteúdo do conhecimento supera a informação fornecida pela experiência sensorial, mas se descartá-la em sua totalidade. Nessa situação, devemos construir abordagens que expliquem como a razão justifica as informações adicionais sobre as experiências (AUDI, 2010).

Ao invés apelar para razão, os empiristas acreditam que todo conhecimento é, essencialmente, justificado pela experiência — seja sensorial, reflexiva ou uma combinação delas (MOSER; MULDER; TROUT, 2009). O termo experiência refere-se, comumente, às sensações físicas comuns — ou, na linguagem de David Hume, impressões. Para os filósofos empiristas, essa noção de experiência implica que a mente humana é passiva, ou seja, uma "tabula rasa[149]" que absorve impressões sobre

[149] A concepção da mente como uma tabula rasa apresenta sérios desafios para os empiristas (BONJOUR; BAKER, 2010). Essa metáfora levanta a questão, por exemplo, de como se pode ter conhecimento de entidades que não podem ser apreendidas pela experiência sensível, como dragões. A resposta de empiristas clássicos, como Locke e Hume, foi demonstrar que o conceito complexo de dragão pode ser reduzido a conceitos simples — e.g., asas, corpo de cobra, cabeça de cavalo —, todos derivados de impressões sensoriais (BONJOUR; BAKER, 2010). Nessa visão, a mente é, primordialmente, ainda considerada passiva, mas se admite tenha o poder de combinar ideias simples em complexas. Existem outras dificuldades impostas aos empiristas. Eles devem explicar como ideias abstratas — e.g., o conceito de um triângulo perfeito — podem ser reduzidas a elementos apreendidos pelos sentidos, quando não existem triângulos perfeitos na natureza (BONJOUR; BAKER, 2010). Eles também devem explicar como os conceitos gerais são possíveis. É óbvio que não se experimenta a humanidade através dos sentidos. Contudo, tais conceitos são significativos, e as proposições que os

os fenômenos e as registra como são (BONJOUR; BAKER, 2010). O conhecimento empírico é *a posteriori*, ou seja, só pode ser obtido por meio de certas experiências, além dos confins da razão (AUDI, 2010).

Embora reconheçam a existência de um conhecimento *a priori*, os empiristas negam seu significado (BONJOUR; BAKER, 2010). O empirismo é definido como a teoria em que todas as proposições significativas ou factuais são conhecidas através da experiência (MOSER; MULDER; TROUT, 2009). Enquanto os racionalistas sustentam que os seres humanos têm um conhecimento anterior à experiência e, ainda assim, significativo; os empiristas negam que isso seja possível (MOSER; MULDER; TROUT, 2009). O pensadores empíricos argumentam que o conhecimento *a priori* é limitado ao domínio do analítico, consistindo em proposições verdadeiras apenas em virtude sentido de seus termos ou pela análise da definição de seus conceitos (MOSER; MULDER; TROUT, 2009). Como as proposições/verdades analíticas podem ser conhecidas *a priori*, não é preciso lhes conferir uma justificação *a posteriori* (MOSER; MULDER; TROUT, 2009). O conhecimento inferido a partir dessas proposições baseia-se tão somente na razão, e não na experiência sensorial.

A diferença entre sentenças que expressam conhecimento *a priori* e aquelas que declaram conhecimento *a posteriori* é descrita em termos de quatro distinções adicionais: a) necessário *versus* contingente; b) analítico *versus* sintético; c) tautológica *versus* significante; d) lógica *versus* factual (MOSER; MULDER; TROUT, 2009; AUDI, 2010). Essas diferenciações são aplicadas às proposições, cujos conteúdos, ou significados, de suas sentenças podem ser verdadeiros ou falsos (MOSER; MULDER; TROUT, 2009).

Diz-se que uma proposição é necessária quando seu valor verdade permanece constante em todos os “mundos”, ou seja, se for válida em todas as circunstâncias ou condições logicamente possíveis (AUDI, 2010). Em contraste, uma proposição é contingente se for válida em algumas, mas não em todas as circunstâncias ou condições logicamente possíveis (AUDI, 2010). O valor verdade de proposições contingentes não é fixado em todos os “mundos possíveis”. Para toda e qualquer

---

contêm são conhecidas como verdadeiras (BONJOUR; BAKER, 2010). A mesma dificuldade se aplica aos conceitos de cores. Alguns empiristas argumentam que se chega ao conceito de vermelho, por exemplo, abstraindo mentalmente a experiência de itens vermelhos individuais. A dificuldade com essa sugestão é que não se pode saber o que realmente pode ser considerada uma experiência de vermelho, a menos que já tenhamos um conceito prévio de vermelho em mente (BONJOUR; BAKER, 2010).

proposição contingente, há pelo menos um “mundo possível” em que é verdadeira e um em que é falsa (AUDI, 2010). É razoável esperar, por exemplo, que se uma determinada afirmação é necessária, ela deva ser cognoscível apenas *a priori* (AUDI, 2010). A experiência sensorial pode apenas nos falar algo sobre o mundo factual, das experiências. As alegações contingentes, por outro lado, parecem ser cognoscíveis apenas *a posteriori*, uma vez que não está claro como a razão pura poderia nos dizer algo sobre o mundo factual em comparação com outros mundos possíveis (AUDI, 2010). De acordo com Lemos (2007), alguns filósofos discordam dessa interpretação[150]. O fato de uma proposição ser *a priori* não garante que ela seja necessária; nem o fato de uma proposição ser *a posteriori* garante que ela seja contingente (LEMOS, 2007).

Uma outra maneira de marcar a distinção entre as proposições está na noção kantiana de contenção conceitual (LEMOS, 2007). Por essa explicação, uma proposição é analítica se o conceito de predicado da proposição estiver contido no conceito de sujeito (AUDI, 2010). A afirmação de que todos os solteiros são solteiros, por exemplo, é analítica porque o conceito de ser solteiro está incluído no conceito de solteiro. Em contraste, nas proposições sintéticas, o conceito de predicado amplifica ou acrescenta algo ao conceito de sujeito. A afirmação, por exemplo, de que o sol está a aproximadamente 93 milhões de milhas da terra é sintética, pois o conceito de estar localizado a uma certa distância da terra vai além ou se soma ao conceito do próprio sol. Uma proposição é analítica se sua verdade depende inteiramente da definição de seus termos, ou seja, é verdadeira por definição, comenta Lemos (2007). A verdade de uma proposição sintética depende não de mera convenção linguística, mas sim de como o mundo realmente é em algum aspecto (AUDI, 2010). Retornando aos nossos exemplos. A afirmação de que todos os solteiros são solteiros é verdadeira, simplesmente, pela definição de “solteiro”; enquanto a verdade da afirmação sobre a distância entre a terra e o sol não depende apenas do significado do termo “sol”, mas também do que essa distância realmente é.

[150] Embora a distinção entre *a priori* e *a posteriori* esteja, intimamente, relacionada ao debate necessário *versus* contingente, esses dois binários não são equivalentes. A questão necessário/contingente é metafísica, ou seja, diz respeito ao *status* modal das proposições. Já tratativa *a priori*/*a posteriori* é epistemológica. Mesmo que coincidam em certo sentido, *a priori*/*a posteriori* e necessário/contingente não são idênticos (LEMOS, 2007).

Para os empiristas, as proposições/verdades analíticas não transmitem nenhuma informação genuína sobre o mundo (AUDI, 2010), posto que não há nada que seja cognoscível *a priori*, e, em particular, nenhum princípio é cognoscível *a priori* (MOSER; MULDER; TROUT, 2009). As proposições/verdades sintéticas, ao contrário, são capazes de realizar tal tarefa (AUDI, 2010). Essas últimas proposição derivam da síntese de conceitos, correlacionados uns nos outros de modo que não dependam diretamente da análise de suas definições (MOSER; MULDER; TROUT, 2009). Só podemos conhecer uma proposição sintética *a posteriori*, desde que nossa experiência sinalize que a síntese de conceitos, que estamos considerando, é correta (MOSER; MULDER; TROUT, 2009). O conhecimento *a priori* de proposições sintéticas não é, diriam os empiristas, possível (MOSER; MULDER; TROUT, 2009). Alguns filósofos racionalistas negam isso. Eles argumentam que uma proposição pode ser sintética e, ainda assim, ser cognoscível *a priori* (AUDI, 2010). Immanuel Kant afirmou que algumas verdades sintética — e.g., as da geometria — "[...] são dotadas de uma espécie de necessidade que não pode ser derivada da experiência, de tal modo que pode ser conhecidas *a priori*" (MOSER; MULDER; TROUT, 2009, p. 24, grifo do autor). Os racionalistas virtualmente sempre afirmam ou implicam que, além do conhecimento de verdades analíticas, há conhecimento de verdades sintéticas a priori (AUDI, 2010).

Similar aos racionalistas, alguns empirista consideram que as proposições analíticas incluem verdades lógicas, isto é, as verdades analíticas podem ser *a priori* (AUDI, 2010). O ponto central reside na seguinte suposição: mesmo que tais proposições lógicas não sejam verdadeiras em virtude de relações de contenção entre conceitos, suas negações acarretam formalmente contradições (AUDI, 2010). As proposições analíticas são, paradigmas de verdades da razão; pois apenas o uso da lógica, que talvez seja o uso mais puro da razão, pode demonstrar que elas só podem ser falsas se uma contradição for verdadeira — o que é absolutamente impossível (AUDI, 2010). Minha intenção não foi adentrar nas controvérsias existentes no debate filosófico sobre as proposições analíticas e sintéticas, mas tão somente sinalizar que existem, pelo menos, duas formas de justificação para a fonte razão.

Uma proposição é tautológica se seus termos constituintes se repetem ou se eles podem ser reduzidos a termos que tornam o pensamento circular (AUDI, 2010). A proposição na forma "A = A", em que "A é idêntico a A" é um exemplo de tautologia. A questão ordinária de quem nasceu primeiro "o ovo ou a galinha" direciona a um

pensamento tautológico. Tais proposições não transmitem nenhuma informação sobre o mundo e, portanto, são consideradas triviais ou vazias de importância cognitiva (AUDI, 2010). Uma proposição é considerada significativa se seus termos constituintes fornecem novas informações sobre o mundo (AUDI, 2010). A distinção entre essas proposições indica que é impossível derivar qualquer proposição significativa a partir de uma tautologia sozinha. As proposições tautológicas são, geralmente, *a priori*, necessárias e analíticas; enquanto que as proposições significativas são, normalmente, *a posteriori*, contingentes e sintéticas (LEMOS, 2007).

Uma proposição lógica é qualquer proposição que pode ser reduzida pela substituição de seus termos constituintes a uma outra proposição que expressa uma verdade lógica – por exemplo, uma proposição do tipo “Se p e q, então p” (AUDI, 2010). A proposição “todos os maridos são casados”, por exemplo, é logicamente equivalente à proposição “Se alguém é casado e é homem, então é um marido”. Em contraste, as características semânticas e sintáticas das proposições factuais tornam impossível reduzi-las às verdades lógicas (AUDI, 2010). As proposições lógicas são caracterizadas, muitas vezes, como *a priori*, sempre necessárias, e tipicamente analíticas. As proposições factuais são, geralmente, *a posteriori*, contingentes e sintéticas (LEMOS, 2007).

Além das condições e das fontes do conhecimento, Scherer; Does e Marti (2016) sugerem que a justificação das crenças requer um entendimento de como estão logicamente inter-relacionadas. Conforme os autores, os epistemólogos adotam dois caminhos distintos para justificar a relação entre as crenças de uma teoria:

> Fundacionalismo [...] afirma que, uma crença só pode ser justificada por outra crença que, por sua vez, é justificada por outra crença também. Para tal, é necessário ter um conjunto de crenças básicas que conferem verdade para as outras crenças, sem a necessidade de qualquer justificação adicional. As crenças básicas, portanto, não precisam se referir a outra crença para serem justificadas. Sem essas crenças básicas, a epistemologia estaria presa em uma regressão infinita.
> [Anti-fundacionalismo] [...] evita o problema da regressão infinita, afirmando que as crenças não precisam formar uma cadeia de pontos de referência hierárquicos. Todas as crenças a respeito de um fenômeno qualificam-se como justificadas, desde que representem coletivamente uma imagem coerente desse fenômeno, e não contenham quaisquer contradições entre si. Nessa visão, não é preciso justificar o problema da regressão infinita e, por conseguinte, a questão do que define e fundamenta uma crença básica (SCHERER; DOES; MARTI, 2016, p. 36, tradução nossa).

O Fundacionalismo afirma que a justificação de algumas crenças deriva de suas relações inferenciais com outras crenças, supostamente fundamentadas, e que a justificação dessas outras crenças depende de relações inferenciais com algumas outras crenças, possivelmente, não justificadas, e assim por diante (LEMOS, 2007; BONJOUR, 2021). Isso remete a questão do regresso epistêmico (LEMOS, 2007). O argumento do regresso pode ser descrito da seguinte forma:

> (1) Algumas crenças têm justificativas não básicas. Algumas crenças são justificadas com base em outras crenças. (2) Todas as crenças que têm justificação não básica são apoiadas por uma cadeia de evidências ou justificativa. (3) Todas as cadeias de justificação devem: (i) terminar em uma crença que não é justificada, (ii) ser infinitamente longa, (iii) ser circular ou (iv) terminar em uma crença básica justificada. (4) As opções (i), (ii) e (iii) são impossíveis. (5) Portanto, a opção (iv) é verdadeira - algumas cadeias de justificação terminam em crenças básicas justificadas (LEMOS, 2007, p. 47-48, tradução nossa).

Os fundacionalistas denunciam um problema inerente na regressão de justificação epistêmica da cadeia de evidências de qualquer crença (LEMOS, 2007). Em particular, eles preocupam-se com a impossibilidade de rastrear as linhas de suporte/justificação de uma crença particular. Consoante Lemos (2007, p. 47, tradução nossa), há quatro condições concebíveis em que cadeias de evidências são estruturadas: “(i) a série [de crenças] termina em uma crença que não é justificada, (ii) a série não termina, mas contém um número infinito de crenças de apoio, (iii) a série é circular, (iv) a série justificativa finaliza em uma crença básica justificada”. Nos cânones do Fundacionalismo, “o argumento do regresso é um argumento por eliminação” (LEMOS, 2007, p. 48, tradução nossa). Caso as três primeiras condições se tornem impossíveis para justificar uma crença, a quarta opção, que implica a existência de crenças básicas justificadas, deve ser correta (LEMOS, 2007).

A solução Fundacionalista para o problema do regresso reside nas crenças básicas ou fundamentais[151] (THAGARD, 2000). Elas são crenças epistemicamente justificadas, cujas justificações não derivam de relações inferenciais com quaisquer outras crenças. No Fundacionalismo, as crenças básicas são aquelas justificadas imediatamente ou não inferencialmente (OLSSON, 2021). Todas as crenças justificadas não-básicas dependem, em última instância, para sua justificação, de

[151] As crenças básicas justificadas são, por vezes, chamadas de “crenças justificadas imediatamente” ou “crenças justificadas não inferencialmente” (LEMOS, 2007).

crenças justificadas básicas. A explicação das primeiras crenças não-básicas derivam de suas relações, de alguma forma apropriada, com às crenças fundamentais (LEMOS, 2007). Essas crenças são o alicerce sobre o qual repousa a superestrutura das crenças não-básicas. A justificação é, conforme Thagard (2000, p. 4, tradução nossa), "[...] uma questão de encontrar o fundamento último [de algo] que consiste em um conjunto de crenças indubitáveis, a partir das quais outras crenças podem ser inferidas".

As crenças fundamentais possuem uma fonte não-doxástica de justificação, ou seja, "[...] uma fonte [...] que não é uma crença ou conjunto de crenças", como, por exemplo, a infalibilidade ou as experiências não-doxásticas[152] (LEMOS, 2007, p. 59, tradução nossa). Como observa Olsson (2021), essas crenças são justificadas em virtude de serem infalíveis. Enquanto as crenças podem ser verdadeiras ou falsas, as experiências não têm valor verdade (LEMOS, 2007). É importante ressaltar que, na opinião dos fundacionalistas, as experiências não-doxásticas podem justificar crenças, tornando-se razões ou fundação para elas (LEMOS, 2007). No caso das crenças básicas não-doxásticas, elas não requerem outros tipos de justificação, além de seu próprio suporte epistêmico (BONJOUR, 2021). Esse tipo de crenças possui um grau de justificação independente do apoio que obterem de outras crenças (BONJOUR, 2021). O apoio não-doxástico, observa Bonjour (2021), encerraria o problema do regresso da justificação, pois permitiria afirmar que que uma proposição é verdadeira se, e somente se, ela for coerente com um conjunto de proposições.

O Anti-fundacionalismo é uma doutrina na filosofia do conhecimento que rejeita a justificação de um fundamento último sobre o qual o conhecimento pode se basear (BEVIR, 2009). Na maioria de suas versões, essa epistemologia afirma que nenhum conhecimento é absolutamente certo. Logo, dificilmente podemos fornecer ao conhecimento bases seguras em experiências puras ou na razão pura. Como afirmar Bevir (2009, p. 116, tradução nossa), o termo epistemologia anti-fundacional "é usado para se referir a qualquer epistemologia que rejeite apelos a um fundamento básico ou fundamento de conhecimento na experiência pura ou na razão pura". Exemplos de doutrinas anti-fundacionalistas incluem, mas não se limitam, às pós-modernistas, pós-estruturalistas, coerentistas e pragmatistas, bem como construtivismo social e ceticismo radical (BEVIR, 2009).

[152] É uma experiência ou estado mental que não é uma crença. Essas experiências incluem sensações e experiências perceptivas, por exemplo (LEMOS, 2007).

Como não podemos ter experiências puras, nossos conceitos e proposições não podem se referir ao mundo em esplêndido isolamento, argumenta Bevir (2009). Para esse autor, conceitos não representar diretamente objetos no mundo, pois nossas experiências desses objetos devem ser, em parte, aquelas que construímos usando nossas teorias anteriores. Assim, os filósofos anti-fundacionalistas concluem que conceitos, significados e crenças não têm uma correspondência biunívoca com os objetos do mundo, mas formam teias de conceitos, significados e crenças (BEVIR, 2009). Embora os anti-fundacionalistas defendam várias epistemologias diferentes, eles afirmam que "[...] não podemos justificar proposições isoladas; ao invés disso, qualquer justificativa de uma alegação de conhecimento deve ser aquela que se aplica a uma teia de crenças [...]" (BEVIR, 2009, p. 117, tradução nossa).

Meu intuito não é explanar sobre todas as variantes anti-fundacionalistas. Nesta tese, como informado na Introdução, a abordagem anti-fundacionalista adotada para conferir coerência ao *framework* de importação de *radical traveling theories* é o Coerentismo[153] e, em particular, a teoria coerentista de justificação epistêmica de Thagard (1992; 2000; 2007). Essa teoria está explicada na Seção 1.7.1 deste capítulo.

A última categoria de análise da epistemologia remente às relações entre conhecimento e valores. No contexto das ciências sociais, a epistemologia fornece bases para questionar se o conhecimento deve ser isento de valores ou "carregado valorativamente" (SCHERER; DOES; MARTI, 2016). No primeiro caso, defende-se a construção neutra, imparcial, pura ou descontextualizada de conhecimento sobre os fenômenos. Já no segundo, acredita-se que todo conhecimento é contextualizado e parcial. Logo, não há como desenvolver conhecimento desprovido de valores acerca dos fenômenos (SCHERER; DOES; MARTI, 2016).

Fundamentalmente, os teóricos discordam sobre o valor da teoria. Na Teoria das Organizações, Suddaby (2014b) propõe que existem três diferentes suposições ou estruturas de valor da teoria, a saber: a) empirista, que valoriza a teoria como um meio de acumulação de conhecimento; b) racionalista, que valoriza a teoria como meio de abstração de conhecimento); c) normativa, que valoriza a teoria por sua habilidade de criar novas realidade). Para esse autor, existe uma tensão inata entre essas diferentes suposições de valor para a teoria. Em última análise, ele propõe que nenhuma dessas estruturas — seja, racional, lógica ou normativa — efetivamente prevalece sobre as

[153] A Seção 1.7 deste capítulo contém uma breve exposição dos princípios do Coerentismo.

demais na TO. Na sua visão, isso possui duas implicações para o desenvolvimento de teoria na área de organizações. Por um lado, a presença de diferentes e conflitantes estruturas produz uma série observável, todavia um pouco previsível sobre a dinâmica de construção do conhecimento no domínio disciplinar em questão. Por outro lado, essas tensões são, realmente, produtivas no projeto mais amplo de produção de conhecimento desse campo. O conhecimento que emerge da competição e tensão existente entre essas suposições (SUDDABY, 2014b).

Sob a égide do positivismo, como já mencionado nesse capítulo, o empirismo lógico estabeleceu-se como visão dominante na Teoria Organizacional (LAKOMSKI; EVERS, 2011). Segundo Donaldson (2005), a razão explicativa desse domínio é simples: a TO promulga a ciência positiva, cuja perspectiva epistemológica está alinha à ontologia realista (LAKOMSKI; EVERS, 2011). Os empiristas dão primazia ao método da indução sobre a dedução, ou seja, o conhecimento deve ser obtido mediante observação empírica direta, sem a influência confinada da teoria (SHEPHERD; SUDDABY, 2017). A construção de conhecimento é cumulativa, derivada de observação sobre observação, fato sobre fato (HAMBRICK, 2007). Os empiristas argumentam que a teoria anterior obscurece a observação e, portanto, impede a criação de conhecimento através de fatos brutos (SHEPHERD; SUDDABY, 2017).

Seguindo os cânones do paradigma dominante da ciência moderna, os empiristas concebem a teoria como o produto cumulativo da aquisição progressiva de conhecimento, isto é, vislumbram a teoria como um produto do somatório da observação empírica (SUDDABY, 2014b). A teoria é valorizada, portanto, devido a sua capacidade de capturar e expressar a realidade. Existe uma compreensão evolucionista da relação entre as teorias no empirismo. Esse evolucionismo concebe a competição implícita entre as teorias como um aspecto fundamental para apreender os fenômenos (SUDDABY, 2014b). À proporção que uma teoria progride em sua capacidade de aproximar e prever algo, ela tende a supostamente emergir como a única teoria geral explicativa desse algo (STARBUCK, 2003). Quando a teoria única falha em emergir, o que é inevitável, os empiristas tendem a rejeitar inteiramente seu valor e a concentrarem suas energias, quase que exclusivamente, na coleta de dados. Quando isso ocorre, é declarada a morte dessa teoria (SUDDABY, 2014b).

O racionalismo corresponde a um contrapeso útil e importante para o empirismo na Teoria Organizacional (SUDDABY, 2014b). Os racionalistas constroem novos

conhecimentos em grande parte através da dedução do conhecimento prévio (SHEPHERD; SUDDABY, 2017). Logo, há um favorecimento da dedução em detrimento da indução. O desenvolvimento da teoria ocorre antes da ocorrência da observação empírica, sensorial (VAN DE VEN, 2007; SUDDABY, 2014b). Os racionalistas valorizam a teoria por sua lógica e, portanto, tendem a preferir teorias que ofereçam coerência interna ou explicações elegantes do mundo (SUDDABY, 2014b). No racionalismo, o conhecimento valioso é àquele abstraído em princípios e relacionamentos gerais oriundos das teorias. A teoria oferece, portanto, uma lente para estruturar a experiência sensorial (HAMBRICK, 2007). O novo conhecimento empírico só pode ser entendido quando visto através das lentes da teoria. Por isso, os racionalistas rejeitam a suposição de que um novo fenômeno pode ser entendido na ausência da teoria (SHEPHERD; SUDDABY, 2017). Certamente, sem as categorias derivadas teoricamente não há como organizar cognitivamente as informações ou mesmo reconhecer uma experiência sensorial (VAN DE VEN, 2007).

O perigo de uma ênfase excessiva no racionalismo é, segundo Suddaby (2014b) o "fetichismo" teórico, isto é, as teorias tornam-se um exercícios de escrita e interpretação da razão pura, separadas do mundo sensível. Quando levadas ao extremo, as teorias racionais tendem a se tornar auto absorvidas (SUDDABY, 2014b). Em outros termos, uma nova teoria converte-se em um esforço de contemplação para desconstruir uma teoria anterior, ao invés de apresentar desafios aos fenômenos contraditórios (SUDDABY, 2014b).

No normativismo, como exposto no Capítulo 2, a teoria não é "utilizada" para "[...] representar o mundo fenomenal como ele é, mas, sim, criar lentes teóricas que nos permitam ver o mundo como ele pode ser" (SUDDABY, 2014b, p. 408, tradução nossa). Os teóricos normativos abraçam a noção de que nenhuma teoria é livre de valores[154]. Eles valorizam a teoria por sua capacidade de criar uma nova realidade, enfatiza Suddaby (2014b). Constroem-se teorias normativas para contradizer, muitas das vezes, a visão do mundo que nos foi dada por empiristas e racionalistas, mediante a articulação de novas possibilidades sobre os fenômenos (SUDDABY, 2014b).

Com bases nas categorias de análise da epistemologia, desenvolvi marcadores para examinar o sistema epistêmico de *radical traveling theories* normativas no

[154] Isso contrasta com os ideias empiristas e racionalistas. Eles consideram virtuoso assumir uma distância objetiva entre pesquisa e prática. Devido a isso, acreditam que a pesquisa é, amplamente, livre de suposições políticas e morais (SUDDABY, 2014b).

contexto dos processos de importar e domesticar dessas teorias na Teoria Organizacional. As categorias de análise de uma RTT são: a) condição; b) fontes de justificação; c) relação entre as crenças; d) papel dos valores no sistema epistêmico; e) matrizes epistêmicas. A compreensão da importação e domesticação de uma RTT devem contemplar uma combinação dessas categorias de justificação epistemológica, em consonância com o conteúdo das matrizes epistêmicas, tanto no domínio de referência da teoria quanto no seu domínio de destino. Assim, ofereço um protocolo de perguntas para auxiliar na identificação da epistemologia e, assim, na justificação da versão original da RTT normativa e de sua variante domesticada. A partir do mapeamento da epistemologia da RTT importada e reconstruída epistemicamente, podemos afirmar se ocorreu alinhamento ou desalinhamento epistemológico-ontológico da teoria quando transposta e ajustada no domínio da Teoria das Organizações.

A primeira categoria de análise do sistema epistemológico de uma radical traveling theory normativa é Condição. Os questionamentos que captam e compreendem essa categoria na versão original da RTT são: a) quais são as crenças da teoria estrangeira?; b) quais delas são verdadeiras e justificadas?. A pergunta direcionada a variante domesticada da RTT é: as crenças importadas da teoria estrangeira continuam verdadeiras e justificadas quando aplicadas para entender os fenômenos organizacionais? A próxima categoria é Fontes de justificação. No que se refere a RTT importada, as questões são: a) qual(is) é (são) a(s) fonte(s) de justificação das crenças da teoria estrangeira?; b) como determinar que a fonte adotada pela teoria é coerente com o tipo de conhecimento que pretende construir? No que se refere a RTT domesticada, pergunta-se o seguinte: a) a teoria domesticada manteve a fonte de justificação da teoria estrangeira quando importada para o domínio da Teoria Organizacional? Caso contrário, a mudança de fonte tornou a teoria domesticada incoerente em relação a si mesma ou sua versão original? Quais as implicações dessa alteração para construção de conhecimento na TO?; b) após a reconstrução epistêmica da teoria estrangeira, a fonte adotada pela teoria domesticada é coerente com o tipo de conhecimento que a teoria estrangeira pretende construir? No caso de mudança de fonte, como a teoria domesticada justifica o desenvolvimento de conhecimento na TO?

A terceira categoria é Relação entre as crenças. No tocante a versão original da *radical traveling theory* se questiona: qual é o fundamento da relação entre as

diferentes crenças verdadeiras e justificadas da teoria estrangeira? Quanto a variante domestica, as perguntas são: o fundamento do vínculo entre as crenças verdadeiras e justificadas da teoria foi conservado após sua reconstrução epistêmica? Se não, a modificação dessa relação tornou a teoria domesticada incoerente em relação a si mesma ou sua versão origina? Quais as implicações disso para construção coerente de conhecimento na TO?

A penúltima categoria é Papel dos valores no sistema epistêmico da *radical traveling theory*. As questões direcionadas a versão original da RTT são: a teoria alicerça-se em uma construção neutra, imparcial, pura ou descontextualizada de conhecimento?; b) ou, em um desenvolvimento contextualizado, parcial e "carregado valorativamente" de conhecimento? No caso da RTT domesticada, os questionamentos são os seguintes: a teoria domesticada alterou o papel dos valores do sistêmica epistêmico da teoria estrangeira? Quais implicações para a construção coerente de conhecimento na TO?

A última categoria é Matrizes epistêmicas. As perguntas referentes a RTT original são: a) as crenças verdadeiras e justificadas estão fundamentas em que matriz(es) epistêmica(s)?; b) como as matrizes epistêmicas provêm coerência para as outras categorias de análise da epistemologia da teoria? Já as questões da versão domesticada da RTT são: a) após a domesticação da teoria estrangeira, as suas crenças verdadeiras e justificadas continuam fundamentadas na(s) mesma(s) matriz(es) epistêmica(s)? b) como a(s) nova(s) matriz(es) epistêmica(s) provêm coerência para as outras categorias de análise da epistemologia da teoria?

A definição de metodologia, apresentada no Capítulo 2, abrange tanto "[...] uma coleção de métodos ou regras pelas quais uma determinada pesquisa é realizada" quanto "[...] os princípios, as teorias e os valores que sustentam uma determinada abordagem de pesquisa" (SOMEKH; LEWIN, 2005, p. 346, tradução nossa). O termo metodologia também encapsula uma abordagem geral, métodos filosóficos, cujos princípios, axiomas, preceitos, suposições, perguntas e hipóteses orientam a construção coerente de conhecimento na Teoria Organizacional (DUBERLEY; JOHNSON; CASSELL, 2012).

Existem dois sentidos inter-relacionados da noção de metodologia endereçada nesta tese. Em seu sentido científico, a metodologia remete aos procedimentos sistemáticos e as ferramentas usadas para viabilizar a coleta e analisa de determinados tipos e fontes de "dados", com o intuito de responder questões de

pesquisa (DUBERLEY; JOHNSON, 2016). Qualquer processo de engajamento metodológico invejavelmente envolve, e é constituído por, um apego a compromissos filosóficos particulares, sugere Duberley e Johnson (2016).

Em uma leitura de ordem inferior, a metodologia filosófica provê repostas admissíveis ao entendimento do Homem e seus ambientes, de uma maneira que conduza ao florescimento humano, por meio do uso de experimentos mentais para testar análises conceituais (DEVER, 2016). Em sua perspectiva de ordem superior, a metodologia corresponde aos métodos epistemológicos que buscam fornecer uma descrição da realidade e dos fenômenos nos seus níveis mais fundamentais (DEVER, 2016). Esses experimentos e métodos inferem conclusões a partir de hipóteses, normalmente, testadas por dados não-empíricos (DALY, 2010). Essas hipóteses não são empíricas[155], ou seja, hipóteses sobre o mundo empírico (DALY, 2010). Ao contrário, elas são hipóteses filosóficas que remetem a maneira como pensamos sobre o mundo empírico. As hipóteses filosóficas são hipóteses acerca de nossas representações das coisas (DALY, 2010). A metodologia filosófica possibilita, então, uma investigação sobre a natureza de nossas representações ou das coisas, comenta Daly (2010). Isso encapsula a ideia de analisar os conceitos, isto é, de hipóteses filosóficas como afirmações conceituais sobre como eles são e de que modos estão, necessariamente, relacionados uns aos outros (DALY, 2010).

Questões sobre os métodos das teorias estão emaranhadas com as várias abordagens filosóficas. Essas abordagens são, consoante Daly (2010), difíceis de serem identificadas nas teorias. Existem duas razões que explicam isso. Nem sempre os autores defendem uma visão filosófica em suas teorias. Muitas vezes, eles não explicitam, quaisquer que sejam, as visões que os métodos de suas teorias possuem. Nesse caso, essas visões são suposições fundamentais implícitas em seus trabalhos. É função da metodologia filosófica realizar ou avaliar os argumentos, distinções e qualificações das teorias (DALY, 2010). De forma similar, a concepção científica de metodologia não pode ser divorciada dos pressupostos filosóficos que a circunscreve (DUBERLEY; JOHNSON, 2016). Aliada a epistemologia, ontologia e axiologia, a metodologia sinaliza o sistema de produção de conhecimento ou abordagem

[155] As hipóteses filosóficas podem receber suporte ou refutação empírica. O suporte pode, muitas vezes, ser indireto. Afirmar-se que a evidência empírica complementa formas estreitamente filosóficas de evidência para afirmações filosóficas; que é o melhor tipo de suporte probatório que as afirmações filosóficas podem ter; ou que é o único tipo de suporte probatório que as afirmações filosóficas podem ter (DALY, 2010).

sociológica de uma teoria (HILL, 2000; PAES DE PAULA, 2015). Nessa acepção, é cabível afirmar que pressupostos onto-epistemológicos e axiológicos de uma teoria propiciam uma reflexão metódica sobre a autoridade e a verdade reivindicada por ela para o conhecimento (DUBERLEY; JOHNSON, 2016).

A abordagem metodológica científica ou filosófica delimita os caminhos possíveis de teorização na Teoria Organizacional (DUBERLEY; JOHNSON, 2016) e, por conseguinte, do *modus operandi* de importação e domesticação de *radical traveling theories* de outros domínios disciplinares. O delineamento da variedade de perspectivas filosóficas, que sustenta, implícita e explicitamente, as diferentes metodologias ou métodos, suscita a análise do processo social e político de produção conhecimento, das suposições sobre a natureza e o significado de ideias, de experiências, dos fenômenos e da realidade das RRTs (cf. RAMAZANOGLU; HOLLAND, 2002). Ao fazê-lo, indica como e se essas suposições podem estar conectadas (RAMAZANOGLU; HOLLAND, 2002). Inspirado nos textos de Daly (2010) e Duberley e Johnson (2016), sugiro alguns marcadores para examinar e, assim, julgar a consistência da reconstrução epistêmica incorrida na metodologia/método de uma RTT normativa:

i. Posicionamento teórico e interesse cognitivo da versão original *radical traveling theory* e de sua variante domesticada. Isso engloba seus motivos, pressupostos, escopos e historicidades que conduzem e dão forma a uma determinada construção de conhecimento;
ii. Congruência da metodologia/método da RTT com sua abordagem sociológica e seu interesse cognitivo. Analise da correspondência entre as crenças da teoria sobre o conhecimento, particularmente, aquelas provenientes dos pressupostos ontológicos, epistemológicos e axiológicos. Além disso, deve contemplar a possível emprego dessas crenças nos procedimentos e ferramentas de coleta e análise de “dados” das teorias. Tal análise de coerência metodológica ou metódica deve ser realizada tanto no âmbito interno das versões original e domesticada das RTTs, quanto comparativamente entre elas;
iii. Racionalidades da RTT original e sua versão domesticada para estabelecer rigor científico ou filosófico congruente com sua matriz epistêmica;

iv. Lentes analíticas ou racionais[156] pelas quais os fenômenos são examinados, em termos dos pressupostos da abordagem sociológica e da(s) matriz(es) epistêmica(s) de ambas as versões da RTT;

v. Os princípios, axiomas, preceitos, suposições e tipos de dados que justificam as hipóteses filosóficas dos métodos das versões original e domesticada da RTT. Isso envolve uma análise de quais desses elementos foram mantidos, removidos ou modificados com a reestruturação epistêmica da RTT. Além disso, o processo de domesticação da teoria incorreu na incoerência desses elementos na variante importada, bem como com os elementos da sua versão original.

Direciono minha atenção à axiologia. Esse termo origina-se das palavras gregas *axios* e *logos*, que correspondem, respectivamente, a valor e lógica. Enquanto teoria do valor, a axiologia busca compreender a natureza dos valores e juízos valorativos das declarações (HARTMAN, 2014). No tocante aos sistemas de produção de conhecimento, a axiologia aborda questões relacionadas ao que é valorizado e considerado desejável ou bom para uma teoria (HILL, 1984). De acordo com Hartman (1961; 2014), existem três dimensões de análise axiológica: valores intrínsecos, extrínsecos e sistêmicos. Cada uma dessas dimensões representa não apenas um tipo diferente de valor, mas também maneiras diferentes de avaliar um objeto — i.e., alguém ou algo. Em nossos juízos sobre o mundo, argumenta Hartman (1961; 2014), valorizamos os objetos de acordo com uma, ou a combinação, dessas dimensões. Utilizo a tipologia de valores desse autor para estabelecer marcadores axiológicos para o *framework* de importação de RTTs normativas.

O valor intrínseco é definido, consoante Hartman (2014), como o valor próprio ou puro de um objeto. É um tipo de valor que o objeto possui em si mesmo, por si mesmo ou em seu próprio direito. Esse valor sobrevem, exclusivamente, em virtude das características e propriedades internas de algo (RØNNOW-RASMUSSEN, 2015). Por ser inerente ao objeto, tal valor não necessita do cumprimento de certos critérios ou conceitos externos para justificá-lo. O valor em questão não deve ser usado como um meio para fundamentar quaisquer outras coisas, comenta Rønnow-Rasmussen (2015). Esse caráter não derivativo do valor intrínseco indica que não resulta de outros valores ou coisas a que esteja relacionado de alguma forma (HARTMAN, 2014). Ao

[156] Refiro-me as formas empíricas e não empíricas de compreensão dos fenômenos.

contrário, o valor de ordem intrínseca fornece os fundamentos para justificar os demais valores (HARTMAN, 2014).

Os valores extrínsecos remetem "[...] às características[/propriedades] relacionais que são externas ao [objeto] portador de valor" (RØNNOW-RASMUSSEN, 2015, p. 30, tradução nossa). São os valores pertencentes a algo, cujo fundamento deriva de outra fonte (RØNNOW-RASMUSSEN, 2015). O valor de algo é, dessa maneira, atribuído por meio de sua relação externa com outras coisas (HARTMAN, 2014). Qualquer objeto dignificado com valor extrínseco, observa Hartman (2014, p. 14, tradução nossa) "[...] não deveria ser bom em si mesmo, mas sim em [termos de] sua função". O valor extrínseco de algo alude à funcionalidade que possui em um determinado contexto, ou seja, as expectativas relacionadas à associação com outras coisas ou valores (HARTMAN, 2014). Há duas implicações que necessitam ser pontuadas sobre esse valor: a) o fato de algo possuir um valor extrínseco não exclui sua possibilidade de também ter valor intrínseco; b) o valor intrínseco tem uma certa prioridade sobre o valor extrínseco. O extrínseco é derivado ou reflexo do intrínseco e, portanto, deve ser explicado em termos desse último.

Além desses dois tipos de valores, existe também o valor lógico ou sistêmico. Consoante Hartman (2014, p. 14, tradução nossa), um valor sistêmico corresponde ao "[...] padrão formal de avaliação sistêmica [...]" de um objeto. Para que tenha valor, observa esse autor, o objeto deve atender ou cumprir os requisitos da organização lógica estabelecida para ele. Devido a estrutura de valor sistêmico possuir suas próprias características, o valor sistêmico de um objetivo resulta daquilo que ele é na estrutura do sistema em que pertence (HARTMAN, 2014). O entendimento do valor de um objeto depende do cumprimento dos critérios específicos da estrutura lógica a que pertence. Nessa perspectiva, a avaliação de valor do objeto tende a reduzi-lo a um elemento em um sistema. Assim senso, o que é valorizado, ou não valorizado, muda dependendo do sistema específico considerado para análise (HARTMAN, 2014).

Na minha interpretação da categorização de valores de Hartman (2014), concebo *radical traveling theory* normativa enquanto um objeto sobre o qual tecemos explicações de valor no processo de importação e domesticação na Teoria Organizacional. Na avaliação dos três tipos de valores, recomendo que, inicialmente, sejam identificados os valores intrínsecos da RTT normativa e seus valores extrínsecos incorporados pelo(s) seu(s) autor(es) ou por outros autores, ao longo da

vigência da teoria, em seu campo de origem. As ponderações sobre os valores intrínsecos da RTT objetivam, por exemplo, desvelar: a) o que a teoria valoriza; b) quais são seus valores básicos; c) por que e em que sentido ela é intrinsecamente valorosa.

Em relação aos valores extrínsecos da RTT, busca-se um entendimento da funcionalidade, da aplicabilidade dos valores intrínsecos da teoria. Aliado a isso, faz-se necessário compreender como os valores intrínsecos e extrínsecos relacionados da teoria estão posicionados e alinhados com os valores lógicos do sistema a que ela pertence. Acredito que existem dois sistemas que se sobrepõem para efeitos da teoria. O sistema da disciplina em que ela habita, ou seja, economia, política, sociologia, e filosofia, por exemplo. O sistema do círculo das matrizes epistêmicas e da abordagem sociológica sobre o qual a RTT apoia a justificação de suas proposições e pressupostos. Em seguida, deve-se efetuar uma apreciação de como os valores intrínsecos e extrínsecos da RTT normativa foram domesticados no campo de destino da teoria. Essa ação possui dois objetivos: a) proceder com uma análise comparativa entre o conjunto de valores dessa teoria em seus domínios de referência e alvo; b) verificar a coerência interna do novo arranjo dos valores da teoria domesticada. Na reconstrução epistêmica da RTT normativa, proponho a existência de quatro cenários no tocante a domesticação dos valores:

i. O conjunto de valores intrínsecos e extrínsecos da teoria, como constam em domínio de origem, foram mantidos quando ela foi domesticada na Teoria Organizacional. Além disso, a reconstrução epistêmica manteve a abordagem sociológica e a(s) matriz(es) da teoria. Nesse caso, devemos analisar se esse conjunto é coerente com o valor lógico da disciplina de Teoria das Organizações. Após a transposição da teoria para o domínio da TO, é imperativo questionar se os valores intrínsecos ainda justificam os extrínsecos e se os últimos conferem funcionalidade similar aos primeiros na teoria domesticada, quando comparada com sua versão original;
ii. O conjunto de valores intrínsecos da teoria, como constam em domínio de origem, foram mantidos, porém alguns valores extrínsecos foram subtraídos e outros adicionados, quando ela foi domesticada na Teoria Organizacional. A reconstrução epistêmica manteve a abordagem sociológica e a(s) matriz(es) da teoria. É preciso analisar se os valores intrínsecos e novo conjunto de valores extrínsecos são coerentes com o valor lógico da disciplina de TO. Ademais,

deve-se investigar se a relação estabelecida entre os valores intrínsecos e novo conjunto de valores extrínsecos é ou não coerente. Similar ao cenário i), é mister ponderar se os valores intrínsecos ainda justificam os extrínsecos e se os últimos conferem funcionalidade similar aos primeiros na teoria domesticada, quando comparada com sua versão original;

iii. O conjunto de valores intrínsecos da teoria, como constam em domínio de origem, foram modificados, em contrapartida os valores extrínsecos mantiveram-se, quando ela foi domesticada na Teoria Organizacional. Novamente, a reconstrução epistêmica conservou a abordagem sociológica e a(s) matriz(es) da teoria. Faz-se necessário analisar se o novo conjunto de valores intrínsecos e os valores extrínsecos ainda são coerentes com o valor lógico da disciplina de TO. Outrossim, deve-se investigar se a relação estabelecida entre os valores intrínsecos e extrínsecos é ou não coerente. Após a importação da teoria para o campo da TO, é importante questionar se os valores intrínsecos ainda justificam os extrínsecos e se os últimos conferem funcionalidade similar aos primeiros na teoria domesticada, quando comparada com sua versão original;

iv. O conjunto de valores intrínsecos e extrínsecos da teoria, como constam em domínio de origem, foram modificados quando ela foi domesticada na Teoria Organizacional. A reconstrução epistêmica conservou a abordagem sociológica e a(s) matriz(es) da teoria. Faz-se necessário analisar se o novo conjunto de valores intrínsecos e de valores extrínsecos ainda são coerentes com o valor lógico da disciplina de TO. Ademais, deve-se investigar se a relação estabelecida entre os valores intrínsecos e os valores extrínsecos é ou não coerente. Após a importação da teoria para o campo da TO, é importante questionar se os valores intrínsecos ainda justificam os extrínsecos e se os últimos conferem funcionalidade similar aos primeiros na teoria domesticada, quando comparada com sua versão original.

Ressalto que existem quatro cenários adicionais. Eles mantêm as mesmas combinações e características entre os valores intrínsecos e extrínsecos da RTT normativa, conforme descrito acima. Esses cenários diferenciam-se dos demais em dois aspectos interrelacionados: a) a reconstrução epistêmica não conservou a abordagem sociológica e a(s) matriz(es) da teoria; por conseguinte, b) é importante

analisar se o (novo) conjunto de valores intrínsecos e os (novos) valores extrínsecos não são apenas coerentes com o valor lógico da disciplina de TO, mas também com as abordagens sociológicas e as matrizes epistêmicas modificadas.

Detenho-me a apresentar a noção de ideologia e os marcadores incorporados aos elementos do círculo das matrizes epistêmicas, com o objetivo de examinar o *modus operandi* da importação e domesticação de RTTs normativas na Teoria Organizacional. Segundo Cowling (2021), os compromissos das teorias não se limitam à ontologia, mas também incluem sua ideologia. Embora a investigação sobre a ideologia e sua interface com a ontologia estejam implícitas em uma série de debates metafísicos recentes (COWLING, 2021), faz-se necessário evidenciar a distinção entre esses dois termos. A esse respeito, Quine (1951, p. 14, tradução nossa) esclarece que:

> Dada uma teoria, um aspecto filosoficamente interessante dela que podemos investigar é sua ontologia: quais entidades [...] devem variar se a teoria for verdadeira? Outro aspecto não menos importante que podemos inquirir é a sua ideologia (esta parece a palavra inevitável, apesar das conotações indesejadas): que ideias podem ser expressas nela? [...]. A ideologia de uma teoria é uma questão de saber o que os símbolos significam; a ontologia de uma teoria é uma questão de saber o que as asserções dizem ou implicam que existe.

Não obstante ontologia e ideologia sejam domínios separáveis (QUINE, 1951), eles influenciam-se mutuamente (COWLING, 2021). As questões de ordem ideológica podem restringir os compromissos ontológicos em virtude dos ideais admissíveis que permitem, comenta Cowling (2021). Isso não significa afirmar que a ontologia de uma teoria possui uma correspondência simples e direta com sua ideologia (COWLING, 2021). Duas teorias distintas podem partilhar da mesma ontologia, enquanto possuem ideologias divergentes (QUINE, 1951; COWLING, 2021).

Salientada as especificidades desses dois domínios, resta-me expor uma noção formal de ideologia. Para tal recorro a definição sugerida por Hamilton (1987, p. 38, tradução nossa):

> Uma ideologia é um sistema de ideias, crenças e atitudes normativas coletivamente mantidas e supostamente factuais que defendem um determinado padrão de relações e arranjos sociais, e/ou que visa justificar um determinado padrão de conduta, que seus proponentes procuram promover, realizar, perseguir ou manter.

De acordo com Hamilton (1987), essa definição é coerente e suficientemente ampla, embora razoavelmente circunscrita, para atender aos requisitos de sua aplicação em pesquisas científicas. Ela indica o tipo de ideias, crenças e atitude que constituem as ideologias. Além disso, essa definição aponta para um entendimento normativo da ideologia. Busca-se, então, compreender e justificar a normatividade de padrões sociais e de conduta, ao invés de fazer afirmações sobre suas causas ou funções possam ou não ser empiricamente verdadeiras sobre tais ideias, crenças e atitudes (HAMILTON, 1987).

Diante do exposto, proponho quatro marcadores de ordem ideológica para examinar os processos de importação e domesticação de *radical traveling theory* no domínio da Teoria das Organizações. O primeiro marcador da ideologia remete a caracterização do grupo, classe, comunidade ou movimento, por exemplo, que aceita e dissemina determinado sistema de pensamento ideológico. A ideologia, declara Hamilton (1987, p. 23, tradução nossa) é um "[...] sistema de crenças que está associado a uma classe ou grupo particular, ou a uma comunidade inteira". A identificação da comunidade — seja científica, ordinária ou filosófica — defensora de uma *radical traveling theory* pode sinalizar a ideologia que teoria pertence. Por exemplo, uma RTT marxista sinaliza uma ideologia marxista; já uma RTT liberal, uma ideologia liberalista.

As ideias, crenças e atitudes propositivas de cunho normativo correspondem ao segundo marcador de análise da ideologia da *radical traveling theory* normativa. Busca-se um sistema interligado de ideias que possui consistência lógica, empírica ou de quaisquer outros tipos entre cada um desses três elementos. É importante frisar que, embora os elementos de comprometimento ideológico estejam geralmente inter-relacionados de alguma forma, nem sempre eles estão, explicitamente, formulados ou declarados em uma teoria (HAMILTON, 1987; COWLING, 2021). As ideias podem ser, vagamente, estruturadas, apresentadas de maneira ambígua ou, até mesmo, de modo contraditório (HAMILTON, 1987; COWLING, 2021).

Os elementos de compromisso ideológico devem, consoante Hamilton (1987), conter declarações factuais e de caráter normativo que expressem, por exemplo, valores morais, intenções, desejos pretendidos, normas e argumentos éticos de uma teoria. A ideologia da teoria é composta por proposições normativas e factuais, cujo sistema de afirmações é factual por natureza, mas que, na verdade, expressa valores ou normas (HAMILTON, 1987). Esse é o terceiro marcador para delinear a visão

ideológica de uma teoria. As ideias, crenças e atitudes proposicionais da teoria, aliadas as suas declarações factuais ou normativas, incorporam, em um sentido amplo, noções do mundo social em geral, do homem, de sua natureza e de seu lugar no mundo, assim como as implicações para vida social (HAMILTON, 1987). Essas considerações correspondem ao quarto marcador ideológico.

Uma ideologia busca convencer alguém sobre o que ela afirma, argumentando a favor ou contra um conjuntos de ideias, crenças e atitudes (HAMILTON, 1987). O último marcador refere-se a capturar os aspectos de legitimação e justificação das ideias, crenças e atitudes proposicionais de uma ideologia. Uma das características da ideologia, expõe Hamilton (1987), é definir os conceitos enquanto algo orientado para a ação e, ao mesmo tempo, reflexivo dos interesses que a teoria procura persuadir. Em muitos casos, as teorias exibem reivindicações, argumentos e razões, sejam favoráveis ou contrárias, a algum comportamento, ação, conduta, valor, preferência, e visão, exempli gratia (HAMILTON, 1987). A intenção não reside somente em persuadir as pessoas a aceitarem os argumentos inerentes de uma ideologia em uma dada teoria, mas também em declarar a legitimidade de suas afirmações sobre algo (HAMILTON, 1987). Há uma preocupação em demonstrar o valor, validade, significado, racionalidade, retidão, e moralidade de um modo de vida, padrão de conduta ou programa de ação circunscrito por uma ideologia, atesta o autor.

Além desses marcadores ideológicos, sugiro que as condições de escopo[157] de uma teoria podem ser usadas para sinalizar, preliminarmente, sua ideologia. Essas condições denotam a historicidade, os contextos de produção/aplicação e as condições de valor de uma *radical traveling theory* normativa. É possível acessar o período histórico da teoria e, assim, escavar as condições sociais, políticas, econômicas e culturais de sua origem, as razões de sua proposição, e os valores que promulga. Com isso, podemos recuperar algumas informações que nos auxiliem a responder, por exemplo, alguns questionamentos sobre a versão original da RTT: a quem ou ao que a teoria se opôs? por que e para que foi criada? que ideias e pensamentos a fundamentam? a teoria manteve as mesmas ideias, valores e justificativas durante sua vigência no seu campo de origem? ou, os ideias e valores da teoria sofreram modificações devido a ajustes incorridos nos seus argumentos e conceitos centrais ao longo de sua validade no seu domínio de referência?

[157] Essas condições foram apresentadas no Capítulo 2,

Questionamentos similares podem ser endereçados a variante domesticada da RTT normativa na Teoria Organizacional, a saber: a quem ou ao que a teoria domesticada se opôs no campo da TO? por que e para que foi importada? que ideias e pensamentos a fundamentam? após sua reestruturação epistêmica, a teoria manteve as mesmas ideias, valores e justificativas da sua versão original? ou, os ideias e valores da teoria sofreram modificações devido a domesticação de seus argumentos e conceitos centrais quando aplicada no domínio da TO?

Aliado as condições de escopo, proponho que os conceitos principais de uma *radical traveling theory* normativa têm potencial para desvelar a ideologia de uma teoria. Os conceitos indicam as categorias centrais de teorização, argumentação e análise da teoria. As afirmações proposicionais contidas nos conceitos e suas respectivas definições podem incorporar declarações factuais ou normativas relativas ao comprometimento ideológico da teoria. A análise da epistemologia da *radical traveling theory* normativa auxilia no entendimento de como suas ideias, crenças e atitudes proposicionais são justificadas, enquanto verdades. Por fim, os interesses cognitivos trazem à baila questões ideológicas referentes aos diferentes tipos de ciência e, portanto, teoria.

O objetivo da análise do comprometimento ideológico é comparar se a teoria domesticada conservou ou alterou a ideologia de sua versão original, após sua transposição e acomodação no campo da Teoria das Organizações. Caso mantenha a mesma ideologia da versão original da RTT normativa, devemos questionar se essa ideologia é coerente com os propósitos de aplicação dessa teoria na TO. Considerando a situação em que o comprometimento ideológico da RTT normativa foi modificado, é mister perguntar se: esse câmbio de ideologia é razoável e coerente com a abordagem sociológica e a(s) matriz(es) epistêmica(s) da RTT normativa em seu domínio de origem? essa nova ideologia legitima e justifica as ideias, crenças e atitudes proposicionais da versão domesticada da teoria na TO? Em ambas as situações, o que está em jogo são as consequências das considerações incoerentes — derivadas da importação e domesticação — da RTT normativa para construção de conhecimento acerca dos fenômenos organizacionais.

4.4 OS QUATRO ESPAÇOS MENTAIS E AS REDES DE INTEGRAÇÃO CONCEITUAL DE GILLES FAUCONNIER E MARK TURNER

A noção de integração conceitual[158] — i.e., IC — é descrita e articulada por Fauconnier e Turner (2002) em termos de redes de integração. Tal noção corresponde a uma operação mental básica relacionada ao processo de construção de sentido na vida cotidiana, nas artes, e nas ciências (FAUCONNIER; TURNER, 2003). A IC, cometam Fauconnier e Turner (1998), desempenha um papel fundamental na produção de novos significados, perspectivas e compreensões conceituais dos fenômenos. Em sua forma mais básica, uma rede de integração conceitual é constituída por quatro espaços mentais interconectados: a) dois Espaços de Entrada, parcialmente, combinados; b) um Espaço Genérico constituído pela estrutura comum às entradas[159]; c) um Espaço Integrado[160], também denominado de Integrado (FAUCONNIER; TURNER, 2002). De acordo com esses estudiosos, os espaços mentais possuem dois componentes internos: uma estrutura de organização[161] e elementos relacionados. A Figura 13 exibe o modelo da Rede de Integração Conceitual dos Quatro Espaços Mentais — i.e., RICQEM — desenvolvido por Fauconnier e Turner (1998; 2002; 2003).

Os seis princípios teóricos que, consoante Fauconnier e Turner (2002), regem a IC nas redes de espaços mentais são:

i. Princípio de integração: o Integrado pode ser manipulado como uma unidade, sendo, frequentemente, usado como espaço de entrada para outras redes;
ii. Princípio da topologia: as relações no Espaço integrado devem corresponder às suas contrapartes nos Espaços de Entrada;
iii. Princípio da teia: a manipulação do Integrado, enquanto uma unidade, deve preservar a teia dos mapeamentos para os EEs;
iv. Princípio da descompactação: o Espaço Integrado deve permitir que os intérpretes possam inferir[162] ou reconstruir a estrutura de toda a rede;

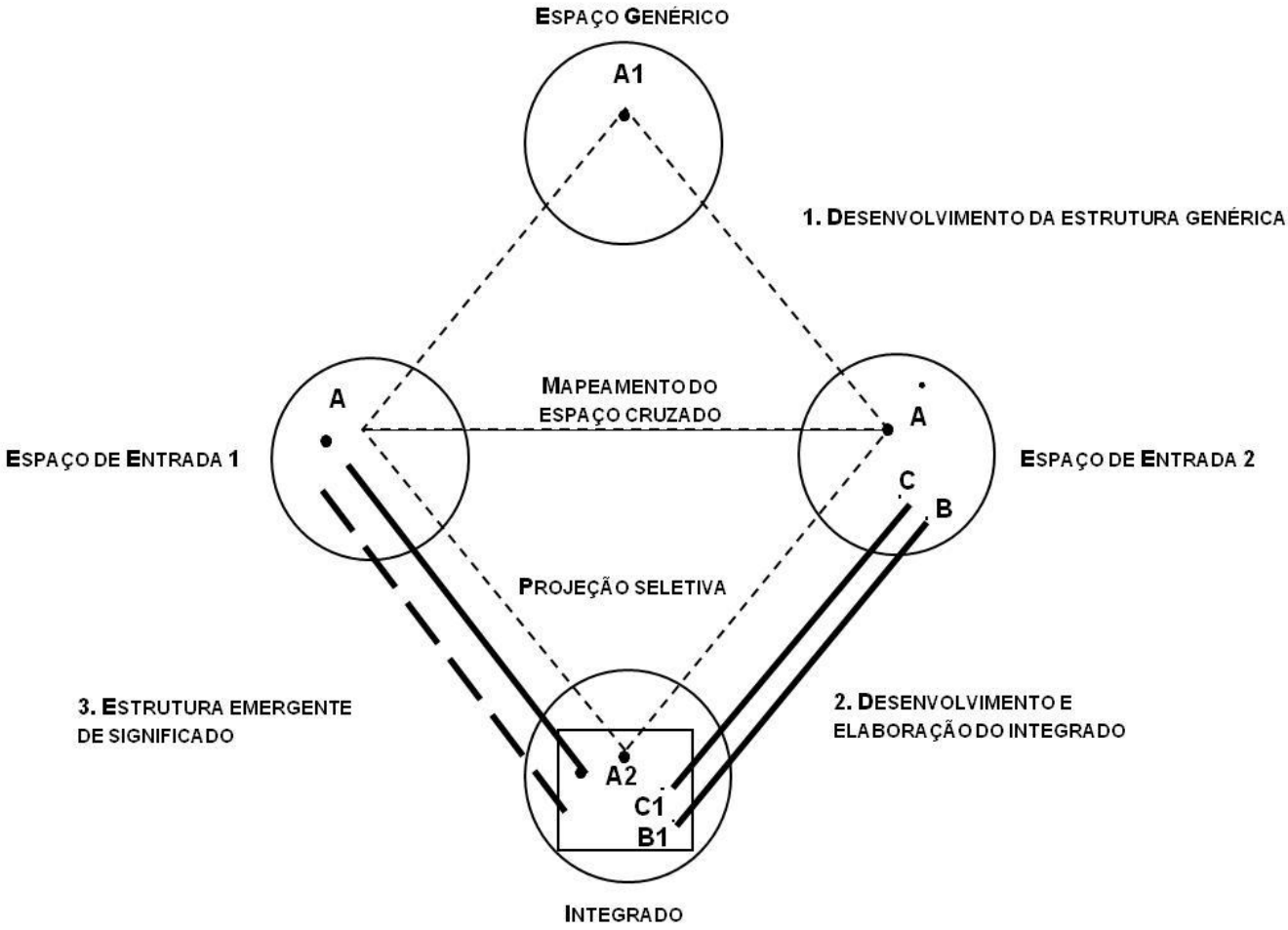
---

[158] O termo original em inglês é *conceptual blending* (FAUCONNIER; TURNER, 2002).
[159] Um Espaço de Entrada é também denomina de entrada (FAUCONNIER; TURNER, 2002).
[160] Espaços de Entrada, Espaços Genérico e Espaço Integrado são as traduções dos termos *input spaces*, *generic space*, e *blended space*, respectivamente (FAUCONNIER; TURNER, 2002).
[161] A estrutura de organização é denominada de *organizing frame* por (FAUCONNIER; TURNER, 2002).
[162] De acordo com Fauconnier (2005, p. 298-299, tradução nossa), "[i]nferência é um termo da lógica que remete a Aristóteles e ao fato de haver padrões de pensamento. Portanto, tomemos a premissa

v. Princípio da relevância: o Integrado atribui significado aos seus elementos no momento em que inclui elos relevantes para outros espaços;

vi. Princípio da compressão: o nível de abstração das relações vitais deve ser reduzido para que possa atingir um tamanho gerenciável no Integrado.

Figura 13 (4) – Modelo dos quatro espaços



Fonte: adaptado de Fauconnier e Turner (2003, p. 59, tradução nossa) e Cornelissen (2004, p. 711, tradução nossa).

Por questões meramente didáticas, início minha explanação sobre a RICQEM com a descrição dos componentes internos dos espaços mentais. Em seguida, explico as propriedades de cada um desses espaços. A estrutura de organização, afirmam

---

'todos os homens são mortais' e, se 'Sócrates é homem', você pode inferir que 'ele é mortal'. Isso é inferência em termos lógicos. É claro que nós fazemos muitas inferências sem que expliquemos, através da lógica, cada passo delas. Nós fazemos muitas inferências dessa ordem, simplesmente, porque temos padrões cognitivos muito complexos. [...]. Se, por exemplo, alguém sai pela porta do escritório, inferimos que ele está do lado de fora do escritório".

Fauconnier e Turner (2002), propicia um conjunto de relações organizadoras — sejam lógicas, semânticas, analógicas ou de sintaxe conceitual — entre os elementos de um espaço mental. Essa estrutura “[...] fornece uma topologia para o espaço [mental] que organiza [...]”, à proporção que “[...] especifica a natureza das atividades, dos eventos, e dos elementos relevantes [...] [do espaço]” (FAUCONNIER; TURNER, 2002, p. 123, tradução nossa). As estruturas em questão viabilizam formas variadas de organização sistemática de conhecimento (FAUCONNIER, 2005).

A estrutura de organização é constituída por diversos elementos relacionados, como, por exemplo, entidades, eventos, situações, comportamentos, relações de causa-efeito, memórias episódicas, esquemas de imagens, conceitos, teorias, forças dinâmicas, e emoções (FAUCONNIER; TURNER, 2003). Para efeitos desta tese, os elementos dos espaços mentais correspondem aos componentes da estrutura teórica/abordagem sociológica — e.g., conceitos, proposições, ontologia, epistemologia, metodologia/método, axiológia e ideologia — de uma *radical traveling theory* normativa. Todos os elementos de um espaço interagem sob a base de padrões significativos e previsíveis, possibilitanto a realização de inferências a partir desses elementos (FAUCONNIER; TURNER, 2002).

A primeira fase do RICQEM corresponde ao desenvolvimento da Estrutura Genérica, que culmina na formação do Espaço Genérico — i.e., EG. Esse é um espaço abstrato, que reflete as comunalidades entres os Espaços de Entrada. Na Figura 13, o elemento A1 representa a comunalidade resultante do compartilhamento do elemento A pertencente a cada Espaço de Entrada — i.e., EE. O EG é, portanto, construído com base nos elementos partilhados e nas relações estruturais semelhantes em ambos os EEs (FAUCONNIER; TURNER, 2002). A formação do EG decorre das semelhanças identificadas na estrutura e nas formas representacionais dos elementos, em seus respectivos Espaços de Entrada, e não apenas nas propriedades superficiais dos elementos (FAUCONNIER; TURNER, 2002). No domínio do Espaço Genérico, os elementos partilhados dos EEs são codificados e as relações entre eles são estabelecidas (FAUCONNIER; TURNER, 1998). O intuito é

construir analogias e produzir inferências não-lógicas[163] acerca dos significados dos elementos e suas vinculações (FAUCONNIER; TURNER, 1998).

A concepção do Espaço Genérico oportuniza o surgimento de um tipo de estrutura de organização em que as similaridades estruturais entre determinados elementos dos Espaços de Entrada podem ser especificadas, ressaltam Fauconnier e Turner (2002). A emergência do EG, dessa forma, permite identificar as estruturas de organização dos EEs, tidas como paralelas, bem como constituir o mapeamento das correspondências entre as estruturas dos EEs (FAUCONNIER; TURNER, 2003). A correspondência entre Espaços de Entrada sinaliza que suas estruturas de organização são, parcialmente, equivalentes (FAUCONNIER; TURNER, 1998). O compartilhamento de uma topologia entre as entradas institui o mapeamento do espaço cruzado[164] — i.e., MEC (FAUCONNIER; TURNER, 2002). Esse mapeamento possui duas funções principais: a) conectar as contrapartes — e.g., os elementos e as relações entre eles — correspondentes dos espaços mentais de entrada (FAUCONNIER; TURNER, 2002; 2003); b) promover a transferência de informações específicas acerca dos elementos semelhantes do EE1 para o EE2, com o objetivo de projetá-las para o espaço mental integrado (FAUCONNIER; TURNER, 1998). Após a constituição do EG, alguns aspectos da estrutura da organização genérica e algumas das equivalências, relacionadas no MEC, entre os elementos dos EEssão seletivamente projetadas para compor o Espaço Integrado — i.e., EI (FAUCONNIER; TURNER, 1998;2003). Em vista do exposto, é plausível descrever a essência da primeira fase do RICQEM da seguinte maneira:

> "[...] [essa fase consiste em] construir uma correspondência parcial entre os espaços mentais de entrada, para projetar seletivamente [alguns de seus elementos para] um novo espaço mental 'integrado', [capaz de desenvolver] dinamicamente a estrutura emergente [de significado]" (FAUCONNIER; TURNER, 2003, p. 57-58, tradução nossa).

O desenvolvimento e elaboração do Espaço Integrado — i.e., EI — evidencia a segunda fase do RICQEM. Esse espaço "[...] consiste em, parcialmente, combinar

[163] As inferências não-lógicas possibilitam que o modelo dos quatros espaços mentais vá além da analogia. Este modelo não se refere apenas à transferência da informação associada à estrutura comum dos domínios conjugados — i.e., EE1 e EE2 —, mas também as correspondências não-analógicas (FAUCONNIER, 2005).

[164] O termo correspondente em Inglês é *cross-space mapping.*

as duas entradas e projetar seletivamente [os elementos desses] dois espaços de entrada em um quarto espaço mental, o espaço integrado" (FAUCONNIER; TURNER, 2003, p. 59-60, tradução nossa). O Integrado contém uma estrutura emergente, bem como alguns dos elementos escolhidos e mapeados nas entradas por meio de projeção seletiva[165] (FAUCONNIER; TURNER, 2003). No caso da Figura 13, o elemento A dos EE1 e EE2 e os elementos B e C do EE2 foram projetados no Integrado.

Sobre a projeção seletiva, Fauconnier e Turner (1998) alertam que nem todos os elementos — e, portanto, as relações entre eles — pertencentes aos Espaços de Entrada devem fatalmente ser arremetidos no Espaço Integrado. Ademais, os elementos de um espaço de entrada não necessitam de contrapartes na outra entrada para serem projetados no EI (FAUCONNIER; TURNER, 2002). Um elemento de uma entrada desprovido de contraparte na outra entrada pode compor o Integrado (FAUCONNIER; TURNER, 2003). No momento em que nem sempre todas as contrapartes presentes nos EEs são fundidas no EI, existe a chance do Integrado ser composto por elementos das entradas que não possuem equivalência entre si (FAUCONNIER; TURNER, 2002;2003). Visto por esse ângulo, o Espaço Integrado pode ser construído a partir da transmissão de elementos e de suas contrapartes exclusivos de cada um dos Espaços de Entrada (FAUCONNIER; TURNER, 2003). Esse é o caso dos elementos B e C do EE2, conforme ilustrado Figura 13.

As relações vitais constituem, apontam Fauconnier e Turner (2002), um aspecto essencial da integração conceitual da rede de espaços mentais. Elas são os elos que conectam os elementos e as estruturas através desses espaços (FAUCONNIER; TURNER, 2002). Essas relações são conceituais, sendo estabelecidas na compactação do Integrado (FAUCONNIER; TURNER, 2003). Os elos estabelecidos entre espaços de entrada são denominados de espaço exterior[166] (FAUCONNIER; TURNER, 2002). O espaço interior corresponde as relações do espaço externo que foram compactadas no Espaço Integrado (FAUCONNIER; TURNER, 2002). Existem dois processos que regem a dinâmica das relações vitais: a) compactação; b) descompactação (FAUCONNIER; TURNER, 2003).

---

[165] O correspondente em inglês deste termo é *selective projection* (FAUCONNIER; TURNER, 2002).

[166] Enquanto o espaço externo corresponde ao termo *outer-space*; o espaço interno é denominado de *inner-space* (FAUCONNIER; TURNER, 2002;2003).

A compactação reduz os níveis de abstração, complexidade e universalidade dos conceitos, tornando-os concretos, configurativos e situados (FAUCONNIER; TURNER, 2003). Nesse processo, os elementos das entradas sofrem atenuações em seus níveis de abstração conceitual quando projetados no Espaço Integrado; embora permaneçam vinculados às suas contrapartes nos EEs e EG (FAUCONNIER; TURNER, 2002). Com isso, é possível reconstruir completamente os significados primeiros dos elementos, como concebidos nas entradas. Esse processo de reconstrução consistem em descompactar os elementos transferidos para o Integrado (FAUCONNIER; TURNER, 2002).

A descompactação oportuniza a reconstrução ou a recuperação do significado primeiro dos elementos projetados no EI, assim como das relações vitais estabelecidas nesse espaço (FAUCONNIER; TURNER, 2003). Como "[...] uma das qualidade do [Espaço Integrado] é reter em si mesmo o germe de toda a rede [de espaços mentais]" (FAUCONNIER; TURNER, 2002, p. 332, tradução nossa), as compressões realizadas em todos os elementos e suas contrapartes são passíveis de serem descompactadas. A descompactação envolve, portanto, a identificação dos recursos das entradas, possibilitando rastrear as fontes originais dos seus elementos e de suas relações (FAUCONNIER; TURNER, 2003).

De acordo com Fauconnier e Turner (2002), as relações vitais envolvem elos de analogia, causa-efeito, categoria, disanalogia, espaço, exclusividade/singularidade, identidade, intencionalidade, mudança, papel, parte-todo, propriedade, representação, similaridade e tempo. O Quadro 19 apresenta as relações vitais, suas caracterizações e correspondências, conforme descritas por Fauconnier e Turner (2002, p. 89-113, tradução nossa). Os elos atuam de forma interdependente no processo de integração conceitual. As relações vitais entre entradas podem ser compactadas ou descompactadas em outras relações vitais no Integrado (FAUCONNIER; TURNER, 1998). A respeito dessa interdependência, Fauconnier e Turner (2000, p. 291, tradução nossa, grifo nosso) explicam que:

> [...] uma relação vital do espaço exterior entre as entradas pode ser compactada em uma relação vital do espaço interior do mesmo tipo no integrado, como[, por exemplo,] quando um longo intervalo de tempo é compactado em um curto intervalo. Contudo, uma relação vital no espaço exterior [pode ocorrer] [...] quando a mudança do espaço exterior é compactada na singularidade do espaço interior, ou

> [quando] o espaço exterior de causa-efeito é compactado na identidade do espaço interior. [...].

Em virtude dos processos de compactação/descompactação, o processo de integração conceitual dos elementos resulta na criação de uma estrutura emergente de significado — i.e., EES — no Espaço Integrado (FAUCONNIER; TURNER, 2003). Essa estrutura demarca a terceira fase do modelo dos quatro espaços mentais. Na Figura 13, a estrutura emergente está reprensentada pelo quadrado dentro do Espaço Integrado. A EES mescla elementos e estruturas dos Espaços de Entrada em diferentes níveis de abstração conceitual, resultando, assim, em um híbrido formal (FAUCONNIER; TURNER, 2002). O papel da EES é construir significados originais e singulares com base nos elementos e suas contrapartes projetados no Integrado (FAUCONNIER; TURNER, 1998). Um significado é inédito e único se não existir como tal, antes da integração conceitual, nos Espaços de Entrada ou no Espaço Genérico (FAUCONNIER; TURNER, 2002; 2003).

A EES surge da fusão ou de novas elaborações dos elementos dos Espaços de Entrada no Integrado (FAUCONNIER; TURNER, 1998). Na Figura 13, isso está representado pelos elementos A2, B1 e C1, localizados dentro da estrutura emergente — i.e., quadrado — no Integrado. O Espaço Integrado encapusla, portanto, significados originais e emergentes não redutíveis a meras cópias idênticas das significações encontradas nas entradas (FAUCONNIER; TURNER, 1998). A Integração Conceitual não deve ser, portanto, reduzida a um simples processo composicional de elementos díspares e convergentes (FAUCONNIER; TURNER, 2002; 2003).

A Integração Conceitual não se limita a realizar um espelhamento da composição de significados prévios encontrado nas correspondências entre os elementos selecionados nos EEs, mapeados no EG e, posteriormente, projetados no Integado (FAUCONNIER; TURNER, 1998). Ao contrário, o processo de integração, afirma Fauconnier (2005), é uma fonte rica de significados inéditos, inseparavelmente, ligada à inferência contextual, à questão idiossincrática e à criatividade. Um significado resultante da IC não é descrito e, assim, explicado apenas com referência às suas partes constituintes, ou seja, os elementos e suas contrapartes nos EEs; mas também, com às novas redes semânticas construídas no Integrado (FAUCONNIER; TURNER, 2002).

Quadro 18 (4) – Características e correspondências das Relações Vitais

RELAÇÃO VITAL	DESCRIÇÃO
Analogia	Associa elementos distintos dos espaços de entrada, por intermédio de raciocínio, de modo a obter uma mesma estrutura de organização entre os EEs. A analogia depende da compactação da relação vital papel-valor. Suponha uma rede formada pelos elementos A, B, C, D, AC e AD, dispostos nos seus diferentes espaços mentais. O elemento A e B assumem a qualidade de papel no EE1. Já os elementos C e D são valores no EE2. O Integrado é composto pelas projeções AC e AD. Nessa rede, há um conector de identidade que compactou duas relações papel-valor com o mesmo papel no EE1, embora com valores diferentes no EE2. Isso nos permite afirmar que os elementos AC e AD são análogos. Quando dois espaços de entrada adquirem uma estrutura de organização comum no Integrado, eles estão conectados por relações de análogia;
Causa-efeito	Conecta um elemento do EE1, enquanto causa, com outro elemento B do EE2, como seu efeito. As conexões de causa-efeito entre os elementos das entradas estão vinculadas às relações de tempo, espaço e mudança firmadas entre esses dois espaços mentais. Considere, por exemplo, três elementos: A no EE1, B no EE2 e C no Integrado. Na relação de causalidade entre esses elementos, A provoca uma mudança em B. Isso promove o surgimento do elemento C. A é a causa de C. C é o efeito do agir de A em B. Para que C ocorra A e B precisam estar no mesmo espaço, neste caso o Integrado. No que se refere ao tempo da relação causa-efeito, o EI é posterior as entradas. O EE2 é posterior ao EE1.
Categoria	Essa relação vital assemelha-se à propriedade. O status mais óbvio de uma categoria é uma relação vital do espaço interno, que conecta os elementos das entradas às categorias que pertencem no Integrado. A integração conceitual tende a compactar as relações vitais do espaço externo em Categoria no espaço interno do Integrado. A analogia entre os elementos A e B das entradas pode ser compactada em uma relação de Categoria no Espaço Integrado, como, por exemplo, em que A é B.
Dissanalogia	Baseia-se na relação vital de Analogia. Consiste em estabelecer diferenças entre dois ou mais elementos que são, completamente, semelhantes. A disanalogia é compactada em mudança. A disanalogia entre vários elementos em diferentes temporalidades pode, por exemplo, corresponder a mudança deles em um único, exclusivo elemento no Integrado. Alternativamente, se o Espaço Integrado é composto por vários elementos com o mesmo papel, os valores análogos podem ser trazidos como valores separados para esses elementos múltiplos.
Espaço	é uma relação vital que opera de forma similar ao tempo. Os espaços mentais possuem, normalmente, elementos e relações compartilhados entre eles. Quando esses elementos e relações são organizados em agrupamentos já conhecidos, o espaço mental é estruturado. A relação vital de espaço compacta elementos pertencentes a entradas separadas em um único Espaço Integrado. As integrações conceituais são, frequentemente, compactadas nesse espaço.
Exclusividade	A exclusividade denota que o significado obtido das compactações dos elementos dos espaços de entradas podem gerar novos significados não pertencentes a nenhuma das entradas. Muitas das relações vitais entre os EEs são compactadas de maneira exclusiva no Integrado.
Identidade	Não obstante as possíveis diferenças manifestas entre os espaços mentais, seus elementos estão vinculados às relações de identidade. A identidade é demarcada por meio de conexões entre os elementos dos espaços. A semelhança objetiva ou características visíveis compartilhadas dos elementos não são critérios para estabelecer os elos de identidade entre os espaços. Ao contrário, a identidade é estipulada pela imaginação, ou seja, é algo que a imaginação deve construir ou desmontar. A construção da identidade de algo não obriga que os conectores identitários sejam da ordem um-para-um entre os espaços. Um elemento no EE1 pode ter duas contrapartes de identidade no EE2, por exemplo. Normalmente, as relações de identidade estão associadas às de mudança, tempo e causa-efeito. Os processos de compactação e descompactação dos elementos e suas relações no Integrado tendem a criar ou desintegrar identidades. No EI, as relações de identidade são, geralmente, compactadas em elos de exclusividade.
Intencionalidade	Inclui um grupo de relações vitais associado à esperança, desejo, medo, memória, crença e outras atitudes mentais e disposições direcionadas ao conteúdo dos elementos. As interpretação são realizadas com base em ações e reações intencionais. Tudo o que fazemos, pensamos e sentimos são baseados em relações que abrangem intencionalidade.
Mudança	É uma relação vital que conecta um elemento a outro elemento e, conjuntos de elementos a outros conjuntos, com o objetivo de modificá-los. Os espaços mentais não são estáticos, o significado dos elementos, a linguagem, a perspectiva epistêmica adotada, e os analistas dos fenômenos tendem a mudar com o tempo, por exemplo. A mudança em elementos particulares ocorre dentro dos limites de um único espaço mental, ou entre vários espaços. Um elo de mudança no espaço exterior é, geralmente, agrupado com uma relação de identidade entre Espaços de Entrada. Mesmo nos caso em que não há nenhum conector de identidade entre os elementos das entradas, a mudança pode compactá-los em relações de exclusividade, formando um significado único e singular, no Integrado. A ausência da relação de identidade no espaço exteno propicia elos de causa-efeito, analogia e disanalogia.
Papel/Função	Papéis têm como suas contrapartes valores. Os papéis representam determinadas funções, sejam sociais, instrumentais, ou de quaisquer outras ordens. Nas relações de espaço interno e externo, um elemento, na qualidade de papel, é vinculado a outro elemento, que é considerado seu valor. Os elementos não são tipificados enquanto papéis ou valores no sentido absoluto, mas sempre em relação a outros elementos. A compactação papel-valor tende a gerar compactações identitárias exclusivas no Integrado.
Parte-todo	É uma relação vital que funde redes de mapeamentos parte-todo entre entradas no Integrado. O todo é construído a partir dos elementos, enquanto partes, mais salientes dos espaços mentais. A parte é extraída das entradas. Já o todo é projetado no Espaço Integrado. A parte denota a identidade do todo. A conexão entre parte-todo nas entradas é compactada no Integrado, tornando-se exclusiva nesse último espaço. As partes e o todo são compactados no Integrado, de modo que a causalidade entre as partes é transferida para o todo.
Propriedade	Conecta os elementos às suas propriedades. Por exemplo, uma xícara azul tem a propriedade de ser azul. O *status* mais óbvio de uma propriedade é estabelecido em uma relação vital no espaço interno. A integração conceitual, normalmente, compacta umarelação vital do espaço-exterior em relações de propriedade no Integrado. Por exemplo, os elos de causa-efeito do espaço exterior podem ser compactados em relações de propriedade no Espaço Integrado.
Representação	As entradas são fontes de representações a partir das quais uma rede de integração conceitual é construída. Em tal rede, uma entrada pode ter uma representação da outra. Enquanto uma entrada corresponde ao item representado, a outra refere-se ao elemento que o representa. No Integrado, as relações de representação denotam conectores de identidade e de parte-todo. No Espaço Integrado, os elos representações são, tipicamente, compactadas em relações de exclusividade.
Similaridade	É uma relação vital do espaço interno que conecta elementos com propriedades compartilhadas. Relações mais difusas entre elementos no espaço-exterior podem ser compactadas em similaridade no Integrado. A analogia do espaço exterior pode ser, por exemplo, compactada em similaridade direta no Espaço Integrado.
Tempo	Relação vital associada à memória, mudança, continuidade, simultaneidade, bem como à compreensão da relação de causa e efeito. Os espaços mentais podem ser conectados pelo tempo. Embora os significados dos elementos das entradas sejam separados por questões temporais, o Integrado possui a qualidade de comprimir as distâncias temporais entre elementos e suas contrapartes.

Fonte: adaptado de Fauconnier e Turner (2002, p. 89-113).

Embora o Integrado possa ser um espaço dinâmico passível de modificações, é importante ressaltar que suas conexões com os demais espaços mentais permanecem íntegras (FAUCONNIER; TURNER, 2002; 2003). O Espaço Integrado e a EES estão conceitualmente relacionados às entradas (FAUCONNIER; TURNER, 1998). Os significados emergentes no Integrado podem ser confrontados com aqueles pré-existentes nas entradas, comentam Fauconnier e Turner (2003). Esse confronto serviria para ponderar se as ideais, as conjecturas e as interpretações sugeridas sobre as partes são, suficientemente, coerentes para descrever e compreender a totalidade de um fenômeno (FAUCONNIER; TURNER, 2002). Colocando de outra forma, a EES possui o propósito de transferir as inferências pretendidas dos elementos e suas contrapartes de volta às entradas de destino e, assim, fornecer novas perspectiva sobre um dado fenômeno. Enquanto espaço de possibilidades, o Integrado oportuniza tanto o enriquecimento dos significados das composições existentes, quanto a elaboração de novos.

De acordo com Fauconnier e Turner (2002), as três operações fundamentais que explicam o desenvolvimento de uma EES são: a) composição; b) conclusão; c) elaboração[167]. Na composição, o Integrado pode realizar a junção dos elementos dos Espaços de Entrada para fornecer elos que não existiam em cada uma das entradas *per se*. Como eles afirmam, "[...] a composição dos elementos das entradas torna disponível no Integrado relações que não existem nas entradas, quando consideradas em separado" (FAUCONNIER; TURNER, 2002, p. 42, tradução nossa). O EI desenvolve uma estrutura emergente que não está restritra a estrutura de organização dos EEs. Os elementos de contrapartida das entradas pode compostos de duas formas específicas: a) incluídos separadamentos no Integrado; ou, projetados no mesmo elemento no EI (FAUCONNIER; TURNER, 2002; 2003). No primeiro caso, o tipo de projeção é denominado de junção. No segundo, é chamado de fusão. Nessa operação, novas relações de significado originam-se da justaposição ou fusão dos elementos das entradas que foram projetados no Integrado (FAUCONNIER; TURNER, 2003).

Na conclusão, a Integração Conceitual é capaz de recrutar estruturas de significados, previamente e independentemente, estabelecidas (FAUCONNIER; TURNER, 2002; 2003). Existe uma extensão de conhecimento prévio que transfere

[167] A elaboração é também denominada de *running the blending* (FAUCONNIER; TURNER, 2002).

significados adicionais, eminentemente, associados aos elementos das entradas, para o Espaço Integrado (FAUCONNIER; TURNER, 1998). Nesse caso, "[...] a estrutura familiar [de significado] é recrutada para [compor] o Espaço Integrado" (FAUCONNIER; TURNER, 2002, p. 43, tradução nossa). Na elaboração, as integrações conceituais são elaboradas, de forma dinâmica e imaginativa, simulando relações e significados entre os elementos e suas contrapartes. As integrações são elaboradas de acordo com os princípios[168] firmados para construção do Espaço Integrado (FAUCONNIER; TURNER, 2002). Como existem diversos caminhos possíveis e alternativas para elaborar o Integrado, o processo de elaboração de um Espaço Integrado tende a continuar indefinidamente (FAUCONNIER; TURNER, 2002). As possibilidades criativas de integração conceitual decorrem da natureza aberta das operações de composição e conclusão (FAUCONNIER; TURNER, 2002; 2003). Essas operações "[...] recrutam e desenvolvem uma nova estrutura para o Integrado de maneiras que [embora sejam] baseadas em princípios, [elas são] efetivamente ilimitadas" (FAUCONNIER; TURNER, 2002).

No ímpeto de estabelecer os níveis de correspondência entre os Espaços de Entrada, Fauconnier e Turner (2002) propõem quatro tipos de redes de integração conceitual, a saber: redes simplexes, redes espelhadas, redes de escopo único, e redes de escopo duplo. Essas redes, apontam os autores, podem ser aplicadas a todos os tipos de domínios conceituais, como metáforas, conceitos e teorias. Elas variam de acordo com: a) seus graus de especifidade, complexidade e níveis de abstração; b) os níveis de equivalência/discrepância semântica e conceitual entre as entradas; c) o grau em que os elementos internos dos espaços mentais são estruturados; d) a natureza das conexões entre as estruturas de organização das entradas e suas subsequentes projeções no Integrado (FAUCONNIER; TURNER, 2002;2003).

Essas redes também se diferenciam em termos dos esforços necessários para realizar a integração conceitual e os *insights* fornecidos para construir o Integrado (FAUCONNIER; TURNER, 1998). Redes que combinam conceitos com altos níveis de diferença semântica, por exemplo, tendem a exigir mais esforços cognitivos e produzir *insights* mais radicais, comentam os autores (FAUCONNIER; TURNER, 2002). Por outro lado, redes de integração conceitual com similaridade semânticas entre as

[168] Refiro-me aos princípios de integração, topologia, teia, descompactação, relevância e compressão, apresentados no início dessa seção.

entradas tendem a produzir integrações mais conservadoras e menos inovadoras (FAUCONNIER; TURNER, 2002).

Na literatura de Teoria das Organizações, alguns estudiosos organizacionais (e.g., CORNELISSEN, 2004; OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011; ACCARD, 2020) articularam a noção de integração conceitual e a tipologia de redes, desenvolvida por Fauconnier e Turner (1998; 2002; 2003), para explicar alguns dos processos de construção de teoria organizacional. Diferentes arranjos de redes de integração estimulam modos peculiares de teorização, os quais culminam em uma fauna diversa de teorias de cunho organizacional (OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011).

A rede simplex é a forma mais básica e simples das redes de integração conceitual, cujas estruturas das entradas possuem elevados níveis de conexão (FAUCONNIER; TURNER, 2003). Essa rede demanda o compartilhamento de uma estrutura de organização comum entre os Espaços de Entrada. Nesse tipo de rede, o mapeamento do espaço cruzado entre as entradas é estabelecido por elos da estrutura papéis-valores (FAUCONNIER; TURNER, 1998). A simplex fornece uma estrutura aplicada a certos tipos de elementos como papéis, pertencentes a um dos espaços de entrada, que se relacionam a outros tipos de elementos na qualidade de valores, dispostos na outra entrada (FAUCONNIER; TURNER, 2002). Enquanto “[...] uma entrada contém uma estrutura com papéis, mas nenhum valor, a outra entrada contém elementos sem [uma] estrutura [com papéis]” (FAUCONNIER; TURNER, 2002, p. 120, tradução nossa). Nesse tipo de rede, a estrutura de uma entrada é constituída por papéis a partir dos quais os elementos da outra entrada se ajustam.

Devido a combinação dos Espaços de Entrada ser mediada pela relação vital papel-valor na rede simplex, o Integrado incorpora a correspondência entre um agrupamento organizado de conexões entre papéis e valores (FAUCONNIER; TURNER, 2002). Similar a outros tipos de relações vitais, o elo estrutura-valor é compactado através de processos de integração conceitual (FAUCONNIER; TURNER, 2003). A parte relevante da estrutura de organização de uma das entrada é projetada com seus papéis no EI. Os elementos da outra entrada são projetados como valores desses papéis no Integrado (FAUCONNIER; TURNER, 2002). Na simplex, a composição entre o papel A e o valor X, especificada no espaço externo entre as entradas, é passível de compactação, como relação papel-valor, no Integrado, ensejando o surgimento de um papel inédito AX no seu espaço interior (FAUCONNIER; TURNER, 2002). A força conceitual desse tipo de rede reside em “[...]

sua capacidade de compactar papéis e [, assim,] estabelecer a compactação como um único novo papel no Integrado" (FAUCONNIER; TURNER, 2002, p. 122, tradução nossa).

Na simplex, o Integrado compacta a estrutura e os valores de maneira simples, pelo menos quando comparado às outras redes de integração (FAUCONNIER; TURNER, 2002). Devido a estrutura de organização de um Espaço de Entrada ser compatível com os elementos do outro, "[...] não há conflitos entre as entradas [da simplex]" (FAUCONNIER; TURNER, 2002, p. 122, tradução nossa). A inexistência de conflitos decorre, por exemplo, da ausência de estruturas concorrentes ou de elementos de contrapartida incompatíveis entre as entradas dessa rede (FAUCONNIER; TURNER, 2003). Em outros termos, "[...] a entrada com os valores [...] não tem uma estrutura organizadora que compete com a estrutura organizadora fornecida pela outra entrada" (FAUCONNIER; TURNER, 2002, p. 122, tradução nossa).

A rede simplex possui duas propriedades centrais que a distinguem das demais redes de integração, sustentam Fauconnier e Turner (2002). Ela é composicional e funcional de verdade. A propriedade composicional do Espaço Integrado nessa rede sinaliza que a totalidade das informações relevantes de ambas as entradas é projetada no Integrado. A composição é condicional à verdade quando satisfaz o seguinte princípio: "[...] uma sentença é considerada 'verdadeira' em um mundo caso [a combinação de elementos no] Integrado se adequar ao estado atual desse 'mundo' [...]" (FAUCONNIER; TURNER, 2002, p. 121, traudção nossa). A simplex é uma rede de integração perfeitamente regular, previsível em espécie a partir dos princípios teóricos da Integração conceitual, que realiza compressões de papéis com valores (FAUCONNIER; TURNER, 2000). A previsibilidade da integração conceitual dessa rede decorre do fato de que o surgimento de novos elementos ou relações entre eles é restrito as combinações possíveis e já esperadas entre as entradas (FAUCONNIER; TURNER, 2002). No que se segue, esse tipo de rede não promove *insights* conceituais inovadores e radicais (FAUCONNIER; TURNER, 2003).

Em seu artigo, Oswick, Fleming e Hanlon (2011) ponderam sobre a aplicabilidade da integração conceitual da rede simplex, para fins de teorização, no domínio da Teoria Organizacional. As conexões cognitivas promovidas por essa rede são, na opinião dos autores, pouco sofisticadas no tocante à construção de teorias organizacionais. A principal razão, apresentada pelos autores, é a baixa diversidade

das estruturas de organização dos Espaços de Entrada. A construção de conhecimento na simplex demanda “[n]íveis mais baixos de imaginação e criatividade [...]”, uma vez que as analogias entre seus elementos são *taken-for-granted* (OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011, p. 331, tradução nossa).

No ímpeto de ilustrar como ocorre a integração conceitual dessa rede na TO, Oswick, Fleming e Hanlon (2011) utilizam a analogia de gerentes enquanto líderes. “Gerentes como líderes é um exemplo dessa forma de rede” (OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011, p. 331, tradução nossa). Podemos facilmente pensar o conceito de gerente como uma entrada e conectá-lo à segunda entrada representada pelo conceito de líder (OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011). Essa rede de integração compartilha a mesma topologia entre suas entradas. Na estrutura dessa rede, o gerente assume a função de papel que se conecta com o líder na qualidade de valor.

Consoante Oswick; Fleming e Hanlon (2011, a integração dessa analogia na rede simplex desempenha um papel importante e básico no cotidiano das organizações e na construção de sentido na Teoria Organizacional. Tal analogia foi naturalizada na TO, a ponto dos conceitos gerente e líder serem, virtualmente, concebidos como sinônimo. No entanto, a integração dessa analogia tem um potencial criativo limitado, pois não permite explorar outras possibilidades de significação para os conceitos em questão (OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011). Isso não significa menosprezar a capacidade explicativa da integração da rede simplex, mas sim reconhecer que “[...] os altos níveis de similaridade entre insumos e os baixos níveis de criatividade resultantes [dessa rede]” sinalizam que o “[...] raciocínio analógico [ressonante] não é adequado para o desenvolvimento de radical traveling theories” no campo da Teoria das Organizações (OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011, p. 331, tradução nossa).

Nas redes espelhadas, os quatro espaços mentais compartilham uma topologia idêntica no nível da estrutura. Como explicam Fauconnier e Turner (2002, p. 123, tradução nossa):

> Os espaços de entrada espelham-se no sentido de que têm a mesma estrutura de organização. O mesmo acontece com o espaço genérico. O espaço integrado também possui essa estrutura, mas frequentemente, [neste caso], a estrutura de organização comum da rede é inerente a uma estrutura ainda mais rica que apenas o integrado possui.

A rede espelhada integra “[...] diferentes espaços [mentais], desde que compartilhem a mesma estrutura de organização” (FAUCONNIER; TURNER, 2002, p. 123, tradução nossa). Esse tipo de rede oferece um conjunto de relações organizadoras entre os elementos dos espaços, que põe esses espaços em correspondência uns com os outros (FAUCONNIER; TURNER, 2003). Como Fauconnier e Turner (2002, p. 123, tradução nossa) enfatizam, “[q]uando dois espaços possuem a mesma estrutura de organização, eles compartilham a topologia correspondente e, portanto, podem ser facilmente colocados em correspondência”. As equivalências nas redes espelhadas tornam possível o estabelecimento do mapeamento de espaço cruzado entre as entradas, preconizam Fauconnier e Turner (2002).

Embora comungue da mesma topologia no nível da estrutura de organização, os espaços da rede de espelho podem diferir no nível mais específico das relações entre os seus elementos (FAUCONNIER; TURNER, 2003). Como Fauconnier e Turner (2002, p. 123, tradução nossa) argumentam, “[r]elações mais específicas [entre os elementos], [...], definem topologias mais refinadas que muitas vezes diferem [entre si]”. Dois elementos A e B que se encaixam na função D na estrutura de organização dos espaços, por exemplo, têm a topologia idêntica no nível da estrutura. O elemento A pode se encaixar na estrutura mais especifica do papel E, enquanto o B se encaixa na estrutura mais especifica do papel F. Devido aos quadros específicos serem diferentes, as topologias são distintas nesse nível. Na integração conceitual da rede espelhada, é preciso incorporar as diferenças existentes entre as estruturas dos elementos, a fim de gerar significados inéditos no Espaço Integrado (FAUCONNIER; TURNER, 2003).

Em uma rede espelhada, não existem conflitos entre as entradas no nível da estrutura de organização (FAUCONNIER; TURNER, 2002). Como a topologia é a mesma, esses espaços “[...] fornece[m] automaticamente papéis vinculados [...]” entre seus elementos (FAUCONNIER; TURNER, 2002, p. 126, tradução nossa). Contudo, há conflitos nos níveis mais específicos subjacentes a estrutura. Isso ocorre quando dois elementos distintos nas entradas se chocam (FAUCONNIER; TURNER, 2002). Os autores propõem duas maneiras de resolver os conflitos nos níveis específicos das estruturas. Primeiro, apenas um dos elementos conflitantes é projetado no EI. Segundo, os elementos conflitantes são trazidos para o Integrado como entidades separadas.

As redes espelhadas, defendem Fauconnier e Turner (2002), realizam compreensões sobre as relações vitais, com o intuito de dirimir conflitos entre as estruturas dos espaços mentais. Esses elos “[...] tornam excepcionalmente fácil e direto encontrar os candidatos [i.e., elementos] certos para compressão e realizar compressões aceitáveis, pois não há conflitos entre as estruturas nos vários espaços” (FAUCONNIER; TURNER, 2002, p. 126, tradução nossa). Para tal, a IC realiza compactações dessas relações, tanto no espaço interno quanto no externo, na estrutura de organização compartilhada dessa rede (FAUCONNIER; TURNER, 2002). Essa estrutura fornece, automaticamente, os papéis que são vinculados com os elementos (FAUCONNIER; TURNER, 2003). Nessa rede, o Integrado possui todas as características familiares de qualquer rede de integração conceitual. A rede de espelho estabelece um mapeamento de espaço cruzado conectando os elementos e suas contrapartidas em cada um dos quatro espaços mentais. O Espaço Genérico contém a estrutura e os elementos utilizados em todos os espaços que constituem a estrutura de organização dessa rede. Os elementos são seletivamente projetos no Integrado. Outrossim, o Integrado é flexível para incorporar novos significados (FAUCONNIER; TURNER, 2002).

Em consonância com Fauconnier e Turner (1998; 2002; 2003), Oswick, Fleming e Hanlon (2011) ratificam que as redes espelhadas são mais complexas do que às simplexes, no tocante à teorização no domínio da Teoria Organizacional. Contudo, esses estudiosos organizacionais revelam que as integrações conceituais das redes de espelhamento tendem a produzir desenvolvimentos teóricos, relativamente, conservadores e ortodoxos, os quais culminam na criação de teorias ortodoxas domesticas. De acordo com Oswick, Fleming e Hanlon (2011), essas redes detém um forte grau de compatibilidade entre as estruturas de organização dos seus espaços de entrada. Isso incentiva o foco da teorização nos pontos de similaridade entre tais estruturas. Embora as topologias das entradas sejam reconhecidas como diferentes, ignora-se o potencial criativo dos pontos de dissimilaridade para construção de teoria organizacional (OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011).

Para exemplificar o uso da rede espelhada na Teoria Organizacional, Oswick, Fleming e Hanlon (2011) recorrem a importação da noção de cultura da antropologia para compreender a cultura organizacional. Em particular, os autores demonstram como as relações entre pertencimento, localizadas no Espaço de Entrada 1, explicam o desempenho organizacional, Espaço de Entrada 2. Apesar da evidente diferença

entre as estruturas dos espaços de entrada dessa rede, os teóricos organizacionais estabeleceram um alto grau de compatibilidade entre essas estruturas para justificar o conceito de cultura organizacional (OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011). Como esses autores afirmam, “[...] a cultural organizacional é adequada à categoria de combinação de espelhos, porque as duas entradas são comparáveis, embora ainda sejam percebidas como diferentes (ou seja, um clã não é o mesmo que um grupo de trabalho)” (OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011, p. 331, tradução nossa). Segundo eles, a estrutura de organização compartilhada entre as entradas é a presença de grupos sociais humanos. Como Oswick, Fleming e Hanlon (2011, p. 331, tradução nossa) evidenciam, “[...] o grupo de trabalho moderno e o clã produzem então a ideia mais rica de cultura organizacional, que pode então ser testada em relação a outros referentes (motivação, moral, desempenho etc.)”. A adoção dessa abordagem de teorização sinaliza que os teóricos organizacionais negligenciaram as divergências entre as estruturas das entradas, ou seja, que “[...] a noção antropológica de cultura parece muito diferente de seu uso subsequente como construto instrumental na TO” (OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011, p. 331, tradução nossa). A instrumentalização dessa noção na Teoria Organizacional, comenta os autores, ignora as dissimilaridades existentes em seu uso para teorizar sobre os fenômenos organizacionais. Devido a isso, aspectos importantes do pensamento antropológico acerca do pertencimento permanecem inexplorados na compreensão do desempenho organizacional (OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011).

A rede de escopo único, segundo Fauconnier e Turner (2002), dispõe de os Espaços de Entrada com estruturas de organização distintas, sendo que apenas uma delas é projetada para organizar o Espaço Integrado. A estrutura organizadora do Integrado é, portanto, uma extensão da estrutura de organização de uma das entradas, e não da outra (FAUCONNIER; TURNER, 2002). Nesse sentido, “[u]ma das entradas, e não a outra, fornece a estrutura organizadora [...] e, portanto, a topologia da estrutura” (FAUCONNIER; TURNER, 2002, p. 127, tradução nossa). Essa rede funciona com base na lógica da metáfora origem e destino, comentam os autores. A entrada estruturante fornece a estrutura organizadora para o Integrado. Essa entrada é, frequentemente, denominada de fonte. Já o outro Espaço de Entrada é denominado de alvo ou entrada de foco. Esse espaço é o foco de entendimento de algo (FAUCONNIER; TURNER, 2002).

Existem dois tipos básicos de redes de escopo único, apontam Fauconnier e Turner (2002). No primeiro tipo, os elementos das entradas não possuem uma ampla conexão histórica. A ausência de conexões entre as entradas desvela que seus elementos não pertencem a uma narrativa unificada de significados (FAUCONNIER; TURNER, 2002). Devido a isso, não existem relações vitais de tempo, espaço, causa-efeito e intencionalidade que vinculem diretamente os Espaço de Entrada. Nenhum elo de identidade de espaço exterior entre os papéis ou elementos da estrutura de organização é estabelecido na topologia das entradas (FAUCONNIER; TURNER, 2002). Por exemplo, o elemento A da entrada estruturante não é propriamente idêntico ao elemento B da entrada de foco. Logo, o papel A' do elemento A da fonte não é diretamente idêntico ao papel B' do elemento B do alvo. Os elementos das entradas dificilmente podem ser conectados de forma direta, tendo em vista as diferenças entre as estruturas de organização desses espaços (FAUCONNIER; TURNER, 2002).

No segundo tipo, os elementos das entradas possuem uma ampla conexão histórica. As relações vitais do espaço exterior podem conectar suas estruturas organizadoras e elementos na topologia das entradas (FAUCONNIER; TURNER, 2002).. A relevância de um espaço de entrada para o outro não pode ser negada. Como Fauconnier e Turner (2002, p. 128-129, tradução nossa) argumentam, "[a] estrutura de organização explorada no Integrado para fins de compreensão é a estrutura de uma entrada [...], e o objetivo do Integrado é lançar luz sobre a outra entrada". A fonte tem uma compactação pré-construída a ser explorada para induzir uma compactação para a entrada de foco. Assim, a estrutura de organização explorada no Espaço Integrado é aquela pertencente a entrada estruturante. O objetivo do Integrado é, portanto, prover um entendimento sobre a entrada de foco.

Comparada com as redes simplex e a espelhada, a integração da rede de escopo único requer uma carga maior de esforço cognitivo, particularmente, devido às diferentes estruturas de organização (FAUCONNIER; TURNER, 2003). Isso requer a integração conceitual dos elementos e suas contrapartes pertencentes as duas entradas, que, à primeira vista, não parecem estar, diretamente, relacionadas (FAUCONNIER; TURNER, 2000). As redes de escopo único, sugerem Fauconnier e Turner (2002, p. 129, tradução nossa), "[...] nos dão a sensação de que 'uma coisa' está nos fornecendo um *insight* de 'outra coisa', com uma forte assimetria entre elas". Tal sensação, consoante os autores, advém de três principais fontes: a) o Espaço Integrado resgata as inferências disponíveis na entrada estruturante; b) o Integrado

suporta compactações úteis que já existiam na fonte; c) o EI evoca significações e relações entre elementos, ancoradas na fonte (FAUCONNIER; TURNER, 2002). Para os autores, a rede de escopo único tendem a resultar em significações mais inovadoras e singulares, quando confrontadas com aquelas das redes simplex e espelhada.

Na rede de escopo único, a projeção de elementos no Integrado é, altamente, assimétrica. A dissimetria entre os Espaços de Entrada provém do fato de que somente a fonte fornece a estrutura de organização e, portanto, a topologia da estrutura (FAUCONNIER; TURNER, 2002). Nessa rede, as assimetrias propiciam conflitos conceituais, decorrentes das diferentes estruturas das entradas (FAUCONNIER; TURNER, 2002). Os confrontos manifestos entre a entrada estruturante e a entrada de foco não impedem *per se* o mapeamento de espaço cruzado entre esses espaços e seus elementos. O mapeamento de espaço cruzado dessa rede alinha as topologias das entradas, projetando-as no Integrado (FAUCONNIER; TURNER, 2003).

Não obstante os conflitos manifestos entre a fonte e o alvo, as topologias das entradas são preservadas no mapeamento (FAUCONNIER; TURNER, 2002). O alinhamento das relações vitais entre os dois Espaços de Entrada enseja a manutenção das topologias (FAUCONNIER; TURNER, 2002). A rede de escopo único fornece uma maneira de projetar a estrutura da entrada de foco sem distorcê-la no Integrado. O tipo mais óbvio de compactação nesse tipo de rede é, segundo Fauconnier e Turner (2000), o uso de compactações preexistentes entre os elementos da entrada estruturante. Tais redes combinam a estrutura difusa da entrada de foco com as relações já compactadas no espaço interno da fonte, projetando-as no Espaço Integrado. A inteireza dos elementos e da estrutura de organização da fonte é projetada para o EI, de modo que esses elementos e estrutura adquiram, nesse espaço, uma integração conceitual unitária (FAUCONNIER; TURNER, 2002). Nas redes de escopo único, o Integrado “[...] não altera a estrutura de organização da entrada estruturante” (FAUCONNIER; TURNER, 2002, p. 129, tradução nossa). Os *insights* capturados no Integrado são, destarte, descobertas confiáveis sobre a entrada do foco, haja vista que, “[...] o que é experimentado [no Espaço integrado] estava lá o tempo todo” (FAUCONNIER; TURNER, 2002, p. 129, tradução nossa).

Com base nas características descritas das redes de escopo único, Oswick, Fleming e Hanlon (2011) sugerem que as integrações cognitivas derivadas desse tipo

de rede requerem níveis mais elevados de imaginação, abstração e criatividade quando comparadas com aquelas realizadas pela simplex e espelhada. Nas redes de escopo único, apontam os autores, os espaços de entradas são heterogêneos e, portanto, dissimilares. Nessas redes, como eles argumentam, "[...] as estruturas [de organização] diversas e, aparentemente, díspares que são evocadas [...] criam uma forma mais imaginativa de construção de teoria" (OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011, p. 331-332, tradução). Isso exige um esforço para efetivar uma integração bem-sucedida entre as estruturas de organização e os elementos das entradas, com vias a projetá-los no Espaço Integrado (OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011). Nas redes de escopo único, uma integração relaciona conceitos que possuem um nível razoável de similaridade em termos de Espaços de Entrada, mas suas conexões não são óbvias devido aos seus níveis distintos de abstração dos conceitos, por exemplo.

Na opinião Oswick, Fleming e Hanlon (2011), a configuração das redes de escopo único aponta impactos nas teorizações no campo da Teoria Organizacional. Em particular, os autores expõem que essas redes reproduzem o padrão unidirecional de importação e domesticação de teorias estrangeiras na TO. Nessas redes, como eles sugerem, "[...] a analogia é um processo decididamente unidirecional [...]" (OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011, p. 331, tradução nossa). Essa maneira teorizar implica na compreensão de um dos espaços de entrada apenas e, consequentemente, na construção de conhecimento voltado exclusivamente para o entendimento dos fenômenos organizacionais.

Oswick, Fleming e Hanlon (2011) utilizam o exemplo da memória organizacional para ilustrar a aplicação da rede de escopo único para fins de teorização na TO. Nessa rede, a memória humana corresponde a um espaço de entrada integrado ao *design* organizacional, que representa a outra entrada. O objetivo dessa rede é compreender como ocorre o aprendizado organizacional. Isso pode ser observado no trecho em destaque abaixo:

> Aqui a entrada da memória humana (derivada das ciências psicológicas e da computação) é integrada – frequentemente como metáfora, incluindo metonímia e sinédoque – com a entrada do design organizacional para teorizar como as organizações recebem, processam, retêm e recuperam informações (OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011, p. 331, tradução nossa).

Neste exemplo, a noção de memória, pertencente a entrada estruturante, é projetada sobre a noção de organização, entrada de foco, para compreender como as organizações processam, usam e aprendem com eventos passados. Embora “a memória organizacional [integre] dois conceitos relacionados que possuem um nível aceitável de similaridade no tocante aos seus espaços de entrada [...]”, as conexões entre tais conceitos necessitam de um nível considerável de abstração para efetivar a integração conceitual (OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011, p. 332, tradução nossa). As organizações não têm, literalmente, memória como os seres humanos. As lembranças individuais e os registros organizacionais são, portanto, duas estruturas de entrada que não se espelham da mesma forma (OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011). Logo, “[...] a noção de que uma organização possui uma memória é, normalmente, reconhecida como metafórica” (OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011, p. 332, tradução nossa). O caráter unilateral dessa teorização está relacionado ao fato de que “[...] aprendemos mais sobre a organização do que sobre a memória em si” (OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011, p. 332, tradução nossa). O conceito de memória fornece a estrutura a ser projetada no Integrado, com a finalidade de compreender o fenômeno do aprendizado organizacional. Assim, as teorizações do estudiosos organizacionais não culminariam em novos *insights* para o campo da psicologia, por exemplo, mas sim apenas para a Teoria Organizacional, apontam Oswick, Fleming e Hanlon (2011).

A rede de escopo duplo envolve dois Espaços de Entrada cujas estruturas de organização são diferentes e, frequentemente, conflitantes entre si (FAUCONNIER; TURNER, 2002). Ademais, essa rede é composta pelo Espaço Integrado, constituído por partes de cada uma das estruturas das entradas (FAUCONNIER; TURNER, 2002). O Integrado tem estrutura de significado emergente própria. Nesse tipo de rede, o Integrado recebe projeções da topologia de ambas as entradas (FAUCONNIER; TURNER, 2002). As estruturas das entradas contribuem para as propriedades essenciais EI. Devido as entradas disporem de estruturas dissimilares, “[p]arte da conquista imaginativa [nessa rede] é encontrar estruturas que, por mais diferentes que sejam, possam contribuir para a atividade de integração de maneiras compatíveis” (FAUCONNIER; TURNER, 2002, p. 132, tradução nossa).

Nas redes de escopo duplo, as diferenças e incompatibilidades de uma entrada para com a outra acentuam os altos níveis de assimetria entre suas estruturas de organização (FAUCONNIER; TURNER, 2002). Isso oferece a possibilidade de ricos

confrontos de integração e, assim, significação nessa rede (FAUCONNIER; TURNER, 2003). Na opinião de Fauconnier e Turner (2002, p. 131, tradução nossa), esse tipo de rede opera com base em “[...] fortes conflitos entre as entradas”. Os conflitos não obstruem a construção da rede; ao contrário, eles as tornam, particularmente, originais e inovadoras (FAUCONNIER; TURNER, 2002). Para os autores, “[...] os embates de estrutura oferecem desafios à imaginação [...]” referentes à integração dos elementos das entradas, quando projetadas no Integrado (FAUCONNIER; TURNER, 2002, p. 131, tradução nossa). Com isso, as integrações resultantes desses conflitos tendem ser altamente criativas, denotam esses estudiosos.

Em oposição com as redes de escopo único, o mapeamento do espaço cruzado nas redes de escopo duplo não alinha as topologias das entradas. Logo, essa topologia não aparece no Integrado (FAUCONNIER; TURNER, 2003). Os dois Espaços de Entrada não são, simplesmente, justapostos no EI. Ao contrário, a estrutura emergente construída no Integrado é dedutível a partir da nova estrutura derivada da relações vitais inéditas estabelecidas entre os elementos dentro desse espaço (FAUCONNIER; TURNER, 2002). Essa estrutura emergente específica “não pertence as entradas [, e sim] é parte da construção cognitiva no Integrado” (FAUCONNIER; TURNER, 2002, p. 133, tradução nossa). Essa estrutura é, extremamente, eficiente para transferir as inferências pretendidas de seus elementos para as entradas. Como o Integrado “[...] é uma plataforma integrada para organizar e desenvolver [as entradas]” nas redes de escopo duplo, a estrutura emergente no EI pode ser traduzida de volta para a estrutura de organização dos Espaços de Entrada (FAUCONNIER; TURNER, 2002, p. 133, tradução nossa).

Devido as propriedades essenciais da estrutura e da identidade do Integrado serem construídas a partir dos Espaços de Entrada, as integrações conceituais da rede de escopo duplo tendem a resolver os conflitos entre as entradas que diferem, fundamentalmente, em conteúdo e topologia (FAUCONNIER; TURNER, 2002). Nas redes com alta assimetria, o Integrado é uma extensão da estrutura de organização de apenas uma das entradas. Nas redes não conflitantes, as estruturas das entradas não precisam, necessariamente, entrar em embates. Devido a isso, ambas as entradas podem contribuir com e, portanto, serem incorporadas ao Espaço Integrado (FAUCONNIER; TURNER, 2002).

No ímpeto de ilustrar a teorização por vias da rede de escopo duplo na Teoria Organizacional, Oswick, Fleming e Hanlon (2011) utilizam o exemplo a importação da

noção de panóptico de Michael Foucault para o campo da TO. Essa noção foucaultiana, como esses autores apontam, “[...] viajou por muitas disciplinas e também envolve uma rede extremamente criativa de conexões conceituais” (OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011, p. 332, tradução nossa). Na opinião desses autores, o panóptico foucaultiano está inserido em uma teoria cuja a rede de conexões formada pelas entradas é complexa e radicalmente imaginativa. Essa rede possui ênfase em conflitos e estruturas díspares de correspondência analógica, particularmente, quando as questões de democracia, liberdade e encarceramento são articuladas de maneira contra intuitiva para compreender as organizações como tipos de prisões. Ao estabelecer conexões significativas entre os elementos a serem projetadas no Espaço Integrado, a apropriação dessa noção nos estudos da TO resulta em uma contribuição multidisciplinar altamente original, poderosa e influente. Sob essa perspectiva, esses autores afirmam que é possível produzir *radical traveling theories* dentro do campo da TO.

Em vista do exposto, Oswick, Fleming e Hanlon (2011) revelam que as importações unidirecionais na Teoria Organizacional estão, fortemente, enraizadas na implantação de redes simples, espelhadas e de escopo único. Como eles constatam, “[...] teorias domésticas inovadoras e teorias domésticas ortodoxas são predominantes na Teoria das Organizações” e, por conseguinte, “[...] *radical traveling theories* são, raramente, produzidas por estudiosos da TO” (OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011, p. 332, tradução nossa, grifo nosso). A importação unilateral aliada a essas três configurações de rede oportunizaram, sugerem esses autores, apropriações e domesticações de teorias estrangeiras fundamentadas, preponderantemente, no raciocínio analógico de ressonância. Esse raciocínio busca estabelecer um “[...] alto grau de ressonância [do domínio de referência de uma teoria] com o domínio alvo” (OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011, p. 332, tradução nossa). Isso ocorre mediante o mapeamento de pontos de similaridade, convergência e comparação de uma teoria entre os domínios de origem e destino, para sua posterior aplicabilidade no último domínio (OSWICK; PUTNAM; KEENOY, 2004; OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011).

É válido mencionar que, não “[...] há nada inerentemente problemático na ênfase na ressonância, uma vez que é um importante aspecto do desenvolvimento da ciência normal” (OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011, p. 332, tradução nossa). As importações unidirecionais mediadas pelas redes simples, espelhadas e de escopo único mantêm o *status quo* da visão científica dominante da Teoria Organizacional,

apontam Oswick, Fleming e Hanlon (2011). Contudo, eles expõem que o raciocínio de ressonância inerente a esse método de teorização não possibilita o emergir de teorias novas e originais, capazes de romper com o *status quo* da TO.

Para superar essa condição, Oswick, Fleming e Hanlon (2011) propõem as importações bidirecionais como alternativa à teorização analógica unilateral. A teorização analógica bidirecional baseia-se na noção de Integração Conceitual, sugerem os autores. Esse processo, como mencionado na Introdução da tese, envolve a incorporação do pensamento dissonante, dissanalogia, e raciocínio contrafactual na prática de importar de teorias estrangeiras na Teoria Organizacional. Enquanto importação unidirecional compreende um mapeamento de via única de um domínio para outro, a transposição bidirecional demanda uma troca mútua entre domínios (OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011). A adoção da racionalidade da integração conceitual à importação de teorias promove novas maneira de pensar o desenvolvimento de teorias na TO (OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011).. Já o foco na dissonância oferece o potencial de estimular a geração de teorias endógenas inéditas e radicais (OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011).

No tocante a importação de *radical traveling theories* no domínio da Teoria das Organizações, sugiro uma maneira alternativa de aplicar a noção de Integração Conceitual e as Redes de Integração Conceitual dos Quatro Espaços Mentais desenvolvida por Fauconnier e Turner (1998; 2002; 2003). Em contraste com a apropriação de Oswick, Fleming e Hanlon (2011), não utilizo a IC e a RICQE para explicar como as teorizações organizacionais culminam em teorias ortodoxas domésticas, teorias inovadoras domésticas, novas teorias itinerantes, ou *radical traveling theories*. No método de importação, compreendo que a Integração Conceitual e suas respectivas redes favorecem configurações distintas de apropriação e domesticação de RTTs na TO. Enquanto processo cognitivo, a IC tem o potencial de modificar os sentidos dos elementos constituintes dessas teorias para construção de conhecimento no referido domínio disciplinar. Esse tipo de integração, como aponto aqui, favorece mudanças, sutis ou radicais, na estrutura de uma RTT.

O entendimento de como a IC reconstrói epistemicamente uma RTT normativa depende do tipo de rede de espaços mentais construída na importação dessa teoria para o domínio da Teoria Organizacional. Diferentes redes sinalizam modos distintos de transposição e domesticação das RTTs. A TO representa um dos Espaços de Entrada. A *radical traveling theory* é a outra entrada. A conexão entre as entradas, o

estabelecimento do mapeamento cruzado, a concepção do Espaço Genérico e, por fim, o desenvolvimento do Integrado e da estrutura emergente resultam do arranjo da rede de importação da teoria. As redes simplex, espelhada e escopo único propiciam processos unidirecionais de importação. Essas três redes tendem a prover domesticações menos elaboradas das RTTs na TO, particularmente, devido as suas racionalidades de ressonância. Essas redes produzem alterações tênues, pouco criativas e comedidas na estrutura da teoria. Importa-se somente os elementos da teorias que podem ser utilizados de forma análoga na Teoria Organizacional. Nessas três redes, as contribuições da importação da RTT para o avanço do conhecimento da TO restringem-se a esse domínio disciplinar.

No caso das redes de escopo duplo, elas ensejam importações de cunho bidirecional. O processo de teorização dessa rede fundamenta-se nas racionalidades ressoante e dissonante. Importa-se os elementos da RTT que potencialmente funcionariam de forma análoga na TO, assim como aqueles que seriam conflitivos. Esse tipo de rede requer um esforço maior dos teóricos organizacionais em termos de reconstrução epistêmica da teoria importada. No ímpeto de ajusta-la às demandas do domínio da TO, a RTT necessita de uma domesticação mais elaborada e criativa de sua estrutura. As modificações incorridas na RTT são transportadas de volta para seu domínio de origem, com o objetivo de desenvolver a teoria. Assim, as contribuições para o conhecimento desse método de teorização, derivadas da rede de escoo único, não ficam restritas ao campo da Teoria Organizacional.

4.5 RACIONALIDADE ANÁLOGICA NA PRÁTICA DE IMPORTAR *RADICAL TRAVELING THEORIES* NA TEORIA ORGANIZACIONAL

Utilizamos “[...]analogias e raciocínio analógico o tempo todo [...]” (BARTHA, 2015, p. 47, tradução nossa). Se é verdade que “[...] raciocinamos por analogia em nossos argumentos teóricos” (KETOKIVI; MANTERE; CORNELISSEN, 2017, p. 640, tradução nossa), então a analogia constitui um dos elementos indispensáveis da estrutura descritiva e explicativa dos processos de teorização na Teoria Organizacional. As teorias organizacionais, comentam Ketokivi, Mantere e Cornelissen (2017), estão repletas de analogias. Em meio a uma diversidade de teorias influentes na TO, cuja construção repousa sobre fundamentos analógicos, destacam-se as seguintes: teoria da agência, teoria dos custos de transação, ecologia

populacional, teoria da dependência de recursos, e teoria comportamental da firma (KETOKIVI; MANTERE; CORNELISSEN, 2017). Com o reconhecimento da ubiquidade do pensamento analógico nas teorizações na Teoria Organizacional, Ketokivi, Mantere e Cornelissen (2017, p. 637, tradução nossa) asseguram que:

> É difícil nomear uma teoria organizacional proeminente [cujos fundamentos não estejam] baseados na ideia de que [um fenômeno organizacional complexo] seja análogo a algo comparativamente mais simples.

Na literatura de TO, as analogias são, comumente, utilizadas para: a) transmitir ideias novas (BACHARACH, 1989); b) tornar compreensíveis assuntos abstratos e complexos (CORNELISSEN, 2005); c) formular explicações (KETOKIVI; MANTERE; CORNELISSEN, 2017); d) enfatizar/iluminar aspectos inusitados dos fenômenos (ALVESSON; SPICER, 2012); e) teorizar e desenvolver de teorias (BOXENBAUM; ROULEAU, 2011; SHEPHERD; SUTLIFFE, 2011).

A maioria dos métodos de teorização "[...] envolve um processo análogo [...]" de desenvolvimento de teorias no domínio da TO (WEICK, 1989, p. 520, tradução nossa). A analogia faz parte da elucidação teórica e dos argumentos utilizados para a exequibilidade do método de importar teorias estrangeiras na Teoria das Organizações (FLOYD, 2009; WHETTEN, 2009; WHETTEN; FELIN; KING, 2009; ZAHRA; NEWEY, 2009; BERKOVICH, IZHAK 2020). O raciocínio analógico é, de forma equivalente, um componente essencial do *modus operandi* de transposição e domesticação de *radical traveling theories* normativas na Teoria Organizacional (OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011; ACCARD, 2020). Todos os modelos de importação analisados nesta tese, como consta no Capítulo 3, utilizaram o raciocínio analógico para justificar a racionalidade desse método de teorização na TO.

Considero que exame da analogia nos permite acessar e, assim, compreender um fragmento de como o conhecimento e as teorias organizacionais são desenvolvidas na Teoria das Organizações. Sugiro que uma análise dos papeis das analogias sinaliza um caminho para entendermos como elas são incorporadas para promover o processo de importação e domesticação de *radical traveling theories* normativas na TO. Para tal, resgato o questionamento realizado por Ketokivi, Mantere e Cornelissen (2017, p. 638, tradução nossa) acerca do uso das analogias na TO: "[c]omo podemos garantir que selecionamos analogias que dotam nosso discurso teórico não apenas de apelo retórico, mas também de valor explicativo?". No ímpeto

de alinhar essa pergunta com os objetivos da tese, acredito que seja capital reescrevê-la: como assegurar e avaliar o valor explicativo das analogias na prática de importar e domesticar RTTs normativas na TO?

É imperativo estabelecer critérios de avaliação para o uso da analogia, observam Ketokivi, Mantere e Cornelissen (2017). Nesta seção, minha intenção é demonstrar o papel central da analogia no raciocínio teórico sobre a importação de *radical traveling theories* e, assim, descrever uma solução metodológica para avaliar como a analogia pode contribui para explicar o *modus operandi* desse método de teorização na Teoria das Organizações. Para tal, descrevo e replico a noção de analogia e o modelo de Ketokivi, Mantere e Cornelissen (2017) para avaliar o uso de analogias na Teoria Organizacional. Quando necessário, inseri as devidas adaptações na referido noção e nesse modelo para ajustá-los aos processos de importação e domesticação de *radical traveling theories* normativas na TO.

4.5.1 A noção de analogia e os tipos de racionalidade analógica

No domínio da teorização, a analogia é um raciocínio abstrato que favorece o estabelecimento de similaridades entre duas coisas, de forma a suprimir as discrepâncias entre elas (KETOKIVI; MANTERE; CORNELISSEN, 2017). Acredito que a noção de analogia, avançada por Gentner e Markman (1997), é, particularmente, útil para os propósitos do *framework* de importação desta tese. As analogias estabelecem, conforme Gentner e Markman (1997), uma relação entre dois domínios de significado: a) domínio de origem ou fonte; b) domínio de destino ou alvo. O domínio de origem é, caracteristicamente, o mais desenvolvido e estabelecido dos domínios (GENTNER; MARKMAN, 1997). Quando raciocinamos por analogia, exploramos a familiaridade do domínio de origem para fazer inferências no domínio de destino (GENTNER; MARKMAN, 1997). A condição de satisfação de uma analogia é: “[...] o sistema de relações que se mantém no domínio [fonte deve] também se manter no domínio alvo” (GENTNER, 1999, p. 108, tradução nossa).

A racionalidade analógica é, como demonstrado na Seção 4.4, aplicável na estrutura das redes de integração conceitual de Fauconnier e Turner (1998; 2002; 2003). A analogia e dissanologia são relações vitais das redes de espaços mentais.

Devido a redes envolverem a integração de domínios semânticos[169] distintos, e não apenas a junção de características individuais de conceitos, o conhecimento é construído tanto inferências, sejam lógicas ou não-lógicas, quanto raciocínios analógicos (FAUCONNIER; TURNER, 2002). Inferência e analogia outorgam que o conhecimento desenvolvido a partir dos Espaços de Entrada e suas integrações seja, automaticamente, acionado pela rede (FAUCONNIER; TURNER, 2003).

No tocante ao raciocínio analógico, Fauconnier e Turner (2002) apontam para a necessidade de estabelecer uma estrutura inerente inicial entre os domínios conjugados por uma analogia. Essa estrutura assegura que conceitos, pertencentes à diferentes domínios, ocupem posições análogas — i.e., ter características similares — dentro de seus respectivos domínios (FAUCONNIER; TURNER, 2002). Em virtude das especificidades dos significados conceituais em cada domínio disciplinar, os conceitos precisam ser transformados, isto é, interpretados de uma nova maneira, para que seja instituída correspondências entre domínios (FAUCONNIER; TURNER, 1998).

A correspondência ou similaridade é envolve a forma aspectual[170] — i.e., a representação — dos conceitos dentro de seus domínios (FAUCONNIER; TURNER, 2003). Acredito que um exemplo possa auxiliar na compreensão da noção de similaridade da forma aspectual, pretendida por Fauconnier e Turner (2003). Ao refletir sobre a metáfora da organização enquanto um teatro, Cornelissen (2004) demonstra como ocorre a semelhança aspectual entre os domínios do mundo social das organizações e das artes performativas. Como ele escreve,

> [...] não há, evidentemente, similaridade preexistente entre as características do tenor ‘organização’ e veículo ‘teatro’ (como o modelo de comparação teria), mas sua conjunção torna-se significativa em um nível superior (no nível do domínio), onde há alguma semelhança aspectual entre eles [...]. Essa semelhança aspectual é que o domínio-alvo geral do ‘mundo social das organizações’ e o domínio de origem das ‘artes performativas’ (de

[169] Um domínio semântico corresponde a um vasto corpo de conhecimento, cuja estrutura básica de entidades e relações possui um alto nível de generalidade e abstração (CORNELISSEN, 2004). Esse domínio possibilita a correlação e mapeamento da analogia a partir de seu domínio de origem para um de destino (CORNELISSEN, 2004).

[170] Uma das características mais significativas dos estados intencionais é o fato de representarem objetos intencionais — sejam reais ou imaginários —, sob certos aspectos seletivos ou modos de representação (WENER, 2014). Em outros termos, os estados intencionais manifestam uma forma aspectual. O acesso a forma aspectual é, necessariamente, condicionado por conceitos aplicados, perspectivas, e modos de sensação, por exemplo (SHANI, 2010). Uma forma aspectual é, dessa forma, uma questão de como algo é representado (WENER, 2014).

> onde o conceito de teatro é originado) são ambos caracterizados pela performatividade. Ou seja, em ambos os domínios são realizadas atividades e feitos enunciados que têm uma qualidade performativa (CORNELISSEN, 2004, p. 710, tradução nossa).

Nas analogias, os conceitos acionam inicialmente seus respectivos domínios de ordem superior e, em seguida, uma similaridade estrutural é construída entre os domínios (FAUCONNIER; TURNER, 1998). A interpretação de uma analogia demanda da RCCQE inferências a partir de uma base abstrata (FAUCONNIER; TURNER, 2002). Tal base envolve as características familiares compartilhadas, anteriormente, associadas a conceitos de domínios distintos, como também a concepção de novas interpretações derivadas da analogia entre os conceitos (FAUCONNIER; TURNER, 1998; 2002; 2003). As comparações analógicas não são apenas alicerçadas nas simetrias existentes entre os conceitos dos domínios, mas também podem exibir seus altos graus de assimetrias (CORNELISSEN, 2004). A assimetria ocorre quanto uma determinada característica ou predicado de um conceito, por exemplo, possui significados diferentes quando visto em domínios distintos (CORNELISSEN, 2004). A dissimilaridade é explicada mediante relações assimétrica entre conceitos, ou seja, comparações baseadas em dessemelhanças dos seus significados extraídos por dissanalogia (FAUCONNIER; TURNER, 2002; CORNELISSEN, 2004).

Sob a égide da RCCQE, uma analogia engloba a união das assimetrias entre domínios semânticos, e não apenas das características compartilhadas dos conceitos localizados no domínio fonte e alvo (FAUCONNIER; TURNER, 2002). O significado resultante da analogia, que surge de tal conjunção, tende a ser inovador e criativo. A *radical traveling theory* representa o domínio de origem da analogia no processo de importação. A Teoria Organizacional é o domínio-alvo, isto é, de aplicação da analogia. A RTT deve “funcionar” de forma análoga quando domesticada na Teoria Organizacional, considerando-se as assimetrias entre domínios.

As analogias, sugere Gentner (1982), assumem duas funções: a) expressiva; b) explicativa. O uso expressivo de uma analogia destina-se a “[...] evocar ou descrever [...]” algo. A analogia descreve ou comunica ideais entre os domínios de origem e alvo (GENTNER, 1982, p. 118, tradução nossa). Em contraste, o papel explicativo visa “[...] explicar e predizer [...]” algo (GENTNER, 1982, p. 118, tradução nossa). O domínio de origem é concebido como um modelo para o domínio de destino

(CORNELISSEN; DURAND, 2014). O propósito é analisar e justificar algo no domínio de destino. Enquanto a primeira função descreve a analogia, a segunda permite raciocinar por analogia (GENTNER; SMITH, 2012). Esse raciocínio permiti-nos construir "[...]um argumento analógico [que serve de] apoio a uma determinada conclusão" (BARTHA, 2015, p. 47, tradução nossa).

Em consonância com as funções supramencionadas, Cornelissen e Durand (2014) fornecem uma tipologia dos usos das analogias na criação de uma nova teoria ou na modificação de uma existente na Teoria Organizacional. As analogias podem ser heurísticas, casuais, e constitutivas. Como afirmam Ketokivi, Mantere e Cornelissen (2017, p. 639, tradução nossa):

> [Enquanto] as analogias heurísticas são usadas para construir a teoria, as analogias causais são empregadas para refinar e qualificar a teoria e, as analogias constitutivas são utilizadas para expandir radicalmente nosso pensamento sobre as organizações"

Os teóricos organizacionais podem, sugerem Cornelissen e Durand (2014), usar as analogias como: a) um dispositivo heurístico que estimula o desenvolvimento de conceitos e hipóteses novos e alternativos; b) um dispositivo para identificar e modelar dinâmicas causais; ou, c) um esquema conceitual completo através do qual é possível interpretar e compreender as organizações. Na opinião desses autores, as analogias promovem o progresso teórico da TO, mediante a oferta de "metodologias" para teorizar os fenômenos organizacionais.

Na literatura de Teoria Organizacional, o raciocínio analógico concentra-se, quase que exclusivamente, na qualidade expressiva do uso de analogias heurísticas (KETOKIVI; MANTERE; CORNELISSEN, 2017). São analogias que impulsionam, catalisa nosso pensamento que a abordar o fenômeno das organizações de uma maneira inédita (CORNELISSEN; DURAND, 2014). É um tipo de analogia, comumente, utilizada no início de uma investigação. Devido a isso, é usada de maneira episódica, sendo "dispensada" após permitir aos estudiosos derivar conceitos ou hipóteses específicas (CORNELISSEN; DURAND, 2014). Essa abordagem de analogia é, consoante Cornelissen e Durand (2014), sintetizada na noção de construção de teoria como imaginação disciplinada, proposta por Weick (1989). Com base nessa noção, as analogias são aplicadas como um suporte temporário para a construção de uma nova teoria (WEICK, 1989; BOXENBAUM; ROULEAU, 2011;

SHEPHERD; SUTLIFFE, 2011). Quando, por sua vez, a analogia direcionar à definição de conceitos e hipóteses próprias ao contexto das organizações, ela pode ser “deixada de lado” para, assim, alcançar um novo patamar teórico (CORNELISSEN; DURAND, 2014). Esse tipo de analogia é, tipicamente, utilizada para “[...] introduzir um novo conjunto de suposições enquanto base para construir uma nova teoria, seja pela introdução de um novo conceito ou reconceitualização significante de um existente” (CORNELISSEN; DURAND, 2014, p. 8, tradução nossa). Acredito que o trecho em destaque abaixo é ilustrativo da analogia heurística no domínio da Teoria Organizacional:

> [...] Como ilustração, a ampla perspectiva teórica do *sensemaking* (WEICK, 1995) evoluiu com base em conexões analógicas com a teoria da dissonância cognitiva (FESTINGER, 1957), para desenvolver a ideia de racionalizações retrospectivas, e com a noção de ação biológica (VARELA, 1979), para desenvolver a ideia de gerentes individuais que constroem e 'encenam' seus ambientes organizacionais. A teoria do *sensemaking* desde então foi estendida a partir dessas construções específicas para uma ampla perspectiva teórica e, após uma redescrição de termos (por exemplo, *enaction* sendo traduzido como encenação), as conexões analógicas iniciais não são mais visíveis ou ativamente em uso (CORNELISSEN; DURAND, 2014, p. 8, tradução nossa, grifo nosso).

Como informa Bartha (2010, p. 321, tradução nossa), as analogias não se limitam a “[...] representações não proposicionais” heurísticas Conforme Ketokivi, Mantere e Cornelissen (2017), as analogias também podem ser usada como ferramentas metodológicas para gerar explicações e argumentos teóricos. Esse é o caso das analogias causais e constitutivas. Esses dois tipos de analogia a possuem uma função explicativa. A analogia causal envolve, normalmente, a abstração de um modelo causal derivado da comparação analógica (GENTNER; COLHOUN, 2010). Essa comparação abrange uma analogia parcial entre representações conceituais e uma tentativa explícita de derivar uma estrutura causal (GENTNER, 1983; GENTNER; MARKMAN, 1997). Em sua teoria de mapeamento de estrutura, Gentner (1983, p. 156, tradução nossa) define essa analogia como “[...] uma afirmação de que uma estrutura relacional que, via de regra, é utilizada em um domínio pode ser aplicada em outro domínio”.

A ênfase da analogia causal não está, simplesmente, nos atributos comuns ou conexões de contrapartida, mas sim nas relações entre as conexões de contrapartida

de dois quadros conceituais e a causalidade subjacente entre eles (GENTNER *et al.*, 2001; CORNELISSEN; DURAND, 2014). O emprego de uma analogia está relacionado à sistematicidade na relação causal entre entidades/elementos de domínios correspondentes (GENTNER; MARKMAN, 1997). Essas entidades suportam inferências em termos do esquema causal comum subjacente a ambos os domínios (CORNELISSEN; DURAND, 2014). Como indicam Ketokivi, Mantere e Cornelissen (2017),

a estrutura causal que opera no domínio de destino se vincula a estrutura causal do domínio de origem. Esses domínios e as relações causais entre seus conceitos-chave são usados para derivar hipóteses, cuja validade é conferida pelas relações de analogia interna (KETOKIVI; MANTERE; CORNELISSEN, 2017). Contudo, essa validade não pode ser analisada como uma suposição auxiliar, visto que é uma afirmação de conhecimento explícito que requer avaliação crítica (KETOKIVI; MANTERE; CORNELISSEN, 2017). Um exemplo das discussões teóricas do uso dessa forma de raciocínio analógico na Teoria Organizacional é o “programa de pesquisa de ecologia populacional”:

> Hannan e Freeman (1977, p. 933) argumentaram que modelar o desenvolvimento e a mudança das organizações em termos ecológicos era 'instrutivo', pois, com base em uma analogia parcial, envolvia dinâmicas causais semelhantes ao crescimento e sobrevivência de populações de organismos biológicos. Como mostrado neste exemplo, as analogias causais ajudam a qualificar a teoria ao introduzir, elaborar ou especificar relações e processos causais em relação a um fenômeno gerencial ou organizacional (Colquitt e Zapata-Phelan, 2007; Durand e Vaara, 2009) (CORNELISSEN; DURAND, 2014, p. 8, tradução nossa).

A analogia constitutiva é completa (CORNELISSEN; DURAND, 2014). Ela constitui o fundamento de uma teoria, assim como fornece interpretações radicais que, por sua vez, permitem estabelecer inferências originais sobre fenômenos e observações do mundo (CORNELISSEN, 2005). Esse tipo de analogia produz representações conceituais integradas, coerentes com seus pressupostos básicos, lógica padrão e hipóteses (CORLEY; GIOIA, 2011). As analogias constitutivas caracterizam-se por expandir, substancialmente, um corpo de literatura formulando uma nova estrutura teórica ou sobrescrevendo uma teoria anterior e, assim, redirecionando a literatura para um caminho novo e diferente (CORLEY; GIOIA, 2011). Há, portanto, um esforço para ampliar a teoria, isto é, fornecer um conjunto integrado

de conceitos, relações ou processos que foram ou não previamente objeto de teorização (CORNELISSEN; DURAND, 2014). Essas analogias tendem a se adaptar e acomodar totalmente a um novo contexto, pois captura múltiplas características e padrões causais genuínos pertencentes ao domínio de destino (CORNELISSEN; DURAND, 2014). Isso sinaliza a natureza generativa de tais analogias, que "[...] quando são bem-sucedidas [tornam-se] propriedade de toda a comunidade científica, e as variações sobre elas são exploradas por centenas de autores científicos sem perder sua qualidade interativa" (BOYD, 1979, p. 361, tradução nossa).

Em contraste com a analogia heurística, a analogia constitutiva não é um mero andaime heurístico a ser descartado, após ter servido ao seu propósito. Esse último tipo de analogia fornece a justificação das hipóteses, fornecendo-as uma estrutura subjacente para explicação (KETOKIVI; MANTERE; CORNELISSEN, 2017). A analogia constitutiva também difere de uma analogia causal em três pontos específicos, comentam Cornelissen e Durand (2014). A variante constitutiva envolve a importação de grandes partes, se não a totalidade, de uma representação do domínio fonte, incluindo seu vocabulário chave, suposições básicas e estrutura causal subjacente Cornelissen e Durand (2014). Enquanto a variante causal abrange, principalmente, a abstração e transferência de um esquema causal do domínio fonte para o alvo (FAUCONNIER; TURNER, 2002; GENTNER; COLHOUN, 2010), a analogia constitutiva envolve uma integração conceitual das representações conceituais, que estão alinhadas, nesses domínios (CORNELISSEN, 2005). A analogia causal promove uma comparação assimétrica entre os elementos do domínio de origem para o de destino (CORNELISSEN; DURAND, 2014). Já a constitutiva incorpora partes das estruturas de organização de ambos os domínios e adota, mediante complementação e elaboração, uma estrutura emergente própria (FAUCONNIER; TURNER, 2002; GENTNER; COLHOUN, 2010).

A teoria comportamental da firma, consoante Cornelissen e Durand (2014, p. 9-10, tradução nossa), corresponde a um exemplo da aplicação do raciocínio analógico constitutivo. Destaco o trecho abaixo:

> [...] De fato, teorias como a teoria comportamental da firma demonstram adequadamente como uma única analogia pode ser acomodada ao contexto das organizações e fornecer uma base coerente de suposições teóricas e uma série de processos e construções cognitivas consistentes, como atenção, inércia cognitiva,

> aprendizado, e raciocínio baseado em modelos mentais (por exemplo, Gavetti e Levinthal, 2000).

Além de reconhecerem a importância do raciocínio analógico no desenvolvimento de teorias organizacionais, alguns estudioso também enfatizaram o papel do raciocínio contrafactual no favorecimento de teorizações no campo da TO (e.g., FOLGER; TURILLO, 1999; DURAND; VAARA, 2009; ALVESSON; SANDBERG, 2011; TSANG; ELSAESSER, 2011). Em particular, Oswick, Fleming e Hanlon (2011, p. 318, tradução nossa) argumentam que a importação e domesticação de *radical traveling theories* deve incorporar "[...] processos de integração conceitual bidirecionais fundamentados em dissonância analógica", "[...] que envolve pensamento dissonante, dissanalogia e raciocínio contrafactual". Na próxima seção, exploro o raciocínio contrafactual direcionado a prática de transpor e reconstruir epistemicamente RTTs no domínio da Teoria Organizacional.

4.5.2 Raciocínio contrafactual na Teoria Organizacional

O pensamento contrafactual é uma forma de raciocínio que opera com base em conexões analógicas entre representações contrastantes, embora similares (FAUCONNIER; SWEETSER, 1996). Esse tipo de raciocínio "[...] baseia-se na imaginação e no questionamento contrastivo para construir mundos analogicamente comparáveis, porém contrafactuais, e, assim, direcionar, especificamente, a mente do teórico organizacional para representações conceituais alternativas plausíveis" (CORNELISSEN; DURAND, 2014, p. 10, tradução nossa). Esse modo de raciocinar envolve o ato de imaginar alternativas para suposições teóricas, construções e modelos existentes através de questionamento contrastivo — i.e., endereçando a típica pergunta "e se" — com o intento de modificar ou desafiar uma base teórica prévia (CORNELISSEN; DURAND, 2014). Consoante Folger e Turillo (1999, p. 745, tradução nossa), o raciocínio contrafactual expressa "[...] experimentos de pensamento [que] se concentram em suposições problemáticas e [, assim,] ajudam os teóricos a construir mundos imaginários para extrair implicações de novas suposições". De acordo com Cornelissen e Durand (2014), o teste crucial em tal raciocínio é se os mundos construídos pelos acadêmicos organizacionais fornecem alternativas plausíveis à teoria padrão.

O raciocínio contrafactual permite aos teóricos organizacionais imaginarem cenários hipotéticos inusuais, cuja principal função é contrastá-los com uma teoria ortodoxa para estimular o surgimento de novos conceitos ou, quiçá, a construção de teorias alternativas (TSANG; ELSAESSER, 2011). Ademais, o raciocínio contrafactual também ajuda a estabelecer a causalidade de algo mediante o contraste da explicação teórica de um cenário real com uma justificação imaginada razoavelmente diferente (TSANG; ELSAESSER, 2011). Nesse caso, é necessário empreender um esforço para isolar alguns fatores causais de outros e, assim, determinar relações causais precisas (TSANG; ELSAESSER, 2011). Quando os teóricos organizacionais imaginam um cenário contrafactual, eles recorrem a explicações anteriores e observações empíricas diretas, sugere Cornelissen e Durand (2014). Com base nisso, eles constroem um mundo contrafactual em que a teoria e as observações anteriores são reordenadas e repensadas de tal forma que contrastam com a explicação estabelecida de um fenômeno (CORNELISSEN; DURAND, 2014).

No método de importação e domesticação de *radical traveling theories*, o raciocínio contrafactual enseja o caráter disruptivo e inovador na construção de conhecimento na Teoria Organizacional (OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011). Para tal, é preciso adotar um caminho de teorização baseado em redes de duplo escopo, cujo processo de integração conceitual é conduzido por dissonância analógica bidirecional (OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011). Esse caminho é, comentam Oswick, Fleming e Hanlon (2011), consistente com a teorização das redes de integrações conceituais de espaços mentais, proposta por Fauconnier e Turner (2002). Em particular, coaduna com a exploração do pensamento dissonante aliado ao raciocínio contra factual para entender como é possível criar novas relações significantes nas redes de integração conceitual. As formas de dissonância analógica — e.g., ironia, paradoxo e anomalia — operam por meio de pontos de dissimilaridade na integração das estruturas de entrada díspares das redes (OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011). Ao contemplar questões ignoradas pelas similaridades, a dissonância oferece as redes de escopo duplo o potencial de gerar contribuições criativas e inéditas na construção de teorias na TO (OSWICK; PUTNAM; KEENOY, 2004; OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011).

Passo a descrever os raciocínios contrafactuais que, como sugiro aqui, possam servir como marcadores analógicos no framework de importação de *radical traveling theories* normativas na Teoria Organizacional. Em seu artigo, Cornelissen e Durand

(2014) recorrem ao trabalho de Turner (1996) para classificar os tipos de raciocínios contrafactuais na Teoria Organizacional. Turner (1996) rotula os raciocínios contrafactuais de *spotlight* e *lab-rat*. Eles correspondem as variantes dos raciocínios heurístico e causal, apontam Cornelissen e Durand (2014). Paralelamente a discussão sobre analogias, Cornelissen e Durand (2014) introduzem a forma constitutiva do raciocínio contrafactual, especificando seu papel no desenvolvimento das teorias organizacionais.

O raciocínio contrafactual *spotlight* considera certas características de uma determinada teoria ou literatura, de tal forma que nos direcione a repensar as suas suposições subjacentes e a lógica padrão (CORNELISSEN; DURAND, 2014). O produto desse pensamento é o desenvolvimento de uma estrutura básica composta por um conjunto, potencialmente, diferente de suposições e lógicas (CORNELISSEN; DURAND, 2014). Quando teóricos organizacionais engajam com o raciocínio contrafactual de *spotlight*, eles tendem a pensar de maneira heterodoxa as suposições básicas e explicações padrões sobre um fenômeno (CORNELISSEN; DURAND, 2014). Essa "visão herética" propicia a "[...] construção de cenários alternativos imaginados e mundos possíveis, que podem incorporar variáveis básicas de uma determinada literatura ou teoria padrão [...]", a partir da "[...] inserção de um conjunto diferente de suposições básicas ou explicações alternativas [...]" (CORNELISSEN; DURAND, 2014, p. 11, tradução nossa). Tais cenários, como consequência, preconizam direções alternativas para a teorização no domínio da Teoria Organizacional. A introdução de hipóteses e explicações alternativas é, como mencionam Cornelissen e Durand (2014), baseada no raciocínio dissanalógico sintonizado que objetiva fornecer um antídoto ao pensamento teórico existente.

É um equívoco considerar que o raciocínio contrafactual envolva, necessariamente, uma elaboração detalhada de possíveis inferências emergentes, tampouco a especificação de antecedentes, consequentes e princípios de conexão causal (TURNER, 1996). Ao contrário, seu propósito é destacar suposições ou ideias básicas em um domínio pré-existente de uma teoria ou literatura (TURNER, 1996), visando estimular a refletividade dos teóricos organizacionais e, assim, vislumbrar o potencial de mudar os quadros conceituais da TO (CORNELISSEN; DURAND, 2012; CORNELISSEN; DURAND, 2014). A contribuição desse raciocínio para o progresso teórico-conceitual da Teoria Organizacional deriva das conexões de seus experimentos mentais com a reflexão crítica (ALVESSON; SANDBERG, 2011), que

viabiliza o desenvolvimento de novas teorias ou à revisão significativa das existentes (CORNELISSEN; DURAND, 2012). Esses experimentos, como argumenta Bacharach (1989, p. 497-498, tradução nossa), “[...] devem ir além da [simples] descrição, e sim ser um dispositivo heurístico útil [, pois como] não são teorias, [...] podem servir como precursores de teorias, e devem ser julgado com base nisso”.

No tocante ao raciocínio contrafactual *lab-rat*, essa forma de pensamento consiste em contrastar um determinado cenário real com um cenário imaginado razoavelmente diferente de padrões causais e associações (TURNER, 1996). O intuito desse raciocínio é explorar a estrutura controlada de semelhanças e diferenças entre a situação real e a imaginada para determinar padrões de causalidade e a plausibilidade de explicações rivais (CORNELISSEN; DURAND, 2014). Inicialmente, deve-se tentar isolar fatores causais importantes na condução dos experimentos mentais (TURNER, 1996). Em seguida, é necessário imaginar um análogo comparável para, essencialmente, esculpir representações teóricas possíveis e, assim, “testar” conjecturas causais alternativas (TURNER, 1996). Essa forma de pensar desempenha um papel primordial na qualificação de uma teoria, pois auxilia na elaboração e desenvolvimento de caminhos causais alternativos e, potencialmente, mais explicativos para os fenômenos organizacionais (COLQUITT; ZAPATA-PHELAN, 2007). Devido a isso, os teóricos organizacionais podem significar, de maneira original, um determinado fenômeno (CORNELISSEN; DURAND, 2014). As estruturas causais, atuantes como dispositivos de organização conceitual no pensamento, são acompanhadas por uma estrutura conceitual padrão, incluindo suposições básicas e contingências, tipicamente, envolvidas na compreensão dos fenômenos. (COLQUITT; ZAPATA-PHELAN, 2007).

A leitura do raciocínio contrafactual constitutivo está alinha com o uso do raciocínio contrafactual nas redes de espaços mentais de Fauconnier e Turner (2002). Para esses autores, essa maneira de raciocinar não se limita a modificação mínima de um determinado conjunto de suposições teóricas ou relações causais é apenas um caso especial. Ao contrário, eles observam que formas abrangentes de raciocínio contrafactual não são apenas comuns, mas também produtivas. Como eles sugerem,

> [....] cenários contrafactuais não são agrupados mentalmente por meio de representações completas do mundo e mudanças discretas, finitas e conhecidas para fornecer mundos possíveis completos, mas, ao invés disso, por integração conceitual, que pode compor combinações

> esquemáticas que se adequam aos propósitos conceituais em questão (FAUCONNIER; TURNER, 2002, p. 218, tradução nossa).

A utilização do raciocínio contrafactual constitutivo, propõem Cornelissen e Durand (2014), demanda que qualquer teoria preexistente seja, totalmente, suplantada por uma nova estrutura conceitual, fornecedora de uma organização conceitual diferente. Isso inclui a superação dos pressupostos orientadores fundamentalmente distintos da teoria e suas explicações causais sobre um fenômeno em questão (CORNELISSEN; DURAND, 2014). Esse modo de pensar envolve uma integração complexa de uma estrutura teórica proposta e anterior, mediante a qual a integração de contrastes e semelhanças, juntamente com suposições adicionais, é simulada e elaborada em uma representação conceitual e inferências emergentes (CORNELISSEN; DURAND, 2014). O raciocínio contrafactual constitutivo fornece a chance de introduzir novas abordagens para integrar o conhecimento prévio sobre os fenômenos com maneiras inéditas de compreendê-los (cf. CORLEY; GIOIA, 2011). De acordo com Cornelissen e Durand (2014), o processo subjacente desse raciocínio reescreve e reformula o pensamento estabelecido de maneira integrada.

Ao refletir sobre o método de importação de teorias estrangeiras na Teoria Organizacional, Oswick, Fleming e Hanlon (2011) traçam um paralelo entre o raciocínio contrafactual e a dissonância analógica da redes de espaços mentais. Para esses autores, esse raciocínio envolve “[...] a justaposição de domínios com similaridades, mas também diferenças discerníveis com base na compatibilidade forçada” (OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011, p. 333, tradução nossa). Ao invés de justapor domínios opostos, os teóricos organizacionais contrastam domínios que compartilham algumas semelhanças, mas que apresentam diferenças significativas (OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011). Além do pensamento contrafactual, os autores ressaltam três tipos de dissonância analógica com base nas configurações dos espaços mentais: a) raciocínio anômalo; b) raciocínio irônico; c) raciocínio não-análogo.

No raciocínio anômalo, os teóricos organizacionais comparam domínios — i.e., espaços de entrada — díspares e não relacionados com base em suas semelhanças. Esse tipo de raciocínio é “[...] a manifestação mais abstrata de integração que envolve a identificação e elaboração de quaisquer semelhanças limitadas em domínios amplamente desconectados e não relacionados, para produzir novas ideias”

(OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011, p. 333, tradução nossa). Sob a égide desse raciocínio, as comparações realizadas entre as entradas podem revelar novas relações significantes entre os elementos de suas estruturas, a partir de similaridades imprevistas.

Em relação ao raciocínio irônico, os teóricos organizacionais comparam domínios inversos ou diametralmente opostos com base em semelhanças. O fundamento desse raciocínio está na justaposição de opostos (OSWICK; PUTNAM; KEENOY, 2004). A busca por pontos de sobreposição ou uniformidade em domínios antitéticos tem o potencial de colapsar falsas oposições binárias, destacando como ideias e conceitos que parecem ser, a princípio, dicotômicos estão, na verdade, mutuamente implicados (OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011). Explorar similaridades em diferentes domínios tende a produzir maneiras alternativas de vislumbrar os fenômenos, culminando no desenvolvimento de novas teorias e conhecimentos organizacionais (OSWICK; PUTNAM; KEENOY, 2004).

No raciocínio não-analógico, as integrações conceituais são formadas a partir de pontos de dissimilaridade entre domínios contíguos, isto é, nas diferenças entre domínios semelhantes (OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011). Esse forma de raciocínio "[...] privilegia pontos de discrepância em domínios cognatos, com o potencial de expor atributos menos óbvios e, anteriormente, não reconhecidos, a fim de desenvolver novos *insights*" na Teoria Organizacional (OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011, p. 333, tradução nossa).

Expostas as formas de raciocínio analógico e contrafactual, faz-se necessário demonstrar como pretendo articulá-las no *framework* de importação de *radical traveling theories* normativas desta tese.

4.5.3 O modelo de análise de analogias ressoantes e dissonantes na importação de *radical traveling theories* no domínio da Teoria Organizacional

Aproprio-me do *framework* de Ketokivi, Mantere e Cornelissen (2017) com a finalidade de explicar como as analogias — sejam ressonantes ou dissonantes — podem ser analisadas para compreender o *modus operandi* de importação de *radical traveling theories normativas* na Teoria Organizacional. Minha apropriação desse modelo é, particularmente, direcionada a fornecer marcadores para examinar o uso dos raciocínios analógico e contrafactual no método de teorização em questão na TO.

Esse *framework* foi construído com base no modelo de Stephen E. Toulmin. Consoante Ketokivi e Mantere (2010), o modelo de Toulmin (2003) oferece uma estrutura aplicável à compreensão de toda e qualquer forma de argumento, inclusive na análise do raciocínio analógico presente na teorização organizacional. Em seu formato original, esse modelo de argumentos é composto por seis elementos: fundamentos, alegações, garantias, apoios, qualificadores e refutações. A Figura 14 exibe o modelo em questão.

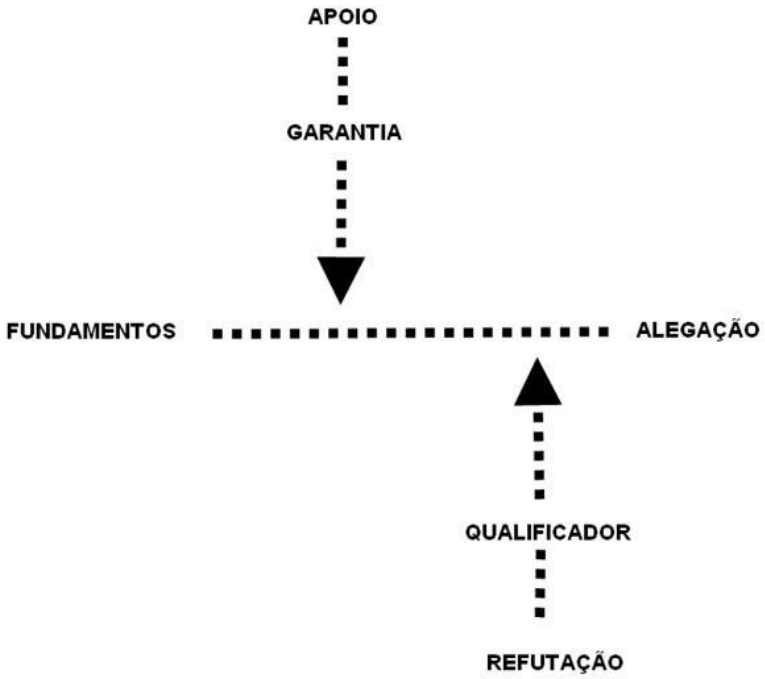
A essência de um argumento é, enfatiza Toulmin (2003), unir premissas às conclusões de maneira confiável e, assim, defender as afirmações realizadas nas conclusões. As alegações são as afirmações realizadas por alguém que deseja que outrem as aceite como verdadeiras. É o argumento principal a ser apresentado por uma pessoa ou teoria (TOULMIN, 2003). O fundamento compõe o alicerce onto-epistemológico de um argumento (KETOKIVI; MANTERE; CORNELISSEN, 2017). Eles são as evidências e os fatos que ajudam a sustentar a alegação (TOULMIN, 2003). A principal pergunta sobre o fundamento de um argumento é: "qual é a base fundamental ou o ponto de partida de uma afirmação?" (KETOKIVI; MANTERE; CORNELISSEN, 2017, p. 642, tradução nossa). Em outros termos, sob que fundamento as alegações realizadas pelos teóricos organizacionais são justificadas na prática de importar RTTs normativas para o domínio da Teoria Organizacional?

O fundamento é o pilar da persuasão de uma alegação, sendo composto de dados e fatos concretos, além de diferentes tipos de raciocínio — lógico, indutivo, dedutivo, abdutivo, por exemplo (TOULMIN, 2003). Trata-se da "verdade" sobre a qual uma alegação é justificada e como o argumento é construído, explica Toulmin (2003). É importante que os fundamentos de um argumento não sejam questionados, porque, caso sejam, isso pode comprometer a veracidade das alegações (TOULMIN, 2003). Caso isso ocorra, faz-se necessário "reforçar" uma alegação com informações mais consistentes e argumentos adicionais mais sólidos (TOULMIN, 2003).

Os fundamentos de um argumento fornecem uma condição necessária, porém não suficiente, para acreditar em uma alegação (TOULMIN, 2003; KETOKIVI; MANTERE; CORNELISSEN, 2017). Eles precisam de garantias para suas alegações. A garantia manifesta a racionalidade, os pressupostos que autorizam a vinculação inferencial do fundamento à alegação, legitimando-a ao demonstrá-lo como relevante em um argumento específico (TOULMIN, 2003). Esse elemento encapsula os padrões, princípios, *ethos*, *pathos* e valores a serem aplicados para conectar

fundamentos às alegações (KETOKIVI; MANTERE; CORNELISSEN, 2017). As garantias podem ser explícitas ou implícitas. Se elas forem não-declaradas, uma alegação é, geralmente, questionada por ser infundada (TOULMIN, 2003). Existem três questionamentos que devem ser endereçados sobre a pertinência das garantias: as garantias, realmente, conectam fundamentos e alegações de uma maneira plausível/coerente? elas devem ser aceitas como suportes de autoridade para o argumento? Por que determinadas garantias sugerem que uma alegação particular é verdadeira?

Figura 14 (4) — Modelo de Stephen E. Toulmin para argumentos



Fonte: Adaptado de Toulmin (2003).

Em alguns casos[171], as garantias necessitam de apoio adequado para elevar a credibilidade de um argumento (TOULMIN, 2003). O apoio auxilia no grau de certeza de uma alegação. Ele não apenas estabelece a base geral de suporte adicional para o uso de garantias específicas (KETOKIVI; MANTERE; CORNELISSEN, 2017), mas também oferece informações adicionais que justificam uma garantia, respondendo a diferentes questionamentos endereçados ao argumento (TOULMIN, 2003). As alegações de uma argumento variam em termos de gradação, ou seja, de fortes a

[171] Isso é, particularmente, visível nos casos em que as garantias estão implícitas (TOULMIN, 2003).

frágeis, ou quiçá, incertas (TOULMIN, 2003). Já os qualificadores indicam a força da vinculação do fundamento às garantias, podendo limitar a universalidade de aplicação de uma alegação ao demonstrar que ela não é verdadeiras em todas as circunstâncias (TOULMIN, 2003). Qualificadores como as palavras mais, normalmente, sempre, muitos, presumivelmente, alguns ou às vezes ajudam a esclarecer que, em alguns casos, uma alegação pode não estar absolutamente correta (TOULMIN, 2003).

A construção cuidadosa de um argumento requer o uso de refutações. Elas são contra-argumentos ou exceções oferecidas à alegação (TOULMIN, 2003). A refutação é, observa Toulmin (2003), um reconhecimento da possibilidade de existência de outra visão válida sobre uma situação. Para o autor, incluir um qualificador ou uma refutação em um argumento ajuda a constituir sua credibilidade. Quando se reconhece que uma visão nem sempre é verdadeira ou quando é fornecido múltiplas visões de uma situação, é possível construir uma imagem de que um argumento foi desenvolvido de maneira cuidadosa e imparcial (TOULMIN, 2003).

Inspirado no modelo de Toulmin (2003), Ketokivi, Mantere e Cornelissen (2017) constroem um *framework* para explicar como as analogias contribuem na construção de argumentos teóricos. De acordo com esses autores, as analogias assumem quatro funções distintas em um argumento teórico: analogias novas são introduzidas nos fundamentos [a]; analogias estabelecidas são usadas para garantir reivindicações teóricas [b]; o acúmulo de evidências sobre a utilidade teórica da analogia reforça analogias institucionalizadas [c1] e estabelecidas [c2]; d) analogias institucionalizadas [d1] e estabelecidas [d2] são criticadas por expor suas limitações e problemas. Arrisco-me a introduzir o raciocínio contrafactual na dinamicidade desse *framework.* Isso não me parece estranho ou quiçá ilógico, considerando que a estrutura do modelo de Toulmin (2003) é, como supramencionado, ajustável para o exame de diversos tipos de argumentos. Logo, é razoável aceitar a incorporação do pensamento contrafactual para compreender a construção de argumentos dissonantes nas teorização organizacionais. A Figura 15 apresenta a dinâmica do modelo adaptado de Ketokivi, Mantere e Cornelissen (2017).

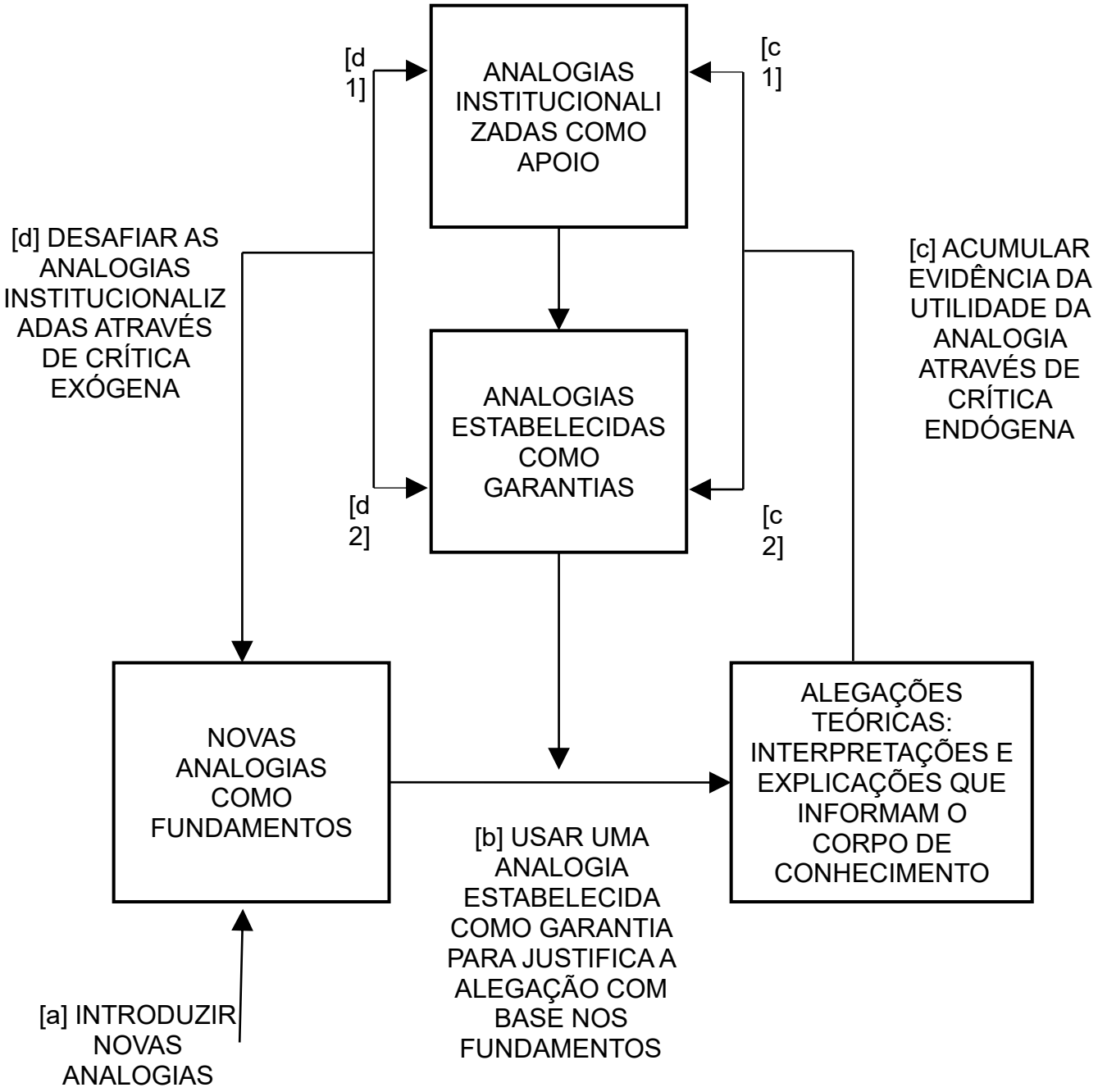
Descrevo cada uma das etapas e dos elementos do modelo Ketokivi, Mantere e Cornelissen (2017), conforme exposto nessa figura. A introdução de uma nova analogia corresponde ao momento [a]. A inserção de uma analogia tende a gerar *insights* teóricos relevantes para o conhecimento vigente na Teoria das Organizações. Nesta etapa, uma analogia é uma premissa integrada a um argumento que propicia

uma primeira avaliação desse último. (KETOKIVI; MANTERE; CORNELISSEN, 2017). Consoante os autores, essa avaliação consiste em examinar se a analogia produz afirmações teóricas interessantes sobre o fenômeno investigado. A inclusão de uma analogia pode envolver o uso de dados empíricos (ALVESSON; KÄRREMAN, 2007), ou suposições conceituais de uma teoria derivadas de seu domínio de origem (ALVESSON; SANDBERG, 2011; OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011). A função da nova analogia é, geralmente, heurística, pois visa "[...] introduzir uma nova ideia para desafiar ou complementar as teorias existentes" (KETOKIVI; MANTERE; CORNELISSEN, 2017, p. 642, tradução nossa).

Na etapa subsequente, as analogias são estabelecidas como garantias de um argumento. De acordo com Ketokivi, Mantere e Cornelissen (2017, p. 642, tradução nossa), "[u]ma analogia converte-se em uma garantia quando se torna 'a lente' pela qual os fundamentos de um argumento [...] são examinados". O papel da garantia é estabelece o vínculo entre fundamento e conclusão teórica, na qualidade de uma alegação (KETOKIVI; MANTERE; CORNELISSEN, 2017). As refutações surgem quando as conclusões teóricas são questionadas, comentam os autores. Caso as refutações assumam um caráter inequívoco, institui-se a impossibilidade de defesa um argumento (KETOKIVI; MANTERE; CORNELISSEN, 2017). Nessa situação, as garantias não reforçam ou sustentam a veracidade das conclusões. Para evitar que isso ocorra, as conclusões precisam receber o suporte de generalizações empíricas, assim como explicações e interpretações teóricas consistentes (KETOKIVI; MANTERE 2010).

As analogias que resistem as refutações são denominadas de analogias estabelecidas, afirmam Ketokivi, Mantere e Cornelissen (2017). Essas analogias formam-se "[...] do acúmulo de evidências que podem utilizar para derivar interpretações teóricas e da corroboração empírica" (KETOKIVI; MANTERE; CORNELISSEN, 2017, p. 643, tradução nossa). O estabelecimento de uma analogia demarca sua sobrevivência a um período de refutações, empíricas e teóricas, obtendo, assim, uma aceitação mais ampla da comunidade acadêmica (KETOKIVI; MANTERE; CORNELISSEN, 2017). Quando se tornam garantia, as analogias fornecem os meios para que "[...] os fundamentos usados nas contribuições subsequentes sejam examinados" (KETOKIVI; MANTERE; CORNELISSEN, 2017, p. 643, tradução nossa). A garantia funciona, atestam esses estudiosos, como um princípio para determinar os critérios de alegação de conhecimento legítimo.

Figura 15 (4) — Usos de analogias no modelo de Toulmin



Fonte: Ketokivi, Mantere e Cornelissen (2017, p. 643, tradução nossa)

Após estabelecidas, as analogias devem ser institucionalizadas como apoios de garantias em um argumento. Os apoios são “[...] princípios gerais que dão suporte ao uso de analogias estabelecidas, enquanto garantias” (KETOKIVI; MANTERE; CORNELISSEN, 2017, p. 644, tradução nossa). Os apoios fornecem as premissas metateóricas cruciais e as justificativas para o uso de garantias, expõem Ketokivi,

Mantere e Cornelissen (2017). Na opinião de Morgan (1980), os apoios são concebidos como hospedeiros das analogias. Assim que os apoios repousam sobre um alicerce analógico, essas premissas são denominadas de analogias institucionalizadas (KETOKIVI; MANTERE; CORNELISSEN, 2017). Essas analogias são compostas por princípios generalizados cuja veracidade é, dificilmente, questionada. À proporção que uma analogia recebe maior aceitação de uma comunidade acadêmica, ela tende a se institucionalizar como parte do apoio para uma argumentação teórica de um domínio disciplinar (KETOKIVI; MANTERE; CORNELISSEN, 2017). Devido às alegações resultantes de analogias estabelecidas, enquanto garantias, fortalecerem o uso delas nos argumentos, as institucionalizadas são responsáveis por sustentarem os fundamentos das alegações (KETOKIVI; MANTERE; CORNELISSEN, 2017).

A crítica endógena assume um papel de suma importância no estabelecimento e institucionalização das analogias (KETOKIVI; MANTERE 2010). O intuito dessa crítica não é desafiar o fundamento das alegações, e sim questionar a plausibilidade das analogias estabelecidas e institucionalizadas, comentam Ketokivi, Mantere e Cornelissen (2017). Essa crítica possui dois objetivos principais na construção de argumentos: a) prover uma avaliação crítica das analogias, destacando os problemas e deficiências associados a elas; b) possibilitar que a analogia perdure ao evidenciar seus pontos cegos (KETOKIVI; MANTERE; CORNELISSEN, 2017).

É importante destacar que a maioria das novas analogias não percorre integralmente as etapas do *framework* de Ketokivi, Mantere e Cornelissen (2017). Isso somente ocorre com as analogias estabelecidas ou que se tornaram parte da base institucional de um argumento. Em geral, as analogias são refutadas e, assim, rejeitadas no início de suas aplicações. Nem todas as novas analogias justificam os fundamentos das alegações, pois as garantias e apoios de uma analogia não sustentam a veracidade dos argumentos (KETOKIVI; MANTERE; CORNELISSEN, 2017).

É mister ressaltar que o *framework* original de Ketokivi, Mantere e Cornelissen (2017) satisfaz alguns dos pressupostos básicos das analogias, os quais gostaria também de estender às dissanalogias. Deve-se reconhecer que as analogias possuem propósitos distintos, podendo ser empregadas em diferentes partes de um argumento (CORNELISSEN; DURAND, 2014). As analogias necessitam ser analisadas em diversas etapas de uma teorização, isto é, desde a criação de uma

teoria até seus estágios posteriores de refinamento (KETOKIVI; MANTERE; CORNELISSEN, 2017). As analogias têm potencial de uso tanto no contexto da descoberta, quando no contexto de justificação[172] (REICHENBACH, 1938; KETOKIVI; MANTERE; CORNELISSEN, 2017). Esse *framework* incorpora o postulado de que toda teorização por analogia requer um engajamento com outras formas de raciocínio inferencial. É comum dispor de raciocínios ou métodos de inferência[173] de ordem dedutiva, indutiva, ou abdutiva em argumentos fundamentados em analogias (KETOKIVI; MANTERE; CORNELISSEN, 2017). Concordo com o argumento apresentado por Ketokivi, Mantere e Cornelissen (2017) de que o raciocínio por analogia não é *per se* uma forma separada de raciocínio, embora seu contexto possua características únicas. Sobre essa singularidade, eles sugerem que:

> O contexto é distinto no sentido de que o raciocínio por analogia sempre envolve uma tentativa de examinar se um domínio de origem pode ser plausivelmente conectado a um domínio de destino para obter uma visão sobre o último (KETOKIVI; MANTERE; CORNELISSEN, 2017, p. 650, tradução nossa)

Não obstante as idiossincrasias do raciocínio por analogia, ele não requer uma apreciação dos contextos em que os raciocínios dedutivo, indutivo e abdutivo são utilizados (BARTHA, 2010). Similar aos métodos de inferência, os argumentos de uma analogia não estão comprometidos com um tipo específico de reivindicação de conhecimento ou uma forma própria de teoria (MANTERE; KETOKIVI, 2013). Dependendo do contexto em que o raciocínio por analogia é aplicado, ele pode assumir pressupostos inferenciais dos métodos em questão (KETOKIVI; MANTERE; CORNELISSEN, 2017). Em resumo, a dedução é uma inferência voltada à explicação de um caso particular. A indução é direcionada à generalização de algo. Por fim, a abdução é uma inferência que visa construir explicações (COPI; COHEN; MCMAHON, 2014; KETOKIVI; MANTERE; CORNELISSEN, 2017). Assim, prevemos, confirmamos e refutamos por dedução, generalizamos por indução, e teorizamos por abdução.

Para além dos limites do raciocínio por analogia em argumento gerais, os três métodos de inferência são aplicados para examinar argumentos científicos

[172] A explicação desses dois termos está localizada na seção 2.1 do Capítulo 2.
[173] Um método de inferência é, conforme Copi, Cohen e Mcmahon (2014), uma forma de derivar novos conhecimentos, a partir de um corpo de conhecimento inicial. Cada método especificará como esse processo deve ser realizado e quais circunstâncias devem ser atendidas, para que a inferência seja válida.

(MANTERE; KETOKIVI, 2013). Ao tomar isso como verdadeiro, considero plausível afirmar que as elucubrações realizadas sobre os princípios dessas formas de raciocínio podem ser estendidas para compreender o processo de teorização na prática de importar e domesticar *radical traveling theories* normativas para o domínio da Teoria Organizacional. Dito isso, permita-me apresentar, de maneira concisa, cada um dos três métodos de inferência, para, em seguida, expor as suas relações com o raciocínio por analogia.

O raciocínio dedutivo envolve realizar inferências lógicas a partir da regra e/ou da explicação, enquanto premissas, para, dessa forma, derivar a observação ou conclusão (MANTERE; KETOKIVI, 2013). O processo de dedução inicia com algumas premissas iniciais, consideradas verdadeiras, e certas regras lógicas e formais de inferência tidas como válidas (COPI; COHEN; MCMAHON, 2014). As regras dedutivas são, então, aplicadas repetidamente às premissas iniciais, produzindo novas proposições que são, de modo assegurado, verdadeiras (COPI; COHEN; MCMAHON, 2014). Um exemplo típico de regra dedutiva é o *Modus ponens*. Esse argumento dedutivo pode ser descrito da seguinte maneira: *p* implica *q*. Se *p* é verdadeiro, então *q* também deve ser verdadeiro (COPI; COHEN; MCMAHON, 2014). Uma inferência é provada como verdadeira se as premissas e a validade do *Modus ponens* forem aceitos.

Na dedução, a conclusão sobre o particular é, portanto, inferida a partir do universal (COPI; COHEN; MCMAHON, 2014). A observação/conclusão segue, necessariamente, como uma consequência lógica da regra e da explicação (MANTERE; KETOKIVI, 2013). Isso tornaria a dedução, em certo sentido, metodologicamente incontestável. Todavia, é possível questionar a credibilidade das premissas em um argumento dedutivo ou rejeitar a regra geral como empiricamente incorreta (COPI; COHEN; MCMAHON, 2014). Em alguns casos, o *Modus ponens* não é suficiente para garantir a validade das sequências do raciocínio dedutivo, pois resultados semelhantes não podem, necessariamente, ser obtidos de causas semelhantes (COPI; COHEN; MCMAHON, 2014).

A indução não utiliza uma vinculação lógica estrita como a dedução, mas sim realiza inferências com base em algo que é, provavelmente, razoável de ser verdadeiro, dadas as premissas apresentadas (COPI; COHEN; MCMAHON, 2014). O raciocínio indutivo envolve, normalmente, o estabelecimento de conclusões gerais sobre casos ou observações específicas (COPI; COHEN; MCMAHON, 2014). Esse

tipo de raciocínio combina a observação e a explicação de algo para inferir uma regra universal para ele e, assim, fazer o movimento inferencial do particular para o geral (MANTERE; KETOKIVI, 2013). Contudo, a regra decorrente de observações repetidas pode ser logicamente falsa. Para isso, basta que uma observação sobre o particular demonstre a falibilidade do sentido completo de uma regra geral (MANTERE; KETOKIVI, 2013). Isso representa o problema do salto indutivo, denunciado por David Hume (KETOKIVI; MANTERE 2010; COPI; COHEN; MCMAHON, 2014).

A abdução enceta com ponderações acerca da regra e da observação/conclusão. A explicação é inferida a partir de considerações da observação à luz da regra (MANTERE; KETOKIVI, 2013). Em outros termos, o raciocínio abdutivo tem início com um conjunto de observações ou fatos conhecidos para, logo após, inferir a verdade de uma explicação que melhor justifique as conclusões e os fatos (ALISEDA, 2006). A abdução é também descrita como inferência à melhor explicação, ou seja, a explicação mais razoável sobre algo é considerada a mais provável de ser correta (IRANZO, 2007; MCAULIFFE, 2015). Uma teoria é, por exemplo, aceita como, supostamente, verdadeira, caso forneça a melhor explicação para um amplo corpo de fatos inexplicáveis, e não por causa de qualquer prova dedutiva de sua verdade, ou mesmo de qualquer simples indução com base em casos anteriores ou experiência (ALISEDA, 2006).

Similar a indução, as inferências abdutivas não produzem conclusões com fundamento na certeza e, portanto, só podem justificar o conhecimento em graus de confiança (ALISEDA, 2006). Faltam aos raciocínios indutivo e abdutivo bases lógicas para a conclusão (MANTERE; KETOKIVI, 2013). Embora possam parecer ser duas formas semelhante de raciocínio, abdução e indução possuem uma diferença notável: enquanto as inferências indutivas não precisam fazer qualquer referência à explicação, isso é um aspecto central para a noção de inferência abdutiva (MAGNANI, 2009). A abdução não deve ser resumida a um raciocínio presuntivo e conjectural, pois é, estritamente, interpretada. Devido a isso, esse método inferencial é utilizado para derivar novas hipóteses e, em última análise, gerar “descobertas” científicas (MANTERE; KETOKIVI, 2013).

No ímpeto de estender o modelo geral de Toulmin (2003) no contexto do raciocínio por analogia, Ketokivi, Mantere e Cornelissen (2017) basearam-se nos trabalhos de Dedre Gentner (1982;1983;1999). Fundamentada na ciência cognitiva, Gentner estudou como as pessoas avaliam o uso de analogias no raciocínio ordinário.

Nas suas pesquisas, ela identificou três dimensões de avaliação do raciocínio por analogia: a) solidez estrutural; b) validade factual; c) relevância.

Consoante Gentner (1999), a primeiro dimensão é a solidez estrutural. Essa dimensão “[...] refere-se à força de conexão entre os domínios de origem e de destino” (KETOKIVI; MANTERE; CORNELISSEN, 2017, p. 647, tradução nossa). Ela avalia se o alinhamento das similaridades da analogia entre domínios e as inferências analógicas projetadas são estruturalmente consistentes (GENTNER, 1999). No caso das analogias estruturalmente sólidas, o domínio de origem vincula-se, consistentemente, com domínio de destino, mediante conexões cuja valência e relevância sugerem que a similaridade de uma analogia entre os domínios não é, meramente, superficial ou coincidente (GENTNER; MARKMAN, 1997; GENTNER, 1999). A solidez estrutural associa o raciocínio por analogia a outra forma de racionalidade inferencial, isto é, a indução enumerativa (KETOKIVI; MANTERE; CORNELISSEN, 2017). De certo, “[...] a conexão entre os domínios de origem e de destino deve ser validada metodologicamente por [um processo de] indução” (KETOKIVI; MANTERE; CORNELISSEN, 2017, p. 647, tradução nossa). Nessa forma de indução, as semelhanças relevantes entre domínios são analisadas explicitamente (KETOKIVI; MANTERE 2010; KETOKIVI; MANTERE; CORNELISSEN, 2017).

Em termos do raciocínio indutivo, a satisfação da solidez estrutural requer duas condições: a) um número suficiente de semelhanças deve ser identificado; b) nenhuma diferença crítica pode ser encontrada entre os domínios (KETOKIVI; MANTERE; CORNELISSEN, 2017). Em função das analogias serem avaliadas pelo raciocínio indutivo enumerativo, a generalização é obtida no vínculo estabelecido entre os domínios de origem e destino da analogia (KETOKIVI; MANTERE; CORNELISSEN, 2017). O raciocínio indutivo indica se a analogia foi generalizada do domínio-fonte para o domínio-alvo. Uma indução enumerativa é fraca quando o número de semelhanças estruturais observadas da analogia em ambos os domínio for insatisfatório (KETOKIVI; MANTERE; CORNELISSEN, 2017). Nesse o caso, as diferenças relevantes no conteúdo da analogia entre domínios tendem a tornar logicamente inconsistente o raciocínio indutivo (KETOKIVI; MANTERE; CORNELISSEN, 2017).

Com relação a solidez estrutural do raciocínio por analogia, Ketokivi, Mantere e Cornelissen (2017, p. 647, tradução nossa) alertam sobre o risco de os teóricos organizacionais cometerem a falácia da generalização precipitada. Em termos

conceituais, essa falácia sinaliza que apenas os casos raros ou excepcionais são considerados pertinentes, sendo a generalização é extraída desses casos (COPI; COHEN; MCMAHON, 2014). O intuito é criar uma regra geral que se adapte somente a essas exceções (COPI; COHEN; MCMAHON, 2014). Na literatura de Teoria Organizacional, tal falácia, geralmente, ocorre quando assumimos que uma analogia é válida, embora sua conexão indutiva não seja suficientemente forte (KETOKIVI; MANTERE; CORNELISSEN, 2017). Identificam-se algumas semelhanças atraentes entre os domínios, encobrindo suas diferenças potencialmente relevantes (KETOKIVI; MANTERE; CORNELISSEN, 2017).

Consoante Gentner (1999), a analogia não se limita a ser um mecanismo indutivo. Em virtude disso, não há como garantir que uma inferência analógica possa está correta, logo verdadeira (GENTNER, 1999; GENTNER; SMITH, 2012). A segunda dimensão é, aponta Gentner (1999), a validade factual ou credibilidade das inferências analógicas projetadas no domínio alvo. Isso é equivalente noção de adequação empírica (KETOKIVI; MANTERE; CORNELISSEN, 2017). Essa dimensão concentra-se nos aspectos empíricos do uso da analogia (GENTNER, 1999). Como afirmam Ketokivi, Mantere e Cornelissen (2017, p. 648, tradução nossa), "[e]nquanto a relevância e a solidez estrutural focam principalmente no potencial da analogia, a validade factual se concentra nos méritos empíricos demonstrados da analogia". A validade factual envolve: a) entender como a analogia contribui para pesquisa empírica; b) dar sentido aos dados, fornecendo explicações e interpretações; c) confirmar que previsões teóricas baseadas no uso da analogia são confirmadas pela análise empírica (KETOKIVI; MANTERE; CORNELISSEN, 2017). No que se segue, "[u]ma analogia é, factualmente, válida quando as previsões teóricas são corroboradas por observações empíricas no domínio-alvo" (KETOKIVI; MANTERE; CORNELISSEN, 2017, p. 649, tradução nossa).

Como sugerem Ketokivi, Mantere e Cornelissen (2017), o uso do raciocínio dedutivo em argumentos analógicos é identificado nas teorizações de *frameworks* conceituais ou empíricos. Estabelece-se uma conexão dedutiva entre o domínio da teoria com o domínio do *framework*. As teorias estrangeiras devem funcionar de maneira análoga ao seu domínio de origem, quando aplicadas para compor um *framework* no domínio-alvo. As inferência estabelecidas de forma dedutiva são usadas para avaliar até que ponto o *framework* corrobora, empiricamente ou conceitualmente, a teoria com o qual é análogo (KETOKIVI; MANTERE; CORNELISSEN, 2017).

A última dimensão é a relevância. Ela verifica se as inferências analógicas são relevantes para os objetivos atuais da pesquisa, durante o processo de julgamento da aceitabilidade de uma analogia (GENTNER, 1999). A analogia é considerada relevante caso ofereça uma visão generativa sobre uma pergunta de pesquisa (ALVESSON; SANDBERG, 2011). A relevância examina, especificamente, se uma analogia fornece uma solução plausível *a priori* para um problema teórico (BARTHA, 2010). Ketokivi, Mantere e Cornelissen (2017) ilustram o uso do raciocínio abdutivo no estágio pré-empírico de introdução de uma nova analogia. Para eles, a avaliação desse tipo analogia envolve, por exemplo, refletir sobre que questões de pesquisa poderiam ser antecipadas ou formuladas e em quais domínios-alvo, se uma analogia fosse introduzida. A abdução é, normalmente, aplicada para compreender as suposições, hipóteses e conjecturas sobre as quais as analogias poderiam ser úteis (SHEPHERD; SUTLIFFE, 2011; KETOKIVI; MANTERE; CORNELISSEN, 2017).

Ketokivi, Mantere e Cornelissen (2017) sugerem duas ameaças para o estabelecimento da relevância de uma nova analogia: a) falácia do *argumentum ad novitatem*; b) falácia *ad populum*. Na falácia lógica *ad novitatem*, a afirmação de que algo é superior fundamenta-se, exclusivamente, em sua novidade (COPI; COHEN; MCMAHON, 2014). Uma analogia é valorizada, principalmente, por ser inédita, reforçam Ketokivi, Mantere e Cornelissen (2017). O ineditismo é oferecido "[...] como a justificativa principal, ou seja, 'ninguém [jamais] pensou que a Organização poderia ser X'" (KETOKIVI; MANTERE; CORNELISSEN, 2017, p. 645, tradução nossa). Na opinião de Boxenbaum e Rouleau (2011a), essa falácia materializa-se quando ideias ou analogias são introduzidas pela primeira vez em um domínio científico. A tendência é que a importância da novidade seja exagerada, superestimada. O caráter inédito de uma analogia nem sempre sinaliza sua relevância, enfatizam Ketokivi, Mantere e Cornelissen (2017). De fato, "[...] quanto mais a novidade elimina as considerações sobre se a analogia pode prover um *insight* teórico útil, mais questionável se torna seu valor" (KETOKIVI; MANTERE; CORNELISSEN, 2017, p. 645, tradução nossa, grifo nosso).

A falácia informal do *argumentum ad populum* é cometida quando dirigimos um apelo emocional aos sentimentos ou entusiasmo do povo, com intuito de obter o assentimento para um argumento que não é sustentado por evidências adequadas (COPI; COHEN; MCMAHON, 2014). Essa falácia presume que uma proposição é percebida como verídica, caso a maioria das pessoas acredite que ela seja verdadeira

(COPI; COHEN; MCMAHON, 2014). Admite-se uma analogia porque a linguagem e as ideias do domínio de origem são amplamente compreendidas, ou geralmente aceitas, ou simplesmente tidas em alta consideração no domínio-alvo (KETOKIVI; MANTERE; CORNELISSEN, 2017). As analogias tem mais chances de serem legítimas “[...] quando não são transgressivas e ressoam em virtude da familiaridade” (KETOKIVI; MANTERE; CORNELISSEN, 2017, p. 645, tradução nossa). Essa falácia alicerça-se em um princípio subjacente equivocado: “[q]uanto mais a familiaridade prevalece sobre outras considerações, mais metodologicamente falacioso se torna o uso da analogia” (KETOKIVI; MANTERE; CORNELISSEN, 2017, p. 645, tradução nossa).

Além dessas duas falácias lógicas, Mantere e Ketokivi (2013) expõem outro problema lógico da abdução no raciocínio por analogia, ou seja, a falácia de afirmar o consequente. Nessa falácia, aceitar que uma afirmação é verdadeira corresponde a assumir que sua forma inversa também seria verdadeira (MAGNANI, 2009; PLUTYNSKI, 2011). Esse raciocínio falacioso ocorre quando a premissa menor de um silogismo proposicional afirma o consequente de um enunciado condicional (COPI; COHEN; MCMAHON, 2014). Uma declaração condicional é, consoante Copi, Cohen e Mcmahon (2014), uma sentença do tipo "se-então", que expressa uma ligação entre o antecedente — i.e., a parte após o se — e o consequente — i.e., a parte após o então. Uma declaração condicional não afirma o antecedente nem o consequente, comentam Copi, Cohen e Mcmahon (2014). Esse tipo de declaração reitera, simplesmente, que se o antecedente é verdadeiro, então o consequente também é verdadeiro (COPI; COHEN; MCMAHON, 2014). Formalmente, essa falácia é representada da seguinte forma: Se *p* for o caso, então *q* também será; *q* é verdadeiro, então *p* deve ser verdadeiro também. No entanto, existe um problema de lógica inferencial no seio da representação de tal falácia. Mesmo que a primeira parte do argumento dessa representação seja verídica; a segunda parte não segue, necessariamente, verdadeira também, pois podem haver outras explicações para que *q* seja verdadeiro (COPI; COHEN; MCMAHON, 2014). O consequente torna-se, dessa maneira, um argumento inválido.

No *framework* de Ketokivi, Mantere e Cornelissen (2017), cada uma das três dimensões — i.e., solidez estrutural, validade factual e relevância — foram sobrepostas na avaliação de uma analogia, enquanto fundamento, garantia e apoio de um argumento. Essas dimensões foram cruzadas com as categorias de analogia,

isto é, nova analogia, analogia estabelecida e analogia institucionalizada. Com base nisso, esses autores propuseram um protocolo de questões gerais, ao invés de tentar formular critérios prescritivos, para analisar o raciocínio por analogia nas pesquisas organizacionais. O Quadro 20 apresenta uma adaptação das doze questões originais, desenvolvidas por Ketokivi, Mantere e Cornelissen (2017), para compreender como as analogias promovem o *modus operandi* de importar *radical traveling theories* normativas na Teoria Organizacional. Alvitro que esses questionamentos servem como marcadores para examinar o uso de analogias na importação e, consequente, domesticação de RTTs na TO. Eles permitem acesso ao raciocínio por analogia adotado na transposição e reconstrução epistêmica de uma RTT, mas também ponderar sobre a consistência da aplicação das analogias no campo da Teoria das Organizações. Para uma melhor compreensão da função desse conjunto de questionamentos, é necessário explicar como essas perguntas fazem sentido na justaposição das dimensões com os tipos de analogia e as etapas do modelo de Ketokivi, Mantere e Cornelissen (2017).

Quanto a dimensão relevância, Ketokivi, Mantere e Cornelissen (2017) comentam que a nova analogia é usada como fundamento. A questão-chave [Q1][174] para reflexão sobre isso enfoca os aspectos generativos da analogia. A analogia deve fornecer previsões ou proposições perspicazes a serem exploradas, seja de modo empírico ou teórico. As analogias estabelecidas são utilizadas como garantis de um argumento. A ênfase está em compreender como a analogia é aplicada em estudos empíricos ou teóricos. Enquanto garantia, o objetivo da analogia é justificar conclusões teóricas com base em dados empíricos. A questão-chave [Q2].aborda de que maneiras a analogia justifica conclusões teóricas relevantes. A analogia institucionalizada assume o papel de apoio, afirmam Ketokivi, Mantere e Cornelissen (2017). A avaliação não se concentra mais em um argumento individual, mas sim, no fundamento paradigmático da teoria.

[174] Os termos [Q1], [Q2], [Q7], e [Q9], por exemplo, correspondem as questões-chaves do Quadro 20.

Quadro 19 (4) —Estrutura de avaliação metodológica para analogias

PAPEL DA ANALOGIA	ATIVIDADE NA QUAL A ANALOGICA É INVOCADA	PERGUNTAS DE AVALIAÇÃO ACERCA DA RELEVÂNCIA	PERGUNTAS DE AVALIAÇÃO SOBRE A SOLIDEZ ESTRUTURAL	PERGUNTAS DE AVALIAÇÃO PARA VALIDADE FACTUAL
Analogia como fundamento	[a] Introduzir uma nova analogia	[Q1] A analogia oferece potencial para insights a importação e domesticação de radical traveling theories na Teoria Organizacional? A analogia é familiar o suficiente para ser entendida pelo público de interesse?	[Q5] A analogia se presta a várias questões de pesquisa relacionadas aos problemas organizacionais?	[Q9a] A analogia se presta à pesquisa empírica? [Q9b] Os conceitos-chave da analogia e suas inter-relações podem ser operacionalizados de forma a permitir a avaliação de sua adequação empírica na importação da RTT?
Analogia como uma garantia	[b] Usar uma analogia estabelecida para justificar generalizações teóricas de dados empíricos.	[Q2] A analogia fundamenta afirmações teóricas relevantes da RTT no domínio da TO?	[Q6] A analogia conecta os fundamentos (empíricos) com as afirmações (teóricas) relevantes de uma maneira plausível quando utilizada na importação da RTT?	[Q10] A analogia é verossímil ou empiricamente adequada para ser importada no campo da TO?
Analogia como apoio	[c] Acumular evidências sobre a utilidade da analogia por meio da crítica endógena	[Q3a] A analogia justifica a expansão e ampliação do escopo da RTT na TO? [Q3b] A aplicação da analogia acumulou evidências que atestam sua utilidade no campo da TO?	[Q7] Como a analogia mantém sua solidez estrutural se os domínios de origem e destino de uma RTT são distintos e se modificam estruturalmente ao longo do tempo?	[Q11] Na prática de importar RTTs, a analogia introduz novos conteúdos em que “anomalias empíricas” são identificadas ou teorias existentes podem ser, posteriormente desafiadas?
	[d] Desafiar analogias institucionalizadas e estabelecidas por meio da crítica exógena	[Q4] O uso da analogia tem pontos cegos ou omissões que enviesam a teorização na TO?	[Q8] Na importação da RTT, a conexão estrutural explícita dos domínios de origem e de destino deu lugar à aprovação habitual da garantia?	[Q12] Existem outras analogias e teorias que oferecem abordagens superiores para uma mesma evidência?

Fonte: adaptado de Ketokivi, Mantere e Cornelissen (2017, p. 646, tradução nossa).

A crítica endógena — questões-chave [Q3a] e [Q3b] — centra-se nas maneiras como a analogia pode justificar uma teoria. Essa avaliação é, tipicamente, retrospectiva no sentido de que se concentra nas principais afirmações teóricas resultantes da aplicação prévia da analogia. A questão [Q4] põe em discussão se houve uma interpretação equivocada ou errônea da analogia tanto no seu domínio de origem, quanto em sua aplicação no domínio de destino. O intuito é demonstrar se a utilização da analogia foi baseada em suposições questionáveis ou se ela foi, adequadamente, escrutinada quanto aos seus pontos cegos e inconsistências.

No tocante à solidez estrutural, Ketokivi, Mantere e Cornelissen (2017) afirmam que a avaliação de novas analogias, questão-chave [Q5], fornece subsídios para uma quantidade de questões de pesquisa interessantes, com as quais ela tem o potencial estrutural de contribuir com o conhecimento. Uma nova analogia pode ser relevante, embora tenha um diminuto potencial generativo. Caso o domínio de origem de uma analogia inédita seja vinculado estruturalmente a um único domínio de destino, é improvável que ela contribua com o processo de teorização. As analogias promissoras são aquelas que se prestam a variações sobre um tema, isto é, permitem suas incorporações em vários domínios-alvo. Isso tende a aumentar seu potencial generativo. Uma maneira de estabelecer esse potencial é demonstrar que várias questões de pesquisa existentes, e não relacionadas, em diferentes domínios de destino podem ser vinculadas ao mesmo domínio de origem, oferecendo oportunidades para integração da teoria. Uma análise mais formal da solidez estrutural e suas implicações deve ser conduzida, após a analogia se tornar uma garantia — i.e., uma analogia estabelecida. A questão-chave [Q6] enseja uma reflexão sobre se se a analogia consolida uma vinculação plausível entre os fundamentos e as afirmações de um argumento.

O foco da crítica endógena na analogia institucionalizada é examinar a dinâmica entre os domínios fonte e alvo, questão-chave [Q7]. Devido ao provável uso dessas analogias como garantias e, em seguida, como apoios, é mister examinar como ocorreu o desenvolvimento teórico e/ou empírico desses domínios ao longo do tempo. Essa improbabilidade da solidez estrutural da analogia permanecer intacta nos domínios deriva também do fato de serem qualificados como “domínios intelectuais separados” (KETOKIVI; MANTERE; CORNELISSEN, 2017). Em vista do exposto, desenvolvimentos posteriores em um desses domínios põe em xeque a solidez estrutural da analogia.

Por outro lado, a incorporação de mudanças no domínio-fonte pode informar ao domínio-alvo de que deve assegurar a solidez estrutural da analogia, com vias a contribuir com o desenvolvimento do conhecimento (KETOKIVI; MANTERE; CORNELISSEN, 2017). Na crítica exógena, o fato de a analogia ser concebida como uma premissa indubitável, em última análise, representa uma ameaça para o argumento de uma teoria, questão-chave [Q8]. Uma vez institucionalizada, o uso da analogia pode repousar em um suposição, presumivelmente, equivocada. O problema de teorização não está no desenvolvimento dos domínios ao longo do tempo, mas, ao invés disso, na analogia *per se*, cujo aplicação foi equivocada desde o início.

No que se refere a dimensão de validade factual, Ketokivi, Mantere e Cornelissen (2017) enfatizam que novas analogias não são, extensivamente, submetidas à investigação empírica. Em virtude disso, a credibilidade desse tipo de analogia é julgada mediante sua capacidade de gerar previsões que, porventura, desenvolvam pesquisas. A questão-chave [Q9a] indaga se a estrutura do domínio de origem de uma analogia estabelece uma conexão com o domínio de destino, que permite examiná-la empiricamente. Já a questão-chave [Q9b] interroga se conceitos-chave da analogia e suas inter-relações podem ser operacionalizados de tal forma que viabiliza a avaliação de sua adequação empírica. Enquanto garantia, a analogia estabelecida objetiva instituir uma conexão entre os fundamentos empíricos e as afirmações teóricas. O foco do raciocínio por analogia muda da plausibilidade, questão-chave [Q6], para adequação empírica, questão -chave [Q10]. De acordo com esses autores, a análise da adequação empírica de uma analogia em uma teoria depende de duas condições inter-relacionadas: a) ser estruturalmente sólida; b) suas inferências serem confiáveis. Caso satisfaça essas condições, uma analogia tende a corroborar as previsões teóricas. Devido a essa previsibilidade, a analogia consegue adequar-se empiricamente e sua alegação teórica é tida como credível.

O enfoque da avaliação das analogias institucionalizadas está em suas aplicações nas teorias, e não em um argumento individual (KETOKIVI; MANTERE; CORNELISSEN, 2017). Essa forma de analogia introduz novas evidências questionadoras do conteúdo das teorias existentes. A crítica endógena visa desafiar ou refutar o conteúdo de uma teoria, questão-chave [Q11]. Isso pode representar uma afronta a validade factual da analogia. Em consequência das tentativas de questionamento da teoria por parte da analogia, o papel dessa crítica é outros

caminhos metodológicos mais adequadas para consecução de pesquisas empíricas. Isso refere-se a questão-chave [Q12].

4.6 TEORIA COERENTISTA DE JUSTIFICAÇÃO EPISTÊMICA

A Teoria Coerentista da Justificação — i.e., TCJ —, também conhecida como Coerentismo epistemológico ou, simplesmente, Coerentismo, é uma teoria de justificação epistêmica (OLSSON, 2021). Esse tipo de justificação é uma das condições necessárias[175] para que uma crença — enquanto atitude proposicional[176] — constitua o conhecimento (GRAHAM, 2021). Logo, pode-se afirmar que a TCJ é uma teoria do conhecimento (BONJOUR, 2021). O Coerentismo exibe algumas das possíveis conexões entre conhecimento e justificação, a fim de fundamentar o que torna uma crença justificada ou razoável (LEMOS, 2007). A justificação da coerência é, nesse sentido, uma indicação ou critério de verdade (OLSSON, 2021). Na TCJ, o conhecimento requer uma crença verdadeira justificada (LEMOS, 2007).

O Coerentismo epistemológico é uma das principais alternativas, em caráter antagônico, às visões Fundacionalistas e a Teoria Coerentista da Verdade — i.e., TCV (LEMOS, 2007). O principal contraste inicial entre a TCJ e as teorias fundacionalistas reside no problema do regresso epistêmico (LEMOS, 2007). Similar ao Fundacionalismo moderado, a TCJ afirma que a justificação de algumas crenças deriva de suas relações inferenciais com outras crenças, supostamente justificadas, e que a justificação dessas outras crenças pode depender de relações inferenciais com algumas outras crenças, possivelmente, não justificadas, e assim por diante (LEMOS, 2007; BONJOUR, 2021). O Coerentismo diverge, entretanto, da solução Fundacionalista para o regresso epistêmico. As TCJs “[...] diferem das teorias fundacionalistas na medida em que colocam uma ênfase muito maior no papel da coerência” (LEMOS, 2007, p. 67, tradução nossa). Em virtude dos coerentistas sustentarem que as únicas coisas que podem justificar as crenças são outras crenças, eles rejeitam a visão de que existem quaisquer crenças básicas justificadas. Isso posto, eles também rejeitam que as experiências não-doxásticas sejam capazes de justificar as crenças (LEMOS, 2007).

---

[175] Outra condição necessária seria a verdade, as proposições, e a consistência lógica, por exemplo (OLSSON, 2021)

[176] Para os coerentistas, uma crença é um tipo de atitude proposicional (LEMOS, 2007).

A Teoria da Coerência da Verdade afirma que a verdade de qualquer proposição consiste em sua coerência com algum conjunto específico de proposições (LEMOS, 2007). As condições de verdade de uma proposição fundamentam-se em: a) outras proposições que se acredita serem indicativas de sua verdade; ou, b) uma boa razão para acreditar que é verdade (YOUNG, 2018). Para os proponentes dessa teoria, a coerência é tanto uma fonte de justificação, quanto uma condição de verdade (LEMOS, 2007). Essa teoria possui uma concepção substantiva da verdade, isto é, sustenta que a verdade é uma propriedade das proposições que pode ser analisada em termos de suas condições de verdade, e das relações estabelecidas entre as proposições e tais condições (YOUNG, 2018). Enquanto a TCV busca compreender o que torna uma crença ou proposição verdadeira, a TCJ preocupa-se em explicar o que é preciso para uma crença ou um conjunto de crenças ser justificado (OLSSON, 2021).

A TCJ fornece uma resposta própria ao seguinte questionamento: o que torna as crenças justificáveis e razoáveis? O coerentistas, comenta Lemos (2007), partem de dois pressupostos básico: muitas de nossas crenças parecem ser razoáveis ou justificadas em virtude de serem coerentes ou se encaixarem em nossas outras crenças. A ocorrência de um desses pressupostos tende a tornar razoável a justificação epistêmica de nossas crenças. Em contrapartida, se uma crença entra em conflito um conjunto de crenças, ela torna-se menos razoável. Logo, sua manutenção é questionada. Se crença é conflitiva com as demais, então não há como ser epistemicamente justificada. De acordo com Lemos (2007), pode-se conferir dois tipos distintos de coerências às crenças: a) positiva; b) negativa. “[...] uma crença goza de coerência positiva quando é apoiada, em equilíbrio, por todo [um sistema] de crenças [...]” (LEMOS, 2007, p. 67, tradução nossa). Em contrapartida, “[u]ma crença sofre de coerência negativa quando entra em conflito com o [sistema] total de crenças [...]” (LEMOS, 2007, p. 67, tradução nossa).

O princípio definidor da TCJ pode ser descrito da seguinte forma: a justificação de uma crença depende, inteiramente, de suas relações inferenciais com outras crenças e, eventualmente, com determinado conjunto geral de crenças (OLSSON, 2021). Para uma crença ser justificada, essas relações devem indicar o quão bem a crença se encaixa ou é coerente com as demais crenças, pertencentes a uma rede coerente de crenças, que se apoiam mutuamente (LEMOS, 2007). O Coerentismo

assume que uma crença ou conjunto de crenças é justificado, ou sustentado de forma justificada, por ser coerente com um sistema coerente de crenças (OLSSON, 2021).

Na TCJ, a justificação do sistema de crenças é, logicamente, anterior àquela das crenças que o constitui (BONJOUR, 2021). Esse sistema é o que deve ser, seja justificado ou injustificado. As crenças individuais não são justificadas ou injustificadas basicamente (THAGARD, 2000). A justificação do sistema deriva, em última análise, da sua própria coerência, ou seja, do quão unificado ou interconectado ele está em virtude das conexões inferenciais e explicativas entre seus componentes (BONJOUR, 2021). O Coerentismo propõe uma visão holística da justificação, cujo principal portador da justificação epistêmica é o sistema de crenças (OLSSON, 2021). A TCJ é, portanto, uma teoria da justificação doxástica (LEMOS, 2007). Para essa teoria, as únicas coisas que podem justificar crenças são outras crenças, e as únicas coisas que podem servir como razões para uma crença são outras crenças. As crenças que são justificadas por outras crenças ou conjunto de crenças têm uma fonte doxástica de justificação[177] (LEMOS, 2007).

Alguns questionamentos precisam ser endereçados para darmos prosseguimento a explicação das nuances da TCJ. Entre eles, destaco os seguintes: o que qualifica um conjunto de crenças enquanto um sistema de crenças? O que torna um conjunto de crenças coerente? O que torna um conjunto mais coerente do que outro? De antemão, a resposta para primeira pergunta reside no número de crenças que constituem um determinado sistema. No entanto, isso é insuficiente para definir um sistema de crenças enquanto um *corpus* de crenças, observa Olsson (2021). Apesar de existirem quatro possíveis abordagens para conceituar um sistema de crença[178], adotarei aquela que descreve os sistemas por referência aos assuntos dos conteúdos de suas crenças constituintes, como, por exemplo, crenças sobre a matemática (OLSSON, 2021). Para que uma crença pertença a um sistema de crenças, ela deve se relacionar com as demais que compõem esse sistema (OLSSON,

[177] Lemos (2007) refere-se as crenças não-básicas justificadas ou justificadas inferencialmente. Elas possuem fontes doxásticas de justificação.

[178] De acordo com Olsson (2021), os sistemas de crenças também podem ser representados pelas fontes que os produziram, ou seja, crenças visuais podem formar um sistema, crenças auditivas outro, crenças memoriais outro, e assim por diante. Alternativamente, existe a possibilidade de os sistemas serem descritos fenomenologicamente. Nesse caso, as próprias crenças, ou talvez episódios-chave que surgem com sua aquisição, podem ter marcadores fenomenológicos. Se esses marcadores mantiverem relações de similaridade entre si, isso levaria ao agrupamento de crenças em sistemas distintos. Uma possibilidade final envolve sistemas individualizados de crenças, cujas crenças que pertencem a um sistema particular têm alguma relação de dependência de tipo psicológico entre si.

2021). As crenças constituem um sistema, se elas mantiverem conexões umas com as outras (OLSSON, 2021).

As respostas para o segunda e terceiro questionamentos reside na presença de diferentes fatores contribuintes ou prejudiciais para a coerência de um conjunto de crenças (LEMOS, 2007). Embora seja difícil apontar com exatidão as razões promotoras dessa coerência, Lemos (2007) sugere que os coerentistas mencionam quatro fatores principais: a) consistência lógica; b) conexões explicativas; c) consistência com as normas sobre formação de crenças; d) evidências conclusivas.

Inicialmente, é necessário estabelecer a distinção entre a consistência lógica de um conjunto de crenças e sua coerência. Um conjunto de crenças é logicamente consistente se, e somente se, for logicamente possível que todos os seus elementos sejam verdadeiros (LEMOS, 2007). Suponha que alguém acredite nas crenças p e não-p. Visto que não é possível que ambas as crenças sejam verdadeiras, elas inconsistentes. De maneira similar, imagine alguém que crer nas proposições p, q, r e s. Se todas elas não são logicamente todas verdadeiras, então as crenças são inconsistentes. A inconsistência é, destarte, um dos fatores que afeta negativamente a coerência de um conjunto de crenças (LEMOS, 2007). O fato de as crenças serem inconsistentes diminui o grau de coerência que elas desfrutam em um determinado sistema de crenças. É válido ressaltar que, dois conjuntos de crenças podem ser consistentes e, ainda assim, diferir muito em sua coerência. Permita-me ilustra essa assertiva com a passagem abaixo:

> Considere, por exemplo, as crenças do médico de que (a) Adam tem manchas vermelhas na pele, (b) Adam tem febre, (c) Adam sente coceira, e (d) Adam tem sarampo. Agora, considere o seguinte conjunto de crenças não relacionadas: a ') Madonna é uma cantora, b') Paris está na França, c ') Sete é um primo e (d') a neve é branca (LEMOS, 2007, p. 68, tradução nossa).

Em ambos os casos, todas as crenças são logicamente verdadeiras. Logo, os conjuntos são consistentes em si mesmo. No entanto, o primeiro conjunto parece, intuitivamente, exibir uma coerência muito maior do que o último. Além de serem verdadeiras, as crenças do conjunto médico estão relacionadas entre si, ou seja, uma crença justifica a outra. No segundo conjunto, as crenças não se justificam, embora sejam todas verdadeiras. Parece que este último conjunto não goza de qualquer coerência. Isso nos direciona as conexões explicativas de um conjunto de crenças,

cuja função primordial é intensificar a coerência de um conjunto de crenças (LEMOS, 2007). Quando as crenças exibem relações explicativas entre si, a coerência entre elas crenças é aumentada, comenta Lemos (2007). A presença de conexões explicativas entre crenças demonstra por que alguns conjuntos possuem mais coerência do que outros, particularmente, aqueles cujas as crenças são agrupadas de forma aleatória.

Em algumas ocasiões, formamos crenças que entram em conflito com nossos próprios princípios sobre como devemos formar crenças (LEMOS, 2007). Os conflitos diminuem a justificação das crenças. O trecho em destaque é elucidativo desse fator:

> Suponha, por exemplo, que eu acredite que (i) as crenças baseadas em indução provavelmente não sejam verdadeiras e devam ser evitadas. Agora, suponha que eu forme uma outra crença, B, com base no pensamento indutivo. Talvez eu acredite, com base nesse pensamento, que o sol brilhará amanhã. Suponha que, após uma reflexão posterior, eu tome consciência de que (ii) B é formado com base no pensamento indutivo. B está em conflito com minhas outras crenças em (i) e (ii). B entra em conflito com minhas crenças sobre como devo formar crenças (LEMOS, 2007, p. 70, tradução nossa).

A justificação das crenças coerentes ocorrem mediante inferências realizadas a partir de exercícios de inferências de umas com as outras. Operamos as inferências em conformidade com os cânones do raciocínio explicativo — indução, dedução ou abdução, por exemplo —, que estabelecem conexões entre coerência e verdade. As crenças inferidas devem ser congruentes com tais cânones. Isso eleva a coerência e, portanto, a justificação delas (LEMOS, 2007).

Percepção sensorial, memória, introspecção e razão são, comumente, aceitas como fontes de evidências conclusivas (LEMOS, 2007). Elas fornecem-nos informações ou dados na qualidade de evidências para nossas crenças, aponta Lemos (2007). As experiências decorrentes dessas fontes são, destarte, mediações para as evidências (LEMOS, 2007). A experiência, juntamente com a crença justificada, constituem a evidência. Consoante o autor, essa tríade é primordial para a demarcação da coerência de um conjunto de crenças (LEMOS, 2007).Lemos (2007) sugere dois tipos de evidências: conclusivas e não-conclusivas. A evidência conclusiva garante a verdade da proposição que ela apoia: “[s]e *e* é evidência conclusiva para uma proposição, *p*, então é impossível que *p* seja falso dado ***e”*** (LEMOS, 2007, p. 18, tradução nossa, grifo do autor). A evidência não-conclusiva é aquela não garante a verdade da proposição que sustenta: “[...] *e* é evidência não

conclusiva para *p* não significa que *e* não torna razoável concluirmos, aceitarmos ou acreditarmos em *p*" (LEMOS, 2007, p. 18, tradução nossa, grifo do autor). Expressar que uma evidência é não-conclusiva significa que ela não garante uma conclusão particular, aponta essa estudioso. Ele alerta para o fato de que não se deve confundir evidências não-conclusivas com as inconclusivas. Como ele explica,

> Dizer que um corpo de evidência, *e*, é não conclusivo com respeito a uma proposição, *p*, é dizer que *e* apoia *p*, mas não o garante. Em contraste, dizer que um corpo de evidência, *e*, é inconclusivo com respeito a *p*, é dizer que *e* não apoia que se acredite em *p* (LEMOS, 2007, p. 18-19, tradução nossa, grifo do autor).

Embora exista uma conexão entre evidência e crença justificada, não é possível afirmar, simplesmente, que se alguém tem evidência para uma proposição, então há justificativa para acreditar nela (LEMOS, 2007). Suponha alguém que detém evidências para acreditar em *p* e melhores evidências para acreditar em não-*p*. Se essas forem todas as evidências apresentadas em um dado momento, então se deve, de maneira epistemicamente justificada, negar a crença em *p*. A justificativa para acreditar em *não-p* provém da evidência total apoia a crença em *não-p* (LEMOS, 2007).

As justificativas para acreditar em várias proposições tendem a se modificar ao longo do tempo. Uma proposição justificada pode mudar seu *status* para derrotada ou anulada à medida que informações adicionais são adquiridas (LEMOS, 2007). O *status* derrota alerta-nos que não devemos, simplesmente, afirmar que quaisquer evidências de uma proposição justificam, impreterivelmente, e esgotam todas as possibilidades de acreditar nela (OLSSON, 2021). Existe a chance de que alguma evidência seja anulada pela inserção de informações suplementares. É importante ter em mente que a justificativa epistêmica para aceitar uma proposição, depende de sua evidência total, ou seja, "[...] se alguém tem evidência para uma proposição, *p*, e nada em sua evidência total anula sua evidência para *p*, então *p* é justificado para ele" (LEMOS, 2007, p. 19, tradução nossa, grifo do autor).

Similar a maioria dos filósofos, os coerentistas preocupam-se com o conhecimento proposicional, ou seja, com o que é verdade (LEMOS, 2007). A TCJ busca conhecer o que é verdade mediante avaliação das relações coerentes entre crenças. Consoante Lemos (2007, p. 1, tradução nossa), o "[c]onhecimento proposicional é o conhecimento de fatos ou proposições verdadeiras". Os objetos

desse tipo de conhecimento, ou o que é conhecido, são, respectivamente, as proposições verdadeiras. O conhecimento proposicional é estabelecido através das conexões entre um sujeito e uma proposição verdadeira (LEMOS, 2007).

Para Lemos (2007), possuir o conhecimento proposicional de *p* é ter a crença verdadeira epistemicamente justificada de *p*. Quatro condições precisam ser satisfeitas para aceitar essa declaração. Primeiro, é preciso crer em *p* para conhecer *p*, ou seja, acreditar em algo nos leva a conhecê-lo. Todavia, a simples crença em *p* não é *per se* suficiente para conhecer *p*. Acreditar em uma proposição falsa sobre *p* não nos faz para conhecer *p* (LEMOS, 2007). Considere a seguinte situação: o fato de uma criança acreditar que 2 + 3 = 6 não a torna conhecedora da aritmética envolta nessa equação, pois a proposição é falsa.

Segundo, o conhecimento também requer que a crença seja verdadeira (LEMOS, 2007). “Se a proposição em que se acredita é verdadeira, então a crença é verdadeira. Se a proposição em que se acredita é falsa, então a crença é falsa” (LEMOS, 2007, p. 2, tradução nossa). De modo similar a primeira condição, a segunda também é insuficiente. Uma crença verdadeira pode ser verdadeira, sem necessariamente ser conhecimento propositivo (LEMOS, 2007). Como Lemos (2007, p. 6, tradução nossa) expõe, “[c]renças verdadeiras que são meras suposições de sorte ou meros palpites ou baseadas em superstições selvagens não são exemplos de conhecimento [propositivo]”. Terceiro, o conhecimento requer uma crença verdadeira epistemicamente justificada. A condição de justificação de uma proposição reside na crença ser justificada ou razoável (LEMOS, 2007). Em outros termos, “S [uma pessoa] conhece *p* se, e somente se, *p* for epistemicamente justificado para S ou *p* for razoável para S acreditar” (LEMOS, 2007, p. 8, tradução nossa).

Quarto, faz-se necessário distinguir a proposição justificada de uma proposição bem-fundamentada. Dizer que uma proposição, *p*, é bem fundada para uma pessoa, S, é afirma que: a) *p* é justificado para S; e, b) S acredita em *p* com base em sua evidência de *p* (LEMOS, 2007). Se uma proposição é bem fundamentada, então acredita-se na proposição com base nas evidências que a sustentam (LEMOS, 2007). Uma proposição, *p*, é bem fundada quando satisfaz duas condições: a) existem boas razões para acreditar em *p*; e, b) acredita-se em *p* com base em sua razoabilidade. Nesse caso, como enfatiza Lemos (2007, p. 17, tradução nossa):

> [...] o conhecimento de S sobre *p* não requer, simplesmente, que *p* seja justificado para S. Também requer que S acredite que *p* [é bem fundamentado] com base nas evidências que apoiam p.

Essas quatro condições denotam sete características basilares do conhecimento proposicional, cujas implicações estão descritas a seguir. O tipo de justificação que o conhecimento requer é a justificação epistêmica. A justificação epistêmica visa a verdade, comenta Lemos (2007). Logo, Se alguém está epistemicamente justificado em acreditar em uma proposição, então sua crença é, provavelmente, verdadeira. Uma proposição pode ser verdadeira, e não justificada. Ela pode ser verdadeira, mas devido a ausência de evidências nas suas crenças, não é algo em podemos justificar (LEMOS, 2007). Não há justificativa para crer na proposição. À vista disso, não se justifica acreditar nela. Uma proposição pode ser justificada, e não verdadeira. Uma proposição justificada pode ser falsa, afirma esse autor. Considerando suas evidências, uma crença pode ser justificada, porém falsa.

É preciso distinguir o fato de uma proposição ser justificada por uma pessoa do fato de justificá-la. Justificar uma proposição é uma atividade. Na maioria dos casos, justificamos as proposições quando nossas crenças são desafiadas (LEMOS, 2007). Ao justificar uma proposição, tentamos apresentar razões para sustentá-la. Em contraste, o outro fato é um estado em que a proposição se encontra. O conhecimento de *p* requer uma justificação para que possamos acreditar em *p*, mas não é necessário que se justifique a crença de *p*. Muitas das coisas que conhecemos, sequer tentamos justificar (LEMOS, 2007). A justificação é algo relativo. Uma proposição parece ser justificada para uma pessoa, mas não para outra. Isso acontece, por exemplo, quando alguém possui algumas evidências que outrem não detém. Devido a aquisição de novas evidências, uma proposição é justificada para uma pessoa em um momento temporal, porém não em outro (LEMOS, 2007). A justificativa tende a variar de pessoa para pessoa ou para uma mesma pessoa de tempos em tempos, dependendo da evidência que possuem (LEMOS, 2007).

A justificação epistêmica possui graus/camadas de justificação ou conhecimento. Essa justificação está contida em um contínuo, cujos extremos de sua "escala" vão de proposições certas ou maximamente justificadas às proposições pouco razoáveis de serem aceitas (LEMOS, 2007). O conhecimento de *p* não demanda certeza de *p*, mas sim requer um alto grau de justificação de *p*. Embora uma proposição seja epistemicamente justificada, existe a chance de acreditar em sua

negação. Uma proposição pode se tornar razoável para um indivíduo, mesmo que não acredite nela (LEMOS, 2007).

Nesta seção, empreendi um esforço de expor os princípios e as características basilares que demarcam a Teoria da Justificação da Coerência. O Coerentismo está longe de ser uma corrente de pensamento unificada, cujos pressupostos sejam aceitos por todos seus proponentes. Versões Coerentista rivais explicam as relações inferenciais entre as crenças de maneiras distintas. Essas versões também diferem quanto ao papel exato da coerência para justificar crenças. Em algumas abordagens, a coerência é necessária e suficiente para a justificação, mas em outras é apenas necessária. Nesta tese, engajo com a teoria da coerência explicativa de Paul Thagard para explicar como ocorre o processo de estabelecer coerência ao *modus operandi* do método de importar e, assim, domesticar *radical traveling theories* normativas no domínio da Teoria Organizacional.

4.6.1 A teoria da coerência explicativa de Paul Thagard

O problema da justificação reside no seio da preocupação normativa da Teoria da Coerência Explicativa — i.e., TCE — de Paul Thagard. Esse estudioso canaliza seus esforços de teorização para responder quatro questionamentos fundantes: possuímos justificativa para sustentar as crenças que adquirimos? como podemos justificar a aquisição de novas crenças? podemos concluir que a explicação mais coerente é verdadeira? há suporte para concluir que o relato mais coerente é verdadeiro? A justificação da TCE aplica-se não apenas a crenças particulares, mas também à justificação de tipos particulares de inferência dedutiva e indutiva, e à justificação de princípios éticos (THAGARD, 2000).

O caminho trilhado por Thagard direciona a uma explicação da justificação em termos de coerência. Análogo ao pensamento de outras versões coerentistas, o autor defende que uma crença é justificada não por ser indubitável ou derivada de outras crenças indubitáveis, mas porque é coerente com essas crenças que conjuntamente apoiam umas às outras (THAGARD, 2000). A justificação de uma crença não está na construção de um fundamento indubitável. Ao contrário, é preciso ajustar todo um conjunto de crenças até que seja atingido um estado coerente, informa Thagard (2000). As crenças, ou afirmações, epistêmicas não são justificadas por fundamentos *a priori*, e sim por fazerem parte de um sistema coerente (THAGARD, 1989).

Na TCE, o termo coerência é definido como “[...] uma relação entre representações mentais, incluindo proposições semelhantes a frases e também conceitos semelhantes a palavras, e imagens semelhantes a figuras” (THAGARD, 2007, p. 29, tradução nossa). A coerência é concebida como uma relação global entre todo um conjunto de representações. Sendo que, ela surge das relações de coerência e incoerência entre pares de representações, observa (THAGARD, 2007). Enquanto uma explicação preliminar da verdade, uma representação — similar a uma proposição — é verdadeira se, e somente se, satisfizer duas condições: a) pretende descrever a realidade; b) seu conteúdo se ajusta à realidade. (THAGARD, 2007). Esse autor é enfático ao declarar que a verdade consiste “[...] em algum tipo de relação entre as representações que ocorrem nas mentes ou artefatos humanos e o mundo” (THAGARD, 2007, p. 30, tradução nossa).

Nessa teoria, o conhecimento é baseado em um conjunto de representações que se ajustam umas às outras, e não em um terreno de verdades indubitáveis (THAGARD, 2007). As crenças são justificadas à proporção em que se encaixam com outras crenças, isto é, são coerentes entre si. É nesse sentido que a coerência explicativa direciona a uma verdade aproximada, reitera Thagard (2007). Consoante os princípios da TEC, a explicação consiste em descrever mecanismos para maximizar a coerência de uma teoria ou hipótese (THAGARD, 2000). Retomarei esse ponto mais adiante. Por ora, faz-se necessário expor os princípios que estabelecem relações de coerência e, desse modo, possibilitam uma avaliação da coerência global de um sistema crenças/proposições.

A Teoria da Coerência Explicativa circunscreve três condições: “(a) uma relação entre duas proposições, (b) uma propriedade de um conjunto completo de proposições relacionadas, [e] (c) uma propriedade de uma única proposição” (THAGARD, 1989, p. 436, tradução nossa). Esse autor afirma que (a) é fundamental, com (b) dependendo de (a), e (c) dependendo de (b). A coerência explicativa é, principalmente, uma relação entre duas proposições. Em termos derivativos, Thagard (1989) sugere que esse modo de coerência também remete a um conjunto de proposições, determinadas por sua coerência par a par. Existem também a demarcação da coerência de uma única proposição com respeito ao seu conjunto de proposições. É imprescindível que a coerência explicativa demonstre como é possível passar de (a) para (b) e, assim, de (b) para (c). Consoante esse estudioso, isso é um dos principais requisitos explicativos desse tipo de coerência.

Para Thagard (1989), a coerência *per se* não é uma propriedade de proposições individuais na TEC. Ele afirma que "[...] a noção de coerência explicativa de uma proposição individual [é] derivada e depende de uma especificação do conjunto de proposições com as quais ela deve ser coerente [...]" (THAGARD, 1989, p. 436, tradução nossa). No caso das proposições individuais, observa o autor, deve-se considerar a aceitabilidade, ao invés da coerência, delas. A aceitabilidade de uma proposição "[...] depende, mas é destacável da coerência explicativa do conjunto de proposições ao qual pertence" (THAGARD, 1989, p. 436, tradução nossa). Aceitam-se as proposições que são coerentes com nossas crenças e, de maneira análoga, rejeitam-se proposições que são incoerentes com nossas outras crenças. Quanto maior a coerência de uma proposição com outras proposições, maior será sua aceitabilidade (THAGARD, 1989).

A coerência explicativa busca a coesão das proposições, ou seja, é manter-se unido com fundamento nas relações explicativas (THAGARD, 2007). Uma caracterização preliminar da TCE pode ser descrita da seguinte maneira: as proposições *p* e *q* são coerentes se, e somente se, houver alguma relação explicativa entre elas. Consoante Thagard (1989), há quatro explicações que especificam essas relações entre proposições: a) *p* é parte da explicação de *q*; b) *q* é parte da explicação de *p*; c) *p* e *q* são juntos parte da explicação de *r*; d) *p* e *q* são análogos nas explicações que fornecem, respectivamente, de *r* e *s*. A esse respeito, "[...] uma relação de coerência explicativa é estabelecida entre P e Q se, e somente se, uma ou mais [...] [das quatro explicações — i.e., a), b), c) ou d) —] for verdadeira" (THAGARD, 1989, p. 436, tradução nossa). Essa caracterização deixa em aberto a possibilidade de que duas proposições podem ser coerentes por razões não explicativas, como, por exemplo, coerência analógica, dedutiva, ou conceitual (THAGARD, 2000). A explicação é, portanto, uma condição suficiente, mas não necessária para estabelecer a coerência entre duas ou mais proposições.

No tocante aos julgamentos normativos sobre a justificação dos sistemas de crenças, é comum questionar o grau de coerência de uma crença ou conjunto de crenças. Sobre a adequação desses sistemas, Thagard (2000) apresenta uma hierarquia de gradações de coerência. Inicialmente, busca-se "o grau de coerência de todo um conjunto de elementos[179]" (THAGARD, 2000, p. 38, tradução nossa). Em

[179] Os elementos são representações, como, por exemplo, conceitos, proposições, partes de imagens, objetivos, ações (THAGARD, 2000).

seguida, “o grau de coerência de um subconjunto dos elementos” (THAGARD, 2000, p. 38, tradução nossa). Por fim, “o grau de coerência de um elemento particular” (THAGARD, 2000, p. 38, tradução nossa). A adequação — ou, harmonia — de um sistema é interpretada como a coerência de todo um conjunto de elementos, com suas respectivas relações de aceitação e rejeição (THAGARD, 2007). A incoerência ocorre quando duas ou mais proposições se contradizem ou oferecem explicações incompatíveis, consoante conhecimento prévio estabelecido (THAGARD, 1989). Se uma proposição for coerente com as crenças de um conjunto de crenças, ela será aceita. Se uma proposição for incoerente com as crenças de um conjunto de crenças, ela será rejeitada (THAGARD, 2000).

Na TCE, Thagard (2000) reitera que existem, pelo menos, quatro tipos de coerência relevantes para avaliar o conhecimento, a saber: explicativa/explanatória, analógica, conceitual, e dedutiva. Cada uma delas possui seus próprios princípios, apesar de alguns possuírem sobreposições e semelhanças entre as categorias. Não obstante suas distinções, tais categorias estão interrelacionadas. A justificação epistêmica pode ser, por exemplo, interpretada em termos de coerência explicativa, cuja descrição do uso da analogia pode ser entendido em termos de coerência analógica (THAGARD, 2000). Analogia é um tipo de raciocínio que é apoiado por considerações explicativas e que, por sua vez, apoia a compreensão explicativa (THAGARD, 2000). Já coerência conceitual assemelha-se, aponta o autor, muito com a coerência explicativa, uma vez que, para fins inferenciais, os conceitos podem ser traduzidos em proposições (THAGARD, 2000). Abrirei a explicação desses tipos de coerência pela explicativa. O Thagard (2007, p. 32, tradução nossa) resume os princípios da coerência explicativa da seguinte maneira:

> E1. Simetria — A coerência explicativa é uma relação simétrica, ao contrário, digamos, da probabilidade condicional. Em outras palavras, duas proposições *p* e *q* são, igualmente, coerentes entre si.
> E2. Explicação — a) Uma hipótese[180] é coerente com o que explica, que pode ser uma evidência ou outra hipótese; b) hipóteses são coerentes entre si quando juntas explicam alguma outra proposição; e c) quanto mais hipóteses forem necessárias para explicar algo, menor será o grau de coerência.
> E3. Analogia — Hipóteses semelhantes que explicam evidências semelhantes são coerentes.

[180] O termo hipótese é utilizada por Thagard de maneira particular. Para ele, uma hipótese é uma afirmação — ou uma inferência da premissa menor do silogismo — estabelecida a partir de duas proposições, que é assumida a fim de ajudar a explicar a evidência (THAGARD, 1989; 2000; 2007).

> E4. Prioridade de dados — As proposições que descrevem os resultados das observações têm um grau de aceitabilidade, por si mesmas.
> E5. Contradição — As proposições contraditórias são incoerentes umas com as outras.
> E6. Concorrência — Se P e Q explicam uma proposição, e se P e Q não estão explicativamente conectados, então P e Q são incoerentes um com o outro. P e Q estão explicitamente conectadas se um explica o outro ou se juntos explicam algo.
> E7. Aceitação — A aceitabilidade de uma proposição em um sistema de proposições depende de sua coerência com elas.

Quando uma crença explica as evidências, isso estabelece uma restrição positiva que tende a torná-las aceitas ou rejeitadas em determinado conjunto de crenças (THAGARD, 1989). Em alguns casos, a evidência também pode contribuir para a explicação, como, por exemplo, quando uma crença em conjunto de proposições explica alguma outra proposição. Assim, a crença e as evidências usadas na explicação são coerentes com base na afirmação (b) do princípio E2, ao invés da afirmação (a) (THAGARD, 2000). O princípio E3, Analogia, estabelece restrições positivas entre hipóteses que realizam explicações semelhantes (THAGARD, 1989). O princípio E3 não afirma, simplesmente, que quaisquer duas proposições análogas são coerentes (THAGARD, 1989). Deve haver uma analogia explicativa, com duas proposições análogas explicando duas outras proposições que são também análogas entre si (THAGARD, 1989).

As restrições negativas necessárias para uma avaliação global da coerência de um conjunto de crenças são estabelecidas pelos princípios E5 e E6, Contradição e Competição (THAGARD, 2000). Quando duas proposições são incoerentes entre si, seja por contradição ou competição explicativa, estabelece-se uma restrição negativa entre elas, que culmina na aceitação de uma e, consequente, rejeição da outra (THAGARD, 2000). O Princípio E4, Prioridade de Dados, é também interpretado em termos de restrições. Uma evidência de elemento especial que é sempre aceita, possui restrições positivas com todas as evidências derivadas da experiência dos sentidos (THAGARD, 2007). Com base no E4, a TCE não é uma teoria de coerência pura. Essa teoria não trata todas as proposições de forma igualitária na avaliação da coerência, mas dá uma certa prioridade à experiência (THAGARD, 2007). A experiência sensorial não é concebida como a fonte de crenças dadas e indubitáveis. Os resultados da observação e do experimento podem ser substituídos com base em

considerações de coerência. Por esta razão, é preferível dizer que TCE é uma espécie de Coerentismo discriminante (THAGARD, 2007).

O Princípio E7, Aceitação, afirma o pressuposto fundamental das teorias de coerência é: as proposições são aceitas com base em quão coerentes elas são umas com as outras (THAGARD, 2000). A aceitação não depende de qualquer derivação dedutiva, mas de relações de apoio mútuo (THAGARD, 1989). O requisito para satisfazer as restrições tende a considerar à aceitação de todos os elementos possuidores de restrições positivas com a evidência, cuja aceitação não é garantida (THAGARD, 2000). As restrições podem ser suavizadas para obter a maximização da coerência, com a finalidade de satisfazê-las. Isso não significa que todas as restrições serão satisfeitas simultaneamente (THAGARD, 2000).

Apesar de a coerência explicativa ser o contribuinte mais importante para a justificação epistêmica, Thagard (2000) aponta que esse não é o único tipo de coerência. O princípio E3 permite a conexão com a coerência analógica. Esse princípio institui relações de coerência e, portanto, restrições positivas entre hipóteses análogas (THAGARD, 2000). Segundo o autor, isso requer a capacidade de mapear o domínio de dois análogos, o problema alvo a ser resolvido e a fonte que se destina a fornecer uma solução. Os princípios da coerência analógica e suas respectivas descrições estão expostos abaixo:

> A1. Simetria — A coerência analógica é uma relação simétrica entre as crenças de mapeamento.
> A2. Estrutura — Uma hipótese de mapeamento que conecta duas proposições, R (a, b) e S (c, d), é coerente com as crenças de mapeamento que conectam R com S, a com c e b com d. Logo, todas essas crenças de mapeamento são coerentes entre si.
> A3. Similaridade — As hipóteses de mapeamento que conectam elementos semanticamente semelhantes têm um grau de aceitabilidade por conta própria
> A4. Propósito — As hipóteses de mapeamento que fornecem possíveis contribuições para o propósito da analogia têm um grau de aceitabilidade por si mesmas.
> A5. Competição — As hipóteses de mapeamento que oferecem mapeamentos diferentes para o mesmo objeto ou conceito são incoerentes entre si.
> A6. Aceitação A aceitabilidade de uma hipótese de mapeamento em um sistema de hipóteses de mapeamento depende da coerência do sistema com as hipóteses (THAGARD, 2000, p. 49, tradução nossa).

O mapeamento analógico entre origem e destino é entendido em termos de coerência e satisfação de múltiplas restrições. Nele, os elementos são crenças acerca

do que se deseja mapear e as razões justificam o “para quê fazer isso” (THAGARD, 2000). As principais restrições são similaridade, estrutura e propósito (HOLYOAK; THAGARD, 1997). Nesse mapeamento, os elementos de coerência são hipóteses sobre quais objetos e conceitos correspondem entre si (HOLYOAK; THAGARD, 1997). Inicialmente, o mapeamento favorece hipóteses que relacionam objetos e conceitos semelhantes (HOLYOAK; THAGARD, 1997). Isso corresponde ao princípio A3, Similaridade. Dependendo da forma como os análogos são representados — i.e., verbalmente, ou visualmente — a similaridade relevante pode ser semântica ou visual (THAGARD, 2000).

Na restrição análoga positiva, quando dois objetos ou conceitos em uma analogia são semelhantes entre si, o mapeamento analógico tem o papel de coloca-los em correspondência um com o outro (HOLYOAK; THAGARD, 1997). Nesse caso, ambos tendem a ser aceitos. Essa semelhança é mais local e direta, quando comparada com a semelhança generalizada encontrada entre dois análogos (THAGARD, 2000). Essa restrição também assume uma postura pragmática, isto é, encoraja-se mapeamentos que possam cumprir os propósitos da analogia, como solução de problemas ou explicação (THAGARD, 2000). Essa última restrição refere-se ao princípio A4, Propósito.

Restrições positivas adicionais surgem, consoante Thagard (2000), devido à necessidade de consistência estrutural. Isso remete ao princípio A2, Estrutura. Assegurar a estrutura das representações *p* (*q*) e *r* (*s*) implica, sugere o autor, preservar o isomorfismo do mapeamento. Se mapearmos *p* para *r*, devemos mapear *q* para *s*. A manutenção dessa estrutura visa estabelecer restrições positivas, de modo que, por exemplo, a crença de que *p* corresponde a *r* tenderá a ser aceita ou rejeitada de acordo com a crença de que *q* corresponde a *s* (THAGARD, 2000). Restrições negativas ocorrem entre hipóteses que representam mapeamentos incompatíveis, como expõe o princípio A5, Competição. Os princípios A2 e A5 juntos sugestionam, mas não exigem, que os mapeamentos analógicos sejam isomórficos. A coerência analógica é uma questão de aceitar as hipóteses de mapeamento, as quais satisfaçam a maioria das restrições, observa Thagard (2000).

Na coerência conceitual os elementos são conceitos e as restrições são derivadas de associações positivas e negativas entre os conceitos (THAGARD, 2000). Isso contrasta, por exemplo, com a coerência explicativa, cujos elementos são proposições e as restrições são relacionadas à explicação. A coerência conceitual é

caracterizada com princípios semelhantes aos já apresentados em outros tipos de coerência. Thagard (2000, p. 61, traudção nossa) descreve os princípios dessa categoria de coerência da seguinte maneira:

> C1. Simetria — A coerência conceitual é uma relação simétrica entre pares de conceitos.
> C2. Associação — Um conceito é coerente com outro conceito se eles estiverem associados positivamente, ou seja, se houver objetos aos quais ambos se aplicam.
> C3. Conceitos Dados — A aplicabilidade de um conceito a um objeto, por exemplo, do conceito mulher a uma pessoa particular, pode ser dada perceptivamente ou por alguma outra fonte confiável.
> C4. Associação negativa — Um conceito incorpora outro conceito se eles estiverem associados negativamente, ou seja, se um objeto que se enquadra em um conceito tende a não se enquadrar no outro conceito.
> C5. Aceitação — A aplicabilidade de um conceito a um objeto depende da aplicabilidade de outros conceitos.

Os princípios C2 e C4, Associação e Associação negativa, explicam como as pessoas decidem quais conceitos se aplicam ou estão associados a um determinado objeto (THAGARD, 2000). A questão de coerência conceitual pode ser descrita da seguinte forma: os elementos são conceitos e as restrições positivas e negativas são associações positivas e negativas entre conceito. Alguns conceitos são coerentes entre si, enquanto outros conceitos resistem à coerência. A aplicabilidade de alguns conceitos ocorre quando se sabe que *p* é *q*, ou é informado por uma fonte confiável que *p* é *s*. Esse corresponde ao princípio C3, Conceitos de dados (THAGARD, 2000). Como conceitos têm diferentes tipos de associações entre si, o uso de um conceito está atrelada a coerência de sua aplicabilidade a outros conceitos, como informa o princípio C5, Aceitação. Isso posto, a coerência conceitual prover diferentes tipos de inferência. O exemplo abaixo é ilustrativo desse fato:

> Por exemplo, você pode ouvir que alguém é uma piloto que gosta de ralis de caminhões-monstro. Seus conceitos de mulher, piloto e fã de caminhão monstro podem envolver uma variedade de associações concordantes e discordantes que precisam ser reconciliadas como parte da impressão geral que você forma dessa pessoa. Socar e praguejar estão positivamente associados ao status da classe trabalhadora, mas negativamente associados ao status da classe média alta. Portanto, o trabalhador da construção civil era visto como mais propenso do que o contador da classe média alta a socar e praguejar, embora os dois fossem vistos como igualmente não agressivos (THAGARD, 2000, p. 60, traudção nossa).

A coerência dedutiva depende das relações de consistência lógica e vinculação dedutiva entre os membros de um conjunto de proposições (THAGARD, 1989). As proposições são os principais elementos desse tipo de coerência. As restrições positivas e negativas da coerência dedutiva são, para Thagard (2000), estabelecidas por conexões de coerência e incoerência especificadas por um conjunto de princípios, derivados dos princípios da coerência explicativa. Thagard (2000, p. 53, traudção nossa) expõe os princípios da coerência dedutiva como descritos abaixo:

> D1. Simetria — A coerência dedutiva é uma relação simétrica entre proposições, ao contrário, digamos, da vinculação dedutiva.
> D2. Dedução — a) Uma proposição é coerente com outras dedutíveis dela; b) As proposições são coerentes entre si, quando são usadas em conjunto para deduzir alguma outra proposição; c) Quanto mais hipóteses forem necessárias para deduzir algo, menor será o grau de coerência.
> D3. Prioridade intuitiva — As proposições que são, intuitivamente, óbvias têm um grau próprio de aceitabilidade. As proposições que são, obviamente, falsas têm um grau de rejeitabilidade própria.
> D4. Contradição — As proposições contraditórias são incoerentes umas com as outras.
> D5. Aceitação A aceitabilidade de uma proposição em um sistema de proposições depende de sua coerência com as proposições desse sistema.

Quando uma proposição é deduzida de outra, elas são coerentes simetricamente entre si, o que permite a uma conferir suporte a outra, e vice-versa (THAGARD, 2000). Isso é similar a relação entre uma hipótese explicativa e as evidências que ela explica. A hipótese explicativa confere suporte as evidências, e vice-versa. Esse é princípio D1 e D2, Simetria e Dedução. O princípio D2 equivale ao segundo princípio da coerência explicativa, mas com a substituição da relação de explicação produtora de coerência pela relação de dedução igualmente produtora de coerência (THAGARD, 2000). As relações de vinculação dedutiva são a fonte de restrições positivas. Proposições coerentes estabelecem restrições positivas entre elas. Nesse caso, ambas tendem a ser aceitas ou rejeitadas (THAGARD, 2000). A afirmação c) do princípio D2 tem como consequência a redução do peso da restrição na coerência, caso a dedução demande outras proposições (THAGARD, 2000).

Embora algumas explicações sejam dedutivas, nem todas o são, tampouco todas as deduções são explicativas. A coerência explicativa e a coerência dedutiva não podem ser assimiladas uma à outra, comenta Thagard (2000). O princípio de coerência explicativa E4, Prioridade de dados, discrimina em favor dos resultados de

observações e experimentos sensoriais, mas a coerência dedutiva requer, consoante o autor, um tipo diferente de obviedade intuitiva mais relacionada a lógica. Ele ilustra isso na passagem a seguir: “[...] a obviedade de proposições como 2 + 2 = 4 deriva remotamente da obviedade empírica de observações como 2 ovelhas + 2 ovelhas = 4 ovelhas” (THAGARD, 2000, p. 54, tradução nossa).

Como alvitra Thagard (2000), o princípio D3, Prioridade intuitiva, não aborda a fonte intuitiva das proposições, mas sim pondera que essa fonte, simplesmente, existe. Diferentes proposições possuem, informa o autor, graus distintos de prioridade intuitiva. O princípio D3 fornece restrições discriminatórias que encorajam a aceitação de proposições intuitivamente óbvias, como, por exemplo, 2 + 2 = 4 (THAGARD, 2000). Para esse estudioso, é preciso evitar falsidades como consequências de proposições. Assim, D3 inclui uma menção específica relativa à rejeição de falsidades intuitivamente óbvias. Embora isso seja redundante, uma falsidade pode ser rejeitada indiretamente porque contradiz uma verdade óbvia (THAGARD, 2000).

O princípio D4, Contradição, estabelece restrições negativas que impedem que duas proposições contraditórias sejam aceitas simultaneamente. Esse princípio parece ser evidente, todavia sua obviedade é questionada quando há concorrência entre proposições, como explicitado no princípio E6 das hipóteses explicativas (THAGARD, 2000). Proposições concorrentes podem ser coerentes entre si. O princípio D5, Aceitação, resume, por exemplo, como as proposições *p* e *q* podem ser aceitas com base nas proposições *r* e *s* que produzem; enquanto, ao mesmo tempo, as proposições *r* e *s* são aceitas com base em sua derivação das proposições *p* e *q* (THAGARD, 2000). As proposições aceitas são apenas aquelas que são mais coerentes entre si, ou seja, as que satisfazem a maioria das restrições de um conjunto de crenças.

Como pode ser observado, esses tipos de coerência são diferenciados uns dos outros pelos distintos elementos e restrições que os envolvem. Apesar de estarem relacionadas entre si, cada uma das coerências exige um conjunto diferente de elementos e restrições, sejam positivas ou negativas, incluindo restrições discriminantes, que favorecerem a aceitação ou rejeição de alguns dos seus elementos (THAGARD, 2000). O Quadro 21 resume os tipos de coerências e suas respectivas restrições.

Quadro 20 (4) — Tipos de coerências e suas restrições

	Elementos	Restrições positivas	Restrições discriminatórias	Restrições negativas
Explanatória	Crenças, Evidência	E2, Explanação E3, Analogia	E4, Prioridade do dado	E5, Inconsistência E6, Competição
Analógico	Mapeamento de crenças	A2, Estrutura	A3, Similaridade A4, Propósito	A5, Competição
Conceitual	Conceitos	C2, Associação	C3, Conceitos estabelecidos	C4, Associação negativa
Dedutivo	Proposições	D2, Vinculação dedutiva	D3, Prioridade intuitiva	D4, Contradição

Fonte: Adaptado de Thagard (2000, p. 63, tradução nossa).

A coerência de um sistema total de crenças é de caráter não linear, uma vez que a coerência de um elemento depende da coerência de todos os elementos que o restringem, incluindo aqueles com os quais ele compete (THAGARD, 2000). A coerência de um conjunto de elementos não é, simplesmente, a soma das restrições satisfeitas ao aceitá-los, mas também depende do grau comparativo de satisfação das restrições de outros elementos que os restringem negativamente (THAGARD, 2000). A coerência pode ser entendida, diz Thagard (2000, p. 17, tradução nossa), em termos de satisfação máxima de múltiplas restrições, como exposto nas condições abaixo:

> Os elementos podem ser coerentes (encaixar) ou não (resistir encaixar). As relações de coerência incluem explicação, dedução, facilitação, associação, e assim por diante. As relações de incoerência incluem inconsistência, incompatibilidade e associação negativa.
> Se dois elementos forem coerentes, existe uma restrição positiva entre eles. Se dois elementos estiverem incorretos, haverá uma restrição negativa entre eles.
> Os elementos devem ser divididos em aceitos e rejeitados.
> Uma restrição positiva entre dois elementos pode ser satisfeita aceitando ambos os elementos ou rejeitando ambos.
> Uma restrição negativa entre dois elementos pode ser satisfeita aceitando apenas um elemento e rejeitando o outro.
> O problema de coerência consiste em dividir um conjunto de elementos em [dois] conjuntos, aceito e rejeitado, de uma forma que satisfaça a maioria das restrições.

Com base nessas condições, admita um conjunto A de elementos, composto por proposições ou outras formas representações. Dois elementos de A, a1 e a2, são coerentes entre si por causa de alguma restrição positiva entre eles, ou podem resistir

à coerência de um outro elemento, a3, devido a alguma restrição negativa. A compreensão do que torna A um todo coerente requer, segundo Thagard (2000), uma ponderação das relações de coerência e incoerência existentes entre os pares de elementos constituintes de A. Para fazer isso, esse estudioso sugere que devemos particionar A em dois subconjuntos disjuntos, B e C. B deve conter apenas os elementos aceitos de A. C contemplará apenas os elementos rejeitados de A. Essa partição necessita considerar a coerência local[181] e as relações de incoerência, aponta o autor. Caso A seja um conjunto de proposições em que a1 explica a2, é importante garantir que: se a1 for aceito em B, então a2 também será. Por outro lado, se a1 for inconsistente com a3, é preciso garantir que: se a1 for aceito em A, então a3 será rejeitado e plotado em C. As relações de explicação e inconsistência fornecem, avisa o autor, restrições sobre como se decide o que pode ser aceito e rejeitado.

Thagard (2000) explica o problema de coerência de uma forma mais complexa. Permita-me descrevê-lo. Seja A um conjunto finito de elementos [ai] e L um conjunto de restrições em A, descrito como um conjunto de pares de elementos de A [(ai, aj)]. L divide-se em L+, interpretadas como as restrições positivas em A, e L-, correspondente as restrições negativas em A. Para cada restrição é associado um número *W*, referente ao peso — i.e., força — da restrição. O problema, conforme o autor, é particionar A em dois conjuntos — i.e., B e C — de uma forma que maximize a conformidade com as seguintes condições de coerência: a) se (ai, aj) estiver em L+, então ai estará em B se, e somente se, aj estiver em B; caso (ai, aj) estejam em L-, então ai estará em B se, e somente se, aj estiver em C.

Considere *W* o peso total da partição, ou seja, a soma dos pesos das restrições satisfeitas. O problema de coerência é, então, particionar A em B e C de uma forma que maximize W, observa Thagard (2000). Como ai coere com aj em uma relação simétrica, a ordem dos elementos nas restrições não importa. Intuitivamente, se dois elementos são restringidos positivamente, ambos podem ser aceitos ou rejeitados. Em contraste, se ai e aj são restringidos negativamente, um desses elementos será aceito e o outro rejeitado. Essas duas condições não são imposições restritivas de coerência, mas sim situações pretendidas como resultados almejáveis. Parafraseando Thagard (2000, p. 19, tradução nossa):

[181] A coerência local é uma relação entre duas proposições, consoante Thagard (1989).

> [...] a partição visa maximizar o cumprimento delas, não necessariamente para garantir que todas as restrições sejam satisfeitas simultaneamente, uma vez que a satisfação simultânea pode ser impossível.

Uma partição é coerente na medida em que o conjunto A inclui elementos que são coerentes entre si, enquanto exclui aqueles não coerentes com tais elementos. Podemos definir a coerência de uma partição de A em B e C como W, ou seja, a soma dos pesos das restrições em A que satisfazem as duas condições acima. A coerência é maximizada caso não haja outra partição com peso total maior. A justificação epistêmica é, então, descrita como um problema de coerência (THAGARD, 1989; 2000; 2007).

Os elementos do conjunto são proposições e as restrições positivas apresentam-se na variedade de relações entre proposições, incluindo as relações de vinculação e explicação. As restrições negativas incluem inconsistência e competição entre proposições. Algumas proposições devem ser aceitas como justificadas, enquanto outras rejeitadas. A teoria da coerência explicativa teoriza como as restrições podem ser especificadas para avaliar hipóteses e outras proposições (THAGARD, 1989). Nessa teoria, as restrições positivas surgem das relações de explicação e analogia existentes entre as proposições, e as restrições negativas surgem porque duas hipóteses se contradizem ou porque competem entre si para explicar a mesma evidência (THAGARD, 2000).

Acredito que seja oportuno resgatar dois questionamentos pertinentes levantados por Thagard (2007): o que significa para uma crença, proposição, ou pressuposto fazer parte do conjunto maximamente coerente de uma teoria científica? Como a coerência desse tipo de teoria é maximizada? O sentido conferido a um texto, imagem, ou teoria é construído a partir de uma interpretação que se ajusta melhor às informações disponíveis, quando comparada com interpretações alternativas (THAGARD, 2000). Uma interpretação coerente fornece um relato coeso do objeto que se deseja entender, considerando tanto as informações que se ajustam entre si quanto as peças de informação que não se encaixam umas com as outras (THAGARD, 2000).

Em sua teoria da coerência explicativa, Thagard (2007) apresenta duas maneiras de maximizar a coerência de uma teoria ou hipótese: a) ampliação; b) aprofundamento. A ampliação refere-se a capacidade de uma teoria ou hipótese para explicar novos fatos de uma forma diferente das interpretações prévias (THAGARD,

2007). No aprofundamento, uma teoria ou hipótese aumenta sua coerência explicativa ao ser explicada por outra teoria ou hipótese (THAGARD, 2007). A teoria/hipótese A é ampliada ao explicar novos tipos de evidências e aprofundada ao ser explicada pela teoria/hipótese B, que explica evidências adicionais. Nos termos postos por Thagard (2007, p. 29, tradução nossa), a coerência explicativa:

> [...] envolve teorias que progressivamente se ampliam e se aprofundam ao longo do tempo, em que a ampliação é a explicação de novos fatos e o aprofundamento é a explicação do porquê a teoria funciona.

O princípio E2, Explicação, fundamenta a importância da ampliação e do aprofundamento para efeitos da coerência de uma teoria/hipótese, ressalta Thagard (2007). Consoante esse princípio, quanto mais uma teoria ou hipótese explica algo, mais coerente ela é, seja um novo fato, outra teoria ou hipótese (THAGARD, 2007). Esse princípio também implica, na opinião do autor, que uma hipótese explicada por outra hipótese é mais coerente.

A TCE ampara-se na máxima d aprofundamento, isto é, em um raciocínio indutivo acerca da relação entre coerência e verdade, aponta Thagard (2007). Essa máxima envolve a generalização não apenas de teorias do passado, mas também das futuras. Há uma previsão de que teorias futuras submetidas a ampliações e aprofundamentos tendem a ser verdadeiras (THAGARD, 2007). A coerência explicativa direciona à verdade quando duas condições são satisfeitas: a) a teoria é a melhor explicação das evidências; b) ela amplia e aprofundada suas explicações (THAGARD, 2007). A TCE conjectura a conexão entre coerência e verdade aproximada, e não verdade absoluta (THAGARD, 2007).. A justificação da TCE interpreta e, assim, julga o aceito como aproximadamente verdadeiro. O trecho em destaque ratifica o argumento apresentado:

> Podemos julgar que uma teoria científica está progressivamente se aproximando da verdade se estiver aumentando sua coerência explicativa em dois aspectos principais: ampliando pela explicação de mais fenômenos e aprofundando investigando camadas de mecanismos (THAGARD, 2007, p. 28, tradução nossa).

Na máxima do aprofundamento, é necessário caracterizar a natureza da verdade aproximada em termos da ontologia dos mecanismos de explicação. De acordo com Thagard (2007, p. 38, tradução nossa) “[...] explicar um fenômeno é

descrever um mecanismo que o produz". Ele define mecanismo como "[u]m sistema de partes cujas propriedades e relações produzem mudanças regulares nessas propriedades e relações". Sendo a explicação alicerçada em um mecanismo, então pode-se desenvolver uma explicação do aprofundamento em termos de partes. A esse respeito, o autor afirma o seguinte:

> Uma explicação mais profunda para um mecanismo explicativo M1 é um mecanismo mais fundamental M2, que explica como e por que M1 funciona. M1 consiste em partes e M2 descreve partes dessas partes, cujas propriedades e relações mudam de maneira a gerar as mudanças nas propriedades e relações das partes em M1 (THAGARD, 2007, p. 38-39, tradução nossa).

Essa máxima específica um modo de indução em que as teorias são julgadas como verdadeiras, caso atendam duas condições interrelacionadas: a) foram aprofundadas; b) seus mecanismos foram decompostos em mecanismos mais fundamentais, que desvelam a existência de evidências independentes (THAGARD, 2007). Uma teoria não é, portanto, uma simples conjunção de hipóteses ou um conjunto de sentenças que são verdadeiras caso todas forem verdadeiras, ou falsas se qualquer uma delas for falsa (THAGARD, 2007). Assim, "[...] devemos esclarecer o que a teoria afirma sobre os mecanismos que consistem de partes, propriedades, relações e mudanças resultantes e identificar quantas dessas afirmações são [verdadeiras]" (THAGARD, 2007, p. 40, tradução nossa). À visto disso, uma teoria é uma representação de partes, propriedades, relações e mudanças.

Uma teoria é, aproximadamente, verdadeira, se for parcialmente verdadeira. Em outros termos, se a maioria de suas afirmações for verdadeira no sentido de alcançar proximidade quantitativa de valores aceitos (THAGARD, 2007). A avaliação da verdade aproximada não envolve, simplesmente, a contagem de sentenças, mas precisa também considerar qualitativamente as afirmações centrais que a teoria faz sobre partes, propriedades, relações e mudanças resultantes do seu mecanismo (THAGARD, 2007). O raciocínio indutivo possibilita analisar se: a) um aspecto importante de uma teoria aprofundada pode se revelar falso; b) o aprofundamento de um mecanismo fundamental direciona a revisões na teoria original, com o reconhecimento de que ela é aproximadamente verdadeira (THAGARD, 2007). Em vista do exposto, a máxima de aprofundamento pode ser descrita da seguinte maneira:

> Se uma teoria não maximiza apenas a coerência explicativa, mas também amplia sua base de evidências ao longo do tempo e é aprofundada por explicações do porquê o mecanismo proposto pela teoria funciona, então podemos, razoavelmente, concluir que a teoria é pelo menos aproximadamente verdadeiro (THAGARD, 2007, p. 41, tradução nossa).

Neste momento, resgato um questionamento, posto por Thagard (2007, p. 41, tradução nossa), que me auxilia diretamente na discussão sobre a importação e domesticação de teorias estrangeiras: "[s]e uma teoria é ampliada e aprofundada, ainda é a mesma teoria?". É preciso elaborar uma resposta para essa pergunta. Ampliar e/ou aprofundar uma teoria não dá origem *per se* a uma teoria inédita. O fato de encontrar uma nova aplicação explicativa de uma teoria e/ou identificar um de seus mecanismos subjacentes é uma condição necessária, porém não suficiente, para criar teorias. Isso é, particularmente, verdade, se as hipóteses, proposições, pressupostos e crenças originais sobre partes, propriedades, e relações da teoria permaneçam, substancialmente, as mesmas. Teorias aprofundadas sobrevivem e prosperam por que parecem ser aproximadamente verdadeiras e tendem a maximizar sua coerência explicativa (THAGARD, 2007).

É válido ressaltar que, para Thagard (2007), o aprofundamento não é uma condição necessária para aceitabilidade de uma teoria, posto que o conhecimento sobre os mecanismos subjacentes pode, simplesmente, não estar disponível em um determinado momento. Quando esses mecanismos estão às ordens, ele reconhece que a melhor explicação para continuidade[182] de uma teoria aprofundada reside em algumas condições, tais como: a) a teoria explica e justifica os fenômenos em vários níveis de análise, que se encaixam de forma coerente; b) a máxima do aprofundamento, ou seja, teorias que sofreram aprofundamento por mecanismos de nível inferior sobreviveram à investigação empírica; c) as teorias científicas que explicam várias camadas de mecanismos são, pelo menos, aproximadamente verdadeiras. O ponto crucial para Thagard (2007) é que a máxima do aprofundamento foi incrementada por uma hipótese, afirmação sobre a verdade aproximada das camadas de mecanismos das teorias.

[182] A continuidade de uma teoria, segundo Thagard (2007), refere-se ao alinhamento — realizado por instrumentos, experimentos e teorizações que operam em vários níveis de interação — para obter uma relato profundo da relação entre coerência, aprofundamento e verdade.

5 O *MODUS OPERANDI* DO *FRAMEWORK* EPISTEMOLÓGICO DE IMPORTAÇÃO DE *RADICAL TRAVELING THEORIES* NORMATIVAS NO DOMÍNIO DA TEORIA ORGANIZACIONAL

No último capítulo, articulo a dinâmica do *framework* epistemológico de importação e domesticação de *radical traveling theories* normativas no domínio da Teoria Organizacional. Minha intenção é descrever o *modus operandi* desse método de teorização direcionado às RTTs normativas. Ao longo dos capítulos desta tese, apresentei marcadores e lógicas explicativas que, na minha opinião, devem ser incorporados e aplicados para compreender a prática de transpor e, subsequentemente, ajustar a estrutura teórica dessas teorias para consumo dos teóricos organizacionais. Lembre-se que, este é um *framework* ideal, cujo objetivo é refletir como os processos de importar e domesticar RTTs normativas — de seus domínio de referência para o campo da TO — deveriam ser conduzidos, a fim de construir conhecimento coerente e, em certo sentido, verdadeiro sobre os fenômenos de cunho organizacional.

Nesse *framework*, exponho o *modus operandi* do método de teorização de forma estanque, compartimentalizada e progressiva. Os processos inerentes à importação e domesticação de RTTs normativa são divididos em *momentums*, que representam, de forma imaginária e arbitrária, o início e o fim de conjuntos de procedimentos. A divisão dos processos que apresento é, meramente, didática, pois os *momenta* se interligam e se inter-relacionam. A explicação que ofereço do *framework* é organizada em 5 *momenta.* Em cada um deles, sinalizo marcadores e aspectos das lógicas explicativas, particularmente, utilizados para compreensão da prática de importar e domesticar na Teoria das Organizações. É importante mencionar que, em alguns casos, adicionei novos marcadores para complementar a explanação dos *momenta*. A proposição de marcadores inéditos na conclusão é alicerçada na seguinte justificativa: tais marcadores não fariam sentido no argumento desenvolvido nos capítulos anteriores. Sendo assim, iniciarei a descrição dos *momentums* do *framework* epistêmico desta tese.

O primeiro *momentum* — i.e., M1 — é denominado de Incompletude cognitiva. Esse *momentum* é marcado pelo reconhecimento de que: a) as teorias[183] existentes e vigentes na Teoria Organizacional não apresentam novos *insights* sobre os fenômenos de interesse; ou, b) essas teorias são insuficientes para explicar novos fenômenos no domínio em questão; ou c) inexistem teorias específicas para compreender determinados aspectos dos fenômenos presentes ou despontantes nesse campo. Nos itens a) e b), os teóricos organizacionais tornam-se cognoscentes dos limites explicativos ou assumem as insuficiências — sejam teóricas, epistêmicas, ontológicas, por exemplo — das teorias utilizadas no campo para gerar conhecimentos inéditos ou para entender fenômenos emergentes na TO. O item c) remete a ausência de teorias na TO capazes de interpretar pormenores dos fenômenos.

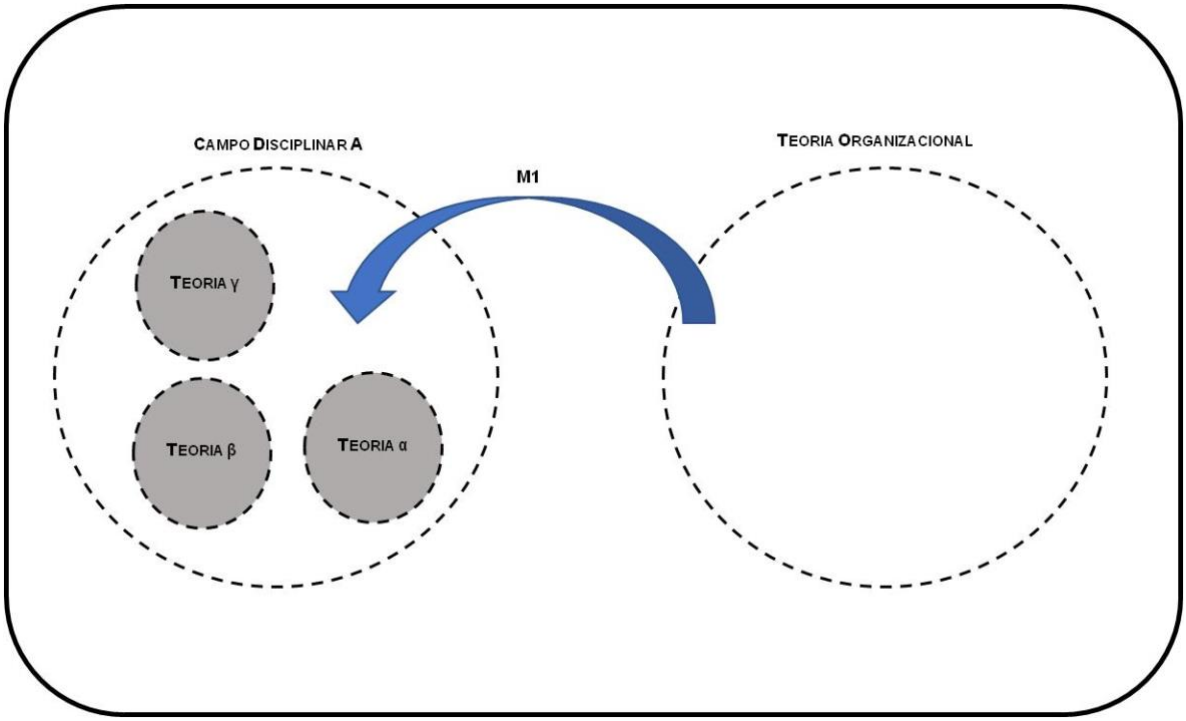
Traçando um paralelo com os interesse cognitivos, a incompletude do item a) pode, por exemplo, revelar que os modelos teóricos quantitativos das teorias empírico-analíticas esgotaram sua capacidade de desenvolver conhecimento original acerca dos fenômenos de interesse da TO. Os itens b) e c) representam esforços de incorporação de perspectivas teóricas, epistêmicas ou ontológicas inexistentes na TO. Por exemplo, a inserção de uma teoria crítica para explicar questões relacionadas à emancipação das estruturas organizacionais de dominação e poder. Esse tipo de fundamento é ausente nas teorias hermenêuticas. Apesar de considerar uma situação excepcional, em hipótese, há também a chance da incompletude se manifestar quando os teóricos organizacionais reconhecem que uma dada teoria foi importada e domesticada de maneira inconsequente e imprudente no domínio da TO. Nesse caso, eles tentam reconstruir os elos perdidos da teoria durante seu transposição e ajuste no referido campo.

A Figura 16 ilustra o *momentum* M1. O Campo Disciplinar A — i.e., CDA — corresponde aos domínios de disciplinas — e.g., psicologia, física, sociologia, biologia, política e economia — distintas da Teoria das Organizações. Já o outro domínio da figura remente à Teoria Organizacional. Os círculos são pontilhados para denotar que os domínios não são hermeticamente fechados em si mesmo, mas sim ensejam intercâmbios de conhecimento entre eles. Nesse *momentum*, os teóricos

[183]Para efeitos da descrição dos *momentums*, ative-me ao nível da teoria. No entanto, nada impede que os estudiosos busquem apenas ideias, noções, conceitos e metáforas, por exemplo, no CAMPO DISCIPLINAR B, e não toda uma teoria.

organizacionais identificam incompletudes cognitivas na capacidade de as teorias preencherem as lacunas existentes ou serem disruptivas do conhecimento vigente na TO. As incompletudes os motivam a buscarem no CDA uma nova teoria estrangeiras que os auxilie na compreensão dos fenômenos organizacionais.

Figura 16 (5) – Reconhecimento da incompletude cognitiva na Teoria Organizacional



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Como pode ser observado na Figura 16, o CDA é composto por três *radical traveling theories* normativas, ilustradas pelas Teorias α, β, γ. O segundo *momentum* — i.e., M2 — tem início com a aproximação e, subsequente, escolha da teoria que deve ser importada para o domínio da TO. Esse *momentum* é chamado de escolha e conhecimento preliminar da teoria estrangeira. Em meio a uma diversidade de teorias dispostas no CDA, os teóricos organizacionais escolhem àquela que, presumivelmente, possui maior potencial explicativo e de aplicabilidade, para fins de teorização dos fenômenos da TO. Acredito que existem diversos critérios de cunho pessoal e técnico para realizar tal escolha. Estou ciente da dificuldade de apontar possíveis razões últimas que endossem a escolha de uma RTT normativa. Apesar disso, arrisco-me em sugerir os critérios técnicos de seleção de uma teoria estrangeira, desenvolvidos por Kenworthy e Verbeke (2015) e Suddaby (2010).

Começarei pelos marcadores de Suddaby (2010). Eles foram, previamente, descritos, no Capítulo 2. Para cada marcador, relaciono perguntas que podem auxiliar na escolha da RTT normativa que, potencialmente, deve ser importada. O Quadro 22 expõe os marcadores e suas respectivas questões de direcionamento. Aqui considero dois tipos de marcadores: a) qualidade das definições; b) escopo da teoria.

Quadro 22 (5)_ — Critérios de escolha de uma teoria estrangeira de Suddaby (2010)

QUALIDADE DAS DEFINIÇÕES DA TEORIA	
Inteligível	As definições dos conceitos da teoria são inteligíveis? É possível compreender o significado dos conceitos por meio de suas definições?
Efetiva	As definições da teoria capturam, efetivamente, as propriedades e características essenciais dos conceitos que serão importados para o domínio da Teoria Organizacional? Essas definições permitem uma compreensão efetiva das propriedades e das características essenciais do fenômeno de interesse da teoria?
ESCOPO DA TEORIA	
Espaço	O contexto de produção da teoria é similar ou distinto ao contexto de teorização da Teoria Organizacional? Os conceitos da teoria podem ser aplicados em diferentes níveis de análise quando transpostos para o campo da Teoria Organizacional?
Tempo	Essa teoria pode ainda ser aplicada para compreender fenômenos em diferentes escalas de tempo? Considerando sua historicidade, a estrutura teórica da RTT normativa ainda é válida para explicar os fenômenos contemporâneos da Teoria das Organizações?
Valores	Os valores intrínsecos e extrínsecos da RTT normativa coadunam com a maneira como será aplicada na Teoria das Organizações?

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Os teóricos organizacionais deveriam, primeiramente, observar se os conceitos e suas respectivas definições são inteligíveis e efetivos. Isso pode anunciar o grau de maturidade da teoria no seu domínio fonte. Uma teoria sempre está sujeita à críticas e escrutínios sobre sua coerência, plausibilidade e poder explicativo, por exemplo. Nesse sentido, a inteligibilidade e efetividade suscitam ajustes no conteúdo da teoria, principalmente, em respostas aos seus críticos. Além disso, recomendo que os estudiosos organizacionais atentem para às questões de escopo da teoria. Elas indicam se a teoria, na linguagem ordinária, ainda está “dentro de seu prazo de validade”. Basicamente, os marcadores de escopo preocupam-se em demonstrar o potencial estrutural, conceitual e explicativo da RTT normativa para compreender os fenômenos organizacionais. Por fim, o critério de valor indica se os valores da teoria

estrangeira são compatíveis ou podem ser absorvidos quando domesticada na Teoria Organizacional.

Em consonância com os marcadores de Suddaby (2010), recomendo o uso das duas dimensões do modelo de teste de qualidade das teorias importadas, proposto por Kenworthy e Verbeke (2015). De acordo com esses autores, as dimensões são: a) a força da teoria importada em seu domínio de referência, corresponde aos testes de qualidade 1, 2 e 3; b) a aplicabilidade da teoria no domínio-alvo, isto é, na Teoria Organizacional. Remete aos testes 4, 5, 6 e 7. O Quadro 23 apresenta os sete testes de qualidade e suas perguntas-base. De acordo com Kenworthy e Verbeke (2015), os primeiros três testes de qualidade indicam as condições necessárias da teoria para fornecer valor agregado na Teoria Organizacional. O conjunto de testes restantes evidenciam as condições suficientes para aplicar a teoria no domínio da TO. Para esses autores, uma RTT normativa deve satisfazer esses sete teste para ser considerada uma potencial candidata a importação.

O primeiro teste, nomeado de poder preditivo, é crítico, consoante Kenworthy e Verbeke (2015). Para os autores, uma teoria deve oferece previsões e explicações claras sobre a realidade e seu fenômeno de interesse. O segundo teste é o poder explicativo, que aborda a capacidade de criação de sentido de uma teoria (KENWORTHY; VERBEKE, 2015). Uma teoria com forte poder explicativo fornece aos estudiosos a oportunidade de compreender diversos fenômenos em vários estudos, comentam os autores. Isso, normalmente, implica na generalização do poder preditivo da teoria, bem como na precisão de suas previsões/explicações, em uma ampla gama de fenômenos (KENWORTHY; VERBEKE, 2015). Se uma teoria explicar de maneira empobrecidas os fenômenos de sua disciplina de origem, sua utilidade na Teoria Organizacional deve ser avaliada com uma certa desconfiança.

O terceiro teste, afirmam Kenworthy e Verbeke (2015), indaga sobre a ausência ou presença de teorias concorrentes no campo de referência da teoria importada. Na opinião dos autores, é necessário identificar se existem teorias alternativas que abordam as mesmas questões-chave da teoria que se pretende importar, seja em sua disciplina de origem ou em outros domínios. As teorias rivais podem ser responsáveis por endereçar as mesmas evidências da teoria importada, sendo que utilizando uma estrutura teórica diferente, mas igualmente poderosa (KENWORTHY; VERBEKE, 2015).

Quadro 23(5) — Os sete testes de qualidade de teorias importadas

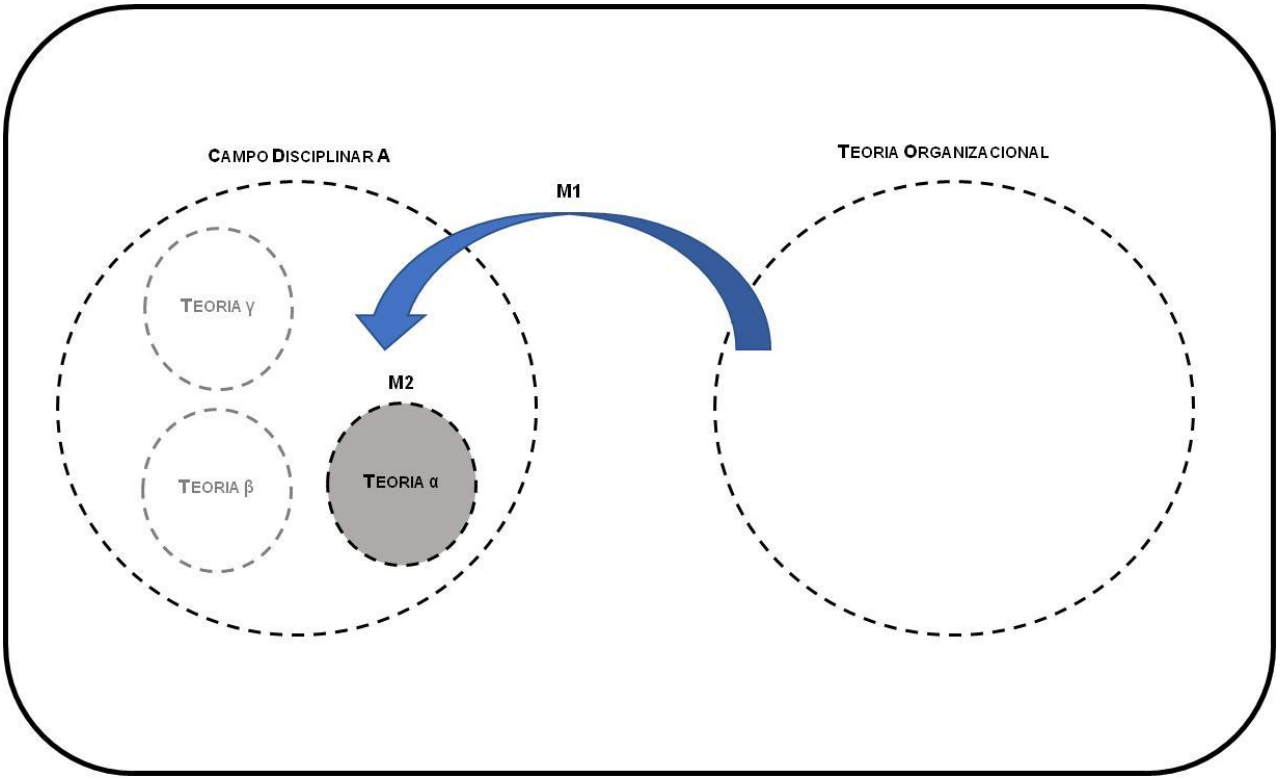
CONTRIBUIÇÃO DA TEORIA IMPORTADA PARA SUA DISCIPLINA DE ORIGEM	
Poder preditivo	A teoria importada demonstra consistentemente um poder preditivo significativo em seu domínio de origem? Essa teoria possui significância preditiva prática no seu domínio de origem?
Poder Explicativo	A teoria importada possui poder explicativo substancial em seu domínio de referência? (isto é, quanto fenômenos da sua disciplina de origem a teoria pode explicar?)
Ausência de teorias concorrentes fortes	Existem teorias rivais fortes, fornecendo explicações alternativas, na disciplina de origem da teoria importada?
CONTRIBUIÇÃO DA TEORIA IMPORTADA PARA O DOMÍNIO DE DESTINO	
Problemas de correspondência	Os principais fenômenos e problemas estudados pela teoria importada são, razoavelmente, semelhantes na Teoria Organizacional?. As questões-chave da teoria importada também são salientes na Teoria Organizacional?
Consistência nos conceitos	Os conceitos-chave usados na teoria importada são consistentes com a — e significativos na — disciplina de Teoria Organizacional?
Consistência nos pressupostos	Os conceitos-chave subjacentes aos pressupostos da teoria importada são consistentes com os pressupostos básicos da Teoria Organizacional?
Ajuste de conhecimento	Existe evidência existente na Teoria Organizacional para ratificar ou refutar as proposições-chave da teoria importada? Existe evidência existente na Teoria Organizacional para confirma ou refutar as proposições periféricas e inferências lógicas da teoria importada? Existe suporte teórico existente para a relevância da teoria importada na disciplina de Teoria Organizacional?

Fonte: adaptado de Kenworthy e Verbeke (2015, p. 184, tradução nossa).

O quarto teste, intitulado de problemas de correspondência, indaga se questões-chave abordadas pela teoria importada possuem, de fato, uma semelhança clara e, intuitivamente, plausível com os fenômenos existente no campo da Teoria Organizacional (KENWORTHY; VERBEKE, 2015). Alguns conceitos-chave, que direcionam o poder preditivo e explicativo da teoria importada, devem ser proeminentes em ambos os domínios, ou seja, origem e destino (KENWORTHY; VERBEKE, 2015). O quinto teste — i.e., consistência de conceitos — avalia se os conceitos da teoria importada são, realmente, relevantes e consistentes com aqueles pertencentes a Teoria das Organizações no campo de importação (KENWORTHY; VERBEKE, 2015). Esse teste verifica se os conceitos importados de outra disciplina podem ser considerado um “ato criativo” (KENWORTHY; VERBEKE, 2015). Isso

significa dizer que tais conceitos não são apenas novos e originais, mas também úteis, no domínio da TO (KENWORTHY; VERBEKE, 2015). O sexto teste, conhecido como consistência nos pressupostos, comparar as suposições subjacentes na teoria importada com as suposições, geralmente, aceitas na Teoria Organizacional (KENWORTHY; VERBEKE, 2015). O sétimo teste é o ajuste de conhecimento. Ele envolve a pesquisa aprofundada das publicações acadêmicas existentes na TO que, possivelmente, abordem a legitimidade da teoria importada (KENWORTHY; VERBEKE, 2015). Se publicações prévias rejeitarem, fortemente, as proposições ou previsões/explicações-chave da teoria importada, seja explicitamente ou implicitamente, então podemos cogitar que não há razões suficiente para prosseguir com a importação dessa teoria (KENWORTHY; VERBEKE, 2015). A Figura 17 exibe a escolha da Teoria α.

Figura 17 (5) – Processo de escolha e conhecimento preliminar da teoria estrangeira a ser importada para Teoria Organizacional



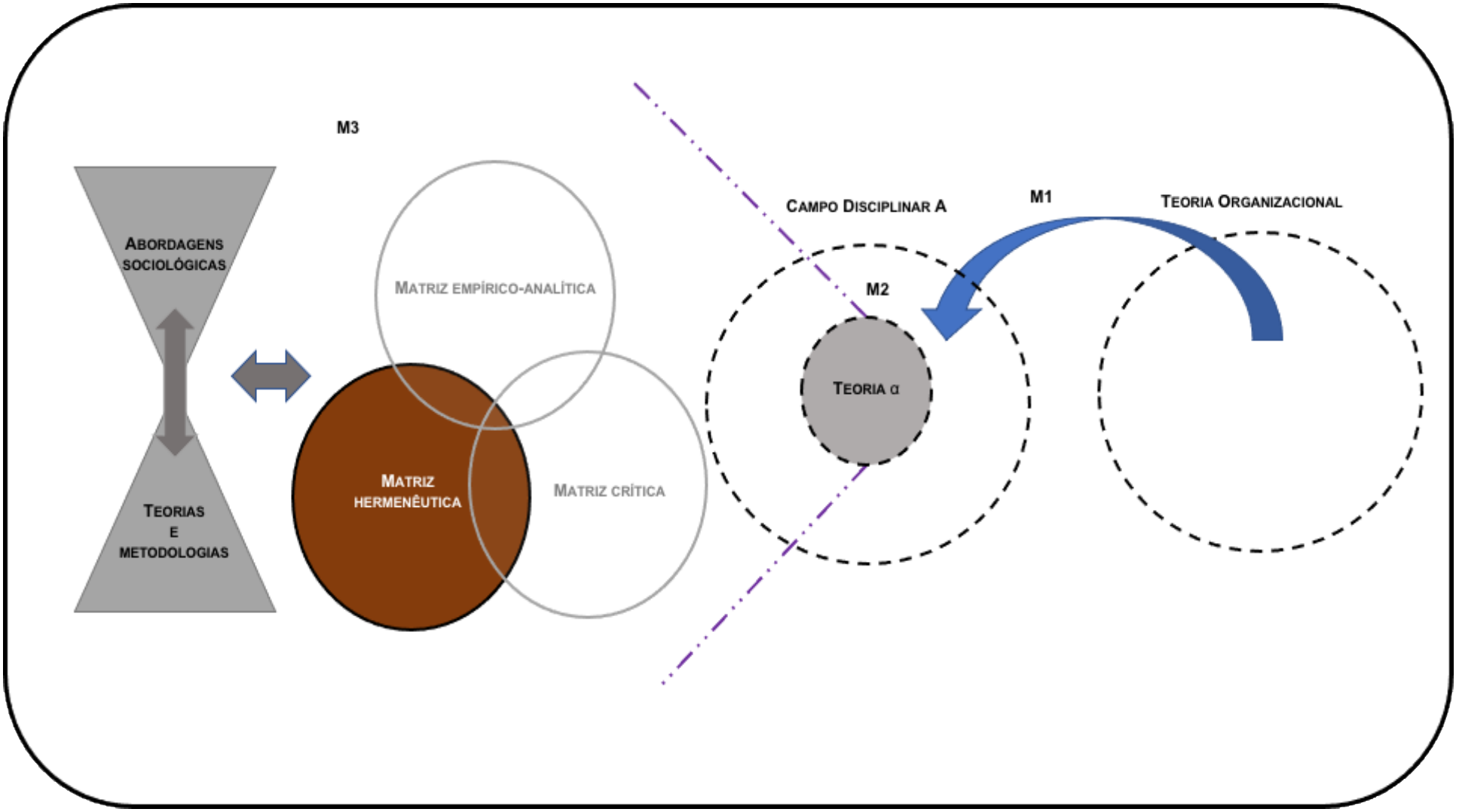
Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Dando prosseguimento, com a escolha da Teoria α, por exemplo, o segundo *momentum* é finalizado. Com isso, o terceiro *momentum* — i.e., M3 — tem início. Esse é denominado de identidade da Teoria α. A Figura 18 representa o M3. Os objetivos do M3 são: a) confirmar a decisão de escolha da Teoria α; b) demarcar a matriz epistêmica, a abordagem sociológica, a metodologia e, por fim, a ideologia dessa teoria. Devido a Teoria α ser uma *radical traveling theory* normativa, assumo o pressuposto de que ela está localizada na Matriz Hermenêutica, particularmente, na área hachurada de marrom. É preciso estabelecer se a Teoria α possui uma abordagem sociológica pura ou híbrida, isto é: a) não é uma teoria de fronteira, logo se mantém totalmente na Matriz Hermenêutica; b) faz fronteiras com outras matrizes epistêmicas, mas continua dentro dos limites da Matriz Hermenêutica; ou, c) combina-se com outras matrizes, pertencendo a uma das possíveis áreas de interseção entre a Matriz Hermenêutica e as demais matrizes.

No ímpeto de traçar a identidade da abordagem sociológica da Teoria α, deve-se analisar as suas sentenças ontológicas questionado seu comprometimento, ou seja, entitativo, orientado ao processo, ou ambos. Em termos de epistemologia, busca-se as condições e fontes do conhecimento propositivo da Teoria α, bem como o fundamento das relações entre as crenças verdadeiras e justificadas e o papel dos valores nessa teoria. No tocante à metodologia, estabelece-se o procedimento racional e ordenado adotado pela teoria para guiar a construção de conhecimento. No que se refere aos valores, identifica-se quais são seus valores intrínsecos e extrínsecos, assim como o valor de sistema a que a teoria pertence. Por fim, delineia-se a ideologia da teoria.

Os elementos da Teoria α, conforme explicado na Seção 4.4.1, podem ser extraídos, por exemplo, de suas proposições, pressupostos, suposições, crenças, ideias, e atitudes proposicionais. A apreciação desses elementos sinalizam os objetivos da teoria, sua filosofia, lógica e interesses cognitivos. Com isso, é possível mapear sua localização no Círculo de Matrizes Epistêmicas. Aliado a isso, recomendo que seja conduzida uma “análise genealógica" Teoria α no Campo Disciplinar A, com a finalidade de escavar suas reconstruções epistêmicas. Em outros termos, quais foram as modificações incorridas na teoria para melhor ajustá-la ao estudo de seu fenômeno de interesse e as críticas sofridas no seu domínio de referência. O resultado dessa incursão é traçar o perfil identitário da Teoria α e, em consequência disso, ratifica-se sua escolha prévia no M2.

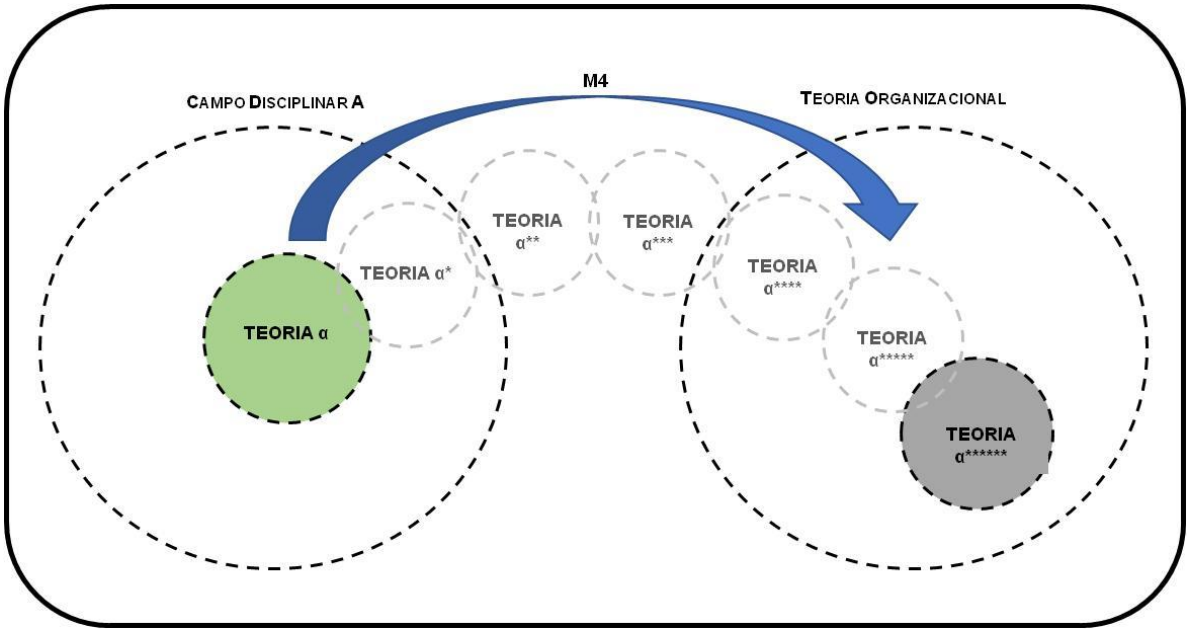
Figura 18 (5) — Identidade da Teoria α



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

O quarto *momentum* — i.e., M4 — é denominado de importação e domesticação da Teoria α. A Figura 19 representa o processo de cunho unidirecional de M4. Em termos processuais, a Teoria α precisa ser transposta do CDA para o domínio da Teoria Organizacional, para que seja consumida pela audiência de teóricos organizacionais. Para efeitos desta explicação, considero que as práticas de importar e domesticar essa teoria ocorrem concomitantemente. Esses dois processos de teorização são retratados pelos seis círculos cinzas referentes à Teoria α. Para ser apropriada e considerada útil dentro do campo da TO, a Teoria α precisa submeter-se, em certa medida, a simplificações, modificações e contextualizações de acordo com as regras e exigências desse domínio.

Figura 19 (5) — Processo unidirecional de importação e domesticação da Teoria α



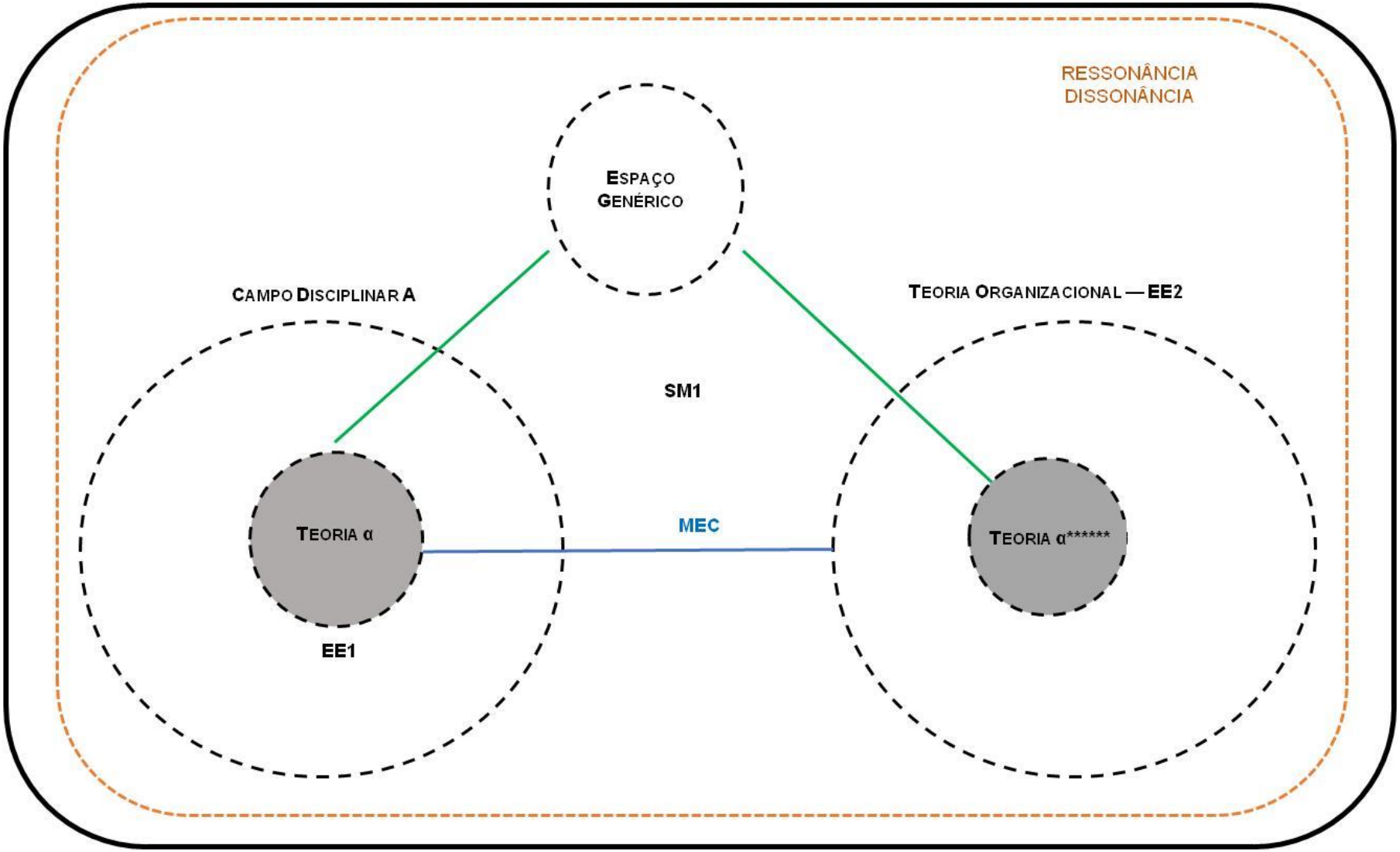
Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Ao longo de seu trajeto em direção a TO, essa teoria sofre alterações, ocasionando na criação de suas variantes domesticadas, como, por exemplo, Teoria α** e Teoria α***. Quando a teorização é unidirecional, esse processo encerra-se com a incorporação da Teoria α****** ao conjunto de teorias preexistentes na TO. Com conclusão de M4, a Teoria α****** torna-se parte legítima do corpo de conhecimento da TO e passa a ser aplicada ao estudo dos fenômenos desse campo. Assim, só é possível vislumbrar as contribuições dessa teoria para o avanços teórico do domínio de destino.

O quinto *momentum* — i.e., M5 — corresponde a dinâmica do processo de domesticação e, consequentemente, reconstrução epistêmica da Teoria α em Teoria α******. É mister relembrar que, nesta tese, o *modus operandi* da domesticação/reconstrução epistêmica da Teoria α é explicado e avaliado por intermédio da lógica de integração conceitual da rede de quatro espaços mentais e nos raciocínios de ressonância e dissonância. Esse momentum é fundamental para estabelecer os critérios de análise da sensibilidade dos efeitos do contexto nos processos de importação e domesticação de RTTs normativas. A explanação de M5 foi dividida em 3 sub-*momenta*. A Figura 20 remete ao sub-*momentum* SM1 do M5, reconhecimento dos Espaços de Entrada — i.e., EE — e constituição do Espaço Genérico — i.e., EG. Para compreender SM1 é crucial, antes de tudo, identificar quais são os Espaços de Entrada. Esse espaços podem ser teorias, ideias, noções, ou campos disciplinares, por exemplo. Como o *framework* epistêmico investiga a apropriação de *radical traveling theories normativas* na Teoria Organizacional, isto é, a integração conceitual entre uma teoria e um domínio disciplinar. Dito isso, no exemplo utilizado, a Teoria α é interpretada como o Espaço de Entrada 1 — i.e., EE1. A Teoria Organizacional é o Espaço de Entrada 2 — i.e., EE2.

O Espaço Genérico é construído a partir das comunalidade dos elementos das estruturas de organização da Teoria α e da Teoria Organizacional. Os elementos de ambos os espaços são codificados e suas relações estabelecidas, para realização de possíveis (dis)analogias e inferências acerca de seus significados, no EG. A conexão entre os Espaços de Entrada ocorre quando compartilham as topologias das suas estruturas de organização. Esse compartilhamento é denominado de mapeamento do espaço cruzado — i.e., MEC. O MEC conecta as contrapartes dos elementos da Teoria α e da Teoria Organizacional, indicando quais de seus elementos serão extraídos e projetados no EG. Os elos entre a Teoria α e da Teoria Organizacional denotam o espaço exterior da integração conceitual. As linhas verdes correspondem a projeção dos elementos. Os elos vitais estabelecidos no MEC indicam se o processo de importação foi regido por racionalidade de ressonância analógica, dissonância analógicas, ou ambas as racionalidades.

Figura 20 (5) — Espaços de Entrada e constituição do Espaço Genérico



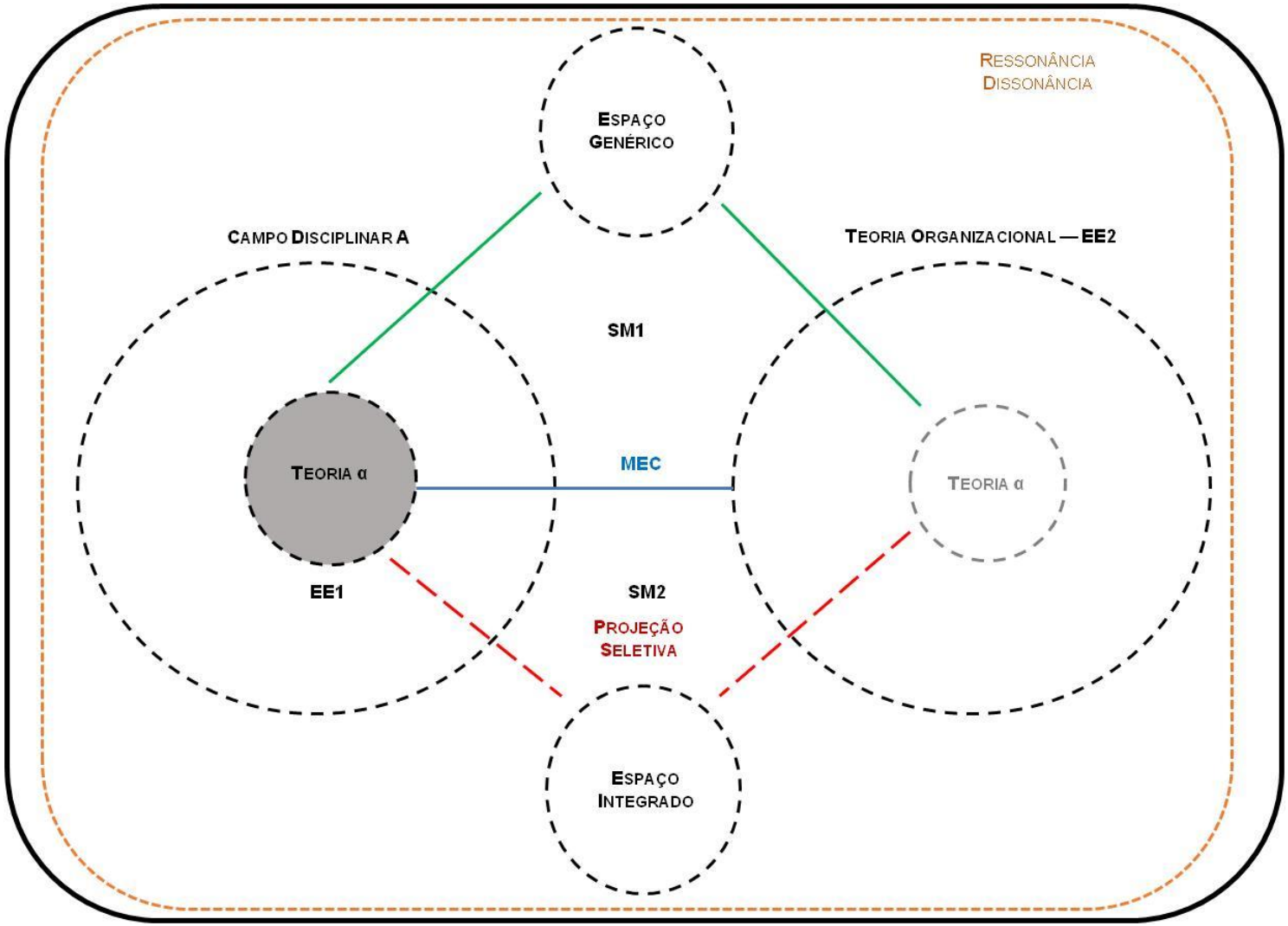
Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

No decorrer do SM1, a Teoria α ainda não foi, categoricamente, incorporada ao corpo de conhecimento da TO. O SM1 é um *momentum* em que são estabelecidas, de maneira preliminar, as correspondências e as divergências entre os EEs e seus respectivos elementos no EG. Nesse *momentum* não é capital analisar, mas sim identificar e descrever, o papel e os tipos de relações vitais e inferências utilizadas para precisar as combinações entre os elementos projetados no EG. Algumas dessas combinações entre os elementos e as relações vitais serão mantidas e outras modificadas ou descartadas. Nem todas as conexões entre os elementos irão compor o Espaço Integrado — i.e., EI.

O segundo sub-*momentum* — i.e., SM2 — do M5 envolve a projeção seletiva e a composição do Espaço Integrado. A projeção seletiva é indicada pelas linhas vermelhas. Basicamente, alguns elos estabelecidos entre a Teoria α e o EE da Teoria Organizacional, possibilitados pelo MEC e esboçados no EG, são seletivamente escolhidos para compor o EI. A Figura 21 caracteriza o SM2. Além dos elementos e suas conexões compartilhados entre o EE1 e o EE2, outros elementos da Teoria Organizacional, que não foram considerados no EG, podem ser transpostos e incorporados no Integrado. Isso denota um aspecto importante do processo de domesticação: elementos pertencentes ao corpo de conhecimento da TO, que não possuem relação com a Teoria α, podem ser projetados no EI. Como uma teoria é formada de conceitos, a inserção de um novo conceito na estrutura teórica da Teoria α tem o potencial de interferir ou realçar as relações entre os conceitos dessa teoria, modificando ou reforçando as conexões lógicas ou as relações semânticas dos conceitos com os outros componentes de tal estrutura. As categorias para realizar essa projeção foram apresentadas no Quadro 3(2) do Capítulo 2, página 72.

O sub-*momentum* SM3 corresponde a formação da Estrutura Emergente de Significados, isto é, a compactação e descompactação dos elementos da estrutura lógica da Teoria α que foram importados do CDA e domesticados no EE2. A Figura 22 ilustra o SM3. Nesse momento, é possível observar as reduções nos níveis de abstração da Teoria α quando transposta para a da Teoria Organizacional. Além disso, é possível verificar os elos vitais que foram estabelecidos na Estrutura Emergente de Significado. Essa estrutura encapsula as fusão ou de novas elaborações dos elementos dos Espaços de Entrada no Integrado.

Figura 21(5) — Projeção Seletiva e a Composição do Integrado

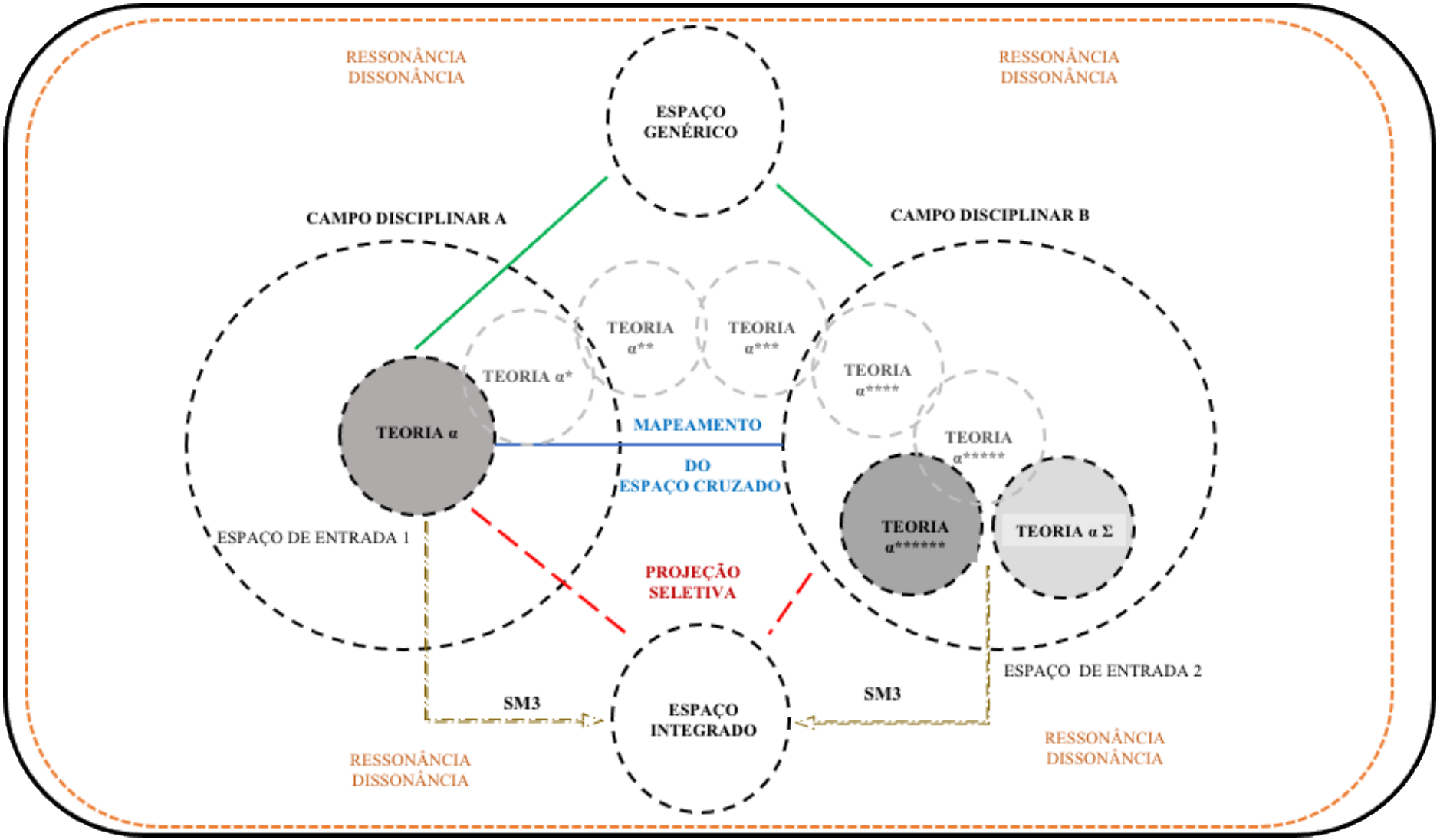


Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

No processo de importação, a EES representa as possíveis versões domesticadas da Teoria α. A domesticação mescla elementos e estruturas da Teoria α, em diferentes níveis de abstração conceitual, com aqueles pertencentes à Teoria Organizacional, resultando em um híbrido formal; nesse caso, a Teoria α****** ou a Teoria αΣ. A Teoria α****** é uma variante domesticada que compartilha muitos dos elementos e significados da Teoria α; logo, a primeira mantém, essencialmente, a mesma função e utilidade da segunda. Já a Teoria αΣ é uma teoria inédita derivada de elementos da estrutura lógica da Teoria α. O sub-*momentum* SM3 circunscreve a construção a construção de significados originais e singulares com base nos elementos Teoria α e suas contrapartes projetados no Integrado. O produto da domesticação da Teoria α sinaliza qual operação fundamental foi realização na importação dessa teoria: se composição, conclusão, ou elaboração. Isso aponta o papel da analogia no modus operandi de importação de radical traveling theories normativas na Teoria Organizacional. Os marcadores para examinar esse papel estão no Quadro 20 (4), referente à Estrutura de avaliação metodológica para analogias.

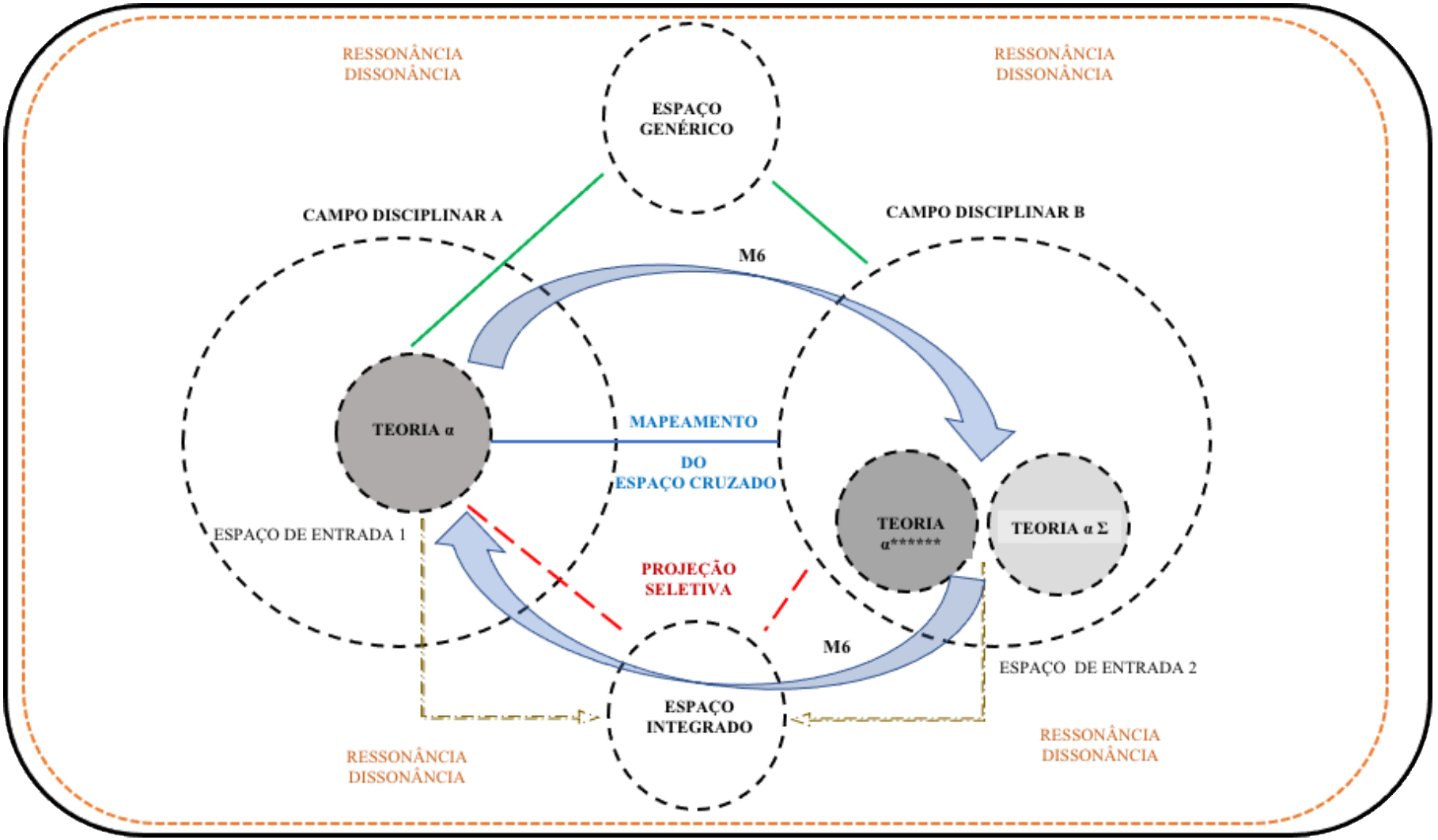
O sexto *momentum*, intitulado de M6, desvela o tipo de rede de espaço mental utilizada no processo de importação e domesticação da Teoria α no domínio da Teoria Organizacional. O M6 está representado na Figura 23. A rede simplex, de espelhamento e de escopo único rementem ao *modus operandi* unidirecional de importação. A rede de escopo duplo denota o *modus operandi* de importação bidirecional. Os marcadores do M6 foram apresentados nas descrições dos tipos de redes e nos processos desses dois *modi operandi* de importação.

Figura 22(5) – Estrutura Emergente de Significados



Fonte: elaborado pelo Autor (2021).

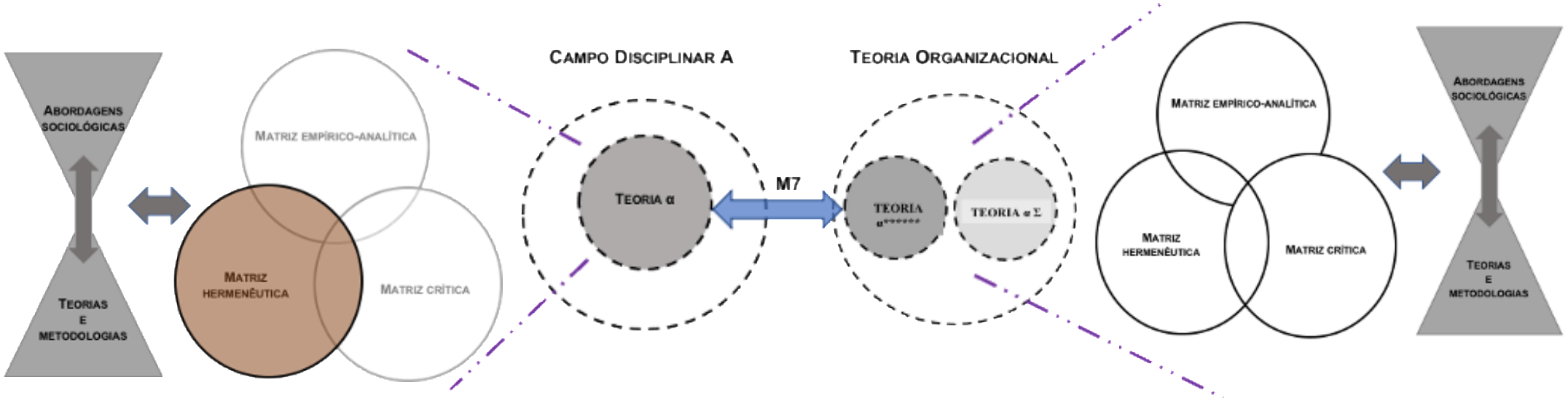
Figura 23 (5) – A Rede de Espaço e o *Modus Operandi* de Importação



Fonte: elaborado pelo Autor (2021)

O sétimo *momentum*, denominado de M7, remete a aplicação dos marcadores de coerência, apresentados no Seção 4.6, em todos os momenta e sub-momenta anteriores. A Figura 24 representa o M7. O ponto focal é comparar e contrastar as matrizes epistêmicas, abordagens sociológicas e metodologias da Teoria α e da Teoria α******/Teoria αΣ. Isso corresponde ao uso dos princípios de coerência explicativa/explanatória para avaliar as crenças, os pressupostos epistemológicos, ontológicos, axiológicos da variante domesticada da teoria em relação à sua versão original. Em seguida, aplica-se os princípios de coerência da analogias conduzidas no processo de domesticação da Teoria α. Os princípios de coerência dos conceitos e das relações lógicas entre eles. Por fim, os princípios de coerência do raciocínio dedutivo devem ser adotados para compreender o pensamento utilizado na modificação da estrutura lógica da teoria importada.

Figura 24 (5) – Dinâmica da Coerência das Matrizes Epistêmicas da *Radical Traveling Theory*



Fonte: elaborado pelo Autor (2021).

REFERÊNCIAS

ABATECOLA, G.; BELUSSI, F.; BRESLIN, D.; FILATOTCHEV, I. Darwinism, organizational evolution and survival: key challenges for future research. **Journal of Management & Governance**, v. 20, p. 1-17, 2016.

ACCARD, P. Tight Mapping: A Concrete Procedure for Borrowing from Radical Traveling Theories. **European Management Review**, v. 17, n. 1, p. 357-368, 2020.

ACEVEDO, A. But, Is It Ethics? Common Misconceptions in Business Ethics Education. **Journal of Education for Business**, v. 88, n. 2, p. 63-69, 2013.

ACKERMANN, F. *et al.* Special issue on problem structuring research and practice. **EURO Journal on Decision Processes**, v. 2, n. 3/4, p. 165-172, 2014.

ADLER, P. S.; FORBES, L. C.; WILLMOTT, H. Critical Management Studies. **Academy of Management Annals**, v. 1, n. 1, p. 119-179, 2007.

AGARWAL, R.; HOETKER, G. A Faustian bargain? The growth of management and its relationship with related disciplines. **Academy of Management Journal**, v. 50, n. 6, p. 1304-1322, 2007.

AHLEMANN, F. *et al.* A process framework for theoretically grounded prescriptive research in the project management field. **International Journal of Project Management**, v. 31, n. 1, p. 43-56, 2013.

AHMED, J. U. Documentary Research Method: New Dimensions. **Indus Journal of Management & Social Sciences**, v. 4, n. 1, p. 1-14, 2010.

AKDERE, M.; ROBERTS, P. B. Economics of Social Capital: Implications for Organizational Performance. **Advances in Developing Human Resources**, v. 10, n. 6, p. 802-816, 2008.

AKSNES, D. W. Citation rates and perceptions of scientific contribution. **Journal of the Association for Information Science and Technology**, v. 57, n. 2, p. 169-185, 2006.

AL-AMOUDI, I.; O'MAHONEY, J. Ontology: philosophical discussions and implications for organization studies. In: MIR, R.; WILLMOTT, H.; GREENWOOD, M. (Orgs.). **The Routledge Companion to Philosophy in Organization Studies**. London: Routledge, 2016, p. 15-32.

ALCADIPANI, R.; TURETA, C. Teoria ator-rede e estudos críticos em administração: possibilidades de um diálogo. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 7, n. 3, p. 406-418, 2009.

ALEXANDER, S.; NICK, B. Negotiate, reciprocate, or cooperate? The impact of exchange modes on inter-employee knowledge sharing. **Journal of Knowledge Management**, v. 20, n. 4, p. 687-712, 2016.

ALFORD, C. F. Is Jürgen Habermas's reconstructive science really science? **Theory and Society**, v. 14, n. 3, p. 321-340, 1985.

ALI, C. K. *et al.* Theoretical developments in empirical quantitative manufacturing strategy literature. **International Journal of Operations & Production Management**, v. 38, n. 1, p. 183-210, 2018.

ALISEDA, A. **Abductive reasoning**. Dordrecht: Springer, 2006.

ALVESSON, M.; SANDBERG, J. Has management studies lost its way? Ideas for more imaginative and innovative research **Journal of Management Studies**, v. 50, p. 128-152, 2013.

ALVESSON, M.; GABRIEL, Y. Beyond Formulaic Research: In Praise of Greater Diversity in Organizational Research and Publications. **Academy of Management Learning & Education**, v. 12, n. 2, p. 245-263, 2013.

ALVESSON, M.; KÄRREMAN, D. Constructing mystery: empirical matters in theory development. **Academy Management Review**, v. 32, n. 4, p. 1265-1281, 2007.

ALVESSON, M.; SANDBERG, J. Generating Research Questions Through Problematization. **Academy of Management Review**, v. 36, n. 2, p. 247-271, 2011.

_____. Habitat and habitus: boxed-in versus box-breaking research. **Organization Studies**, v. 35, n. 7, p. 967-987, 2014.

ALVESSON, M.; SPICER, A. A stupidity based theory of organizations. **Journal of Management Studies,**, v. 49, n. 7, p. 1194-1220, 2012.

ANDERSON, BEVERLEE B.; VENKATESAN, M. Interdisciplinary Borrowing in Consumer Behavior: Legitimate Offspring? In: American Marketing Association Winter Educator's Conference: Marketing Theory, 1987. **Anais** […] San Antonio, 1987, p. 276-279.

ANDERSON, R. A.; MCDANIEL, R. R. JR. The implication of environmental turbulence for nursing-unit design in effective nursing homes. **Nursing Economic**, v. 10, n. 2, p. 117-125, 1992.

ANNE, TOUBOULIC; HELEN, WALKER. Theories in sustainable supply chain management: a structured literature review. **International Journal of Physical Distribution & Logistics Management**, v. 45, n. 1/2, p. 16-42, 2015.

ANTON, M.; MOJCA, I. Š.. Establishing a partnership between top and IT managers: A necessity in an era of digital transformation. **Information Technology & People**, v. 32, n. 4, p. 948-972, 2019.

APEL, KARL-OTTO. The a priori of communication and the foundation of the humanities. **Man and World**, v. 5, n. 3, p. 3-37, 1972.

ARLBJØRN, J. S. ; HALLDORSSON, A. Logistics knowledge creation: reflections on content, context and processes. **International Journal of Physical Distribution & Logistics Management**, v. 32, n. 1, p. 22–40, 2002.

ARNAUD, G. The Contribution of Psychoanalysis to Organization Studies and Management: An Overview. **Organization Studies**, v. 33, n. 9, p. 1121-1135, 2012.

ÁRNI, H.; JULIANA, H.; HERBERT, K.. Complementary theories to supply chain management revisited - from borrowing theories to theorizing. **Supply Chain Management: An International Journal**, v. 20, n. 6, p. 574-586, 2015.

ASHKANASY, N. M. Why we need theory in the organization sciences. **Journal of Organizational Behavior**, v. 37, n. 8, p. 1126-1131, 2016.

ASSEFA, T.; GARFIELD, M.; MESHESHA, M. Enabling factors for knowledge sharing among employees in the workplace. In: INFORMATION RESOURCES MANAGEMENT ASSOCIATION (Org.). **Banking, Finance, and Accounting**: Concepts, Methodologies, Tools, and Applications. Hershey: IGI Global, 2015, v. 1, p. 978-1003.

AUDI, R. **Epistemology**: a contemporary introduction to the theory of knowledge. 3. ed. New York: Routledge, 2010.

AUGUSTO, J. C. *et al.* **Handbook of Ambient Assisted Living:** Technology for Healthcare, Rehabilitation and Well-being. 1. ed. [*S.l.*]: IOS Press, 2012.

AVISON, D.; MALAURENT, J. Is theory king? Questioning the theory fetish in information systems. **Journal of Information Technology**, v. 29, n. 4, p. 327-336, 2014.

_____. Is theory king?: questioning the theory fetish in information systems. In: WILLCOCKS, L. P.; SAUER, C.; LACITY, M. C. (Orgs.). **Formulating Research Methods for Information Systems**. Palgrave Macmillan: London, v.1, 2015, p. 213-237.

BACHARACH, S. B. Organizational Theories: Some Criteria for Evaluation. **The Academy of Management Review**, v. 14, n. 4, p. 496-515, 1989.

BAIASU, S. Normative Theory. In: GIBBONS, M. T. *et al.* (Orgs.). **The Encyclopedia of Political Thought**. Malden: Wiley-Blackwell**,** 2004, p. 2576-2585.

BAKKER, D. A Critical Reflection on Vertical Marketing and Efficient Consumer Response. In: **Vertical Brand Portfolio Management**: Strategies for Integrated Brand Management between Manufacturers and Retailers. Oldenburg: Springer, 2015, p. 58-81.

BANUELOS, N. I. **The 1970s in a history of American for-profit colleges and universities**. 2016. Tese – The Department of Sociology. University of Chicago, Chicago, 2016.

BARBOSA, M. A. C. *et al.* Nem só de debates epistemológicos vive o pesquisador em administração: alguns apontamentos sobre disputas entre paradigmas e campo científico. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 11, n. 4, p. 636-651, 2013.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BARNEY, J.; FELIN, T. What are Microfoundations? **Academy of Management Perspectives**, v. 27, n. 2, p. 138-155, 2013.

BARRETT, F. J.; POWLEY, E. H.; PEARCE, B. Hermeneutic philosophy and organizational theory. In: TSOUKAS, H.; CHIA, R. (Orgs.). **Philosophy and Organization Theory Research in the Sociology of Organizations**. Bingley: Emerald Group Publishing Limited, 2011. v. 32, p. 181-213.

BARROS, J. D. Uma “disciplina” – entendendo como funcionam os diversos campos de saber a partir de uma reflexão sobre a História. **OPSIS**, v. 11, n. 1, p. 252-270, 2011.

BARTHA, P. Analogy in the natural sciences: Meeting Hesse’s challenge. **Philosophical Inquiries**, v. 3, n. 1, p. 47-68, 2015.

BARTHA, P. **By parallel reasoning**: The construction and evaluation of analogical arguments. Oxford: Oxford University Press, 2010.

BASKERVILLE, R.; DULIPOVICI, A. The theoretical foundations of knowledge management. **Knowledge Management Research & Practice**, v. 4, n. 2, p. 83-105, 2006.

_____. The theoretical foundations of knowledge management. In: EDWARDS, J. S. (Org.). **The Essentials of Knowledge Management**. London: Palgrave Macmillan, 2015, p. 47–91.

BATISTA, M. Hermenêneutica Filosófica e o Debate Gadamer-Habermas. **Crítica e Sociedade: revista de cultura política**, v. 2, n. 1, p. 101-118, 2012.

BAUER, M. W.; AARTS, B. A. A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, M.; GASKELL, G. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 7. ed. Petropólis: Vozes, 2008, p. 39-63.

BAYNES, K. **Habermas**. London: Routledge, 2016.

BEACH, L. R.; CONNOLLY, T.. **The Psychology of Decision Making**: People in Organizations. 2. ed. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2005.

BEDU-ADDO, P. K. A.; OJIAMBO, P. C. O.; GODWYLL, F. E. **Perspectives on Empowering Education**. Nova Science Publishers: London, 2014.

BEHL, A.; DUTTA, P. Humanitarian supply chain management: a thematic literature review and future directions of research. **Annals of Operations Research**, v. 283, n. 1, p. 1001-1044, 2019.

BELK, R.; SOBH, R. No assemblage required: On pursuing original consumer culture theory. **Marketing Theory**, v. 19, n. 4, p. 489-507, 2018.

BENHABIB, S. **Critique, Norm and Utopia**: A Study of the Foundations of Critical Theory. New York: Columbia University Press, 1986.

BERGER, C. R.; ROLOFF, M. E.; ROSKOS-EWOLDSEN, D. R. What is Communication Science? In*:* BERGER, C. R.; ROLOFF, M. E.; EWOLDSERI, D. R. (Orgs.). **The Handbook of Communication Science**. 2. ed. Thousand Oaks: SAGE 2010, p. 3-20.

BERKOVICH, I. Something borrowed, something blue: reflections on theory borrowing in educational administration research. **Journal of Educational Administration**, v. 58, n. 6, p. 749-760, 2020.

BEVERLY, W.; ANDREW, F. 20 Years of Supply Chain Management: An International Journal. **Supply Chain Management: An International Journal**, v. 20, n. 6, 2015.

BEVIR, M. Anti-foudationalism. In: FLINDERS, M. *et al.* (Orgs.). **The Oxford Handbook of British Politics**. Oxford: Oxford University Press, 2009, p. 115-137.

BHATNAGAR, V. R. *et al.* Human strengths: a systematic conceptual review, conceptualizing employee strengths at work and a framework for management development. **Journal of Management Development**, v. 40, n. 1, p. 1-22, 2020.

BHIMANI, H.; MENTION, ANNE-LAURE; BARLATIER, PIERRE-JEAN. Social media and innovation: A systematic literature review and future research directions. **Technological Forecasting and Social Change**, v. 144, p. 251-269, 2019.

BIRENBAUM, L. K. Family research in pediatric oncology nursing. **Journal of Pediatric Oncology Nursing**, v. 12, n. 1, p. 25-38, 1995.

BIRKINSHAW, J. *et al.* Debating the Future of Management Research. **Journal of Management Studies**, v. 51, n. 1, p. 38-55, 2014.

BLEIJENBERGH, I.; JORRIT, N. M.; BONDAROUK, T. Closing the gap between scholarly knowledge and practice: Guidelines for HRM action research. **Human Resource Management Review**, v 31, n. 2, p. 1-13, 2021.

BOELL, S. K.; CECEZ-KECMANOVIC, D. Literature Reviews and the Hermeneutic Circle. **Australian Academic & Research Libraries**, v. 41, n. 2, p. 129-144, 2010.

BOELL, S. K.; CECEZ-KECMANOVIC, D. A Hermeneutic Approach for Conducting Literature Reviews and Literature Searches. **Communications of the Association for Information Systems**, v. 34, Article 12, p. 257-286, 2014.

BOER, H. *et al.* Making a meaningful contribution to theory. **International Journal of Operations & Production Management**, v. 35, n. 9, p. 1231-1252, 2015.

BONJOUR, L.; BAKER, A. **Filosofia**: Textos Fundamentais Comentados. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

BONJOUR, L. Knowledge and justification, coherence theory of. In: CRAIG, E. (Org.). **Routledge Encyclopedia of Philosophy**. Londres: Taylor and Francis, 2021.

BOWEN, G. Document Analysis as a Qualitative Research Method. **Qualitative Research Journal**, v. 9, n. 2, p. 27-40, 2009.

BOXENBAUM, E.; ROULEAU, L. New knowledge products as bricolage: metaphors and scripts in organizational theory. **The Academy of Management Review**, v. 36, n. 2, p. 271-296, 2011.

BOYD, R. Metaphor and theory change. In: ORTONY, A. (Org.). **Metaphor and Thought**. Cambridge: Cambridge University Press, 1979, p. 356-408.

BRAUN, V.; CLARKE, A. Reflecting on reflexive thematic analysis. **Qualitative Research in Sport, Exercise and Health**, v. 11, n. 4, p. 589-597, 2019.

_____. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006.

_____. Thematic analysis. In: COOPER, H. E. (Org.). **APA Handbook of Research Methods in Psychology**. Washington DC: APA books, 2012. v. 2, p. 57-71.

_____. **Successful qualitative research**: a practical guide for beginners. London: SAGE Publication, 2013.

BRAUN, V. *et al.* Thematic Analysis. In: WILLIG, C.; ROGERS, W. S. (Orgs.). **The SAGE Handbook of Qualitative Research in Psychology**. London: SAGE Publications, 2017, p. 17-36.

_____. Thematic Analysis. In: LIAMPUTTONG, P. (Org.). **Handbook of Research Methods in Health Social Sciences**. Singapore: Springer, 2019, p. 843-860.

BRAUN, V.; CLARKE, V.; RANCE, N. How to use thematic analysis with interview data. In: VOSSLER, A.; MOLLER, N. (Orgs.). **The counselling and psychotherapy research handbook**. London: SAGE Publications, 2014, p. 183-197.

BRAY, M. *et al.* Review Symposium: Adams and Meltz, Industrial Relations Theory. **Journal of Industrial Relations**, v. 36, n. 1, p. 147-164, 1994.

BREDESON, P. V. Building a Professional Knowledge Base in Educational Administration? Opportunities and Obstacles. In: DONMOYER, R.; IMBER, M.; SCHEURICH, J. (Orgs.). **The Knowledge Base in Educational Administration**: Multiple Perspectives. New York: State University of New York Press, 1995, p. 47-61.

BRODY, S. D. **Ecosystem Planning in Florida**: Solving Regional Problems Through Local Decision-making. London: Routledge, 2016.

BUCKLER, S. Normative Theory. In: MARSH, D.; STOKER, G. (Orgs.). **Theory and Methods in Political Science**. 3. ed. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2010, p. 156-180.

BUNN, F. *et al.* The Impact of Cochrane Reviews: a mix-methods evaluation of outputs from Cochrane Review Groups supported by the Nation institute for Health Research. **Health Tecnology Assessment**, v. 19, n. 28, p. 1-99, 2015.

BURRELL, G. Modernism, Postmodernism and Organizational Analysis 4: The Contribution of Jürgen Habermas. **Organization Studies**, v. 15, n. 1, p. 1-45, 1994.

BURRELL, G.; MORGAN, G. **Sociological Paradigms and Organizational Analysis**. London: Heinemann, 1979.

BURT, S. L. *et al.* Retail internationalization and retail failure: issues from the case of Marks and Spencer. **The International Review of Retail, Distribution and Consumer Research**, v. 12, n. 2, p. 191-219, 2002.

BURTON, D. Critical marketing theory: the blueprint? **European Journal of Marketing**, v. 35, n. 5/6, p. 722-743, 2001.

_____. Marketing Theory Matters. **British Journal of Management**, v. 16, n. 1, p. 5-18, 2005.

BYRNE, M. Hermeneutics as a methodology for textual analysis. **AORN Journal**, v. 73, n. 5, p. 968, 2001.

CADEAUX, J. M. Counter-revolutionary forces in the information revolution: Entrepreneurial action, information intensity and market transformation. **European Journal of Marketing**, v. 31, n. 11/12, p. 768-785, 1997.

CALDAS, M. P. Paradigmas em Estudos Organizacionais: uma introdução à série. **Revista de Administração de Empresas**, v. 45, n. 1, p. 53-57, 2005.

CARTER, C. R. A Call for a Theory: the Maturarion of the Supply Chain Management Discipline. **Journal of Supply Chain Management**, v. 47, n. 2, p. 3-7, 2011.

CASTAÑEDA, HECTOR-NERI. Ought, Reasons, Motivations and the Unity of the Social Sciences: The Meta-theory of the Ought-Is-Problem. In: DI BERNARDO, G. (Org.). **Normative Structures of the Social World**. Amsterdam: Rodopi, 1988, p. 1-38.

CAVALLARI, M. Organisational Constraints on Information Systems Security. In: CARUGATI, A.; ROSSIGNOLI, C. (Orgs.). **Emerging Themes in Information Systems and Organization Studies**. Berlin: Physica-Verlag, 2011, p. 193-207.

CAYGILL, H. **Transcedental**. Dicionário Kant. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor**, p.** 311-312, 2000.

CERVONE, H. F. **The effect of professional advice networks on receptivity to innovation in academic librarians**. 2007. 161 f. Tese – Department of Business & Technology Management. Northcentral University, Arizona, 2007.

CHAKRAVARTTY, A. **Scientific Ontology: Integrating Naturalized Metaphysics and Voluntarist Epistemology**. Oxford: Oxford University Press, 2017.

CHALOFSKY, N. The seminal foundation of the discipline of HRD: People, learning, and organizations. **Human Resource Development Quarterly**, v. 18, n. 3, p. 431-442, 2007.

CHANDRA, P. *et al.* Organization theory in humanitarian operations: a review and suggested research agenda. **Journal of Humanitarian Logistics and Supply Chain Management**, v. 10, n. 2, p. 261-284, 2020.

CHATHA, K. A. *et al.* Theoretical developments in empirical quantitative manufacturing strategy literature. **International Journal of Operations and Production Management**, v. 38, n. 1, p. 183-210, 2018.

CHAUI, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 2000.

CHEN, C. Entry mode selection for international construction markets: the influence of host country related factors. **Construction Management and Economics**, v. 26, n. 3, p. 303-314, 2008.

CHIESA, P. J.; PRZYCHODZEN, W. Social sustainability in supply chains: a review. **Social Responsibility Journal**, v. 16, n. 8, p. 1125-1148, 2020.

CHRISTIE, C. A. Setting the Stage for Understanding Evaluation Use and Decision Making. In: CHRISTIE, C. A.; VO, A. T. (Orgs.). **Evaluation Use and Decision-Making in Society**: A Tribute to Marvin C. Alkin. London: Information Age Publishing, 2015, p. 1-11.

CIOMAGA, B. Sport management: a bibliometric study on central themes and trends. **European Sport Management Quarterly**, v. 13, n. 5, p. 557-578, 2013.

CLAMP, C. G. L.; LAND, L.; GOUGH, S. **Resources for Nursing Research**: An Annotated Bibliography. 4. ed. Thousand Oaks: SAGE, 2004.

CLARKE, V. *et al.* Thematic Analysis. In: LIAMPUTTONG, P. (Org.). **Handbook of Research Methods in Health and Social Sciences**. Singapore: Springer, 2019, p. 843-860.

CLEGG, STEWART R.; HARDY, C. Modelos de Análise e Novas Questões em Estudos Organizacionais. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. (Orgs.). **Handbook de Estudos Organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1998. v. 3, p. 439-462.

CLEGG, STEWART R.; KORNBERGER, M. Modernism, Postmodernism, Management and Organization Theory. In: LOCKE, E. A. (Org.). **Post Modernism and Management**. Bingley: Emerald Group Publishing Limited, 2003. v. 21, p. 57-88.

CLEGG, S. R.; BAILEY, J. R. Introduction. In: **International Encyclopedia of Organization Studies**. Thousand Oaks: Sage Publications, 2008, p. xiiii-xiviii.

COHEN, G. A. Facts and Principles. **Philosophy and Public Affairs**, v. 31, n. 3, p. 211-245, 2003.

COLQUITT, J. A.; ZAPATA-PHELAN, C. P. Trends in theory building and theory testing: a five-decade study of the Academy of Management Journal. **Academy of Management Journal**, v. 50, n. 6, p. 1281-1303, 2007.

CONNOLLY, J. M.; KEUTNER, T. Interpretation, decidability, and meaning. In: CONNOLLY, J. M.; KEUTNER, T. (Orgs.). **Hermeneutics versus science?** Three German views. New York: Plenum Press, 1988, p. 1-67.

COOK, V.; WEI, L. Introduction: Linguistic for the Real World. In: WEI, L.; COOK, V. (Orgs.). **Contemporary Applied Linguistics**. London: Continuum, 2009, v. 2, p. 1-9.

COOPER, R.; BURRELL, G. Modernism, Postmodernism and Organizational Analysis: An Introduction. **Organizafion Studies**, v. 9, n. 1, p. 81-112, 1988.

COPI, I.; COHEN, C.; MCMAHON, H. **Introduction to Logic**. 14. ed. Essex: Pearson, 2014.

CORBETT, A. *et al.* Variety, Novelty, and Perceptions of Scholarship in Research on Management and Organizations: An Appeal for Ambidextrous Scholarship. **Journal of Management Studies**, v. 51, n. 1, p. 3-18, 2014.

CORLEY, E. A.; BOARDMAN, P. C.; BOZEMAN, B. Design and the management of multi-institutional research collaborations: theoretical implications from two case studies. **Research Policy**, v. 35, n. 7, p. 975-993, 2006.

CORLEY, K. G.; GIOIA, DENNIS A. Building Theory about Theory Building: What Constitutes a Theoretical Contribution? **Academy of Management Review**, v. 36, n. 1, p. 12-32, 2011.

CORNELISSEN, J. P. What Are We Playing At? Theatre, Organization, and the Use of Metaphor. **Organizafion Studies**, v. 25, n. 5, p. 705-726, 2004.

_____. Beyond compare: Metaphor in Organization Theory. **Academy of Management Review**, v. 30, n. 4, p. 751-764, 2005.

_____.; DURAND, R. Beyond novelty: conceptual blending and causality. **Academy of Management Review**, v. 37, n. 1, p. 152-154, 2012.

_____.; KAFOUROS, M. Metaphor and theorybuilding in organization theory: What determines the impact of a metaphor on a theory? **British Journal of Management**, v. 19, n. 4, p. 365-379, 2008.

_____. *et al.* Metaphor in organizational research: Context, modalities and implications for research. **Organization Studies**, v. 29, n. 1, p. 7-22, 2008.

_____. Imagining Futures for Organization Studies: The Role of Theory and of Having Productive Conversations towards Theory Change. **Organization Studies**, v. 40, n. 1, p. 55-58, 2019.

_____.; DURAND, R. Moving Forward: Developing Theoretical Contributions in Management Studies. **Journal of Management Studies**, v. 51, n. 6, p. 995-1022, 2014.

COWLING, S. Ideology and ontology. In: BLISS, R.; MILLER, J. T. M. (Orgs.). **The Routledge Handbook of Metametaphysics**. London: Routledge, 2021, p. 376-386.

CRESWELL, JOHN W. **Qualitative Inquire & Research Design**: Choose Among Five Approaches. London: Sage Publication, 2007.

_____.; POTH, C. N. **Qualitative Inquiry and Research Design**. London: Sage, 2017.

CROSSLER, R. E. *et al.* Providing Theoretical Foundations: Developing an Integrated Set of Guidelines for Theory Adaptation. **Communications of the Association for Information Systems**, v. 43, p. 556-597, 2018.

CROTTY, M. Interpretivism: the way of hermeneutics. In: CROTTY, M. (Org.). **The social foundations of research**: Meaning and perspective in the research process. London: Sage Publications, 1998.

CYR, S.; CHUN, W. C. The individual and social dynamics of knowledge sharing: an exploratory study. **Journal of Documentation**, v. 66, n. 6, p. 824-846, 2010.

D'AVRAY, L. Interview with DeWitt C. Baldwin Jr. **Journal of Interprofessional Care**, v. 21, n. S1, p. 4-22, 2007.

DALY, C. **An Introduction to Philosophical Methods**. New York: Broadview Press, 2010.

DANEVA, M. Striving for balance: A look at gameplay requirements of massively multiplayer online role-playing games. **Journal of Systems and Software**, v. 134, p. 54-75, 2017.

DAVIES, A.; MANNING, S.; SÖDERLUND, J. When neighboring disciplines fail to learn from each other: The case of innovation and project management research. **Research Policy**, v. 47, n. 5, p. 965-979, 2018.

DAVIS, G. F. Celebrating Organization Theory: The After-Party. **Journal of Management Studies**, v. 52, n. 2, p. 309-319, 2015a.

_____. Editorial essay: what is organizational research for? **Administrative Science Quarterly**, v. 60, n. 2, p. 179-188, 2015b.

DAVIS, G. F.; MARQUIS, C. Prospects for Organization Theory in the Early Twenty-First Century: Institutional Fields and Mechanisms. **Organization Science**, v. 16, n. 4, p. 332-343, 2005.

DEETZ, S. Describing Differences in Approaches to Organization Science: Rethinking Burrell and Morgan and Their Legacy. **Organization Science**, v. 7, n. 2, p. 191-207, 1996.

DEFEE, C. C.; STANK, T. P.; ESPER, T. Performance implications of transformational supply chain leadership and followership. **International Journal of Physical Distribution & Logistics Management**, v. 40, n. 10, p. 763-791, 2010.

DEKKERS, R.; KÜHNLE, H. Appraising interdisciplinary contributions to theory for collaborative (manufacturing) networks: still a long way to go? **Journal of Manufacturing Technology Management**, v. 23, n. 8, p. 1090-1128, 2012.

DELANEY, D. *et al.* **The Expanding Spaces of Law**: a Timely Legal Geography. California: Stanford University Press, 2014.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1995.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **The SAGE Handbook of Qualitative Research**. 5 ed. Los Angeles: Sage Publications, 2018.

DESANTIS, L.; UGARRIZA, D. N. The concept of theme as used in qualitative nursing research. **Western Journal of Nursing Research**, v. 22, n. 3, p. 351-372, 2000.

DEVER, J. What is Philosophical Methodology? In: CAPPELEN, H.;GENDLER, T. S.; HAWTHORNE, J. (Orgs.). **The Oxford Handbook of Philosophical Methodology**. Oxford: Oxford University Press, 2016, p. 3-26.

DEWEY, J. Norms and Normative, in the Moral Sciences. In: BALDWIN, J. M. (Org.). **Dictionary of Philosophy and Psychology**. New York: The Macmillan Co., 1902, v. II, p. 182.

DIMAGGIO, P. J. Comments on “What Theory is Not”. **Administrative Science Quarterly**, v. 40, n. 3, p. 391-397, 1995.

DOHERTY, A. Investing in sport management: the value of good theory. **Sport Management Review**, v. 16, n. 1, p. 5-11, 2013.

DOLOWITZ, D.; BURCKLER, S.; SWEENEY, F. **Researching Online**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2008.

DONALDSON, L. Organization theory as a positive science. In: TSOUKAS, H.; KNUDSEN, C. (Orgs.). **The Oxford handbook of organization theory**. Oxford: Oxford University Press, 2005, p. 39-62.

DONTHU, N. *et al.* Journal of Service Theory and Practice at age 30: past, present and future contributions to service research. **Journal of Service Theory and Practice**, v. 31, n. 3, p. 265-295, 2021.

DOWLING, M. Approaches to reflexivity in qualitative research. **Nurse Researcher**, v. 13, n. 3, p. 7-21, 2006.

DOWLING, M.; LUCEY, B. The Future of Behavioral Finance. *In:* BAKER, H. K.; FILBECK, G.; RICCIARDI, V. (Orgs.). **Financial Behavior: Players, Services, Products, and Markets**. Oxford: Oxford University Press, 2017, p. 561-578.

DOZ, Y. Qualitative research for international business. **Journal of International Business Studies**, v. 42, n. 5, p. 582-590, 2011.

DRESANG, E. T.; ROBBINS, J. B. Preparing Students for Information Organizations in the Twenty-First Century: Web-Based Management and Practice of Field Experience. **Journal of Education for Library and Information Science**, v. 40, n. 4, p. 218-231, 1999.

DRYZEK, J. S. Critical Theory as a research program. In: WHITE, S. K. (Org.).**The Cambridge Companion to Habermas**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995, p. 97-120.

DRYZEK, J. S.; HONIG, B.; ANNE, P. Overview of Political Theory. In: GOODIN, R. E. (Org.). **The Oxford Handbook of Political Science**. Oxford: Oxford University Press, 2011, p. 61-88.

DUBERLEY, J.; JOHNSON, P. Methodology: Philosophical underpinnings and their implications. In: MIR, R.; WILLMOTT, H.; GREENWOOD, M. (Orgs.). **The Routledge Companion to Philosophy in Organization Studies**. London: Routledge, 2016, p. 66-83.

DUBERLEY, J.; JOHNSON, P.; CASSELL, C. Philosophies Underpinning Qualitative Research. In: SYMON, G.; CASSELL, C. (Orgs.). **Qualitative Organizacional Research: Core Methods and Current Challenges**. London: SAGE Publications, 2012, p. 15-34.

DUBEY, R.; ALTAY, N. Drivers of coordination in humanitarian relief supply chains. In: KOVÁCS, G.; SPENS, K.; MOSHTARI, M. (Orgs.). **The Palgrave Handbook of Humanitarian Logistics and Supply Chain Management**. London: Palgrave Macmillan, 2018, p. 297-325.

DUMAY, JOHN; ROONEY, JIM. Overcoming the symbolic violence of orthodox accounting practice: an intellectual capital perspective. **Journal of Intellectual Capital**, v. 19, n. 2, p. 248-271, 2018.

DURAND, R.; VAARA, E. Causation, counterfactuals and competitive advantage. **Strategic Management Journal**, v. 30, n. 12, p. 1245-1264, 2009.

DWERTMANN , DAVID J. G.; KNIPPENBERG, DAAN VAN. Capturing the state of the science to change the state of the science: A categorization approach to integrative reviews. **Journal of Organizational Behavior**, v. 42, n. 2, p. 104-117, 2020.

DYCKMAN, THOMAS R.; ZEFF, STEPHEN A. Two Decades of the Journal of Accounting Research. **Journal of Accounting Research**, v. 22, n. 1, p. 225-297, 1984.

EDISON, H. *et al.* Inner source software development: Current thinking and an agenda for future research. **Journal of Systems and Software**, v. 163, p. 1-19, 2020.

EDMONDSON, A. C.; MCMANUS, S. E. Methodological Fit in Management Field Research. **Academy of Management Review**, v. 32, n. 4, p. 1155-1179, 2007.

EDWARDS, JEFFREY R. Reconsidering Theoretical Progress in Organizational and Management Research. **Organizational Research Methods**, v. 13, n. 4, p. 615-619, 2010.

EKANAYAKE, S.; CHILDERHOUSE, P.; SUN, P. The symbiotic existence of interorganizational and interpersonal ties in supply chain collaboration. **International Journal of Logistics Management**, v. 28, n. 3, p. 723-754, 2017.

EL BAZ, J.; LAGUIR, I.; STEKELORUM, R. Logistics and supply chain management research in Africa: A systematic literature review and research agenda. **International Journal of Logistics Management**, v. 30, n. 1, p. 8-38, 2019.

ERICHSEN, P. G.; CHRISTENSEN, P. R. The Evolution of the Design Management Field: A Journal Perspective. **Creativity and Innovation Management**, v. 22, n. 2, p. 107-120, 2013.

ERIKSEN, METTE BRANDT; FRANDSEN, TOVE FABER. The impact of patient, intervention, comparison, outcome (PICO) as a search strategy tool on literature search quality: a systematic review. **Journal of the Medical Library Association**, v. 106, n. 4, p. 420-431, 2018.

ERIKSSON, DAVID ; ENGSTRÖM , ANNIKA. Using critical realism and abduction to navigate theory and data in operations and supply chain management research. **Supply Chain Management**, v. 26, n. 2, p. 224-239, 2021.

EVA, BOXENBAUM. Conceptual Metaphors in MicroFoundations of Institutional Theory. In*:* HAACK, P.; SIEWEKE, J.; WESSEL, L. (Orgs.). **Microfoundations of Institutions** Bingley: Emerald Publishing Limited, 2019. v. 65B, p. 299-315.

FARIA, J. H. Teoria crítica em estudos organizacionais no Brasil: o estado da arte. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 7, n. 3, p. 509-515, 2009.

FAUCONNIER, G. **Uma conversa com Gilles Fauconnier**. Revista Brasileira de Lingüística Aplicada**,** v. 5, n. 2, p. 291-303, 2005. Entrevista concedida à Carla Viana Coscarelli.

_____.; SWEETSER, E. **Spaces, Worlds, and Grammar**. Chicago: University of Chicago Press, 1996.

_____.; TURNER, M. Conceptual integration networks. **Cognitive Science**, v. 22, n. 2, p. 133-187, 1998.

_____. Compression and global insight. **Cognitive Linguistics**, v. 11, n. 3/4, p. 283-304, 2000.

_____. **The way we think**: conceptual blending and the mind's hidden complexities. New York: Basic Books, 2002.

_____. Conceptual blending, form and meaning. **Recherches en communication**, n. 19, p. 57-86, 2003.

FELDMAN, M. S.; ORLIKOWSKI, W. J. Theorizing practice and practicing theory. **Organization Science**, v. 22, n. 5, p. 1240-1253, 2011.

FELLOWS, RICHARD; LIU, ANITA M. M. Borrowing theories: contextual and empirical considerations. **Construction Management and Economics**, v. 38, n. 7, p. 581–588, 2020.

FERRARA, LAWRENCE. Hermeneutic Issues in Qualitative Research. **Philosophy of Music Education Review**, v. 3, n. 1, p. 10-20, 1995.

FERRARO, F.; PFEFFER, J.; SUTTON, R. I. Economics language and assumptions: How theories can become self-fulfilling. **Academy of Management Review**, v. 30, n. 1, p. 8-24, 2005.

FERRAZ, DEISE LUIZA DA SILVA; CHAVES, ROSSI HENRIQUE SOARES; FERRAZ, JANAYNNA DE MOURA. Para Além da Epistemologia: reflexões necessárias para o desenvolvimento do conhecimento. **Revista Eletrônica de Administração**, v. 24, n. 2, p. 1-30, 2018.

FERRIS, GERALD R. *et al.* Theoretical development in the field of human resources management: Issues and challenges for the future. **Organizational Analysis**, v. 12, n. 3, p. 231-254, 2004.

FEVZI, OKUMUS. et al. Scientific progress on strategic management in hospitality and tourism: a state-of-the-art. **Tourism Review**, v. 72, n. 3, p. 261-273, 2017.

FILHO, JOSÉ RODRIGUES. Desenvolvimento de diferentes perspectivas teóricas para análise das organizações. **Revista de administração Pública**, v. 32, n. 4, p. 163-175, 1998.

FINFGELD-CONNETT, DEBORAH. Use of content analysis to conduct knowledge-building and theory-generating qualitative systematic reviews. **Qualitative Research**, v. 14, n. 3, p. 341-352, 2013.

FISCHER, F.; GÖKE, R.; RAINER, FRANZ. Metaphor, metonymy, and euphenism in the language of economics and business. In: MAUTNER, G.; RAINER, F. (Orgs.). **Handbook of Business Communication**: Linguistic Approaches. Berlin: De Gruyter Mouton, 2016, p. 443-466.

FISS, P. C. Building better causal theories: A fuzzy set approach to typologies in organization research. **Academy Management Review**, v. 54, n. 393-420, 2011.

FITZGERALD, T. Documents and Documentary Analysis: Reading between the lines. In: BRIGGS, A.; COLEMAN, M. (Orgs.). **Research Methods in Educational Leadership and Management**. 2. ed. London: Sage, 2007, p. 278-294.

FLEETWOOD, STEVE; HESKETH, ANTHONY. **Explaining the Performance of Human Resource Management**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

FLOYD, STEVEN W. 'Borrowing' Theory: What Does This Mean and When Does It Make Sense in Management Scholarship? **Journal of Management Studies**, v. 46, n. 6, p. 1057-1058, 2009.

FLYNN, BARBARA; PAGELL, MARK; FUGATE, BRIAN. From the Editors: Introduction to the Emerging Discourse Incubator on the Topic of Emerging Approaches for Developing Supply Chain Management Theory. **Journal of Supply Chain Management**, v. 56, n. 2, p. 3-6, 2020.

FOLGER, ROBERT; TURILLO, CARMELO J. Theorizing as the Thickness of Thin Abstraction. **The Academy of Management Review**, v. 24, n. 4, p. 742-758, 1999.

FORD, L. R.; SEERS, A.; NEUMANN, J. Honoring complexity:Set-theoretic analysis as a complementary method in leadership research. **Management Research Review**, v. 36, n. 7, p. 644-663, 2013.

FRANK, CERVONE H. Breaking out of "Sacred Cow" culture: The relationship of professional advice networks to receptivity to innovation in academic librarians. *In:* GARTEN, E. D.; WILLIAMS, D. E.; GOLDEN, J. (Orgs.). **Advances in Library Administration and Organization**. Bingley: Emerald Group Publishing Limited, 2008, v. 26, p. 171-149.

FREEMAN, JOHN. Organization Theory. In: FLOOD, P. C.; FREENEY, Y. (Orgs.). **Wiley Encyclopedia of Management**. [S.I.]: John Wiley & Sons, 2015, v. 11**,** p. 1-4.

FULMER, I. S.; PLOYHART, R. E. "Our Most Important Asset": A Multidisciplinary/Multilevel Review of Human Capital Valuation for Research and Practice. **Journal of Management**, v. 40, n. 1, p. 161-192, 2014.

FULTNER, BARBARA. **Jürgen Habermas**: Key concepts. New York: Routledge, 2011.

GADAMER, HANS-GEORG. On the scope and function of hermeneutical reflection. **Continuum**, v. 8, n. 1/2, p. 77-95, 1970.

_____. **Truth and Method**. London: Sheed & Ward, 1975.

_____. On the Circle of Understanding. *In:* CONNOLLY, J. M.; KEUTNER, T. (Orgs.). **Hermeneutics versus science?** Three german views. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1988, p. 68-78.

_____. **Philosophical Hermeneutics**. 2. ed. Berkeley: Universityof California Press, 2005.

_____. **Truth and Method**. 2. ed. London: Sheed and Ward Stagbooks, 2004.

GALE, N. *et al.* Street-level diplomacy? Communicative and adaptive work at the front line of implementing public health policies in primary care. **Social Science & Medicine**, v. 177, p. 9-18, 2017.

GARTEN, EDWARD. **Advances in Library Administration and Organization**. Bingley: Emerald Group Publishing Limited, 2008.

GENDRON, Y.; BAKER, C. R. On interdisciplinary movements: the development of a network of support around Foucaultian perspectives in accounting research. **European Accounting Review**, v. 14, n. 3, p. 525-569, 2005.

GENTNER, D. Are scientific analogies metaphors? In: MIALL, D. S. (Org.). **Metaphor**: problems and perspectives. Sussex: Harvester Press, 1982, p. 106-132.

_____. Structure mapping: a theoretical framework for analogy. **Cognitive Science**, v. 7, n. 2, p. 155-170, 1983.

_____. Analogy. In: BECHTEL, W.; GRAHAM, G. (Orgs.). **Blackwell companion to cognitive science**. Oxford: Blackwell, 1999, p. 107-113.

GENTNER, D. *et al.* Metaphor is like analogy. In: GENTNER, D.; HOLYOAK, K. J.; KOKINOV, B. N. (Orgs.). **The analogical mind**: perspectives from cognitive science. Cambridge: MIT Press, 2001, p. 199-253.

_____.; COLHOUN, J. Analogical processes in human thinking and learning'. In: GLATZEDER, B.; GOEL, V.; MULLER, A. (Orgs.). **On Thinking**: Towards a Theory of Thinking**.** London: Springer-Verlag Berlin Heidelberg, 2010, v. 2, p. 35-49.

_____.; MARKMAN, A. B. Structure mapping in analogy and similarity. **American Psychologist**, v. 52, n. 1, p. 45-56, 1997.

_____.; SMITH, L. Analogical reasoning. In: RAMACHANDRAN, V. S. (Org.). **Encyclopedia of human behavior**. Oxford: Elsevier, 2012, p. 130-136.

GERRING, J.; YESNOWITZ, J. A Normative Turn in Political Science. **Polity**, v. 38, n. 1, p. 101-133, 2006.

GHADESSY, M.; HENRY, A.; ROSEBERRY, R. Introduction. In: GHADESSY, M.; HENRY, A.; ROSEBERRY, R. L. (Orgs.). **Small Corpus Studies and ELT: Theory and Practice**. Amsterdam: John Benjamins, 2001, p. 3-29.

GIOIA, D.; PITRE, E. Multiparadigm perspectives on theory building. **Academy of Management Review.**, v. 15, n. 4, p. 584-602, 1990.

GIVEN, LISA M. Auditing. In: GIVEN, L. M. (Org.). **The SAGE Encyclopedia of Qualitative Research Methods**. London: Sage, 2008, v. 1/2, p. 41-43.

GLASER, BARNEY G. Grounded Theory and Gender Relevance. **Health Care for Women International**, v. 23, n. 8, p. 786-793, 2002.

GLIGOR, DAVID M.; ESMARK, CAROL L.; GÖLGECI, ISMAIL. Building international business theory: A grounded theory approach. **Journal of International Business Studies**, v. 47, n. 1, p. 93-111, 2016.

GOES, JIM; SAVAGE, GRANT T.; FRIEDMAN, LEONARD H. **Annual Review of Health Care Management**: Strategy and Policy Perspectives on Reforming Health Systems. Bingley: Emerald Group Publishing Limited, 2012.

GOFFMAN, WILLIAM. An indirect method of information retrieval. **Information Storage and Retrieval**, v. 4, n. 4, p. 361-373, 1968.

GORDON, LISI ; CLELAND, JENNIFER A. Change is never easy: how management theories can help operationalise change in medical education. **Medical Education**, v. 55, n. 1, p. 55-64, 2020.

GOUGH, DAVID. Qualitative and mixed methods in systematic reviews. **Systematic Reviews**, v. 4, n. 181, p. 1-3, 2015.

_____.; OLIVER, SANDY; THOMAS, J. Introducing systematic reviews. In: GOUGH, D.; THOMAS, J. (Orgs.) **An introduction to systematic reviews**. London: SAGE Publications, 2017, p. 1-18.

_____.; THOMAS, JAMES; OLIVER, SANDY. Clarifying differences between review designs and methods. **Systematic Reviews**, v. 1, n. 28, 2012.

GRAHAM, OPPY. Propositional attitude. In: CRAIG, E. (Org.). **Routledge Encyclopedia of Philosophy**. [*S.l.*]:Taylor and Francis, 2021.

GRANT, DAVID B.; GYÖNGYI, KOVÁCS; KAREN, SPENS. Questionable research practices in academia: antecedents and consequences. **European Business Review**, v. 30, n. 2, p. 101-127, 2018.

GREENWOOD, ANNA; BERNARDI, ANDREA. Understanding the rift, the (still) uneasy bedfellows of History and Organization Studies. **Organization**, v. 21, n. 6, p. 907-932, 2013.

GRONDIN, JEAN. The Hermeneutical Circle. In: KEANE, N.; LAWN, C. (Orgs.). **The Blackwell Companion to Hermeneutics**. West Sussex: Wiley Blackwell, 2016, p. 299-305.

GROVER, VARUN; LYYTINEN, KALLE. New State of Play in Information System Research: the Push to the Edges. **MIS Quarterly**, v. 39, n. 2, p. 271-296, 2015.

GRUNIG, JAMES E. The development of public relations research in the United States and its status in communication science. In: AVENARIUS, H.; ARMBRECHT, W. (Orgs.). **Ist Public Relations eine Wissenschaft?** Sozialwissenschaften: Springer, 1992, p. 103-132.

GUDYKUNST, WILLIAM B. Intercultural communication: Current status and proposed directions. **Journal of East and West Studies**, v. 14, n. 1, p. 99-135, 1985.

GUNASEKARAN, A. *et al.* Bridging humanitarian operations management and organisational theory. **International Journal of Production Research**, v. 56, n. 21, p. 6735-6740, 2018.

GUPTA, BINDU. *et al.* Organizational Commitment & Psychological Contract in Knowledge Sharing Behaviour. **Indian Journal of Industrial Relations**, v. 47, n. 4, p. 737-749, 2012.

GUSTAFSSON, ANDERS. *et al.* Developing service research - paving the way to transdisciplinary research. **Journal of Service Management**, v. 27, n. 1, p. 9–20, 2016.

_____.; BOWEN, DAVID E. The curious case of interdisciplinary research deficiency: Cause or symptom of what truly ails us? **Journal of Business Research**, v. 79, p. 212-218, 2017.

HABERMAS, JÜRGEN. Summation and response. **Continuum**, v. 8, n. 1-2, p. 123-133, 1970.

_____. **Knowledge and Human Interests**. Boston: Bacon Press, 1971a.

_____. **Towards a Rational Society**. London: Heinemann, 1971b.

_____. A Postscript to Knowledge and Human Interests. **Philosophy of the Social Sciences**, v. 3, n. 2, p. 157-189, 1973a.

_____. **Theory and Practice**. Cambridge: Polity Press, 1973b.

_____. The Analytical Theory of Science and Dialectics. In: ADORNO, T. *et al.* (Orgs.). **The Positivist Dispute in German Sociology**. London: Heinemann Educational Books, 1976a, p. 131-169.

_____. A Positivistically Bisected Rationalism. In: ADORNO, T. W. *et al.* (Orgs.). **The Positivist Dispute in German Sociology**. London: Heinemann Educational Books, 1976b, p. 198-225.

_____. A review of Gadamer's Truth and Method. In: WACHTERHAUSER, B. R. (Orgs.). **Hermeneutics and Modern Philosophy**. Albany: State University of New York Press, 1986, p. 243-276.

_____. **On the Logic of the Social Sciences**. Cambridge: Polity Press, 1988.

_____. **Between Facts and Norms**: Contributions to a Discourse Theory of Law and Democracy. Cambridge: MIT Press, 1996.

_____. **Between Naturalism and Religion**. Cambridge: Polity Press, 2008.

_____. Depois de trinta anos: notas acerca de conhecimento e interesse. **Problemata – Revista Internacional de Filosofia**, v. 2, n. 1, p. 332-341, 2011.

HALL, H. Borrowed theory: applying exchange theories in information science research. **Library and Information Science Research**, v. 25, n. 3, p. 287-306, 2003.

HALLDÓRSSON, ÁRNI; HSUAN, JULIANA; KOTZAB, HERBERT. Complementary theories to supply chain management revisited – from borrowing theories to theorizing. **Supply Chain Management**, v. 20, n. 6, p. 574-586, 2015.

HAMBRICK, DONALD C. The Field of Management's Devotion to Theory: Too Much of a Good Thing? **Academy of Management Journal**, v. 50, n. 6, p. 1346-1352, 2007.

HAMILTON, M. B. The Elements of the Concept of Ideology. **Political Studies**, v. XXXV, p. 18-38, 1987.

HANNAWA, ANNEGRET F.; SPITZBERG, BRIAN H. Welcome to the Handbook of Communication Competence. In: HANNAWA, ANNEGRET F.; SPITZBERG, BRIAN H. (Orgs.). **Communication Competence**. Boston: De Gruyter Mouton, 2015, p. 3-8.

HANSEN, ANNE VORRE; MADSEN, SABINE. **Theorizing in Organization Studies**: Insights from Key Thinkers. Northampton: Edward Elgar Publishing, 2019.

HARLAND, C. M. *et al.* Supply management: is it a discipline? **International Journal of Operations & Production Management**, v. 26, n. 7, p. 730-753, 2006.

HARTMAN, R. S. The nature of valuation. In: EDWARDS, R. B.; DAVIS, J. W. (Orgs.). **Forms of value and valuation: theory and application**. Eugene: Wipf and Stock Publishers, 2014, p. 9-35.

_____. The logic of value. **The Review of Metaphysics**, v. 14, n. 3, p. 389-432, 1961.

HARTMANN, TILO. **Media Choice**: a Theoretical and Empirical Overview. 1. ed. London: Routledge, 2009.

HARWOOD, I. A.; TURNOCK, S. R.; ASHLEIGH, M. J. When bubbles burst: Mimetic insights into minimising confidentiality breaches. **European Management Journal**, v. 32, n. 1, p. 84-90, 2014.

HASKO, VICTORIA. Qualitative Corpus Analysis. In: CHAPELLE, C. A. (Org.). **The Encyclopedia of Applied Linguistics**. Oxford: John Wiley and Sons, 2013, p. 4758-4764.

HASNAS, JOHN. The Normative Theories of Business Ethics: a Guide for the Perplexed. **Business Ethics Quarterly**, v. 8, n. 1, p. 19-42, 1998.

HASSARD, J.; WOLFRAM COX, J.; ROWLINSON, M. Dialogue: Where are the old theories of organization? Prospects for retrospection in organization theory. **Academy of Management Review**, v. 38, n. 2, p. 309-313, 2013.

_____. Overcoming hermeticism in organization theory: an alternative to paradigm incommensurability. **Human Relations**, v. 41, n. 3, p. 247-259, 1988.

_____. Multiple paradigms and organizational analysis: A case study. **Organizafion Studies**, v. 12, p. 275-299, 1991.

_____. **Sociology and organization theory**: positivism, paradigms and postmodernity. Cambridge: Cambridge University Press, 1993a.

_____. Using Multiple Paradigms in Organizational Research: First Results. **Análise Psicológica**, v. 2, n. XI, p. 223-236, 1993b.

HATCH, MARY JO; CUNLIFFE, ANN L. **Organization Theory**: modern, symbolic and postmodern perspectives. 3. ed. Oxford: Oxford University Press, 2012.

_____.; YANOW, DVORA. Organization Theory as an Interpretative Science. In: TSOUKAS, H.; KNUDSEN, C. (Orgs.). **The Oxford handbook of organization theory**. Oxford: Oxford University Press, 2005, p. 63-87.

HAUGH, HELEN. The importance of theory in social enterprise research. **Social Enterprise Journal**, v. 8, n. 1, p. 7-15, 2012.

HEIDEGGER, M. **Being and Time**. New York: Harper & Row, 1962.

HEKMAN, SUSAN. Action as a Text? Gadamer's Hermeneutics and the Social Scientific Analysis of Action. **Journal for the Theory of Social Behaviour**, v. 14, n. 3, p. 333-354, 1984.

HELD, DAVID. Interests, knowledge and action. In: **Introduction to Critical Theory**: Hokeheimer to Habermas. Cambridge: Polity Press, 2004, p. 296-329.

HELEN, WALKER; DANIEL, CHICKSAND; ZOE, RADNOR; GLYN, WATSON. Theoretical perspectives in operations management: an analysis of the literature. **International Journal of Operations & Production Management**, v. 35, n. 8, p. 1182-1206, 2015.

HELLER, MICHAEL; ROWLINSON, MICHAEL. Imagined Corporate Communities: Historical Sources and Discourses. **British Journal of Management**, v. 31, n. 4, p. 752-768, 2020.

HERMAN, STEWART W. Review: Furthering the Conversation between Philosophy and Organization Theory. **Business Ethics Quarterly**, v. 1, n. 1, p. 121-132, 1991.

HERVEY, SÁNDOR. A Background to Semitotics: Sassure and Peirce. In: **Semiotic Perspectives**. London: Taylor & Francis Ltd, 1982.

HESSE-BIBER, S. N. ; PIATELLI, D. . Holistic reflexivity. In: HESSE-BIBER, S. N. (Org.). **Handbook of feminist research: Theory and praxis**. Thousand Oaks: Sage Publications, 2007, p. 4493-4514.

HEUGENS, PURSEY P. M. A. R.; SCHERER, ANDREAS GEORG. When Organization Theory Met Business Ethics. **Business Ethics Quarterly**, v. 20, n. 4, p. 643-672, 2010.

HILL, CAROLE E. Strategic Issues for Rebuilding a Theory and Practice Synthesis. In: HILL, C. E.; MARIETTA, L. B. (Orgs.). **The Unity of Theory and Practice in Anthropology**: Rebuilding a Fractured Synthesis, 2000, v. 18, p. 1-16.

HILL, MICHAEL R. . Epistemology, Axiology, and Ideology in Sociology. **Mid-American Review of Sociology**, v. 9, n. 2, p. 59-77, 1984.

HINOJOSA, AMANDA S. *et al.* A Review of Cognitive Dissonance Theory in Management Research: Opportunities for Further Development. **Journal of Management**, v. 43, n. 1, p. 170-199, 2016.

HIRSCHHORN, LARRY; GILMORE, TOM. The Application of Family Therapy Concepts to Influencing Organizational Behavior. **Administrative Science Quarterly**, v. 25, n. 1, p. 18-37, 1980.

HOLMBERG, KIM; WIDÉN, GUNILLA. **Social Information Research**. Bingley: Emerald Group Publishing Limited, 2012.

HOLYOAK, K. J.; THAGARD, PAUL R. The analogical mind. **American Psychologist**, v. 52, n. 1, p. 35-44, 1997.

HONG, WEIYIN. *et al.* A Framework and Guidelines for Context-Specific Theorizing in Information Systems Research. **Information Systems Research**, v. 25, n. 1, p. 111-136, 2014.

HOPPE, R. **The governance of problems**: puzzling, powering and participation. Bristol: The Policy Press, 2010.

HORST, TREIBLMAIER. The impact of the blockchain on the supply chain: a theory-based research framework and a call for action. **Supply Chain Management: An International Journal**, v. 23, n. 6, p. 545-559, 2018.

HOSSEIN, OLYA; LEVENT, ALTINAY; GLAUCO, DE VITA. An exploratory study of value added services. **Journal of Services Marketing**, v. 32, n. 3, p. 334-345, 2018.

HOWARD-GRENVILLE, J.; METZGER, M.; MEYER, A. Rekindling the Flame: Processes of Identity Resurrection. **The Academy of Management Journal**, v. 56, n. 1, p. 113-136, 2013.

HOWLETT, MICHAEL; GOETZ, KLAUS H. Introduction: time, temporality and timescapes in administration and policy. **International Review of Administrative Sciences**, v. 80, n. 3, p. 477-492, 2014.

HOY, W. K. Recent developments in theory and research in educational administration. **Educational Administration Quarterly**, v. 18, n. 3, p. 1-11, 1982.

HSIEH, NIEN-HÊ The Normative Study of Business Organizations: A Rawlsian Approach. In: SMITH, J. D. (Org.). **Normative Theory and Business Ethics**. New York: Rowman & Littlefield Publishers, 2009, p. 93-118.

HSUAN, J.; PARISI, C. Mapping the supply chain of ship recycling. **Marine Policy**, v. 118, p. 1-10, 2020.

HUDSON, LAUREL ANDERSON; OZANNE, JULIE L. Alternative Ways of Seeking Knowledge in Consumer Research. **Journal of Consumer Research**, v. 14, n. 4, p. 508-521, 1988.

INOCÊNCIO, EWERTON ROBERTO; FAVORETO, RICARDO LEBBOS. Contribuições Sociológicas de Jürgen Habermas para os Estudos Organizacionais. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 14, n. 1, p. 124-145, 2020.

IRANZO, VALERIANO. Abduction and Inference to the Best Explanation. **Theoria**, v. 60, p. 339-346, 2007.

IRINA, SURDU; KAMEL, MELLAHI; KEITH, GLAISTER. Emerging market multinationals' international equity-based entry mode strategies: Review of theoretical foundations and future directions. **International Marketing Review**, v. 35, n. 2, p. 342-359, 2018.

IZHAR, OPLATKA. Differentiating the scholarly identity of educational administration: An epistemological comparison of two neighbouring fields of study. **Journal of Educational Administration**, v. 52, n. 1, p. 116-136, 2014.

JACCARD, J.; JACOBY, J. **Theory Construction and Model-Building Skills: A Practical Guide for Social Scientists**. New York: Guilford Press, 2010.

JACKSON, NORMÀN; CARTER, PIPPA. In Defence of Paradigm Incommensurability. **Organization Studies**, v. 12, n. 1, p. 109-127, 1991.

_____. “Paradigm wars”: A Response to Hugh Willmott. **Organization Studies**, v. 14, n. 5, p. 721-727, 1993.

JACOBSON, NORA. Social Epistemology: Theory for the "Fourth Wave" of Knowledge Transfer and Exchange Research. **Science Communication**, v. 29, n. 1, p. 116-127, 2007.

JACQUETTE, D. **Ontology**. Montreal: McGill-Queen's University Press, 2002.

JAMSHIDI, P. *et al.* **A Protocol for Systematic Literature Review on Architecture-Centric Software Evolution Research**. Dublin: Lero-TheIrish Software Engineering Research Centre, Dublin City University, 2012.

JANISZEWSKI, CHRIS; LABROO, APARNA A.; RUCKER, DEREK D. A Tutorial in Consumer Research: Knowledge Creation and Knowledge Appreciation in Deductive-Conceptual Consumer Research. **Journal of Consumer Research**, v. 43, n. 2, p. 200-209, 2016.

JENKINS, IRDELL. What is a Normative Science? **The Journal of Philosophy**, v. 45, n. 12, p. 309-332, 1948.

JENSEN, MICHAEL C. Organization Theory and Methodology. **The Accounting Review**, v. 58, n. 2, p. 319-339, 1983.

JESSON, J.; MATHESON, L.; LACEY, F. M. **Doing Your Literature Review**: Traditional and Systematic Techniques. Thousand Oaks: Sage, 2011.

JIA, ANDREA YUNYAN. *et al.* Institutions and institutional logics in construction safety management: the case of climatic heat stress. **Construction Management and Economics**, v. 35, n. 6, p. 338-367, 2017.

JIANG, D. *et al.* Taking ownership of borrowed theories: The case of transaction cost theory. In: International Conference on Information Systems, 2016, Dublin. **Anais eletrônicos** […] Dublin, 2016. p. 1-16. Disponível em: https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2s2.085019404935&partnerID=40&md5=510d083b55960c61664827b387e392e5. Acesso em 1 jun. 2019.

JOHNSON, J. DAVID. **Managing knowledge networks**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

JONES, MATTHEW R.; KARSTEN, HELENA. Giddens's Structuration Theory and Information Systems Research. **MIS Quarterly**, v. 32, n. 1, p. 127-157, 2008.

JONSSON, P.; HOLMSTRÖM, J. Future of supply chain planning: closing the gaps between practice and promise. **International Journal of Physical Distribution and Logistics Management**, v. 46, n. 1, p. 62-81, 2016.

KALLIO, TOMI J.; NORDBERG, PIIA. The Evolution of Organizations and Natural Environment Discourse: Some Critical Remarks. **Organization & Environment**, v. 19, n. 4, p. 439-457, 2006.

KANT, IMMANUEL. **Crítica da razão pura**. 4. ed. Petropolis: Editora Vozes, 2018.

KARANASIOS, STAN. Framing ICT4D Research Using Activity Theory: A Match Between the ICT4D Field and Theory? **Information Technologies & International Development**, v. 10, n. 2, p. 1-17, 2014.

KATHI, P. C.; COOPER, T. L. Connecting Neighborhood Councils and City Agencies: Trust Building through the Learning and Design Forum Process. **Journal of Public Affairs Education**, v. 13, n. 3/4, p. 617-630, 2007.

KAUFFMAN, RALPH G.; OLIVA, TERENCE A. Multivariate Catastrophe Model Estimation: Method and Application. **The Academy of Management Journal**, v. 37, n. 1, p. 206-221, 1994.

KAUPPI, KATRI. Extending the use of institutional theory in operations and supply chain management research: Review and research suggestions. **International Journal of Operations & Production Management**, v. 33, n. 10, p. 1318-1345, 2013.

KAZER, MEREDITH WALLACE; FITZPATRICK, JOYCE J. **Encyclopedia of Nursing Research**. 3. ed. New York: Springer Publishing Company, 2012.

KEARNEY, COLM. Emerging markets research: Trends, issues and future directions. **Emerging Markets Review**, v. 13, n. 2, p. 159-183, 2012.

KELEMAN, M.; HASSARD, J. Paradigm plurality: exploiting past, present, and future trends. In: WESTWOOD, R.; CLEGG, S. R. (Orgs.). **Debating organization: point-counter-point in organization studies**. Oxford: Blackwell, 2003, p. 73-82.

KELLETT, PAMM. Organisational Leadership: Lessons from Professional Coaches. **Sport Management Review**, v. 2, n. 2, p. 150-171, 1999.

KENWORTHY, THOMAS; BALAKRISHNAN, JAYDEEP. Theory usage in empirical operations management research: a review and discussion. **Management Decision**, v. 54, n. 10, p. 2413-2432, 2016.

_____.; VERBEKE, ALAIN. The future of strategic management research: Assessing the quality of theory borrowing. **European Management Journal**, v. 33, n. 3, p. 179-190, 2015.

KETOKIVI, M.; MANTERE, SAKU. Two strategies for inductive reasoning in organizational research. **Academy Management Review**, v. 35, n. 2, p. 315-333, 2010.

_____.; _____.; CORNELISSEN, JOEP. Reasoning by Analogy and the Progress of Theory. **Academy of Management Review**, v. 42, n. 4, p. 637-658, 2017.

KEZAR, ADRIANNA. Rethinking Public Higher Education Governing Boards Performance: Results of a National Study of Governing Boards in the United States. **The Journal of Higher Education**, v. 77, n. 6, p. 968-1008, 2006a.

_____. To use or not to use theory: Is that the question? In: SMART, J. C. (Org.). **Higher Education**: Handbook of Theory and Research. Dordrecht: Springer, 2006b. v. 21, p. 283-344.

KHAN, M. A.; HEFNY, M. Systematic Assessment of Theory-Based Research in Hospitality Management: A Prelude to Building Theories. **Journal of Hospitality and Tourism Research**, v. 43, n. 4, p. 464-488, 2019.

KILDUFF, MARTIN; TSAI, WENPIN. **Social Networks and Organizations**. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2003.

KITCHENHAM, B. A.; CHARTERS, S. **Guidelines for Performing Systematic Literature Reviews in Software Engineering**. Keele e Durham: Keele University e University of Durham, p.i-57, 2007.

KITCHENHAM, B. A. *et al.* Systematic literature reviews in software engineering – A tertiary study. **Information and Software Technology**, v. 52, n. 8, p. 792-805, 2010.

KITTO, SIMON; *et al.* Positioning continuing education: boundaries and intersections between the domains continuing education, knowledge translation, patient safety and quality improvement. **Advances in Health Sciences Education**, v. 18, p. 141-156, 2013.

KITZIE, VANESSA L. **Beyond Behaviors, Needs, and Seeking: A Qualitative Investigation of Information Practices Among Individuals with LGBTQ+ Identities**. Orientador: Marie L. Radford. 264 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Graduate Program in Communication and Information, The State University of New Jersey, New Jersey, 2017.

KJÆRGAARD, ANNEMETTE; VENDELØ, MORTEN THANNING The role of theory adaptation in the making of a reference discipline. **Information and Organization**, v. 25, n. 3, p. 137-149, 2015.

KLIKAUER, THOMAS Critical management studies and critical theory: A review. **Capital & Class**, v. 39, n. 2, p. 197-220, 2015.

KNUTSEN, WENJUE LU. Value as a Self-Sustaining Mechanism: Why Some Nonprofit Organizations Are Different From and Similar to Private and Public Organizations. **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**, v. 42, n. 5, p. 985-1005, 2012.

KOCH, T. Implementation of a hermeneutic inquiry in nursing: Philosophy, rigor, and representation. **Journal of Advanced Nursing**, v. 24, n. 1, p. 174-184, 1996.

KÖSEOGLU, MEHMET ALI. *et al.* Intellectual structure of strategic management research in the hospitality management field: A co-citation analysis. **International Journal of Hospitality Management**, v. 78, p. 234-250, 2019.

KOSKINEN, K. U. **Autopoietic Knowledge Systems in Project-Based Companies**, 2010.

_____.; PIHLANTO, P. **Knowledge management in project-based companies**: An organic perspective. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2008.

KOULIKOFF-SOUVIRON, MARIE; HARRISON, ALAN. Interdependent supply relationships as institutions: the role of HR practices. **International Journal of Operations & Production Management**, v. 28, n. 5, p. 412-432, 2008.

KUHN, THOMAS S. **The Essential Tension**: Selected Studies in Scientific Tradition and Change. London: The University of Chicago Press, 1977.

_____. **The Strucutre of Scientific Revolutions**. London: University of Chicago Press, 2012.

KUMAR, P.; SINGH, R. K. Application of Industry 4.0 technologies for effective coordination in humanitarian supply chains: a strategic approach. **Annals of Operations Research**, v. 319, p. 379-411, 2022.

KUMMER, S. *et al.* A systematic review of blockchain literature in logistics and supply chain management: Identifying research questions and future directions. **Future Internet**, v. 12, n. 3, 2020.

LAKOMSKI, GABRIELE; EVERS, COLIN W. Analytic Philosophy and Organization Theory: Philosophical Problems and Scientific Solutions. In: TSOUKAS, H.; CHIA, R. (Orgs.). **Philosophy and Organization Theory**. Bingley: Emerald Group Publishing Limited, 2011. v. 32, p. 23-54.

LANDSTRÖM, HANS; HARIRCHI, GOUYA. The social structure of entrepreneurship as a scientific field. **Research Policy**, v. 47, n. 3, p. 650-662, 2018.

LANDSTRÖM, HANS; HARIRCHI, GOUYA; ÅSTRÖM, FREDRIK. Entrepreneurship: Exploring the knowledge base. **Research Policy**, v. 41, n. 7, p. 1154-1181, 2012.

LANE, P. J.; KOKA, B.; PATHAK, S. The reification of absorptive capacity: a critical review and rejuvenation of the construct. **Academy of Management Review**, v. 31, n. 4, p. 833-863, 2006.

LANGLEY, A. Strategies for theorizing from process data. **Academy of Management Review**, v. 24, n. 4, p. 691-710, 1999.

LATHER, P. Critical enquiry in qualitative research: Feminist and post-structural perspectives, science after truth. In: KATHLEEN, B. deMarrais; LAPAN, S. D. (Orgs.). **Foundations for research: Methods of inquiry in education and the social services**. Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates, 2004, p. 203-216.

LAUDAN, LARRY. **Science and Values:** The Aims o Science and Their Role in Scientific Debate. London: University of California Press, 1984.

LAWN, CHRIS. **Compreender Gadamer**. Petropolis: Vozes, 2010.

LEÃO, A. L. M. S.; MELLO, S. B. C.; PAIVA JR., F. G. **Abordagens qualitativas na pesquisa em Administração**. Recife: Editora UFPE, 2016.

LEÃO, A. L. M. S.; MELLO, S. C. B.; VIEIRA, R. S. G. O papel da teoria no método de pesquisa em Administração. **Revista Organizações em Contexto**, v. 5, n. 10, p. 1-16, 2009.

LEE, ALLEN S. *et al.* Commentaries on the role of theory. In: WILLCOCKS, L. P.; SAUER, C.; LACITY, M. C. (Orgs.). **Formulating Research Methods for Information Systems**. Palgrave Macmillan: Springer, 2016, p. 238-297.

LEECH, G. Corpora and theories of linguistic performance. In: STARTVIK, J. (Org.). **Directions in corpus linguistics**. Berlin: Mouton de Gruyter, 1992, p. 105-122.

LEMOS, NOAH. The coherence theory of justification. In. **An introduction to the theory of knowledge**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 66-84.

LENFLE, S.; SÖDERLUND, J. Large-Scale Innovative Projects as Temporary Trading Zones: Toward an Interlanguage Theory. **Organization Studies**, v. 40, n. 11, p. 1713-1739, 2019.

LEONG, SIEW MENG. Metatheory and Metamethodology in Marketing: A Lakatosian Reconstruction. **Journal of Marketing**, v. 49, n. 4, p. 23–40, 1985.

LEWIS, KAREN GAIL. *et al.* On the Books. **Journal of Independent Social Work**, v. 2, n. 1, p. 105–118, 1987.

LEWIS, MARIANNE W.; GRIMES, ANDREW J. Metatriangulation: Building Theory from Multiple Paradigms. **The Academy of Management Review**, v. 24, n. 4, p. 672-690, 1999.

LI, QUIAN; SEYREK, SCOTT. A historical comparative perspective on theory development in organization studies. **Academy of Management Proceedings**, 2016.

LI, SHENXUE; SCULLION, HUGH. Bridging the distance: Managing cross-border knowledge holders. **Asia Pacific Journal of Management**, v. 23, n. 1, p. 71-92, 2006.

LICHTENTHAL, J. D. Channel power in business markets: Structural linkages. **Journal of Marketing Channels**, v. 1, n. 1, p. 39-58, 1991.

LIM, SANGHEE. *et al.* Theories Used in Information Systems Research: Insights from Complex Network Analysis. **Journal of Information Technology Theory and Application**, v. 14, n. 2, p. 5-44, 2013.

LIN, XIAOYING. Chinese Educational Policy Research: The Arduous Formation of a Research Paradigm. **ECNU Review of Education**, v. 2, n. 4, p. 544–560, 2019.

LINCOLN, YVONNA S.; GUBA, E. **Naturalistic Inquiry**. Thousand Oakes: SAGE, 1985.

LINE, NATHANIEL D.; RUNYAN, RODNEY C. Hospitality marketing research: Recent trends and future directions. **International Journal of Hospitality Management**, v. 31, n. 2, p. 477-488, 2012.

LINN, PATRICIA L. Theories About Learning and Development in Cooperative Education and Internships. In: LINN, P. L.; HOWARD, A.; MILLER, E. (Orgs.). **Handbook for Research in Cooperative Education and Internships**. Mahwah: Routledge, 2004, p. 11-30.

LISBKA, JAMES JAKÓB. Peirce's Idea of Ethics as a Normative Science. **Transactions of the Charles S. Peirce Society**, v. 50, n. 4, p. 459-479, 2014.

LOCKE, KAREN; GOLDEN-BIDDLE, KAREN. Constructing Opportunities for Contribution: Structuring Intertextual Coherence and "Problematizing" in Organizational Studies. **The Academy of Management Journal**, v. 40, n. 5, p. 1023-1062, 1997.

LOON, MARK; QUAN, XIAOHONG IRIS. Theorising business model innovation: An integrated literature review. **Australian Journal of Management**, v. 46, n. 3, p. 1-30, 2020.

LOOSEMORE, MARTIN. Building a new third construction sector through social enterprise. **Construction Management and Economics**, v. 33, n. 9, p. 724-739, 2015.

LORENZO, C. SIMPSON. On Habermas and Difference: Critical Theory and the 'Politics of Recognition'. In: HAHN, L. E. (Org.). **Perspectives on Habermas**. Chicago: Open Court, 2000. cap. 16, p. 323-338.

LOUNSBURY, MICHAEL ; BECKMAN, CHRISTINE M. Celebrating Organization Theory. **Journal of Management Studies**, v. 52, n. 2, p. 288-308, 2015.

LUBATKIN, MICHAEL H. A Theory of the Firm Only a Microeconomist Could Love. **Journal of Management Inquiry**, v. 14, n. 2, p. 213-216, 2005.

MAGNANI, L. **Abductive cognition**: the epistemological and eco-cognitive dimensions of hypothetical reasoning. Berlin: Springer, 2009.

MALMI, TEEMU; GRANLUND, MARKUS. In Search of Management Accounting Theory. **European Accounting Review**, v. 18, n. 3, p. 597-620, 2009.

MALSCH, B.; GENDRON, Y.; GRAZZINI, F. Investigating interdisciplinary translations: The influence of Pierre Bourdieu on accounting literature. **Accounting, Auditing and Accountability Journal**, v. 24, n. 2, p. 194-228, 2011.

MANTERE, SAKU; KETOKIVI, M. Reasoning in Organization Science. **The Academy of Management Journal**, v. 38, n. 1, p. 70-89, 2013.

MARENS, RICHARD. The Second Time Farce: Business School Ethicists and the Emergence of Bastard Rawlsianism. In: ADLER, P. S. *et al.* (Orgs.). **The Oxford Handbook of Sociology, Social Theory, and Organization Studies: Contemporary Currents**. Oxford: Oxford University Press, 2014, p. 447-466.

MARIA, G. Econometric Study of the Relationship between Dimensions of Corporate Responsibility in the Multinational Companies **Ovidius University Annals**, v. 12, n. 2, p. 316-321, 2012.

MARKÓCZY, LÍVIA ; DEEDS, DAVID L. . Theory Building at the Intersection: Recipe for Impactor Road to Nowhere? **Journal of Management Studies**, v. 46, n. 6, p. 1076-1088, 2009.

_____. Theory building at the intersection: recipe for impact or road to nowhere? . **Journal of Management Studies**, v. 46, n. 6, p. 1076-1088, 2009.

MARKUS, M. LYNNE; SAUNDERS, CAROL. Editor's Comments: Looking for a Few Good Concepts...and Theories...for the Information Systems Field. **MIS Quarterly**, v. 31, n. 1, p. iii-vi, 2007.

MASON, WILL; MAY, TIM. Hermeneutics. In: ATKINSON, P. *et al.* (Orgs.). **SAGE Research Methods Foundations**. [*S.l.*]: SAGE Publications Ltd, 2020.

MASTERMAN, H. The Nature of Paradigm. In: LAKATOS, I.; MUSGRAVE, A. (Orgs.). **Criticism and the Growth of Knowledge**. Cambridge: Cambridge university Press, 1970, p. 59-89.

MATTHEWS, R. A.; WAYNE, J. H.; MCKERSIE, S. J. Theoretical approaches to the study of work and family: avoiding stagnation via effective theory borrowing. In: ALLEN, T. D.; EBY, L. T. (Orgs.). **The Oxford Handbook of Work and Family**. Oxford University Press: New York, 2016, p. 23-35.

MCAULEY, JOHN Hermeneutics as a Practical Research Methodology in Management. **Management Education and Development**, v. 16, n. 3, p. 292-299, 1985.

MCAULIFFE, WILLIAM H. B. How did Abduction Get Confused with Inference to the Best Explanation? **Transactions of the Charles S. Peirce Society**, v. 51, n. 3, p. 300-319, 2015.

MCCAFFREY, GRAHAM; RAFFIN-BOUCHAL, SHELLEY; MOULES, NANCY J. Hermeneutics as Research Approach: a Reappraisal. **International Journal of Qualitative Methods**, v. 11, n. 3, p. 214-229, 2012.

MCCARTER, MATTHEW W. *et al.* Models of intragroup conflict in management: A literature review. **Journal of Economic Behavior & Organization**, v. 178, p. 925-946, 2020.

MCCARTHY, GERALDINE; FITZPATRICK, JOYCE J. **Theories Guiding Nursing Research and Practice**: Making Nursing Knowledge Development Explicit. New York: Springer, 2014.

MCCARTHY, THOMAS. **The Critical Theory of Jürgen Habermas**. Cambridge: MIT Press, 1981.

MCKINLEY, W. Organizational theory development: displacement of ends? **Organization Studies**, v. 31, n. 1, p. 47-68, 2010.

MCKINLEY, W.; MONE, MARK A. Micro and Macro Perspectives in Organization Theory: A Tale of Incommensurability. In: KNUDSEN, C.; TSOUKAS, H. (Orgs.). **The Oxford Handbook of Organization Theory**. Oxford: Oxford University Press, 2005, p. 345-372.

MELEIS, ASAF I. **Theoretical nursing: Development and progress**. 5. ed. S.I.: Lipppincott Williams & Wilkins, 2011.

MENDELSON, JACK. The Habermas-Gadamer Debate. **New German Critique**, n. 18, p. 44-73, 1979.

METHLEY, A. M. *et al.* PICO, PICOS and SPIDER: a comparison study of specificity and sensitivity in three search tools for qualitative systematic reviews. **BMC Health Services Research**, v. 14, p. 1-10, 2014.

MICHAILOVA, SNEJINA; MUSTAFFA, ZAIDAH. Subsidiary knowledge flows in multinational corporations: Research accomplishments, gaps, and opportunities. **Journal of World Business**, v. 47, n. 3, p. 383-396, 2012.

MIKALEF, PATRICK; PATELI, ADAMANTIA; VAN DE WETERING, ROGIER. IT architecture flexibility and IT governance decentralisation as drivers of IT-enabled dynamic capabilities and competitive performance: The moderating effect of the external environment. **European Journal of Information Systems**, v. 30, n. 5, p. 512-540, 2021.

MILES, M. B.; HUBERMAN, A. M.; SALDAÑA, J. **Qualitative data analysis**: A methods sourcebook. 3. ed. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2014.

MILLER, RICHARD W. Knowledge and Human Interests by Jurgen Habermas; Jeremy Shapiro. **The Philosophical Review**, v. 84, n. 2, p. 261-266, 1975.

MINAYO, M. C. DE S. **O desafio do conhecimento**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

MINGUS, MATTHEW, S.; CATHERINE, HORIUCHI. Symposium introduction. **International Journal of Organization Theory & Behavior**, v. 12, n. 2, p. 238–243, 2009.

MIR, RAZA; WILLMOTT, H.; GREENWOOD, MICHELLE. Introduction: philosophy in organization studies. Life, knowledge and disruption. In: MIR, R.;WILLMOTT, H;

GREENWOOD, M. (Orgs.). **The Routledge Companio to Philosophy in Organization Studies**. London: Routledge, 2016, p. 1-12.

MISOCZKY, MARIA CECI. Da abordagem de sistemas abertos à complexidade: algumas reflexões sobre seus limites para compreender processos de interação social. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2003.

MISOCZKY, MARIA CECI.; AMANTINO-DE-ANDRADE, JACKELINE. Uma Crítica à Crítica Domesticada nos Estudos Organizacionais. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 9, n. 1, p. 192-210, 2005.

MITEV, N.; DE VAUJANY, FRANÇOIS-XAVIER. Seizing the opportunity: towards a historiography of information systems. **Journal of Information Technology**, v. 27, n. 2, p. 110-124, 2012.

_____. Seizing the Opportunity: Towards a Historiography of Information Systems. In: WILLCOCKS, L. P.;SAUER, C.; LACITY, M. C. (Orgs.). **Enacting Research Methods in Information Systems**. Cham: Palgrave Macmillan, 2016. v. 1, p. 235-266.

MOEINI, M. *et al.* Theory borrowing in IT-rich contexts: Lessons from IS strategy research. **Journal of Information Technology**, v. 35, n. 3, p. 1-13, 2020.

MOGALAKWE, M. The Use of Documentary Research Methods in Social Research. **African Sociological Review**, v. 10, n. 1, p. 221-230, 2006.

MOHIT, Y.; SANGITA, C.; SHUBHI, J. Transformational leadership and knowledge sharing behavior in freelancers: A moderated mediation model with employee engagement and social support. **Journal of Global Operations and Strategic Sourcing**, v. 12, n. 2, p. 202-224, 2019.

MÖLLER, K. E. K. Interorganizational marketing exchange: metatheoretical analysis of current research approaches. In: LAURENT, G.; LILIEN, G. L.; PRAS, B. (Orgs.). **Research traditions in marketing**. Dordrecht: Springer, 1994. v. 5, p. 347-382.

MOLLÉRI, J. S.; PETERSEN, K. ; MENDES, E. Towards understanding the relation between citations and research quality in software engineering studies. **Scientometrics**, v. 117, p. 1453-1478, 2018.

MONTIEL, I. Corporate Social Responsibility and Corporate Sustainability: Separate Pasts, Common Futures. **Organization & Environment**, v. 21, n. 3, p. 245-269, 2008.

MORETTI, ANNA. **The Network Organization**: A governance perspective on structure, dynamics and performance. Cham: Palgrave Macmillan, 2017.

MORGAN, G. Paradigms, Metaphors, and Puzzle Solving in Organization Theory. **Administrative Science Quarterly**, v. 25, n. 4, p. 605-622, 1980.

MORIARTY, J.. On the Relevance of Political Philosophy to Business Ethics. **Business Ethics Quarterly**, v. 15, n. 3, p. 455-473, 2005.

_____. Business Ethics: An Overview. **Philosophy Compass**, v. 3, n. 5, p. 956-972, 2008.

MOSER, P. K; MULDER, D.; TROUT, J. D. **A Teoria do Conhecimento**: uma introdução temática. São Paulo: Martins Fontes Editora, 2009.

MOTTA, FERNANDO C. PRESTES. **O que é Burocracia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

_____. **Teoria das Organizações: Evolução e Crítica**. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thonsom Learning, 2001.

MOZZATO, A. R.; GRZYBOVSKI, D. Abordagem crítica nos Estudos Organizacionais: concepção de indivíduo sob a perspectiva emancipatória. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 11, n. 4, p. 504-519, 2013.

MUGANGA, LAWRENCE. The Importance of Hermeneutic Theory in Understanding and Appreciating Interpretive Inquiry as a Methodology. **Journal of Social Research & Policy**, v. 6, n. 1, p. 65-88, 2015.

MUMFORD, ANN. **Tax Policy, Women and the Law**: UK and Comparative Perspectives. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

MURRAY, J. B.; EVERS, D. J. Theory Borrowing and Reflectivity in Interdisciplinary Fields. **Advances in Consumer Research**, v. 16, p. 647-652, 1989.

_____.; _____.; JANDA, S. Marketing, Theory Borrowing, and Critical Reflection. **Journal of Macromarketing**, v. 15, n. 2, p. 92-106, 1995.

MYERS, M. D. Hermeneutics in organization studies. In: MIR, R.; WILLMOTT, H.; GREENWOOD, M. (Orgs.). **The Routledge Companion to Philosophy in Organization Studies**. London: Routledge, 2016, p. 113-124.

NAGEL, E. **The Structure of Science Problems in the Logic of Scientific Explanation**. Indianapolis: Hackett Publishing Co, 1979.

NAMBISAN, S. Information systems as a reference discipline for new product development. **MIS Quarterly**, v. 27, n. 1, p. 1-18, 2003.

NARASIMHAN, R. Theory Development in Operations Management: Extending the Frontiers of a Mature Discipline via Qualitative Research. **Decision Sciences**, v. 45, n. 2, p. 209-227, 2014.

NEWTON, T. Knowledge and Practice: Organization Studies within a Historical and Figurational Context. **Organization Studies**, v. 31, n. 9/10, p. 1369-1395, 2010.

NATIONAL INSTITUTE FOR HEALTH AND CARE EXCELLENCE. Appendix H: Methodology Checklist: Qualitative Studies. In: The Guidelines Manual: appendices B-I, p. 59-68, 2012. Disponível em:

https://www.nice.org.uk/process/pmg6/resources/the-guidelines-manual-appendices-bi-2549703709/chapter/appendix-h-methodology-checklist-qualitative-studies. Acesso em: 12 set. 2019.

NICHOLSON, G. **Seeingand reading**. Atlanric Highlands: Humaniries Press, Inc., 1984.

NILES, M. T.; LUBELL, M. Integrative Frontiers in Environmental Policy Theory and Research. **Policy Studies Journal**, v. 40, n. 1, p. 41-64, 2012.

NILSEN, P. *et al.* Never the twain shall meet? a comparison of implementation science and policy implementation research. **Implementation Science**, v. 8, p. 1-12, 2013.

NKOMO, STELLA M.; RODRIGUEZ, JENNY K. Joan Acker's influence on Management and Organization Studies: Review, analysis and directions for the future. **Gender, Work & Organization**, v. 26, n. 12, p. 1730-1748, 2019.

NORD, WALTER R. *et al.* Introduction. In: CLEGG, S. R. *et al.* (Orgs.). **The SAGE Handbook of Organization Studies**. Thousand Oaks: Sage Publications, 2006, p. 1-16.

NOWELL, L. S.; NORRIS, J. M.; WHITE, D. E.; MOULES, N. J. Thematic Analysis: Striving to Meet the Trustworthiness Criteria. **International Journal of Qualitative Methods**, v. 16, p. 1-13, 2017.

O'LEARY, ROSEMARY; VAN SLYKE, DAVID; KIM, SOONHEE. **The Future of Public Administration Around the World**: The Minnowbrook Perspective. Washington D.C.: Georgetown University Press, 2010.

OH, SANGHEE. **Answerers' Motivations and strategies for providing information and social support in social Q&A an investigation of health question answering**. 2010. Tese (Doutorado em Ciência da Informação e Biblioteconomia) – School of Information and Library Science, University of North Carolina, Chapel Hill, 2010.

OH, SANGHEE; SYN, SUE YEON. Motivations for sharing information and social support in social media: A comparative analysis of Facebook, Twitter, Delicious, You Tube, and Flickr. **Journal of the Association for Information Science & Technology**, v. 66, n. 10, p. 2045-2060, 2015.

OLIVER, SANDY; TRIPNEY, JANICE Systematic Review and Meta-Analysis. In: WYSE, D. *et al.* (Orgs.). **The BERA/SAGE Handbook of Educational Research**. London: SAGE Publications, 2017. v. 2, p. 452-476.

OLSSON, ERIK. Coherentist Theories of Epistemic Justification. In: ZALTA, E. N. (Org.). The Stanford Encyclopedia of Philosophy. Disponível em <https://plato.stanford.edu/archives/fall2021/entries/justep-coherence/>. Acesso em 10 de fev. 2021.

OSIGWEH, C. A. B. Concept fallibility in organization science. **The Academy of Management Review**, v. 14, n. 4, p. 579-594, 1989.

OSWICK, CLIFF; FLEMING, PETER; HANLON, GERARD. From Borrowing to Blending: rethinking the processes of organizational theory building. **Academy of Management Review**, v. 36, n. 2, p. 318-337, 2011.

OSWICK, CLIFF; KEENOY, T.; GRANT, D. Metaphor and analogical reasoning in organizational theory: Beyond orthodoxy. **Academy of Management Review**, v. 27, n. 2, p. 294-303, 2002.

OSWICK, CLIFF; PUTNAM, L.; KEENOY, T. Tropes, discourse and organizing. In: GRANT, D.; *et al.* (Orgs.). **The handbook of organizational discourse**. London: Sage, 2004, p. 105-127.

OTENYO, ERIC EDWIN; LIND, NANCY S. **Comparative Public Administration**: The Essential Readings: JAI Press Inc., 2006.

OTHWAITE, WILLIAM. **Habermas: a critical introduction**. 2. ed. Cambridge: Polity, 2009.

OTTMANN, H. Cognitive Interests and Self-Reflection: The status and systematic connection of the cognitive interests in Habermas's Knowledge and Human Interests In: THOMPSON, J. B.; HELD, D. (Orgs.). **Habermas: Critical Debates**. 1 ed. London: The Macmillan Press Ltd., 1982, p. 79-97.

OUTHWAITE, WILLIAM. Hans-Georg Gadamer. In: SKINNER, Q. (Org.). **The Return of Grand Theory in the Human Siences**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985, p. 21-39.

PADMI, NAGIRIKANDALAGE; BEN, BINSARDI. Inquiry into the cultural impact on cost accounting systems (CAS) in Sri Lanka. **Managerial Auditing Journal**, v. 32, n. 4/5, p. 463–499, 2017.

PAES DE PAULA, ANA PAULA. **Teoria crítica nas organizações**. São Paulo: Thomson Learning, 2008.

_____. **Repensando os estudos organizacionais**: por uma nova teoria do conhecimento. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. 300 p.

_____. Para além dos paradigmas nos Estudos Organizacionais: o Círculo das Matrizes Epistêmicas. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 14, n. 1, p. 24-46, 2016.

PAHRE, ROBERT. Mathematical discourse and cross-disciplinary communities: The case of political economy. **Social Epistemology**, v. 10, n. 1, p. 55–73, 1996.

PALMER, RICHARD E. **Hermeneutics: Interpretation Theory in Schleiermacher, Dilthey, Heidegger, and Gadamer**. 5. ed. Evanston: Northwestern University Press, 1980.

PÅLSSON, H.; SANDBERG, E. Paradoxes in supply chains: a conceptual framework for packed products. **The International Journal of Logistics Management**, v. 31, n. 3, p. 423-442, 2020.

PARKER, KELLY A. Reconstructing the Normative Sciences. **Cognitio**, v. 4, n. 1, p. 27-45, 2003.

PARKER, MARTIN. 'The Less Important Sideshow': The Limits of Epistemology in Organizational Analysis. . **Organization Science**, v. 7, n. 3, p. 519-523, 2000a.

_____. The sociology of organizations and the organization of sociology: some reflections on the making of a division of labour. **The Sociological Review**, v. 48, n. 1, p. 124-146, 2000b.

PASADEOS, Y.; PHELPS, J.; EDISON, A. Searching for our "own theory" in advertising: An update of research networks. **Journalism and Mass Communication Quarterly**, v. 85, n. 4, p. 785-806, 2008.

PASADEOS, YORGO; RENFRO, R. BRUCE; HANILY, MARY LYNN. Influential Authors and Works of the Public Relations Scholarly Literature: A Network of Recent Research. **Journal of Public Relations Research**, v. 11, n. 1, p. 29-52, 1999.

PATEL, PANKAJ C.; TERJESEN, SIRI; LI, DAN. Enhancing effects of manufacturing flexibility through operational absorptive capacity and operational ambidexterity. **Journal of Operations Management**, v. 30, n. 3, p. 201–220, 2012.

PATERSON, MARGO; HIGGS, JOY. Using Hermeneutics as a Qualitative Research Approach in Professional Practice. **The Qualitative Report**, v. 10, n. 2, p. 339-357, 2005.

PATTERSON, MICHAEL E.; WILLIAMS, DANIEL R. **Collecting and analysing qualitative data**: hermeneutic principles, methods and case examples. [S.l.]: Sagamore Publishing, 2002.

PAYNE, GEOFF; PAYNE, JUDY. Documentary Methods. In. **Key Concepts in Social Research**. London: SAGE Publications, 2004, p. 61-66.

PEACHEY, JON WELTY; SCHULENKORF, NICO; HILL, PATRICK. Sport-for-development: A comprehensive analysis of theoretical and conceptual advancements. **Sport Management Review**, v. 23, n. 5, p. 783-796, 2020.

PEACOCK, H. Two kinds of ontological commitment. **The Philosophical Quarterly**, v. 61, n. 242, p. 79-104, 2011.

PEIRCE, CHARLES SANDERS. The Relations of the Normative Sciences. In: HARTSHORNE, C.; WEISS, P. (Orgs.). **The Collected Papers of Charles Sanders Peirce**. Cambridge: Harvard University Press, 1932a. v. 5, p. 24-28.

_____. The Normative Sciences. In: HARTSHORNE, C.; WEISS, P. (Orgs.). **The Collected Papers of Charles Sanders Peirce**. Cambridge: Harvard University Press, 1932b. v. I, p. 311-338.

PÉREZ-NORDTVEDT, LILIANA; *et al.* An Entrainment-Based Model of Temporal Organizational Fit, Misfit, and Performance. **Organization Science**, v. 19, n. 5, p. 785-801, 2008.

PETERSON, MARVIN W. Emerging Developments in Postsecondary Organization Theory and Research: Fragmentation or Integration. **Educational Researcher**, v. 14, n. 3, p. 5–12, 1985.

PETTICREW, MARK; ROBERTS, HELEN. **Systematic Reviews in the Social Sciences**: a Practical Guide. Oxford: Blackwell Publishing, 2006. 336 p.

PIETRZYK-REEVES, DOROTA. Normative Political Theory. **teoria polityki**, v. 1, p. 173-185, 2017.

PINDER, CRAIG C. ; BOURGEOIS, V. WARREN. Controlling Tropes in Administrative Science. **Administrative Science Quarterly**, v. 27, n. 4, p. 641-652, 1982.

PITTS, DAVID W.; FERNANDEZ, SERGIO. The State of Public Management Research: An Analysis of Scope and Methodology. **International Public Management Journal**, v. 12, n. 4, p. 399-420, 2009.

PLATT, JENNIFER. Evidence and Proof in Documentary Research: 1 Some Specific Problems of Documentary Research. **The Sociological Review**, v. 29, n. 1, p. 31-52, 1981.

PLUTYNSKI, ANYA. Four Problems of Abduction: A Brief History. **Hopos: The Journal of the International Society for the History of Philosophy of Science**, v. 1, n. 2, p. 227-248, 2011.

PODOSHEN, JEFFREY S. *et al.* New approaches to dark tourism inquiry: A response to Isaac. **Tourism Management**, v. 51, p. 331-334, 2015.

POLATER, A. Dynamic capabilities in humanitarian supply chain management: a systematic literature review. **Journal of Humanitarian Logistics and Supply Chain Management**, v. 11, n. 1, p. 46-80, 2020.

POLLACK, JEFFREY M.; *et al.* Contextual and Interactional Approaches to Advancing Leadership and Entrepreneurship Research. **Journal of Management Studies**, v. 57, n. 5, p. 915-930, 2020.

POOLE, M. S.; VAN DE VEN, A. H. Using paradox to build management and organization theories. **Academy Management Review**, v. 14, p. 562-578, 1989.

POULIS, KONSTANTINOS; KASTANAKIS, MINAS. On theorizing and methodological fetishism. **European Management Journal**, v. 38, n. 5, p. 676-683, 2020.

POZZEBON, MARLEI; PINSONNEAULT, ALAIN. Challenges in Conducting Empirical Work Using Structuration Theory: Learning from IT Research. **Organization Studies**, v. 26, n. 9, p. 1353–1376, 2005.

PRAKASH, CHANDRA. *et al.* Organization theory in humanitarian operations: a review and suggested research agenda. **Journal of Humanitarian Logistics and Supply Chain Management**, v. 10, n. 2, p. 261-284, 2020.

PRIEM, R. L.; BUTLER, J. E. Tautology in the resourcebased view and the implications of externally determined resource value: Further comments. **Academy of Management Review,**, v. 26, n. 1, p. 57-66, 2001.

PROCKL, G.; BHAKOO, V.; WONG, C. Supply chains and electronic markets - impulses for value co-creation across the disciplines. **Electronic Markets**, v. 27, n. 2, p. 135-140, 2017.

PSILLOS, S. Scientific Ontology: Fact or Stance? **Dialogue**, v. 60, n. 1, p. 15-31, 2021.

QUAIN, S. *et al.* Practicalizing the Theories of Organizational Culture: The Exemplar of a Sales Team. **European Journal of Business and Management** v. 8, n. 9, p. 98-109, 2016.

QUINE, W. V. Ontology and Ideology. **Philosophical Studies: An Internacional Journal for Philosophy in the Analytic**, v. 2, n. 1, p. 11-15, 1951.

RAJA, JAWWAD Z.; THOMAS, FRANDSEN. Exploring servitization in China: Challenges of aligning motivation, opportunity and ability in coordinating an external service partner network. **International Journal of Operations & Production Management**, v. 37, n. 11, p. 1654-1682, 2017.

RAMAZANOGLU, C.; HOLLAND, J. **Feminist Methodology**: challenges e choices. London: Sage, 2002.

RAMOS, ALBERTO GUERREIRO. **A nova ciência das organizações**: uma reconceituação da riqueza das nações. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1989.

RAMOS, ALBERTO GUERREIRO **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

RAVITCH, SHARON M.; RIGGAN, MATTHEW. **Reason & Rigor: How Conceptual Frameworks Guide Research**. 2. ed. Los Angeles: Sage, 2017.

REAY, TRISH; WHETTEN, DAVID A. What Constitutes a Theoretical Contribution in Family Business? **Family Business Review**, v. 24, n. 2, p. 105–110, 2011.

REED, MICHAEL. Organizational Theorizing: a Historically Contested Terrain. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C. (Orgs.). **Studying Organization: Theory and Method**. London: Sage Publications, 1999, p. 25-50.

_____. Organizational theorizing: a historically contested terrain. In: CLEGG, S. *et al.* (Orgs.). **The SAGE Handbook of Organization Studies**. 2. ed. London: Sage Publications, 2006, p. 19-54.

REED, MIKE; BURRELL, G. Theory and Organization Studies: The Need for Contestation. **Organization Studies**, v. 40, n. 1, p. 39-54, 2019.

REGAN, PAUL. Hans-Georg Gadamer's philosophical hermeneutics: Concepts of reading, understanding and interpretation. **Meta: Research in Hermeneutics, Phenomenology, and Practical Philosophy**, v. IV, n. 2, p. 286-303, 2012.

REHG, WILLIAM. Critique of Knowledge as Social Theory: Knowledge and Human Interests (1968). In: BRUNKHORST, H.; KREIDE, R.; LAFONT, C. (Orgs.). **The Habermas Handbook**. New Directions in Critical Theory. New York: Columbia University Press, 2018, p. 271-287.

REICH, BLAIZE HORNER. *et al.* Developing better theory about project organizations. **International Journal of Project Management**, v. 31, n. 7, p. 938-942, 2013.

REICHENBACH, HANS. **Experience and Prediction**: An Analysis of the Foundations and the Structure of Knowledge. Chicago: University of Chicago Press, 1938.

RHODES, CARL. Organizational Justice. In: PAINTER-MORLAND, M.; BOS, R. T. (Orgs.). **Business Ethics and Continental Philosophy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011, p. 141-161.

_____. Justice: remembering the Other organizations. In: MIR, R.;WILLMOTT, H.; GREENWOOD, M. (Orgs.). **The Routledge Companion to Philosophy in Organization Studies**. London: Routledge, 2016, p. 2001-2038.

RICHARDSON, A. Freedom in a Scientific Society: Reading the Context of Reichenbach's Contexts. In: SCHICKORE, J.; STEINLE, F. (Orgs.). **Revisiting Discovery and Justification. Historical and Philosophical Perspectives on the Context Distinction**. Dordrecht: Springer, 2006, p. 41-54.

RIGGS, ROBERT E.; HANSON, KAREN FESTE; HEINZ, MARY; HUGHES, BARRY B.; VOLGY, THOMAS J. Behavioralism in the Study of the United Nations. **World Politics**, v. 22, n. 2, p. 197–236, 1970.

ROBERTSON, T. S.; WARD, S. Consumer Behavior Research: Promise and Prospects. In: WARD, S.; ROBERTSON, T. S. (Orgs.). **Consumer Behavior Theoretical Sources**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1973, p. 3-42.

ROHRLICH, FRITZ; HARDIN, LARRY. Established Theories. **Philosophy of Science**, v. 50, n. 4, p. 603-617, 1983.

RONALD, BUCKLEY M. *et al.* Into the Great Wide Open: Bridging the Micro-Macro Divide in the Organizational Sciences. In: BERGH, D. D.; KETCHEN, D. J. (Orgs.). **Research Methodology in Strategy and Management**. Oxford: Emerald Group Publishing Limited, 2011. v. 6, p. 31-68.

RØNNOW-RASMUSSEN, TONI. Intrinsic and Extrinsic Value. In: HIROSE, I.; OLSON, J. (Orgs.). **The Oxford Handbook of Value Theory**. Oxford: Oxford University Press, 2015, p. 29-43.

ROSEN, DAVID J. Metro-Apex as a Course. **Simulation & Games**, v. 12, n. 1, p. 15-27, 1981.

ROWLANDS, B. H. Grounded in practice: Using interpretive research to build theory. **The Electronic Journal of Business Research**, v. 3, n. 1, p. 81-92, 2005.

RYDENFELT, H. Naturalism and Normative Science. In: KNOWLES , J.; RYDENFELT, H. (Orgs.). **Pragmatism, Science and Naturalism**: Peter Lang, 2011, p. 115-138.

RYNES, SARAL; BROWN, KENNETHG. Where Are We in the "Long March to Legitimacy"? Assessing Scholarship in Management Learning and Education. **Academy of Management Learning & Education**, v. 10, n. 4, p. 561-582, 2011.

SAAD, NORAZLINDA; KAUR, PARAMJIT. **Organizational Theory and Culture in Education**. Oxford: Oxford University Press, 2020.

SALAM, ASIF MOHAMMAD; KHAN, SAMI A. Lessons from the humanitarian disaster logistics management: A case study of the earthquake in Haiti. **Benchmarking: An International Journal**, v. 27, n. 4, p. 1455-1473, 2020.

SAMANTHI, EKANAYAKE; PAUL, CHILDERHOUSE; PETER, SUN. The symbiotic existence of interorganizational and interpersonal ties in supply chain collaboration. **The International Journal of Logistics Management**, v. 28, n. 3, p. 723-754, 2017.

SAMPURNA, PANIGRAHI SWAYAM; BIKRAM, BAHINIPATI; VIPUL, JAIN. Sustainable supply chain management: A review of literature and implications for future research. **Management of Environmental Quality: An International Journal**, v. 30, n. 5, p. 1001-1049, 2019.

SANDBERG, J.; ALVESSON, M. Ways of constructing research questions: gap-spotting or problematization? **Organization**, v. 18, n. 1, p. 23-44, 2011.

SANDERS, KARIN; DE CIERI, HELEN. Similarities and differences in international and comparative human resource management: A review of 60 years of research. **Human Resource Management**, v. 60, n. 1, p. 55-88, 2021.

SANDERS, NADA R.; FUGATE, BRIAN S.; ZACHARIA, ZACH G. Interdisciplinary Research in SCM: Through the Lens of the Behavioral Theory of the Firm. **Journal of Business Logistics**, v. 37, n. 2, p. 107-112, 2016.

SANDRA, PENNBRANT; LARS, SVENSSON. Nursing and learning: healthcare pedagogics and work-integrated learning. **Higher Education, Skills and Work-Based Learning**, v. 8, n. 2, p. 179-194, 2018.

SARDINHA, TONY BERBER. Lingüística de Corpus: Histórico e Problemática. **DELTA**, v. 16, n. 2, p. 323-367, 2000.

SARKHEYLI, A. *et al.* Conceptualizing knowledge risk governance as a moderator to potentially reduce the risks in knowledge sharing. In: Proceeding of the 20th Pacific Asia Conference on Information Systems, 2016, Chiayi/Taiwan. **Anais eletrônicos** […] Chiayi/Taiwan: College of Management, National Chung Cheng University, 2016. Disponível em: https://aisel.aisnet.org/pacis2016/153. Acesso em: 13 jun. 2020.

SAVALL, H. *et al.* **Facilitating the Socio-Economic Approach to Management**: Results of the First SEAM Conference in North America. Charlotte: Information Age Publishing, 2014.

SCHERER, A. G. Modes of Explanation in Organization Theory. In: TSOUKAS, H.; KNUDSEN, C. (Orgs.). **The Oxford Handbook of Organizational Theory: Meta-Theoretical Perspectives**. Oxford: Oxford University Press, 2003, p. 310-344.

_____. Critical Theory and its Contribution to Critical Management Studies. In: ALVESSON, M.; BRIDGMAN, T.; WILLMOTT, H. (Orgs.). **The Oxford Handbook of Critical Management Studies**. Oxford: Oxford University Press, 2011, p. 29-51.

_____.; DOES, E.; MARTI, E. Epistemology: Philosophical foundations and organizational controversies. In: MIR, R. ;WILLMOTT, H.; GREENWOOD, M. (Orgs.). **The Routledge Companion to Philosophy in Organization Studies**. London: Routledge, 2016, p. 33-50.

SCHERER, L. L.; ALLEN, J. A.; HARP, E. R. Grin and bear it: An examination of volunteers' fit with their organization, burnout and spirituality. **Burnout Research**, v. 3, n. 1, p. 1-10, 2016.

SCHICKORE, J.; STEINLE, F. **Revisiting Discovery and Justification**. Historical and Philosophical Perspectives on the Context Distinction. Dordrecht: Springer, 2006.

SCHINAGL, S.; SHAHIM, A. What do we know about information security governance? From the basement to the boardroom": towards digital security governance. **Information and Computer Security**, v. 28, n. 2, p. 261-292, 2020.

SCHMENNER, R. W.; VAN WASSENHOVE, L.; KETOKIVI, M. ; HEYL, J.; LUSCH, R. F. Too much theory, not enough understanding. **Journal of Operations Management**, v. 27, n. 5, p. 339-343, 2009.

SCHULTZ, GLAUCO. **Introdução à gestão de organizações**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

SCHULTZ, MAJKEN; HATCH, MARY JO. Living with Multiple Paradigms: the Case of Paradigm Interplay in Organizational Culture Studies. **Academy of Management Review**, v. 21, n. 2, p. 529-557, 1996.

SCHWEN, THOMAS M.; KALMAN, HOWARD K.; HARA, NORIKO; KISLING, ERIC L. Potential knowledge management contributions to human performance technology

research and practice. **Educational Technology Research and Development**, v. 46, p. 73-89, 1998.

SCOTT, J. P. **A. Matter of Record**: Documentary source in social research. Cambridge: Polity Press, 1990.

_____. **Documentary research**. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2006.

SCOTT, W. RICHARD. Reflections on the half-century of organizacional sociology. **Annual Review of Sociology**, v. 30, n. 1, p. 1-21, 2004.

_____.; DAVIS, GERALD F. **Organizations and Organizing**: Rational, Natural and Open Systems Perspectives. New York: Pearson, 2007.

SEO, JAEKYO; LEE, SUHYUNG ; ARDICHVILI, ALEXANDRE. How is HRD related to other disciplines? The analysis of 100 most frequently cited empirical articles published in three HRD journals. **European Journal of Training and Development**, v. 45, n. 4/5, p. 402-418, 2021.

SERENKO, A.; BONTIS, N. Negotiate, reciprocate, or cooperate? The impact of exchange modes on inter-employee knowledge sharing. **Journal of Knowledge Management**, v. 20, n. 4, p. 687-712, 2016.

SEURING, STEFAN; YAWAR, SADAAT ALI; LAND, ANNA; KHALID, RAJA USMAN; SAUER, PHILIPP C. The application of theory in literature reviews – illustrated with examples from supply chain management. **International Journal of Operations & Production Management**, v. 41, n. 1, p. 1-20, 2020.

SHADNAM, M. New theories and organization research: from the eyes of change. **Journal of Organizational Change Management**, v. 34, n. 4, p. 822-837, 2021.

SHAFFIR, W. B.; STEBBINS, R. A. **Experiencing fieldwork**: An inside view of qualitative research. Newbury Park: Sage Publications 1990.

SHANI, ITALY. Representation and aspectual shape. **New Ideas in Psychology**, v. 28, n. 3, p. 324-337, 2010.

SHEPHERD, DEAN A.; SUDDABY, ROY. Theory Building: A Review and Integration. **Journal of Management**, v. 43, n. 1, p. 59-86, 2017.

_____.; SUTLIFFE, K. M. Inductive top-down theorizing: A source of new theories of organization. **Academy Management Review**, v. 36, p. 361-380, 2011.

SHETH, JAGDISH N.; SISODIA, RAJENDRA. Introduction: Does Marketing Need Reform? In: SHETH, J. N.; SISODIA, R. (Orgs.). **Does Marketing Need Reform?: Fresh Perspectives on the Future**. London: Routledge, 2006, p. 3-12.

SHORT, T. L. Normative Science? **Transactions of the Charles S. Peirce Society**, v. 48, n. 3, p. 310-334, 2012.

SIEGLER, J.; BIAZZIN, C.; FERNANDES, A. R. Fragmentação do conhecimento científico em Administração: uma análise crítica. **Revista de Administração de Empresas**, v. 34, n. 3, p. 254-267, 2014.

SILVA, LIDIANE R. C. *et al.* Pesquisa Documental: alternativa investigativa na formação docente. In: IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE/III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia, 2009, Curitiba. **Anais eletrônicos** [...] Curitiba: PUCPR, 2009, p. 4554-4566. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/3124_1712.pdf. Acesso em: 15 set. 2019.

SIMMS, KARL. **Hans-Georg Gadamer**. Oxon: Routledge, 2015.

SIMON, H. A. Comments on the Theory of Organizations. **American Political Science Review**, v. 46, n.4, p. 1130-1139, 1952.

SINCLAIR, J. **Corpus, concordance, collocation**: Describing English language. Oxford: Oxford University Press, 1991.

SLEE, R. Imported or important theory? Sociological interrogations of disablement and special education. **British Journal of Sociology of Education**, v. 18, n. 3, p. 407-419, 1997.

SMITH, J. K.; HESHUSIUS, L. Closing down the conversation: The end of the quantitative-qualitative debate among educational inquirers. **Educational Researcher**, v. 15, n. 1, p. 4-12, 1986.

SMITH, JEFFERY D. Introduction: Past and Present: The Role of Normative Theory in Business. In: **Normative Theory and Business Ethics**. New York: Rowman & Littlefield Publishers, 2009, p. 1-16.

SMITH, W. K.; LEWIS, M. W. Toward a theory of paradox: A dynamic equilibrium model of organizing. **Academy Management Review**, v. 36, p. 281-403, 2011.

SOMEKH, B.; LEWIN, C. **Research Methods in the Social Sciences**. London: SAGE, 2005.

SOMERS, MARK JOHN. Using the theory of the professions to understand the IS identity crisis. **European Journal of Information Systems**, v. 19, n. 4, p. 382-388, 2010.

SOUZA, R. S. DE. O funcionalismo sistêmico nas teorias sociais e organizacional: evolução e crítica. **Revista Eletrônica de Administração**, v. 7, n. 1, p. 1-43, 2001.

SPAGNOLETTI, PAOLO; BASKERVILLE, RICHARD; DE MARCO, MARCO. The contributions of Alessandro D'Atri to organization and information systems studies. *In:* BASKERVILLE, R.; DE MARCO, M.; SPAGNOLETTI, P. **Designing organizational systems: an interdisciplinary discourse**. Berlin: Springer, 2013, p. 1-18.

SPECTOR, BERT. The social embeddedness of business model enactment: Implications for theory and practice. **Journal of Strategy and Management**, v. 6, n. 1, p. 27-39, 2013.

STAPLES, D. S.; WEBSTER, J. Exploring the effects of trust, task interdependence and virtualness on knowledge sharing in teams. **Information Systems Journal**, v. 18, n. 6, p. 617-640, 2008.

STARBUCK, WILLIAM H. The Origins of Organization Theory. In: TSOUKAS, H.; KNUDSEN, C. (Orgs.). **The Oxford Handbook of Organization Theory: Meta-Theoretical Perspectives**. Oxford: Oxford University Press, 2003, p. 143-182.

STEARS, M. The Vocation of Political Theory: Principles, Empirical Inquiry and the Politics of Opportunity. **European Journal of Political Theory**, v. 4, n. 4, p. 325-350, 2005.

STENTOFT, JAN; RAJKUMAR, CHRISTOPHER. Balancing theoretical and practical relevance in supply chain management research. **International Journal of Physical Distribution & Logistics Management**, v. 48, n. 5, p. 504–523, 2018.

STEPHENS, V. *et al.* Building Novel Supply Chain Theory Using “Metaphorical Imagination”. **Journal of Supply Chain Management**, v. 58, n. 1, p. 124-139, 2022.

STERGIOU, DIMITRIOS P.; DAVID, AIREY. Understandings of tourism theory. **Tourism Review**, v. 73, n. 2, p. 156-168, 2018.

STEVE, FLEETWOOD; ANTHONY, HESKETH. Theorising under-theorisation in research on the HRM-Performance Link. **Personnel Review**, v. 37, n. 2, p. 126-144, 2008.

STOCK, JAMES R. The Social Sciences and Logistics: Some Suggestions for Future Exploration. **Journal of Marketing Theory and Practice**, v. 4, n. 2, p. 1-25, 1996.

STORBERG-WALKER, JULIA. Borrowing From Others: Appropriating Social Capital Theories for “Doing” HRD. **Advances in Developing Human Resources**, v. 9, n. 3, p. 312-340, 2007.

STRUTZENBERGER, ANNA ; AMBOS, TINA C. . Unravelling the Subsidiary Initiative Process: A Multilevel Approach. **International Journal of Management Reviews**, v. 16, n. 3, p. 314-339, 2014.

SUDDABY, R. Editor's Comments: Construct Clarity in Theories of Management and Organization. **The Academy of Management Review**, v. 35, n. 3, p. 346-357, 2010.

_____. Indigenous management theory: Why management theory is under attack and what we can do to fix it. In: MILES, J. A. (Org.). **New directions in management and organization theory**. Newcastle Upon Tyne: Cambridge University Press, 2014a, p. 447-456.

_____. Why theory. **Academy of Management Review**, v. 39, n. 4, p. 1-5, 2014b.

_____.; HARDY, C.; HUY, Q. N. Introduction to Special Topic Forum: Where are the New Theories of Organization? **The Academy of Management Review**, v. 36, n. 2, p. 236-246, 2011.

SUNDTOFT, HALD KIM; ASEEM, KINRA. How the blockchain enables and constrains supply chain performance. **International Journal of Physical Distribution & Logistics Management**, v. 49, n. 4, p. 376-397, 2019.

SURDU, I.; MELLAHI, K. Theoretical foundations of equity based foreign market entry decisions: A review of the literature and recommendations for future research. **International Business Review**, v. 25, n. 5, p. 1169-1184, 2016.

SURI, H.; CLARKE, D. Advancements in Research Synthesis Methods: From metodologically inclusive perspective. **Review of Educational Research**, v. 79, n. 1, p. 395-430, 2009.

SUTTON, ROBERT I.; STAW, BARRY M. What Theory is Not. **Administrative Science Quarterly**, v. 40, n. 3, p. 371-384, 1995.

SWANSON, D.; GOEL, L.; FRANCISCO, K.; STOCK, J. Applying theories from other disciplines to logistics and supply chain management: A systematic literature review. **Transportation Journal**, v. 56, n. 3, p. 299-356, 2017.

_____. An analysis of supply chain management research by topic. **Supply Chain Management**, v. 23, n. 2, p. 100-116, 2018.

_____. Understanding the relationship between general and middle-range theorizing. **The International Journal of Logistics Management**, v. 31, n. 3, p. 401-421, 2020.

SWEDBERG, RICHARD. **Theory in Social Science**: The Context of Discovery. California: Stanford University Press, 2014.

_____. Before theory comes theorizing or how to make social science more interesting. **The British Journal of Sociology**, v. 67, n. 1, p. 5-22, 2016.

TAFESSE, WONDWESEN; SKALLERUD, KÅRE. A systematic review of the trade show marketing literature: 1980–2014. **Industrial Marketing Management**, v. 63, p. 18-30, 2017.

TAMS, STEFAN. On the appropriateness of theory borrowing in IS: an interdisciplinary evaluation. In: Proceedings of the Southern Association for Information Systems Conference, 2010, Atlanta. **Anais eletrônicos** […] Atlanta, 2010, p. 130-135. Dispoível em: https://aisel.aisnet.org/cgi/viewcontent.cgi?article=1023&context=sais2010. Acesso em 1 jun. 2020.

TANDBERG, DAVID A.; GRIFFITH, CASEY. State Support of Higher Education: Data, Measures, Findings, and Directions for Future Research. In: PAULSEN, M. (Org.).

Higher Education: Handbook of Theory and Research. Dordrecht: Springer, 2013. v. 28, p. 613-685.

TARANTINO L, SPAGNOLETTI P. Can Design Science Research Bridge Computer Human Interaction and Information Systems? In: SPAGNOLETTI P. (Org.). **Organizational Change and Information Systems**. Springer: Berlin, 2013, v. 2**,** p. 409-418

TATIEVSKAYA, ELENA. The Notion of Tradition in Gadamer's Hermeneutic Ontology. **Philosophical News**, v. 5, p. 232-241, 2012.

TAYLOR, CHARLES. Neutrality of Political Science. In: MARTIN, M.; MCINTYRE, L. C. (Orgs.). **Readings in the Philosophy of Social Science**. Cambridge: MIT Press, 1994, p. 547-570.

TELL, F.; BERGGREN, C.; BRUSONI, S.; VAN DE VEN, A. Introduction. In: TELL, F. *et al.* (Orgs.). **Managing Knowledge Integration Across Boundaries**. Oxford: Oxford University Press, 2017, p. 1-18.

TERRY, G.; HAYFIELD, N.; CLARKE, V.; BRAUN, V. Thematic analysis. In: ROGERS, W. S.; WILING, C. (Orgs.). **The SAGE Handbook of Qualitative Research in Psychology**. London: SAGE Publications, 2017, p. 17-37.

TERRY, PAUL R. Habermas and education: knowledge, communication. **Curriculum Studies**, v. 5, n. 3, p. 269-279, 1997.

THAGARD, PAUL R. Explanatory coherence. **Behavioral and Brain Sciences**, v. 12, n. 3, p. 435-467, 1989.

_____. Adversarial problem solving: modelling an opponent using explanatory coherence. **Cognitive Science**, v. 16, n. 1, p. 123-149., 1992.

_____. **Coherence in thought and action**. Massachusetts: MIT Press, 2000.

_____. Coherence, Truth, and the Development of Scientific Knowledge. **Philosophy of Science**, v. 74, n. 1, p. 28-47, 2007.

THIOLLENT, MICHEL. Estudos Organizacionais: Possível Quadro Referencial e Interfaces. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, v. 1, n. 1, p. 1-14, 2014.

THOMAS, J. C. Citizen, customer, partner: Rethinking the place of the public in public management. **Public Administration Review**, v. 73, n. 6, p. 786-796, 2013.

_____. Public Involvement in Public Management: Adapting and Testing a Borrowed Theory. **Public Administration Review**, v. 50, n. 4, p. 435-445, 1990.

_____. **Citizen, customer, partner**: Engaging the public in public management. New York: Routledge, 2012.

THOMPSON, M. Ontological shift or Ontological drift? Reality claims, epistemological frameworks, and theory generation in organization studies. **The Academy of Management Journal**, v. 36, n. 4, p. 754-773, 2011.

THOMPSON, P.; MCHUGH, D. **Work organizations**. 2 ed. London: Macmillan, 1995.

TIFFANY, CONSTANCE RIMMER; LUTJENS, LOUETTE R. JOHNSON. **Planned Change Theories for Nursing**: Review, Analysis, and Implications. Thousand Oaks: SAGE, 1998.

TIGHT, MALCOLM. **Documentary Research in the Social Sciences**. London: SAGE Publications, 2019.

TIWANA, AMRIT. The curse of "reference" disciplines. **Journal of Information Technology**, v. 34, n. 2, p. 190-192, 2019.

TOENJES, RICHARD H. Why Be Moral in Business? A Rawlsian Approach to Moral Motivation. **Business Ethics Quarterly**, v. 12, n. 1, p. 57-72, 2002.

TOHIDIAN, IMAN; RAHIMIAN, HAMID. Bringing Morgan's metaphors in organization contexts: An essay review. **Cogent Business & Management**, v. 6, n. 1, 1587808, 2019.

TOMKINS, LEAH; EATOUGH, VIRGINIA. Hermeneutics: Interpretation, Understanding and Sense-making. In: CASSELL, C.; CUNLIFFE, A. L.,; GRANDY, G. (Orgs.). **The SAGE Handbook of Qualitative Business and Management Research Methods**. London: SAGE, 2018, p. 185-200.

TONG, A.; SAINSBURY, P.; CRAIG, J. Consolidated criteria for reporting qualitative research (COREQ): a 32-item checklist for interviews and focus groups. **International Journal for Quality in Health Care**, v. 19, n. 6, p. 349-357, 2007.

TOSI, H. L. **Theories of organization**. Thousand Oaks: Sage, 2009.

TOULMIN, S. E. **The uses of argument**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

TRAGTENBERG, MAURÍCIO. **A delinqüência acadêmica: o poder sem saber e o saber sem poder**. São Paulo: Rumo, 1979.

_____. **Burocracia e ideologia**. São Paulo: Ática, 1980.

TRANFIELD, D.; STARKEY, K. The nature, social organization and promotion of management research: towards policy. **British Journal of Management**, v. 9, n. 4, p. 341-353, 1998.

TREVITHICK, PAMELA. Revisiting the Knowledge Base of Social Work: A Framework for Practice. **British Journal of Social Work**, v. 38, n. 6, p. 1212-1237, 2008.

_____. **Social Work Skills And Knowledge**: A Practice Handbook. 3 ed. Maidenhead: McGraw-Hill Education, 2011.

TRICKETT, EDISON J. Community Interventions and AIDS/HIV: Affecting the Community Context. In: TRICKETT, E. J.; PEQUEGNAT, W. (Orgs.). **Community Interventions and AIDS**. Oxford: Oxford University Press, 2005, p. 3-27.

TRUEX, DUANE; HOLMSTRÖM, JONNY; KEIL, MARK Theorizing in information systems research: A reflexive analysis of the adaptation of theory in information systems research. **Journal of the Association for Information Systems**, v. 7 n. 12, Article 33, 2006.

TSANG, E. W. K.; ELSAESSER, F. . How contrastive explanation facilitates theory building. **Academy of Management Review**, v. 36, n. 2, p. 404-419, 2011.

TSOUKAS, H. The Missing Link: A Transformational View of Metaphors in Organizational Science. The Academy of Management Review, v. 16, n. 3, p. 566-585, 1991.

_____. Analogical reasoning and knowledge generation in organization theory. **Organization Studies**, v. 14, n. 3, p. 323-346, 1993.

_____.; CHIA, R. Introduction: why philosophy matters to organization theory. In: **Philosophy and Organization Theory**. Bingley: Emerald Group Publishing Limited, 2011. v. 32, p. 1-21.

_____.; KNUDSEN, C. Introduction: The Need for Meta-theoretical Reflection in Organization Theory. In: KNUDSEN, C.; TSOUKAS, H. (Orgs.). **The Oxford Handbook of Organization Theory**. Oxford: Oxford University Press, 2005, p. 1-38.

TSUI, ANNE S. Contextualization in Chinese management research. **Management and Organization Review**, v. 2, n. 1, p. 1-13, 2006.

_____. From Homogenization to Pluralism: International Management Research in the Academy and Beyond. **The Academy of Management Journal**, v. 50, n. 6, p. 1353-1364, 2007.

_____. Editor's Introduction - Autonomy of Inquiry: Shaping the Future of Emerging Scientific Communities. **Management and Organization Review**, v. 5, n. 1, p. 1-14, 2009.

TSUI, ANNE S.; NIFADKAR, S. S.; OU, A. Y. Cross-national cross-cultural organizational behavior research: Advances, gaps and recommendations. **Journal of Management**, v. 33, n. 3, p. 426-478, 2007.

TUCZEK, F.; CASTKA, P.; WAKOLBINGER, T. A review of management theories in the context of quality, environmental and social responsibility voluntary standards. **Journal of Cleaner Production**, v. 176, p. 399-416, 2018.

TUNCA, TABAKLAR; ÁRNI, HALLDÓRSSON; GYÖNGYI, KOVÁCS; KAREN, SPENS. Borrowing theories in humanitarian supply chain management. **Journal of Humanitarian Logistics and Supply Chain Management**, v. 5, n. 3, p. 281-299, 2015.

TURNER, M. Conceptual blending and counterfactual argument in the social and behavioral sciences. In: TETLOCK, P.; BELKIN, A. (Orgs.). **Counterfactual Thought Experiments in World Politics**. Princeton: Princeton University Press, 1996, p. 291-295.

UKWOMA, SCHOLASTICA CHIZOMA; NGULUBE, PATRICK. To Borrow or Not to Borrow is the Question? Theory Borrowing in Library Information Science Postgraduate Research in Nigeria and South Africa. **International Information & Library Review**, v. 53, n. 1, p. 1-15, 2021.

URAON, RAM SHANKAR. Examining the Impact of HRD Practices on Organizational Commitment and Intention to Stay Within Selected Software Companies in India. **Advances in Developing Human Resources**, v. 20, n. 1, p. 11-43, 2017.

URBAN, W. M. **Fundamentals of Ethics**. New York: Henry Holt and Company, 1930.

ÜSDIKEN, BEHLÜL. Organizational theory. In: CLEGG, S. R.; BAILEY, J. R. (Orgs.). **International encyclopedia of organization studie**. Thousands Oaks: SAGE Publications, 2008. v. 1, p. 1197-1200.

ÜSDIKEN, BEHLÜL; LEBLEBICI, HÜSEYIN. Organization Theory. In: ANDERSON, N. *et al.* **Handbook of Industrial, Work & Organizational Psychology**. Thousand Oaks: Sage Publications, 2001. v. 2, p. 377-397.

USMAN, AHMED MUHAMMAD. *et al.* Building high performance supply-chain relationships for dynamic environments. **Business Process Management Journal**, v. 26, n. 1, p. 80-101, 2019.

VAN DE VEN, A. H. **Engaged scholarship**: A guide for organizational and social research. Oxford: Oxford University Press, 2007.

VAN DE VEN, ANDREW H. . Nothing Is Quite so Practical as a Good Theory. **The Academy of Management Review**, v. 14, n. 4, p. 468-489, 1989.

VAN DER GEEST, THEA. Professional Writing Studied: Authors' Accounts of Planning in Document Production Processes. In: SHARPLES, M.; VAN DER GEEST, T. (Orgs.). **The New Writing Environment**. London: Springer, 1996, p. 7-24.

VAN DER WALDT, GERRIT. A Unified Public Administration? Revisiting the Prospects of Constructing a Grand Theory for the Field. **Journal of Social Sciences**, v. 48, n. 3, p. 213-224, 2016.

VAN KNIPPENBERG, D. Advancing theory in organizational psychology. **Organizational Psychology Review**, v. 1, n. 1, p. 3-8, 2011.

VAN WART, MONTGOMERY. Comparative Public Administration: Defunct, Dispersed, or Redefined? **Public Administration Review**, v. 50, n. 2, p. 238–248, 1990.

VAN WART, MONTY; CAYER, JOSEPH N. Comparative Public Administration: The Search for Theories. In: OTENYO, E. E.; LIND, N. S. (Orgs.). **Comparative Public Administration**. Emerald Group Publishing Limited, 2006. v. 15, p. 171-192.

VANLEEUWEN, CHARLENE A.; GUO-BRENNAN, LINYUAN; WEEKS, LORI E. Conducting Hermeneutic Research in International Settings: Philosophical, Practical, and Ethical Considerations. **Journal of Applied Hermeneutics**, Article 7, 2017.

VARGO, STEPHEN L.; LUSCH, ROBERT F. Service-dominant logic 2025. **International Journal of Research in Marketing**, v. 34, n. 1, p. 46-67, 2017.

VEGA, DIEGO. Case studies in humanitarian logistics research. **Journal of Humanitarian Logistics and Supply Chain Management**, v. 8, n. 2, p. 134-152, 2018.

VERBEKE, ALAIN; VON GLINOW, MARY ANN; LUO, YADONG. Becoming a great reviewer: Four actionable guidelines. **Journal of International Business Studies**, v. 48, p. 1-9, 2017.

VICKI, BAARD. A critical review of interventionist research. **Qualitative Research in Accounting & Management**, v. 7, n. 1, p. 13-45, 2010.

VIEIRA, MARCELO MILANO FALCÃO; CALDAS, MIGUEL P. Teoria Crítica e Pós-modernismo: Principais Alternativas à Hegemonia Funcionalista. **Revista de Administração de Empresas**, v. 46, n. 1, p. 59-70, 2006.

VIRTA, M.; WIDÉN, G. Sharing what you know, building expertise: Information sharing between generations in a business organization. In: KMIS 2011 – Proceedings of the International Conference on Knowledge Management and Information Sharin, 2011, Paris. **Anais…** , 2011. p.129-135.

VLĂDUŢESCU, ŞTEFAN. Six Steps of Hermeneutical Process at H.-G. Gadamer. **Postmodern Openings**, v. 9, n. 2, p. 161-174, 2018.

WALSH, JAMES P.; MEYER, ALAN D. ; SCHOONHOVEN, CLAUDIA BIRD. A Future for Organization Theory: Living in and Living with Changing Organizations. **Organization Science** v. 17, n. 5, p. 657-671, 2006.

WALTER, M. **Social Science Methods: an Australian perspective**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

WANG, F.; WANG, X. Tracing theory diffusion: a text mining and citation-based analysis of TAM. **Journal of Documentation**, v. 76, n. 6, p. 1109-1134, 2020.

WAQAR, AHMED; ARSALAN, NAJMI; FARHANA, KHAN; HASAN, AZIZ. Developing and analyzing framework to manage resources in humanitarian logistics. **Journal of**

Humanitarian Logistics and Supply Chain Management, v. 9, n. 2, p. 270-291, 2019.

WEAVER, G. R.; GIOIA, D. Paradigms lost: Incommensurability, structuration and their restructuring of organizational inquiry. **Organization Studies**, v. 15, n. 4, p. 565-591, 1994.

WEAVER, GARY R.; TREVINO, LINDA KLEBE. Normative and Empirical Business Ethics: Separation, Marriage of Convenience, orMarriage of Necessity? **Business Ethics Quarterly**, v. 4, n. 2, p. 129-143, 1994.

WEICK, K. E. Amendments to organizational theorizing. **Academy Management Review**, v. 17, p. 487-502, 1974.

_____. **The Social Psychology of Organizing**. 2. ed. New York: McGraw-Hill, 1979.

_____. Theory construction as disciplined imagination. **Academy of Management Review**, v. 14, n. 4, p. 516-531, 1989.

_____. Definition of theory. In: NICHOLSON, N. (Org.). **Blackwell Dictionary of Organizational Behavior**. Oxford: Blackwell, 1995a, p. 565-567.

_____. What theory is not, theorizing is. **Administrative Science Quarterly**, v. 40, n. 3, p. 385-390, 1995b.

_____. The Experience of Theorizing: Sensemaking as Topic and Resource. In: SMITH, K. G.; HITT, M. A. (Orgs.). **Great Minds in Management: The Process of Theory Development**. Oxford: Oxford University Press, 2007, p. 394-406.

WEINBERG, J. The Practicality of Political Philosophy. **Social Philosophy and Policy and Internet**, v. 30, n. 1/2, p. 330-351, 2013.

WENER, KONRAD. Aspectual Shape: Presentational Approach. **Axiomathes**, v. 24, p. 427-440, 2014.

WENZEL, MATTHIAS; KOCH, JOCHEN. From entity to process: toward more process-based theorizing in the field of organizational change. **Journal of Accounting & Organizational Change**, v. 14, n. 1, p. 80-98, 2018.

WESTWOOD, ROBERT; CLEGG, STEWART R. The Discourse of Organization Studies: Dissensus, Politics, and Paradigms. In: WESTWOOD, R.; CLEGG, S. R. (Orgs.). **Debating Organization: Point–Counterpoint in Organization Studies**. Melbourne: Blackwell Publishing, 2003, p. 1-42.

WHETTEN, DAVID A. What Constitutes a Theoretical Contribution? **The Academy of Management Review**, v. 14, n. 4, p. 490-495, 1989.

_____. An Examination of the Interface between Context and Theory Applied to the Study of Chinese Organizations. **Management and Organization Review**, v. 5, n. 1, p. 29–55, 2009.

_____.; FELIN, TEPPO; KING, BRAYDEN G. The Practice of Theory Borrowing in Organizational Studies: Current Issues and Future Directions. **Journal of Management**, v. 35, n. 3, p. 537-563, 2009.

WHITE, STEPHEN K. Reason, modernity, and democracy. In: WHITE, S. K. (Org.). **The Cambridge Companion to Habermas**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995, p. 3-18.

WILKINS, STEPHEN; NERI, SELINA; LEAN, JONATHAN. The role of theory in the business/management PhD: How students may use theory to make an original contribution to knowledge. **The International Journal of Management Education**, v. 17, n. 3, p. 1-16, 2019.

WILLIAMS, BERNARD. **In the Beginning Was the Deed**: Realism and Moralism in Political Argument. Princeton: Princeton University Press, 2005.

WILLMOTT, H. Organization Theory as a Critical Science? Forms of Analysis and 'New Organizational Forms'. In: KNUDSEN, C.; TSOUKAS, H. (Orgs.). **The Oxford Handbook of Organization Theory: Meta-Theoretical Perspectives**. Oxford: Oxford University Press, 2005, p. 88-113.

WILLMOTT, H. Breaking the Paradigm Mentality. **Organization Studies**, v. 14, n. 5, p. 681-719, 1993.

WILSON, DONALD A. Production, Industry, Commerce. In: **Reference & Research Book News**. Portland: Ringgold, Inc, v. 25, n. 2, 2008, p. 124-158.

WINDER, ALVIN; KANNO, NELLIE B. Collaboration: An Alternative Value and its Implications for Health Education. **International Quarterly of Community Health Education**, v. 1, n. 2, p. 183-193, 1981.

WISEMAN, ALEXANDER W.; ANDERSON, EMILY. Reflections on the Field of Comparative and International Education, and the Benefits of and Annual Review. In: **Annual Review of Comparative and International Education 2013**. Bingley: Emerald Group Publishing Limited, 2013. v. 20, p. 3-30.

WITHY, K. Situation and limitation: Making sense of Heidegger on thrownness. **European Journal of Philosophy**, v. 22, n. 1, p. 61-81, 2014.

WOHLIN, CLAES. Guidelines for Snowballing in Systematic Literature Studies and a Replication in Software Engineering. *In:* EASE'14: Proceedings of the 18th International Conference on Evaluation and Assessment in Software Engineering, 18, London: Association for Computing Machinery, **Anais…** 2014, p. 1-10.

WOO, SU-HAN; PETTIT, STEPHEN J.; KWAK, DONG-WOOK; BERESFORD, ANTHONY K. C. Seaport research: A structured literature review on methodological issues since the 1980s. **Transportation Research Part A: Policy and Practice**, v. 45, n. 7, p. 667-685, 2011.

WU, W. L.; HSU, B. F.; YEH, R. S. Fostering the determinants of knowledge transfer: A team-level analysis. **Journal of Information Science**, v. 33, n. 3, p. 326-339, 2007.

XIANG, C.; LU, Y.; GUPTA, S. Knowledge sharing in information system development teams: Examining the impact of shared mental model from a social capital theory perspective. **Behaviour and Information Technology**, v. 32, n. 10, p. 1024-1040, 2013.

XIAOHONG, LIU; MCKINNON ALAN, C. Practical relevance of theory-driven supply chain management research: Evidence from China. **The International Journal of Logistics Management**, v. 30, n. 1, p. 76-95, 2019.

YANG, BAIYIN. Can Adult Learning Theory Provide a Foundation for Human Resource Development? **Advances in Developing Human Resources**, v. 6, n. 2, p. 129-145, 2004.

YANG, YANG; FU, JIA; ZHIDUAN, XU. Towards an integrated conceptual model of supply chain learning: an extended resource-based view. **Supply Chain Management: An International Journal**, v. 24, n. 2, p. 189-214, 2019.

YOUNG, JAMES O. **The Coherence Theory of Truth**. In: ZALTA, E. N. The Stanford Encyclopedia of Philosophy. Disponível em: https://plato.stanford.edu/entries/truth-coherence/. Data de acesso: 25 de abr. 2018

ZAHEDI, FATEMEH M.; ABBASI, AHMED; CHEN, YAN. Fake-Website Detection Tools: Identifying Elements that Promote Individuals' Use and Enhance Their Performance. **Journal of the Association for Information Systems**, v. 16, n. 6, p. 448–484, 2015.

ZAHOOR, NADIA; AL-TABBAA, OMAR. Inter-organizational collaboration and SMEs' innovation: A systematic review and future research directions. **Scandinavian Journal of Management**, v. 36, n. 2, p. 1-19, 2020.

ZAHRA, SHAKER A. Contextualizing theory building in entrepreneurship research. **Journal of Business Venturing**, v. 22, n. 3, p. 443-452, 2007.

ZAHRA, SHAKER A.; NEWEY, LANCE R. Maximizing the Impact of Organization Science: Theory-Building at the Intersection of Disciplines and/or Fields. **Journal of Management Studies**, v. 46, n. 6, p. 1059-1075, 2009.

ZAREI, M. H.; CARRASCO-GALLEGO, R.; RONCHI, S. To greener pastures: An action research study on the environmental sustainability of humanitarian supply chains. **International Journal of Operations and Production Management**, v. 39, n. 11, p. 1193-1225, 2019.

ZENG, JING; GLAISTER, KEITH W. Value creation from big data: Looking inside the black box. **Strategic Organization**, v. 16, n. 2, p. 105-140, 2017.

ZHANG, H.; BABAR, M. A.; TELL, P. I. Identifying relevant studies in software engineering. **Information and Software Technology**, v. 53, n. 6, p. 625-637, 2011.

ZHANG, HUI; XIAO, JIANYING. Assimilation of social media in local government: an examination of key drivers. **The Electronic Library**, v. 35, n. 3, p. 427-444, 2017.

ZHANG, J.; ACKERMAN, M. S.; ADAMIC, L. CommunityNetSimulator: Using Simulations to Study Online Community Networks. *In:* STEINFIELD, C. *et al.* (Orgs.). **Communities and Technologies 2007**. London: Springer, 2007, p. 295–321.

ZHAO, JINGYING. **Advances in Civil Engineering**. Zurich: Trans Tech Publications Ltd, 2011.

ZHAO, YUXIANG. et al. Factors that affect asker's pay intention in trilateral payment-based social Q&A platforms: From a benefit and cost perspective. **Journal of the Association for Information Science and Technology**, v. 71, n. 5, p. 516-528, 2020.

ZHAO, YUXIANG; ZHU, QINGHUA Conceptualizing task affordance in online crowdsourcing context. **Online Information Review**, v. 40, n. 7, p. 938-958, 2016.

ZIAD, ALKALHA; IAIN, REID; BENJAMIN, DEHE. The role of absorptive capacity within supply chain quality integration. **Supply Chain Management: An International Journal**, v. 24, n. 6, p. 805-820, 2019.

APÊNDICE A — DISTINÇÃO ENTRE TEORIAS ADMINISTRATIVAS, TEORIA ORGANIZACIONAL E ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

A Teoria Organizacional é o domínio epistêmico de teorização do *framework* de importação de *radical traveling theories* normativas desta tese. Sendo assim, é mister proferir algumas palavras de esclarecimento, quanto à distinção entre os termos Teoria Organizacional, Estudos Organizacionais e Teoria Administrativa. Reconheço que as delimitações conceituais entre as fronteiras desses três termos não são, rigidamente, estanques. No entanto, urge fazer um esforço de distinção, para evitar a intercambialidade entre eles. Apesar de serem, altamente, relacionados, eles não são sinônimos. Evidentemente, a circunscrição desse *framework*, no domínio da Teoria Organizacional, não exclui *per se* a possibilidade de endereçar a discussão ao campo dos Estudos Organizacionais e, tampouco, menospreza a contribuição que, porventura, possa trazer para as Teorias Administrativas. No entanto, esta elucubração acerca desses três termos visa, portanto, estabelecer o escopo e os limites do domínio de aplicação do framework proposto nesta tese.

Permita-me começar pelo termo Teoria Administrativa. Esse corporifica um tipo de abordagem empirista em que o conhecimento provém de um conjunto de fatos comprovados, unicamente, através das observações e das experiências diretas dos "teóricos-praticantes" sobre determinada realidade organizacional (TSOUKAS; KNUDSEN, 2005; ÜSDIKEN, 2008). De acordo com Motta (2001), a Teoria Administrativa é restrita a temas ligados à preocupação com a produtividade, a coordenação e o controle dos elementos de produção, cujos pioneiros foram Fredrick Winslow Taylor e Henry Fayol, fundamentalmente. Ela foi criticada por seu caráter, eminentemente, prescritivo e por sua carência em termos de evidência empírica ou análise teórica da estrutura e do comportamento da organização (TSOUKAS; KNUDSEN, 2005; NORD *et al.*, 2006; REED, 2006).

Já os Estudos Organizacionais são concebidos como uma área de pesquisa, que estuda as organizações, tanto sob uma perspectiva micro, quanto macro. Ela possui, portanto, um escopo mais amplo. É considerado um espaço de interdisciplinaridade[184], comportando tanto as teorias administrativas como a teoria das organizações, em diálogo com outras áreas disciplinares. Essa área investiga as "[...] características culturais, econômicas, políticas e sociais [das organizações] e seus efeitos sobre os indivíduos e grupos que as compõem ou com que interagem" (THIOLLENT, 2014, p. 2).

Segundo Clegg e Bailey (2008), o foco dos Estudos Organizacionais está em compreensões complexas das estruturas e das relações organizacionais, bem como da psicologia e do comportamento daqueles que habitaram os espaços resultantes. Esse campo examina, dessa maneira, como os indivíduos constroem estruturas, processos e práticas organizacionais e como esses, por sua vez, moldam as relações sociais e criam instituições que, em última análise, influenciam as pessoas (CLEGG; BAILEY, 2008). Nessa área, são estudadas "[...] as práticas organizativas como conjuntos de ações, aplicações de princípios, exercício de poder e demais aspectos

[184] Conforme Thiollent (2014, p. 2), os Estudos Organizacionais requerem "[...] conhecimentos oriundos de várias disciplinas, ciências sociais e humanas teóricas e aplicadas, interfaces com filosofia, epistemologia, psicologia, ética, tecnologia, biologia, ecologia e outras, a serem articuladas de diferentes modos (inter ou transdisciplinar) e com diversas ênfases temáticas".

como controle, regulação, descriminações, identidade e diferenciação cultural, evolução, inovações, transformações e até destruição" (THIOLLENT, 2014, p. 2).

O termo Teoria Organizacional[185] é utilizado aqui em dois sentidos complementares. Primeiro, significa uma especialidade acadêmica (TSOUKAS; KNUDSEN, 2005; ÜSDIKEN, 2008). Segundo, remete também a um conjunto de teorias e teorizações acerca das organizações. A possibilidade de haver uma especialidade acadêmica sobre as organizações começou a ser ventilada nos anos 1950 e 1960 na América do Norte, como parte de um projeto mais amplo de cientificar o estudo das organizações e a educação para os negócios (ÜSDIKEN, 2008; FREEMAN, 2015). A TO, como escreve Motta (2001, p. v), surge "[...] a partir do final da Segunda Guerra Mundial [...]" particularmente, localizada no Estados Unidos, "[...] com rápida difusão para os mais variados países, desde os centrais aos periféricos, incluindo-se os então caracterizados como 'países comunistas'".

Considerada uma virada epistêmica na maneira de produzir conhecimento organizacional, a Teoria das Organizações recorreu à ciência e ao método científico para lidar com problemas administrativos e de negócios (ÜSDIKEN; LEBLEBICI, 2001), com o intento de oferecer "[...] uma abordagem diferente para estudar as organizações" (FREEMAN, 2015, p. 1, tradução nossa). A cientificização incorporada à TO possibilitou desafiar o fundamento das afirmações de conhecimento promulgado pelas abordagens ancoradas, exclusivamente, no empirismo sobre gestão e organização (THOMPSON; MCHUGH, 1995; ÜSDIKEN; LEBLEBICI, 2001). Devido ao empreendimento científico de produção de conhecimento, a Teoria das Organizações, escreve Motta (2001, p. v), emerge como "[...] fruto de uma mutação na teoria administrativa, a partir da evolução da Sociologia, da Ciência Política e da Psicologia social norte-americanas".

É mister ressaltar que a Teoria Organizacional não buscou se diferenciar apenas das Teorias Administrativas, mas também do campo de conhecimento denominado de Comportamento Organizacional[186] (TSOUKAS; KNUDSEN, 2005; FREEMAN, 2015). Esse denota atividades intraorganizacionais, que se concentram em trabalhadores individuais e pequenos grupos (STARBUCK, 2003). Sua unidade de análise é o comportamento individual nas organizações (FREEMAN, 2015). Esse campo estuda os fenômenos organizacionais, sob uma perspectiva micro, situando a ação individual e grupal no centro da análise organizacional (TSOUKAS; KNUDSEN, 2005).

Até o presente momento, detive-me apenas em afirmar que a Teoria das Organizações — enquanto especialidade acadêmica — é distinta da Teoria Administrativa e do Comportamento Organizacional. Não obstante a veracidade das

---

[185] A origem da Teoria Organizacional é, conforme Starbuck (2003), proveniente da expressão "teoria da organização", cunhada por Luther H. Gulick em 1937. Starbuck (2003) remete, especificamente, a seguinte obra: GUILICK, L. H. *Notes on the Theory of Organization*. GUILICK, L. H.; URWICK, L. F. Papers on the Science of Administration. New York: Institute of Public Administration, Columbia University, 1937. Sendo que, o delineamento de seus contornos iniciais da disciplina de TO é creditado aos textos de Herbert A. Simon (STARBUCK, 2003; ÜSDIKEN, 2008). Simon (1952) vislumbrou a teoria da organização como uma categoria ampla, cuja abrangência incluía múltiplas áreas do conhecimento, tais como: gestão científica, engenharia industrial, psicologia industrial, psicologia de pequenos grupos, gestão de recursos humanos e estratégia. A este respeito sugiro a leitura dos seguintes textos de Simon: a) *Modern Organization Theories. Advanced Management* b) *Comments on the Theory of Organizations. American Political Science Review*; c) *A Comparison of Organization Theories. Review of Economic Studies*.

[186] O campo do comportamento organizacional emergiu quando os psicólogos industriais ingressaram nas escolas de administração dos Estados Unidos e, buscaram um termo para distinguir sua pesquisa positivista do campo mais normativo da administração de pessoal (FREEMAN, 2015).

minhas afirmações, não apresentei nenhuma definição de TO, que sinalize sob que aspectos esses três domínios do conhecimento são dissemelhantes. Permita-me iniciar essa empreitada expondo uma noção bastante elusiva do termo Teoria Organizacional. Esse é, ao mesmo tempo, concebido como um "corpo de estudos" (FREEMAN, 2015), um "campo de conhecimento" e uma "visão de mundo" [187], (MOTTA, 2001, p. v), que inclui pesquisas empíricas e análises prescritivas de problemas organizacionais, bem como teorias acerca dos fenômenos da realidade organizacional (FREEMAN, 2015). Em termos específicos, a Teoria das Organizações visa "[...] explicar a gênese, a existência, a funcionalidade e a transformação das organizações e, ao fazê-lo, também se preocupa, implícita ou explicitamente, em influenciar a prática [e a estrutura] organizacional" (SCHERER, 2003, p. 310, tradução nossa).

Na atualidade, a Teoria das Organizações é domínio, profundamente, pluralista, repleto de várias disciplinas e corpos de conhecimento (ÜSDIKEN; LEBLEBICI, 2001; SCOTT 2004; SAAD; KAUR, 2020). Algumas das teorias, comumente, tipificadas como pertencentes a TO incluem: teoria clássica, teoria neoclássica, teoria da contingência, teoria das relações humanas, teoria dos sistemas modernos, teoria da dependência de recursos, teoria da ecologia populacional, teoria do stakeholder, novo institucionalismo, teoria da agência, e teoria dos custos de transação (ÜSDIKEN; LEBLEBICI, 2001; STARBUCK, 2003; FREEMAN, 2015). Essas teorias são baseadas em múltiplas perspectivas, incluindo visões modernas e pós-modernistas (CLEGG; KORNBERGER, 2003; HATCH; CUNLIFFE, 2012), posições teóricas e epistemológicas distintas (ÜSDIKEN; LEBLEBICI, 2001), suposições empíricas e paradigmas concorrentes (GIOIA; PITRE, 1990; HASSARD, 1993b; ÜSDIKEN, 2008; REED; BURRELL, 2019).

Reed (2006) constata que a Teoria Organizacional é, portanto, permeada de controvérsias teóricas e conflitos ideológicos, em torno da questão de como a organização pode e deve ser estudada e compreendida. As propostas analíticas presentes na TO provocam nas ciências sociais quatro grandes debates, que, segundo o autor, se caracterizam como "espaços intelectuais contestados". Os fulcros desses debates são: práticas sociais versus estrutura, construtivismo versus positivismo, local/micro versus global/macro, e individualismo versus coletivismo. Em face disso, Freeman (2015) ressalta que esse campo está longe de ser regido por um único paradigma. Não há uma teoria geral da(s) organização(ões), a partir da qual os teóricos organizacionais possam recorrer para estabelecer com precisão os contornos deste campo. Ao contrário, há uma ausência de consenso acerca do significado do termo Teoria Organizacional. As concepções sobre o que o campo é e quais deveriam ser seus objetivos, bem como as visões sobre a natureza do que ele estuda e como deveria ser estudado, desdobraram-se em um estado fragmentado e repleto de perspectivas divergentes (ÜSDIKEN; LEBLEBICI, 2001; ÜSDIKEN, 2008).

A fragmentação vigente na Teoria Organizacional tem frustrado quaisquer tentativas de instituir uma definição universal e, amplamente, aceita para esse termo (STARBUCK, 2003). No entanto, isso não impede meu esforço de traçar uma noção, cuja delimitação conceitual pode ser esclarecedora do termo em questão. Parece-me que os teóricos organizacionais convergem, quando reconhecem que a Teoria

[187] Inicialmente, a Teoria das Organizações refletiu "[...] o poder crescente da elite tecno-burocrática nos países de capitalismo monopolista de Estado" (MOTTA, 2001, p. v). As organizações eram, simplesmente, concebidas como burocracias (FREEMAN, 2015), isto é, instrumentos de racionalização, dominação e processo político (MOTTA, 1981). A inspiração para tal novo interesse foi a análise estrutural-funcional em que a organização social se desenvolve para satisfazer requisitos funcionais ou "necessidades" da sociedade (FREEMAN, 2015).

Organizacional é “[...]uma coleção de proposições gerais sobre as organizações” (STARBUCK, 2003, p. 143, tradução nossa). Essa assertiva pode ser interpretada de duas formas inter-relacionadas e, portanto, não mutuamente excludentes. Primeiro, no contexto da pesquisa científica, a TO é um conjunto de afirmações relacionadas, hipóteses, sobre um conjunto de dimensões, que descrevem: a) os critérios, padrões e princípios da organização e, talvez, b) o comportamento organizacional (SCHULTZ, 2016). Segundo, no contexto da lógica, a TO é uma série de enunciados do tipo, “se... então...”, que clarificam e/ou justificam as variações na estrutura e nos processos das organizações (FREEMAN, 2015).

Em ambos os casos, a TO é domínio acadêmico especializado no estudo dos fenômenos organizacionais, sob uma perspectiva macro (TSOUKAS; KNUDSEN, 2005), que “[...] envolve olhar para a) organizações individuais enquanto sistemas integrados, b) muitas organizações que se assemelham, ou c) interações entre grupos de organizações” (STARBUCK, 2003, p. 144-145, tradução nossa). Assim, unidade de análise da TO é a própria organização, ou subunidades da organização, seus mecanismos e suas estruturas, e não pessoas individuais, que são as unidades de análise às quais o Comportamento Organizacional se refere (FREEMAN, 2015).

Ao olhos de muitos acadêmicos organizacionais, a Teoria Organizacional — i.e., TO — é, portanto, concebida como um domínio multidisciplinar, multiparadigmático de pesquisa (REED, 1999; MARKÓCZY; DEEDS, 2009; OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011; PAES DE PAULA, 2016; REED; BURRELL, 2019; ACCARD, 2020), cujos esforços de teorização oportunizaram a construção de teorias relativas a realidade das organizações (WEICK, 1974; BACHARACH, 1989; POOLE; VAN DE VEN, 1989; WEICK, 1995b; FOLGER; TURILLO, 1999; ALVESSON; KÄRREMAN, 2007; HAMBRICK, 2007; WEICK, 2007; SUDDABY; HARDY; HUY, 2011; SUDDABY, 2014a; SHEPHERD; SUDDABY, 2017; CORNELISSEN, 2019; HANSEN; MADSEN, 2019; REED; BURRELL, 2019)

APÊNDICE B — DISCRIMINAÇÃO DOS ESTUDOS POR CRITÉRIO DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

CRITÉRIOS	PUBLICAÇÕES
I1	Accard (2020); Oswick, Fleming e Hanlon (2011); Whetten, Felin e King (2009); Whetten (2009); Zahra e Newey (2009).
E1	Banuelos (2016); Cervone (2007); Robertson e Ward (1973); Rynes e Brown (2011); Thomas (2012).
E2	Ackermann *et al.* (2014); Bray *et al.* (1994); Beverly e Andrew (2015); D'avray (2007); Flynn; Pagell e Fugate (2020); Lewis *et al.* (1987); Markus e Saunders (2007); Mingus e Catherine (2009); Wilson (2008).
E3	Accard (2020); D'avray (2007); D'avray (2007); Alexander e Nick (2016); Ali *et al.* (2018); Arlbjørn e Halldorsson (2002); Salam e Khan (2020); Assefa; Garfield e Meshesha (2015); Avison e Malaurent (2014); Avison e Malaurent (2014); Avison e Malaurent (2015); Árni; Juliana e Herbert (2015); Baskerville e Dulipovici (2006); Baskerville e Dulipovici (2006); Baskerville e Dulipovici (2015); Birenbaum (1995); Chandra *et al.* (2020); Chen (2008); Ciomaga (2013); Defee; Stank e Esper (2010); Defee; Stank e Esper (2010); Cyr e Chun (2010); Swanson *et al.* (2018); Davies; Manning e Söderlund (2018); Vega (2018); Doz (2011); Dubey e Altay (2018); Fellows e Liu (2020); Ford; Seers e Neumann (2013); Glaser (2002); Gligor; Esmark e Gölgeci (2016); Grant; Gyöngyi e Karen (2018); Gunasekaran, A. *et al.* (2018); Halldórsson; Hsuan e Kotzab (2015); Harland *et al.* (2006); Boer *et al.* (2015); Hong *et al.* (2014); Malsch; Gendron e Grazzini (2011); Zarei; Carrasco-Gallego e Ronchi (2019); Hudson e Ozanne (1988); Zhang e Xiao (2017); Harwood; Turnock e Ashleigh (2014); El Baz; Laguir e Stekelorum (2019); Jones e Karsten (2008); Kallio e Nordberg (2006); Kathi e Cooper (2007); Kauppi (2013); Kenworthy e Verbeke (2015); Kenworthy e Verbeke (2015); Kezar (2006a); Kummer *et al.* (2020); Lenfle e Söderlund (2019); Koulikoff-Souviron e Harrison (2008); Markus e Saunders (2007); Mitev e De Vaujany (2012); Mitev e De Vaujany (2012); Mitev e De Vaujany (2016); Montiel (2008); Nambisan (2003); Nambisan (2003); Pasadeos; Phelps e Edison (2008); Patel; Terjesen e Li (2012); Jonsson e Holmström (2016); Peterson (1985); Prockl; Bhakoo e Wong (2017); Samanthi; Paul e Peter (2017); Schwen *et al.* (1998); Somers (2010); Somers (2010); Spector (2013); Staples e Webster (2008); Stock (1996); Swanson *et al.* (2017); Thomas (2013); Tiwana (2019); Trevithick (2008); Ukwoma e Ngulube (2021); Whetten, Felin e King (2009); Whetten, Felin e King (2009); Xiang; Lu e Gupta (2013); Zahedi; Abbasi e Chen (2015); Zhang e Xiao (2017); Peachey, Schulenkorf e Hill (2020); Doherty (2013); Hall (2003); Zahra (2007); Polater (2020); Bhatnagar *et al.* (2020).
E4	Acevedo (2013); Ahlemann *et al.* (2013); Akdere e Roberts (2008); Anne e Helen (2015); Anton e Mojca (2019); Arlbjørn e Halldorsson (2002); Assefa; Garfield e Meshesha (2015); Barney e Felin (2013).Baskerville e Dulipovici (2006); Beach e Connolly (2005); Behl e Dutta (2019); Bhimani; Mention e Barlatier (2019); Bleijenbergh; Jorrit e Bondarouk (2021);Boer *et al.* (2015); Bredeson (1995); Burt *et al.* (2002); Carter (2011); Cavallari (2011); Chalofsky (2007); Chen (2008); Chatha *et al.* (2018); Chiesa e Przychodzen (2020); Christie (2015); Corbett *et al.* (2014); Cornelissen, Joep P. e Durand, Rodolphe (2014); Cyr e Chun (2010); Doz (2011); Dresang e Robbins (1999); Dubey e Altay (2018); Dwertmann e Knippenberg (2020); Dyckman e Zeff (1984); Ekanayake; Childerhouse e Sun (2017); El Baz; Laguir e Stekelorum (2019); Fevzi *et al.* (2017); Fischer; Göke e Rainer (2016); Fleetwood e Hesketh (2010); Ford; Seers e Neumann (2013); Frank (2008); Garten (2008); Gendron e Baker (2005); Gligor; Esmark e Gölgeci (2016); Goes; Savage e Friedman (2012); Gordon e Cleland (2020); Grant; Gyöngyi e Karen (2018); Greenwood e Bernardi (2013); Gunasekaran, Angappa *et al.* (2018); Gupta *et al.* (2012); Hall (2003); Halldórsson; Hsuan e Kotzab (2015); Harwood; Turnock e Ashleigh (2014); Helen *et al.* (2015); Heller e Rowlinson (2020); Hinojosa *et al.* (2016); Hirschhorn e Gilmore (1980); Horst (2018); Howard-Grenville; Metzger e Meyer (2013); Howlett e Goetz (2014); Hsuan e Parisi (2020); Izhar (2014); Jia *et al.* (2017); Jones e Karsten (2008); Johnson (2009); Jonsson e Holmström (2016); Kallio e Nordberg (2006); Kathi e Cooper (2007); Khan e Hefny (2019); Kauffman e Oliva (1994); Kauppi (2013); Kearney (2012); Kellett (1999); Kilduff e Tsai (2003); Knutsen (2012); Köseoglu *et al.* (2019); Koskinen (2010); Koskinen e Pihlanto (2008); Koulikoff-Souviron e Harrison (2008); Kummer *et al.* (2020); Landström; Harirchi e Åström (2012); Lee *et al.* (2016); Lenfle e Söderlund (2019); Li e Scullion (2006); Lim *et al.* (2013); Linn (2004); Locke e Golden-Biddle (1997); Loosemore (2015); Malmi e Granlund (2009); Wenzel e Koch (2018); Mccarter *et al.* (2020); Michailova e Mustaffa (2012); Mikalef, Pateli e Van De Wetering (2021); Mohit; Sangita e Shubhi (2019); Montiel (2008); Moretti (2017); Nambisan (2003); Narasimhan (2014); Nkomo e Rodriguez (2019); O'leary; Van Slyke e Kim (2010); Otenyo e Lind (2006); Padmi e Ben (2017); Pålsson e Sandberg (2020); Pasadeos; Renfro e Hanily (1999); Pérez-Nordtvedt *et al.* (2008); Peterson (1985); Pinder e Bourgeois (1982); Pitts e Fernandez (2009); Pollack *et al.* (2020); Poulis e Kastanakis (2020); Pozzebon e Pinsonneault (2005); Prakash *et al.* (2020); Raja e Thomas (2017); Reay e Whetten (2011); Reich *et al.* (2013); Birenbaum (1995); Augusto (2012); Pahre (1996); Hartmann (2009); Sandra e Lars (2018); Tiffany e Lutjens (1998); Clamp; Land e Gough (2004); Trevithick (2008); Delaney *et al.* (2014); Berger; Roloff e Roskos-Ewoldsen (2010); Anderson e Mcdaniel (1992); Mccarthy e Fitzpatrick (2014); Kitzie (2017); Zhao (2011); Hudson e Ozanne (1988); Hossein; Levent e Glauco (2018); Oh (2010); Tafesse e Skallerud (2017); Lubatkin (2005); Janiszewski; Labroo e Rucker (2016); Riggs *et al.* (1970); Lichtenthal (1991); Lin (2019); Winder e Kanno (1981); Hannawa e Spitzberg (2015); Zhang; Ackerman e Adamic (2007); Trickett (2005); Zhao e Zhu (2016).Ronald *et al.* (2011); Sanders e De Cieri (2021); Sanders; Fugate e Zacharia (2016); Salam e Khan (2020); Sarkheyli *et al.* ; Eva (2019); Savall *et al.* (2014); Schinagl e Shahim (2020); Schwen *et al.* (1998); Serenko e Bontis (2016); Shadnam (2021); Somers (2010); Spagnoletti; Baskerville e De Marco (2013); Staples e Webster (2008); Stentoft e Rajkumar (2018); Steve e Anthony (2008); Strutzenberger e Ambos (2014); Suddaby (2010); Suddaby, Hardy e Huy (2011); Suddaby, Hardy e Huy (2011); Sundtoft e Aseem (2019); Swanson *et al.* (2017); Swanson *et al.* (2018); Swanson *et al.* (2020); Tarantino L e Spagnoletti (2013); Thomas (1990); Thomas (2013); Tsui (2009); Tuczek; Castka e Wakolbinger (2018); Tunca *et al.* (2015); Uraon (2017); Usman *et al.* (2019); Van Der Waldt (2016); Van Wart (1990); Van Wart e Cayer (2006);Vega (2018); Vicki (2010); Virta e Widén (2011); Xiang; Lu e Gupta (2013); Xiaohong e Mckinnon Alan (2019); Waqar *et al.* (2019); Wu; Hsu e Yeh (2007); Yang (2004); Yang; Fu e Zhiduan (2019); Zarei; Carrasco-Gallego e Ronchi (2019); Zeng e Glaister (2017); Ziad; Iain e Benjamin (2019); Zhao *et al.* (2020); Zahoor e Al-Tabbaa (2020). Zahra (2007); Bakker (2015); Berkovich (2020); Dekkers e Kühnle (2012); Floyd (2009); Fulmer e Ployhart (2014); Haugh (2012); Hong *et al.* (2014); Markóczy, Lívia e Deeds, David L. (2009); Patel; Terjesen e Li (2012); Quain *et al.* (2016); Tams (2010); Tsui (2007); Verbeke; Von Glinow e Luo (2017); Zahedi; Abbasi e Chen (2015); Wiseman e Anderson (2013); Cook e Wei (2009); Kazer e Fitzpatrick (2012); Davies; Manning e Söderlund (2018); Fellows e Liu (2020); Grover e Lyytinen (2015); Jiang *et al.* (2016); Kenworthy e Verbeke (2015); Malsch; Gendron e Grazzini (2011); Moeini *et al.* (2020); Murray; Evers e Janda (1995); Cadeaux (1997); Burton (2001); Gustafsson *et al.* (2016); Sheth e Sisodia (2006); Brody (2016); Irina; Kamel e Keith (2018); Karanasios (2014); Glaser (2002); Edison *et al.* (2020); Niles e Lubell (2012); Gudykunst (1985); Möller (1994); Sheth e Sisodia (2006); Avison e Malaurent (2014); Burton (2005); Leong (1985); Rosen (1981); Oh e Syn (2015); Nilsen *et al.* (2013); Belk e Sobh (2018); Dumay e Rooney (2018); Bedu-Addo; Ojiambo e Godwyll (2014); Kitto *et al.* (2013); Van Der Geest (1996); Kezar (2006b); Pasadeos; Phelps e Edison (2008); Mitev e De Vaujany (2012); Vargo e Lusch (2017); Jacobson (2007); Holmberg e Widén (2012); Trevithick (2011);Peachey; Schulenkorf e Hill (2020); Ciomaga (2013); Tandberg e Griffith (2013); Daneva (2017); Prockl; Bhakoo e Wong (2017); Harland *et al.* (2006); Sampurna; Bikram e Vipul (2019); Mumford (2010); Gustafsson e Bowen (2017); Tiwana (2019); Grunig (1992); Erichsen e Christensen (2013); Hoppe (2010); Meleis (2011); Wilkins; Neri e Lean (2019); Spector (2013); Stock (1996); Hill (2000); Ukwoma e Ngulube (2021); Wang e Wang (2020); Stergiou e David (2018); Loon Quan (2020); Crossler *et al.* (2018); Murray e Evers (1989); Truex, Holmström e Keil (2006); Storberg-Walker (2007); Kenworthy e Balakrishnan (2016); Woo *et al.* (2011); Line e Runyan (2012); Doherty (2013), Podoshen *et al.* (2015); Kjærgaard; Vendelø (2015); Scherer; Allen; Harp (2016); Surdu; Mellahi (2016); Landström e Harirchi (2018), Seuring *et al.* (2020); Seo, Lee e Ardichvili (2021); Eriksson e Engström (2021); Donthu *et al.* (2021); Stephens *et al.* (2022); Kumar; Singh (2021); Bhatnagar *et al.* (2020); Polater (2020).

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

APÊNDICE C — APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE QUALIDADE QA NAS PUBLICAÇÕES PRIMÁRIAS

		CRITÉRIOS QA1																
		ITENS GERAIS											ITENS ESPECÍFICOS					
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	*QUALITY SCORE*	DECISÃO
PUBLICAÇÕES	Whetten, Felin e King (2009)	1	1	1	1	0,5	1	1	1	1	0,5	1	1	1	1	0,5	3,4	Aceitar
	Whetten (2009)	1	1	1	1	0,5	1	1	1	1	0,5	1	1	1	1	0,5	3,4	Aceitar
	Zahra e Newey (2009)	1	0,5	0,5	1	0,5	1	1	1	1	0,5	0,5	0,5	1	1	0,5	2,9	Aceitar
	Oswick, Fleming e Hanlon (2011)	1	1	1	1	0,5	1	1	1	1	0,5	1	1	1	0,5	0,5	3,0	Aceitar
	Accard (2020)	1	1	0,5	1	1	1	0,5	1	1	0,5	1	1	1	1	0,5	3,0	Aceitar

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

APÊNDICE D — ILUSTRAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DO MEU HORIZONTE

Como exposto na Etapa 1, a leitura prévia dos textos de Oswick, Fleming e Hanlon (2011) e Whetten, Felin e King (2009) aproximaram-me, inicialmente, da temática em questão. A leitura dos demais textos presentes na Introdução e no Capítulo 2 desta tese, em consonância com os estudos primários constituintes do *corpus* de pesquisa, oportunizaram minha postura favorável em relação ao processo de importação de teorais estranegerias no domínio da Teoria Organizacional. Não obstante a presença de diversas críticas[188] endereçadas a importação de teorias na literatura acadêmica organizacional, considero que: este é um processo legítimo de teorização, o qual tem contribuído para o estabelecimento dos referidos domínio e, por conseguinte, da construção de conhecimento neles. Esta afirmação foi incorporada ao meu horizonte e, por conseguinte, a maneira como abordei e compreendi os textos.

As críticas acerca desse processo de teorização na literatura da Teoria das Organizações contribuíram para composição de meu *praejudicium*. Elas despertaram algumas inquietações sobre as formas pelas quais os acadêmicos organizacionais têm conduzido e justificado a importação de teorias estrangeiras. Entre as inquietações derivadas de minhas reflexões acerca das críticas, destaco as seguintes: As críticas, realmente, invalidam, como um todo, a teorização por vias de importação e, posterior, domesticação de teorias estrangeiras no domínios da TO? Que críticas não se sustentam mais por já terem sido respondidas pelos defensores da importação de teorias? Em relação as críticas ainda consideradas pertinentes, quais delas denotam os limites deste tipo de teorização sem invalidar seu processo e contribuição para o desenvolvimento de conhecimento nesses domínios? Que aspectos ausentes ou falhos nos *frameworks* existentes de transposição de teorias na literaturas da TO são apontados nas críticas? As lacunas apontadas pelos críticos demandam a necessidade de repensar o *modus operandi* e as formas existentes de avaliação desse processo?

Para ilustrar como as críticas teceram meu *praejudicium*, apresento o seguinte exemplo de reflexão. Reconheço que, a domesticação realiza um “amassamento” da teoria importada, como apontado pela Profa. Dra. Sueli Goulart durante a etapa de qualificação do projeto de tese e do ensaio teórico. Esta crítica é bastante recorrente em vários textos que abordam a temática de importação de teorias. Esse “amaçamento” refere-se as adaptações, muitas vezes, impostas sobre uma determinada teoria, para adequá-la a um novo fenômeno ou contexto de aplicação. Isso pode resultar em distorções agudas da teoria, a ponto de descaracterizá-la. Este fato direciou-me a seguinte constatação: uma teoria importada, dificilmente, durante seu processo de importanção e, consequente, domesticação, não terá alguns de seus pressupostos e/ou elementos — i.e., construtos ou conceitos, por exemplo —, modificados, mesmo que de maneira sútil.

Sendo assim, duas reflexões emergiram dessa constatação: Primeiro, se a crítica é direcionada a invalidação da prática de domesticação *per se*, enquanto via de teorização, então os estudiosos organizacionais deveriam abandonar esse processo de construção de conhecimento. Neste sentido, os processos de importação

[188] Essas críticas foram descritas e debatidas na Introdução da tese.

e, consequente, domesticação são considerados caminhos dúvidosos e, portanto, não confiáveis para o desenvolvimento de *insights*, conhecimentos, ou teorias no campo da TO. Os proponentes dessa linha de raciocínio acreditam que, os acadêmicos organizacionais devem canalizar seus esforços de teorização para cultivar teorias endogénas, ao invés de transpor teorias de outros domínios do conhecimento. Sou simpático ao fato de que: o desenvolvimento de teorias endogénas seja estimulado e, considerado uma alternativa viável de teorização nos domínios supracitados. Contudo, não compactuo, particulamente, com o argumento de que os acadêmicos organizacionais devem renunciar o processo de construção de conhecimento por vias de importação de teorias estrangeiras. Aceitar isso, seria, na minha opinião, relegar a história de formação desses dois domínios, cuja a constituição tem sido, fortemente, ancorada em práticas de importação e, consequentemente, domesticação de teorias estrangeiras, conforme afirmam, por exemplo, Floyd (2009), Whetten, Felin e King (2009), Zahra e Newey (2009), Kenworthy e Verbeke (2015), Accard, Philippe (2020), Berkovich (2020) e Fellows e Liu (2020).

Sou a favor do seguinte argumento: considerando o caráter multi-paradigmático dos EO e da TO, esses dois modos de teorização podem co-existir enquanto caminhos para construção de conhecimento nesses dois domínios. Não defendo que, eles sejam, necessariamente, complementares. Nem advogo por uma incompatibilidade radical de suas existências, isto é, a presença de um anula, totalmente, a presença do outro. É necessário reconhecer que, eles são formas diferentes de teorizar. As teorias endogénas possuem uma perspectiva interna, cuja geração da teoria é realizados pelos acadêmicos organizacionais, a partir de suas elocubrações e pesquisas de fenômenos relacionados as organizações. A teoria endogéna, como a prórpia denominação aponta, emerge dentro da TO.

Em contraste, as teorias importadas assumem uma abordagem externa, isto é, foram concebidas fora desses dois domínios do conhecimento. Embora os estudiosos organizacionam se apropriem dessas teorias para desenvolver conhecimento, elas não foram, necessariamente, pensadas para explicar fenômenos de natureza organizacional. A adoção do caminho pela teorização endogéna, na minha opinião, não inválida ou desletigimiza *per se* a contrução de conhecimento por vias de importação de teorias. Ao chegar a esta conclusão, fui em direção a outra rota de reflexão.

Segundo, se a crítica remete a uma desqualificação do *modus operandi* dos processos de importação e domesticação de teorias estrangeiras, então a legitimidade dessa forma de teorização ainda pode ser preservada. Caso isso ocorra, o foco da discussão é dirigido para a ausência de rigor — particularmente, científico — acerca de como este tipo de teorização é realizado e justificado pelos acadêmicos organizacionais. Os eforços provenientes da importação e, consequente, da domesticação não fornecem subsídios necessários e suficientes para julgar se: os *insights*, os conhecimentos, ou as teorias desenvolvidos, por intermédio deste modo de teorização, são válidos e confiáveis. A falta de clareza nos critérios, nas etapas, nas racionalidades e, nos níveis de análise adotados compromete o mérito deste processo de teorização e, por conseguinte, das contribuições derivadas de seus esforços. Isso pode ser observado, por exemplo, nas evidências a seguir: a) não existe uma explicação inteligível, na maioria dos casos, dos porquês da escolha de importar uma dada teoria para dentro do domínio da TO; b) há uma escassez de marcadores que permitam avaliar e justificar, com o devido rigor científico, os ajustes impostos as teorias estrangeiras, para fins de compreensão dos fenômenos organizacionais. Em resumo, este formato de teorização, conforme essa crítica, carece de uma certa

sistematicidade — de preferência científica ou lógica — sobre como seu processo deve ser conduzido na TO.

A validação dessa segunda crítica, destarte, dificulta, por exemplo, que outros pesquisadores organizacionais sejam capazes de compreender e, por conseguinte, julgar se: a) uma dada teoria transpostada de seu domínio de origem é, realmente, apropriada para explicar os fenômenos organizacionais; b) os pressupsotos onto-epistemológicos, axiológicos, conceituais e metodológicos de uma teoria importada foram — de maneira coerente e prudente —ajustados para atender as demandas de construção de conhecimento do campo de destino, sem, necessariamente, descaracterizá-la, a ponto de não ser mais reconhecida como originalmente concebida; c) os *frameworks* — e seus respectivos marcadores — de importação de teorias estrangeiras são necessários e suficientes para avaliar os seus processos de transposição e domesticação na TO; e, por fim, d) as contribuições geradas pela adoção da teoria importada — tanto para o campo de origem, quanto para o campo de destino — são coerentes e apoiam-se em argumentos válidos e verdadeiros.

A leitura dos textos — em especial, dos argumentos apresentados a favor e contra a importção de teoria — direcionaram-me a seguir o caminho traçado pela segunda crítica. A ausência de rigor e de marcadores nos *frameworks* de importação de teorias, propostos pelos estudiosos organizacionais, que tornasse objetivas as avaliações desse processo, compuseram minhas suposições prévias e, por conseguinte, meu *praejudicium* que me permitiu realizar afirmações de conhecimento sobre o fenômeno investigado nesta RSL.

APÊNDICE E — FUSÃO DOS HORIZONTES DA ANÁLISE HERMENÊUTICA

Neste apêndice, apresento a análise hermenêutica dos *frameworks* de importação de teorias estrangeiras, particularmente, de *radical traveling theories*, existentes na literatura de Teoria Organizacional. Não me prendi a um exame meramente descritivo das propriedades e elementos dos modelos apreciados na revisão sistemática de literatura. Em complemento a isso, busquei desvelar as intenções imanentes dos horizontes dos textos e seus entendimentos acerca desse método de teorização. Confrontei esse horizonte com o meu para obter a fusão de horizontes e, assim, as compreensões dos *modus operandi* de importação dos modelos.

Introduzo a análise pelo *framework* de Whetten, Felin e King (2009). Poderia ter iniciado por qualquer um dos modelos, mas, por questões de conveniência, escolhi esse modelo como ponto focal da análise dos padrões de significado do *modus operandi* de importação de *radical traveling theories* no domínio da Teoria Organizacional. A intenção prima do texto desses estudiosos é legitimar o *modus operandi* unidirecional de importação e domesticação de teorias estrangeiras, fundamentado na racionalidade de ressonância analógica, na TO; apesar das severas críticas que esse padrão de teorização recebeu ao longo dos últimos anos. No *horizontal e vertical borrowing*, há uma clara indicação e defesa, no *framework* dos autores, do *modus operandi* unidirecional de importação de teorias estrangeiras. Não há uma sequer uma passagem no artigo que sinalize uma troca bidirecional de construção de conhecimento entre contextos. A teoria é transferida unilateralmente de seu domínio de referência para ser aplicada no contexto social organizacional.

Esses estudiosos desenvolveram um *framework* cuja proposta é sanar algumas das negligências metodológicas e epistêmicas cometidas pelos estudiosos organizacionais, particularmente, quando transpõem teorias, oriundas de outros domínios disciplinares, para o contexto social organizacional. Em particular, o contorno analítico-explicativo desse modelo é atrelado às questões de sensibilidade contextual e nível de análise organizacional, assim como seus efeitos de teorização, na importação e domesticação unidirecional de teorias estrangeiras para o contexto social organizacional. A relevância de observar essas sensibilidades reside, portanto, na constatação dos autores de que é sintomática a tendência dos teóricos organizacionais em negligenciar o contexto e o nível de abstração da teoria, quando a importam e ajustam para atender às demandas da TO. Essa é uma das principais justificativas para a proposição desse *framework*.

O *framework* de Whetten, Felin e King (2009) é composto por dois *modus operandi* unilaterais distintos, porém complementares, de importação de teorias estrangeiras, a saber: *horizontal borrowing* e *vertical borrowing*. Esses processos de importação são fundamentados na racionalidade dedutiva de ressonância analógica. O enfoque de teorização desses modos de importação está na transposição unilateral da teoria estrangeira de seu contexto de origem para aplicá-la no contexto organizacional, seja domesticando ou não seu nível de análise/abstração. Esse é o limite e escopo analítico desses métodos de teorização, consoante os autores.

Devido ao *modus operandi* unidirecional, as contribuições do *horizontal e vertical borrowing* para o conhecimento e, assim, construção/aprimoramento da teoria estrangeira, ficam restritas ao domínio da Teoria Organizacional. Os ajustes, refinamentos ou extensões na estrutura lógica da teoria importada, sejam ou não

referentes às mudanças no seu nível de análise/abstração, para entender os fenômenos organizacionais, restringem-se aos contornos desse contexto. As modificações na teoria estrangeira, e suas novas aplicações, no domínio da TO não dialogam, para fins de legitimação, com a comunidade acadêmica do campo de origem da teoria. Nesse modelo, é ausente a preocupação de refletir sobre como a domesticação da teoria estrangeira, derivada de sua importação horizontal e/ou vertical para o contexto organizacional, pode favorecer o avanço de suas teorizações em seu contexto de referência. Esses *modus operandi* não intentam explicar a construção bidirecional de conhecimento entre contextos. Na verdade, eles visam expandir o uso e/ou poder explicativo da teoria estrangeira para o contexto social organizacional. Com isso, amplia-se o conhecimento organizacional sobre os fenômenos de interesse da Teoria das Organizações A teorização desses métodos de importação é, portanto, alicerçada no pensamento dedutivo.

A nuance epistemológica do *horizontal e vertical borrowing* revela condições distintas de importar e domesticar teorias estrangeiras, como também expõe uma relação condicional de teorização entre eles. O caráter epistêmico desses *modus operandi* de importação denota duas maneiras inter-relacionadas de gerar conhecimento organizacional e, assim, compreender os fenômenos relacionados às organizações ou o organizar. Em ambos os casos, o conhecimento só pode ser construído se a teoria estrangeira for transposta de seu contexto de origem para o contexto social organizacional. A importação horizontal da teoria entre contextos é uma condição necessária de teorização para esses *modus operandi*, porém não suficiente para o *vertical borrowing*. A ocorrência desse último modo de importação é, em parte, dependente da satisfação do deslocamento da teoria entre contextos promovido pelo *horizontal borrowing*. Todavia, o *vertical borrowing* demanda também domesticações no nível de análise/abstração da teoria importada. Essa condição singular de possibilidade de ocorrência da importação vertical não é necessária, tampouco suficiente para o processo do *horizontal borrowing*.

Em razão de seu *modus operandi cross-context*, o h*orizontal borrowing* remete à transferência de uma teoria entre contextos distintos. Esse modo de importação está vinculado as teorizações do tipo *horizontal borrowing-as-theories in organizations*. A teoria estrangeira é transposta unilateralmente de seu contexto social de referência para ser aplicada no contexto social organizacional, com o objetivo de prover explicações acerca dos fenômenos observados nas organizações. A teoria deve cruzar as fronteiras de seu contexto para nutrir teorizações no contexto social organizacional. Nesse *framework*, o organizacional denota um contexto distinto de teorização. Sendo assim, a construção de conhecimento nesse modo de importação procede de maneira dedutiva.

Algumas condições inter-relacionadas devem ser satisfeitas para justificar o uso do *horizontal borrowing*. Tais condições sinalizam os limites de aplicação e teorização desse modo de importação de teorias estrangeiras. As condições são descritas a seguir: a) o contexto social de onde se pretende importar teorias tem que deter uma teoria capaz de explicar um ou alguns dos fenômenos do outro contexto; b) o processo de importação deve manter a homogeneidade interna da teoria estrangeira entre contextos diferentes; c) deve existir um tipo similar de fenômeno em ambos os contextos sociais; d) a teoria importada precisa explicar um mesmo ou um tipo similar de fenômeno tanto no contexto de referência, quanto no contexto alvo; e) a teoria estrangeira precisa funcionar, ou explicar um fenômeno, de maneira análoga em ambos os contextos sociais; f) é necessário atentar para as diferenças contextuais, particularmente, como as dissimilaridades estruturais impactam na importação e

domesticação da teoria estrangeira no contexto social de destino; g) o nível consistente de análise da teoria importada é assegurando quando o contexto de destino se apropria da teoria sem, necessariamente, modificar seu nível de abstração; h) deve-se atentar às questões relacionadas à sensibilidade dos efeitos das diferenças entre contextos, quando uma teoria estrangeira é transposta e domesticada; i) o padrão de racionalidade que rege o modo de importação horizontal é o analógico.

O *vertical borrowing* envolve a importação de teorias estrangeiras, formuladas em níveis diferentes de análise, significando níveis distintos de abstração, entre contextos sociais. Esse *modus operandi* abrange transposições e apropriações de teorias circunscritas em níveis superiores e inferiores de análise, como, por exemplo, nível macro ou micro de abstração, ou nível individual ou social. Algumas condições inter-relacionadas fundamentam o uso do *vertical borrowing*. Tais condições sinalizam os limites de aplicação e teorização desse modo de importação: a) enquanto o horizontal borrowing é uma prática *cross-context*, a perspectiva epistêmica do *vertical borrowing* é cross-level; b) a teoria importada deve ser aplicada no contexto organizacional em um nível de análise distinto daquele em foi desenvolvida no seu contexto de referência; c) o termo organizacional remete tanto ao fato das organizações serem atores sociais coletivos, isto é, um contexto social particular, quanto a um nível particular de análise; d) a prática de importação vertical guia teorizações direcionadas ao nível de análise organizacional; e) as teorias estrangeiras importadas devem ser domesticadas como teorias de organizações, as quais provêm explicações para os fenômenos de nível organizacional; f) deve-se atentar às questões relacionadas à sensibilidade dos efeitos do nível de análise organizacional, quando uma teoria estrangeira é transposta e domesticada entre contextos; g) a racionalidade analógica norteia o modo de importação vertical.

A satisfação dessas condições identifica os limites de generalização da teoria importada horizontalmente e/ou verticalmente para outros campos de conhecimento, especialmente, sua adoção no contexto organizacional. Em ambos os *modus operandi* de importação, a questão referente à homologia da teoria importada demanda, assim, um cuidado particular com a sensibilidade aos efeitos do contexto e nível de análise/abstração organizacional. Essa sensibilidade é primordial na estrutura epistêmica do *framework*, pois permite importar e domesticar, de forma apropriada, a estrutura lógica da teoria no contexto e nível de análise organizacional, consoante a satisfação das condições do *horizontal* e *vertical borrowing*.

Em virtude de as propriedades prototípicas dos contextos sociais serem distintas entre si, uma das características do *horizontal borrowing* é sua sensibilidade para o contexto — i.e., *context sensitivity*. A sensibilidade aos efeitos do contexto organizacional assegura uma importação adequada da teoria estrangeira. Uma das principais maneiras de aprimorar essa prática de teorização é torna-la mais sensível ao contexto em questão. Atentar para a sensibilidade contextual possibilita traçar um paralelo das diferenças contextuais entre o contexto de origem da teoria estrangeira e o contexto onde será aplicada. Alinhado a isso, esse tipo de sensibilidade torna possível conceituar as idiossincrasias acerca do contexto organizacional, enquanto contexto social. Com isso, pode-se pensar como as características distintivas do contexto afetam a domesticação da estrutura lógica da teoria importada. As diferenças contextuais promovem comparações entre os contextos de importação de teoria, permitindo a identificação dos mecanismos específicos de teorização em cada contexto. No *horizontal borrowing*, deve-se preservar à homologia da teoria estrangeira, ou seja, é mister que ela funcione, ou explique um fenômeno, de maneira análoga, tanto no seu contexto de origem, quanto no de destino.

Similar a importação horizontal, as características prototípicas de um nível de análise/abstração são, em geral, diferentes daquelas encontradas em outros níveis. Logo, é importante adotar uma abordagem sensível ao nível de análise/abstração da teoria a ser importada. O nível de análise/abstração de uma teoria demanda, muitas vezes, domesticações em sua estrutura, para que seja aplicada, de modo apropriado e coerente, no nível de análise/abstração organizacional. O *framework* estabelece o uso de um contínuo de teorias de homologia de nível cruzado para explicar a sensibilidade ao nível de análise em teorizações verticais. Esse *continuum* vai de teorias metafóricas às teorias idênticas. Ademais, esse modelo também contempla as diferença de importação vertical entre teorias paradigmáticas e proposicionais.

Quando as diferenças entre os níveis de análise/abstração da teoria importada, para compreender um fenômeno organizacional, são considerados fundamentalmente incompatíveis, a importação vertical é limitada a aplicações metafóricas e análogas da teoria estrangeira no contexto social organizacional. A transposição de teorias metafóricas tende a utilizar analogias para estabelecer semelhanças entre o nível nativo de abstração da teoria estrangeira e seu novo nível de aplicação no contexto organizacional. Lembrando que essas teorias não foram, originalmente, concebidas para teorizar sobre os fenômenos do contexto social organizacional. Logo, a importação de teorias metafóricas é marcada por uma teorização de “baixa precisão e previsão”, cujo intuito está em explorar/construir teorias.

Equivalente às teorias metafóricas, utiliza-se de artifícios de analogia na importação de teorias idênticas entre os diferentes níveis de análise. Os níveis de abstração da teoria permanecem consistentes ou mesmo idênticos em todos os níveis de análise utilizados para prever a magnitude e o padrão de relacionamentos manifestos nos fenômenos de interesses. Como a estrutura da teoria e seu nível de abstração tendem a permanecer inalterados, a importação dessas teorias é caracterizada por fornecer uma alta precisão de previsão dos fenômenos e testes (confirmatórios) da teoria.

No tocante a importação de teorias paradigmáticas, verifica-se as semelhanças na transposição de uma teoria particular entre contextos quando os *insights* distintos que a caracterizaram em seu nível ou contexto nativo são verdadeiros no novo contexto. De maneira semelhante, espera-se que, no caso da teoria proposicional, a utilidade preditiva ou explicativa de um conceito, em relação a outros conceitos, seja consistente entre contextos ou níveis distintos. Em outros termos, a rede nomológica de um conceito não deve ser alterada significativamente por uma mudança de contexto ou nível de análise.

A racionalidade analógica, como já mencionado, fundamenta os *modus operandi* do *horizontal e vertical borrowing*. O processo de importação e domesticação deve assegurar que a teoria estrangeira funcione de maneira, aproximadamente, semelhante entres contextos e níveis de análise, quando aplicada para explicar os fenômenos organizacionais. Em outros termos, o pensamento analógico-comparativo desses processos de importação justifica-se na premissa de que a teoria estrangeira deve funcionar no contexto e nível organizacional de maneira similar ao seu uso no contexto e nível de abstração originais. É priorizada a importação dos elementos estruturais da teoria que mantêm similaridades funcionais entre os diferentes contextos e/ou níveis de aplicação.

A teorização analógica, inerente aos modos horizontal e vertical de importação unilateral, envolve a seleção de pontos de referência conceituais da estrutura da teoria, com base em semelhanças previsíveis e evidentes, para aplicá-los no contexto social organizacional. Além de sinalizar o que deve ou pode ser importado (ou

domesticado na) da teoria, a inserção dessa racionalidade analógica nos procedimentos desse método de teorização implica em questões epistêmicas fundamentais quanto à construção de conhecimento ou teoria organizacional. Na importação unidirecional, tal construção é desenvolvida mediante artificio de comparação entre a versão original da teoria e a variante (dos elementos) de sua estrutura importada/domesticada. A comparação permite analisar se a teoria mantém sua funcionalidade entre contextos e níveis de análise díspares. Isso implica em encadeamentos epistêmicos na prática de domesticar teorias. A domesticação tende a realizar modificações mínimas na estrutura lógica da teoria, para ajustá-la às demandas do contexto e do nível de análise organizacional. As alterações incorridas na teoria não devem descaracterizar seu propósito e estrutura, a ponto de torna-la irreconhecível quando utilizada para compreender os fenômenos organizacionais.

A sensibilidade para o contexto e o nível de análise, na minha interpretação, garantem a coerência desse método de teorização; e, portanto, não são apenas aspectos normativos relacionados as boas práticas de como se deve importar uma teoria de outro domínio disciplinar. Essas duas sensibilidades são marcadores de coerência desse método de teorização. A coerência dos processos de importação e domesticação de teorias estrangeiras, conforme esse *framework*, deriva da instituição de pontos de convergência entre domínios e níveis de análise, relativamente, díspares. O artificio de metáforas e analogias permitem estabelecer tais pontos e, assim, adaptar a estrutura da teoria estrangeira de tal forma que atenda às demandas do contexto social organizacional. Isso denota que o conhecimento é desenvolvido por meio de analogias e, em alguns casos, metáforas, nesse método de teorização. Recomenda-se a condução desse método de teorização quando há similaridades evidentes entre contextos ou níveis de análise, ou quando eles compartilham o mesmo fenômeno.

O emprego da racionalidade analógica não implica, fatalmente, em desconsiderar as dissimilaridades estruturais da teoria estrangeira no seu processo de importação horizontal ou vertical para o domínio da Teoria Organizacional. A compreensão dessas dissimilaridades direcionam a um entendimento dos elementos da teoria que funcionam de forma dissonante entre contextos e níveis de análise. A observância das questões referentes à sensibilidade ao contexto e nível de análise da teoria estrangeira tendem a dirimir algumas das consequências indesejáveis às teorizações decorrentes do *horizontal* e *vertical borrowing*. Essas resultantes desfavoráveis derivam da não satisfação das condições de realização desses processos de importação, bem como representam conduções inapropriadas de seus *modus operandi*. A falta de compreensão das dissimilaridades estruturais de uma teoria entre diferentes contextos e níveis distintos de abstração pode direcionar a diagnósticos inconsistentes ou, quiçá, incoerentes de sua funcionalidade. Desconsiderar as diferenças contextuais e de nível de análise resulta em aplicações inapropriadas da teoria importada no contexto social organizacional. Devido a isso, há um esvaziamento do poder explanatório e explicativo da teoria, cujas conceptualizações podem descaracterizar seu propósito original. Efetuam-se conceptualizações sobre a estrutura lógica da teoria que descaracterizam ou deixam de capturam sua riqueza explicativa, na ocasião em que é aplicada, em diferentes níveis de análise, no contexto organizacional.

O reconhecimento das dissimilaridades estruturais entre contextos e níveis de abstração de aplicação da teoria estrangeira, no *framework* dos autores, não remete, entretanto, na inserção de contrafactualidades e do raciocínio dissonante no *modus operandi* unidirecional de importação horizontal e vertical. Ao contrário, a sensibilidade

para o contexto e nível de análise possibilita identificar as contrafactualidades. Dessa forma, é possível determinar que elementos da teoria estrangeira devem ser importados e como devem ser domesticados, para que ela funcione no contexto organizacional, de maneira análoga ao seu uso no campo de origem. As dissimilaridades estruturais indicam até que ponto o poder explicativo e a estrutura lógica da teoria pode ser reduzida, mantida ou estendida quando importada para compreender os fenômenos organizacionais. Nesse *framework*, as contrafactualidades possuem a função de excluir as dissimilaridades estruturais do processo de importação e domesticação de teorias estrangeiras.

O uso diminuto da racionalidade dissonante na importação unidirecional possui, na minha opinião, algumas consequências epistêmicas graves para esse método de teorização. Primeiro, a importação ficaria restrita apenas àquelas teorias que se demonstrasse capazes de funcionar de forma análoga no contexto organizacional, com ou sem a necessidade de domesticá-las. Segundo, em decorrência disso, evitar-se-ia importar uma teoria cujas dissimilaridades não a possibilitasse funcionar no contexto organizacional de maneira semelhante ao seu contexto original, mesmo após esforços de domesticá-la. Terceiro, a aplicação da teoria pode acarretar em amassamentos na sua estrutura lógica, descaracterizando-a, parcialmente ou totalmente, para atender às necessidades do contexto social organizacional. Dessa maneira, força-se o encaixe da teoria no novo contexto e/ou nível de abstração, desconsiderando seu escopo e o limite de seu poder de explicação. Independentemente de se considerar as sensibilidades no processo de importação, acredito que, no caso das duas últimas consequências, há a chance de realizar importações incoerentes e aplicações inapropriadas da funcionalidade da teorias no novo contexto ou nível de análise, cujas conceptualizações descaracterizem seu propósito, esvaziando, assim, seu poder explanatório e explicativo.

Em termos de contribuição teórica para o contexto social organizacional, o *horizontal borrowing* visa expandir o uso e poder explicativo da teoria estrangeira para compreender os fenômenos observados nas organizações. Nesse sentido, esse modo de importação está vinculado às teorizações do tipo *theories in organizations*. Já o *vertical borrowing* almeja prover explicações de fenômenos de nível organizacional, mediante a incorporação da teoria importada no arcabouço existente de teorias das organizações. Na demarcação da importação *cross-context* e *cross-level* de teoria, as diferenças de contexto e nível de análise da teoria propiciam duas formas distintas de contribuição para essas práticas de teorização: a) contribuição da teoria; b) contribuição para a teoria. A contribuição da teoria remete a aplicação da teoria no contexto organizacional. O intuito é gerar uma nova explicação de um fenômeno nesse contexto. Aqui, as diferenças contextuais relevantes devem ser apreciadas para garantir o uso análogo da teoria entre contextos. A contribuição para a teoria refere-se ao aperfeiçoamento da teoria quando utilizada no contexto organizacional. O objetivo é avaliar e expandir o alcance contextual da teoria, observando como ela se "comporta" no referido contexto. Nesse caso, a sensibilidade contextual opera para: a) identificar que diferenças contextuais alteram as explicações da teoria importada sobre um fenômeno para, assim, adicioná-las à estrutura da teoria; b) compreender como tais diferenças modificam essas explicações

Há algumas observações adicionais sobre o *horizontal* e o *vertical borrowing*. Embora esteja ciente de que a compreensão do processo de importação e domesticação de uma teoria estrangeira não se esgota nesses dois *modus operandi*, endosso que ambos são partes essenciais e constituintes desse método de teorização no domínio da Teoria Organizacional. O contexto social e o nível de análise podem

servir como marcadores para avaliar as inconsistências e incoerências da importação e domesticação de teorias estrangeiras na Teoria Organizacional.

Com exceção da história das perspectivas contextuais e conceituais da teoria importada, o *framework* dos autores não sinaliza como poderíamos avaliar esses marcadores. Em outras palavras, o modelo não explica em que consiste uma análise do contexto social e das diferenças de abstração da teoria quando aplicada no domínio da Teoria Organizacional. Há uma preocupação de tratamento metodológico, ao invés de teórico na teorização vertical quanto a sensibilidade ao nível e ao contexto. Não se examina a história das perspectivas teóricas e conceituais das teorias estrangeiras para determinar se ela pode ser aplicada de maneiras ao nível e ao contexto de destino. Falta ao *framework* marcadores específicos para examinarmos e assim, compreendermos, como foi conduzida a importação de determinada teoria estrangeira. Não obstante a presença de alguns marcadores epistêmicos, como, por exemplo, importação unidirecional, racionalidade analógica, nível de abstração da teoria, e contexto, não há uma sinalização clara de como operacionalizá-los, tampouco de critérios específicos, para compreender e analisar esses *modus operandi*.

A sensibilidade para o contexto e nível de análise asseguram a coerência da importação e domesticação da teoria no domínio disciplinar da Teoria Organizacional. Logo, devem ser concebidos como marcadores epistemológicos desse método de teorização. A teoria estrangeira deve funcionar de maneira similar entre contextos e níveis de abstração distintos, mesmo após sua domesticação. As dissimilaridades estruturais dos contextos e do nível de abstração da teoria também possuem uma função epistêmica de manter a coerência dos processos de importação e domesticação da teoria estrangeira. A observância das dissimilaridades evita que elementos dissonantes da teoria com o contexto da Teoria Organizacional e o nível de análise organizacional sejam utilizados para explicar os fenômenos organizacionais. Apesar das sensibilidades para o contexto e o nível de análise assumirem a função de marcadores de coerência desse método de teorização, o *framework* carece de critérios típicos para conseguirmos realizar a avaliação da coerência da importação e da domesticação de uma teoria estrangeira.

Com base nas diretrizes do *framework*, só seriam indicadas para importação e domesticação as teorias que a) funcionassem de forma semelhante em ambos os contextos, mantendo seus níveis de análise; ou, b) fossem utilizadas de modo similar em ambos os contextos e em diferentes níveis de análise; ou, c) pudessem ser domesticadas de tal maneira que atendessem a condição a) ou b). Na condição a), a teoria iria se encaixar, praticamente, como uma luva no novo contexto, demandando ajustes mínimos em sua estrutura para ser aplicada no domínio da Teoria Organizacional. Na condição b), força-se um pouco o encaixe da teoria para que se adeque ao novo nível de abstração requerido pelo domínio em questão. Na condição c), a domesticação tende a amassar a estrutura da teoria, distorcendo ou mutilando alguns de seus elementos ou aspectos para que atenda às demandas de teorização do referido domínio. Nas condições b) e c), a importação e domesticação horizontal e/ou vertical pode incorrer em teorizações incoerentes e inconsistentes das teorias estrangerias.

O *framework* de Whetten (2009) representa um esforço de expandir às teorizações sobre o *modus operandi* bidirecional de importação *cross-context* de teorias estrangeiras, a fim de torná-las mais sensíveis aos efeitos de contexto. A teorização inter-contextual da interface teoria e contexto desse modelo concentra-se em explicar como as teorias organizacionais pode ser aplicadas de maneira mais

sensível ao contexto. Em termos mais específicos, esse *framework* articula uma abordagem sistemática de importação e domesticação *cross-context* de teorias organizacionais Ocidentais, sensíveis ao contexto, no domínio dos Estudos Organizacionais Chineses. Esse *modus operandi* é inspirado na abordagem metódica de Rousseau e Fried (2001) acerca da análise dos efeitos contextuais. O modelo promove "observação direta e análise de efeitos contextuais" da teoria importada nos fenômenos locais, enfatizando os méritos de adotar uma abordagem de "estudos comparativos" na importação de teorias.

Esse *framework* fundamenta-se no pressuposto básico de que "[...] todas as teorias estão vinculadas ao contexto [...]" e, portanto, "[...] devem ser usadas de maneira sensível ao contexto [...]" (WHETTEN, 2009, p.38). As teorias organizacionais são dependentes do contexto, de um forma ou de outra. Devido a estrutura lógica da teoria estrangeira propender a variar significativamente na medida que seus limites contextuais são expandidos, a importação e domesticação da teoria necessitam ser sensível às diferenças nas condições contextuais presentes nos domínios de referência e destino da teoria.

De acordo com Whetten (2009), importações insensíveis aos efeitos contextuais tendem a produzir teorizações necessariamente incompletas e inconclusivas. No momento em que teorias estrangeiras são domesticadas de maneira insensível ao contexto de destino, "abre-se mão" da oportunidade de avaliar, sistematicamente e potencialmente, como melhorar a sensibilidade contextual da perspectiva teórica importada. A importação acrítica de teorias estrangeiras eleva o risco de introduzir lentes teórico-epistêmicas inadequadas nos contextos de suas aplicações. Isso provavelmente produzirá uma compreensão distorcida dos fenômenos de interesse local.

As teorias estrangeiras são caracterizadas como "ferramentas de observação", cuja sensibilidade contextual contribuem para teorização organizacional. Logo, elas não devem ser manuseadas inadvertidamente em circunstâncias que excedam seus limites ontológicos, epistemológicos e metódicos. Entretanto, como os pressupostos de uma teoria são, raramente, declarados de maneira explícita, é responsabilidade dos teóricos organizacionais, que importam uma teoria particular, comparar sistematicamente as características contextuais que distinguem o contexto de aplicação daquele que deu origem à teoria. Isso é condição indispensável para operacionalizar o método de importação. Ao transpor uma perspectiva teórica entre diferentes contextos sociais, o processo de domesticação precisa encarregar-se da sensibilidade contextual para ajustar a estrutura da teoria às demandas do contexto organizacional para, dessa forma, interpretar os fenômenos. Atentar para isso, ocasiona a construção de teorias organizacionais, bem como as tornam, sensíveis aos efeitos de contexto. No *modus operandi cross-context*, a sensibilidade contextual é um aspecto onto-epistêmico basilar para teorizar, expandir o poder explicativo da teoria importada e, assim, compreender os fenômenos organizacionais.

Para construir teorias organizacionais sensíveis ao contexto, deve-se examinar, sistematicamente, a interface entre a teoria estrangeira e o contexto, com vias a estimular o desenvolvimento novos *insights* sobre os fenômenos organizacionais locais. Isso implica em promover ampliações e/ou ajustes, inspiradas nos efeitos contextuais, na estrutura lógica da teoria importada, que reflitam teorizações originais em seu campo de referência. O *modus operandi* bidirecional de importação *cross-context* prevê o aprimoramento da estrutura lógica da teoria estrangeira em seu contexto de origem, fruto das contribuições de sua aplicação e domesticação no contexto de destino. O foco não está, portanto, na teorização

indígena, e sim em promover aplicações e contribuições intercontextuais da e para teoria estrangeira, com vias a estimular novos *insights* sobre os fenômenos locais. A transposição de teorias estrangeiras a novos cenários, inesperadamente diferentes dos seus contextos de origem, ensejam a oportunidade de torná-la sensível ao contexto. Na importação *cross-context*, a utilização sistemática da teoria estrangeira tende a expandir seu alcance contextual e, subsequentemente, a aprimorar sua função explicativa.

No tocante aos padrões de significado, existem semelhanças estruturais latentes entre as propostas de Whetten, Felin e King (2009) e Whetten (2009). Em ambos os casos, a importação *cross-context* de teorias estrangeiras deve ser sensível aos efeitos de contexto. Os *frameworks* conjeturam às sensibilidades contextual e nível de análise/abstração da teoria estrangeira. Esses modelos de importação estão alicerçados no raciocínio dedutivo. As discussões acerca do contexto e teoria nos *frameworks* aplicam-se tanto para as teorias paradigmáticas quanto às proposicionais. Todavia, é importante ressaltar que o foco primário do modelo de Whetten (2009) reside nas teorias proposicionais. Existem algumas razões inter-relacionadas que respaldam essa decisão. O *modus operandi* bidirecional *cross-context* objetiva o aprimoramento da teoria estrangeira. Os resultados da adoção desse tipo de teoria, mediante o uso desse método de teorização, é propenso a estimular melhorias nas estruturas lógicas das teorias proposicionais. Tais teorias são restritas ao contexto ou dependentes do contexto, independentemente, de suas suposições contextuais terem sido explicitamente identificadas ou não. As teorias propositivas fornecem "explicações condicionais" de suas reinvindicações sobre algo. Essas reinvindicações são circunscritas por duas condições: a) suposições contextuais que sinalizam as características distintivas do que está sendo observado, isto é, o fenômeno; b) suposições conceituais referem-se as características distintivas do ponto de vista do teórico organizacional, ou seja, seus valores e interesses pessoais, perspectiva acadêmica. Enquanto marcadores epistêmicos, essas suposições sinalizam que a compreensão da importação e domesticação *cross-context* de teorias estrangeiras necessita analisar a interface entre a estrutura da teoria, o fenômeno de interesse e a visão de mundo do teórico organizacional.

Embora apresente similaridades estruturais com os padrões de significado contidos na proposta de Whetten, Felin e King (2009), existem dissimilaridades evidentes entre esses dois modelos de importação. Essas diferenças estruturais circunscrevem as condições a serem satisfeitas para que haja um processo de importação e domesticação de teorias estrangeiras sensíveis ao contexto. É importante demarcar, logo de início, a distinção no componente ontológico, e não epistemológico, do contexto entre os *frameworks* em questão. Em oposição a Whetten, Felin e King (2009), o processo de importação da teoria estrangeira restringe-se aos limites epistêmicos de um único domínio disciplinar, enquanto sua transposição ocorre entre contextos ontológicos distintos. A conotação ontológica do contexto no modelo de Whetten (2009) refere-se ao contexto ocidental de produção da Teoria Organizacional e sua transposição para o contexto dos Estudos Organizacionais Chinês. Dentro das fronteiras do domínio disciplina da TO, busca-se compreender os processos de importação e domesticação de teorias organizacionais ocidentais no contexto dos Estudos Organizacionais em questão.

O *modus operandi* de importação *cross-context* de Whetten (2009) possui singularidades estruturais que o diferencia dos processos de *horizontal* e *vertical borrowing*,. A nuance epistemológica da importação *cross-context*, no *framework* de Whetten (2009), contempla as questões de sensibilidade contextual e nível de

análise/abstração da teoria estrangeira. O *cross-context* e o *cross-level* não são duas condições distintas teorização, relacionadas de maneira condicional; mas sim, constituem um processo único de teorização.

Além disso, os marcadores epistêmicos dos efeitos de contexto são ampliados nesse modelo. Considera-se o conjunto de fatores explicativos, relacionados a pesquisa e pesquisador, ao contexto social e a níveis de análise mais elevados, que exercem alguma influência direta ou indireta sobre a compreensão de um fenômeno. Nesse quesito, o modelo sugere dois marcadores para mapear tais efeitos: a) *omnibus*; b) discreto. O primeiro é útil para contextualizar os resultados da pesquisa, as intenções do pesquisador, a escolha da teoria estrangeira. O outro é relativo ao *modus operandi* de importação per se, ou seja, com as práticas de contextualização da teoria e o uso de efeitos de contexto como teoria. Por fim, em contraposição com a abordagem *cross-context* unidirecional avançada por Whetten, Felin e King (2009), Whetten (2009) propõe um modelo de importação bidirecional.

Outro aspecto singular do modelo de Whetten (2009) é a atenção dada aos aspectos relevantes do contexto para teoria. Não obstante as características dos contextos de origem e destino da teoria serem substancialmente diferentes, nem todas as características distintivas dos contextos operam como condições ou suposições que influenciam, significativamente, a domesticação e aprimoramento de uma teoria particular no processo de importação *cross-context*. Nesse *framework*, os efeitos relevantes de contexto são marcadores de ordem epistêmica, pois denotam elementos que atuam na construção de conhecimento sobre o fenômeno organizacional, e/ou na expansão dos limites contextuais da teoria ou no aprimoramento de seu poder explicativo. Uma das condições do *modus operandi* de importação *cross-context* reside na identificação de que efeitos de contexto são relevantes na transposição de uma teoria estrangeira, bem como determinar o papel que desempenham suas aplicações sensíveis ao contexto.

O *framework* de Whetten (2009) não é restrito às teorizações do *horizontal* e *vertical borrowing*. No ímpeto de caracterizar o *modus operandi* bidirecional *cross-context*, o modelo identifica e examina quatro formas de teorização intercontextual: contribuição da teoria organizacional contextualizada (i); contribuição para teoria organizacional contextualizada (ii); contribuição dos efeitos de contexto na teoria (iii); contribuição dos efeitos de contexto para teoria (iv). Cada uma dessa formas representa um modo de compreender a relação entre teoria e contexto do processo de importação no campo da Teoria Organizacional. Nesse modelo, tais formas são criadas – e suas interconexões articuladas – a partir de duas distinções analíticas: a) contextualização; b) contribuições teóricas. A distinção entre contextualizar a teoria (i) e teorizar sobre o contexto (ii) é associada com a diferenciação entre contribuição da teoria (a) e contribuição para teoria (b).

Fundamentado nas distinções analíticas supracitadas, o modelo de Whetten (2009) desenvolve um matriz 2x2 para explicar os processos de importação *cross-context*. A junção dessas distinções representam, na minha interpretação, dois conjuntos particulares, porém inter-relacionados de marcadores epistêmicos das quatro formas de teorização do *modus operandi* de importação *cross-context*. O cruzamento analítico entre os marcadores de contextualização e contribuição teórica em cada uma dessas formas denota diferentes manifestações processuais e epistêmicas de importação e domesticação de teorias estrangeiras, sensíveis aos efeitos de contexto. É necessário explicar cada um dos marcadores individualmente para, em seguida, apresentar a interface entre eles nas formas de teorização desse *framework*.

No modelo de Whetten (2009), a contextualização abrange a relação analítica entre teoria e contexto. Ela é composta pela interface de dois sub-marcadores epistêmicos: i) “teorias no contexto”; ii) b) “teorias do contexto”. A “teorias no contexto” envolve contextualizar a teoria estrangeira, isto é, inserindo-a no contexto, tornando-a mais sensível ao mesmo. Nesse caso, a contextualização demarca até que ponto uma teoria importada explica, de modo claro, as condições contextuais relevantes do contexto de destino. O intuito é estabelecer a interpretação e aplicação da teorias dentro de limites conhecidos, nesse caso os limites do contexto, e não construir um repositório de teorias bem fundamentadas. Não se almeja “testar” a teoria para determinar se suas hipótese/proposições são verdadeiras ou falsas *per se*; mas sim, estabelecer as condições sob as quais uma hipótese particular se sustenta em determinado contexto. No processo de importação, o papel da teoria é explicar as observações *in situ*. Segue-se que a utilidade ou validade de uma teoria é, em grande medida, uma função de sua sensibilidade contextual. Busca-se, na minha visão, a plausibilidade teórico-empírica da teoria em outros contextos.

O marcador “teorias do contexto” consiste em teorizar sobre os efeitos de contexto no que concerne aos fenômenos organizacionais. Isso altera, fundamentalmente, a relação onto-epistêmica entre contexto e teoria. Os efeitos de contexto não são simplesmente articulados para contextualizar as teorias organizacionais, mas sim são utilizados como se fossem teorias proposicionais, isto é, explicações, expressas como variáveis, de fenômenos organizacionais. Em outras palavras, o foco do processo de importação reside em compreender os efeitos de contexto na estrutura lógica da teoria, e não apenas em contextualizar a teoria para o domínio organizacional. Esse marcador está atrelado ao processo de domesticação dos elementos centrais da teoria, como, por exemplo, seus valores, pressupostos, e conceitos.

Os marcadores de contribuição teórica remetem aos produtos do processo de importação bidirecional da teoria estrangeira. As teorização derivadas do *modus operandi* bidirecional *cross-context* encorajam dois tipos inter-relacionados de contribuições teóricas sensíveis aos efeitos de contexto: a) “contribuições da teoria”; b) “contribuições para teoria”. O enfoque da “contribuição da teoria” reside na aplicação da teoria no contexto-alvo. Essa contribuição envolve a apropriação de uma teoria estrangeira, amplamente aceita e estabelecida em seu contexto de referência, para orientar e, dessa forma, alterar a compreensão predominante de um fenômeno particular em um contexto de destino. Assim, a “teoria informa a observação”, ou seja, chama atenção para o que deve ser considerado no estudo do fenômeno observado. Nesse caso, o processo de importação introduz uma nova lente teórica para examinar, sob uma perspectiva inédita, o fenômeno de interesse no contexto-alvo. A “contribuição da teoria” viabiliza o emergir de novos *insights* sobre o fenômeno em questão. É notório que a racionalidade que impera nesse tipo de contribuição é a dedutiva.

A “contribuição para teoria” evidencia o aperfeiçoamento da teoria importada. Isso contempla os aprimoramentos na estrutura lógica da teoria estrangeira, ou formulações de novas teorias capazes de acrescentar explicações inéditas ao *corpus* da teoria importada. Aqui, a “observação informa a teoria”, isto é, as teorizações resultantes das novas aplicações da teoria, para compreender o fenômeno observado no contexto de destino, expandem seu poder explicativo e das teorias validadas no contexto de origem. Nesse tipo de contribuição, a domesticação da teoria estrangeira objetiva propor “melhorias na lente teórica atual” ou “uma nova lente teórica”; e não apenas ofertar um olhar inédito sobre os fenômenos através de lentes recém-

adquiridas. O produto das iniciativas da “contribuição para teoria” é a “teoria forte”, ou seja, aproximações razoavelmente verossímeis/representações válidas da realidade. A construção de conhecimento procede por intermédio da racionalidade dedutiva nesse modo de contribuição.

A interface entre as modalidades de contribuição caracteriza, em alguns aspectos, o *modus operandi* bidirecional de importação de teorias estrangeiras, como descrito por Oswick, Fleming e Hanlon (2011). Quando combinados os processos das contribuições na importação de teorias, a teorização bidirecional abrange procedimentos recíprocos de contextualizar o conhecimento geral no campo da Teoria Organizacional e generalizar o conhecimento contextual no domínio de referência da teoria estrangeira. A transposição e domesticação bidirecional *corss-context* é um processo sintético, interativo e recursivo de teorização em que uma teoria abrangente existente é associada às informações extraídas de sua aplicação em um novo contexto.

Se a “contribuição da teoria” for considerada em isolado, parece-me que a teoria importada é aplicada, quase que, literalmente no contexto-alvo, para interpretar o fenômeno de interesse. Seria leviano afirmar, entretanto, que a estrutura lógica da teoria estrangeira não sofre quaisquer ajustes em prol de torná-la sensível ao contexto. Na importação *cross-context*, entendo que a teoria demanda domesticações discretas, e não radicais, em sua estrutura. É impossível utilizá-la *ipsi litteris* entre contexto distintos. Essa descrição permite-me encaixar a “contribuição da teoria” no *modus operandi* unidirecional de importação. Já a noção de importar uma teoria com a intenção de melhorá-la, imbricada na “contribuição para teoria”, sugere que o *modus operandi* bidirecional da importação *cross-context*, sensível aos efeitos do contexto, encapsula ambos os tipos de contribuições teóricas. Isso prenuncia uma análise mais abrangente da relação teoria e conceito no processo de importação de teorias estrangeiras, quando comparado com práticas insensíveis aos efeitos de contexto.

Como pode ser inferido, as teorizações das “contribuições de e para a teoria” associadas com a “teorização sobre o contexto” e a “contextualização da teoria” concentram-se, epistemicamente, em dois aspectos: a) no uso dos efeitos de contexto como explicações na construção de conhecimento organizacional na importação de teorias; b) na aplicação e domesticação de teorias estrangeiras para desenvolver explicações novas ou aprimoradas dos efeitos de contexto.

Em consonância com os marcadores de “contextualização” e “contribuição”, o *modus operandi* de cada uma das quatro formas de teorização intercontextual é demarcado por uma questão central, um proposito, um método e um resultado esperado da importação *cross-context*. A primeira forma de teorização intercontextual envolve a interface da contribuição da teoria organizacional contextualizada, isto é, a junção analítica da “teoria em contexto” com a “aplicação da teoria” sensível ao contexto de destino. A lógica epistêmica que fundamenta esse *modus operandi* de importação *cross-context* é positivista, especificamente, a lógica causal do design experimental. O processo de importação tem início com a escolha da Teoria X, que explica o fenômeno – organizacional – Y no Contexto A. Essa teoria é transposta para compreender esse fenômeno no Contexto B. O propósito é contextualizar o sentido da explicação da X → Y[189] no Contexto B. Em outros termos, o processo de importação visa entender os fenômenos organizacionais do Contexto B mediante apropriação, sensível ao contexto, da Teoria X, enquanto teoria organizacional, do

189 Lembre-se que, para Whetten (2009), a relação X → Y significa que X é uma teoria de Y; logo, X explica Y

Contexto A. Configura-se aqui o *modus operandi* unilateral de importação, que compartilha a qualidade de não exigir modificações, sejam suaves ou radicais, na estrutura lógica da teoria estrangeira, a fim de aplicá-la no contexto de destino. A transposição e domesticação da Teoria X prevê sua replicação, quase que, literal para explicar ou prover novas interpretações sobre o fenômeno Y – ou, quaisquer outros fenômenos – no Contexto B. Essa forma de conduzir o método de importação sinaliza uma clara presença do raciocínio analógico-dedutivo na construção de conhecimento.

A pergunta que orienta a teorização desse modo de importação e domesticação *cross-context* da teoria estrangeira, consoante Whetten (2009), é: aceitando-se o uso de X → Y no Contexto A, como uma explicação, sensível ao contexto, desta proposição pode alterar o pensamento atual sobre o fenômeno (organizacional) Y no Contexto B?' Devido a Teoria X não estar incluída entre as explicações prévias e aceitas do fenômeno Y no Contexto B, é mister “demonstrar” que e como ela explica esse fenômeno no Contexto A, antes de importá-la e, assim, aplicá-la, no Contexto B. Há uma expectativa de que essa teoria funcione – ao menos, em termos de poder explicativo – de maneira similar em ambos os contextos. Em outras palavras, é esperado que, no processo de importação, a explicação da Teoria X seja consistente no Contexto A e no Contexto B.

Para ser sensível aos efeitos de contexto, a importação *cross-context* deve garantir que todas as características distintivas e relevantes dos Contextos A e B, relacionadas ao fenômeno Y, sejam consideradas. Atentar para as diferenças contextuais acarreta em duas consequências relevantes para esse método de teorização: a) diminui a probabilidade de a teoria estrangeira ser utilizada de maneira insensível ao contexto; b) tende a torná-las, adequadamente, controladas para a teoria, com o intuito de aprimorar as explicações atuais dela sobre os fenômenos organizacionais no Contexto B. Na contribuição da teoria organizacional contextualizada, existem um modo assegurar que essas consequências. Se um efeito contextual L relacionado ao fenômeno Y não estiver relacionado a Teoria X, então L é um elemento de controle. Logo, o nível do efeito de L deve ser medido e fatorado na análise X → Y.

As aplicações da Teoria X devem ser comparáveis entre contextos, para que seja possível mapear as alterações incorridas nos antecedentes explicativos do fenômeno Y no Contexto B. Esse modo de teorização deve garantir que uma proposição teórica X → Y, importada do Contexto A, “se mantenha” consistente no Contexto B, para que o conhecimento produzido sobre Y no último contexto possa ser desafiado com credibilidade. Nessa forma de teorização, o método para assegurar consistência em uma explicação X → Y entre contextos na importação *cross-context* é: controlar os efeitos relevantes de distinção de contexto relacionados a Y. Para tal, aplica-se um raciocínio comparativo em que se confronta uma previsão/explicação teórica contra a outra. As interpretações da Teoria X sobre o fenômeno Y no Contexto A são contrapostas com aquelas do Contexto B.

A importação *cross-context* não objetiva, meramente, verificar se ou como a Teoria X pode funcionar de modo análogo entre contextos para explicar o fenômeno Y; mas também, há uma preocupação em considerar as maneiras pelas quais as aplicações dessa teoria, derivadas de sua transposição e domesticação, produzem novos *insights* interessantes e relevantes sobre o fenômeno Y no Contexto B. *Insights* capazes de alterar as interpretações previamente estabelecidas acerca desse fenômeno no contexto em questão. A contribuição teórica do processo de importação *cross-context* emerge do uso dos insights originais gerados por uma teoria –

organizacional – estrangeira para informar as teorizações acerca dos fenômenos organizacionais no contexto local.

A segunda forma de teorização intercontextual compreende a interconexão da contribuição para teoria organizacional contextualizada, ou seja, da "teoria em contexto" com o "aprimoramento da teoria" sensível ao contexto de destino. O enfoque dos processos de importação e domesticação *cross-context* reside em "testar" o alcance contextual da Teoria X mediante comparação sistemática de sua aplicação entre contextos. A lógica epistêmica dessa forma de teorizar o método de importação contínua enraizada no positivismo, tendo as iniciativas de desenvolvimento de teoria organizacional e de explicação dos fenômenos orientadas pelo seguinte questionamento: considerando válida a relação X→Y no Contexto A, a explicação da Teoria X funciona de maneira análoga no Contexto B? O intuito da importação e domesticação é aprimorar a teoria estrangeira organizacional do Contexto A, demonstrando como ela funciona de maneira distintas no Contexto B.

Similar a primeira forma de teorização intercontextual, o conhecimento é construído de maneira comparativa, baseado fortemente no raciocínio analógico-dedutivo, por meio da replicação da Teoria X no Contexto B. Como o tipo de conhecimento criado pela importação *cross-context* se alicerça na "generalização empírica", um dos critérios para escolha da teoria estrangeira a ser importada é a "amostragem baseada em teoria". É o fenômeno que direciona e, assim, constitui um "teste" adequado para escolha de uma teoria, e não o contrário. Nessa segunda forma de teorização, em contraste com a primeira forma, os resultados dos processos de importação da Teoria X entre os Contextos A e B podem torna as explicações do fenômeno Y inesperadamente diferentes. Em outros termos, vislumbra-se a possibilidade de a domesticação da Teoria X modifique sua funcionalidade no Contexto B, ou seja, a explicação da teoria sobre o fenômeno no Contexto A pode não funcionar de maneira similar no Contexto B. Quando esse for o caso, o *framework* oferece duas condições epistêmicas para tornar a domesticação da estrutura lógica da teoria mais sensível aos efeitos de contexto: a) modificar a concepção do Contexto A da Teoria X; b) adicionar um moderador Z de efeitos de contexto à proposição X → Y.

A primeira condição epistêmica está relacionada com a satisfação do critério positiva de validade de construto. Devido a Teoria X ter que funcionar – ou explicar o fenômeno Y – de forma análoga entre contextos, os processos de importação e domesticação precisam garantir que os elementos selecionados da estrutura lógica da teoria sejam traduzidos adequadamente e seus significados adaptados ao Contexto B. A formulação de versões sensíveis ao contexto da Teoria X, ou de alguns de seus elementos, visam tornar seu significado funcionalmente equivalente em vários contextos. A domesticação procede por meio de ajustes nos significados dos elementos existentes da Teoria X e/ou da adição de novos elementos na sua estrutura, que serão aplicados no Contexto B. As novas interpretações e aplicações da Teoria X constituem condições epistêmicas primordiais para o aperfeiçoamento da teoria em seu contexto de origem. Nessa forma de teorização, percebe-se que o *modus operandi* bidirecional de importação submete as teorias (organizacionais) estrangeiras a testes sistemáticos de contexto cruzado. Os aprimoramentos na sensibilidade contextual de uma teoria existente – i.e., contribuição para a teoria – tendem a "aumentar" seu valor como "ferramenta de observação" – i.e., contribuição da teoria.

Na segunda condição epistêmica, os moderadores acrescentam sensibilidade aos efeitos de contexto da teoria importada. Um moderador especifica quando, e sob quais condições, um determinado efeito ocorrerá e que forma pode assumir. Há

novamente aqui a vigência do pensamento positivista no *framework*. Quando um efeito contextual L é relacionado a X, ele deve ser incorporado à proposição X → Y como um moderador Z. Se uma característica particular e distintiva Z do contexto altera uma explicação X → Y, e está relacionada a X, então essa característica é concebida como uma possível condição moderadora na teoria importada proposicional X → Y. No *modus operandi cross-context*, quando um moderador contextual é adicionado a uma proposição X→Y na forma de uma variável, a compreensão da relação entre X e Y torna-se mais sensível ao contexto.

Nessa forma de teorização, o método para assegurar consistência na explicação X → Y na importação *cross-context* é ponderar as possíveis diferenças observadas nas previsões X → Y entre contextos, incorporando os efeitos de distinção de contexto Z relacionados as observações de X e Y, enquanto interações. O produto esperado dessa forma de teorização é utilizar as novas aplicações da teoria organizacional estrangeira no contexto de destino para aperfeiçoar a estrutura lógica e, dessa maneira, o poder explicativo dessa teoria em seu contexto de referência.

A terceira forma de teorização intercontextual envolve a interconexão da contribuição dos efeitos de contexto na teoria, ou seja, da "teoria de contexto" com a "aplicação da teoria". Quando comparada com as duas formas anteriores, a terceira detém uma lógica epistêmica distinta, ou seja, envolve uma mudança significativa na relação entre teoria e contexto. O questionamento de direcionamento do *modus operandi* dessa forma de teorização é: que efeitos distintos de contexto podem explicar as diferenças observadas em um fenômeno específico em contextos distintos? O enfoque da importação *cross-context* reside em compreender as diferenças nas especificidades contextuais dos fenômenos – organizacionais – por meio da aplicação dos efeitos relevantes de contexto. Nessa forma de teorização, há uma mudança do aumento da sensibilidade ao contexto das teorias organizacionais para o uso dos efeitos do contexto enquanto teoria ou variável X.

O método de teorização adotado na terceira forma de importação *cross-context* consiste em usar os efeitos de distinção de contexto como explicações do fenômeno organizacional. Similar as outras formas de teorização, esse método é positivista, alicerçado no raciocínio dedutivo-comparativo. Os efeitos de contexto não são usados para explicar quando uma previsão X→Y ocorrerá, mas sim para elucidar por que um fenômeno organizacional (Y) se sucede. Outra particularidade no *modus operandi* desse tipo de importação está no papel dos efeitos de contexto, cuja busca por explicação progride daquilo que é deliberadamente descartado de X → Y, para contemplar o que é usado para refinar a domesticação da Teoria Importada X ou é incorporado como um moderado Z sensível ao contexto e, finalmente, entender o que é invocado como uma possível explicação do fenômeno Y. O uso desses efeitos para elucidar as interpretações inconsistentes do fenômeno entre contextos, derivadas da importação da Teoria X, dá-se pelo exame sistematicamente comparativo dos efeitos das características distintivas de contextos específicos, explicando as diferenças no mesmo fenômeno em vários contextos. O produto da importação e domesticação da Teoria X é o uso dos novos *insights* gerados pela "teoria de efeitos de contexto" para informar compreensões inéditas dos fenômenos locais no Contexto B.

A última forma de teorização intercontextual abrange a contribuição dos efeitos de contexto para teoria, ou seja, "teoria de contexto" associada com o "aprimoramento da teoria". Esse *modus operandi cross-context* envolve a identificação de novos efeitos de contexto, enquanto explicações adequadas para o fenômeno Y, ou o refinamento dos efeitos de contexto previamente especificados, mediante importação e domesticação da Teoria X. Em termos operacionais, essa forma de teorização

representa o "*momentum* final" do *modus operandi* bidirecional de importação de uma teoria estrangeira no *framework* de Whetten (2009), isto é, o incremento da estrutura lógica da teoria importada. Sendo assim, as indagações que norteiam os esforços de contínuos para expandir e melhorar uma teoria, de maneira sensível aos efeitos de contexto, no método de importação *cross-context* são: de que maneira os refinamentos nos efeitos de contexto especificados, bem como a identificação de novos efeitos, promovem importações de teorias mais sensíveis ao contexto? como "teorias de efeitos de contexto" novas e aprimoradas podem contribuir para as teorizações de importação cross-context?

O método de teorização dessa forma intercontextual de importação reside em incorporar à biblioteca de efeitos de contexto disponíveis da Teoria X novos efeitos ou elementos de controle – i.e., moderadores e variáveis. Além de adicionar efeitos de contexto e elementos de controle inéditos ao *corpus* de explicação da teoria estrangeira, esse método envolve empenhos sucessivos para ampliar e aperfeiçoar a estrutura lógica da teoria, tornando sua aplicação mais sensível ao contexto.

O resultado esperado da importação e domesticação de teorias estrangeiras nessa forma intercontextual de teorização é utilizar novas combinações de contextos para aprimorar a teoria dos efeitos de contexto. As contribuições teóricas derivam da identificação de novos efeitos de contexto adequados para realizar comparações do fenômeno entre contextos. Outra maneira de contribuir para a teoria é aumentar a utilidade de uma explicação dos efeitos de contexto conhecidos, tornando-a mais sensível ao contexto por meio da adição de um moderador contextual. O intuito é refinar a teoria de efeitos do contexto mediante a especificação dos resultados de interação entre características contextuais.

O *framework* de Whetten (2009) possui alguns de limites de ordem epistêmica bem demarcados. Embora se afirme que o modelo é aplicável para compreender o modus operandi de importação cross-context de toda e qualquer teoria paradigmática e propositiva, é nítido que ele é restrito as teorias propositivas de cunho positivistas. O uso da linguagem e lógica do design experimental denunciam esse limite epistêmico do modelo. Não se pode afirmar se esse modelo é adequado para compreender o processo de importação e domesticação de teorias estrangeiras não positivistas. Como identificar possíveis moderadores contextuais em teorias não positivistas? A definição de moderador talvez torne a importação de uma teoria dessa natureza insensível ao contexto, por não conseguir especificar seus efeitos.

Um outro aspecto problemático é a falta de clareza no significado e elementos que constituem os marcadores do modelo. Embora as perguntas das quatro formas de teorização sinalizem um norte do processo de importação, os marcadores são vagos, ou seja, o que é um contexto? Como demarcá-lo no método importação para tornar a teoria sensível aos efeitos de contexto? O que é um efeito de contexto? O modelo demanda uma atenção especial ao efeitos relevantes de contexto para a teoria. Contudo, Whetten (2009) admite a impossibilidade de explicar as diferenças contextuais cruzadas nesse processo. Como identificar um efeito relevante? O *framework* não dispõe de maneira inteligível marcadores que permitam examinar as contribuições do processo de importação e domesticação *cross-context* de teorias estrangerias no domínio da Teoria Organizacional.

Em consonância com os *frameworks* de Whetten, Felin e King (2009) e Whetten (2009), o modelo de Zarah e Newey (2009) ratifica a legitimidade da importação de teorias estrangeiras, enquanto um método profícuo de teorização na Teoria Organizacional. A prática de importar teorias oriundas de outras disciplinas conhecimento oportuniza o emergir de novas formas de teorização que desafiam,

remodelam, redefinem e revisam as questões-chave, os pressupostos e as tradições estabelecidas do campo de origem da teoria estrangeira. Em consonância com isso, a importação e domesticação de teorias ensejam a criação de ideias originais que promovem a construção e teste de teorias na TO. A prática de importar teorias promove novos "espaços de mercado" para pesquisas cujas agendas são direcionadas e correspondem a determinados *stakeholders*. Isso é responsável por edificar as bases para o pensamento novo e original, atrair e reter pesquisadores competentes, e endereçar questões que superem os limites atuais de um campo disciplinar.

O *framework* de Zarah e Newey (2009) abrange a compreensão de três *modus operandi* distintos de importação190 e seus diferentes níveis de impactos de teorização em cinco esferas: teoria, campos, disciplinas, pesquisadores, e *stakeholders*. Os três processos de importação representam gradações distintas de maximização do impacto da apropriação de teoria estrangeira e sua consequente sua aplicação no domínio da Teoria das Organizações, mediante os processos de importação e domesticação.

As esferas de impacto, como sugiro aqui, podem representar marcadores epistêmicos de contribuição teórica dos processos de importação e domesticação de teorias estrangeira na Teoria Organizacional. Em outros termos, elas podem ser interpretadas como critérios de análise relativos ao escopo do efeito da teorização dos modos de importação. Cada esfera apresenta alguns marcadores que, possivelmente, apontam "onde" os impactos da construção de conhecimento de teoria na importação poderiam ser observados. Elas são, portanto, alçadas de impacto do referido método de teorização, que indicam de que maneiras a prática de importar e domestica teorias pode contribuir com o desenvolvimento de teorias, comunidade de pesquisadores, campos, disciplinas e *stakeholders*. Contudo, os marcadores das esferas são vagos e difusos. Elas não auxiliam, *exempli gratia*, no entendimento de como a prática de importar e a domesticar uma teoria estrangeira afeta sua capacidade explicativa e preditiva e, à vista disso, sua influência no desenvolvimento de conhecimento nos campos de produção e aplicação da teoria

Permita-me descrever cada uma das esferas e suas inter-relações. O modelo adota uma concepção empírica de teoria, aliada a compreensão de que se deve preservar sua validade – interna e externa – e confiabilidade no processo de importação. Com base na linguagem utilizada no *framework*, parece-me que há um enfoque na importação de teorias positivistas-propositivas, cuja função é prover um conjunto de argumentos logicamente inter-relacionados para explicar e predizer os fenômenos empíricos. Isso pode ser interpretado como um limite explicativo desse modelo.

Embora Zarah e Newey (2009) reconheçam que os termos campo e disciplinas são, normalmente, utilizados de forma intercambiável; eles preferem distingui-los no modelos, a fim de qualificar melhor o impacto da importação em cada uma dessas duas esferas. As teorias aglomeram-se dentro de campos de conhecimento. O termo campo é utilizado de uma maneira singular no *framework*. Ele corresponde a áreas agregadas de estudo. No campo da Administração, a noção de campo inclui a teoria da organização, gestão de pessoas, estratégia, empreendedorismo, gestão de tecnologia e inovação, por exemplo. Cada campo é preenchido, ou mesmo dominado, por várias teorias-chave, as quais definem os fenômenos e informam as questões centrais que moldam os limites do campo.

---

[190] A análise abreviada dos Modos 1, 2 e 3 do framework de Zarah e Newey (2009) foi apresentada na Introdução, particularmente, nas páginas 31 e 32.

Os campos agrupam-se para constituir disciplinas. Elas compartilham aspectos e objetivos semelhantes aos campos no referido modelo, sendo que a disciplina possui um nível mais alto de agregação. Exemplos de disciplinas são psicologia, economia, e ciência política. Os estudos organizacionais são, sugerem Zarah e Newey (2009) um disciplina, cuja estrutura é composta, por exemplo, pelos campos de marketing, comportamento organizacionais, auditoria, estratégia, e gestão de pessoas. A principal característica diferenciadora da disciplina reside em seu enfoque institucional. Ela desenvolve-se através de pesquisas e do aprimoramento de estruturas institucionais de apoio como, por exemplo, conferências e publicações entre áreas, associações profissionais e comunidade acadêmica. Análogo aos campos, a identidade da disciplina muda ao longo do tempo, à medida que seus membros modificam seu limite e debatem sobre os objetos de investigação.

É necessário expor um ponto de reflexão crítica sobre a discriminação entre campo e disciplina no *framework*. Fundamentado na descrição de ambas as esferas, as questões institucionais demarcam as distinções de qualificação entre suas noções e, assim, os seus níveis de impacto. Contudo, considero problemática essa delimitação em pelo menos dois aspectos. Se olharmos para os marcadores dessas duas esferas na figura da “roda de impacto”, notaremos que ambos os seus desenvolvimentos incluem impactos sobre o paradigma teórico e suporte institucional. Nesse sentido, podemos questionar sobre que fundamento reside a separação substantiva entre essas esferas. O exemplo oferecido por de Zarah e Newey (2009, p. 1065, tradução nossa) para ilustrar a expansão dos limites e mudança dos objetos de estudo de um disciplina é a “[...] ampliação do foco da ciência administrativa para os estudos organizacionais”. O exemplo dos estudos organizacionais não se enquadraria também na descrição de campo? A diferença entre os termos campo e disciplina é, portanto, confusa. O exemplo de disciplina oferecido é Estudos Organizacionais. Todavia, esse exemplo também não se enquadraria na descrição de campo, similar ao ocorrido com marketing e psicologia? Se sim, então essa separação não é somente desnecessária, mas também dificulta o entendimento do impacto da importação da teoria estrangeira nas teorizações do domínio-alvo e de destino.

Teoria, campos e disciplinas desenvolvem-se a partir dos esforços de pesquisadores. Enquanto esfera de impacto, os pesquisadores são motivados a buscar novas formas de teorização e, assim, realizarem pesquisas originais, inferidas pela construção de teoria derivada das práticas do método de importação. O acúmulo de conhecimento contribui para edificação e progresso de campos e disciplinas. Isso pode incorrer em transferência de saber para o mundo da prática. A importação de teoria funciona como um “mecanismo” de validação intrínseca e extrínseca das teorizações produzidas pelos pesquisadores. Por fim, a progressão das demais esferas enriquece ou muda a prática dos *stakeholder*. Isso ocorre mediante a identificação de novos fenômenos para investigação que exige pensamentos originais e criativas nos seus modos de agir.

O enfoque do modelo está na maximização do impacto do processo de importação e domesticação de teoria estrangeira no domínio da Teoria Organizacional. O objetivo desse modelo é, portanto, conceber estratégias de construção de teoria que ensejem impacto máximo nas esferas em questão. Em termos operacionais, o *framework* posiciona os modos de importação, comparando uns com os outros, com base em suas potenciais implicações nas esferas em questão. No ímpeto de capturar esse impacto, o modelo utiliza a ferramenta de construção de conhecimento denominada de “roda de impacto”. Esse artifício metodológico descreve visualmente a influência de cada um dos modos de importação nas referidas esferas.

Nesse *framework*, os *modus operandi* de importação distinguem-se uns dos outros pelos seus diferentes níveis de impacto nas cinco esferas. Esses modos de construção de teoria na importação possuem efeitos distintos nessas esferas. Cada um deles promove níveis distintos de impacto na roda, desde mínimo ao máximo impacto.

As esferas de impacto, normalmente, exercem pressão uma sobre a outra, criando oportunidades para novas teorizações. Devido as suas inter-relações na roda de impacto, um modo de importação pode afetar positivamente os outros. Esse efeito é qualificado de *feedback positivo* na "roda de impacto". Importar e aplicar teorias estrangeiras com grande poder explanatório e preditivo em importantes fenômenos empíricos no domínio da Teoria Organizacional pode conferir legitimidade a esse campo, acentuando a importância de uma disciplina em agregar valor aos *stakeholders*. As teorias organizacionais podem, assim, penetrar no discurso do profissional, reconstituindo fundamentalmente a realidade que inicialmente descreveram. Os processos de importação e domesticação tendem a desencadear novas trajetórias promissoras de pesquisa e construção de conhecimento, gerando um efeito multiplicador que se irradia pelas esferas de impacto.

Capitalizar o efeito de *feedback* positivo requer entender os impactos que os modos de construção de teoria, via método de importação, podem gerar na "roda de impacto". Esses efeitos derivados das teorizações da importação e domesticação, juntamente com seus graus de impacto em cada esfera, produzem tamanhos distintos do raio de influência na roda, sinalizando o impacto geral nas esferas. Os *modus operandi* de importação possuem tamanhos e simetrias distintas, a partir dos efeitos que eles engendram, na roda. Com base na descrição do *framework*, o "progresso" na construção e uso da teoria estrangeira tende a ser lento nesse método de teorização.

Com base no que fora descrito até então, nem todos os modos de importação tem o mesmo nível de efeito na "roda de impacto". Cada um deles promove níveis variados de impacto nas esferas – desde a mera replicação de conceitos à extensão ou redefinição da teoria importada, até a radical transformação dos princípios nucleares de campos e disciplinas de origem da teoria, por exemplo. O impacto dos Modos 1 e 2 na roda é, em geral, mínimo e moderado, respectivamente. Essas duas maneiras de teorizar são de uso frequente na Teoria Organizacional. Já o Modo 3 tem o potencial de maximizar o efeito da importação de teoria em todas as cinco esferas mencionadas. Por exercer possivelmente um impacto significativo nas esferas, esse último modo é raramente praticado na TO.

De acordo com a ferramenta "roda de impacto", o impacto é maximizado quando um modo de importação afeta uma ampla gama de esferas. Em outros termos, quanto maior for o raio de influência de um modo de importação na "roda de impacto", maior será seu efeito desse tipo de teorização na construção de conhecimento organizacional. No *framework*, o impacto máximo efetua-se quando a importação desenvolve teorias que revelam novos fenômenos, revisam as fronteiras existentes da Teoria Organizacional, enquanto promovem o nascimento de novas disciplinas ou campos. Essa forma de teorização é, consoante Zarah e Newey (2009), infrequente na TO.

É válido apresentar uma reflexão crítica acerca do tipo de efeito esperado pela importação de teorias nesse *framework*. Um dos argumentos utilizados para justificar o modelo é exposto da seguinte forma: o entendimento de como esses modos de importação e os seus efeitos nas esferas é um "[...] passo importante para pavimentar avenidas para avançar na ciência organizacional [...]", pois propicia a avaliação de

processos alternativos direcionados à resolver questões fundamentais da Teoria Organizacional, estender suas fronteiras, e guiar a produtividade dos pesquisadores organizacionais (ZARAH; NEWEY, 2009, p. 1073, tradução nossa). Todavia, o modelo não contempla a eventualidade de *feedback* negativo. Considera-se apenas que os modos de importação constroem conhecimento sempre válido, de maneira consistente e coerente. O que ocorreria se o efeito do impacto da importação produzisse conhecimento incoerente e inconsistente nas diversas esferas? Como as implicações disso poderiam ser explicadas na "roda de impacto"? O conhecimento, desenvolvido de forma contraditória e injustificável, ainda seria válido? Na minha visão, não há como apreender o *modus operandi* de importação e domesticação de teorias estrangeiras sem esclarecer de que maneira o conhecimento derivado desses processos de teorização é consistente e coerente. Negligenciar isso é, antes de mais nada, não oferecer garantias para uma construção prudente de conhecimento na Teoria das Organizações. Isso corresponde, ao mesmo tempo, a um limite e uma deficiência do modelo oferecido por Zarah e Newey (2009).

Revisadas as esferas da "roda de impacto", detenho-me a analisar os três *modus operandi de* teorização articulados no *framework* de Zarah e Newey (2009). Similar aos *frameworks* de Whetten, Felin e King (2009), Whetten (2009), Oswick, Fleming e Hanlon (2011) e Accard (2020), os modos de importação descritos por Zarah e Newey (2009) correspondem a três estratégias/métodos *cross-context* de teorização; logo, são modos de desenvolvimento inter-contextual de teoria. Permita-me elaborar melhor esses modos de teorização mediante importação de teoria estrangeira. No *framework*, esses três modos são categorizados, comparados e contrastados com base em quatro dimensões: foco, objetivo, habilidades críticas, e uso.

O Modo 1 é denominado de importação e replicação. Esse modo assemelha-se, em muitos aspectos, as propriedades do *modus operandi* unilateral e de ressonância analógica de importação de teorias estrangeiras, encontrada nos *frameworks* de Whetten, Felin e King (2009), e Oswick, Fleming e Hanlon (2011). Em termos de seu foco, esse modo centra-se em importar e aplicar, quase que literalmente, conceitos/teorias nativas de outros campos/disciplinas para estudar/entender os fenômenos organizacionais da TO. É equivalente a descrição da importação horizontal de Whetten, Felin e King (2009), com exceção da sensibilidade ao contexto. Esse modo promove teorizações mediante a replicação da estrutura lógica das teorias estrangeiras em outros contextos. Na domesticação da teoria importada, não há um esforço em ajustar sua estrutura as idiossincrasias dos fenômenos e demandas de teorização do domínio da TO.

Esse modo tem o potencial de ampliar a diversidade metodológica do campo de aplicação da teoria estrangeira, pois, os acadêmicos tendem a avaliar a utilidade – por exemplo, poder preditivo – das teorias recém-importadas. No entanto, o uso dessas teorias para explicar os fenômenos do domínio da Teoria Organizacional tende a ignorar a singularidade deles, devido a insensibilidade ao contexto. Isso acarreta no desperdiço de oportunidades de criar novas teorias. A teorização do Modo 1 falha em dois aspectos: a) devolver as teorias originais ou desafiar suas suposições no contexto dos novos fenômenos que estão sendo examinados; b) gerar descobertas que poderiam alterar os limites dessas teorias ou suas proposições básicas.

O objetivo do Modo 1 é o enriquecimento e extensão do poder preditivo-empírico de uma teoria estrangeira no domínio de destino. O impacto desse modo é restrito a utilização da teoria importada no domínio-alvo. No processo de importação, o uso da teoria estrangeira tende a produzir efeitos no modo de teorizar das teorias

pré-existentes no domínio da TO. Isso implica dizer que as modificações mínimas na estrutura da teoria e os *insights* derivados de sua aplicação no domínio-alvo não retornam para seu campo de origem, ou seja, as contribuições do emprego da teoria na TO não produzem ressonância no seu campo de referência.

Apesar de seu uso difundido e seu valor agregado de teorização, o Modo 1 é o que menos produz efeitos na "roda de impacto", particularmente, desenvolvimento de conhecimento inovador e disruptivo. Tal modo oferece, por exemplo, pouco avanço para o desenvolvimento de paradigmas, periódicos e outros suportes institucionais dos campos de destino. Isso afeta legitimidade da disciplina como um todo. Devido ao seu valor teórico restrito, o produto dos processos de importação possuem baixa probabilidade de alcançar credibilidade acadêmica ou gerencial.

O Modo 2 compreende os processos de importar, ajustar e, assim, estender a estrutura lógica da teoria estrangeira para um determinado domínio-alvo – nesse caso, a Teoria Organizacional –, difundindo as descobertas, decorrentes de suas novas aplicações e explicações dos fenômenos para o seu campo de referência. A prática de importar tende a ampliar as ideias originais subjacentes às teorias estrangeiras para, em seguida, comunicá-las aos estudiosos de outros campos do conhecimento. A domesticação refina a estrutura da teoria na esperança de ajustá-la às demandas do domínio de destino, bem como acrescer seu poder explicativo nesse e em outros domínios.

O objetivo do Modo 2 está na definição das fronteiras de uso e explanação da teoria. A transposição da teoria viabiliza seu emprego a novos fenômenos ou seu uso em novas configurações. Isso permite melhorar a compreensão dos limites, robustez da teoria mediate o aperfeiçoamento e revisão das proposições originais de sua estrutura. Esse *modus operandi* fornece meios para avaliar a utilidade da teoria importada no seu domínio de referência e alvo.

Não obstante o foco do Modo 2 resida, por assim dizer, nas interseções, promovidas pela teoria, entre domínios disciplinares, isto é, nas questões únicas que são compartilhadas por eles; considera-se também em sua teorização as diferenças que fundamentam as principais previsões e descobertas promovidas pelas teoria entre diferentes domínios. É plausível afirmar que o Modo 2 se assemelha ao *modus operandi* de importação bidirecional descrito por Whetten (2009) e Oswick, Fleming e Hanlon (2011). Esse modo de teorização considera as convergências da função da teoria importada em ambos os domínio de origem e destino. Aliado isso, o Modo 2 engloba as dissanalogias ou dissonâncias da aplicação da teoria entre os referidos domínios. Esse modo opera por meio da integração sintética da estrutura da teoria entre domínios. Embora não esteja explicíto na descrição do *framework* de Zarah e Newey (2009), interpreto que os raciocínios analógico e disanalógico são imperantes no Modo 2, aliado ao pensamento dedutivista. Contudo, esse modo afasta-se das teorizações dos modelos de Whetten (2009) e Oswick, Fleming e Hanlon (2011) na sua ausência de intenção em confrontar, criticar ou contraiar os pressupostos latentes da teoria. Busca-se encontrar os pontos de convergência e as diferenças da funcionalidade da teoria importada entre domínios.

Embora o Modo 2 propicie a redifinição e revisão da estrutura lógica da teoria importada, aspira a insensibilidade contextual. Nesse modo, a importação envolve, geralmente, a crença de que toda e qualquer teoria estrangeira pode ser adaptada para explicar novos fenômenos ou ter sua função reconfigurada quando aplicada em contextos diferentes. Todavia, existe a chance de a domesticação violar as condições de escopo da teoria estrangeira. Isso ocorre quando se ignora as suposições originais da teoria e desconsidera seu contexto nativo de teorização. Em termos de construção

de conhecimento, isso distancia o *framework* de Zarah e Newey (2009) das teorizações e processos dos modelos de Whetten (2009) e Whetten, Felin e King (2009).

Similar ao Modo 1, o impacto do Modo 2 para contribuição para o conhecimento se restringe a teoria *per se*, particularmente, sua utilização domesticada em ambos os domínios. Esse é o limite imposto na "roda de impacto". Na importação, a redefinição de um campo/disciplina sucede com o desenvolvimento de novas teorias que modifiquem seu núcleo. Em outros termos, a transferência de teoria aliada a difusão de sua aplicação, ajustes e descobertas deve ser capaz de reformular as questões centrais da disciplina/campo, desafiar suas normas e paradigmas estabelecido, a fim de instaurar teorizações inéditas. Isso não ocorre no Modo 2 de teorização, entretanto; pois seu *modus operandi* falha em reorientar o núcleo de uma disciplina/campo em si.

O Modo 3 é denominado de transformar o núcleo da disciplina/campo. Esse modo de teorização é bastante raro na Teoria Organizacional, consoante Zarah e Newey (2009). Ele compartilha muitas das propriedades do Modo 2 como, por exemplo, é semelhante ao *modus operandi* de importação bidirecional descrito por Whetten (2009) e Oswick, Fleming e Hanlon (2011). Há a presença da racionalidade analógica, dissonante e dedutiva na teorização e processos do Modo 3. Importa-se uma teoria para examinar um fenômeno de determinado domínio-alvo e, em seguida, comunicam-se as descobertas decorrentes de suas novas aplicações ao seu campo/disciplina de referência. Nesse processo, domestica-se a teoria, propondo configurações inéditas a sua estrutura lógica. Outra similaridade é a busca pelas interseções e diferenças entre os domínios mediante a aplicação e ajuste da estrutura lógica da teoria estrangeira.

A principal diferença entre os Modos 2 e 3 reside nos efeitos resultantes de seus processos de importação na "roda de no impacto". O enfoque do Modo 3 é utilizar a importação como um método para desenvolver novas teorias. Isso se aproxima da contribuição da teoria no modelo de Oswick, Fleming e Hanlon (2011), que visa, em última instância, desenvolver *radical traveling theories* organizacionais, que possam ser exportadas para outros domínios do conhecimento. O produto da teorização do Modo 3 é a construção de teorias. Em contraste com os Modos 1 e 2, o Modo 3 modifica a definição do núcleo de ambos os domínios envolvidos na transposição da teoria importada. A apropriação da teoria oriunda de outros domínios, as alterações na sua estrutura, e as decobertas acerca dos fenômenos desafiam, informam, enquadram, revisam e redefinem as fronteiras e questões centrais do domínio de referência e de destino.

O poder de teorização do Modo 3 reside em seu potencial de redefinir o paradigma e o suporte institucional dos domínios, questionando suas suposições e a robustez seus argumentos, análises e conclusões estabelecidos. Esse modo "*cross-disciplinary*" de importação e comunicação de teorias estrangeiras favorece um processo de inauguração de novas ideias e geração de *insights* que revitalizam as suposições do domínio nativo e de aplicação da teoria importada. Em último recurso, as teorizações provenientes do Modo 3 possuem a competência de desenvolver um novo campo/disciplina do conhecimento, a partir do mapeamento de novas possibilidades de pesquisa. Isso denota o impacto máximo desse método na "roda de impacto".

As críticas ao Modo 1 e 2 podem ser endereçadas ao Modo 3. O *framework* não explicita ou sinaliza como a importação da teoria estrangeira é capaz de alterar o núcleo de um domínio, tampouco de que maneira pode gerar novos domínios. A estrutura da "roda de impacto" exibe alguns marcadores que indicam onde essas

redefinições do campo/disciplina poderiam ser observados nessa roda, como, por exemplo, “Ampliar e/ou desafiar paradigmas existentes ou inspirar novos” (ZARAH; NEWEY, 2009, p. 1063, tradução nossa). Ainda assim, faltam critérios para determinar a forma como ocorreria essa “revolução” em domínio existente ou a criação de um novo. Além disso, omite-se a questão da sensibilidade contextual dos processos de importação e domesticação de teoria estrangeira no Modo 3. Além disso, os processos de construção de conhecimento dos três modos de teorização são difusos e imprecisos na descrição do modelo de de Zarah e Newey (2009). É ausente a presença de marcadores que salvaguardem a consistência e coerência do *modus operandi* dos Modos 1, 2 e 3.

Em consonância com os demais *frameworks*, o modelo de Oswick, Fleming e Hanlon (2011) fundamenta-se na legitimidade dos processos de importação e domesticação de teorias estrangeiras na Teoria das Organizações. Para efeitos desse modelo, tal método de teorização representa um caminho válido para construção de conhecimento na TO e em outros domínios disciplinares. Uma particularidade desse *framework* é seu enfoque na importação de *radical traveling theories* e novas teorias itinerantes. Em contraste com os modelos de Whetten (2009), Whetten, Felin e King (2009) e Zarah e Newey (2009), não há um entendimento positivista do que é uma teoria em Oswick, Fleming e Hanlon (2011).

A despeito do reconhecimento de que a importação unidirecional é um dos processos hegemônicos de teorização na TO, o modelo Oswick, Fleming e Hanlon (2011) assente a insuficiência desse *modus operandi* para produzir *insights* e teorias – particularmente, teorias endógenas – disruptivas na TO. Isso exprime um dos pontos de convergência entre tal *framework* e os propostos por Whetten (2009) e Accard (2020). O referido modelo de reforça a ideia de que a racionalidade analógica de ressonância da importação unilateral favorece apenas a replicação dos elementos da estrutura da teoria que funcionam de maneira similar entre domínios. Isso assemelha-se aos pressupostos do *framework* de Whetten, Felin e King (2009) e do Modo 1 de Zarah e Newey (2009). A caracterização da importação unilateral de Oswick, Fleming e Hanlon (2011) distancia-se do Modo 1 em, pelo menos, dois aspectos: a) a estrutura lógica da teoria estrangeira pode ser modificada; b) o impacto da transposição da teoria não se restringe a teoria *per se*, mas também ao campo/disciplina em que fora aplicada. Essas duas características aproximam o modelo em questão daquele desenvolvido por Whetten, Felin e King (2009).

Aliado a tal insuficiência, a rejeição do *modus operandi* de importação unidirecional justifica-se no seu padrão de domesticação da *radical traveling theory* estrangeira no domínio da TO. A domesticação da estrutura lógica da RTT prossegue para teoria doméstica inovadora e, em seguida, para a teoria doméstica ortodoxa. Acredito que Oswick, Fleming e Hanlon (2011) denotam aqui as consequências da temporalidade do processo de domesticação da RTT nos campos de destino, isto é, sinaliza as modificações incorridas no nível de abstração de seu conteúdo, aplicabilidade, e poder explicativo, quando apropriada para compreender os fenômenos organizacionais. A domesticação da importação unilateral desmantela a estrutura da *radical traveling theory* alterando completamente sua natureza, ou seja, transmutando-a em um outro tipo de teoria. Isso assola a contribuição teórica derivada da apropriação da *radical traveling theory* nesse domínio, particularmente, seu potencial de desenvolver *radical traveling theories* organizacionais. Como pode ser observado, processos distintos de importação tendem a domesticar de maneira particular os elementos da estrutura lógica da RTT.

A despeito das idiossincrasias das domesticações, a importação unidirecional abarca o esmaecimento do escopo e nível de análise da RTT doravante o "amassamento" de sua estrutura. Há um arrefecimento do nível epistêmico da RTT mediante refinamento, ressonância e extensão do uso de sua estrutura, ao passo que é, por exemplo, transmutada em teoria doméstica ortodoxa no domínio da TO. As contribuições e aplicabilidades teórico-conceituais amplas, abstratas e inovadoras da RTT cedem lugar para usos restritos e empíricos de seu conteúdo para compreender os fenômenos do domínio-alvo.

A razão primária do *framework* de Oswick, Fleming e Hanlon (2011) é superar a insuficiência do *modus operandi* de importação unilateral, comumente, adotado pelos teóricos organizacionais, com vias a ensejar, em última instância, a construção de *radical traveling theories* organizacionais Esse modelo é alicerçado no *modus operandi* de importação bidirecional que se equipara, em muitos aspectos, sejam operacionais ou epistemológicos, aos *frameworks* de Whetten (2009) e Accard (2020), assim como aos Modos 2 e 3 de Zarah e Newey (2009). Além da transposição da RTT de seu domínio nativo para o de destino, as modificações em sua estrutura lógica, derivadas de suas domesticações no domínio-alvo, são comunicadas ao seu campo de referência. Isso enriqueceria as teorizações e a RTT *per se* em ambos os domínios.

Um ponto de convergência entre esse *framework* e os de Whetten, Felin e King (2009), Whetten (2009) e Accard (2020) é a contextualização da estrutura lógica da *radical traveling theory* para atender às demandas de teorização do domínio da Teoria Organizacional. No método de importação, isso envolve considerar a sensibilidade aos efeitos do contexto e do nível de abstração da RTT. No tocante à similaridade com o modelo de Whetten (2009), a sensibilidade inclui também elucubrações sobre a transposição dos ajustes na versão domesticada da RTT para seu domínio de referência. Com respeito ao *framework* de Accard (2020), esses três modelos afluem na domesticação dos níveis de abstração da RTT. A sensibilidade de Accard (2020) enfoca as modificações do nível de análise/abstração da teoria importada na TO e sua variante domesticada em seu campo de origem. No modelo de Oswick, Fleming e Hanlon (2011), os marcadores são o enfoque teórico de contribuição da teoria – i.e., nível de abstração do conteúdo de uma teoria, sua aplicabilidade e poder explicativo – e o domínio de consumo da teoria. No tocante à sensibilidade aos efeitos do contexto, esses marcadores podem ser traduzidos como a amplitude do escopo/aplicabilidade e o nível de abstração do conteúdo da *radical traveling theory* em outros domínios.

Em termos de alicerce epistêmico, o método de teorização bidirecional do *framework* Oswick, Fleming e Hanlon (2011) localiza-se na lógica processual da Integração Conceitual da Rede dos Quatro Espaços Mentais de Gilles Fauconnier e Mark Turner. Ela envolve pensamento dissonante, dissanalogia e raciocínio contrafactual. É primordial ressaltar que esse modelo de importação não abandona a racionalidade analógica na composição o *modus operandi* bidirecional; mas sim, a considera insatisfatória para desenvolver teorias organizacionais radicais. Aliada a tal racionalidade, a importação bidirecional incorpora formas de integração conceitual baseadas em dissonância analógica. A síntese é o caminho de teorização da Integração Conceitual, pois se baseia na síntese resultante da comparação e correspondência entre as aplicações da RTT entre domínios.

Na minha visão, a apropriação do modelo dos Quatro Espaços Mentais de Fauconier e Tuner explica como ocorrem os processos cognitivos de teorização método de importar e domesticar RTTs entre domínios disciplinares distintos. Com base nos exemplos fornecidos por Oswick, Fleming e Hanlon (2011), interpreto que

os espaços de entradas da Rede de Integração Conceitual dos Quatro Espaços Mentais de Fauconier e Tuner correspondem aos domínios de origem e destino da RTT no processo de importação. Esses espaços equivalem aos marcadores de domínio de produção e consumo da teoria no *framework* Oswick, Fleming e Hanlon (2011).

O conceito de Integração Conceitual e dos quatro tipos de rede de integração – i.e., simplex, espelhamento, escopo único e escopo duplo – é adotado para justificar as teorizações bidirecionais de importação de teorias estrangeiras no domínio da Teoria Organizacional. Essas redes são incorporadas no *framework* para articular o *modus operandi* bidirecional da importação de RTTs e, assim, inverter o foco desse método, procurando envolver o domínio de origem da teoria estrangeira na teorização, ao invés de apenas transpô-la unidirecionalmente para a Teoria Organizacional. Além disso, acredito que Oswick, Fleming e Hanlon (2011) se apoiam nos pressupostos da racionalidade contrafactual e dissonante da Rede de Integração Conceitual dos Quatro Espaços Mentais para oferece uma alternativa para o engajamento estreitamento analógico de ressonância e unidirecional de importação. Isso sinaliza outro ponto de convergência desse *framework* com os demais, ou seja, conjectura que a domesticação da RTT deve agregar tanto as similaridades, quanto as dissimilaridades, da estrutura da teoria na sua importação.

As redes de integração refletem formas distintas de integração conceitual que variam em termos de complexidade e grau de *insight* imaginativo oferecido nas teorizações por importação de teorias estrangeiras. Apesar de não estar explícito na descrição do *framework* de Oswick, Fleming e Hanlon (2011), as redes simplex e de espelhamento aludem o *modus operandi* unidirecional de importação. Isso explica por que eles consideram que “Não há nada inerentemente problemático sobre a ênfase na ressonância, uma vez que é um aspecto importante do desenvolvimento da ciência normal” (OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011, p. 332, tradução nossa). Similar aos *frameworks* de Whetten, Felin e King (2009), Whetten (2009) e Accard (2020), essas duas redes integram a sensibilidade dos efeitos do contexto de origem da teoria estrangeira no *modus operandi* unidirecional de teorias estrangeiras. Em conformidade com a insuficiência da importação unidirecional, essas redes também não promovem o emergir de teorias novas e originais. A contribuição para o conhecimento deriva da replicação, muitas vezes adaptada/aprimorada, da teoria no domínio-alvo. A racionalidade analógica impera o processo de integração conceitual em ambas as redes.

Na rede simples, o domínio de origem da teoria fornece o substrato para domesticação no domínio-alvo. Os elementos da teoria são integrados no corpo de conhecimento da Teoria Organizacional, a fim de produzir novos *insights* acerca dos fenômenos organizacionais. É importante ressaltar que os elementos importados devem funcionar de maneira análoga em ambos os domínios. Os produtos das teorizações derivadas dessa rede remetem a construção de teorias domésticas ortodoxas. Em termos estruturais e epistêmicos, essa rede assemelha-se ao Modo 1 de importação, descrito por Zarah e Newey (2009). Diferencia-se do *modus operandi* de importação unidirecional de Whetten, Felin e King (2009) pela falta de sensibilidade às questões contextuais.

Em termos de importação de teorias estrangeiras, o processo de integração da rede de espelhamento exige que a estrutura da teoria e seu domínio de destino compartilhem elementos similares; embora eles possam diferir em seus sentidos. Os elementos transpostos da teoria são aqueles existem de antemão ao campo-alvo. É necessário domesticar os elementos provenientes da teoria quando aplicados na

Teoria Organizacional, para fins de ajuste às demandas de teorização desse domínio. O cuidado com as diferentes interpretações, as dissimilaridades e as modificações requeridas no sentido dos elementos da teoria estrangeira denotam sensibilidade aos efeitos do contexto. Essas nuances distanciam a rede de espelhamento da simples. A contribuição para o conhecimento da integração conceitual da rede de espelhamento é o desenvolvimento de teorias domésticas inovadoras na TO.

A integração conceitual da rede de escopo único propicia o processo unidirecional de importação de teorias estrangeiras, sob a égide da racionalidade analógica. A estrutura da teoria e seu domínio de destino não compartilham elementos comuns ou similares. No tocante à teorização, apenas os elementos da teoria são projetados no campo da Teoria Organizacional, e não vice-versa. Devido a heterogeneidade e consequente dissimilaridade entre a teoria e a TO, a importação da teoria requer um nível de domesticação mais elaborado para acomodar as alterações na latitude conceitual de sua estrutura e seu nível de abstração no referido domínio-alvo. As redes de espelhamento e de escopo único assemelham-se epistemicamente ao *modus operandi* de importação unidirecional, descrito por Whetten, Felin e King (2009).

A integração conceitual da rede duplo enseja o *modus operandi* bidirecional de importação, particularmente, por fomentar conexões contra intuitivas e incorporar dissimilaridades e dissonâncias entre a estrutura da teoria e o corpo de conhecimento da Teoria das Organizações. Similar a rede de escopo único a estrutura da teoria e o domínio da Teoria das Organizações são heterogêneos, logo não compartilham elementos comuns. O processo de importação consiste em um “embate” entre a teoria e o domínio-alvo. Isso motiva uma troca bidirecional de elementos e seus sentidos entre o domínio de referência e destino. A domesticação da teoria não apenas gera *insights* para interpretar os fenômenos organizacionais, mas também incorpora diferentes elementos e sentidos a estrutura da teoria a partir do corpo de conhecimento da TO. As alterações na teoria importa são comunicadas ao seu domínio de origem para fins de aprimorar seu poder explicativo e teorizações. A domesticação nessa rede contempla a sensibilidade aos efeitos do contexto e nível de abstração da teoria. A racionalidade dissonante, disanalógica e contra intuitiva, juntamente com a ressonância analógica, imperam nos processos de transposição e mudanças na teoria estrangeira nesse tipo de rede. As integrações conceituais derivadas desse rede oportunizam o desenvolvimento de *radical traveling theories* indígenas na TO, sobretudo, por ensejarem um processo de construção de teorias mais criativos, inovadores e radicais. O *modus operandi* de importação da rede de escopo duplo equipara-se, em termos processuais e epistêmicos, aos modelos de Whetten (2009) e aos Modos 2 e 3 de Zarah e Newey (2009).

Existem algumas considerações que necessitam ser endereçadas ao *framework* de Oswick, Fleming e Hanlon (2011). A construção desse modelo carece das mesmas críticas que os autores sobrescrevem a cerca do *modus operandi* unidirecional de importação de teorias estrangeiras. A base epistêmica e processual desse *framework* é, conforme mencionado anteriormente, a Integração Conceitual da Rede dos Quatro Espaços Mentais de Gilles Fauconier e Mark Tuner. No entanto, a aplicação desse conceito e das redes é realizada de maneira unidirecional no modelo em questão. Os autores apropriam-se, de maneira reducionista, da proposta de Fauconier e Tuner. Eles importam apenas as partes que acreditam ser necessárias para explicar o *modus operandi* de transposição e domesticação de teorias estrangeiras. Em termos de elementos, o *framework* não contempla o espaço genérico, os elos vitais, o mapeamento do espaço cruzado e a projeção seletiva.

Aliado a isso, não mencionam e tampouco explicam as três fases do processo, e os seis princípios, da noção de Integração Conceitual. A ausência desses componentes compromete a compreensão da maneira pela qual o modelo das Rede dos Quatro Espaços Mentais funcionam nas conexões cognitivas, mas também o entendimento de como utilizá-lo para construir teorias mediante o método de importação. Devido as evidências apresentadas, posso afirmar que a importação e domesticação da Integração Conceitual da Rede dos Quatro Espaços Mentais não amplia seus horizontes epistêmicos, processuais ou explicativos tanto no domínio da Teoria Organizacional, quanto no seu campo de origem. Na verdade, há um amassamento de todos esses horizontes. Por fim, o fundamento da adoção do "modelo" de Fauconier e Tuner é insuficiente para justificar seu uso deliberado e premeditado na importação de teorias. Eles alegam tão-somente que "[...] sentimos que isso tem um potencial considerável quando aplicado [à Teoria Organizacional e Gerencial]" (OSWICK; FLEMING; HANLON, 2011, p. 329).

Outro ponto merecedor de crítica manifesta-se nos marcadores contextuais e epistêmicos de importação e domesticação do *framework* de Oswick, Fleming e Hanlon (2011). Inexiste quaisquer esclarecimento de como realmente articulá-los para fins de importação de teorias estrangeiras. Nesse ponto, esse *framework* carece das mesmas deficiências dos demais modelos, ou seja, não disponibiliza critérios específicos referentes aos seus marcadores. Isso dificulta o mapeamento e análise dos processos de importação e domesticação da RTT na Teoria Organizacional, como também a comunicação das modificações de sua estrutura para o domínio de origem. Por exemplo, que critérios devem ser utilizados para identificar se, como ou em que aspectos os processos de domesticação ampliaram ou reduziram os níveis de abstração e de aplicabilidade do conteúdo da RTT importada na TO? Sem esse tipo de informação, como seria possível qualificar as contribuições, decorrentes da importação, da RTT? De que modos poderíamos constatar que a importação e domesticação de uma dada RTT foi conduzida de maneira coerente e consistente?

A última crítica dirigida ao modelo de Oswick, Fleming e Hanlon (2011) encontra-se na descrição das racionalidades dissonantes que explicam a integração conceitual do método de importação de teorias. Apesar de sugerir a inserção dos pensamentos de dissanalogia, ironia, contrafactualidade e anormalidade, não se explica os modos pelos quais eles são operacionalizados na Rede dos Quatro Espaços Mentais e, assim, contribuem para compreender o *modus operandi* de importação na Teoria Organizacional.

O *framework* de Accard (2020) ratifica o método de importação de teorias estrangeiras – e, em particular, de *radical traveling theories* – no domínio da Teoria Organizacional. Esse é um ponto de aproximação com o modelo de Oswick, Fleming e Hanlon (2011). A proposição de seu *framework* foi motivada pela identificação de três lacunas de teorização no *modus operandi* de importação de teorias. Os modelos preexistentes discutem apenas as questões epistemológicas fundamentais do método de transposição e domesticação de teorias; embora ele não exponha nenhuma evidência que corrobore essa afirmação. Aliado a isso, os modelos carecem de indicadores concretos para articulação pensamento metafórico e raciocínio analógico na importação de *radical traveling theories*. A ausência de diretrizes claras e objetivas compromete o entendimento dos processos de importação de RTTs. Isso acarreta, muitas vezes, importações insatisfatórias, imprecisas e incoerentes desse tipo de teoria no domínio da Teoria Organizacional.

Em face das insuficiências identificadas, a justificativa da necessidade do *framework* de Accard (2020) é pragmática. Seu modelo oferece procedimentos

concretos e específicos para importar RTTs sob a égide do raciocínio analógico. O alicerce epistêmico e processual do modelo de Accard (2020) reside na complementariedade dos estudos de Osigweh (1989) e Tousaka (1993). O primeiro endereça "[...] os requisitos fundamentais para importar *radical traveling theories*" (ACCARD, 2020, p. 358, tradução nossa, grifo nosso). Já o outro estudo, "[...] fornece indicações concretas sobre como realizar o raciocínio analógico" nesse método de teorização.

Em contraste com a integração conceitual inerente ao modelo de Oswick, Fleming e Hanlon (2011), Accard (2020) propõe o uso do *tight mapping transformative analogical reasoning* – i.e., uma versão adaptada do *tight mapping* de Tousaka (1991; 1993). A distinção da propositura do *framework* de Accard (2020) para o de Tousaka (1991; 1993) reside na adoção do raciocínio transformador analógico abstrato como "ferramenta" de teorização. O *tight mapping* consiste em um conjunto de princípios transformadores da estrutura lógica de uma *radical traveling theory*, cuja função é transferi-la de seu campo de origem para o domínio da Teoria das Organizações. Esse artifício promove um *modus operandi* sistemático e unidirecional de importação de RTTs, mediante redução de suas abstrações, enquanto preserva suas coerências lógicas. O *tight mapping* "[...] também oferece aos teóricos [organizacionais] uma diretriz que pode ajudá-los a reduzir as dificuldades e aumentar a eficácia da importação de teorias [...]" (ACCARD, 2020, p. 366, tradução nossa).

Devido ao *tight mapping transformative analogical reasoning* redefinir de maneira precisa, rigorosa e coerente a abstração das *radical traveling theories*, o processo de importação de RTTs culminaria, idealmente, na construção de teorias endógenas no domínio da TO. Isso se configura como contribuição teórica do modo transformativo para o progresso do conhecimento nesse campo disciplinar. Essa nuance do *framework* de Accard (2020) está presente nos demais modelos analisados nesse *corpus* de pesquisa. Há uma preocupação latente nos *frameworks* em instrumentalizar o método de importação de teorias estrangeiras para aprimorar o corpo de conhecimento e, em última instância, teorias organizacionais inéditas e coerentes no campo da TO.

Uma das peculiaridades do modelo de Accard (2020) é a demarcação da noção de teoria abstrata. Como ele escreve, "[…] uma teoria é abstrata quando é composta de conceitos que são mais fortemente definidos por suas relações lógicas dentro da teoria do que por referência a objetos observáveis" (ACCARD, 2020, p. 361, tradução nossa). A abstração de uma *radical traveling theory* é encontrada no valor verdade das proposições de seus conceitos, e não nas suas aplicações empíricas para compreender os fenômenos. Em contraposição com as conexões lógicas das proposições dos conceitos, as experiências não possuem valor verdade. A abstração está relacionada as relações lógicas dos conceitos entre si e com a estrutura da teoria.

Na qualidade de método de teorização, o *tight mapping* reduz a abstração dos elementos da estrutura lógica das *radical traveling theories*, de modo que possam ser apropriadas pelo domínio da Teoria Organizacional e, assim, tenham um significado mais rico e preciso quando aplicadas nesse domínio. No *framework* de Accard (2020), os conceitos de uma r*adical traveling theory* e suas relações lógicas devem ser modificados – isto é, seus níveis de abstração devem ser reduzidos – quando transpostos de seu domínio de origem para o campo da Teoria Organizacional. Reduzir a abstração de RTTs corresponde a um dos procedimentos basilares de domesticação da estrutura lógica dessas teorias. Representa uma estrutura processual comum presente nos demais *framework* analisados. No entanto, o modelo de Accard (2020) é peculiar, particularmente, por denotar marcadores específicos

delimitadores do escopo dos procedimentos da redução da abstração de RTTs. A redução aspira redefinir extensivamente os conceitos da RTT e suas relações lógicas com a estrutura da teoria *per se*. A domesticação da teoria visa esmaecer seus níveis de abstração mediante o aumento de sua conotação, quando é importada de seu domínio de origem para a Teoria Organizacional. Um dos marcadores aponta para a modificação do significado sistêmico do conceito, ou seja, a função que o conceito desempenha na totalidade da teoria. Já o outro marcador remete as conotações dos conceitos, isto é, o significado que cada um deles possui em relação aos demais elementos da teoria. Em termos simples, a articulação conjunta desses marcadores de domesticação – i.e., redução da abstração – assegura uma importação coerente da RTT no domínio-alvo. Na transposição de teorias, a coerência de uma RTT é "[...] preservada pela redefinição tanto do significado de cada um de seus conceitos, quanto das relações lógicas que existem entre cada um dos conceitos" (ACCARD, 2020, p. 359, tradução nossa).

Embora não seja mencionado de maneira declarada, a domesticação do nível de abstração/análise de *radical traveling theories* visa ajustá-las às especificidades – por vezes, empíricas – das organizações e, assim, do domínio da Teoria Organizacional. No *modus operandi* de importação de RTTs, isso sinaliza que a teorização do modelo de Accard (2020) contempla à sensibilidade aos efeitos do contexto organizacional e ao nível de abstração da teoria. A unidirecionalidade do método de importação torna, estruturalmente e epistemicamente, esse *framework* semelhante à proposta de Whetten, Felin e King (2009); embora se distancie do Modo 1 Zahra e Newey (2009), sobretudo, por não se resumir a uma replicação literal da teoria. Já a incorporação da sensibilidade aos efeitos do contexto organizacional e a abstração da teoria aproxima a propositura de Accard (2020) as de Whetten (2009) e Whetten, Felin e King (2009). Com a ressalva ao modelo Whetten (2009). Esse último é bidirecional, e não unilateral.

Algumas críticas podem ser endereçadas a dois dos elementos do *framework* de Accard (2020), antes de prosseguirmos com a análise de seus procedimentos epistêmicos. O primeiro é a defesa do modo transformativo de racionalidade analógica em detrimento da integração conceito de Oswick, Fleming e Hanlon (2011). Nenhum dos argumentos oferecidos por Accard (2020, p. 359, tradução nossa) justifica a seguinte assertiva: "[...] o modo transformativo é muito mais útil para importar radical traveling theories do que o modo de integração conceitual". Acredito que a leitura da integração conceitual disponibilizada por Oswick, Fleming e Hanlon (2011) tenham direcionado a críticas infundadas quanto a integração conceitual. Em ambos os modos de teorização, há comparação entre fonte e o alvo de uma analogia, considerando as similaridades e diferenças entre eles. Acredito que restringir a fonte a teoria e a organização como alvo, como prevê a transformação analógica, é aniquilar, por um lado, uma série de questões ontológicas, epistêmicas, de escopo, históricas de constituição e uso da teoria em seu domínio de origem. Um raciocínio similar pode ser utilizado ao fato de que a organização é o alvo de teorização. Isso não seria um reducionismo da amplitude analítica do modo transformativo imposto pelo *framework* de Accard (2020)? O que ocorre com os outros fenômenos de interesse não relacionados às organizações, enquanto entidades, da Teoria Organizacional? O modo transformativo não se aplica a eles?

Na teorização do modo transformativo, o *tight mapping* fornece procedimentos rigorosos, concretos, coerentes e apropriados de importação e domesticação de *radical traveling theories* no domínio da Teoria das Organizações. O *modus operandi* desse método de teorização é fundamentado em princípios de transformação,

descritos e analisados mais adiante. Esses princípios são aplicados aos conceitos e às relações lógicas que existem entre os conceitos da RTT. A transformação resulta na definição de novas relações lógicas entre os conceitos da teoria, em que o concreto é demonstrado no uso da versão reduzida de abstração da teoria no fenômeno de interesse.

O reconhecimento da criatividade inerente à integração conceitual tem uma conotação depreciativa nas alegações de Accard (2020). Apesar de reconhecer o potencial desse modo de racionalidade analógica em produzir dissonância analógica e, assim, construir conexões contra intuitivas entre os conceitos da *radical traveling theory* e aqueles do domínio de destino; ele sustenta que a integração conceitual é um método de teorização menos rigoroso do que o modo transformativo. Existem dois motivos principais que direcionam essa maneira de pensar de Accard (2020). As conexões entre os conceitos da fonte e do alvo só ocorrem no espaço integrado. O produto da domesticação só se tornaria concreto nesse espaço. Isso dificultaria o entendimento de como ocorrem os ajustes da estrutura lógica da teoria quando transposta para o domínio da Teoria Organizacional. A integração conceitual enseja, portanto, um processo difuso de importação de RTTs em que os teóricos organizacionais domesticam os conceitos da teoria livremente. Nesse caso, a precisão da integração conceitual, ou seja, da racionalidade para domesticar um RTT, é vista como um questão secundária.

Acredito que as críticas de Accard (2020) à integração conceitual são infundadas e inconsistentes. Ele demonstra um conhecimento frágil e superficial dos procedimentos de teorização inerentes a esse modo de racionalidade. A apreciação da integração conceitual é amparada no relato de Oswick, Fleming e Hanlon (2011) acerca da rede dos quatro espaços mentais de Fauconnier e Turner (1998; 2002). Conforme explicado anteriormente, Oswick, Fleming e Hanlon (2011) importam e domesticam o modus operandi e os elementos dessa rede de maneira inapropriada e inconsistente. Não houve um esforço de Accard (2020) em acessar a fonte original de teorização da integração conceitual, a fim de verificar se sua apropriação foi realizada de forma coerente por Oswick, Fleming e Hanlon (2011). Em função disso, ele negligencia o fato de que a integração conceitual é o componente de racionalidade de um método de teorização complexo, rigoroso e sistemático.

Em sua análise da integração conceitual, Accard (2020) desconsidera a dinâmica, diversos elementos e as fases da rede de quatro espaços mentais. Consoante a proposta de Fauconnier e Turner (1998; 2002), as conexões, digamos entre conceitos, ocorrem desde o início do *modus operandi* da rede, ou seja, do desenvolvimento de sua estrutura genérica, sendo finalizadas com a constituição da estrutura emergente de significados. As conexões tornam-se, então, concretas e compreensíveis desde a encetadura dos processos da rede, e não apenas no seu final, como enfatiza Accard (2020). As conexões e suas relações lógicas e semânticas são, mesmo que de maneira frágil e temporária, encerradas no espaço integrado para constituir a estrutura de significados da rede. Em termos de importação de RTTs, o produto da domesticação da teoria é construído ao longo dos processos da rede. Esse produto concretiza-se, paulatinamente, com avançar de cada fase da rede. Essas observações sobre o modus operandi *modus operandi* da rede não só contradizem a análise de Accard (2002) sobre o modo da integração conceitual, mas também põem em cheque seu argumento a favor do modo transformativo.

Minha outra crítica remete à redução da abstração de *radical traveling theories* no *modus operandi* de importação. O modelo de Accard (2020) reconhece que o caráter abstrato das RTTs introduz problemas e dificuldades significativos ao processo

de importação. Apesar disso, esse *framework* não denota como a redefinição/redução da abstração dos conceitos de uma RTT e de suas relações lógicas confere conotações precisas e coerentes de sua aplicação para explicar as especificidades dos fenômenos de interesse no domínio da Teoria Organizacional. Inexiste nesse modelo um compreensão do que é coerência ou, quiçá, dos marcadores que nos permitem analisar se a importação de uma RTT foi operacionalizada de maneira coerente. Falta ao modelo de Accard (2020) uma base epistêmica sobre coerência. Isso nos impede examinar se o produto da domesticação da abstração da RTT remete a uma aplicação coerente de seus conceitos e estrutura lógica no domínio-alvo ou a um amassamento do escopo, significados e finalidade da teoria importada. Essas críticas comprometem toda a fundamentação do uso do *tight mapping* na importação de teorias estrangeiras, posto que um dos pressuposto desse *framework* é que a teoria seja importada e domesticada de modo acurado e coerente no campo de destino.

No *framework* de Accard (2020), o *modus operandi* do *tight mapping* de transposição de *radical traveling theories* desenrola-se em um procedimento concreto de quatro etapas progressivas: a) “definir provisoriamente a identidade profunda da fonte e do alvo da analogia”, mediante comparações entre suas similaridades e diferenças fundamentais; b) escolher o(s) modo(s) de transformação, ou seja, “favorecer transformações homomórficas sobre isomórficas dos conceitos da fonte e as relações lógicas entre os conceitos”; c) “formular princípios de transformações”; d) “redefinir a identidade profunda se o mapeamento de transformação não for preciso o suficiente para reduzir satisfatoriamente a abstração da *radical traveling theory*” (ACCARD, 2020, p. 366, tradução nossa, grifo nosso). O alicerce epistemológico desse modelo de importação fundamenta-se na psicologia cognitiva, especialmente, no método de teorização heurístico.

Accard (2020) é contundente ao afirmar que seu *framework* endereça algumas das deficiências inerentes à concepção pragmática de Tsoukas (1991; 1993) sobre o raciocínio analógico. Em particular, o *tight mapping transformative analogical reasoning* incorpora dois aspectos singulares: a) uma concepção detalhada e concreta de raciocínio analógico transformador abstrato; b) inclui às especificidades do uso desse tipo raciocínio na importação de *radical traveling theories*. Em contraste à Tsoukas, o *tight mapping* assume uma função central no processo de teorização do pensamento analógico. Isso redefine o papel da identidade profunda obtida das comparações entre a fonte e o algo da analogia. A identidade e o mapeamento são redefinidos concomitantemente e iterativamente na redução dos níveis de abstração de uma *radical traveling theory*, a fim de fornecer significados precisos e coerentes da teoria no domínio da TO. Aliado a isso, a estrutura epistêmica do *tight mapping* de Accard (2020) aborda procedimentos particulares e concretos para transformar, seja de modo isomórfico ou homomórfico, a abstração das *radical traveling theories*. Um dos “avanços” do referido modelo de importação reside na formulação de procedimentos objetivos para construir e analisar os princípios de transformação.

Devemos aceitar com certa parcimônia as declarações de Accard (2020), haja vista que suas críticas à concepção de Tsoukas (1991; 1993) não se sustentam. Existem algumas inconsistências no fundamento de sua apreciação. Tsoukas (1991) oferece um método científico com procedimentos pragmáticos para aplicar e avaliar as transformações na identidade profunda e nos princípios da teoria importada. Em termos estruturais, a visão transformacional da metáfora de Tsoukas (1991) assemelha-se as etapas do *tight mapping transformative analogical reasoning*. Já Tsoukas (1993) propõe uma série de regras e diretrizes para classificar e analisar a inserção do pensamento analógico, particularmente de metáforas, na Teoria

Organizacional. À título de ilustração, deve-se considerar cinco similaridades implícitas em uma metáfora no momento de transferir uma informação de um domínio para outro. Com base nisso, ele determina os tipos de comparação de uso de metáforas entre domínios distintos. Isso depõe contra as acusações de Accard (2020) e, consequentemente, a originalidade de seu modelo quanto ao uso do raciocínio analógico.

Debrucemo-nos na apreciação das etapas do modelo de Accard (2020). A definição da identidade profunda é o ponto de partida do *modus operandi* de importação de *radical traveling theories*. A identidade é derivada das similaridades e diferenças fundamentais entre a estrutura da RTT e as especificidades concretas do fenômeno organizacional. É crucial o estabelecimento da identidade. Ela e o mapeamento da transformação são redefinidos reciprocamente e iterativamente, reduzindo assim a abstração da RTT, com vias a fornecer um significado preciso de suas conotações no domínio da Teoria Organizacional. O mapeamento decorre de sucessivas comparações, mediante racionalidade analógica, das correspondências entre a teoria estrangeira e o fenômeno de interesse da TO. Nesse aspecto, não há diferença estrutural e epistêmica entre o *framework* de Accard (2020) e os demais modelos analisados. A construção de conhecimento e esse procedimento de importação de teorias estrangeiras é similar em todos os *frameworks*.

O modelo de Accard (2020) reconhece que a natureza abstrata das *radical traveling theories* atravanca o estabelecimento de uma identidade profunda. Existe um número extremamente elevado de correspondências entre uma RTT e os fenômenos organizacionais. Esse fato dificulta a decisão de quais comparações e diferenças são precisas para "[...] criar uma definição suficientemente detalhada de uma identidade profunda" (ACCARD, 2020, p. 362, tradução nossa). Esse *framework* adota uma solução heurística para atenuar essa dificuldade. Deve-se iniciar o processo de importação com a primeira definição da identidade profunda obtida das similitudes e dissimilidades entre a teoria e o fenômeno. Essa definição tem um caráter provisório, ou seja, está sujeita a mudanças ou a ser descartada à medida que a transformação – i.e., domesticação da teoria e do fenômeno – é mapeada. A decisão sobre ajustar ou desconsiderar uma certa identidade, em algum ponto durante o mapeamento, depende principalmente dela incluir ou não as similaridades e diferenças fundamentais, com o máximo de detalhe possível, entre a RTT e o fenômeno da TO. No tocante a importação de teorias, a definição da identidade profunda é depurada ao longo do processo de domesticação da *radical traveling theory*, mediante suas convergências e discrepâncias com as especificidades do fenômeno organizacional. A identidade profunda é, portanto, fruto de múltiplos processos de idas e vindas de teorização, que culminam em sua definição detalhada. No modelo em questão, afirma-se que tal definição oferece uma maior latitude para mapear as transformações da identidade, abrindo diversas possibilidades para estreitar o mapeamento.

Alguns questionamentos podem ser endereçados a essa etapa do *framework* de Accard (2020). Não há uma explicação sobre o que é uma definição de identidade detalhada. A única pista fornecida de como construí-la alude ao estabelecimento das similaridades e diferenças fundamentais entre a estrutura lógica da *radical traveling theory* e o fenômeno do domínio-alvo. Entretanto, que tipos de semelhanças e dissimilidades entre a fonte e o alvo devemos considerar como fundamentais no *modus operandi* de importação? Que critérios podemos utilizar para demarcar as semelhanças e dissimilidades fundamentais das "acessórias" na definição da identidade profunda? O que a torna uma definição suficientemente detalhada? Como

reconhecer se essa definição enseja uma transformação coerente da identidade no método de importação de teorias estrangeiras?

A ausência de resposta para essas perguntas direcionam-me a obscuridade do ato de definir tal identidade e, consequentemente, falta de clareza dos procedimentos dessa etapa. Arrisco-me a sugerir que o processo cognitivo atrelado ao desenvolvimento da identidade profunda é marcadamente intuitivo. Isso denota uma inconsistência e incoerência do *framework* de Accard (2020). Caso essa etapa do *tight mapping transformative analogical reasoning* seja conduzida inteiramente pelo pensamento intuitivo, como sugiro aqui, de que maneira esse modelo forneceria procedimentos precisos, concretos e específicos para importar RTTs? Inexistem critérios epistêmicos cujo emprego certifique se a definição da identidade profunda implicará ou não em distorções inconsistentes e incoerentes dos conceitos e suas conexões da *radical traveling theory*. Esse modelo é carente de procedimentos sistemáticos preventivos de amassamentos desvirtuantes da estrutura lógica da teoria ao longo de sua importação e domesticação na Teoria Organizacional.

Todas essas ressalvas comprometem diretamente a operacionalização das demais etapas do *framework* de Accard (2020). A definição da identidade profunda da *radical traveling theory* e do fenômeno organizacional é uma condição necessária para a escolha dos tipos de transformação mais adequados para a condução dos procedimentos de domesticação da teoria, via racionalidade analógica. Ele apropria-se da proposta de Tsoukas (1991; 1993) acerca dos dois modos de transformação analógica – i.e., isomórfica e homomórfica – para explicar como eles "[...] modificam com rigor e criatividade todos os elementos da fonte em elementos do alvo, de acordo com sua identidade profunda" (ACCARD, 2020, p. 360-61, tradução nossa). No *modus operandi* de importação de RTTs, as transformações isomórfica e homomórfica oferecem possibilidades distintas de redução da abstração de teorias; logo, favorecem formas distintas de domesticação das teorias estrangeiras. O modelo em questão desenvolve uma matriz 2x2 que estabelece relações dos modos de transformação com os conceitos ou as conexões lógicas entre os conceitos de uma teoria. Essa matriz fornece uma tipologia de transformações e seus respectivos níveis de redução de abstração da RTT no método de importação: a) transformações isomórficas dos conceitos; b) transformações isomórficas das conexões entre os conceitos; c) transformações homomórficas dos conceitos; d) transformações homomórficas das conexões entre os conceito. Cada tipo de transformação denota uma forma singular de teorização com lógica de importação, procedimento epistêmico, forma de domesticação, e aplicação de teoria próprios.

É plausível afirmar que os termos e suas junções da matriz são marcadores epistêmicos de domesticação de *radical traveling theories* no domínio da Teoria Organizacional. Eles sinalizam diferentes gradações de refinamento na abstração dos elementos da estrutura lógica de uma RTT. As transformações isomórficas dos conceitos e das relações lógicas entre eles possuem um impacto mínimo e moderado, respectivamente, na domesticação dos níveis de abstração de RTTs. Em ambos os casos, as teorizações alteram tanto os conceitos quanto as suas conexões, dando conta, assim, das especificidades concretas dos fenômenos organizacionais. As características estruturais e epistêmicas dessas transformações assemelham-se às idiossincrasias dos *modus operandi* de importação unidirecional descrito por Oswick, Fleming e Hanlon (2011), Whetten, Felin e King (2009), e Zahra e Newey (2009). A importação contempla somente a transferência e ajuste dos significados originais dos conceitos e seus relacionamentos, sem acrescentar novas propriedades lógicas aos mesmos, para o domínio da Teoria Organizacional. A domesticação da RTT favorece

“conotações frágeis” para o uso das abstrações reduzidas dos conceitos e suas relações no domínio da Teoria Organizacional. Na prática de importar, a estrutura RTT deve funcionar de maneira similar, consistente, e coerente à sua concepção original quando transferida para o campo da TO.

As transformações homomórficas têm um potencial significativo para domesticar a estrutura das *radical traveling theories*. A redução da abstração agrega novas propriedades lógicas aos conceitos da teoria e às relações existentes entre eles. Em termos estruturais e epistêmicos, a teorização dessas transformações aproxima-se de algumas nuances do *modus operandi* bidirecional de importação de teorias retratado por Whetten (2009), Zahra e Newey (2009), e Oswick, Fleming e Hanlon (2011). Em particular, as transformações homomórficas modificam, de maneira expressiva e coerente, os elementos da estrutura da teoria, a fim de ajustá-la para compreender as características específicas dos fenômenos organizacionais. Essas transformações tendem a gerar conotações fortes e criativas dos conceitos de uma RTT e suas relações lógicas, a partir de sua transferência e domesticação de seus níveis de abstração para o domínio da Teoria das Organizações. Em contraste, tais transformações reproduzem a lógica processual de importação unidirecional, ou seja, as domesticações e aplicações da *radical traveling theory* no domínio da Teoria Organizacional não retornam para o campo nativo da teoria.

A próxima etapa do *framework* de Accard (2020) consiste em formular os princípios de transformação. Os princípios são as proposições da *radical traveling theory* identificadas pelo teórico organizacional, que devem ser transferidas para e, assim domesticadas no campo da Teoria das Organizações. Eles atestam as propriedades lógicas dos elementos da estrutura da teoria estrangeira. A formulação de um princípio, consoante Accard (2020) deve começar com a expressão das diferenças entre a RTT e o fenômeno organizacional; em seguida, busca-se as analogias entre a fonte e o alvo. O intuito é demarcar o que é próprio e singular da teoria e do fenômeno, a fim de estabelecer a plausibilidade de aplicação e contribuição dela para com ele. As analogias asseguram os pontos de convergência entre a teoria e o fenômeno, ou seja, que ela pode ser utilizada para explica-lo.

A integração das similaridades e diferenças dos princípios de transformação entre a teoria e o fenômeno resulta em uma definição mais enriquecida e contundente da identidade profunda, devido aos seus constantes reexames. A redefinição da identidade inicial, associada ao caráter iterativo do pensamento analógico, beneficia a criatividade e amplia as possibilidades de entendimento dos fenômenos organizacionais. A domesticação de um princípio de transformação aplicado a um conceito ou uma relação entre eles produz um impacto significante nas teorizações dos fenômenos, singularmente, por alterar a identidade profunda.

As transformações homomórficas ensejam novos princípios na *radical traveling theory* e, assim, teorizações criativas de suas propriedades. Essas transformações vão além das concepções usuais das propriedades dos princípios, alterando consideravelmente seus significados e relações. A domesticação homomórfica de uma RTT resulta na criação de novos princípios, isto é, conceituações mais ricas e precisas das redefinições dos conceitos da teorias e das relações entre eles. Em contrapartida, as isomórficas não introduzem novas propriedades lógicas aos princípios da teoria importada. Eles tendem a permanecer inalterados na domesticação da RTT na Teoria Organizacional.

Esses modos de transformações resultam em diferentes graus de impacto de teorização nas esferas do campo da TO. Um paralelo com o raciocínio da “roda de impacto” de Zahra e Newey (2009) sugere que as transformações homomórficas

favorecem contribuições mais significativas – por exemplo, insight inovadores ou criação de um teoria endogéna – ao corpo de conhecimento de um domínio disciplinar. É razoável afirmar que os efeitos de teorização derivados das homomórficas possuem um elevado raio de influência, sinalizando um impacto geral nas esferas da Teoria das Organizações, quando comparado com as isomórficas. Os efeitos das contribuições das transformações isomórficas são mais perceptíveis nas teorias organizacionais preexistentes e na comunidade de teóricos organizacionais. Ao passo que as homomórficas viabilizam, em última instância, processos de importação disruptivos do conhecimento existente; as isomórficas oferecem novas perspectivas de explicação dos fenômenos organizacionais, sem, necessariamente, romper com a base epistêmica estabelecida no domínio da TO.

Novamente, aponto uma inconsistência no modelo de Accard (2020). Minha impressão é que a criação dos princípios é, puramente, intuitiva. Na articulação prática do modelo, o teórico organizacional arbitra quais são os princípios da teoria. É nula a presença de diretrizes concretas que guiem como identificar ou construir princípios de transformação. As proposições válidas para transformação são apenas as identificadas ou "construídas" pelo teórico organizacional? Como ficam as proposições inerentes da teoria? Elas são incorporadas ou desconsideradas? Uma raciocínio semelhante pode ser estendido aos modos de transformação. Faltam-lhes direcionamentos concretos sobre os procedimentos para conduzir e analisar as transformações no ato de importar radical traveling theories. A operacionalização dos processos de transformação e construção de princípios é hermética. Isso dificulta a compreensão de concretude dos processos do *tight mapping analogical reasoning*.

A última etapa consiste em "estreitar" o mapeamento de transformação. Com o estabelecimento dos princípios e modos de transformação de uma, é mister "mapear" o raciocínio analógico transformador abstrato empregado no *modus operandi* de importação da *radical traveling theory*. Objetiva-se, basicamente, delimitar as reduções da abstração impostas à estrutura lógica da RTT. Isso denota a amplitude da domesticação dos elementos da RTT. Similar as demais etapas do *tight mapping analogical reasoning*, os critérios para encerrar o mapeamento é difuso. A definição da identidade profunda entre a fonte e o alvo deve incluir um número suficiente de diferenças e/ou similaridades. Caso contrário, a identidade deve ser redefinida, a fim de restringir ainda mais o mapeamento. Durante o exercício do pensamento analógico transformador, a identidade profunda e o mapeamento devem ser redefinidos de forma iterativa e recíproca. Alguns questionamentos pertinentes precisam ser apresentados agora: Em que consiste um número suficiente de diferenças/similaridades? Devido a resposta dessa questão ser vaga, como explicar a necessidade de redefinir a identidade profunda? A racionalidade analógica transformativa atua efetivamente na definição da identidade e no mapeamento. Sendo isso verdade, de que maneira podemos demarcar a operacionalização desse pensamento no processo de importação de teorias estrangeiras?

No *tight mapping analogical reasoning*, algumas condições inter-relacionadas devem ser satisfeitas para justificar a coerência das transformações na estrutura da *radical traveling theories*. O *framework* de Accard (2020) confere prioridade ao modo homomórfico de transformação. O poder explicativo e a coerência da importação de *radical traveling theories* são maximizados quando se aplica transformações homomórficas nos conceitos da teoria e nas relações lógicas existente entre eles. Esse modo produz transformações criativas e reduções radicais das abstrações de uma RTT. A formulação dos princípios de transformação deve ser exata, a fim de dirimir as inconsistências entre eles. A elaboração imprecisa e inconsistente dos

princípios de transformação evidencia uma forte incoerência no uso do raciocínio analógico e, por conseguinte, no *modus operandi* de importar e domesticar RTTs no domínio da Teoria Organizacional. Em virtude de a identidade profunda ser provisória, a presença de incoerência no *tight mapping* revela que essa identidade não assume um *status* de guia constante e confiável para definir o mapeamento. A coerência é fruto de duas premissas conexas: a) os conceitos e suas relações lógicas necessitam ser submetidos à transformações exaustivas, a fim de garantir aplicações e domesticações da teoria importada no campo da TO; b) a abstração da RTT exige um pensamento analógico abstrato, de modo a transformar coerentemente a estrutura da teoria no domínio de destino.

Alguns comentários críticos devem ser expostos sobre as condições mencionadas. O entendimento de coerência continua obscuro. Isso dificulta o entendimento de como podemos garanti-lo na importação de *radical traveling theories* no método de *tight mapping*. Não se contempla como as transformações isomórficas poderiam introduzir coerência no processo de transposição e domesticação de RTTs. Devido às transformações homomórficas tendem a transformar de maneira mais criativa, podemos supor que há uma maior chance de distorcer a estrutura lógica da teoria, a fim de ajustá-la as demandas de compreensão do fenômeno organizacional.